

ISSN 2178-2245



VI Seminário de
**Estudos
Fronteiriços**

Onde as fronteiras se encontram...

2 a 4 de outubro de 2017

Corumbá, MS – Brasil

ORGANIZAÇÃO



APOIO



GRUPO RETIS 



UBA
Universidad de Buenos Aires
Argentina virtus robor et studium



**El Colegio
de la Frontera
Norte**





VI Seminário de
**Estudos
Fronteiriços**

COMISSÃO ORGANIZADORA

Dr. Aguinaldo Silva — Presidente - CPAN/UFMS

Dr.^a Adriana Dorfman — UFRGS – Unbral Fronteiras

Me. Alex Jorge das Neves — SSP-GO

Dr.^a Beatriz Lima de Paula Silva — CPAN/UFMS

Dr. Edgar Aparecido da Costa — CPAN/UFMS

Me. Luciano Édipo Pereira da Silva — CPAN/UFMS

Dr.^a Karla Maria Müller — UFRGS – Unbral Fronteiras

Dr.^a Rebeca Steiman — UFRJ – Grupo Retis

COMITÊ TÉCNICO-CIENTÍFICO

Avaliador	Instituição
Adriana Dorfman	Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS
Aguinaldo Silva	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS
Alcione Maria Santos	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS
Aldomar Arnaldo Rückert	Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS
Alejandro Gabriel Benedetti	Universidad de Buenos Aires – UBA
Alfredo Ricardo Silva Lopes	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS
Aline de Lima Rodrigues	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS
Alzira Salete Menegat	Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD
Ana Maria Soares Oliveira	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS
Ana Paula Camilo Pereira	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS
Antonia Márcia Rodrigues Sousa	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS
Beatriz Lima de Paula Silva	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS
Beatriz Xavier Flandoli	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS
Carlo Henrique Golin	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS
Cláudia Araújo de Lima	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS
Dimas Moraes Peixinho	Universidade Federal de Goiás - UFG
Dirce Sizuko Soken	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS
Edgar Aparecido Costa	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS

Edson Belo Clemente de Souza	Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG
Edvaldo Cesar Moretti	Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD
Elizabeth Maria Azevedo Bilange	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS
Fabiano Quadros Rückert	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS
Joelson Gonçalves Pereira	Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD
Jones Dari Göettert	Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD
Jorge de Souza Pinto	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS
José Fonseca da Rocha Filho	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS
Juan Engelman	Universidad de Buenos Aires – UBA
Licio Caetano do Rego Monteiro	Universidade Federal Fluminense – UFF
Lisandra Pereira Lamoso	Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD
Lucas Guedes Vilas Boas	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET/MG
Lucilene Machado Garcia Arf	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS
Luiza Vieira Sá de Figueiredo	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS
Mara Aline Ribeiro	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS
Marcelino Andrade Gonçalves	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS
Marco Aurélio Machado de Oliveira	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS
Marcos Leandro Mondardo	Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD
Maria Aparecida Santos e Campos	Universidad Iberoamericana – UNINI-FUNIBER
Milton Augusto Pasquotto Mariani	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS
Natalina Sierra Assencio Costa	Universidade Estadual de Mato Grosso

	do Sul – UEMS
Pablo Quintero	Universidad de Buenos Aires – UBA
Paulo Cesar Peiter	Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz
Pedro Ricardo da Cunha Nóbrega	Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF
Rafael Oliveira Fonseca	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS
Rauer Ribeiro Rodrigues	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS
Rebeca Steiman	Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
Sérgio Ricardo Oliveira Martins	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB
Suzana Suzana Vinicia Mancilla Barreda	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS
Vanessa Catherina Neumann Figueiredo	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS
Vera Spacil Raddatz	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ
Wadia Schabib Hanny	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS
Wagner Costa Ribeiro	Universidade de São Paulo – USP
Ynes da Silva Félix	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS

PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

HORÁRIO	02/10/2017 ATIVIDADES	03/10/2017 ATIVIDADES	04/10/2017 ATIVIDADES
8:00 - 11:00	Livre	Atividades de Campo	Reunião entre pesquisadores convidados e MEF
15:00 - 18:00	Credenciamento	Grupos de trabalho	Grupos de Trabalho
18:00 - 18:30	Atividade Cultural	Mesa: Comunicação, gênero e saúde nas fronteiras	Mesa: Experiências de pesquisa em fronteira na pós-graduação: parceria MEF e UBA
18:30 - 19:00	Solenidade de abertura		
19:00 - 19:40	Mesa de abertura: Pantanaís e Fronteiras Maria de Fátima Gomes Costa (UFMT)		
		Vera Lucia Spacil Raddatz (Unijui)	Sebastián Valverde (UBA, Argentina)
		Luiz Fábio Silva Paiva (UFC)	Marco Aurélio Machado de Oliveira (UFMS)
19:40 - 21:30	Pesquisas em ambientes fronteiriços Wagner Costa Ribeiro (USP) Carlos Gilberto Zarate Botia (UNAM, Colômbia) Rebeca Steiman (UFRJ)	Mesa: Unbral Fronteiras - metodologias Adriana Dorfman (UFRGS) Karla Maria Muller (UFRGS)	Mesa de encerramento - Segurança nas fronteiras: Lício Caetano do Rego Monteiro (UFF) Carlos Roberto Martins (CMO) Alberto Hernandez Hernandez (El Colef, México)

GRUPOS DE TRABALHO

HORÁRIO	03/10/2017 ATIVIDADES	04/10/2017 ATIVIDADES
15:00 - 16:30	<p>Sala: 14 - Unidade II/ CPAN</p> <p>1. Aspectos identitários e discursivos nas fronteiras: identidades, gêneros, diversidades, cultura, arte, literatura, comunicação, saúde, educação, bilinguismo. - Coordenadora: Dr.^a Vanessa Catherina Neumann Figueiredo</p> <p>Sala: 15 - Unidade II/ CPAN</p> <p>2. Movimentos de população hoje e no passado: migrações, colonização, redes, história e memória. - Coordenadora: Dr.^a Adriana Dorfman</p>	<p>Sala: 14 - Unidade II/ CPAN</p> <p>1. Territórios e territorialidades nas fronteiras: integração, desenvolvimento, políticas públicas, urbanização, comércio e desenvolvimento local. Coordenadora: Dr.^a Aline de Lima Rodrigues</p> <p>Sala: 15 - Unidade II/ CPAN</p> <p>2. Limites estratégicos: geopolítica, soberania e relações internacionais, globalização, segurança pública, conflito e violência.</p> <p>3. A natureza e seus usos: conservação, sustentabilidade, turismo, frentes, reforma e outras dinâmicas agrárias (assentamentos, agronegócio, agricultura familiar). Coordenador: Dr. Sidney Kuerten</p>
16:30 – 18:00	<p>Anfiteatro Salomão Baruki</p> <p>Mesa: Linguagens em fronteiras</p> <p>Dr.^a Lucilene Machado Garcia Arf (UFMS), Dr.^a Suzana Vinicia Mancilla Barreda (UFMS) e Dr. Juan Murillo Dencker (Bolívia).</p>	<p>Anfiteatro Salomão Baruki</p> <p>Mesa: Comercialização fronteiriça de produtos da agricultura camponesa</p> <p>Dr. Edgar Aparecido da Costa (UFMS); Dr. Alberto Feiden (Embrapa Pantanal); Dr. René Salomón (FTE Bolívia); Me. Ricardo Hilman (Vigiagro/MAPA); Dr. Altivo Almeida Cunha (FA/ONU).</p> <p>Org. Alunos MEF.</p>

SUMÁRIO

Eixo 1 - Aspectos identitários e discursivos nas fronteiras: identidades, gêneros, diversidades, cultura, arte, literatura, comunicação, saúde, educação, bilinguismo

COTIDIANOS FRONTEIRIÇOS: UMA REFLEXÃO A PARTIR DOS LUGARES.....13

Luiz Felipe Rodrigues, Dalila Tavares Garcia

EDUCAÇÃO INTERCULTURAL EM ESCOLAS FRONTEIRIÇAS: DIÁLOGOS SOBRE FRICÇÕES CULTURAIS NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA.....29

Carlo Henrique Golin, Luis Otavio Teles Assumpção

ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER EM CORUMBÁ/MS: UMA ANÁLISE SOBRE AS INFRAESTRUTURAS PARA A PRÁTICA DE ATIVIDADES FÍSICAS.....42

Edineia Aparecida Gomes Ribeiro, Marcos Silva Marques Lontra, Carlo Henrique Golin

EXPERIÊNCIA DE USO DE FERRAMENTAS VIRTUAIS FRENTE AO LAPSO TEMPO VERSUS ESPAÇO NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA.....61

Manix Gonçalves Santos, Lidiane De Brito Curto, Marco Aurélio Machado Oliveira

PRÁTICAS LINGUÍSTICAS E HIBRIDAÇÃO DAS LÍNGUAS NAS CIDADES DA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA.....77

Maria Aparecida Santos Campos; Gerson Das Neves Ferreira De Moraes; Keila Márcia Pereira

REFLEXÕES SOBRE O ACESSO À SAÚDE NA FRONTEIRA CORUMBÁ (BR) E PUERTO QUIJARRO (BO).....88

Jacob Alpires Silva, Antonio Firmino De Oliveira Neto, Milton Augusto Pasquotto Mariani

REGIÃO FRONTEIRIÇA E EPIDEMIOLOGIA: ESTUDO DA ESPOROTRICOSE E SUA RELAÇÃO NA DINÂMICA DA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA.....108

Laura Tathianne Ramos Araújo, Walkiria Arruda Da Silva, Raquel Soares Juliano

REGISTROS DA POÉTICA FRONTEIRIÇA URBANA NA OBRA DE PEDRO DE MEDEIROS.....119
Lucilene Machado Garcia Arf

Eixo 2 - Movimentos de população hoje e no passado: migrações, colonização, redes, história e memória

A ATUAÇÃO TRANSNACIONAL E METANACIONAL DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM REDE.....131
Alexandre Honig Gonçalves, Guillermo Alfredo Johnson, Lia Moretti e Silva

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E A ASSISTÊNCIA JURÍDICA A ESTRANGEIROS EM CORUMBÁ.....149
Camila Maués Dos Santos Flausino, Carlos Martins Junior

A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS COMO INSTRUMENTO DE COMBATE DO TRABALHO ESCRAVO DE IMIGRANTES BOLIVIANOS NO BRASIL.....169
Leonardo Victorio Da Silva; Ana Paula Correia De Araújo; Bruno Marini

A MIGRAÇÃO INTERNACIONAL MOTIVADA POR QUESTÕES EDUCACIONAIS: O CASO DO PAEC NA UNIFAP.....188
Thayná Reneê Cavalcante da Costa, Silvana Kelly de Moraes da Silva

A MOBILIDADE HUMANA E INTERAÇÕES SOCIAIS NA FAIXA DE FRONTEIRA ENTRE O MUNICÍPIO DE PARANHOS – BR E YPEJHÚ – PY.....202
Cristiano Almeida da Conceição, Claudia Vera da Silveira

CIDADANIA NA FRONTEIRA: A CONDIÇÃO DAS PESSOAS INDOCUMENTADAS NO MUNICÍPIO DE CORUMBÁ.....222
Monik Schimidt Roth, Luiza Vieira Sá De Figueiredo Sá

IMIGRANTES BOLIVIANOS DA PLANÍCIE E DO ALTIPLANO EM REGIÃO DE FRONTEIRA: DISTINÇÕES PREGRESSAS EM SOLIDARIEDADE SELETIVA..242
Joanna Amorim De Melo Souza Loio, Joyce Ferreira De Melo Marini, Marco Aurélio Machado Oliveira

IMIGRANTES EM REDE NA FRONTEIRA: O CASO DE COMERCIANTES BOLIVIANAS EM CORUMBÁ, MS, BRASIL.....258
Jéssica Canavarro Oliveira, Milton Mariani, Marco Aurélio Machado Oliveira

Eixo 3 - Territórios e territorialidades nas fronteiras: integração, desenvolvimento, políticas públicas, urbanização, comércio e desenvolvimento local

A IMPORTÂNCIA DAS “FRETEIRAS” PARA AS COMUNIDADES RIBEIRINHAS DO PANTANAL.....275

Lígia Lopes Teixeira De Santana, Aguinaldo Silva, Beatriz Lima De Paula Silva

ANÁLISE HISTÓRICA DO CRESCIMENTO URBANO DA CIDADE DE CORUMBÁ/BR NA FRONTEIRA BRASIL/BOLÍVIA.....296

Lauzie Michelle Mohamed Xavier, Beatriz Lima De Paula Silva

APORTES A LOS ESTUDIOS DE FRONTERA A PARTIR DE LA VALORIZACIÓN INMOBILIARIA RECIENTE: EL CASO DEL NORTE GRANDE ARGENTINO.....309

Sergio Iván Braticevic

BOLSAS FAKE: O CONSUMO DE BOLSAS DE MARCA FALSIFICADA EM TERRITÓRIOS FRONTEIRIÇOS.....323

Fernando De Souza Da Silva, Anderson Luis Do Espírito Santo, Rosa De Barros Ferreira De Almeida

CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA: O CASO DE CORUMBÁ – MS.....344

Wanderson Da Silva Batista

DINÂMICAS SOCIOAMBIENTAIS NA FAIXA DE FRONTEIRA DO ESTADO DO PARÁ: O CASO DO MUNICÍPIO DE ALMEIRIM.....355

Andréa Dos Santos Coelho, Marcia Nazaré Rodrigues Barros, José Roberto Pereira Damasceno

DISPUTAS TERRITORIAIS E A FORMAÇÃO SÓCIOECONÔMICA DA REGIÃO FRONTEIRIÇA DO PAMPA GAÚCHO.....377

Paulo Cassanego Jr, Deivid Forgiarini

LEGISLAÇÃO TRABALHISTA APLICÁVEL AO FRONTEIRIÇO BRASIL-BOLÍVIA.....403

Tchoya Gardenal Fina Nascimento, Fernando Lara Rocha De Almeida

MERCADO DE TRABALHO NA ZONA DE FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA: A MOBILIDADE DE TRABALHADORES BOLIVIANOS PARA O BRASIL.....422

Pedro Aguiar Tinoco Do Amaral

MÍDIA LOCAL DE FRONTEIRA NO EXTREMO SUL BRASILEIRO: O AGRONEGÓCIO
COMO NOTÍCIA.....439
Thaís Leobeth Dos Santos, Karla Maria Müller

O ARRANJO TERRITORIAL E SUA INFLUÊNCIA NAS RELAÇÕES DE CONTROLE
ESTABELECIDAS NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA COM OLHAR ESPECIAL NA
CIDADE DE CORUMBÁ-MS.....454
Éder Damião Goes Kukiel

**Eixo 4 - Limites estratégicos: geopolítica, soberania e relações internacionais,
globalização, segurança pública, conflito e violência**

INTEGRAÇÃO E CONFLITO NA VISÃO DE JORNALISTAS DA FRONTEIRA BRASIL-
PARAGUAI.....470
Gesiel Rocha De Araújo

PROTEGER, ADMINISTRAR E CONTROLAR: INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E
AUTORIDADES NA FRONTEIRA DO IMPÉRIO COM A BOLÍVIA.....485
Divino Marcos De Sena

**Eixo 5 - A natureza e seus usos: conservação, sustentabilidade, turismo,
frentes, reforma e outras dinâmicas agrárias (assentamentos, agronegócio,
agricultura familiar)**

A INFLUÊNCIA DA CHEIA NA COMUNIDADE DA BARRA DO SÃO LOURENÇO
PANTANAL SUL-MATO-GROSSENSE.....508
Tayrine Pinho De Lima Fonseca; Aguinaldo Silva; Beatriz Lima De Paula Silva

O TURISMO NA ESTRADA PARQUE PANTANAL, CORUMBÁ,
BRASIL.....522
Ronan Xavier Machado; Edgar Aparecido Da Costa; Sergio Iván Braticevic

COTIDIANOS FRONTEIRIÇOS: UMA REFLEXÃO A PARTIR DOS LUGARES

Cotidianos Fronterizos: Una Reflexión a Partir de los Lugares

Luiz Felipe RODRIGUES*

Dalila Tavares GARCIA**

Resumo: Este artigo busca discutir a reprodução da fronteira a partir de interações cotidianas de moradores e trabalhadores das cidades de Foz do Iguaçu – Brasil, *Ciudad del Este* – Paraguai e *Puerto Iguazú* – Argentina. A partir de observações e dados coletados em trabalho de campo, tratamos de mostrar a fronteira por meio de outros espaços, narrativas e imagens, propondo uma reflexão da fronteira a partir dos lugares do viver.

Palavras-chave: Fronteira, Cotidiano, Lugar.

Resumen: Este artículo busca discutir la reproducción de la frontera a partir de interacciones cotidianas de moradores y trabajadores de las ciudades de *Foz do Iguaçu* – Brasil, *Ciudad del Este* – Paraguay y *Puerto Iguazú* – Argentina. A partir de observaciones y datos colectados en trabajo de campo, tratamos de mostrar la frontera por medio de otros espacios, narrativas e imágenes, proponiendo una reflexión de la frontera a partir de los lugares del vivir.

Palabras-clave: Frontera, Cotidiano, Lugar.

Introdução

O presente estudo busca analisar a reprodução da fronteira nas cidades de *Ciudad del Este* (Paraguai), Foz do Iguaçu (Brasil) e *Puerto Iguazú* (Argentina) a partir de interações cotidianas que envolvem as trajetórias de vida de alguns moradores fronteiriços. Juntas, essas cidades mantêm relações de interdependência e complementaridade, onde coexistem elementos de integração e a desintegração, constituindo um aglomerado urbano transfronteiriço, que é um aglomerado urbano que se distribui sobre o limite internacional ocupando o território de dois ou mais países (CARNEIRO, 2016).

Algumas das interações que explicitaremos fazem parte do cotidiano dos bairros e das áreas periféricas dessas cidades, espaços pouco tratados nos estudos

* Graduado em Geografia (Bacharelado) pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). E-mail: luiz.felipe.r@outlook.com

** Graduada em Geografia (Bacharelado) pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). E-mail: dalila.tavares@hotmail.com

que discutem a fronteira. Acreditamos que esses outros espaços e seus cotidianos nos fornecem uma riqueza de detalhes para apreender o processo de transfronteirização nessas cidades. Com base em Ligrone (2006), Carneiro (2016) coloca que o processo de transfronteirização ocorre a partir de um conjunto de interações onde os habitantes de ambos os lados de uma fronteira transcendem os limites impostos ou herdados, incorporando a fronteira em suas práticas cotidianas de diversas maneiras.

Buscaremos entender esse processo a partir de observações e relatos coletados em trabalhos de campo, realizados em diferentes ocasiões, para explicitar algumas das interações socioespaciais nas cidades de fronteira aqui tratadas. Ao expormos os relatos dos moradores, adotaremos nomes fictícios para identificá-los e manter o anonimato. Também faremos uso de nossa própria experiência enquanto moradores da fronteira, pois moramos na cidade de Foz do Iguaçu por cinco anos, o que nos confere uma observação participante, pois estávamos inseridos na comunidade investigada, o que Marconi e Lakatos (2003) consideram como uma observação participante natural. Assim, salientamos que o trabalho de campo é fundamental para o desenvolvimento da pesquisa, pois:

Num mundo saturado de informação, mas também de estereótipos, preconceitos e reducionismos midiáticos ou acadêmicos postos como verdades, as atividades de campo – se pensadas como ferramentas éticas e políticas – permitem enfrentar o que está naturalizado pelas geopolíticas do conhecimento, ampliando horizontes conceituais e epistemológicos. (NAME, 2017, p. 16-17).

Na fronteira, o contato com o Outro, com o estranho, com o estrangeiro, torna-se parte do cotidiano dos moradores, conferindo interações complexas. Essas situações interativas fazem da fronteira uma zona de contato (MOURA e CARDOSO, 2016). Pretendemos discutir a reprodução da fronteira enquanto um espaço percebido, sentido e vivido a partir dessas relações nos lugares.

Lugar e cotidiano na fronteira

De acordo com Souza (2013), lugar se refere ao espaço percebido, vivido e dotado de significação. Nesse processo, a experiência e a imaginação humanas se apropriam das características físico-materiais de determinados espaços, criando orientações subjetivas a partir de suas vivências, e assim, produzindo sentidos e imagens de lugar. De acordo com o autor:

MEF. Programa de Pós-graduação em Estudos Fronteiriços. VI Seminário de Estudos Fronteiriços: Onde as fronteiras se encontram... Anais... Corumbá: UFMS, 2017. (2 a 4 de outubro de 2017).

Para além da óbvia dependência humana do espaço enquanto materialidade (substrato), e também para além da necessidade de constituição de territórios, há uma visceral necessidade psicológica de “lugarização”, de tornar familiares e dotar de significado e carga afetiva as porções do espaço com as quais mais interagimos (SOUZA, 2013, p. 124).

Desse modo, o conceito de lugar traz em primeiro plano uma dimensão cultural simbólica que envolve processos identitários e subjetivos, porém, isso não exclui suas dimensões políticas e de poder, uma vez que os lugares, na maioria das vezes, também são territórios, pois a interação entre as identidades sócio-espaciais se dão por meio de relações de poder especializadas, e assim, a partir dos lugares, podem surgir, por exemplo, territorialidades alternativas àquelas planejadas por órgãos governamentais (SOUZA, 2013, p. 115-122).

Nesse sentido, propomos pensar a (re)produção do espaço de fronteira por meio dos lugares. De acordo com Silva (2008, p. 219), “O estudo do espaço convertido em um lugar humanizado e pleno de conteúdo da ação e da vivência das pessoas conduz a que esse espaço seja carregado de significados e adquira, portanto, um sentido de lugar”. Segundo Carlos (2014, p. 53), a reprodução do espaço é um aspecto da reprodução da vida, pois as práticas sociais se realizam espacialmente, e nesse processo, um se realiza no e por meio do outro. As práticas sociais no espaço de fronteira são dotadas de singularidade, uma vez que, os sujeitos estão em constante relação com o outro lado da fronteira: outro país, outras línguas, outros comportamentos, outra cultura, outras leis, outras moedas, outros produtos, e outras coisas mais.

Dessas interações se desprendem conteúdos que são apropriados pelos sujeitos, e na fronteira podemos perceber isso a partir da mistura de línguas, das trocas culinárias, dos costumes, das interações comerciais, das músicas que são ouvidas em ambos os lados e outras coisas que conferem um universo de múltiplas trocas e apropriações. Essa multiplicidade tende a produzir um espaço múltiplo, onde as interações amistosas e conflituosas coexistem. Assim, a espacialidade das relações sociais pode ser compreendida através da abordagem da vida cotidiana inserida nos múltiplos processos que reproduzem o espaço e as relações sociais em seus mais variados sentidos e expressões (CARLOS, 2014, p. 64). Com isso, compreendemos que:

A reprodução do espaço enquanto produto social é produto histórico e, ao mesmo tempo, realidade presente e imediata. Esta se realiza no cotidiano

social e aparece como forma de ocupação e/ou utilização de determinado lugar, num momento específico – revelando a dimensão do lugar como espaço-tempo da prática sócio-espacial. (CARLOS, 2014, p. 68).

As práticas sociais se realizam no plano do lugar, mas não excluem outras escalas, e desse modo, a vida humana se realiza nos atos do cotidiano, através das possibilidades de uso e apropriação dos espaços-tempos (CARLOS, 2014, p. 64). A fronteira é apropriada e reproduzida implicitamente a partir das mais variadas interações. Aqui, nos limitaremos a falar de três delas: interações simbólico-culturais, interações de trabalho e interações de vizinhança, utilizando como exemplo, relatos de moradores, observações, e experiências vividas nas cidades da Tríplice Fronteira. Ao discutirmos essas interações, perceberemos que todas estão interrelacionadas, e sendo assim, não é possível entendê-las isoladamente.

Interações simbólico-culturais na fronteira

Na Tríplice Fronteira, o encontro de Argentina, Brasil e Paraguai faz com que se produzam interações de diferentes idiomas, músicas, costumes, comportamentos, moedas, comidas e uma variedade de outras coisas. A Tríplice Fronteira também atrai turistas de outras regiões do Brasil e de outros países para visitarem os atrativos locais, como as Cataratas do Iguazu entre Brasil e Argentina, a Usina Hidrelétrica de Itaipu entre Brasil e Paraguai, o comércio de importados em *Ciudad del Este* no Paraguai e os atrativos gastronômicos de *Puerto Iguazú* na Argentina. Essas cidades também abrigam comunidades de imigrantes, onde se destacam os de países árabes do Oriente Médio e os chineses. Foz do Iguazu conta com um templo budista e com uma mesquita, local onde se cultua a religião islâmica, tendo uma também em *Ciudad del Este*.

Ao andar nas ruas de Foz do Iguazu, podemos encontrar mulheres vestidas com burcas que cobrem o corpo todo, e também com burcas que cobrem apenas o cabelo e parte do rosto e pescoço. Também é possível sentir o cheiro de *shawarma*, um lanche “árabe” feito com um pão de espessura fina, recheado com carne de gado ou frango com um tempero especial, tomate, batata frita, alface, e acompanhado de molho de alho. Os recheios variam por estabelecimento. Certamente a preparação de *shawarma* em alguns desses locais já incorporaram um toque brasileiro. As donas e donos de alguns estabelecimentos que vendem o

lanche “árabe” são brasileiros e incorporaram o *shawarma* para criarem seus negócios e garantirem o seu sustento.

Escutam-se pessoas conversando em árabe, espanhol, guarani. E também turistas falando em inglês, em alemão, em coreano. Lembro que uma vez eu estava na rodoviária de Foz do Iguaçu pedindo um sanduíche na “*Subway*”, uma franquia de lojas que vendem sanduíches que são montados de acordo com a escolha de ingredientes de cada cliente, e ao meu lado chegou uma turista coreana ou chinesa, enfim, não soube distinguir, e ao pedir o seu lanche, a comunicação se tornou difícil. Ela tentava falar o inglês, mas as atendentes não entendiam. Tentei intervir com o meu péssimo inglês, apontando com o dedo nos desenhos dos ingredientes no cardápio para ajudá-la. Em um momento tentei traduzir “queijo prato”, e acabei dizendo “*cheese plate*” para ela, e depois ao pesquisar, vi que a minha explicação não fazia sentido na língua estrangeira. Ao final, ela conseguiu pedir o seu lanche, ainda que com dificuldades.

Nas ruas de Foz, trabalham várias vendedoras e vendedores ambulantes, e um número considerável desses trabalhadores se deslocam do Paraguai para venderem suas mercadorias no lado brasileiro. Entre os produtos vendidos, está o alho, a chipa, erva para tereré, amendoim, frutas, roupas, entre outros (RODRIGUES, 2016, p. 78-79). O fato de estarem vestidos com uma camisa de um time paraguaio, oferecerem seus produtos com um sotaque diferente misturando o português e espanhol, ou vendendo uma erva para tereré produzida no Paraguai ou a chipa que é um alimento tradicional da cultura paraguaia, faz com que as pessoas que os veem, os notam, conversam ou compram seus produtos lembrem que o Paraguai está presente ali, assim como a fronteira. Certamente, em muitos casos, as presenças dessas vendedoras e vendedores torna-se algo banal, ou simplesmente seja ignorada.

Ciudad del Este no Paraguai, por contar com um comércio variado, recebe muitos turistas, na maioria brasileiros, em busca de produtos mais baratos, entre eles eletrônicos, mantas e cobertores, alimentos importados, perfumes e cosméticos, etc. Ao andarmos na área comercial da cidade, percebemos que sons do grande movimento de veículos e pessoas e o cheiro de churrasquinho de rua com o cheiro dos perfumes importados vendidos em algumas lojas se misturam. Entre grandes shoppings, lojas variadas, vendedoras e vendedores ambulantes e camelôs, é

oferecido uma série de coisas para as pessoas que por ali passam: “*Pen drive* amigo? *Calcinha* amiga? O que procura amigo? Cinco meias por dez? Por cinco?” A maioria dos trabalhadores ali, mesmo sendo paraguaios, incorporaram o português em seu cotidiano, seja por estarem ao lado do Brasil e atenderem clientes brasileiros, como também por comprarem mercadorias no país vizinho, assistirem canais de televisão brasileiros, ou ouvirem músicas em português como o sertanejo e o funk como percebemos nas ruas. Mas isso não nos impediu o encontro com paraguaias e paraguaios falando em guarani, ou de entrarmos em um estabelecimento e se deparar com uma chinesa falando no telefone em mandarim, e comprar um suco de *aloe vera* (babosa) fabricado em Taiwan ou na Coréia do Sul ou uma bala de feijão produzida na China confundindo com balas de iogurte pela cor rosa da embalagem.

Ao ir a *Puerto Iguazú* na Argentina, podemos comprar alfajores, vinhos, queijos, azeitonas, azeites de oliva e salames argentinos, e também comer empanadas e tomar uma cerveja argentina em uma feirinha que tem lá. Podemos encontrar algumas vezes vendedoras e vendedores ambulantes indígenas vendendo seus artesanatos em um canto das ruas. Uma vez encontramos uma indígena com um cocar de penas, vendendo tapetes e bolsas artesanais (imagem 1). Nem argentinos, nem paraguaios, e nem brasileiros, mas sim Guaranis.

Imagem 1 – Vendedora ambulante indígena em *Puerto Iguazú* (Argentina)



Fonte: Registro nosso, 2016.

Poderíamos explicitar aqui uma variedade de situações para demonstrar a complexidade de encontros com a multiplicidade no cotidiano dessas cidades fronteiriças. Multiplicidade que muitas vezes atravessa as nacionalidades que pretendem ser fixas e homogêneas, e nesse sentido, compreendemos que:

As identidades são pensadas a partir das diferenças. A relação tensa entre identidade e alteridade permite a compreensão da identificação nacional como algo relacional, situacional, móvel e instável. Não existem identidades fixas, consolidadas, essenciais e eternamente dadas. As identidades nacionais, étnicas, regionais e locais são reelaboradas, redefinidas, contestadas e contrastadas com outras identidades a partir dos confrontos políticos, econômicos, culturais e simbólicos do tempo presente (ALBUQUERQUE, 2010, p. 235).

Os encontros com coisas e pessoas diferentes, de outros lugares, tornam-se uma viagem cotidiana, banal, e muitas vezes, um desejo, um gozo e um fetiche de ver e consumir o que é diferente. Mas também alimentam, em muitos casos, conflitos, intolerância, preconceitos, isolamentos, marginalidade e estereótipos, uma vez que essas interações estão permeadas de relações de poder que são históricas e envolvem questões de classe, gênero, raça, etnia, nacionalidade, etc. Nesse sentido:

As fronteiras são fluxos, mas também obstáculos, misturas e separações, integrações e conflitos, domínios e subordinações. Elas representam espaços de poder e de conflitos variados. Há uma disputa e confluência de nacionalidades nesse espaço social singular [...] (ALBUQUERQUE, 2010, p. 235).

Mas por que explicitamos todas essas situações? Porque a partir delas é possível ter uma noção da complexidade das interações socioespaciais que envolvem dimensões simbólico-culturais nas cidades de fronteira. Conforme Oliveira, nas regiões de fronteira, temos exemplos privilegiados de interação intercultural e interétnica, pois:

As regiões de fronteira, em maior ou menor grau, abrigam sistemas de interação entre nacionalidades e etnias extremamente variadas, e não apenas indígenas, [...] mas também entre contingentes populacionais massivamente representados por imigrantes de diferentes nacionalidades (OLIVEIRA, 2006, p. 107).

Os múltiplos elementos que produzem o universo simbólico-cultural na fronteira se incorporam nas práticas socioespaciais e no cotidiano, tornando-se familiares e dotados de significado para os sujeitos. Nesse sentido, a fronteira para os sujeitos que a vivenciam, é reconhecida cotidianamente pelos sons, cheiros,

mercadorias, sabores, imagens e códigos que são apreendidos e vivenciados pelos sujeitos em suas mais variadas interações socioespaciais transfronteiriças.

Trabalhos transfronteiriços

Na fronteira, surgem vários tipos de trabalhos que a utilizam como estratégia. Várias são as possibilidades, e muitas delas, se dão em redes sócio-laborais complexas. Alguns compram determinados produtos de um lado para vender no outro de acordo com a disponibilidade desses produtos e também com a diferença entre os câmbios monetários. Há pessoas que trabalham com o câmbio de dinheiro. Outras transportam as pessoas e mercadorias que estão indo e vindo para fazer compras ou trabalhar do outro lado: taxistas, moto táxis, canoeiros, ou motoristas de “piruas” (vans comuns no Paraguai). Certamente, existem casos em que são transportadas coisas ilícitas, mas não são todos. Muitas vezes, em meio ao desemprego e à necessidade, essas atividades que se aproveitam do que a fronteira tem a oferecer, são as que possibilitam o sustento e sobrevivência de muitas famílias.

Garcia (2016) analisa as interações de fronteira através das práticas de donas e donos de *almacenes* (pequenos comércios familiares de bairro parecidos com mercearias) em *Ciudad del Este* no Paraguai. No trabalho, a autora pode constatar que essas pessoas atravessam regularmente aos países vizinhos para comprar mercadorias e vendê-las em seus comércios, e essa prática possibilita maior diversidade de produtos e maior lucro, uma vez que, se aproveita da diferença de preços dos produtos em cada país, e também, da diferença de câmbios (GARCIA, 2016, p. 26-27). Esses estabelecimentos, geralmente, são extensões das casas, e a maioria são cuidados por mulheres, que ao mesmo tempo, desempenham tarefas de donas de casa. A maior parte da clientela dos *almacenes* é composta pelos vizinhos, e nesse sentido, há uma relação dialética entre comércio e relações de vizinhança. (GARCIA, 2016, p. 25-26).

Rodrigues (2016) pôde constatar a presença de várias/os vendedoras e vendedores ambulantes paraguaias e paraguaios na cidade de Foz do Iguaçu no Brasil (imagem 2). No cotidiano, muitos desses trabalhadores almoçam, convivem em família, tomam tereré e fazem amizades nos locais onde trabalham (RODRIGUES, 2016, p. 94). Em alguns casos, esses trabalhos juntamente com os lugares de trabalho, passam de geração a geração, e acabam sendo dotados de

memórias e significados. Alguns desses trabalhadores começaram a acompanhar e a ajudar desde crianças seus pais em seus trabalhos, e quando adultos, continuaram a exercer as mesmas atividades, e às vezes, nos mesmos lugares (RODRIGUES, 2016). Francisca, uma vendedora ambulante paraguaia que entrevistei durante a pesquisa de meu trabalho de conclusão de curso de graduação, vende seus produtos em Foz do Iguaçu em uma mesinha colocada em uma calçada do centro da cidade, e relatou que começou a trabalhar com a sua mãe desde os sete anos de idade no mesmo lugar em que costuma trabalhar atualmente (RODRIGUES, 2016, p. 93).

Imagem 2 – Vendedor ambulante paraguaio no centro de Foz do Iguaçu



Fonte: Registro nosso, 2016.

Nesse sentido os sujeitos mantêm vínculos com o trabalho e com o espaço onde o realizam, que nos casos explicitados, são lugares em situação de fronteira. Assim, a fronteira ganha sentido de lugar, pois compõe a trajetória de vida desses trabalhadores: seja pela memória e significado familiar ou pelas diversas

sociabilidades e elementos simbólicos que se desprendem a partir desses lugares onde realizam suas práticas.

Bairros e relações de vizinhança em uma cidade de fronteira

Conforme Souza (2013, p. 151), a evolução do conceito de bairro convoca as noções de espaço vivido e identidade sócio-espacial¹. Já a vizinhança para Souza, é uma unidade menor que o bairro, e pode estar composta em um quarteirão, em uma rua, em um prédio, ou condomínio fechado (SOUZA, 2013, p. 156). As redes de relações de vizinhança nos bairros se dão por meio das práticas laborais, comerciais, religiosas e afetivas. Elas são sempre condicionadas por uma complexidade de questões que envolvem classe, gênero, raça/etnia, faixa etária, e espaço material como o tipo de construção das casas, a presença de praças e outros lugares de encontro.

Colocamos aqui os bairros e as relações de vizinhança como exemplos de outros espaços e relações nas cidades de fronteira. Portanto, nesta parte do artigo falaremos um pouco de duas áreas periféricas de Foz do Iguaçu, o bairro Vila C e a Ocupação Bubas. Destacaremos algumas das interações e problemas vivenciados pelos moradores que nem sempre são mostrados. Procuraremos também explicitar relações de vizinhança e algumas situações de fronteira no cotidiano dos bairros abordados.

Bairro Vila C: vizinhos, cores e sabores

A Vila C é um bairro da região norte de Foz do Iguaçu construído durante as obras da Usina Hidrelétrica de Itaipu para abrigar seus operários da escala inferior, e foi planejado para ser um bairro temporário, que seria destruído após o fim das obras da usina (VICTAL e SOUZA, 2011), porém os operários e suas famílias ali se instalaram e o bairro continua até os dias atuais. Por ser um bairro periférico, a Vila

¹ O autor difere os termos socioespacial e sócio-espacial, onde socioespacial, sem hífen, indica que “o “social” meramente qualifica o espacial”, e o sócio-espacial significa que o “sócio” indica que “se está falando, direta e plenamente, também das relações sociais” (SOUZA, 2013, p. 15-16).

C tem a sua imagem divulgada muitas vezes como um lugar perigoso. O bairro tem muitas de suas ruas esburacadas, sem calçamento para pedestre na maioria delas e alguns terrenos baldios onde se criam matagais que servem para algumas pessoas jogarem entulhos e lixo de todo tipo, que podem servir como criadouros de mosquito da dengue e outros insetos e animais peçonhentos.

Suas ruas na maioria são arborizadas, muitas das árvores são frutíferas ou de flores que trazem cores e sabores para quem passa por elas. Muitas dessas árvores estão nos terrenos das casas e acabam extrapolando os muros, que na maioria são baixos. Há pés de manga, de acerola, pitanga, banana, jaca, abacate, entre outros. Muitas casas têm em seus quintais pequenas hortas domésticas onde se plantam hortaliças, legumes e ervas variadas. Com isso, uma boa parte dos moradores trocam alimentos dessas hortas entre si, e acreditamos que em muitos casos, essa troca é o primeiro contato estabelecido na criação de relações de vizinhança.

Moramos aproximadamente três anos no bairro, e na primeira casa que vivemos tínhamos dois vizinhos: uma senhora, “Dona Madalena”, de aproximadamente 70 anos e um senhor, “Seu Tonho”, que também aparentava ter uns 70 anos de idade. Dona Madalena fez seu primeiro contato conosco nos chamando pelo muro para nos dar um cacho de banana colhido no seu quintal, o que se repetiu outras vezes, com outras coisas. Certa vez nos disse que havia visto na horta da nossa casa um pé de batata doce, e nos pediu uma quantidade para cozinhar, e que ela traria para nós experimentarmos. Seu Tonho também estabeleceu seu primeiro contato conosco nos entregando um maço de couves frescas do seu quintal. Outras vezes nos deu cebolinha, salsinha, banana e até carne assada. Sempre nos dizia que quando quiséssemos alguma verdura, podíamos lhe pedir. Durante esses contatos com Dona Madalena e Seu Tonho, surgiam outras conversas e outras informações sobre coisas e pessoas do bairro, e assuntos variados.

Nos domingos, era realizada uma feirinha de agricultura familiar, projeto de extensão da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), onde alguns moradores vendiam alimentos cultivados em suas hortas domésticas. Durante a semana, se ouvia vendedoras e vendedores ambulantes passando nas ruas vendendo seus produtos. Alguns eram brasileiros, uns moradores do bairro e outros não, e alguns eram paraguaios. Sabíamos de onde eram pelas coisas que

vendiam e pelo sotaque da fala. Os ambulantes de nacionalidade paraguaia andavam pelas ruas a pé vendendo alho e roupa, e em seus anúncios, muitas vezes misturavam o português e o espanhol “*alho patrona?*”, “*alho, alho, alhô!*”. Havia um vendedor brasileiro que vendia alho, porém passava nas ruas de moto e anunciava “*olha o alho roxinho!*”. Em uma das ocasiões conversamos com este vendedor, e ele nos contou que o alho que vende é comprado em Puerto Iguazú na Argentina.

As vendedoras e os vendedores ambulantes paraguaias e paraguaios fazem com que o Paraguai esteja presente ali no bairro, em cada um de seus anúncios em *portuñol*, e também nas relações de compra e venda. Nos últimos meses em que moramos no bairro, começou a transitar nas ruas um vendedor de verduras que era morador do bairro. Ele passava de bicicleta anunciando “olha a verdura!”, “alface, cebolinha, almeirão!”. Às vezes, podíamos ouvir os anúncios desse vendedor brasileiro, e ao mesmo tempo, os anúncios dos ambulantes paraguaios. Esses trabalhadores e trabalhadoras se cruzavam diariamente nas ruas. Encontros cotidianos em um bairro de uma cidade de fronteira.

Ocupação Bubas: organização comunitária para o direito à cidade

Visitamos a comunidade da Ocupação Bubas em um trabalho de campo no ano de 2014. O desemprego e aumento dos aluguéis foram uns dos motivos que forçaram algumas famílias a participarem da ocupação, já que se manter pagando aluguel se tornou impossível.

Angela, de quarenta e cinco anos, moradora do Bubas, nos contou que muitas famílias que estão ali viviam nas proximidades pagando aluguel, mas, com as especulações da construção de uma segunda ponte entre Brasil e Paraguai para melhorar o trânsito de mercadorias entre os dois países, que ficaria próxima dali, fez com que os aluguéis na região comesçassem a aumentar. Outro morador, de vinte e sete anos, contou que “Teve uma hora que tivemos que escolher entre pagar aluguel ou comprar comida”.

De acordo com os relatos, o terreno do empresário Francisco Bubas foi ocupado a partir do ano de 2013, e serve de moradia para muitas famílias que tiveram que sair de suas casas. No ano de 2014, de acordo com Angela, moravam

na ocupação 886 famílias, a maioria de Foz do Iguaçu, mas tinha famílias de Cascavel (Paraná), do Paraguai e da Argentina.

A solução encontrada por essas famílias foi construir barracos provisórios, e continuar com a esperança de que o poder público solucionasse os problemas de moradia. É bem claro que a ocupação não conta com investimento público, pois a mesma não era reconhecida como comunidade pelo poder público da cidade. Há uma fronteira entre a cidade formal e a ocupação.

Uma reclamação das famílias que ali moram é que a população não podia ser atendida nos postos de saúde, nem podia chamar ambulância para alguma emergência, já que não tinha como comprovar residência fixa, e desse modo, era tratada como se não existisse. Somente após a população se manifestar na mídia por seus direitos, pelo fato de um senhor da ocupação ter falecido por terem negado atendimento a ele por não possuir endereço, que a ambulância passou a atender casos a população da ocupação.

A organização da ocupação e a construção das casas foram feitas pelos próprios moradores. Segundo moradores que conversamos, as casas que tinham energia elétrica eram resultados de “gatos” feitos pelos moradores, e a água encanada também. Não raro, encontramos canos e fios de alta tensão espalhados por vários locais da ocupação. O saneamento básico é ausente. A manutenção da ocupação é feita pelos moradores, inclusive a abertura das ruas.

Imagem 3 – Rua na Ocupação Bupas



Fonte: Registro nosso, 2014.

Os moradores mantêm uma organização na ocupação que é separada por blocos. Na ocasião existiam três coordenadores, e cada coordenador era responsável por dois blocos, onde faziam chamadas para terem controle de quantas famílias entravam e saíam da ocupação. De acordo com Angela, eram realizadas reuniões regulares com os moradores para manter a organização da coletividade. Segundo ela, é prejudicial se alguém não cumpre com as responsabilidades na ocupação, pois prejudica a todos. Ela nos deu um exemplo de que se alguém se envolve com algo ilícito ou com o crime na ocupação, isso pode trazer problemas para a legitimação da luta da comunidade, favorecendo estereótipos que prejudicam ainda mais a imagem da ocupação. Essa organização e união são o que os mantem ali.

Considerações Finais

Buscamos por meio de nossas experiências e coleta de dados em trabalho de campo, explicitar outros espaços, outras práticas e outras narrativas que (re)produzem cotidianamente as cidades da Tríplice Fronteira. Entendemos que as experiências empíricas são de fundamental importância para entender os

entremeios desse processo, pois nos oferecem outras perspectivas para a apreensão da realidade.

A partir das interações explicitadas, se revela um cotidiano marcado por complexas interações socioculturais, onde a fronteira é acionada pelas estratégias de seus moradores, seja para trabalhar, comprar mais barato, conhecer lugares, pessoas, comidas e coisas diferentes, e para sobreviver. Essas variadas micro-relações cotidianas reproduzem a vida e reproduzem também a fronteira em um vibrante processo de transfronteirização onde as práticas sociais não obedecem aos limites impostos.

Com isso, salientamos a necessidade de pensarmos esse processo a partir dos bairros, dos lugares vividos, que são múltiplos, onde a fronteira é apropriada e praticada pelos sujeitos. Esses outros espaços nos oferecem outros olhares da (re)produção da fronteira, que podem contribuir significativamente para o avanço dos estudos fronteiriços.

Abordar esses outros espaços é também uma necessidade política. Um olhar cotidiano nos mostra que a fronteira é lugar de existência, resistência, e de solidariedade, onde os sujeitos por meio de suas práticas e estratégias cotidianas buscam assegurar sua sobrevivência. Nesse sentido, como salientam Moura e Cardoso (2006), é importante pensarmos essas práticas e mobilidades para reforçar a emergência de formular políticas públicas integradoras que tenham em conta as particularidades da população da fronteira.

Referências

ALBUQUERQUE, J. L. C. **A dinâmica das fronteiras**: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. São Paulo: Annablume, 2010.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. 1. ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014, p. 53-73.

CARNEIRO, Camilo Pereira. **Fronteiras irmãs**: transfronteirizações na Bacia do Prata. Porto Alegre: Editora Ideograf, 2016.

GARCIA, Dalila Tavares. **Almacenes paraguaios**: interações espaciais e relações de sociabilidade. Trabalho de Conclusão de Curso – Graduação em Geografia (Bacharelado). Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MOURA, Rosa; CARDOSO, Nelson Ari. Mobilidade transfronteiriça: entre o diverso e o efêmero. **Cidade e movimento**: mobilidades e interações no desenvolvimento urbano – Renato Balbim; Cleandro Krause; Clarisse Cunha Linke (Org.). Brasília: IPEA: ITDP, 2016, p. 205-222.

NAME, Leonardo dos Passos Miranda. Prefácio: O Trabalho de Campo num Mundo Saturado de Informações. In: (Org.) ANDRÉ, André Luís e FERRO, Silvia Lilian. **Globalização, Regionalização e as Novas Ruralidades!** 1. ed. Brasil, 2017.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Os (des)caminhos da identidade (Etnicidade e multiculturalismo). In: _____. **Caminhos da Identidade**: Ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Paralelo 15, 2006, cap. 3.

RODRIGUES, Luiz Felipe. “Olha o alho!” **A cidade de fronteira nos passos do sujeito**. Trabalho de Conclusão de Curso - Graduação em Geografia (Bacharelado). Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2016.

SILVA, Susana Maria Veleza da. O comércio de rua: lugar de trabalho e de relações familiares. **A emergência da multiterritorialidade**: a resignificação da relação do humano com o espaço. Álvaro Luiz Heidrich *et al.* (Org.). Canoas: Editora ULBRA; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, p. 215-224.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

VICTAL, Jane; SOUZA, Adelita Araujo de. A urbanização de fronteira e as relações latino-americanas: estudo de caso das Vilas de Itaipu. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.13, n.1, maio de 2011, p. 75-89.

EDUCAÇÃO INTERCULTURAL EM ESCOLAS FRONTEIRIÇAS: DIÁLOGOS SOBRE FRICÇÕES CULTURAIS NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA

*Educación Intercultural en Escuelas Fronterizas: Diálogos sobre Fricciones
Culturales en la Frontera Brasil-Bolivia*

Carlo Henrique GOLIN*

Luis Otavio Teles ASSUMPÇÃO**

Resumo: O trabalho apresenta algumas impressões sobre diferentes situações observadas num contexto escolar de fronteira (Brasil-Bolívia), vivenciado em Corumbá/MS. Neste sentido, articulou-se uma discussão sobre as diferenças identitárias em uma escola pública fronteiriça e a educação intercultural, principalmente dialogando sobre a presença da diversidade cultural nessa região de fronteira. O presente trabalho tem característica de um estudo observacional descritivo, com base metodológica nos estudos de fronteira e nos procedimentos etnográficos. Os resultados demonstram certas especificidades, dificuldades e potencialidades nos diferentes contextos da escola pesquisada, especialmente quanto à superação de conflitos identitários entre os alunos devido à diversidade cultural local.

Palavras-chave: Identidade, Interculturalidade, Fronteira.

Resumen: El trabajo presenta algunas impresiones sobre diferentes situaciones observadas en un contexto escolar de frontera (Brasil-Bolivia), vivenciado en Corumbá/MS. En este sentido, se articuló una discusión sobre las diferencias identitarias en una escuela pública fronteriza y la educación intercultural, principalmente dialogando sobre la presencia de la diversidad cultural en esa región de frontera. El presente trabajo tiene características de un estudio observacional descriptivo, con base metodológica en los estudios de frontera y en los procedimientos etnográficos. Los resultados demuestran ciertas especificidades, dificultades y potencialidades en los diferentes contextos de la escuela investigada, especialmente en cuanto a la superación de conflictos identitarios entre los estudiantes debido a la diversidad cultural local.

Palabras clave: Identidad, Interculturalidad, Frontera.

Introdução

O presente trabalho de pesquisa¹ foi desenvolvido em Corumbá, cidade brasileira pertencente ao estado de Mato Grosso do Sul (MS), município fronteiriço

* Graduado em Educação Física; Mestre e Doutor em Educação Física; docente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS/CPAN; e-mail: carlohenriquegolin@hotmail.com

** Graduado em Sociologia; Mestre e Doutor em Sociologia; docente da Universidade Católica de Brasília - UCB; e-mail: luiso@ucb.br

com a Bolívia. Em função desta situação de fronteira, procurou-se analisar diferentes interações, particularidades e nuances socioculturais que se fazem presentes nestes universos particulares.

As diversidades próprias deste contexto, oriundas da proximidade e contatos entre países contíguos (no caso, Brasil-Bolívia), influenciam consideravelmente a dinâmica regional, afetando sobremaneira algumas questões, em particular os movimentos pendulares² da população da região, os quais acabam provocando efeitos nas demandas e dinâmicas educativas do município.

Este trabalho apresenta e tenta analisar em que medida estas situações de contato e interação social e intercultural permeiam as ações pedagógicas dos professores e a identidade dos alunos, especialmente levando em consideração o contexto de escola pública localizada em território fronteiriço.

Estas análises tomaram por base as primeiras impressões divulgadas por Golin (2017), especialmente quando observou algumas questões presentes no cotidiano escolar, relatando e analisando situações de aproximação e conflito interétnico entre alunos. Também foram objeto de discussões alguns aspectos da infraestrutura e utilização da biblioteca, ambos oriundos da “Escola Municipal Centro de Atendimento Integral à Criança (CAIC) - Padre Ernesto Sassida”, em Corumbá/MS.

Vale ressaltar que foi selecionada, como amostra do estudo, uma escola, dentre as unidades de Corumbá, com maior fluxo de discentes bolivianos³ – dados de 2015, provenientes do Programa G-SEA (Sistema de Gestão em Saúde, Educação e Assistência Social) da Prefeitura Municipal de Corumbá/MS. Naturalmente, esta situação implica em diferentes etnias em contato, com distintas identidades, particularmente referente à nacionalidade, o que influencia e interfere nos processos de aproximação e distanciamento entre os alunos deste contexto escolar.

Portanto, no trabalho serão destacadas algumas situações relacionadas às diferenças identitárias na escola pesquisada e sua relação com a temática da educação intercultural, inserida, de modo especial, no debate da diversidade cultural presente em regiões fronteiriças.

Identidade e educação intercultural

Apresentaremos alguns conceitos sobre as relações entre interculturalidade e identidade no contexto de fronteira, as quais influenciam as práticas educativas nas escolas ali situadas. Com efeito, é muito expressiva a heterogeneidade cultural em regiões com interação fronteiriça internacional, gerando peculiaridades nas múltiplas identidades locais, as quais se mostram bastante fluidas, guardando certa analogia com os estudos de Bauman (2005). Nestes espaços, percebe-se que as identidades adquirem novos contornos e configurações, tornando-se ainda mais complexas devido à lógica multifacetada e interdependente destas regiões.

Para melhor interpretar estas identidades, Nascimento (2012) resgata o conceito de “aculturação”, isto é, um processo pelo qual duas ou mais culturas entram em contato através da imigração, da absorção cultural, das relações sociais fronteiriças, dos processos educacionais, etc, levando constantemente a reconfigurações, rearranjos e ressignificações sociais, culturais e simbólicas.

Oliveira (1976, p. 103) traz outro importante elemento para a discussão – a ideia de “assimilação”, a qual pode ser entendida como um “processo pelo qual o grupo étnico se incorpora noutro perdendo sua peculiaridade cultural e sua identificação étnica anterior”.

Giddens (2008, p. 258) também refletiu sobre esta ideia. Para ele, assimilação significa que

[...] os imigrantes abandonam os seus usos e costumes, passando a pautar o seu comportamento pelos valores e normas da maioria. Uma abordagem deste tipo exige que os imigrantes mudem a sua linguagem, forma de vestir, estilo de vida e a sua cultura como parte da integração na nova ordem social.

Associado a esta noção, é possível resgatar a imagem de “*melting pot*”, sugerida por Giddens (2008, p. 258), a qual favorece a discussão e melhor compreensão de sociedades fronteiriças. Com efeito, ao contrário de “se dissolverem as tradições dos imigrantes a favor das dominantes no seio da população pré-existente, misturam-se todas para formar novos padrões culturais”. Observa-se que, em regiões de fronteira com interação internacional, este processo tende a se intensificar e a se tornar mais complexo e multifacetado.

Importante contribuição para este debate tem origem na reflexão do antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira (1976), sobretudo ao propor a noção de “fricção interétnica” nas situações de contato social. O autor mostra que, apesar das trocas e das mudanças culturais, de alguma forma as diferentes identidades ainda persistem, de forma mais ou menos ressignificadas. Na verdade, as identidades se

modificam e se reestruturam a todo tempo, adquirindo caracteres híbridos. O antropólogo argumenta que, em situações de elevada complexidade e contato cultural, verifica-se que os elementos socioculturais não se perdem ou se alteram completamente; de outra forma, eles tendem a se transformarem, se rearranjarem e adquirir novas significações.

Acrescenta Cunha (1986, p. 99) que a “cultura original de um grupo étnico, na diáspora ou em situações de intenso contato, não se perde ou se funde simplesmente, mas adquire uma nova função essencial e que se acresce às outras”.

De forma análoga Bauman (2005, p. 17) analisa situações de pertencimento e identidade, afirmando que ambos não teriam a solidez da rocha, não estão “garantidos para a eternidade”, sendo “bastante negociáveis e revogáveis, e as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age [...] são fatores cruciais tanto para o ‘pertencimento’ quanto para a ‘identidade’”.

Nesta mesma linha, Carrano (2008, p. 198-199) aponta que

as mais recentes formulações sobre o conceito de identidade se afastam da ideia de consolidação de um ‘eu’ estável que determinaria em definitivo a personalidade e o campo cultural dos indivíduos, tal como foi formulado na Modernidade. Hoje, individuar-se significa muito mais se redefinir continuamente. O verdadeiro obstáculo não estaria mais na capacidade ou não de mudança, mas em como assegurar a unidade e a continuidade da história individual num mundo de complexidades e alternâncias existenciais. [...] Assim, a identidade se configuraria como um sistema dinâmico, definido entre possibilidades e limites, que gera um campo simbólico no qual o sujeito pode conquistar a capacidade de intervir sobre si e reestruturar-se.

Por isso se afirma que a identidade étnica é adquirida e construída socialmente, incorporando diferentes transmissões da família e da comunidade, no tocante às tradições e aos costumes, não sendo nunca rígida e imutável, mas sempre com características fluidas e (re)adaptáveis (GIDDENS, 2008). Inclusive, em regiões fronteiriças esses processos tendem a se intensificar.

Vieira (2007) alimenta o debate mostrando que, a depender da atitude do sujeito frente aos desafios entre grupos de culturas diferentes, sobretudo quanto à negação da cultura de partida (origem), caracteriza-o (nomeia) como “oblato” ou “trânsfuga intercultural”. Para o autor, o sujeito “oblato”

[...] reeduca-se, assimila e assume os valores inerentes a esta nova cultura, ou seja, apodera-se deles e absorve-os de tal forma que faz transparecer àqueles com quem se relaciona a ideia de que nunca conheceu outra forma de ver e estar no mundo, relegando para um canto esquecido do seu íntimo a sua cultura de origem [...]. (ibidem, p. 6).

Viera (2007) aponta que por vezes esse sujeito “maquia” ou “metamorfoseia” sua identidade para “esconder” a cultura de origem. Já ao explicar o sujeito com característica de “trânsfuga intercultural”, o autor afirma que:

[...] apesar de aceitar e receber a nova cultura, não rejeita a sua cultura de origem, mas, pelo contrário, constrói pontes atitudinais e contextualizadoras entre as esferas culturais que atravessou ou incorpora no seu universo pessoal a aquisição cultural que dá uma nova dimensão à cultura de origem, mas que não a aniquila nem a substitui. (ibidem, p. 7).

Essas transformações culturais, independentemente de serem caracterizadas como “oblato” ou “trânsfuga”, na verdade carregam um hibridismo, uma espécie de “mestiçagem cultural”.

Neste sentido, são multiculturais no processo de construção. Mas, enquanto o trânsfuga intercultural mostra a sua hibridez (partindo da margem esquerda para atingir a direita, quando atinge esta última sabe que já habitou a primeira e não o esconde), o oblato esconde-a; ou seja, na realidade é também um ‘terceiro instruído’, mas não o mostra ser. Assume-se, em termos de atitude, como monocultural. Ao nível do explícito, manifesta só a chegada – a segunda cultura, num dado momento. (ibidem, p. 7).

Esta é uma discussão importante para aquele que se interessa por processos educativos, em particular nos casos de educação intercultural. Com efeito, nas escolas estamos sempre em contato com diversas culturas, etnias, classes, gêneros e, no caso de regiões de fronteira, nacionalidades, requerendo uma pedagogia que conduza para diálogos e partilhas entre os envolvidos no processo de formação escolar (VIEIRA, 1999). O debate sobre a identidade é fundamental nestes universos fronteiriços, pois apresentará os perigos e limites de posturas e atitudes etnocêntricas, onde um determinado grupo nega e/ou discrimina a existência do(s) outro(s) ser(es) humano(s).

Vale também considerar as informações de Lima (2002), quando afirma que no cotidiano da cidade de Corumbá, estes imigrantes, muitas vezes, acabam sofrendo um duplo preconceito – ao mesmo tempo discriminados como “bolivianos” e “indígenas”.

Portanto no processo educativo é preciso estar atento às redes de relações sociais quando se pensa a educação intercultural, especialmente o conhecimento sobre o outro, o “diferente”, aquele que não pertence ao grupo hegemônico. Todo processo pedagógico, em especial em região com intercâmbios internacionais, precisa resgatar a discussão sobre o “estranho”, para não cair no problema educacional de negação das diversas culturas presentes na escola.

Por exemplo, no âmbito da disciplina Educação Física, com certa frequência se nota uma carência em pensar a escola como um espaço de discussão e promoção da equidade na diversidade sociocultural. Desta forma, deve-se repensar a educação formal quanto à diversidade cultural, dando a devida atenção aos processos (in)diretos de discriminações sobre o corpo etnicamente diferente – no caso deste estudo, observando a complexidade na região de Corumbá/MS, espaço fronteiriço que constantemente interage com a população boliviana.

Materiais e métodos

O presente trabalho toma por base informações coletado na pesquisa desenvolvida por Golin (2017), especialmente observando o cotidiano da Escola Municipal Centro de Atendimento Integral à Criança (CAIC) – “Padre Ernesto Sassida”, de ensino fundamental. Assim, foram analisados relatos de situações de aproximação/conflito interétnico entre alunos, bem como aspectos sobre a infraestrutura e a utilização da biblioteca.

A escolha deste CAIC⁴ como local de pesquisa ocorreu por se tratar de uma unidade escolar urbana bastante próxima da fronteira Brasil-Bolívia e que, nesta região, possui o maior fluxo de alunos matriculados e residentes nas cidades bolivianas fronteiriças.

Esse complexo escolar (doravante denominado “CAIC”) se localiza na margem direita da rodovia Ramon Gomez (km 01), na cidade de Corumbá/MS, no bairro Dom Bosco, situado próximo à Câmara Legislativa e à Prefeitura Municipal. Paraphrasing Costa (2012), situa-se em uma “franja fronteiriça”, em uma distância aproximada de 4,5 km da linha de fronteira, a qual, no território boliviano, está próxima às cidades de Puerto Quijarro e Puerto Suárez, ambas pertencentes à província de Germán Busch, do departamento de Santa Cruz (JAIME, 2010).

Esclarecemos que na época da pesquisa (2015) o CAIC possuía um corpo discente de 438 alunos frequentando as aulas, dos quais 63% eram brasileiros e 37% ‘bolivianos’⁵ (GOLIN, 2017).

A pesquisa teve base teórica-metodológica nos estudos e discussões sobre o tema “fronteira”, alicerçado em dados quantitativos e em procedimentos etnográficos. Informamos que em termos protocolares, a pesquisa foi executada seguindo os pareceres aprovados pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPP), órgão responsável pela coordenação, pelo planejamento e pela avaliação

MEF. Programa de Pós-graduação em Estudos Fronteiriços. VI Seminário de Estudos Fronteiriços: Onde as fronteiras se encontram... Anais... Corumbá: UFMS, 2017. (2 a 4 de outubro de 2017).

das atividades de pesquisa e pós-graduação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), sob o nº. CI 2288/2013, datada de 8 de agosto de 2013⁶.

Resultados e discussões

Este trabalho destacou algumas informações observadas e coletadas durante o cotidiano do CAIC (GOLIN, 2017). Deste modo, diante das características e limitações textuais do presente trabalho, optou-se em descrever as primeiras aproximações e impressões sobre o contexto da pesquisa, articulando, de maneira especial, o tema educação intercultural e a relação com a diversidade identitária devido a região de fronteira estudada.

Um primeiro ponto se deu no tocante às questões legais sobre a presença de alunos oriundos e/ou com algum tipo de relação com o país vizinho (Bolívia). Com efeito, a escola os recebeu, os reconheceu e os matriculou, cumprindo suas atribuições jurídico-institucionais.

Também destacamos a utilização diversificada e 'híbrida' dos idiomas falados naquela escola de fronteira. Ao participarem de aulas e atividades práticas de Educação Física, e interagindo com os demais colegas, muitos diálogos eram estabelecidos em espanhol, fato repetido nos intervalos de aula (recreio). Por vezes percebia-se certo desconforto e alguma dificuldade de compreensão mútua, o que gerava alguns processos de discriminações e/ou chacotas.

Em relação ao transporte alguns problemas também se evidenciaram. Diariamente, muitos alunos realizam o movimento pendular, da Bolívia à escola brasileira e vice-versa em diferentes veículos, até porque não existe transporte coletivo público disponibilizado para eles, o que em muito facilitaria a mobilidade; percebeu-se que é sempre necessária a ajuda mútua entre familiares.

Outro tema investigado foi a percepção dos docentes em relação à maior ou menor integração dos alunos bolivianos na escola. Surpreendentemente, uma considerável parte deles sustentou haver uma boa integração entre o corpo discente, relatando existir satisfatória harmonia entre eles.

No entanto, as análises revelaram discrepâncias em relação a estas falas docentes. Dentre inúmeras, destacamos uma situação significativa. Em certo momento, quando o pesquisador se encontrava presente na quadra da escola, uma senhora boliviana – mãe de dois alunos, moradores de Puerto Suárez, estava conversando sobre a situação de seus filhos (de sete e 10 anos de idade) nas

MEF. Programa de Pós-graduação em Estudos Fronteiriços. VI Seminário de Estudos Fronteiriços: Onde as fronteiras se encontram... Anais... Corumbá: UFMS, 2017. (2 a 4 de outubro de 2017).

aulas⁷. Discorreu longamente sobre um deles, estudante do 4^o ano, relatando algumas dificuldades – apesar de relativo entendimento, não conseguia se expressar em português, nem com amigos nem com professores; pouco entendia sobre os jogos propostos pelos professores de Educação Física; pouco interagiu com colegas.

Incomodada, a mãe reclamou dos xingamentos dos colegas a seu filho mais velho, o qual, ao reagir agressivamente acabou sendo punido – não participaria da aula de Educação Física e nem sairia para o recreio. Questionados, os colegas o culpavam. Destaca-se que os diálogos, misturavam português,portunhol⁸ e espanhol.

O pesquisador então interveio, estimulando uma interessante discussão. Questionou-os sobre as razões do conflito, afinal: “*Vocês não eram todos amigos de classe*”? Um deles respondeu não ser amigo dele. Ao ser indagado, o principal sujeito do conflito sintetizou o problema intercultural, tão recorrente: “*Não gosto de bolivianos*”.

O mais impressionante foram os detalhes desse aluno ao dizer não gostar do outro por ser boliviano, tais como: dialogava em espanhol com a mãe para explicar porque brigou com seu filho; segundo relato dos demais, a sua avó também era boliviana, ou seja, apesar de acusar o colega de ser boliviano, também tinha origem boliviana; há pouco tempo morava na Bolívia; considerou que os demais eram amigos, contudo, todos esses meninos apontados por ele, nasceram no Brasil, só que são filhos de pais bolivianos e ainda moram na Bolívia, sendo que alguns, ao serem perguntados, se consideram ‘bolivianos’.

Noutra ocasião, de observação do contexto escolar, o pesquisador se aproxima de dois alunos, que estavam no conflito anterior, e que brincavam de bolita⁹, sendo ambos nascidos no Brasil, mas com familiares bolivianos e que moram na Bolívia. Nessa oportunidade foi perguntado se, normalmente, acontecia desentendimentos, ofensas, chacotas com os meninos ‘bolivianos’, especialmente por se expressarem apenas em espanhol. Um dos alunos questionados disse que muitas vezes ao estar no Brasil era denominado, pejorativamente, como “*bolivianinho*”. Segundo o mesmo aluno, na Bolívia lhe apelidaram de “*brasileirinho*”, sempre no sentido depreciativo. Portanto, este relato demonstra algumas dificuldades enfrentadas pelos alunos “fronteiriços”, especialmente no tocante aos conflitos relacionados à identidade.

MEF. Programa de Pós-graduação em Estudos Fronteiriços. VI Seminário de Estudos Fronteiriços: Onde as fronteiras se encontram... Anais... Corumbá: UFMS, 2017. (2 a 4 de outubro de 2017).

Embora preliminar, os casos relatados demonstram elementos típicos de etnocentrismo, inclusive assumindo identidades com características “oblatas”, como apontado por Vieira (2007). Nitidamente algumas situações expressam uma postura de pretensa superioridade cultural, especialmente ao comparar a condição étnica, assumindo atitude monocultural, com claras dificuldades em se colocar no lugar do outro.

Por outro lado, verificou-se que o intervalo (recreio) é um espaço de múltiplas culturas em contato. Observou-se a existência de interação em alguns momentos entre alunos brasileiros e ‘bolivianos’, com maior incidência no período vespertino, característica que pode ser relativizada por serem alunos de menor idade (Ensino Fundamental I). Apesar de que também existem separações, nas quais grupos de alunos ficam mais próximos nos seus subgrupos (brasileiros - ‘bolivianos’), correndo e brincando juntos.

Notou-se também que no período vespertino da escola o jogo de bolita é muito popular entre os alunos daquela unidade, com maior incidência entre os sujeitos ‘bolivianos’, porém existe interação entre alunos brasileiros e ‘bolivianos’. Outro fato é que existe maior predominância do sexo masculino no jogo, não obstante, foi também observado um pequeno grupo de meninas ‘bolivianas’ se arriscando, eventualmente, a jogar bolita.

Sobre a biblioteca: o CAIC possui uma. Nos registros internos, consta ter sido fundada em 1997 com o nome Biblioteca “Profa. Ruth Mariano Esnarriaga”, em homenagem à primeira diretora da unidade. Funcionou ininterruptamente até o final de 2012, ficando inativa entre os anos de 2013 e 2014, e reativada em 2015.

Em 2016 constavam em seus registros um acervo superior a 10 mil títulos, incluindo as anotações iniciais de 1997. Existiam, particularmente no acervo do espaço disponível à comunidade, materiais diversos¹⁰ (livros, revistas científicas...) que tratam também dos temas relacionados à fronteira Brasil-Bolívia e educação intercultural. Em sala anexa, chamada de sala de estudos, estão reservados os livros didáticos, organizados por disciplinas do currículo escolar. Entretanto, este material está reservado para consulta somente da coordenação e professores, oriundos na sua maioria do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Por exemplo, no tocante aos materiais específicos da Educação Física, a biblioteca reserva parte para a consulta pública, compreendendo revistas de diferentes editoras (Sprint, Confef...), correspondente a 23 exemplares no total. Trata-se de edições antigas, relacionadas com os temas “saúde e esporte”.

Já os livros disponíveis na sala de estudos são materiais atualizados, sobretudo tratando de fundamentação teórica e sugestões de atividades práticas. Foram observados oito títulos clássicos e contemporâneos que podem contribuir para os aspectos conceitual e procedimental da área¹¹. Também foram encontradas três coleções direcionadas à Educação Infantil, as mesmas versam sobre o tema esporte, contendo pequenas histórias e ilustrações, com a intenção de familiarizar e promover a prática esportiva entre crianças.

Contudo, diferentemente de outras disciplinas, não foram encontrados livros de caráter didático específicos da área Educação Física, nem mesmo materiais norteadores da área que articule o tema interculturalidade. Tal constatação é preocupante, pois dificulta sobremaneira aos docentes trabalharem e melhor desenvolverem o assunto. Porém, mesmo com essa lacuna, existem materiais relevantes de suporte pedagógico na unidade escolar investigada, o que não justificaria a baixa procura de professores da escola por informações na biblioteca. Trata-se, pois, de uma espécie de distanciamento deste espaço, o que sugere maiores pesquisas sobre essa problemática nas escolas da região.

Portanto, apesar de existirem importantes materiais conceituais e metodológicos sobre a Educação Física disponíveis na biblioteca, os registros indicam a pouca utilização pelos docentes na preparação, apoio e execução das aulas, especificamente quanto ao empréstimo e uso dos materiais disponíveis na biblioteca.

Considerações finais

Este trabalho se insere na discussão sobre educação e interculturalidade, em particular, debatendo elementos de uma região de fronteira internacional entre o Brasil e a Bolívia. Assim, dentro dos limites textuais procuramos analisar alguns problemas de relacionamentos, transtornos e conflitos oriundos do próprio contexto fronteiriço, indicando que diferentes situações no ambiente escolar podem acarretar grandes dificuldades de aproximação e/ou respeito entre os alunos culturalmente distintos, como no caso os discentes brasileiros e bolivianos.

MEF. Programa de Pós-graduação em Estudos Fronteiriços. VI Seminário de Estudos Fronteiriços: Onde as fronteiras se encontram... Anais... Corumbá: UFMS, 2017. (2 a 4 de outubro de 2017).

É notório que muitos alunos bolivianos enfrentam uma série de dificuldades, limites, restrições, constrangimentos em desenvolverem atividades pedagógico-educativas no âmbito de uma escola pública na cidade de Corumbá, estado de Mato Grosso do Sul, situada em faixa de fronteira.

Verificamos também expressiva contradição quanto aos materiais disponíveis na biblioteca e a sua utilização, especialmente quando foram analisadas as diferentes demandas da área de Educação Física.

Por fim, sabe-se que regiões de fronteira implicam em uma série de especificidades sociais, culturais, simbólicas, o que, naturalmente, se faz também presente nas atividades educacionais e pedagógicas. Este estudo buscou analisar, mesmo que preliminarmente, algumas destas questões muito presentes na região.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CARRANO, Paulo. Identidades culturais juvenis e escolas: arenas de conflitos e possibilidades. In: MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria (Orgs.). **Multiculturalismo**: diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 187-207.

COSTA, Edgar Aparecido da. Os bolivianos em Corumbá-MS: construção cultural multitemporal e multidimensional na fronteira. **Cadernos de Estudos Culturais**, v. 4, p. 17-33, 2012.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Antropologia do Brasil**. São Paulo: Brasiliense/EDUSP, 1986.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

GOLIN, Carlo Henrique. **Educação física escolar na fronteira Brasil-Bolívia: desafios e dilemas interculturais**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação *Strictu Senso* em Educação Física, Universidade Católica de Brasília, Brasília-DF, 2017.

JAIME, Cleber Santos. **CAIC – a construção de uma escola na fronteira Brasil-Bolívia**. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Programa de Pós-Graduação *Strictu Senso* Estudos Fronteiriços, Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Câmpus do Pantanal, Corumbá/MS, 2010.

LIMA, Elaine Gonçalves. A imigração/migração indígena boliviana para a região de fronteira: uma experiência de pesquisa. **Dimensão**, Corumbá, v. 1, n.1, p. 55-58, 2002.

LORO, Alexandre Paulo. A Educação Física escolar na fronteira Brasil/Bolívia: um olhar sobre os jogos populares. In: LORO; Alexandre Paulo, VINHA, Marina; GOLIN, Carlo Henrique (Orgs.). **Educação Física: enfoques contemporâneos**. Dourados/MS: Editora da Federal Grande Dourados, 2013. p. 37-56.

NASCIMENTO, Valdir Aragão do. O processo de assimilação dos terena: as múltiplas configurações da fricção interétnica. **Revista TRIAS – Revista eletrônica online de Filosofia, História, Literatura e Ciências Sociais**, v. 4, p. 1-11, 2012.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terena**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

VIEIRA, Ricardo. **História de vida e identidades**. Porto: Afrontamentos, 1999.

_____. Identidades, histórias de vida e culturas escolares: contribuições e desafios para a formação de professores. In.: SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO – “MEMÓRIAS, HISTÓRIAS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES”, 3., 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: 2007.

¹ A construção deste trabalho se baseia e utiliza parte das informações coletadas na Tese de Golin (2017).

² Termo usado para designar, por exemplo, os sujeitos que moram de um lado da fronteira (Bolívia) e estudam do outro lado (Brasil), fazendo um movimento diário de transição pendular para interação na região.

³ É comum que os alunos das escolas brasileiras desta fronteira morem no país vizinho (Bolívia), já que, embora sejam brasileiros, têm pais bolivianos. Esses discentes não precisam do documento de estrangeiro, já que são legalmente brasileiros. Isto não exclui os alunos oficialmente ‘estrangeiros’ nas escolas, com identidade oficial boliviana (minoridade), particularmente quando fazem a carteira nacional de estrangeiro. Porém, é comum na região a existência (maioria) de alunos nascidos no Brasil, portanto brasileiros, que são filhos ou parentes próximos de bolivianos (como avó ou avô) e naturalmente acabam tendo algum vínculo com a Bolívia. Assim, observamos ser natural que esses alunos, mesmo sendo oficialmente brasileiros, sejam considerados como ‘bolivianos’ no contexto escolar (pela direção, pela coordenação, por professores e alunos). Desta forma, quando estivermos falando de alunos ‘bolivianos’, utilizando aspas, compreende-se esse universo complexo.

⁴ Os Centros Integrados de Atendimento à Criança (CIAC) têm uma estrutura física comum (modelos padrão) e foram instituídos em 1991, pelo governo Collor, como parte do Projeto Minha Gente, inspirados no modelo dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEP), do Rio de Janeiro, implantados na gestão de Leonel Brizola. O objetivo era prover a atenção à criança e ao adolescente, envolvendo a educação fundamental em tempo integral, programas de assistência à saúde, lazer e iniciação ao trabalho, entre outros. A partir de 1992 passaram a se chamar Centros de Atenção Integral à Criança (CAIC). Informações disponíveis em: <<http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=82>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

⁵ Optou-se no referido estudo, enquanto tratamentos dos dados (categoria) dos sujeitos, em utilizar somente as seguintes nomenclaturas: alunos/discentes brasileiros e ‘bolivianos’, sendo que para este último grupo agregaram-se os sujeitos bolivianos oficialmente estrangeiros e alunos brasileiros residentes na Bolívia que fazem o movimento pendular para estudar no Brasil. Por isso a utilização das aspas quando expressamos no texto alunos/discentes ‘bolivianos’.

⁶ Informações vinculadas ao trabalho de Golin (2017), projeto aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFMS, sob o parecer nº 575.831, datado de 31 de março de 2014, CAAE 24940513.1.0000.0021.

⁷ Na época a mãe dos alunos praticamente acompanha diariamente seus filhos na escola, tanto na entrada quanto na saída escolar, bem como ficando no entorno da escola.

⁸ É uma palavra-valise que designa a interlíngua, surge diante da mistura de palavras da língua portuguesa e do espanhol. Ocorre, sobretudo, em cidades de fronteira entre países de língua portuguesa e espanhola.

⁹ Semelhante à “bola de gude”, ou “burca”, na região o jogo é baseado em regras da cultura boliviana, confirmado pela pesquisa de Loro (2013, p. 51): “[...] as crianças ‘jogam bolita’ na escola utilizando as regras e a maneira de jogar da Bolívia”.

¹⁰ Um exemplo é o trabalho de Lima (2002).

¹¹ Os títulos encontrados foram: A Educação Física e o esporte na escola; Metodologia do ensino de Educação Física; Educação como prática corporal; Educação de corpo inteiro: teoria e prática da Educação Física; Construindo conceito: contribuições para a sistematização do conteúdo conceitual em Educação Física; Afazeres da Educação Física na escola: planejar, ensinar e partilhar; Práticas pedagógicas em Educação Física: espaço, tempo e corporeidade; A hora da escola: vol VI - jogos para Educação Física; Prática de ensino em Educação Física: a criança em movimento.

ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER EM CORUMBÁ/MS: UMA ANÁLISE SOBRE AS INFRAESTRUTURAS PARA A PRÁTICA DE ATIVIDADES FÍSICAS

Espacios Públicos de Ocio en Corumbá/MS: un Análisis Sobre las Infraestructuras Para la Práctica de Actividades Físicas

Edineia Aparecida Gomes RIBEIRO*

Marcos Silva Marques LONTRA**

Carlo Henrique GOLIN***

Resumo: Este trabalho buscou identificar a presença e avaliar a qualidade dos espaços públicos de lazer da cidade de Corumbá/MS. Este estudo observacional mapeou os espaços públicos de lazer e avaliou a estrutura para a prática de atividade física na cidade por meio do instrumento “Avaliação de estruturas para atividade física”. Dois campos de futebol, oito quadras de voleibol e de basquetebol, sete academias ao ar livre e cinco pistas de caminhada/corrida foram qualificadas em “bom estado de uso”. Considerando o contexto fronteiriço, é essencial a melhoria na infraestrutura dos espaços públicos de lazer para prática de atividade física da população.

Palavras-chave: Espaços Públicos, Atividade Física, Lazer.

Resumen: Este trabajo buscó identificar la presencia y evaluación de la calidad de los espacios públicos de ocio de la ciudad de Corumbá/MS. Este estudio observacional mapeou los espacios públicos de ocio y evaluación la estructura para la práctica de actividad física en la ciudad por medio del instrumento "Evaluación de las estructuras para la actividad física". Dos campos de fútbol, ocho cuerdas de voleibol y basquetebol, siete academias al aire libre y cinco pistas de caminata/corrida fueron calificadas en "buen estado de uso". Considerando el contexto frontera, es esencial una mejora de la infraestructura de los espacios públicos de ocio para la práctica de la actividad física de la población.

Palabras clave: Espacios Públicos, Actividad Física, Ocio.

Introdução

Os espaços públicos de lazer são considerados locais favoráveis para prática de atividade física. Assim, o ambiente construído tem sido investigado como um dos

* Graduada em Educação Física; Doutora em Educação Física; docente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS/CPAN; e-mail: edineia.edf@gmail.com

** Formado em Educação Física - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS/CPAN; e-mail: marcoslontra2013@hotmail.com

*** Graduado em Educação Física; Doutor em Educação Física; docente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS/CPAN; e-mail: carlohenriquegolin@hotmail.com

aspectos que influenciam o comportamento ativo da população. De acordo com a teoria ecológica, o ambiente está associado à saúde e o bem-estar humano (REIS, SALVADOR; FLORINDO, 2011). Todavia, cabe também destacar que vários aspectos como as condições de manutenção, acessibilidade, segurança, a qualidade e adequação dos equipamentos existentes nos locais são fundamentais para sua utilização como um espaço de lazer e de prática de atividade física (McCORMACK et al., 2010; REIS et al., 2009). A atividade física é considerada qualquer movimento corporal que resulte em um gasto energético acima do repouso (CASPERSEN; POWELL; CHRISTENSON, 1985). Alguns estudos realizados no Brasil têm abordado sobre espaços de lazer e atividade física (PEDROSO et al., 2011; SILVA, SILVA; AMORIM, 2012). Todavia, a literatura tem apontado a existência de iniquidades na distribuição dos espaços, bem como a má conservação ou áreas mal estruturadas (SILVA, SILVA; AMORIM, 2012).

Deste modo, pesquisas sobre os espaços públicos de lazer para a prática de atividade física tornam-se extremamente relevantes considerando a alta prevalência de inatividade física apresentada na literatura. Diante da heterogeneidade (localização geográfica, status econômico, clima, segurança, perfil do trabalhador, entre outros) existente entre as regiões do Brasil, os espaços públicos de lazer podem possuir características, instalações, equipamentos diferenciados. Considerando estes fatores, torna-se relevante diagnosticar a qualidade dos espaços públicos de lazer na cidade de Corumbá/MS (Brasil).

Essa cidade está situada em um local considerado de fronteira (Brasil-Bolívia), podendo oportunizar o maior fluxo de pessoas oriundas de diferentes culturas e, conseqüentemente estimulando o movimento pendular de pessoas na referida cidade brasileira. Com isso, acredita-se que o diagnóstico atual da situação dos espaços públicos de lazer inseridos em Corumbá/MS poderão instigar futuras pesquisas sobre o uso destes espaços de lazer para as diferentes práticas de atividade física, por exemplos: caminhada, corrida, pedalar entre outras atividades. Além disso, também será possível verificar as diferentes faixas etárias, localização de moradia (bairro, país) e nacionalidade.

Assim, será possível nortear ações relacionadas às políticas públicas de lazer para prática de atividade física, buscando atender as necessidades do perfil da população. Partindo desta premissa, o objetivo da pesquisa foi identificar a presença

dos espaços públicos de lazer, situados nos bairros da cidade de Corumbá/MS, bem como avaliar a qualidade de estruturas para prática de atividade física destes locais. Para isto foram realizadas visitas no perímetro urbano de Corumbá/MS em que o pesquisador fez o levantamento dos espaços públicos de lazer e análise observacional por meio de um instrumento cientificamente validado para avaliação da qualidade dos espaços públicos de lazer para prática de atividade física.

Conceitos introdutórios sobre o tema lazer

O termo lazer vem do latim *licere*, que significa “ser permitido” ou “ser lícito” (CAMARGO, 1999). O conceito de lazer ainda pode ser definido como a realização de algo a fazer que não obrigatório, que seja de livre escolha de cada indivíduo que a vive e, que os valores possibilitam algumas condições de recuperação de progresso pessoal e social, a partir do diagnóstico de cada um dos elementos que o compõem (REQUIXA, 1974). Existe muita discussão sobre o tema lazer, especialmente sobre seu conceito, suas atividades, sua ocorrência na vida social. O lazer é um dos fatores mais constantes que tem influenciado no desenvolvimento social da humanidade, surgido com a artificialização do tempo de trabalho, típica do modelo de produção fabril desenvolvida a partir da Revolução Industrial. Assim, desde as suas origens o lazer tem-se mostrado um campo de possibilidades e tensões socioculturais. É notório que no senso comum as questões ligadas ao lazer seriam menos importantes que o trabalho e, em uma suposta escala hierárquica de necessidades humanas, seria menos importante que a educação, a saúde e o saneamento básico. Sabe-se que todas essas dimensões humanas são fundamentais, mas por que seria o lazer menos importante? Por outro lado, existe uma relação direta entre lazer e saúde, lazer e educação, lazer e qualidade de vida, as quais não podem ser negligenciadas.

Conforme Dumazedier (1979), o lazer:

É um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais (p. 34).

A literatura destaca que o lazer se opõe as obrigações. Desta forma, podem ser consideradas as atividades opostas ao lazer: a) o trabalho profissional; b) o

trabalho suplementar ou trabalho de complementação e, por fim, c) os trabalhos domésticos (arrumação da casa, a parte diretamente utilitária da criação de animais destinados à alimentação). Além disso, as atividades de manutenção da vida diária (as refeições, os cuidados higiênicos como corpo, o sono), as atividades rituais ou ligadas ao cerimonial, resultantes de uma obrigação familiar, social ou espiritual (visitas oficiais, aniversários, reuniões políticas, ofícios religiosos) e as atividades ligadas aos estudos interessados (círculos e cursos preparatórios de um exame escolar ou profissional). Portanto, essas atividades não se enquadram às atividades de lazer, mesmo que em alguns casos o indivíduo possa atribuir um valor prazeroso para algumas dessas atividades (DUMAZEDIER, 2014).

Para Marcellino (1996), o lazer ainda gera discussões devido às dificuldades para abordagens do tema, a programação das atividades e sua difusão. Ele destaca também que o termo é carregado de preferências e juízos de valor. Em suma, o lazer vai depender da compreensão do sujeito em relação aos valores frente às obrigações diárias, do que ele conhece sobre o lazer e da cultura em ele esteja inserido.

O lazer ainda pode fazer parte de duas linhas de pensamentos, sendo aquele que se caracteriza pela ênfase no aspecto atitude, isto é, lazer como estilo de vida e a outra linha pela ênfase no aspecto tempo, aquele liberado das obrigações do trabalho ou aqueles livres das demais obrigações (STOPPA, 1999).

Neste sentido, Dumazedier (1973) considera inexato tentar definir o lazer opondo-se apenas ao trabalho profissional, já que outras atividades desenvolvidas corriqueiramente no tempo livre também despendem tempo, sem serem necessariamente prazerosa, tais como: obrigações familiares, compromisso sociopolíticos, atividades religiosas, atividades de formação voluntária.

Sobre estes aspectos, Elias e Dunning (1992) percorrem um caminho semelhante, quando identificam que as atividades humanas ocorrem de forma entrelaçada. Contudo, tentam diferenciar trabalho de lazer, bem como tempo livre de lazer. Os autores sugerem que no trabalho os indivíduos têm os *outros* como quadros de referência, enquanto no lazer a referência principal é o próprio interesse do indivíduo, mesmo que o “eu” nunca esteja ausente no trabalho. Logo, as

referências aos outros são bem maiores do que as considerações que o indivíduo destina a si próprio.

Em suma, o lazer enquanto direito deve estar presente na vida do indivíduo, devendo ser um fenômeno amplo atendendo principalmente as necessidades e interesse dos diferentes indivíduos.

O lazer nos espaços públicos e prática de atividade física

De acordo com Reis (2002), o espaço urbano público apresenta duas dimensões: a dimensão formal (estrutural) e simbólica (relações socioculturais). A presente pesquisa segue a dimensão formal, isto é, o aspecto estrutural, como ruas, praças, parques, lagos, *playground*, jardim público, entre outros e os equipamentos disponíveis para prática de atividade física.

O conceito de espaço público está inserido no artigo 99 do Código Civil, que define os bens públicos em três classes: 1 – os bens de uso comum do povo; 2 – os bens de uso especial e 3 – os dominicais. Os bens de uso comum são os que podem ser utilizados por toda a sociedade da coletividade em igualdade de condições e que não podem ser utilizados de forma privada. Assim, ao observar um espaço público, deve-se considerar de um lado sua configuração física e, de outro, o tipo de práticas e dinâmicas sociais que nelas desenvolvem. Passando a ser vista como um conjunto indissociável entre as diferentes práticas e dinâmicas sociais (GOMES, 2002).

Percebe-se, portanto, que os espaços de convívio público são elementos urbanos importantes que influenciam na qualidade de vida e modo de vida da população na cidade. Todavia, a utilização destes locais está articulada com fatores de acessibilidade, segurança, diversidade. Nesse contexto, para entendermos a relação entre a tríade lazer/atividade física/espaço, temos que considerar a relação entre as diferentes dimensões (RECHIA, 2006). Portanto, ter acesso ao espaço urbano de lazer, como: parques, praças, academias ao ar livre, é uma maneira (direta e indireta) de ter contato com elementos que visam à prática de atividade física, na qual pode ajudar na redução, por exemplo, do sedentarismo, sobretudo devido à possibilidade de diversidade de equipamentos para tal objetivo.

Carvalho (2006) aponta que:

MEF. Programa de Pós-graduação em Estudos Fronteiriços. VI Seminário de Estudos Fronteiriços: Onde as fronteiras se encontram... Anais... Corumbá: UFMS, 2017. (2 a 4 de outubro de 2017).

Essa situação é agravada, sobretudo se considerarmos que, cada vez mais, as camadas mais pobres da população vêm sendo expulsas para a periferia, e, portanto, afastadas dos serviços e dos equipamentos específicos: justamente as pessoas que não podem contar com as mínimas condições para adicional, além de economicamente inviável, é muito desgastante. Nesse processo, cada vez menos encontramos locais para os folguedos infantis, para o futebol de várzea, ou que sirvam como pontos de encontro de comunidades locais (p.72).

Nessa perspectiva Carvalho (2006) confirma que a popularização do lazer no meio urbano necessita da democratização do espaço. Afim de que a população possa aproveitar o seu tempo de lazer com qualidade é fundamental que o tempo disponível corresponda um espaço disponível e acessível.

O lazer pode ser vivenciado por meio da prática de atividade física pela população de diferentes faixas etárias. Estudiosos dizem que a atividade física é um dos elementos fundamentais para a aquisição e manutenção de uma boa qualidade de vida. A sua prática deve ser implantada nas horas de lazer por meio de programas de exercícios físicos, contribuindo significativamente no estabelecimento do equilíbrio físico e mental (SALVE; BANKOFF, 2003; ZAMAI; BANKOFF, 2010).

É muito importante ressaltarmos, também, que a oferta de opções de lazer e sua efetivação contribuem para que haja melhora significativa na adoção de um estilo de vida ativo. As atividades físicas que podem ser promovidas no "tempo" de lazer constituem-se fortes elementos para melhoria das capacidades funcionais das pessoas, influenciando na melhora da qualidade de vida delas (SIMÃO, 2004).

Um exemplo é um estudo de Galán et al. (2010) avaliaram 18,058 sujeitos de 18 a 64 anos moradores de Madrid (Espanha), e identificaram que os benefícios da atividade física no lazer são maiores conforme a intensidade da mesma também for aumentada, refletindo em melhoras da saúde. Isto pode ser justificado, pois existe uma relação direta entre a intensidade moderada e vigorosa da atividade física e o bom nível de capacidade cardiorrespiratória e redução da gordura corporal.

Nota-se que o tempo de lazer tem aumentado em diversos âmbitos e culturas e, a maneira de aproveitar esse tempo e o quanto isso vai durar depende das necessidades de cada indivíduo. Algumas atividades que envolvem criatividade, como atividade física, práticas esportes, música e artes trazem maiores benefícios ao indivíduo e à comunidade em geral (CIUCUREL; CIUCUREL; RAVEICA, 2012). É importante destacar que a atividade física apresenta algumas dimensões específicas, podendo ser realizada no contexto doméstico, ocupacional,

descolamento e no lazer (NAHAS, 2010). Deste modo, quando são praticadas nos momentos de lazer elas são capazes de liberar possíveis tensões originadas pelo estresse do dia-a-dia (ELIAS; DUNNING, 1992).

Além disso, manter bons níveis de atividade física no lazer torna-se um desafio diário contra a preguiça e desculpas sobre não ter tempo, conforme explica o estudo de Meseguer et al. (2009), com o objetivo de quantificar a adesão de adultos com 18 a 64 anos na Espanha às recomendações de atividade física de lazer e fatores associados. Os resultados evidenciam que a maioria desses adultos não atinge o nível de atividade física de lazer recomendado.

Quando consideramos em debater atividade física e lazer, raramente o olhar dos profissionais de Educação Física têm se voltado à pesquisa dos espaços onde essas atividades acontecem. Os requisitos de estruturas públicas e seus problemas são primordiais, podendo ser considerados barreiras que estimulem a incidência para adoção do estilo de vida sedentário na população de diferentes faixas etárias, já que boa parte da população não tem alcance a lugares privados para a promoção de práticas de atividades físicas regulares. Cuidados desta natureza precisam tornar-se mais vigentes quando está em jogo a ligação entre espaço urbano e à prática de atividades físicas. Dessa forma, o poder público, de um modo geral, deve favorecer iniciativas salutares para criar políticas públicas que abrangem e assegurem possibilidades às práticas de atividades físicas no tempo e espaço de lazer. Para isto torna-se fundamental conhecer os espaços físicos de lazer para prática de atividade física situados, inclusive, em cidades brasileiras que fazem parte da fronteira.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa de campo com caráter observacional descritivo dos espaços públicos de lazer, sobretudo no perímetro urbano da cidade de Corumbá-MS (Brasil). Foram considerados os espaços públicos como locais que tinham algum tipo de infraestrutura para prática de atividades físicas de modo geral, voltada ao lazer com acesso "livre" pela população, bem como localizada em instituição pública (escola, ginásio, universidade pública, estádio, parque, praça, porto, outros).

Primeiramente foi realizado um levantamento dos espaços públicos de lazer no perímetro urbano da cidade de Corumbá/MS. O pesquisador visitou os bairros de Corumbá/MS distribuídos entre as oito regiões da cidade, buscando encontrar os espaços da natureza a ser pesquisada. Quando houvesse algum tipo de estrutura física para prática de atividade física foi registrado em um diário de campo e fotos. A coleta dessas informações foi realizada em dezembro do ano de 2016 e janeiro de 2017. Em outro momento foi realizada a avaliação da qualidade dos espaços públicos de lazer por meio de um Instrumento de Avaliação de Estruturas para Atividade Física, versão 1.2. Este instrumento é composto por itens que avaliam o conforto do usuário, segurança, características de limpeza, estética e a existência e qualidade de estruturas para a prática de atividades físicas. Além disso, ele é de fácil aplicação e requer um período curto de tempo para as observações, variando de acordo com o tamanho do local avaliado (LEE et al., 2005).

Para a avaliação das estruturas de conforto foram observadas as presenças dos seguintes atributos: banheiros, bancos, bebedouros, iluminação e lixeiras. As estruturas avaliadas para prática de atividade física foram os espaços para a prática de diferentes esportes, pistas e trilhas de caminhada e corrida, playgrounds e estações de exercícios. Para cada um dos atributos, o local foi classificado quantitativa e qualitativamente de acordo com um escore: 0- ausência do atributo; 1- presença do atributo com qualidade ruim; 2- presença do atributo com qualidade média; 3- presença do atributo com qualidade boa. Os critérios gerais para avaliação da qualidade nos atributos existentes foram relacionados às condições de uso e falta de equipamentos, classificando os atributos entre aqueles (a) sem condições de uso (qualidade ruim), (b) com condições de uso, mas com falta de alguma estrutura/equipamento e (c) com condições de uso e com todas as estruturas/equipamentos presentes de forma adequada.

As condições de limpeza e estética foram mensuradas através da existência/inexistência dos seguintes itens: vidros quebrados, dejetos de animais, cachorros de rua, evidências de uso de bebidas de álcool, pichações, lixo espalhado, sinais de vandalismo e grama alta. Dessa forma, para cada item o espaço avaliado foi classificado num escore entre 0-3, sendo o valor zero equivalente a inexistência do item enquanto que o valor 3 representava grande quantidade dos fatores analisados

(em geral, cinco ou mais locais do espaço público de lazer contendo os itens avaliados).

As informações coletadas foram tabuladas e analisadas por meio da frequência absoluta no editor de planilhas Excel, versão 2011.

Resultados e discussões

De acordo com o levantamento realizado no perímetro urbano da cidade de Corumbá, MS, foram encontrados 27 locais públicos de lazer, denominados em: Praça do Bairro Nova Corumbá; Praça CEU; Complexo Poliesportivo e Esplanada da NOB; Praça do Bairro Universitário; Praça do Porto Geral; Praça da República; Praça Generoso Ponce; Praça da Independência; Praça de Esportes do Bairro Arthur Marinho; Praça de Esportes do Bairro Generoso; Praça do Aeroporto; Parque Marina Gattás; Praça São Paulo; Praça Nossa Senhora da Urkupiña; Morro São Felipe (Cristo); Praça do SESI (Espaço SESI Pantanal); Praça Zumbi dos Palmares; Praça São Francisco; Centro Esportivo Nação Guató de Cultura e Lazer; Complexo Esportivo do Bairro Cristo Redentor; Ecoparque Cacimba da Saúde; Parque Linear dos Ipês; Praça do Bairro Popular Nova; Praça do Bairro Previsul; Centro Esportivo do Conjunto Vitória Régia; Quadra Poliesportiva e Academia ao ar livre da UFMS-CPAN; Centro Esportivo do Bairro Dom Bosco (Roseiral).

Em outro momento esses locais foram visitados novamente para, então, realizar a avaliação da qualidade dos mesmos. Existiam 18 praças, três parques, um canteiro e cinco centros esportivos. Foram encontrados seis locais com outras características de estrutura, exceto parques, como o Complexo Esportivo Nação Guató com duas piscinas, o Complexo Poliesportivo que possui pistas de atletismo e chuveiros. Além disso, nos bairros Arthur Marinho e Cristo Redentor possuem academia da saúde. A Praça SESI possui chuveiro e o Porto Geral possui locação de caiaque e boia *cross*.

O Quadro 1 demonstra que 18 locais podem ser usados, mas necessitam de melhorias, ou seja, a qualidade foi intermediária.

Com relação aos espaços para a prática de atividade física apresentado no quadro 2, observou-se que 12 deles possuem campo de futebol, sendo que somente dois campos apresentaram bom estado de uso. Além disso, cinco estações de

exercícios mostraram-se sem condições de uso. Em síntese, as quadras esportivas foram consideradas em bom estado para uso. Quatro pistas de *bike* estavam sem condições de uso. Houve proporção elevada da inexistência de estrutura para alguns espaços públicos de lazer para atividade física, por exemplo, campo de vôlei, quadra de tênis, trilha de bike e corrida.

Quadro 1. Qualidade da estrutura dos espaços públicos de lazer para atividade física na cidade de Corumbá, MS, 2017.

Locais/ Quant.	3 Bom estado para uso	2 Pode ser usada, mas precisa de melhorias	1 Sem condições de uso	0 A estrutura não existe
18		X		
06	X			
02			X	
01				X

Fonte: Pesquisa de Campo.

Quadro 2. Qualidade da estrutura dos espaços públicos de lazer para atividade física na cidade de Corumbá, MS, 2017.

Itens	3 Bom estado para uso	2 Pode ser usada, mais precisa de melhorias	1 Sem condições de uso	0 A estrutura não existe
Campo de futebol	02	10	00	15
Campo de vôlei	00	00	00	27
Cancha de futebol	01	03	01	22
Cancha de vôlei	01	03	01	22
Quadra de futebol	08	07	00	12
Quadra de vôlei	08	07	00	12
Quadra de basquete	08	07	00	12
Quadra de tênis	01	01	00	25

Estação de exercícios	02	07	05	13
Academia ao ar livre	07	02	01	17
Parquinho/playground	03	08	02	14
Pista Caminha/Corrida	05	12	02	08
Trilha Caminha/Corrida	01	01	00	25
Pista de bike	01	07	04	15
Trilha de bike	01	01	00	25
Pista de Skate/Patins/Rolimã	02	02	01	22

Fonte: Pesquisa de Campo.

Sobre o conforto do usuário (Quadro 3), foram encontrados seis banheiros públicos considerados em bom estado para uso. Os bancos, iluminação, lixeiras e mesas para piquenique necessitam de melhorias nas estruturas.

Quadro 3. Qualidade da estrutura dos espaços públicos de lazer em relação ao conforto do usuário, Corumbá, MS, 2017.

ITENS	3 Bom estado para uso	2 Pode ser usada, mais precisa de melhorias	1 Sem condições de uso	0 A estrutura não existe
Banheiros gratuitos	06	05	01	15
Banheiros pagos	00	01	00	26
Bancos	08	16	01	02
Bebedouro	02	06	00	19
Iluminação	09	13	02	03
Mesa de piquenique	03	05	04	15
Mesa de piquenique coberto	00	01	01	25
Vestiários	04	03	00	20
Lixeiras	08	12	04	00

Fonte: Pesquisa de Campo.

Quando avaliados a qualidade das condições de limpeza, estética e segurança houve espaços públicos de lazer sem condições de uso devido à sujeira de animais, presença de cachorros soltos, evidências de uso de álcool, lixo espalhados. Nota-se que as condições de limpeza, estética e segurança precisam ser melhoradas para que a comunidade possa usufruir dos locais (Quadro 4).

Quadro 4. Qualidade das condições de limpeza, estética e segurança dos espaços públicos de lazer, Corumbá, MS, 2017.

Itens	3 Bom estado para uso	2 Pode ser usada, mais precisa de melhorias	1 Sem condições de uso	0 A estrutura não existe
Vidro quebrado	00	02	01	24
Sujeira de animais	00	17	06	04
Cachorro solto	01	11	09	06
Evidências de uso de álcool	03	10	07	07
Pichações	00	09	01	17
Lixo espalhados	02	15	08	02
Sinais de vandalismo	05	03	01	17
Mato/grama alta	08	10	06	03

Fonte: Pesquisa de Campo.

No quadro 5, observou-se que 22 locais de lazer possuem vendedores ambulantes e 18 espaços avaliados não possuem aulas de atividade física gratuita. Contudo, nove lugares apresentaram a oportunidade de aulas de atividades físicas gratuitas à comunidade.

Quadro 5. Qualidade dos serviços dos espaços públicos de lazer, Corumbá, MS, 2017.

Itens	SIM	NAO
Lanchonete	13	14
Vendedor ambulante	22	05
Aulas de atividades físicas grátis	09	18
Aulas de atividades físicas pagas	01	26
Empréstimos de matérias para atividades físicas	02	25
Locação de materiais para atividades físicas	01	26

Fonte: Pesquisa de Campo.

Reforçamos que o objetivo deste trabalho foi identificar a presença e avaliar a qualidade dos espaços públicos de lazer nos bairros no perímetro urbano da cidade de Corumbá-MS. Assim, os resultados mostram que, dentre os vinte e sete locais encontrados no município, quatro são localizados na área central, nove nos bairros e quatorze em outros locais espalhados pelo município. No entanto, parece que algumas praças localizadas nos bairros são mais utilizadas pela população quando comparada as praças localizadas na área central da cidade. As praças situadas nos bairros apresentaram as melhores estruturas em relação ao estado de conservação, manutenção e, também, parece haver maior segurança nestes locais.

Observou-se ainda que a cidade pesquisada parece ter uma quantidade considerável de espaços públicos de lazer, sendo mais prevalente nos bairros. Embora não tenha sido investigado a proporção e o perfil da população que faz uso dos espaços públicos de lazer em Corumbá/MS, isto pode justificar a movimentação e uso dos espaços de lazer para prática de atividade física nos bairros. Essa situação demanda ação governamental na forma de políticas públicas no setor de saúde, esporte e lazer, revelando ao mesmo tempo, estratégias de apropriações do tecido urbano pela população residente.

Verificou-se ainda que os campos de futebol e as quadras nos parques e praças são as estruturas mais presentes no perímetro urbano da cidade. Provavelmente a explicação para a presença destes itens pode estar relacionada com a baixa exigência de infraestrutura construída, o baixo custo de manutenção e

as exigências materiais para sua prática. Além disso, a cultura do futebol está enraizada na população brasileira, em diferentes faixas etárias. Outro aspecto importante de ser apresentado é que pouco menos da metade das quadras poliesportivas públicas identificadas tinha cobertura contra o sol ou intempéries. Essa situação pode ter relação com o perfil da população que frequenta esses espaços, uma vez que a cidade de Corumbá/MS possui temperatura elevada ao longo do ano. Este fator climático pode ter implicação direta na redução da prática de atividade física durante o dia.

Quanto à qualidade dos espaços, o índice para os espaços públicos de lazer do município foi classificado como bom. Entretanto, problemas de diversas ordens foram identificados nos espaços, com problemas graves nas condições materiais de conservação, sendo passíveis de risco ao usuário nestes espaços públicos, seja por condições do piso (lesões, abrasões, cortes, perfurações por lixo e detritos no piso entre outros), proximidade com vias movimentadas e falta de cerca de proteção em alguns locais também foram identificados.

O estudo de Silva et al. (2015) analisou os espaços públicos de lazer para a prática de atividade física na cidade de Pelotas/RS, e identificou que os espaços para prática de futebol e parquinhos foram as estruturas mais comuns em praças/parques (47,5% e 43,2%, respectivamente). Em síntese, a maioria dos espaços avaliados apresentaram estruturas boa qualidade. Os autores ainda analisaram que quanto maior a média de renda domiciliar dos setores censitários, maior o número de espaços de lazer ($r = 0,31$) e uma relação inversa foi encontrada, com densidade populacional dos setores censitários ($r = -0,32$).

No presente estudo, foi identificado que há necessidades de manutenção em diversos espaços e equipamentos, principalmente nas academias a "céu aberto", sugerindo que não só seja pensada a construção de novos espaços, mas também políticas de manutenção e revitalização dos espaços já existentes, o que seria o caso, tendo em vista a má conservação de diversos espaços esportivos públicos identificados no município. Em muitos dos locais visitados encontramos um alto índice de sujeira dentro ou em torno das praças, tais como: mato alto, folhas entre outros detritos. Estes indicadores também acabam impactando na imagem dos locais e atingindo o quesito do meio ambiente, influenciando na qualidade de vida das pessoas que utilizam os espaços.

Tal realidade é preocupante do ponto de vista da saúde coletiva, tanto pelo risco imediato, contato com animal peçonhento, contato com resíduos descartados que podem oferecer contaminações as pessoas que frequentam estes locais, contato com um ambiente propício à existência de vetores de doenças infecciosas, entre outros. Foram identificadas diversas praças com grades danificadas, postes de iluminação com defeitos, alguns locais com sinais de vandalismo, como mesas e bancos quebrados, pichações, vestígios de uso de álcool, drogas, etc. Corroborando com os nossos resultados, Radicchi et al. (2015) avaliaram a qualidade dos espaços esportivos de lazer e de educação nos bairros da cidade de Parintins/AM, e verificaram que 36% dos espaços esportivos eram improvisados, e que dos 38 espaços públicos identificados, somente 13 possibilitam o acesso livre da população. Com relação às instalações, houve maior frequência de campos de futebol. No quesito qualidade e conservação dos espaços esportivos de natureza pública foi a mais preocupante, pois 21% dos espaços identificados apresentaram risco à saúde de seus usuários. Em todos os espaços esportivos improvisados os autores observaram a presença de lixo e mato alto.

A instalação dos equipamentos avaliados para prática de atividade física foram os espaços para a prática de diferentes esportes, campos de futebol, quadra poliesportiva para futebol, vôlei, basquete e tênis, cancha para futebol e vôlei, pistas e trilhas de caminhada e corrida, pistas de bicicleta e skate, *playgrounds*, academias ao ar livre e estações de exercícios. Embora na coleta de dados houvesse uma distinção dos atributos de acordo com o tipo de pavimentação (quadras, campos, canchas, pistas e trilhas, por exemplo), na presente pesquisa essas informações foram todas consideradas.

Em meio aos espaços públicos de lazer avaliados, foi notada uma considerável quantidade de academias ao ar livre, *playgrounds* e estação de exercícios, sendo que a maioria desses equipamentos encontrava-se em boas condições de uso. Um problema encontrado nesses espaços para prática de atividade física é que nenhum deles não possuem estrutura de cobertura. Notou-se também que essas academias são, na maioria das vezes, utilizadas por crianças como se fossem brinquedos de parquinhos.

Em algumas quadras poliesportivas foi evidente a falta de equipamentos, por exemplo, trava e cesta de basquetebol, inclusive as quadras que tinham estavam

danificadas. Também foi possível identificar que haviam indícios de vidros quebrados, detritos de animais, bem como cachorros soltos, pessoas fazendo o uso de bebidas alcoólicas e uso de drogas, pichações, lixo espalhado, sinais de vandalismo e mato alto.

No que se refere à infraestrutura, observou-se que em algumas praças, e todos os parques não dispunham de banheiros, abrigos, bebedouros e áreas de comercialização. Alguns *playgrounds* estavam danificados e em alguns locais estes equipamentos estavam enferrujados, propiciando a chance de lesões com consequências graves em crianças. Entre os poucos banheiros existentes avaliados, alguns foram classificados em situação precária e com muita sujeira acumulada. No geral, diversos locais avaliados apresentaram a presença de mato alto, havendo abandono por parte do poder público e da população. É importante destacar que no decorrer do levantamento e as avaliações dos espaços públicos de lazer a cidade situada na região de fronteira estava passando por um momento de transição de gestão administrativa de ordem governamental. Isto pode justificar as diferenças e problemas encontrados em alguns dos espaços públicos de lazer apontados no presente estudo. Apesar de não ter sido avaliado neste estudo, cabe mencionar que determinados espaços públicos tinham recentemente passado por reformas nas estruturas físicas. Percebe-se, também, que todo crescimento populacional no meio urbano não foi acompanhado de um paralelo desenvolvimento de uma infraestrutura adequada, gerando não só a escassez dos espaços, mas conseqüentemente uma desigual distribuição dos espaços de lazer na cidade, centralizando os principais meios disponibilizados, o que parece restringir assim o acesso pelas pessoas de classes sociais menos favorecidas.

Em suma, torna-se necessário o aprofundamento nas discussões relacionadas ao uso de espaços públicos de lazer para prática de atividade física e sua ocupação pela população moradora de uma região de fronteira, bem como a realização de outras pesquisas para compreender melhor os motivos que impactam na infraestrutura dos espaços públicos de lazer e como é a adesão à prática de atividade física em diferentes populações na utilização destes espaços públicos.

Conclusão

Os espaços públicos de lazer para prática de atividade física de uma cidade da região de fronteira precisam de melhorias na qualidade da infraestrutura para que a população possa usufruir com segurança e prazer. Existe a necessidade de maiores investimentos, modernização, limpeza, manutenção e segurança dos espaços públicos de lazer já existentes e a criação de novos espaços para prática de atividade física, principalmente em locais com maior proporção populacional e em setores censitários com menor média de renda.

Sugere-se que haja uma maior investigação da adesão à prática de atividade física nestes espaços públicos de lazer pela população de diferentes faixas etárias, bem como a utilização destes espaços por diferentes nacionalidades, por exemplo brasileiros e bolivianos. Trata-se de algo que poderia contribuir no planejamento de ações governamentais que atendam as necessidades da sociedade inseridas na região de fronteira.

Referências

- CAMARGO, L. O. L. **Educação para o Lazer**. São Paulo: Ed. Moderna, 1999.
- CARVALHO, J. E. **Lazer no espaço urbano: transversalidade e novas tecnologias**. Curitiba: Champagnat, 2006.
- CASPERSEN, C. J.; POWELL, K. E.; CHRISTENSON, G. M. Physical activity, exercise, and physical fitness: definitions and distinctions for health-related research. **Public Health Reports**, v. 100, n. 2, p. 126-131, 1985.
- CIUCUREL, M.; CIUCUREL, C.; RAVEICA, G. The features of leisure physical occupations on adults: a descriptive study. **Procedia - Social and Behavioral Sciences**, v. 46, n. 1, p. 4414-4417, 2012.
- DUMAZEDIER, J. **Lazer e Cultura Popular**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1973.
- _____. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1999.
- _____. **Lazer e cultura popular**. 4ª ed. São Paulo: Perspectiva. 2014.
- ELIAS, N.; DUNNING. **Memória e Sociedade a Busca da Excitação**. Lisboa: Difel, 1992.
- GALÁN, I., MESSENGER, C. M.; RODRÍGUEZ-ARTELAJO, F. Self-rated health according to amount, intensity and duration of leisure time physical activity. **Preventive medicine**, v. 51, n. 5, p. 378–383, 2010.

GOMES, P. C.C. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p. 304.

JANSSEN, I. et al. Years of life gained due to leisure-time physical activity in the United States. **American Journal Preventive Medicine**, v. 44, n. 1, p. 23-29, 2013.

LEE, R.E. et al. The Physical Activity Resource Assessment (PARA) instrument: Evaluating features, amenities and incivilities of physical activity resources in urban neighborhoods. **International Journal of Behavioral Nutrition and Physical Activity**, v.2, n.13, 2005.

MARCELLINO, N. **Políticas públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras.** Campinas: Autores Associados, 1996.

MESEGUER, C. M. et al. Leisure-time physical activity in a southern European mediterranean country: adherence to recommendations and determining factors. **Revista Española de Cardiologia**, v. 62, n. 10, p. 1125-1133, 2009.

McCORMACK, G. R. et al. Characteristics of urban parks associated with park use and physical activity: a review of qualitative research. **Health & Place**, v.16, n.4, p. 712-26, 2010.

NAHAS, M.V. **Atividade física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo.** 6ª ed. Londrina, PR: Midiograf, 2013.

PEDROSO, C. A. M. Q. et al. Planejamento de equipamentos esportivos na cidade: os parques urbanos do Recife-PE/Brasil. **Revista Intercontinental de Gestão Desportiva**, v.1, n.1, p.15-32, 2011.

RADICCHI, M. R. et al. Descrição dos espaços esportivos de lazer e educação na cidade de Parintins, Amazonas. **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde**, v. 20, n.6, p. 626-630, 2015.

RECHIA, S. O pulsar da vida urbana: o espaço, o lugar e os detalhes do cotidiano. In: CARVALHO J.E. (Org.) **Lazer no espaço urbano: transversalidade e novas tecnologias.** Curitiba: Champagnat, 2006.

REIS, A. T. **Repertório, análise e síntese: uma introdução ao projeto arquitetônico.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

REIS R. S. et al. Association between physical activity in parks and perceived environment: a study with adolescents. **Journal of Physical Activity & Health**, v.6, n. 4, p. 503-9., 2009.

REIS, R. S.; SALVADOR, E.P.; FLORINDO, A. A. Atividade física e ambiente. In: FLORINDO, A. A.; HALLAL, P. C (Orgs.). **Epidemiologia da atividade física.** São Paulo: Atheneu; 2011.

REQUIXA, R. **As Dimensões do Lazer.** São Paulo: Sesc / Celazer, 1974.

SALVE, M. G. C.; BANKOFF, A. D. P. Análise da intervenção de uma programa de atividade física nos hábitos de lazer. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 28, n. 105/106, p. 73-81, 2003.

SILVA, M. C.; SILVA, A. B.; AMORIM, T. E. C. Condições de espaços públicos destinados à prática de atividades físicas na cidade de Pelotas/RS/Brasil. **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde**, v.17, n.1, p. 28-32, 2012.

SILVA, I. C. M. et al. Espaços públicos de lazer: distribuição, qualidade e adequação à prática de atividade física. **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde**, v. 20, n. 1, p. 82-92, 2015.

SIMÃO, R. **Treinamento de Força na Saúde e Qualidade de Vida**. São Paulo: Phorte, 2004.

STOPPA, E. A. **Acampamento de férias**. Campinas: Papyrus, 1999.

ZAMAI, C. A.; BANKOFF, A. D. P. **Nível de atividade física e indicadores de qualidade de vida de colaboradores da Unicamp**: Análise através do Programa Mexa-se Unicamp. XI Simpósio Nordestino de Atividade Física & Saúde, 2010, Aracaju - Sergipe. XI Simpósio Nordestino de Atividade Física & Saúde: da evidência à intervenção. Aracaju - Sergipe: UFS, 2010.

EXPERIÊNCIA DE USO DE FERRAMENTAS VIRTUAIS FRENTE AO LAPSO TEMPO VERSUS ESPAÇO NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA

Experience of Use of Virtual Tools in Front to the Lapse Time Versus Space in Brazil-Bolivia Border

Manix Gonçalves dos SANTOS*

Lidiane de Brito CURTO**

Marco Aurélio Machado de OLIVEIRA***

Resumo: Este artigo é fruto de pesquisa desenvolvida no âmbito da Polícia Civil de Mato Grosso do Sul, em Corumbá e Ladário, MS, fronteira com Bolívia, carreado pelo Laboratório de Estudos Fronteiriços. O objetivo foi demonstrar como o uso de ferramentas virtuais pode mitigar o lapso tempo *versus* espaço. Tal lapso gera limitações legais para ações dos policiais frente aos delitos. A metodologia consistiu em observações sistemáticas, revisão bibliográfica e aplicação de proposta de Grupo de Whatsapp que ampliasse o raio de ação e interações com autoridades bolivianas naquela fronteira. O Grupo tem alcançado resultados importantes, contudo necessitando de redimensionamentos institucionais.

Palavras Chave: Fronteira, Polícia Civil, Tempo e Espaço, Whatsapp.

Abstract: This article is result of research developed within the scope of Civil Police of Mato Grosso do Sul, in Corumbá and Ladário, MS, bordering Bolivia, carried by Laboratory of Frontier Studies. The aim was to demonstrate how the use of virtual tools can mitigate the lag time versus space. Such a lapse creates legal limitations for police actions against crimes. The methodology consisted of systematic observations, bibliographic review and application of a Whatsapp Group proposal that broadened the range of action and interactions with Bolivian authorities on that border. The Group has achieved important results, however, requiring institutional scaling up.

Key words: Borders, Civil Police, Time and Space, Whatsapp.

Introdução

Este artigo é fruto de pesquisa carreada pelo Laboratório de Estudos Fronteiriços (LEF) e desenvolvida no âmbito da Polícia Civil de Mato Grosso do Sul,

* Mestre em Estudos Fronteiriços CPAN/UFMS, Investigador de Polícia Civil SEJUSP/MS. E-mail manixg@hotmail.com

** Mestranda em Estudos Fronteiriços CPAN/UFMS. Perita Papiloscopista, Coordenadoria Geral de Perícia de Mato Grosso do Sul. E-mail lidianebc2@hotmail.com

*** Doutor em História Social pela USP. Docente do Mestrado em Estudos Fronteiriços CPAN/UFMS. E-mail marco.cpan@gmail.com

em Corumbá e Ladário, MS, fronteira com a Bolívia, que está ladeada por Puerto Quijarro e Puerto Suarez. O objetivo foi demonstrar como o uso de ferramentas virtuais, adaptadas ao ambiente policial, pode mitigar o lapso tempo *versus* espaço. Tal lapso, inerente à condição fronteiriça em estudo, gera limitações legais para as ações dos policiais frente aos delitos.

A metodologia consistiu em três procedimentos. O primeiro foi a realização de observações sistemáticas, ou seja, coleta de informações através de análise minuciosa dos elementos constituintes desta pesquisa: cotidiano do policial e dinâmicas do espaço e do tempo. O segundo consistiu em uma revisão bibliográfica a respeito da temática investigada, levando em consideração as diversas bases de consultas, como: Periódicos CAPES, Academia.edu, Google Acadêmico, além de material disponível em acervos particulares da equipe de pesquisadores, nos últimos 10 anos. Por fim, ocorreu a construção e aplicação de proposta que ampliasse a territorialidade, portanto, o raio de ação, a partir de interações com autoridades bolivianas, nas cidades dessa fronteira.

Houve o entendimento de que, metodologicamente, ao estudar este ambiente fronteiriço no tocante à questão da segurança pública, era crucial considerar como parâmetro espacial a denominação de “Grande Corumbá”. Isso porque para um polígono que envolve as quatro cidades, há que se reconhecer a função centralizadora dos acontecimentos que é exercida por aquela cidade. Façamos aqui nosso reconhecimento ao Dr. Salomão Baruki, importante personagem da história de Corumbá, fundador do Centro Pedagógico de Corumbá, que viria a se tornar Campus do Pantanal, da UFMS, por ter elaborado, visionariamente, a expressão “Grande Corumbá”, ao se referir a este complexo ambiente a que nos dedicamos neste artigo.

Os estudos estão centrados na busca de conceitos sobre o tempo e o espaço que atenda as especificidades propostas nesta pesquisa, principalmente, ligadas à temática fronteira. Além das bases mencionadas acima, a equipe se lançou em busca em plataformas como Web of Science, por exemplo, e tem encontrado na literatura menções a respeito do tempo e do espaço, bem como peculiaridades do cotidiano que policiais têm que administrar em suas operações em região de fronteira. Porém, ainda não encontramos estudos que unissem todas essas categorias e pudesse ser apresentado em nossa pesquisa como referenciais. Isso,

por um lado, dá a este artigo um aumento em seu caráter de inédito, e, por outro, potencializa o desafio, e seus riscos ao nos deparar com a necessidade de adaptar metodologias, ao mesmo tempo em que as tornamos um pouco diferenciadas. Reconhecemos, por exemplo, que a iniciativa europeia permite que o espaço limítrofe seja ampliado, no sentido da competência da atuação policial, permitindo assim o alargamento do tempo que terão para a sua ação. Não há indícios de existência de paralelos no Brasil, no campo da formalidade. Isso é decorrente, dentre outras coisas, da falta de políticas mais efetivas que, de maneira sistemática e nacional, proporcionasse a integração entre forças policiais, o que o Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF) se propôs desde o ano de 2011, porém até o presente não atingiu.

O uso de ferramentas virtuais, tão disseminado no cotidiano na atualidade, foi visto por nós como uma possibilidade de aplicá-las como transformadoras das realidades operacionais. Embora existam experiências no sentido de envolver parcelas da sociedade no dia a dia do policial, a partir do uso do Whatsapp, não tivemos acesso a qualquer material que tratasse do tema em região de fronteira. Isso nos impôs, novamente, o desafio metodológico, que resultou na adaptação à realidade local, uma vez que, por um lado, a literatura utilizada trata de uma região metropolitana, Belo Horizonte, que não está localizada na fronteira, e, por outro lado, o espaço em estudo não alcança 200 mil habitantes.

Dimensões espaciais e temporais na fronteira.

Corumbá esta envolvida por três cidades, Ladário no lado brasileiro, e as bolivianas Puerto Suarez e Puerto Quijarro. O seu centro dista a 5 (cinco) km da linha de limite internacional com a Bolívia, e a principal ligação é feita por via pavimentada, em bom estado de conservação. Tal rodovia possui um posto da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e um pouco mais adiante um complexo fiscalizador composto pela Receita Federal (RF) e Polícia Federal (PF) chamado Posto Esdras. Trata-se de uma fronteira com peculiaridades, como todas as outras, mas destacamos: a existência de interações comerciais, culturais, interpessoais, políticas e, também, policiais. Este conjunto de cidades possui uma população estimada de 170 (cento e setenta) mil habitantes, estando Corumbá no seu centro dinâmico, inclusive no que diz respeito às distribuições de atividades e exercícios profissionais,

como, por exemplo, no caso da existência de migrações pendulares, que merecem estudos mais aprofundados. É uma fronteira conectada, entre si e com o restante do mundo, por quatro modais: aéreo, fluvial, rodoviário e ferroviário, sendo que este último encontra-se estritamente ligado a fluxo de cargas para exportação, em direção a Santa Cruz de La Sierra, Bolívia. Tal característica potencializou a porosidade que parece ser intrínseca a ela, por exemplo, através das chamadas “cabriteiras”, estradas vicinais que interligam assentamentos, e fortalecem elos fronteiriços nos circuitos legais e ilegais.

Outro importante aspecto a ser observado, e que está presente neste artigo é o fato de que a Faixa de Fronteira (FF), que no Brasil corresponde a 150 (cento e cinquenta) quilômetros perpendiculares ao limite, na Bolívia alcança, considerando sua soberania, 50 (cinquenta) quilômetros. Desta forma, o palco de nossos estudos considerará os 200 (duzentos) quilômetros, diferenciados pelas legislações e marcos, mas, unificados em suas intenções e práticas. Tal constatação remete ao reconhecimento da alta complexidade em que está inserido este universo fronteiriço com seus personagens, negociações, empresas, instituições e autoridades.

Em trabalho desenvolvido pelo Grupo RETIS, foi organizada uma tipologia das interações transfronteiriças, em especial no que concerne às cidades gêmeas. Buscou-se relacionar as aglomerações urbanas do lado brasileiro com cidades e/ou povoados vizinhos existentes ao longo do limite internacional. Segundo esta tipologia, as cidades de Corumbá e Puerto Suarez configuram uma articulação do tipo fronteira seca com interação do tipo “sinapse”, isto é, fica evidenciada a troca entre as aglomerações urbanas, que sendo intensas são ativamente apoiadas pelos Estados. Isso inclui o oferecimento de infraestrutura de articulação, mecanismos de apoio e de operacionalidades e regulamentação do comércio (MACHADO ET ALLI, 2005, p.109).

Um dado muito interessante diz respeito ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dessas cidades. Segundo o Instituto Nacional de Estadística (INE) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as quatro cidades possuem índices muito similares, orbitando em torno de 0,700 (Corumbá-2010) e 0,734 (Puerto Quijarro – 2005). Embora salte aos olhos precipitados a existência de abismos sociais mais profundos na Bolívia, a compreensão dos estratos sociais naquele país ainda merece estudos mais completos, bem como no Brasil. Isso

porque os respectivos IDHs revelam que tais cidades estão distantes de um status como o do Canadá (0.967), mas, também de países como a Somália (0,285).

No que tange a esta pesquisa, entendemos ser fundamental demonstrar conceituações para que possamos destacar como a fronteira deve ser entendida de maneira diferenciada de outras regiões do país, isto porque é propriedade dela possuir peculiaridades e especificidades, por muitas vezes ignoradas ou desprezadas (OLIVEIRA; CAMPOS, 2015). Entendemos que a fronteira se diferencia dos limites internacionais, principalmente, no sentido de que a primeira é palco de vivências, experiências, conflitos e trocas, enquanto que o segundo é a linha que divide, fruto de acordos internacionais (OLIVEIRA; CAMPOS, 2015, p. 50).

Neste artigo trabalhamos como principal hipótese para explicar o diferencial do dia a dia do policial em região de fronteira comparativamente ao restante do território nacional, a existência de lapsos na dimensão de tempo e espaço para as suas operações. Para tanto, utilizamos de ferramentas metodológicas que nos auxiliarão na compreensão das dificuldades encontradas por esses policiais diante dos mais diversos delitos. Trataremos de casos delituosos em direção àquele país, não porque seja o único destino dos objetos furtados ou roubados, mas, sim, porque as rotas utilizadas para ultrapassar o limite são, juntamente com o tempo, limitadores de ações policiais. Desta forma, não pretendemos reafirmar ideias preconceituosas, tampouco corroborar com senso comum, ligados à Bolívia.

Há uma quantidade expressiva de trabalhos acadêmicos que tratam das atividades policiais em região de fronteira. Diversos deles são notáveis no que tange ao fato de as instituições criadas pelos Estados para efetuar o policiamento não darem conta da vigilância (DIAS JÚNIOR; CRIVELATTI; COSTA, 2012, p. 34). Outros salientam como uma das principais dificuldades para atingir graus maiores de eficiência o número reduzido do efetivo (VALLE, 2010, p. 94). Esse problema não se restringe à fronteira em estudo, tampouco às fronteiras brasileiras, pois, há um componente adicional: a falta de integração entre órgãos dos países envolvidos. Exemplo disso está na fronteira México-Estados Unidos, onde a política de combate ao tráfico de drogas não tem conseguido lograr êxito, devido às limitadas capacidades institucionais e ausência de uma cooperação intergovernamental eficaz (RAMOS, 2011, p. 74).

Em contrapartida, há exemplos de cooperação entre países para amenizar lacunas no que tange à segurança em região de fronteira, como assinala Carneiro Filho:

Na União Europeia já existem acordos entre países membros onde a polícia de um país é autorizada, em caso de perseguição a um suspeito, a adentrar ao território do país vizinho e exercer as prerrogativas que possui em seu país de origem para a captura do indivíduo. Em geral esses acordos são bilaterais firmados de país a país (CARNEIRO FILHO, 2012, p. 97).

O mesmo autor informa que um desses acordos está celebrado entre Bélgica e Alemanha, onde as polícias têm suas competências estendidas até o território do Estado vizinho. A não existência desses tipos de acordo causa transtornos como o ocorrido com a viatura da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul (PMMS), que em perseguição a contrabandistas na fronteira em estudo, adentraram em território boliviano, sendo então detidos por policiais daquele país².

Ainda sobre o lapso tempo e espaço na fronteira, cabe apresentar a principal rota utilizada pelos autores dos delitos de roubos e furtos de veículos na fronteira em estudo. É a Rodovia Ramon Gomes, porém não é a única. Parte das estradas vicinais existentes em Corumbá localiza-se muito próxima ao limite com a Bolívia. Conhecidas como “cabriteiras”, possuem longo histórico como rota de saída e de entrada de ilícitos. Tais vias não são exclusividades da fronteira em estudo, sendo que em Cáceres (MT), por exemplo, há diversas delas (AMORIM, 2012) e se constituem, também, em materializações de porosidades fronteiriças.

Os desafios trazidos pelas dimensões espaciais e temporais.

O espaço e o tempo são duas das categorias que mais possuem debates entre filósofos, cientistas de variadas cadeiras e, inclusive, religiosidades de incontáveis matizes. No caso desta pesquisa adotamos conceitos trazidos por Milton Santos, por entendermos que em seu pensamento a realidade que estudamos melhor se adequa. Assim, consideramos que nossos estudos sobre a dinâmica trazida pelo cotidiano fronteiriço devem ser conduzidos por elementos que revelem os graus de complexidade a que estão submetidos. Exemplo disso está no sentido

² <http://www.correiadoestado.com.br/cidades/corumba/pm-entra-na-bolivia-atras-de-contrabandistas-e-viaturas-sao-retidas/252479/>

de estudos de fronteira como uma espécie de estudos de região destacada, buscando detalhar sua organização social, política, econômica e cultural, permitindo abordar “(...) os fatos concretos, para reconhecer como a área se insere na ordem econômica internacional, levando em conta o preexistente e o novo” (SANTOS, 1988, p. 17). Tais estudos articulados com os resultados empíricos possibilitarão, em novas publicações, melhores aferições entre a realidade apurada e as interpretações sobre ela.

A Delegacia de Corumbá e o Instituto de Identificação da Unidade Regional de Perícia de Corumbá e a Delegacia de Ladário distam, respectivamente, 06 e 11,9 km do limite. Utilizando as viaturas disponíveis, é possível percorrer esses trechos em média de 10 minutos de Corumbá e 22 minutos de Ladário, fazendo uso das principais vias das cidades. Cabe ressaltar que tais referenciais temporais e espaciais, que indicam claramente o limite de atuação policial, são inerentes à condição fronteira, e que caberá ao policial identificar suas vicissitudes na realidade que o cerca, abreviando os distanciamentos entre a *alta* e a *baixa* políticas (OLIVEIRA, SANTOS, 2016, pp. 98-99).

Ainda sobre as estradas vicinais, Dias Júnior, Crivelatti e Costa (2012) explicam as preocupações com a mesma a partir de planejamento desenvolvido pela Polícia Federal:

(...) são inúmeras possibilidades de entradas de difícil fiscalização. Várias dessas passagens contornam o Lampião Aceso, que é o principal ponto de fiscalização adotado, na saída da cidade de Corumbá-MS. Isso nos levou a procurar um ponto de convergência dessas “cabriteiras”. Um local que pudesse concentrar a fiscalização das mesmas, sem a necessidade de vigiar tenazmente aquelas passagens, impossibilitadas pelo efetivo policial. (DIAS JÚNIOR, CRIVELATTI; COSTA, 2012, p. 54)

Neste aspecto, trabalharemos com dois exemplos para demonstrar as eventualidades às quais os policiais de fronteira estão sujeitos. O primeiro é de furto de duas motos ocorridas em Corumbá no mês de julho de 2015³. Ambas as ocorrências foram no mesmo dia, sendo uma às quatro horas e a outra às sete horas. Após as vítimas formalizarem os ocorridos, foi desencadeada ação com duplo objetivo: reaver os bens e localizar os autores. Neste caso, apareceram de forma muito viva os dois dos maiores diferenciais da atuação do policial em região de

³ <http://diarionline.com.br/?s=noticia&id=77926>

fronteira: o tempo e o espaço. Ou seja, o raio de ação é menor e a probabilidade de evasão em curto tempo é muito maior. Neste exemplo, há outro componente complicador: a mobilidade que as motos possuem.

Tão logo as equipes plantonistas tiveram conhecimento dos ocorridos foi desencadeada ação conjunta entre as polícias Civil e Militar daquelas cidades, onde a troca de informações foi fator determinante, haja vista possuíam informes que os autores de roubos e furtos de motos estavam utilizando uma rota alternativa às já mencionadas, uma vez que estavam cientes de que as polícias estavam cercando essas vicinias. Tal rota era considerada, até então, de baixa probabilidade, contudo, não podendo ser descartada. O novo *modus operandi* indicava a linha férrea que une ambos os países como passagem (Imagem 01). Com essas informações, uma das equipes envolvidas logrou êxito em apreender um autor de posse de uma das motos, enquanto que o outro conseguiu evadir para o país vizinho com o outro bem furtado.

Imagem 01 – *Modus Operandi* diferenciado: a linha férrea como rota de fuga



Fonte: Luciana Escalante Pereira, 2016.

Na Delegacia este autor detido informou que estava agindo juntamente com o outro que havia evadido, pois, aquele há poucos dias havia saído do presídio, e o convidou para esta empreitada delituosa. Como ambos haviam furtado essas motos em locais distintos, uma no Bairro Universitário e outra no Centro de Corumbá, o

objetivo estava relativamente alcançado, restando apenas cruzar a linha limítrofe para vender essas motos. Ação parcialmente frustrada pela ação dos policiais.

Havia, ainda, algo a ser resolvido: a detenção do outro autor. No entanto, a fronteira limita a ação policial, o que é agravado pela incipiente experiência de ações conjuntas entre ambos os países. De posse da informação de que a ação dos autores foi conjunta e do histórico criminal do segundo envolvido, foi possível traçar novas metas e localizar aquele, até então evadido. Era sabido que ele regressaria, e o tempo de espera seria determinante para a autuação daquele em flagrante delito, embora com pouca probabilidade em reaver o bem subtraído, neste caso, a outra moto. Com a detenção daquele, quando de seu regresso do país vizinho, fora encontrado em sua posse o dinheiro da venda do bem. Tal situação materializou o delito, uma vez que o tripé - autoria, materialidade e circunstância - estava plenamente explícito. Um aspecto que nos chamou a atenção é o objetivo que ambos os autores tinham ao realizar os furtos: consumo de drogas e ostentação em pagodes da cidade.

A fronteira entre o Brasil e a Bolívia em estudo, compreende uma complexa espacialidade rotineiramente pendulada entre a dura legalidade e a flexível prática comercial informal. Esta fronteira, talvez como tantas outras, notabiliza-se pela reduzida dimensão espacial que o autor do delito tem que enfrentar para ultrapassar o limite internacional, como é possível observar no segundo exemplo. Trata-se de um roubo ocorrido em Ladário, em dezembro de 2015, que resultou na subtração de duas motos da mesma família.

Nesta ocorrência dois episódios chamaram a atenção. No primeiro, quando membros da família foram até o limite para fazer uma espécie de “tocaia”, na espera de poder reaver o bem. Segundo notícia veiculada na mídia local, membros da família se revezaram até que uma das motos foi visualizada, e por não ter certeza, gerou hesitação entre eles, o que ocasionou a travessia do limite. Em seguida, a segunda moto foi identificada e um dos familiares acertou “uma paulada”, que fez com que o condutor caísse ao solo. Neste ínterim, um policial boliviano, com a arma em punho, ordenando que ninguém se aproximasse, levou o veículo para solo boliviano, entregando na Dirección Nacional de Prevención contra Robo Vehículos

(DIPROVE), em Puerto Quijarro. Ainda de acordo com o noticiário, o condutor ficou retido em sala da Receita Federal esperando a chegada da PMMS⁴. No dia seguinte a moto foi devolvida pelos policiais bolivianos no mesmo marco limítrofe onde ocorreu o incidente do dia anterior⁵.

O outro aspecto que merece relevância é a forma como a segunda moto foi recuperada. Cinco dias após a ocorrência, uma das vítimas compareceu à Delegacia de Polícia Civil de Ladário (DPL) já de posse da outra moto, com fins de realizar uma complementação ao Boletim de Ocorrência. Nela, informou que conseguiu reaver o seu bem, e que ao “estar de posse da chave reserva” fora até o país vizinho, no dia seguinte à devolução da primeira moto. Afirmou, ainda, que, buscou informações com “populares” em Puerto Quijarro, visando descobrir a localização do veículo. Declarou ter obtido êxito quando se deslocou até local onde fora informado que estaria sua moto. Foi então que pegou seu veículo e retornou para o Brasil, apresentando-a na Delegacia. Não foram informadas as circunstâncias, bem como as negociações, que o levaram a tal desfecho, reavendo o bem sem traços de violência.

Em ambos os desfechos, chamou atenção a forma com que as vítimas agiram. Além dos rompantes passionais que conduziram a iniciativas desaconselháveis pelas autoridades, houve incursões que poderiam ter fins incalculáveis. Este episódio de roubo das motos evidenciou uma crise em parcela da população que muito nos motivou a encontrar meios que garantisse agilidades no acesso entre as autoridades policiais. Desta forma, o uso de meios digitais, em especial do Whatsapp, apareceu como mediador com possibilidades muito elevadas de mitigar as lacunas temporais e espaciais que nos referimos neste artigo.

Experiência com ferramentas virtuais adaptadas ao ambiente policial.

No campo da informalidade, há experiências potencializadas pelas ferramentas virtuais. É sabido o quanto tais ferramentas transformaram as comunicações interpessoais e de trabalho, permitindo outras concepções de espaço

⁴ <http://www.diarionline.com.br/?s=noticia&id=81089>

⁵ <http://diarionline.com.br/?s=noticia&id=81111>

e formas de relacionamento, de maneira peculiar, redimensionando espaços tradicionais de sociabilidade e expressão simbólica (MORAES, NERCOLINI, 2014). Tais mudanças atingiram o ambiente policial, como, por exemplo, na experiência em Belo Horizonte na qual foi criada a Rede de Vizinhos Protegidos, estratégia que propiciou novas interações e o compartilhamento de responsabilidades, e que teve significativa adesão (LEMOS; REZENDE, 2014).

Trataremos nesta parte do artigo de uma experiência na qual foi criado em 21 de julho de 2016 um grupo de Whatsapp, denominado Policias Fronterizos (Imagem 02). Tal iniciativa partiu de 05 (cinco) policiais civis e 01 (uma) perita papiloscopista de Corumbá e Ladário e 06 (seis) policiais bolivianos. Visava atender demanda em estabelecer uma nova territorialidade, que ampliasse aquelas limitadas aos marcos fronteiriços. Embora tenha surgido em conversas informais, seu aperfeiçoamento ocorreu no LEF, através de reuniões nas quais se buscava definir os objetivos, limites de participantes e anuência de superiores, o que demorou cerca de dois meses. Ficou estabelecido que a criação do Grupo não traria nenhuma intervenção nas interações individuais que ocorriam antes de sua criação.

Neste ponto reside um parâmetro espacial que não pode ser desprezado: a existência da “Grande Corumbá”, que envolveria todos os municípios da fronteira em estudo. Isso permitiu que esta iniciativa ocorresse, pois se passou a considerar as autoridades do país vizinho detentoras de dramas da *baixa política* muito semelhantes ao que se constata no Brasil.

Imagem 02 – Perfil de Grupo de Whatsapp de policiais brasileiros e bolivianos.



Fonte: SANTOS, M. G.

O grupo Policias Fronterizos teve entre seus resultados a captura de homicida foragido há 03 (três) anos, por policiais bolivianos e entregue a autoridades brasileiras no limite entre ambos os países (Imagem 03). Isso exemplifica o quanto o

MEF. Programa de Pós-graduação em Estudos Fronteiriços. VI Seminário de Estudos Fronteiriços: Onde as fronteiras se encontram... Anais... Corumbá: UFMS, 2017. (2 a 4 de outubro de 2017).

uso de recursos virtuais acelera as ações, incluindo informações tanto em grupo quanto de forma privada, e expande o raio da atuação. Como vimos anteriormente, a dificuldade de juntar os quesitos materialidade, circunstância e autoria, neste caso, fora sanada com recursos tecnológicos de amplo uso, baixo custo e sem a existência de protocolos formais, fundados apenas na confiança recíproca.

Imagem 03 – Foragido sendo entregue pela polícia boliviana à polícia brasileira na fronteira em estudo.



Fonte: Erik Silva⁶

Tal iniciativa não é exatamente uma novidade. Em 2016, por exemplo, a Juíza Ana Cláudia Torres Vianna, do Tribunal Regional do Trabalho em Campinas, SP, adotou o Whatsapp como alternativa para tornar audiências de conciliação menos burocráticas e mais acessíveis, o que deu a ela prêmio conferido pelo Conselho Nacional de Justiça⁷. Em outra experiência, também, em 2016, a DPL, após ligação de vítima de roubo, logrou êxito em recuperar caminhão a partir de imagens enviadas por aquele aplicativo para investigadores, o que possibilitou identificar o veículo, na proximidade do Posto Janjão, em Corumbá⁸. Há, ainda, em novembro de 2016, despacho de juiz, em Pará de Minas (MG), determinando, também através deste aplicativo, que detento fizesse provas do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM)⁹. Em qualquer uma das experiências relatadas, se fosse escolhido o caminho formal, institucional e burocrático, este seria muito mais longo, e com menos chances de ter sucesso.

⁶<https://www.folhams.com.br/autor-de-homicidio-em-ladario-e-presos-pela-policia-boliviana-e-entregues-as-autoridades-brasileiras/>

⁷ <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/justica-e-direito/juiza-e-premiada-pelo-cnj-por-fazer-audiencias-via-whatsapp-arb0gqkugpb1rdzo4qz6hl1tu>

⁸ <http://diarionline.com.br/?s=noticia&id=84175>

⁹<http://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI248606,101048-Juiz+autoriza+por+WhatsApp+que+detento+faca+Enem>

Considerações Finais

Como observamos, a rotina da segurança pública na fronteira em estudo diferencia-se nos mais diversos aspectos da vivenciada nas demais regiões do território nacional. Isso, em especial, pela limitação espacial imposta pelo ambiente em que os policiais e peritos trabalham. Notamos, também, que tal ambiente é reflexo de um abismo existente entre o deliberado nas esferas da *alta política* e a complexidade vivida na *baixa política*, ou, quando da ação policial frente o tempo e o espaço (OLIVEIRA; SANTOS, 2016). Tal abismo reflete no cidadão fronteiriço, como naquele caso em que um desses deu “pauladas” no condutor da moto que havia sido roubada, revelando uma ideia na qual a Polícia está em descrédito.

Situações como essas levam agentes da segurança pública que estão envolvidos nesse cenário fronteiriço a buscarem soluções que sejam aplicáveis, visando mitigar o lapso tempo *versus* espaço. Desta forma, a agilidade que o Whatsapp proporcionou aos ambientes policiais e judiciários não poderia passar sem ensinamento. Da mesma maneira, a visibilidade que as redes sociais possuem, também pode estar a dispor da melhoria do acesso da população aos serviços da Secretaria de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul (SEJUSP).

O estágio em que se encontra esta pesquisa é de alargamento das ações de agentes da SEJUSP lotados nessa fronteira, com o desenvolvimento de ações técnico-científicas, no âmbito das diversas frentes de trabalho de perícia que a SEJUSP desenvolve ali. Isso permitirá que o tripé autoria, materialidade e circunstância, que muitas vezes termina por ser prejudicado em função da existência do limite territorial, possa ser mais bem alcançado. O fato de não haver aproximações cotidianas entre os peritos de ambos os lados da fronteira, como ocorre entre os policiais, é um óbice a ser ultrapassado, cujos resultados aparecerão em futuras publicações.

Em nossos estudos constatamos que o redimensionamento da aproximação entre policiais e peritos do Brasil e da Bolívia na fronteira em estudo trouxe resultados e confiabilidade entre os mesmos. O Grupo Policias Fronterizos, que ainda existe, permitiu o alargamento do espaço, limitado pelo território nacional. Ainda, através de trocas de informações foi possível a colaboração no sentido de

aplicar a justiça, como no caso do foragido capturado em território boliviano. A aplicação do Grupo de Whatsapp permitiu o fortalecimento dos elos que envolvem esses policiais. Demonstrando, assim, que a criação de canais de diálogos e de trocas de experiências visando ações podem ser bom indicativo para uma transformação na limitação espacial e temporal imposta pela circunscrição.

Esse distanciamento a que nos referimos é o maior limitador da experiência trazida nesta pesquisa. Embora todos os passos tenham ocorrido com a anuência dos superiores de ambos os lados da fronteira em questão, tal iniciativa, que conta com elementos vívidos do cotidiano dos policiais, ainda não foi incorporada em âmbitos formais na Polícia Civil de Mato Grosso do Sul. Para que isso ocorra será necessário construir meios para que a alta política conheça tais possibilidades e as assimile incorporando à realidade do policial em fronteira.

Referências

AMORIM, M. A. B. M. **A Problemática da Segurança Pública na Fronteira Brasile Bolívia com Foco no Estado do Mato Grosso**. Trabalho de Conclusão de Curso, Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2012.

BRASIL. IBGE. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?coduf=50>> Acesso em: 01/08/2016.

BOLÍVIA. INE. Disponível em < <http://www.ine.gob.bo/index.php/podreza-desarrollo/introduccion-4>> Acesso em: 01/08/2016.

CARNEIRO FILHO, C. P. *Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai: transfronteirização através do crime*. In: **Revista Relações Internacionais no Mundo Atual**, v. 02, n. 16, 2012, pp. 84-101.

CORREIO DO ESTADO. Campo Grande: Grupo Fundação Barbosa Rodrigues. Disponível em: <<http://www.correiodoestado.com.br/cidades/corumba/pm-entra-na-bolivia-atras-de-contrabandistas-e-viaturas-sao-retidas/252479/>> Acesso em: 21/11/2016

DIARIO CORUMBAENSE. Corumbá: Grupo Diário Corumbaense. Disponível em: <<http://diarionline.com.br/?s=noticia&id=77926>> Acesso em: 21/11/2016.

DIARIO CORUMBAENSE. Corumbá: Grupo Diário Corumbaense. Disponível em: <<http://diarionline.com.br/?s=noticia&id=81111>> Acesso em: 21/11/2016

DIARIO CORUMBAENSE. Corumbá: Grupo Diário Corumbaense. Disponível em: <<http://diarionline.com.br/?s=noticia&id=84175>> Acesso em: 21/11/2016

DIARIO CORUMBAENSE. Corumbá: Grupo Diário Corumbaense. Disponível em: <http://www.diarionline.com.br/?s=noticia&id=81089> Acesso em: 21/11/ 2016

DIAS JÚNIOR, M.; C., Q. D.; COSTA, E. A. *Gestão da Segurança Pública na Fronteira Brasil-Bolívia em Corumbá-MS*. In: **Segurança Pública e Cidadania**, 2012, v. 5, n. 2, pp. 33-59.

FOLHA MS. Corumbá. Disponível em: <<https://www.folhams.com.br/autor-de-homicidio-em-ladario-e-presos-pela-policia-boliviana-e-entregue-as-autoridades-brasileiras/>> Acesso em: 21/11/ 2016.

GAZETA DO POVO. Curitiba: Grupo Paranaense de Comunicação. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/justica-e-direito/juiza-e-premiada-pelo-cnj-por-fazer-audiencias-via-whatsapp-arb0gqkugpb1rdzo4qz6hl1tu>> Acesso em: 25/09/2017.

JORNAL MIGALHAS. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI248606,101048-Juiz+autoriza+por+WhatsApp+que+detento+faca+Enem>> Acesso em: 25/09/2017.

LEMOS, A. F.; REZENDE, E. N. Rede Virtual de Vizinhos Protegidos: Participação Social na Segurança Pública. In: **Revista Brasileira de Ciências Policiais**, Brasília, v. 05, n. 02, 2014, pp. 89-111.

MACHADO, L. O. et alii. O Desenvolvimento da Faixa de Fronteira: uma proposta conceitual-metodológica. In: OLIVEIRA, Tito C. M. (org.) **Território sem Limites**. Campo Grande, Ed. da UFMS, 2005, pp. 87-112.

MORAES, L. A.; NERCOLINI, M. J. Tecnologias Móveis, Vida Cotidiana e Comunicação Instantânea. In: **Mídia Cotidiana**, Niterói, 2014, n. 05, pp. 01-14.

OLIVEIRA, M. A. M.; CAMPOS, D. L. Imigrações e Instituições de fronteira: Bolivianos em Corumbá, MS. In: **Revista Direitos Culturais**. V. 10, n. 20, 2015, pp. 47-58.

OLIVEIRA, M. A. M.; SANTOS, M. G. Mato Grosso do Sul e os desafios de Segurança Pública em suas Fronteiras: distâncias entre as alta e baixa políticas. In: **Revista Século XXI**, Porto Alegre, v. 07, n. 02, julho-dezembro de 2016, pp. 95-110.

RAMOS, J. M. Gestión de la Seguridad en la Frontera Norte e Iniciativa Mérida: antecedentes y desafíos. In: **Migración y seguridad: nuevo desafío en México**. 2011.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo, Editora Hucitec, 1988.

VALLE, D. Eficiência, Eficácia e Efetividade do Grupo Especial de Segurança de Fronteira (GEFRON), no Período de 2003 a 2007. In: **RHM**, v. 1, n. 5, 2010, pp. 91-105.

PRÁTICAS LINGUÍSTICAS E HIBRIDAÇÃO DAS LÍNGUAS NAS CIDADES DA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA

Linguistic Practices and Hybridization of Languages in Brazil-Bolivia Border Cities

Maria Aparecida SANTOS CAMPOS*

Gerson das Neves Ferreira de MORAIS**

Keila Márcia PEREIRA***

Resumo: O objetivo do estudo é analisar as práticas linguísticas, contribuições e conflitos existentes em função do bilinguismo e sua influência no relacionamento dos alunos do 6.º ao 9.º ano da Escola CAIC, Corumbá-Brasil. Trata-se de um estudo qualitativo descritivo e analítico, com amostra composta por alunos do 6.º ao 9.º ano. Como procedimentos utilizou-se a coleta de dados em sessões de observações durante o recreio. Na escola CAIC as línguas faladas pelos alunos produzem uma hibridação linguística que facilita a condução dos trabalhos pedagógicos.

Palavras chave: Fronteira; Integração; Bilinguismo; interdisciplinaridade.

Abstract: The objective of the study is to analyze the linguistic practices, contributions and conflicts existing in function of bilingualism and its influence in the relationship of the students from the 6th to the 9th year of the CAIC School, Corumbá-Brazil. This is a qualitative descriptive and analytical study, with a sample composed of students from the 6th to the 9th grade. As procedures were used the data collection in sessions of observations during the recreation. At CAIC, the languages spoken by the students produce a linguistic hybridization that facilitates the conduction of pedagogical works.

Key words: Frontier; Integration; Bilingualism; Interdisciplinarity.

Introdução

As cidades de Corumbá e Ladário situam-se no extremo oeste de Mato Grosso do Sul, na fronteira Brasil-Bolívia. Dentro do território brasileiro, distanciam-se de 440 quilômetros de Campo Grande, capital do Estado de Mato Grosso do Sul. Porém, mantêm uma distância em torno de cinco quilômetros de Puerto Quijarro e menos de quinze minutos da fronteira Brasil-Bolívia.

* PHD em Educação, Mestre em Ciências da Educação, Licenciada e Bacharelada Educação Física, Graduada em Magistério e Letras Espanhol. Professora no curso de Doutorado em Educação da Universidade Iberoamericana, FUNIBER-UNINI, membro do grupo de investigação da Universidade de Jaén, Depto. de Didáctica da Expresión Musical, Plástica e corporal. Contato: mariaaparecidasantosecampos@gmail.com

** Formado em LETRAS, pós-graduado em língua portuguesa e Metodologia do Ensino; Mestre em Estudos Fronteiriços pela UFMS – Campus do Pantanal. gersonmorais@ibest.com.br

*** Formada em LETRAS – UNIGRAN-Dourados. keila.marcia.rusrus@gmail.com

As discussões sobre temas fronteiriços são muito polêmicas, pois geram muitas interpretações a luz do pensamento científico. Para Marcos-Marín (2001, p.135), o desenvolvimento da sociedade de informação possibilita que os conceitos tradicionais da linguística se cubram de novos conteúdos e que fatos historicamente conhecidos adquiram novas dimensões, com sua carga incógnita, ao mesmo tempo em que se introduzem novos fatores que podem adquirir um peso superior aos analisados habitualmente.

Segundo Polato (2007, p. 232), a língua é um sistema vivo, dinâmico que evolui e se adapta de acordo as necessidades de comunicação dos falantes, durante este processo evolutivo pode ocorrer alterações em relação à norma culta e a gramática normativa, e sofrer interferência dos aspectos socioculturais de uma região. As línguas fronteiriças são faladas por grupos linguísticos oriundos de uma fronteira internacional e podem parecer insignificante, mas exercem um importante papel na comunicação na socialização e integração dos povos fronteiriços.

Para Marcos-Marín (2004, p. 295),

Siempre que dos lenguas están en contacto se producen fenómenos de lo que, científicamente, se conoce como lenguas francas, un término que ha pasado a significar también, mal empleado, lenguas comunes, generales o internacionales.

Assim, aprendizagem e o domínio das línguas dependem do contexto de adaptação das circunstâncias da vida, tais como: dificuldades de aprendizagem, dificuldade de adaptação, o ambiente e suas proporções, a língua materna, o meio social de convivência, uma segunda língua falada, as imprevisíveis situações do dia a dia, a materialidade das coisas, a parte psicológica, etc. Esse contato produz a possibilidade de refletir sobre a situação no MERCOSUL, onde o espanhol e o português são línguas que ascendem visto que uma delas passa a vigorar como primeira língua e a outra como segunda.

O português e espanhol são línguas que tiveram sua origem do latim vulgar, e por serem consideradas línguas irmãs, possuem semelhanças de vocábulos que ao mesmo tempo em que facilita a comunicação, pode dificultar a interação dos falantes. Por outro lado, essa similitude ocasiona uma mescla entre os dois idiomas dando origem a uma forma de falar diferente e inovadora, uma suposta terceira língua falada não oficializada, “o portunhol”.

Ainda segundo Marcos Marin (2001, p.267)

MEF. Programa de Pós-graduação em Estudos Fronteiriços. VI Seminário de Estudos Fronteiriços: Onde as fronteiras se encontram... Anais... Corumbá: UFMS, 2017. (2 a 4 de outubro de 2017).

.... Espanglish y portuñol son linguas francas, que sirven para que hablantes que no manejan bien el inglés o el portugués usen una fórmula simplificada, con un fuerte componente español, en los Estados Unidos o en el Brasil (limitándonos a América, porque también hay un portuñol en Portugal). Son hablas de ida, no de vuelta y tampoco son situaciones totalmente simétricas.

Assim as diferentes raças, o convívio e necessidades dos serviços fazem com que a fronteira tenha uma relação que está inserida dentro de um prisma social de visões diferenciadas constituindo uma interface de culturas. Considerando-se que existe uma dualidade na linguagem, ela é ao mesmo tempo, integralmente formal e integralmente atropelada pelos embates subjetivos e sociais, as vivências dependem do meio social em que o indivíduo está inserido.

As fronteiras podem se caracterizar como culturais, sociais, entre gêneros, econômicas e tecnológicas; podem ser divisão, faixa, limite e, paradoxalmente, podem ser oposição e aproximação, coalescência ou até mesmo concrecência; assim, pode ser intersecção, traço que une como podem ser uma marca de limite físico ou simbólico; fixam a identidade, determinam a alteridade.

O conceito de “identidade” é tratado no verbete do dicionário de semiótica (GREIMAS e COURTÉS, 2008, p. 27, 140, 251-252 e 440) como a relação de pressuposição recíproca com o termo oposto “alteridade”, significando, em síntese, a oposição entre “o mesmo” e “o outro”.

De acordo com Bernd (2003, p. 17),

[...] identidade é uma entidade [que] se constrói simbolicamente no próprio processo de sua determinação. A consciência de si toma sua forma na tensão entre o olhar sobre si próprio — visão do espelho, incompleta — e o olhar do outro ou do outro de si mesmo — visão complementar.

Ressalta-se que o uso da prática linguística pode resultar confusa por vários motivos entre os quais se destacam: a falta do domínio das línguas envolvidas (MARIN, 2001, p. 178), o fluxo migratório devido a facilidade de entrada e saída na referida fronteira de ambos países, que contribui para fomentar variações e hibridismos linguísticos praticados nas zonas fronteiriças para atender às necessidades de comunicação entre os povos fronteiriços. Sendo um território exótico, marcado por grandes diferenças e facilidade de aproximação em todos os sentidos, que permite uma situação diferente e de fácil acessibilidade ao mesmo tempo uma diacronia que predispõe ao surgimento da língua franca o portunhol (MARIN, 2001, p.182).

Para Hensey (1965, p. 89), o contato linguístico procura descrever o bilinguismo nas comunidades fronteiriças em especial das urbanas. Ocorre pelo domínio de um dialeto do espanhol padrão – espanhol regional e de um dialeto português na Bolívia. No entanto, para Carvalho (1998, p. 121), a situação das práticas linguísticas nessa zona fronteiriça é na verdade a caracterização de que português é esse que se pratica e como ele se distribui dado a que a mistura dos sistemas linguísticos do português e do espanhol não são aleatórias tal como afirma Elizaincìn, Behares & Barrios (1987, p. 145), mas são condicionadas por fatores extralinguísticos nas zonas mais urbanas, é um dialeto do português brasileiro urbano.

Os dialetos são classificados também como línguas e a dificuldade em definir o “portunhol” está nos parâmetros que foram sendo constituídos pelo senso comum, tendo a fronteira tem como base. A segunda hipótese é a de que o “portunhol” é uma “interlíngua”, remete ao processo de aquisição, especialmente do espanhol por parte de falantes brasileiros, e seria uma situação intermediária desse processo no qual os alunos misturam as línguas em nível gramatical e discursivo.

Conforme Raffestin (1963, p. 165), a fronteira é compreendida como zona de contato e limite, ou seja, é uma linha de separação definida que “[...] cristalizada se torna então ideológica, pois justifica territorialmente relações de poder”. O enfoque é sempre do ponto de vista das influências do espanhol/castelhano, dos influxos, dos espanholismos do vocabulário corumbaense e da entonação e pronúncia do dialeto. Ao aplicar essa rede de conceitos semântico-político às línguas do MERCOSUL - o português e o espanhol - podemos inferir que cada uma delas constitui a base para o exercício do poder, delimita a fronteira geográfica, identifica uma comunidade, e acentua a etnicidade do povo que a utiliza. Em função de tais circunstâncias, há de se perguntar: que papel sociopolítico e linguístico terá o “portunhol” nesse contexto de nacionalidade?

Nesse sentido, o conceito de língua está diretamente relacionado ao de nação, isto é, ambos são referentes às suas respectivas etnias. Várias são as denominações para esta variante linguística de fronteira, mas, será que o “portunhol” é uma interlíngua?

A verdade dessa pergunta depende da influência de uma língua sobre a outra que depende da doutrina e da utilização adequada.

Sabe-se que o uso efetivo de uma língua é o que a torna viva, quanto menos esta é usada, menor será sua utilidade e finalidade prática, visto que o “portunhol” é usado na fronteira, nos aspectos socioeconômicos e no cotidiano dos habitantes fronteiriços determinando, grau de utilização e de praticidade.

Para Polato (2007, p. 141), “As transformações acontecem nas ruas e nos prédios de grandes instituições, na linguagem dos sermões, das palestras, dos discursos de políticos e advogados (com seus vocabulários tão particulares)”. Para a autora, comumente, a linguagem se renova mais rápido do que ortografia, já que esta requer a padronização para ser compreendido por mais gente durante mais tempo. Conforme Bagno (1999, p. 76), submetemos a fala a diversos processos mentais intuitivos e inconscientes, fazendo novas inferências, para o autor a região de fronteira possui uma linguística complexa contrastando com o desenvolvimento no qual convivem línguas e culturas distintas que comprometem todas as áreas desde o social até o econômico.

De acordo com Ribeiro (1995, p. 242) o Brasil nasce e cresce como povo novo, afirmando cada vez mais essa característica em sua configuração histórico-regional. Por outro lado, para o autor, a homogeneidade cultural básica, que ultrapassa desde as singularidades ecológicas regionais, bem como as marcas decorrentes da variedade de matrizes raciais, como as diferenças da proveniência cultural dos distintos contingentes. Para Cavalcanti (1999, p. 98), questões de bilinguismo e de bidialetalismo têm espaço potencial nesse contexto.

De acordo com Herbert de Souza apud Cavalcante (1999, p. 393) são essas comunidades, que constituem a população dentro e fora da escola, e do sistema, gente com cobiça de cidadania e melhores condições de vida e de educação, portanto, há uma multiplicidade de contextos bidialetais nas escolas públicas brasileiras principalmente nas fronteiriças contrariamente ao que são na realidade (ROMAINE, 1995, p. 111).

Igualmente, dentro das escolas de fronteiras, a falta do domínio das regras gramaticais por parte do aluno pode confundir o educador e o próprio educando nas misturas dialetais utilizadas e aplicadas em sala de aula, dificultando processo

ensino-aprendizagem e pode enleiar o educador no que tange às considerações de “certo” e “errado” ou adequado e inadequado, na forma escrita e oral.

Segundo Marcos-Marin (2001, p. 76),

Educación y demografía van unidas, porque es imprescindible planificar para educar a la población. Las cifras sobre Brasil son impresionantes, con 50 millones de alumnos en la escuela primaria y media. La mayoría de ellos puede verse ante el español como segunda lengua. Este hecho es independiente de la aprobación de la ley de obligatoriedad del español o de que sea una recomendación.

Portanto, o objetivo do estudo é analisar as práticas linguísticas, contribuições e conflitos existentes em função do bilinguismo e sua influência no relacionamento dos alunos do 6º ao 9º ano durante o recreio da Escola CAIC, Corumba-Brasil.

Metodologia

Considerou-se apropriado a utilização do método qualitativo, específico da pesquisa compreensiva, descritiva e analítica.

Sujeitos: a amostra se compôs de 90 alunos brasileiros e bolivianos do 6.º ao 9.º ano do ensino fundamental da escola CAIC Padre Ernesto do ensino fundamental da cidade de Corumbá. Como critérios de inclusão se estabeleceu ser aluno da escola e estar cursando as series citadas anteriormente. Critérios de exclusão não ser aluno da escola e não estar cursando as series indicadas.

Para a observação e anotação de informações sobre o relacionamento dos alunos e a forma de comunicação utilizada por eles durante um recreio da escola, se efetuou a observação por um período de 90 dias, optando-se por dias alternados sendo duas vezes por semana para propiciar um informe sem vícios, a equipe de observação foi composta pelo autor, professores e coordenadores da escola.

Para a análise de dados optou-se pela análise de conteúdos anotados associada ao quantitativo para dar uma visão geral do contexto, do público envolvido na investigação e de suas condições de participação.

Resultados e Discussão

No período de três meses de observação dos alunos bolivianos e brasileiros durante o recreio da escola CAIC observou-se o uso constante de dois idiomas e de uma mescla entre os dois.

A reflexão se fez sobre os aspectos socioeconômicos dos habitantes fronteiriços da Bolívia, visto que dependem, por vezes, das oportunidades no Brasil para ter uma melhor qualidade de vida. Oportunidades de educação, portanto, dependem de uma convivência pacífica, harmoniosa entre os povos das diferentes culturas que compõem o contexto fronteiriço.

Conforme Ribeiro (2011, p.53),

...A educação tem papel importante para promover o conhecimento e o respeito entre as diferentes culturas, promovendo a aproximação dos países vizinhos.

De certa forma o boliviano vem ao Brasil buscar oportunidades para melhorar os aspectos econômico, educacional e a qualidade de vida familiar e que suas raízes possam criar relacionamentos sólidos e melhorar a vida daqueles que sofrem pela miséria, falta de espaço, política e socialização.

Verificou-se que, o bilinguismo está presente na região de fronteira do Brasil em quase todos os seguimentos da sociedade, e também nas salas de aulas das escolas das cidades brasileiras que fazem fronteiras com todos os países hispânicos. “A realidade escolar fronteiriça, se mostra muitas vezes conflituosa e, sobretudo, múltipla e problemática” (FLAMENGUI, 2017, p.8).

Observou-se durante as atividades de sala de aula e extraclasse que a língua é o principal instrumento de interação, união e inserção socioeducativa. A escola CAIC é heterogênea e possui em seu corpo discente uma grande diversidade linguística e sociocultural, devido a essa heterogeneidade, percebe-se uma insegurança na hora de se comunicarem pela falta do domínio da norma culta de ambas as línguas.

Nesse sentido, o bilinguismo na região de fronteira passa a ser mais que um aprendizado natural, uma necessidade de aprender uma língua internacional.

O idioma inglês está inserido em todas as grades curriculares das escolas do território nacional e, é naturalmente ensinado, mas o espanhol ainda está sendo admitido pouco a pouco nas grades curriculares, podendo a escola optar por um dos dois idiomas citados e quase sempre é o inglês o escolhido. Assim, o espanhol é aprendido pelo contato direto e pela necessidade de comunicação dos povos na região de Corumbá e cidades limites de Bolívia.

Quando os alunos fronteiriços traduzem uma obra ou parte dela, quase sempre revelam a forma que entendem, traduzem apenas para compreenderem a obra não obedecendo às regras do idioma culto. Para os professores brasileiros, os resultados da mescla entre a língua portuguesa e o espanhol, são uma interferência negativa porque consideram os erros da mistura de línguas prejudiciais ao aprendizado, principalmente no que tange a alguns fatores fonológicos, morfológicos, na construção do léxico e da sintaxe.

Os desvios de linguagem apresentados por alguns alunos nas grafias, na gramática e no vocabulário demonstram a fragilidade dos alunos fronteiriços quando se veem envoltos em situações que dependem de leitura mais dinâmica.

O “portunhol” é considerado como a junção dos dois idiomas português e espanhol, um grupo de variedades linguísticas com características procedentes tanto do português quanto do espanhol, nasceu ao longo do tempo, como uma ferramenta que usam os povos vizinhos de boa lei na região conhecida como de tríplice fronteira (Argentina, Brasil, Paraguai), “língua confluência” (LANGELLIER, 2011, p. 176). Segundo o autor, o portunhol tem inimigos no Brasil que lamentam a “prostituição” de sua língua o temem que seja vítima de um “efeito de sucção” por parte do espanhol. Por isso recomendam desenvolver mais o bilinguismo na escola.

Fanjul (2002, p. 48) destaca o portunhol como interlíngua e, no marco das abordagens comunicativas do ensino de línguas, propõe a necessidade de distinguir entre “comunicar-se” como “fazer-se entendido”, e “comunicar-se adequadamente dentro de cada situação ou tarefa. Para Lara (2004, p. 9) língua é muito interessante, cheia de entraves como diz “... “É comum, porque todos falam e usam na medida de suas necessidades...”. “Por outro lado, é misteriosa, por que a linguagem está cheia de enigmas”.

Para Marcos-Marín (2004, p. 79),

... geograficamente o portunhol é brasileiro, e sua evolução natural deveria ir ao português, mas o fator “hispanización” é tão forte que em ocasiões parece tender ao espanhol, dentro do próprio território brasileiro.

Para Sturza, (2005, p. 121),

A diferença das zonas de fronteira é a extensão e consolidação do fenômeno. No caso uruguaio, ele é reconhecido como uma prática linguística instituída seria como uma “terceira língua”. A segunda hipótese é a de que o portunhol é uma “interlíngua”, remete ao processo de aquisição, especialmente do espanhol por parte de falantes brasileiros, e seria uma

situação intermediária desse processo no qual os alunos misturam as línguas a nível gramatical e discursivo. É frequentemente utilizado, neste mesmo sentido, pela mídia, na Internet e pelo próprio mercado editorial de livros didáticos da área.

A escola CAIC, e sua equipe pedagógica, trabalha para que o processo ensino-aprendizagem seja instrumentalizado de forma a facilitar o entendimento e a compreensão da mensagem passada. De acordo com Lado (1972, p. 15), “a semelhança e a diferença da língua materna em forma, sentido e distribuição com uma língua estrangeira, tornar-se-ão em facilidade ou dificuldade na aquisição do léxico desta língua estrangeira”.

Aprender uma língua requer o uso de regras, fonemas etc. a falta destes conhecimentos provoca uma decadência impedindo o seu crescimento cultural e uma melhor veiculação dessa língua.

Considerações finais

O “portunhol” é falado de forma informal sem regulamentação gramatical nas escolas pelos alunos, pelos comerciantes da cidade, nas ruas, nos negócios, no dia a dia em regiões de fronteira, se tornando uma língua livre sem burocracias e sem regras.

A escola CAIC, com sua equipe pedagógica, trabalha para que o processo ensino-aprendizagem seja instrumentalizado de forma a facilitar o entendimento e a compreensão da mensagem passada.

Aprender uma língua requer o uso de regras, fonemas etc. a falta destes conhecimentos provoca uma decadência impedindo o seu crescimento cultural e uma melhor veiculação dessa língua.

Observa-se que tanto na escola CAIC como na comunidade corumbaense as línguas, produzem uma hibridação linguística, que pode facilitar a condução dos trabalhos em sala de aula entre professores e alunos no sentido de fomentar o conhecimento e vivência de uma segunda língua.

Ao observar os alunos fronteiriços da Escola CAIC Padre Ernesto na hora do recreio, percebeu-se que eles usam concomitantemente as duas línguas, principalmente pela convivência diária da sala já que grande parte do dia é passada na instituição de ensino. Isso permite vivenciar a língua do outro sem esforço, visto

que, por serem línguas mutuamente inteligíveis entre si, por suas raízes latinas, possibilitam certo entendimento sem o conhecimento prévio como não é o caso do idioma inglês.

Referências

- BAGNO, M. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. Edições Loyola, 1999.
- BERND, Zilé. **Literatura e identidade nacional**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- BRUNO, F. C. **Ensino de Espanhol. Construção da impessoalidade em sala de aula**. Editora Claraluz, 2004. Coleções intervenção.
- CAVALCANTI, M. C. **Estudos sobre educação bilíngüe e escolarização em contextos de minorias linguísticas no Brasil**. Delta, 15 (especial), 1999.
- COURTÉS, J., & GREIMAS, A. J. Dicionário de semiótica. São Paulo: Contexto, 2008.
- ELIZANCIN, A.; BEHARES, L. & BARRIOS, G. **Nós falemo brasileiro**. Dialectos portugueses em Uruguay. Montevidéo: Editorial Amesur, 1987.
- FANJUL, A. P. **Português e Espanhol**: Línguas próximas sob o olhar discursivo. São Paulo: Claraluz, 2002.
- FLAMENGUI, A. H. R. **Multilinguismo e preconceito na fronteira Porã: um estudo sobre atitudes e crenças linguísticas**. 2017.
- HENSEY, F. **Considerações metodológicas na análise da influência castelhana no português**. *Véritas*, 1965, 142-157.
- HORTA, Bruno Difillipo. **Sociolinguística em sala de aula**: visão e postura docente ante as variedades desprestigiadas do português. Palimpsesto, Rio de Janeiro, Ano 15, n. 23, jul-dez 2016.
- LANGELLIER, J. P. El Portuñol Nació en la Triple Frontera y está de moda. **Periódico Clarín**, Caderno Sociedad. 2011. https://www.clarin.com/sociedad/Portuñol-Nacio-Triple-Frontera-moda_0_rJJQBly6vme.html . consultado em 10/08/2017.
- LARA, G. M. P. **O que dizem da língua os que ensinam a língua. Uma análise semiótica do discurso do profano de português**. Campo Grande: Editora UFMS, 2004.
- MARCOS MARIN, F. A. De lenguas y fronteras: el espanglish y el portuñol. **Nueva Revista de Política, Cultura y Arte**, 74, marzo-abril, 2001.
- OLIVEIRA, M. A. M. (Org.). **Guerras e migrações**. Campo Grande: Editora UFMS, 2004.

OLIVEIRA, M. A. M. de. **Os árabes e suas Américas**. Campo Grande: UFMS, 2008. 274 p.

POLATO, A. A Língua e viva. **Revista Nova Escola**, Edição 206, 2007.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. Global Editora e Distribuidora Ltda., 2015.

RIBEIRO, M. L. O. **El idioma e la escuela de frontera como factores de inclusión social de niños y adolescentes em Corumbá-MS (BR)**. 70 f. Dissertação de pós-graduação de Programa Strictu Sensu de Estudos Fronteiriços da UFMS, Campus do Pantanal – Corumbá-MS, 2011.

ROMAINE, S. **Bilingualism**. Editora: Wiley-Blackwell, 1995.

STURZA, E. R. Fronteiras e práticas lingüísticas: um olhar sobre o portunhol. **Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana**, RILI, volume I (3) Madri: editorial Vervuert, 151-160. 2004.

STURZA, E. R. Línguas de fronteira: O desconhecido território das práticas lingüísticas nas fronteiras. **Revista Ciência e Cultura**, vol. 57, n. 02. 2005.

WIEDMANN, L.; & SCARAMUCCI, M. V. (Eds.). **Portuguese for Spanish speakers: teaching and acquisition**. Pontes, 2008.

REFLEXÕES SOBRE O ACESSO À SAÚDE NA FRONTEIRA CORUMBÁ (BR) E PUERTO QUIJARRO (BO)

Reflections of Healthcare Access in the Corumbá (BR) and Puerto Quijarro (BO) Border

Jacob Alpires SILVA*

Antônio Firmino de OLIVEIRA NETO**

Milton Augusto Pasquotto MARIANI***

Resumo: O estudo é uma análise bibliográfica, discutindo as categorias do cotidiano, saúde e fronteira, relativizadas às cidades de Corumbá (Brasil) e Puerto Quijarro (Bolívia). Objetivou-se realizar uma reflexão do cotidiano nesse espaço fronteiriço no que tange o acesso da população à saúde. Foram analisadas literaturas que enfatizam os termos cotidiano, saúde e fronteira. Concluiu-se a precariedade no sistema público de saúde do município de Corumbá, problema agravado pela complexidade estrutural nos serviços demandados na fronteira, abrangendo questões socioeconômicas, caracterizando um desafio para as políticas públicas.

Palavras-chave: Cotidiano, Saúde, Fronteira.

Abstract: The study is a bibliographical analysis, discussing the daily, health and border categories, relativized to the cities of Corumbá (Brazil) and Puerto Quijarro (Bolivia). The objective was to carry out a reflection of the daily life in this frontier space, regarding the population's access to health. Literatures that emphasize everyday terms, health and the border have been analyzed. The precariousness of the public health system of the municipality of Corumbá was concluded, a problem aggravated by the structural complexity in services demanded at the border, covering socioeconomic issues, characterizing a challenge for public policies.

Key words: Daily life, Health, Border.

Introdução

Novos elementos que possibilitem pensar o próprio cotidiano têm sido objeto de estudos que facultam vislumbrar horizontes semânticos, muito além dos formulados pelos pensamentos do senso comum, e acrescidos no contexto da vida

* Mestre em Estudos Fronteiriço da UFMS/Campus do Pantanal, Brasil. E-mail: j.alpires@hotmail.com

** Professor doutor da UFMS e do Programa de Mestrado em Estudos Fronteiriços do Campus do Pantanal/UFMS, Brasil. E-mail: firmينو.neto@ufms.br

*** Professor doutor da UFMS e do Programa de Mestrado em Estudos Fronteiriços do Campus do Pantanal/UFMS, Brasil. E-mail: miltmari@terra.com.br

cotidiana. No senso comum, o conceito de cotidiano inicialmente nos traz a ideia de tudo aquilo que há de natural e regular no dia a dia de nossas vidas, como hábitos, tempos e ações repetitivas. No entanto a abordagem dos aspectos menos sutis do cotidiano – dentro de uma perspectiva teórica – subtende a descoberta do incomum no sempre-comum, no vulgarizado. Tal descoberta implica perceber que a essência teórica do cotidiano pode ser apreendida no não cotidiano ou na cotidianidade (GUIMARÃES, 2002).

O vocábulo cotidiano ou quotidiano, segundo a definição dos dicionários modernos (HOUAISS, 2009; ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2009), tem por significado aquilo que está inserido na vida do ser humano, ou seja, os atos naturais relacionados a hábitos, costumes e objetos presentes todos os dias na realidade social do homem; atos sucedidos e praticados na intrínseca vivência do dia a dia e em seus pormenores.

No entanto Herculano (2010) adverte que a aparente desimportância da cotidianidade, vista como o informal, o espaço do banal, do espontâneo, é também o que favorece a manutenção do conteúdo das formas, das ideologias, das culturas, das linguagens, das instituições, das atividades sociais constituídas e estruturadas culturalmente.

Na essência dessa cotidianidade, os aspectos relativos à saúde e as dinâmicas a ela inerentes despontam no espaço fronteiro Brasil/Bolívia. A fronteira constituída pelos municípios de Corumbá e Puerto Quijarro vista como região proeminente, revela alguns problemas de caráter socioeconômico motivados pelas ofertas de serviços da rede pública de saúde do município brasileiro, oportunizadas pelas mobilidades transfronteiriças. As demandas alóctones atribuídas aos cidadãos bolivianos se realizam pelo fato de não haver, no município boliviano, infraestruturas necessárias que promovam gratuitamente a atenção à saúde de seus munícipes. Há problemas relacionados com a escassez de recursos humanos especializados, de materiais necessários às coberturas de atendimentos eficientes e humanizados, assim como de outros de diversos matizes.

A problemática da saúde nas regiões de fronteira tem levado pesquisadores de diversas áreas a discorrerem questões interessantes sobre o assunto. Como observa Peiter (2005), se o que se deseja é propiciar eficiência aos projetos e às

políticas públicas que tendem a controlar doenças mediante prevenção e promoção no campo da saúde, é forçoso reconhecer que os governos do Brasil e da Bolívia se interessam em buscar meios que promovam tratamentos específicos e pormenorizados à população local, devido ao caráter ambivalente e multifacetado da realidade fronteiriça.

Em vista disso, é possível compreender que as constantes execuções das ações de vigilância em saúde são imprescindíveis nos movimentos diários da população, devendo ser fortalecidas diuturnamente e inclusas nos programas das atividades laborais de toda a extensão da região fronteiriça. Se estas se conservarem específicas, a exemplo do que se verifica nos dias atuais, talvez as intervenções não ocorram em tempo hábil para interferir nos eventuais fatos urgentes/emergentes. A intensificação desses cuidados, realizada apenas do lado brasileiro da fronteira, é insuficiente para dirimir a fragilidade e as eventuais ameaças à saúde da população local.

Dessa maneira, o presente estudo tem como objetivo proceder a uma reflexão, de maneira descritiva, do cotidiano na fronteira entre Brasil e Bolívia, mais especificamente entre as cidades de Corumbá e Puerto Quijarro, no que tange ao acesso das populações à saúde.

Metodologia do estudo

Trata-se de uma pesquisa qualitativa exploratória, através da análise bibliográfica. Pradanov (2013) descreve a pesquisa bibliográfica como aquela elaborada a partir de material já publicado, como jornais, dissertações, teses, artigos e internet, com o foco de colocar o pesquisador em contato direto com a maior quantidade de publicações sobre um determinado assunto. Nesse tipo de pesquisa, a preocupação-chave se encontra na veracidade dos dados analisados, devendo o pesquisador observar incoerências possíveis ou mesmo contradições que as várias obras possam apresentar. A pesquisa exploratória, por sua vez, possui como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema estudado, tornando-o mais explícito (GIL, 2008).

O estudo é também apresentado como qualitativo, preocupando-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, e concentrando as análises

na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Essa pesquisa se preocupa com um universo de significados, crenças, motivos, valores, adentrando um espaço mais profundo das relações humanas (MINAYO, 2001).

Os dados utilizados no estudo, de caráter secundário, com o intuito de proporcionar uma visão mais clara e abrangente da situação encontrada na fronteira entre Brasil e Bolívia, foram retirados do Instituto Nacional de Estadística (INE, 2012) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).

Sobre o cotidiano: aspectos teóricos e epistêmicos

No Brasil, as contribuições e análises sobre o tema têm sido tratadas a partir dos trabalhos realizados por diversos estudiosos, como Heller, Lukács e Lefebvre. Estes têm como contributo ao assunto, a elaboração de uma espécie de tratado a respeito do cotidiano, por meio do qual buscam extrair da vida comum e diária as principais características descritivas, criando, dessa forma, uma ontologia da cotidianidade (CHIZZOTTI, 1992).

Heller (1985) entende a vida cotidiana como um desdobramento reprodutivo e constituinte do indivíduo considerado em si mesmo, e – por conseguinte – fonte de sua própria ação no meio social, caracterizada pelo processo das objetivações. A autora assevera que as objetivações e os processos a partir dos quais se desenvolvem são intrínsecos e ocorrem graças ao meio dessa reprodução. Tal reprodução não surge de maneira espontânea, não advém do vazio absoluto; para sua existência pressupõe-se necessária a ação humana sobre o objeto, com a intenção de torná-lo útil aos seus propósitos.

Tem-se, então, que tudo o que existe pode sofrer objetivação, dado que tudo está, sempre e em todas as dimensões da vida, em constante transformação. Nesse sentido, segundo Santos (1988), o ser humano é dinâmico por natureza, tem como objetivação própria a transformação qualitativa e quantitativa do espaço que habita e dos bens que o cercam. Observa Heller (1985) que tais objetivações não se realizam da mesma forma, têm suas particularidades homogêneas.

Todos nós, sem nenhuma exceção, vivemos a vida cotidiana, independentemente da posição que ocupamos no contexto da divisão social do trabalho. Heller (1985, p. 17) descreve e qualifica a vida cotidiana como “a vida de

todo homem”. Entende que não há como desincorporar do cotidiano, tampouco viver tão somente sob sua plenitude, e que não há sociedade que não tenha vida cotidiana. Suas categorias fundamentais consistem na heterogeneidade e na imediaticidade. Na heterogeneidade prevalece a interação do conjunto das atividades do ser social, na qual se movem simultaneamente os mais diversos fenômenos e processos orgânicos da vida cotidiana, como a linguagem, o trabalho, o lazer, a vida política e privada. Já na imediaticidade, encontram-se as práticas dos atos, sobrepostas pela rapidez das respostas cotidianas, predominando a relação direta entre pensamento e ação e constituindo automatismo e espontaneidade.

A autora nos leva a uma reflexão sobre o entendimento do cotidiano, considerando sua dupla dimensão (simples e complexa ou particular e genérica), deixando claro que os indivíduos têm objetivações particulares e objetivações gerais, comuns a todo gênero humano (HELLER, 1985).

Sob a ótica de Lukács (1966), ciência e arte seriam por excelência as estruturas das objetivações. Todavia, as vontades humanas criam também objetivações, tais como a linguagem e o trabalho. A atividade laboral subentende um propósito ou uma teleologia e, portanto, uma reflexão e ação sobre a realidade. Desse modo, o trabalho transfigura-se em uma característica elementar da vida diária. Ainda que as reflexões científicas e estéticas gravitem em polos distintos, numa marcha pendular aparentemente incessante, elas se notabilizam individualmente em concordância com os ciclos históricos, com modelos pragmáticos de sociedade e, notadamente, de acordo com as demandas inerentes às necessidades da vida cotidiana.

Esses reflexos, ao se incorporarem às materializações do cotidiano, transformam-nas em cenário do diverso e da riqueza dos acontecimentos. Destarte, para a compreensão do pensamento da vida cotidiana, é necessário concebê-lo a partir da sincronicidade da interação com os reflexos científicos e estético-artísticos, considerando que essas três dimensões representam uma mesma realidade, única e unitária. Nesse fundamento, Lukács (1966, p. 36) nos faz entender que “[...] os reflexos reais surgem na interação do homem com o mundo externo [...]”.

Na perspectiva de Guimarães (2002), a linguagem e o trabalho são estruturas que deram origem às características gerais do pensamento cotidiano; estruturas

que distanciam os estágios do homem, entre o natural e o animal. Nesse conceito, as demandas animais primam pelas ações repentinas, emotivas e instantâneas, já as naturais são preconcebidas por ações planejadas, visando resultados que o satisfaçam. Assim, “A vida cotidiana é por excelência o lugar em que se desenvolve a vida humana” (GUIMARÃES, 2002, p. 32).

Ainda sob o prisma das análises de Lukács (1966), o problema principal a respeito do tema está no fato de o cotidiano ter sido objeto de estudo filosófico, diante das objetivações que não têm a mesma dinâmica e intensidade manifestas na ciência e na arte. Portanto, o autor não nega as objetivações na vida cotidiana, porque estas têm lugares por intermédio do trabalho, da linguagem, do pensamento, do sentimento, da ação e da reflexão do homem. No entanto, ao levantar questões sobre as objetivações, coloca como ponto crucial o reflexo da realidade objetivada na cotidianidade.

A importância do trabalho de Lukács (1966) repousa também, mas não somente, em ter trazido o conhecimento das características fundantes da vida cotidiana. Assim, somando-se ao imediatismo, à analogia e à espontaneidade, também apresenta as características da heterogeneidade com inúmeras distinções e superficialidades, que impulsionam todos a tratar sempre com as aparências e necessidades emergentes (GUIMARÃES, 2002). A carência de estudos mais acurados, em parte, deve-se às demais características, pois agimos na vida cotidiana como seres ímpares, *sui generis*, onde há uma predominância de demandas individuais. A heterogeneidade, observada por Guimarães (2002):

[...] é uma das características centrais do cotidiano, pois o que nos prende a ela é a singularidade do particular e não a ação e o pensamento vinculado ao gênero humano. Na singularidade do cotidiano, o homem está por inteiro nas suas ações, porém, quando ultrapassa a dimensão da cotidianidade na suspensão ao humano-genérico, o homem está inteiramente na ação. Isso aconteceu através do que mencionávamos anteriormente: por intermédio do trabalho criativo, da arte e da ciência (GUIMARÃES, 2002, p. 34).

Outros relevantes estudiosos do cotidianismo, como Certeau, Giard e Mayol (1996, p. 31), definem cotidiano como “[...] aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão no presente”. Dessa forma, o cotidiano representa o contexto de tudo o que há na vida real, tangível e intangível, que compõe a nossa vida particular e comunitária, a partir do nosso interior.

As análises realizadas por Certeau (1994, p. 41) na obra *A Invenção do Cotidiano – Artes de fazer* têm inegáveis relevâncias. O autor menciona que nas criatividades cotidianas, os instrumentos de poder, de normatização e condicionamento da sociedade que regram e governam a vida do homem podem ser ludibriados por meio de usos das práticas, técnicas e estratégias de sobrevivência, elaboradas pelos próprios indivíduos. Assim, a vida social transmuta-se em local de transação e negócio, inserida num cotidiano improvisado, sempre sob a ameaça da reinvenção.

Os atos realizados pelos indivíduos ou seus modos de fazer, segundo o autor, “constituem as mil práticas pelas quais os usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas de produção sociocultural” (CERTEAU, 1994, p. 41).

Autores como Goffman (1985) e Pais (2003), também tematizam a vida cotidiana. O cotidiano carrega em si enigmas à espera de decifração, tanto que: “Decifrar enigmas implica, pois, estudar a natureza das mensagens por eles encobertas e o sentido dessas mensagens”. Por sua vez, tais enigmas agregam em si doses de sarcasmo que podem obscurecer a nossa capacidade de percepção, fazendo com que não percebemos “[...] as distinções entre as descrições do descritor e as do descrito” (PAIS, 2003, p. 57-60).

Pais (2007) comenta que o cotidiano é matizado e expresso, por meio das mais variadas formas de liturgia e de rito. No entanto, simultaneamente, aquiesce e defende um exame acurado do devir cotidiano que tenha por objeto os intervalos efêmeros e, por vezes, inefáveis dessa cotidianidade, com o mesmo espírito epistêmico-ontológico com que se examinam as ações rotineiras concebidas *a priori* pela sua inserção estrutural.

Enquanto que Certeau (1994) faz menção a tudo que realizamos no dia a dia, atos simples e até banais para os quais não damos importância, mas que, no contexto das ações praticadas no cotidiano, podem ocultar informações cruciais. E enfatiza que, nas relações sociais, os atos da fala, do viver, do caminhar, do comer e das buscas dos interesses individuais retratam espertezas incrementadas pelo ser humano comum, visto por ele como fraco, mas que, do lado oposto das ações dominantes, é visto como forte.

Goffman (1985) demonstra na obra *A representação do eu na vida cotidiana* o caráter fluido que assumem as relações sociais, atravessadas em sua essência por uma ostentosa e afetada operação de reprodução e encenação, a fim de que o significado gerado e identificado no processo de interação não suscite para o sujeito, o descrédito. Seria o mesmo que dizer que a interação entre atores sociais em um dado contexto não ocorre de maneira imediata, direta e sincronizada; não há roteiros por parte deles; um não procura o outro somente para com ele interagir.

A simulação antecede a interação. É por meio desse mecanismo que o indivíduo se realiza, buscando experimentar-se com o outro, numa associação de exterioridade consigo mesmo, e nos breves lapsos de tempo que configuram o prólogo do seu relacionamento, que a interação ocorre na sua existência. Nesse contexto, Pesavento (2008) assevera que a conjuntura da relação social é definida por meio de uma construção imaginária, que aduz ao real ou irreal.

Tais distinções, por assim dizer, também são observadas nas elucubrações de autores de viés dialético. Basta que se averigüe, para a constatação da assertiva, a teoria da alienação. Não é de outra coisa, além das descontinuidades, que Kosik (1976) trata quando propõe o desmembramento da *práxis* (da consciência) em *práxis* utilitária cotidiana e *práxis* revolucionária. O autor explica que:

Os fenômenos e as formas fenomênicas das coisas se reproduzem espontaneamente no pensamento comum como realidade (a realidade mesma), porque o aspecto fenomênico da coisa é produto natural da *práxis* cotidiana. A *práxis* utilitária cotidiana cria o “pensamento comum”. O pensamento comum é a forma ideológica do agir humano de todos os dias. Todavia, o mundo que se manifesta ao homem na *práxis* fetichizada, no tráfico e na manipulação, não é o mundo real, é o mundo da aparência. A representação da coisa não constitui uma qualidade natural da coisa e da realidade. É a projeção na consciência do sujeito, de determinadas condições históricas petrificadas. A distinção entre o mundo da aparência e o mundo da realidade, entre a *práxis* utilitária cotidiana dos homens e a *práxis* revolucionária da humanidade (KOSIK, 1976, p.15).

Percebe-se que, no devir da vida cotidiana, as circunstâncias atribuídas à satisfação do homem advêm das ações praticadas diariamente, seja por meio dos hábitos introjetados, das tarefas repetitivas, seja por meio da realização de atividades inerentes à sua condição humana. Segundo Guimarães (2002), os fatos traduzem somente uma maneira de manuseio sistemático do *ethos*. De acordo com Kosik (1976), a *práxis* utilitarista tem sua existência mediada e consubstanciada por atos e práticas que facultam ao homem uma gama invariável de possibilidades.

Os atos e prãticas são orientados na direção de um aglomerado de categorias pr&opri;as do senso comum, que asseguram a mobilidade utilitarista dos aspectos fenomênicos da realidade. Isto é, a prãtis utilitãria e o senso comum regulariam os atos reiterados, automatizados, inconscientes e “naturais” da vida ordinãria. Assim sendo, encontram-se muito distantes da concepção de clara percepção do real e de suplantãação do cotidiano (HELLER, 1985).

As categorias do senso comum, que unificam e dãao existência à prãtis utilitarista, poderiam ser consideradas o revestimento da pseudoconcreticidade da vida cotidiana. Assim, se cotejarmos as elucubraçães de Heller (1985) e Lefebvre (1991), o que o último denomina cotidiano alienado e aquilo que a primeira nominaria fossilização dos aspectos intrêsecos à vida cotidiana na esfera da singularidade seria, em última instãncia e de fato, um cotidiano alienado.

Kosik (1976) entende a pseudoconcreticidade da vida cotidiana como um cotidiano enigmãtico, ininteligível e de definiçães ambivalentes, cuja substãncia primordial de carãter fenomênico irrompe, por vezes, de forma distorcida e de maneira inacabada, conferindo às suas manifestaçães uma concepção incorreta como se fosse verdadeira. O autor entende, portanto, que na pseudoconcreticidade os fenômenos externos se dãao a conhecer apenas de maneira aparente, fetichizada e manipulativa, plena de uma ideologia dissimulada e por meio da qual as formas de manufaturação dos objetos nem sempre são alvos de reconhecimento por parte dos homens e de suas atividades sociais.

As consciências dos sujeitos sociais acolhem esse pseudoconcreto visível como uma expressão congênita da realidade, e a exteriorização do fenômeno em suas essências são confundidas com a sua existência aparente. Desse modo, a ação da vida cotidiana tem sua realização matizada no mundo da pseudoconcreticidade (GUIMARÃES, 2002).

Dos diversos autores que dedicam suas produçães às artes, à literatura, ao cinema e a tantas outras, observa-se que foram instilados a retratar, relatar e quantificar a exterioridade da vida cotidiana, tomando para tanto, como ponto de partida, as açães de maior concretude até as mais abstratas e sentimentais. À vista disso, o cotidiano e suas nuances configuram-se como um manancial inspirador da criação de obras dos mais diversos autores.

Lefebvre (1991), tecendo argumentações a respeito do cotidiano no mundo moderno, tenciona evidenciar – fazendo uso de destacados personagens da literatura – as particularidades que sublinharam os mais diversos palcos da vida cotidiana. Um exemplo é a personagem Ulisses, da obra de Homero. Na *Odisséia*, essa personagem retrata a vida cotidiana da Grécia Antiga entre os séculos VIII e VII a.C. Contudo o faz a partir de uma negação da cotidianidade, isso porque Ulisses, na narrativa, apresenta-se como herói e mito; como transfiguração do homem em sobre-humano, assim como o “[...] antípoda da narração que articula figuras estereotipadas” (LEFEBVRE, 1991, p. 7).

Ainda na perspectiva de Lefebvre (1991), a única maneira possível de analisar o cotidiano, de deslindar sua essência ou desnudar sua decadência é por meio da filosofia. O autor crê que a filosofia, considerada em si mesma, desprendida do cotidiano, na qualidade de um nível superior suscetível de exame aliena-se em sua estrutura, convertendo-se em uma filosofia alienada. Ao mesmo tempo, se o cotidiano permanecer enquistado em si mesmo, manifestando-se como não filosófico, caracterizar-se-á como cotidiano alienado.

Kosik (1976) e Lefebvre (1991), filósofos marxistas, guardam entre si coincidências teóricas. É na filosofia que os autores acreditam estar o instrumento capaz de facultar a percepção mais acurada da cotidianidade e de seus aspectos intrínsecos, ou ainda, de extrair o cotidiano da pseudoconcreticidade. Outras características partilhadas por ambos relacionam-se com as ações anônimas e dominantes expressadas na sociedade de cultura capitalista. A cotidianidade se revela “como anonimidade e como tirania de um poder impessoal [...]” (KOSIK, 1976, p. 84). Os costumes e comportamentos são atribuídos à sociedade, assim como as normatizações das leis. O anonimato de “alguém-ninguém” conferido por Kosik (1976), no entendimento citado por Guimarães (2002, p. 31), concorre para a reificação do cotidiano no mundo fantasiado em nossas mentes.

O pensamento do senso comum que Kosik (1976) aborda atravessa a composição da vida cotidiana com o conceito denominado práxis utilitário do mundo mistificado. Já para Lefebvre (1991), o pensamento do senso comum é o cotidiano vulgar, despido de senso crítico, é o mundo da manipulação. Em Lukács (1966), tal pensamento traz em si os atributos próprios do cotidiano ao nível da particularidade do indivíduo. À medida que Lefebvre delinea como possibilidade escapatória a

revolução cultural permanente, Kosik argumenta em favor da crítica revolucionária das práxis humanitárias, por meio da descontinuação da pseudoconcreticidade. Lukács (1966) faz críticas epistemológicas e contundentes aos que acreditam ser uma falta de cuidado epistêmico dos teóricos com o pensamento vulgar do cotidiano, manifestações estas *sui generis* que simbolizam os reflexos científicos e estéticos da realidade (GUIMARÃES, 2002).

Saúde e cotidiano fronteiriço: Corumbá e Puerto Quijarro em perspectiva

A região fronteiriça entre as cidades de Corumbá e Puerto Quijarro possui sistemas territorializados pelas respectivas populações, assim como aspectos físicos semelhantes moldados pelos acidentes geográficos, porém com distintas características socioculturais. Apesar dessas assimetrias, as populações vivem num ambiente cotidiano de características climáticas e de trânsitos livres idênticos, sujeitas às mesmas necessidades.

Contextualizada no estudo de Marques (2012), a cidade de Corumbá, situada na fronteira territorial do extremo oeste de Mato Grosso do Sul e estendida por 386 quilômetros de linha fronteiriça, possui significativas redes públicas e melhores infraestruturas dentre as conurbações da região fronteiriça, sobressaindo-se aos municípios do país vizinho. Arroyo Concepción, subseção do município de Puerto Quijarro, é primeiro núcleo urbano da fronteira boliviana e dista a menos de cinco quilômetros do centro do município brasileiro, razão que as tornam cidades contíguas que assistem cotidianamente a grande fluxo de pessoas que movimentam os diversos segmentos da sociedade local.

Estima-se, atualmente, que o contingente populacional que transita no município brasileiro passe dos 150 mil habitantes, consideradas as populações do fluxo migratório advindas de Ladário, da fronteira boliviana e as flutuantes ingressadas pelo turismo. Segundo o último censo do IBGE (2010), a população de Corumbá (MS) era de 103.703 habitantes enquanto que a de Ladário era de 19.617. Sobre os dados demográficos do INE (2012), a soma dos cidadãos bolivianos residentes nos municípios de Puerto Quijarro e Puerto Suárez apontava a quantia de 35.728 pessoas. Em nenhum dos institutos foi considerada a população flutuante derivada do turismo.

A migração, segundo Maia (2002), implica a mobilidade humana, o fluxo de grupos, o tempo de permanência e os interesses diversos que resultam em redes de relações sociais, restringidas às sociedades de contatos no local. O autor entende que a migração define o processo inovador de redes sociais, no viés construído pelos contatos entre pontos de origem e de destino. Afirma que “[...] redes de relações sociais remetem-nos para novas leituras sobre os percursos migratórios: permite superar as análises migratórias feitas em exclusivo a partir de um dos espaços a que os migrantes se encontram ligado, ou de origem e de acolhimento” (MAIA, 2002, p. 54).

Na fronteira, os bolivianos não se configuram apenas como “problema” político-administrativo que onera o erário brasileiro. Ao contrário, exercem atividades profissionais oportunizadas, principalmente, pelos comércios fixos e pelas feiras livres de Corumbá e Ladário, de tal forma contribuindo e movimentando a dinâmica econômica do país (COSTA; SABATEL, 2014, p. 17).

Do lado boliviano, há frequente movimento de brasileiros nos centros comerciais de Puerto Quijarro e Puerto Suárez, e essas ações promovem a interação compartilhada. Assim, aquelas existentes entre os indivíduos que dividem os espaços fronteiriços assumem uma dinâmica própria, posto que, por meio dessas interatividades, engendram combinações de cunho simbólico que geram uma linguagem basilar, propiciando a elaboração de estratégias de sobrevivência e de convivência que extrapolam as dimensões estatais determinadas pela delimitação territorial (FERNANDES, 2015).

Brito (1997) cita que a Província de Gérman Busch, criada pelo Decreto Superior nº 672, de 30 de novembro de 1984, teve por finalidade realizar o agregamento político-administrativo dessa região fronteiriça a Santa Cruz de la Sierra. A província é, por sua vez, uma dentre as 15 existentes no Departamento de Santa Cruz que, segundo os dados do INE (2012), concentra o segundo maior contingente populacional do país, próximo a 2.584 milhões de habitantes. O Departamento tem forte desenvolvimento econômico e constitui-se em um dos mais expressivos da Bolívia, tendo Santa Cruz de La Sierra como capital (MESA; GISBERT; MESA, 2007).

Quando a Província de Germán Busch foi instituída, no segundo governo de Hernán Siles Suazo, vários incentivos fiscais lhe foram atribuídos, dentre os quais os projetos relacionados com a implantação de uma zona de livre comércio (Central Aguirre), a ser edificada na região fronteiriça com o intuito de fomentar a integração e fortalecer os diversos segmentos da sociedade boliviana, notadamente no município de Puerto Quijarro (MANETTA; CARMO, 2011).

Ante o cenário no início da década de 1990, outras interações espaciais se expandiram ao redor dessa zona fronteiriça. Nos arredores do marco divisório entre os municípios de Corumbá e Puerto Quijarro, precisamente na subseção de Arroyo Concepción, erigiu-se um mercado de artigos nacionais e importados cuja função estrutural era dar guarida aos capitais de menor monta, assim como aos comerciantes de artigos importados, até então desconhecidos na região (MANETTA; CARMO, 2011).

O movimento crescente do lado boliviano motivou vários negociantes de Corumbá a se unirem e estabelecerem estruturas comerciais apropriadas ao local, de forma que o contingente populacional da fronteira boliviana recrudescer de maneira surpreendente. A propósito desse aumento populacional, Flandoli (2007, p. 39) comenta que “ali, aparentemente estava se formando um efervescente polo comercial, enquanto o comércio de Corumbá sofria um visível declínio, com o fechamento da maioria das lojas tradicionais localizadas na Rua Delamare”.

Oliveira (2009) entende que nessa região de fronteira há lugar para uma espécie de semiconurbação, ainda em seus primórdios, mas com consideráveis interconexões e ramificações de caráter sócio-econômico-cultural.

Corumbá e Puerto Quijarro, juntas a Puerto Suarez, têm realidades cotidianas marcadas pelo comércio. Esse fato e as capilaridades próprias dos interstícios fronteiriços preocupam as autoridades instituídas de ambos os lados, principalmente nas questões relacionadas com a criminalidade e com o tráfico/tráfego de produtos ilegais que ela enseja. Para Grimson (2000), as tensões que ocorrem nas fronteiras, provenientes dos comércios da legalidade e ilegalidade, são partes integrantes da vida cotidiana. Esses tipos de comércios, na ótica da população local, são atividades naturais e banais; os ilícitos são segregados pelos poderes instituídos que os consideram como contrabandos.

As atividades de transporte de mercadorias exercidas no município brasileiro se caracterizam pelo seu papel importante para o desenvolvimento e integração da região. Tanto que, por parte dos municípios bolivianos, há uma severa dependência de Corumbá, notadamente pela infraestrutura urbana e pela rede de serviços inerentes ao contexto regional. Tal “dependência” suscita problemas de ordem administrativa à gestão do município brasileiro, dado o ônus gerado pelos contatos socioeconômicos que se impingem à cidade, já que ela possui o maior contingente populacional da região e porque a população fronteiriça também usufrui das suas redes de serviços (MARQUES, 2012, p. 51). O sistema local de saúde – SUS – é uma boa ilustração do problema: acaba sendo prejudicado em razão de sua limitação ante as demandas extras, uma vez que a infraestrutura da rede se ajusta apenas às necessidades de seus munícipes.

Marques (2012) ainda constatou que parte do saneamento básico do município brasileiro (por exemplo, o fornecimento de água potável) constituía um dos fatores importantes de dependência no cotidiano de Puerto Quijarro e Puerto Suárez, visto que o sistema brasileiro de tratamento de água supria parte das necessidades daquela população. Segundo a autora, alguns bolivianos coletavam água para suas necessidades diárias em moradias de amigos e parentes residentes no Brasil. Na mesma relevância de dependência, assinalou que os serviços de energia elétrica eram, em parte, abastecidos pela Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. (ENERSUL), atual GRUPO ENERGISA, com sede em Corumbá.

Em alguns aspectos concernentes à saúde, tanto em Puerto Quijarro quanto em Puerto Suárez, Peiter (2005) observou que:

A situação de saúde era crítica, dada a falta de saneamento, a pobreza da população e a carência do sistema de saúde local. O maior problema consistia da falta de água tratada. Era preocupante a elevada incidência de doenças transmitidas por vetores como a malária, a dengue, a leishmaniose e a febre amarela, esta última ainda frequente na região graças às constantes falhas dos programas de imunização. Por este motivo as autoridades sanitárias brasileiras não aceitavam os comprovantes de vacinação bolivianos (PEITER, 2005, p. 290).

No lado boliviano, Peiter (2005) constatou que os serviços de saúde prestados à população eram escassos e as instalações eram arcaicas. Havia um hospital em Puerto Suárez e outro na localidade de El Carmen, distante 250 km da fronteira; para a atenção dos serviços de saúde tinham apenas um cirurgião, um ginecologista, um pediatra e três clínicos gerais.

Diante do cenário, gestores municipais e representantes da sociedade segmentados às questões de saúde realizaram ações conjuntas no intuito de resolver, de alguma forma, os problemas que afligiam as cidades fronteiriças. Como resultado, criaram em 2008 o Comitê de Fronteira Brasil/Bolívia através de acordos realizados entre as administrações municipais de Corumbá, Ladário, Puerto Suárez e Puerto Quijarro. De acordo com Marques (2012), o comitê tinha como objetivo a discussão das dinâmicas de atuação nos campos da saúde, da segurança pública, da cultura, do transporte e da economia.

Conseqüentemente, outras dinâmicas do processo migratório foram introduzidas na mobilidade transfronteiriça. Segundo a autora, a rede pública de saúde de Corumbá tornou-se o principal eixo de interesse das demandas bolivianas motivadas pela escassez de ofertas dos serviços nos seus municípios, corroboradas pela livre mobilidade e aliadas às ofertas encontradas no sistema de saúde do Brasil.

Para corroborar as informações, Peiter (2005), baseado nos dados dispostos no Relatório do Sistema Nacional de Auditoria do SUS/2004, constatou que:

[...] 38% das gestantes atendidas em Corumbá têm nacionalidade boliviana (MS/DENASUS/SNA, 2004). Este mesmo órgão aponta que não só a assimetria entre os sistemas de saúde a responsável por esse afluxo, mas também (e talvez o principal motivo) a gratuidade do atendimento médico no Brasil (PEITER, 2005, p. 291).

Com o alto índice de demandas, causado pelas gestantes na rede pública de saúde do município brasileiro, a magnitude dos problemas permanece. Ainda que o acesso de bolivianos a esse órgão esbarre nas questões socioculturais e econômicas, há afluência diária dessa população no sistema público de saúde, o que muito preocupa a gestão municipal, tanto no aspecto financeiro quanto no humanitário.

No entanto, a saúde que muitos buscam não é algo fácil de conceituar; não se trata de um termo de conceito genérico universal, visto que seus aspectos se distinguem de uma cultura para outra, isto é, saúde não é entendida da mesma forma por todos. Na explicação de Scliar (2007), a saúde se associa aos retratos das ações socioeconômicas e político-culturais que dependem das peculiaridades dos espaços, tempos e classes sociais.

Para Langdon e Wilk (2010), todas as culturas detêm saberes sobre o que pode ser reputado como saudável ou doentio; saberes que auxiliam as sociedades dessas culturas no processo de compreensão das várias facetas envolvidas na definição do binômio “saúde-doença”, de modo a organizarem seus vocabulários quanto às definições de doenças e categorizá-las de acordo com suas importâncias. Os autores relatam que conceitos e definições de saúde assim concebida não têm caracteres universalizados, são constructos particulares, focados nos aspectos socioculturais do tempo e espaço. Observam que: “As suas classificações, tanto quanto os conceitos de saúde e doença, não são universais e raramente refletem as definições biomédicas” (LANGDON; WILK, 2010, p. 179).

Dessa maneira, as percepções das pessoas dependem muito do contexto social em que vivem e/ou foram criadas; tudo isso matizado por valores de cunho individual; de crenças religiosas; de concepções científicas e/ou filosóficas. Tem-se, então, uma variabilidade imensa entre as diversas percepções e representações acerca do que seja a doença e a saúde (SCLIAR, 2007).

Portanto uma definição clara de saúde não se afigura como tarefa fácil; como observam Czeresnia e Freitas (2003, p. 42), “[...] o discurso médico científico não contempla a significação mais ampla da saúde e do adoecer. A saúde não é objeto que se possa delimitar”.

Nesse contexto, Levine, citado por Almeida Filho (2000), concluiu que saúde é a ausência de doença, e só pode ser entendida se observadas às circunstâncias das três realidades naturais do ser humano: fisiológicas, perceptivas e comportamentais.

Posteriormente serão discutidos alguns paradigmas referentes ao contexto da relação entre Brasil e Bolívia quanto aos casos da rede pública de saúde e como se caracteriza o cotidiano da fronteira frente a tais assuntos.

Considerações finais

Nos espaços fronteiriços, os aspectos do cotidiano se caracterizam pelas interatividades dinâmicas, tornando-os cruciais em razão das conseqüentes ações promovidas gradativamente pelas políticas públicas. A fronteira Brasil/Bolívia traz em si aspectos de diversas particularidades que reivindicam intervenções imediatas

atreladas ao desenvolvimento da região, por ser caracterizada como zona ininterrupta de fluidez e de complementaridades.

O principal problema identificado no município de Corumbá refere-se aos recursos econômicos destinados à atenção da saúde, consumidos além do limite fixado pelas políticas públicas de saúde. Tal fato se deve às demandas extras de serviços prestados à clientela boliviana, visto que esse contingente não integra o estudo que planeja o financiamento do Sistema Único de Saúde do Brasil.

As atuais políticas públicas que promovem o acesso aos serviços de saúde também não deveriam negligenciar o aspecto do conhecimento de línguas estrangeiras, considerando que, no cotidiano da fronteira, inúmeras pessoas de distintas nacionalidades movimentam-se livre e diariamente no local. Soma-se a isso a necessidade de novas soluções para equacionar as demandas de acesso à saúde na região no que se refere às reestruturações das atuais políticas públicas, sobretudo àquelas relativas a investimentos logísticos e infraestruturais das redes públicas. Mutuamente os governos poderiam melhorar os investimentos que financiam o sistema e promover uma agenda única, visando o bem-estar da população, não exclusiva aos moradores de Corumbá e Puerto Quijarro, mas estendidas às adjacências, na forma do estatuto da faixa de fronteira.

Considerando que os custos dispensados aos estrangeiros extrapolam o orçamento destinado à atenção da saúde nas faixas de fronteira, acordos bilaterais podem ser construídos, assim como parcerias na exploração de recursos naturais de ambos os países com o intuito de subsidiar os custos relativos à saúde. Isso destaca que a solução dos impasses relacionados ao acesso à saúde na fronteira está diretamente vinculada a boa vontade política, competência administrativa e comprometimento ético, qualidades raras no sistema político brasileiro.

Referências

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa**. 5. ed. São Paulo: Global, 2009.

ALMEIDA FILHO, N. O conceito de saúde e a vigilância sanitária: notas para a compreensão de um conjunto organizado de práticas de saúde. In: ANVISA – **Seminários Temáticos Permanentes**. Brasília: Ministério da Saúde, 2000.

BRITO, S. H. A; CHAPARRO, M. C; ALVES, M. J. M. Estudo comparativo do ensino público na fronteira Brasil/Bolívia (Corumbá-Puerto Suárez/Quijarro-1970/1994). In: **Anais** do IV Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas de História, Sociedade e Educação no Brasil. UNICAMP-FE–HISTEDBR 4 (1997). Disponível em: www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario4/.../trab085.rtf. Acesso em 22 abr. 2016.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: 1, Artes de fazer. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____; GIARD, L; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano**: 2 – morar e cozinhar. Petrópolis: Vozes, 1996.

CHIZZOTTI, A. O cotidiano e as pesquisas em educação. In: FAZENDA, Ivani (Org.). **Novos enfoques da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1992.

COSTA, E. A; SABATEL, V. O. Mobilidades humanas e interações sociais entre comunidades rurais na fronteira Brasil-Bolívia. **Terr@Plural**, Ponta Grossa, v. 8, n. 1, p. 13-35, jan./jun. 2014.

CZERESNIA, D; FREITAS, C. M. (Orgs.) **Promoção da saúde**: conceitos, reflexões, tendências. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.

FERNANDES, R. M. S. **Cotidiano fronteiriço versus deliberações de Estado**: aniquilamento de classe e desentrosamento(s) de governança na zona de fronteira Brasil/Bolívia. Revista Pegada Eletrônica, v. 16, n. 1, UNESP, Presidente Prudente-SP, 2015. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewFile/3423/3022>. Acesso em 22 abr. 2016.

FLANDOLI, B. X. As transformações no mundo do trabalho em Corumbá, no Pantanal da Nhecolândia e na fronteira Brasil-Bolívia: considerações teóricas em psicologia sociohistórica. In: NAVARRO, E. M. M. et. al. (Orgs.). **40 anos do Campus do Pantanal**: Contribuições para o Desenvolvimento Regional. Corumbá: Ed. UFMS, 2007.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**: Tradução de Maria Cecília Santos Raposo. Petrópolis: Vozes, 1985.

GRIMSON, A. Pensar Fronteras desde las Fronteras. Buenos Aires: **Nueva Sociedad**, n. 170, Noviembre/Diciembre. 2000.

GUIMARÃES, G. D. (Org.). **Aspectos da teoria do cotidiano**: Agnes Heller em perspectiva. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

HERCULANO, S. **A vida cotidiana sob o olhar sociológico**. Niterói: 2010. Disponível em:

http://www.professores.uff.br/seleneherculano/images/stories/A_Vida_cotidiana_sob_o_olhar_sociologico_v3.pdf. Acesso em 12 set. 2016.

HOUAISS, A; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**: com a nova ortografia da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_Religi_ao_Deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia.pdf. Acesso em 12 nov. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA – INE. **Características de Población y Vivienda**: Censo Nacional de Población y Vivienda – 2012. Disponível em: <http://www.ine.gov.bo:8081/censo2012/PDF/resultadosCPV2012.pdf>. Acesso em 28 jun. 2016.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. Trad. Célia Neves e Alderico Toríbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª. Edição 1976. Disponível em: <http://www.docfoc.com/download/documents/kosik-karel-dialetica-do-concreto-pdf>. Acesso em 11 mar. 2016.

LANGDON, E. J; WILK, F. B. Antropologia, saúde e doença: uma introdução ao conceito de cultura aplicado às ciências da saúde. **Revista Latino Americana de Enfermagem**. v. 18, n. 3, p. 173-18, mai./jun. 2010.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ed. Ática, 1991.

LUKÁCS, G. **Estética**: La peculiaridad de lo estético. v. 1 (parte I). Barcelona-México: Ed. Grijaldo, 1966.

MAIA, R. L. Migrações e redes de relações sociais em meio urbano: um exemplo a partir do Porto. **Revista de Demografia Histórica**, v. 20, n.1, 2002, p. 53-80.

MANETTA, A; CARMO, R. L. Integração socioeconômica e mobilidade espacial da população na região fronteira de Corumbá a partir da década de 1990. **Anais... XIV Encontro Nacional da ANPURH**, Rio de Janeiro, 2011.

MARQUES, Â M. **Mobilidade, acesso à saúde e espaço de fronteira**: o caso de Corumbá-MS, Puerto Quijarro e Puerto Suarez – Bolívia. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2012.

MESA, J; GISBERT, T; MESA, C. G. **Historia de Bolívia**. 6. ed. La Paz: Editorial Gisbert, 2007.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, T. C. M. Os elos da integração: o exemplo da fronteira Brasil/Bolívia. In: **Seminário de Estudos Fronteiriços**. Campo Grande: Editora da UFMS, 2009.

PAIS, J. M. **Vida cotidiana: enigmas e revelações**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Sociologia da vida quotidiana: Teorias, métodos e estudos de caso**. 3. ed. Lisboa, Portugal: Imprensa de Ciências Sociais, 2007.

PEITER, P. C. **A Geografia da Saúde na Faixa de Fronteira Continental do Brasil na Passagem do Milênio**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. UFRJ. Rio de Janeiro, 2005.

PESAVENTO, S. J. História, memória e centralidade urbana. Mosaico: **Revista do mestrado em História/UFG**. v. 1, n. 1, 2008.

PRADANOV, C. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. Hucitec. São Paulo, 1988.

SCLIAR, M. História do conceito de saúde. Rio de Janeiro: **Physis**, Revista de Saúde Coletiva, v. 17, n. 1, p. 29-41, 2007.

REGIÃO FRONTEIRIÇA E EPIDEMIOLOGIA: ESTUDO DA ESPOROTRICOSE E SUA RELAÇÃO NA DINÂMICA DA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA

Border Region and Epidemiology: Study of Sporotrichosis and its Relation in Border Dynamics Brasil-Bolivia

Laura Tathianne Ramos ARAÚJO¹⁰

Walkiria Arruda Da SILVA¹¹

Raquel Soares JULIANO¹²

Resumo: Fronteiras são espaços de permanências, e de passagens de diversas ordens: econômica, social, cultural, sanitárias, de circulação atmosférica, dentre outros. Em razão da especificidade das áreas fronteiriças e por se caracterizarem como regiões estratégicas para o controle de agravos, o desenvolvimento de políticas e ações direcionadas para essas regiões ganham caráter crucial nos programas de saúde de qualquer país. O artigo apresenta a discussão da epidemiologia em saúde, tendo como enfoque a esporotricose em área de fronteira, a fim de observar e avaliar o papel da proximidade entre os dois países e sua possível interferência no ciclo da doença.

Palavras-chave: saúde pública, *Sporothrix schenckii*, zoonoses.

Abstract: Borders are spaces of permanence, and pass of several orders: economic, social, cultural, sanitary, atmospheric circulation, among others. Because of the specificity of border areas and because they are characterized as strategic regions to control diseases, the development of public policies and actions directed to these regions are crucial in the health programs of any country. The objective of the present article is to discuss the epidemiology of health, focusing on the sporotrichosis in the border area, in order to observe and evaluate the role of proximity between these two countries meddling the disease transmission cycle.

Key words: public health, *Sporothrix schenckii*, zoonosis.

Introdução

A fronteira é formada por, pelo menos, dois territórios nacionais (efetivamente por duas ou mais partes territoriais – unidades político-administrativas – componentes de Estados Nacionais), articulados numa contiguidade territorial,

¹⁰ Médica Otorrinolaringologista. Mestranda em Estudos Fronteiriços pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: lauratathi@hotmail.com

¹¹ Médica Veterinária do Centro de Controle de Zoonoses de Corumbá-MS. E-mail: raiva_corumba@hotmail.com

¹² Médica Veterinária. Pesquisadora da Embrapa Pantanal. E-mail: rinbox@gmail.com

controlados e confrontados por diferentes forças e relações de poder (COSTA, 2012).

Para Benedetti (2011), fronteiras não são somente espaços de permanências, mas também de passagens de diversas ordens: econômica, social, cultural, animal, de vetores de doença, de circulação atmosférica, dentre outras.

Segundo Raffestin (2005, p. 13), não se pode reduzir fronteira em determinação física, pois:

[...] é um dos elementos da comunicação biossocial que assume uma função reguladora. Ela é a expressão de um equilíbrio dinâmico que não se encontra somente no sistema territorial, mas em todos os sistemas biossociais.

Nota-se que qualquer que seja a fronteira, ela não se limita apenas ao fator geográfico. Vai além das dimensões territoriais e cartográficas. De acordo com Albuquerque (2010, p.34): “As fronteiras não são somente marcos de delimitação fixada no território físico. Elas representam o fim e o início da jurisdição estatal, dos limites da cidadania e dos símbolos oficiais da pátria”.

Segundo Martins et al. (2010), fronteira representa muito além de um limite que separa dois ou mais Estados-Nações, é um território de reciprocidade, estabelecida de maneira formal ou informal, marcada pela realidade ambígua que traz, por um lado, riquezas e diversidades e, por outro lado, riscos e desafios.

Sendo assim, pode-se dizer que fronteira vai além de uma simples separação de duas nações. É um local onde ocorrem aproximações entre as pessoas, sejam harmoniosas ou mesmo conflituosas, interferem diretamente nas suas vidas e estão relacionadas à temática da ocorrência de enfermidades, no seu aspecto mais amplo, envolvendo a tríade ambiente-agente-hospedeiro.

A epidemiologia remete ao estudo das grandes epidemias e sua relação com o tempo, lugar e pessoas. Ela tenta determinar se houve aumento ou decréscimo da doença ao longo dos anos, se uma área geográfica é mais afetada do que outras, e se as características das pessoas enfermas ou suas condições estudadas distinguem-se daquelas que não adoeceram (LILIENFEL e LILIENFEL, 1980).

Em razão da especificidade das áreas fronteiriças e por se caracterizarem como regiões estratégicas para o controle de agravos, o desenvolvimento de

políticas e ações direcionadas para essas regiões ganham caráter crucial nos programas de saúde de qualquer país ou bloco (BRUNIERA-OLIVEIRA et al., 2014).

O presente artigo apresenta como objetivo discutir a temática da epidemiologia em saúde, tendo como enfoque a esporotricose em área de fronteira (Corumbá - Mato Grosso do Sul, Brasil – Puerto Quijarro, Bolívia), a fim de observar o papel da proximidade entre os dois países na possível interferência no ciclo de transmissão da doença.

Saúde em área fronteiriça Brasil-Bolívia

Ao ampliar-se a visão crítica sobre a fronteira Brasil-Bolívia, percebe-se em Corumbá e Ladário, que a mobilidade e a dinâmica da fronteira refletem no cotidiano das populações devido à constância e facilidade de comércio de alimentos, deslocamento de famílias e animais, trocas culturais, mestiçagem, relações sociais e acesso ao atendimento médico.

Com a abertura dos mercados, o volume de comercializações de produtos aumentou consideravelmente, além do aumento e garantia da livre circulação de pessoas e serviços, intra e entre os países. Isso, associado ao desenvolvimento de tecnologias de comunicações e transporte, resultou em uma constante mobilização de grandes volumes de pessoas e bens entre países e continentes em um período muito curto. Tais redes e fluxos migratórios favorecem a geração de condições propícias para a transmissão de doenças, e nesse contexto, as fronteiras dos países tornaram-se abertas para a circulação e entrada de doenças infecciosas emergentes e reemergentes, assim como seus vetores (BRUNIERA-OLIVEIRA et al., 2014).

A população urbana fronteiriça de Corumbá e o município vizinho de Ladário, somadas a de Puerto Quijarro e o entorno de Puerto Suárez, perfazem aproximadamente 160 mil habitantes, sendo aproximadamente 45 mil bolivianos.

Com o processo de integração econômica, associado a uma grande presença de brasileiros do outro lado da fronteira, passou-se a exigir uma política específica direcionada à garantia dos direitos à saúde nas regiões fronteiriças (FERREIRA, MARIANI e OLIVEIRA NETO, 2015). O sistema desigual e precário de atendimento à saúde favorece o estrangeiro a atravessar a fronteira buscando melhores

condições, e assim, de forma indireta, pressiona o município acolhedor a melhorar a qualidade de serviço aos estrangeiros e à sua própria população.

Os hospitais públicos em Corumbá, segundo os próprios bolivianos, dispõem de mais recursos tecnológicos para diagnóstico e tratamento do que os da Bolívia (na área de Puerto Quijarro), e os tratamentos especializados e de maior complexidade são gratuitos.

Diante disso, o Ministério da Saúde através da Portaria nº 1.120/GM de 06 de julho de 2005, instituiu o Sistema Integrado de Saúde das Fronteiras – SIS Fronteiras, com objetivo de fornecer recursos aos municípios fronteiriços, sobrecarregados pelo volume de atendimentos à população itinerante, compostas por estrangeiros e brasileiros residentes no país vizinho, fortalecendo os sistemas locais de saúde desses municípios (BRASIL, 2005).

Entretanto, o aporte de recursos não é a única condição necessária para garantir a saúde das populações fronteiriças. Deve haver um esforço para garantir que os municípios tenham maior autonomia na negociação de políticas públicas e implantação de programas de saúde compartilhados entre Brasil e Bolívia.

Não havendo a necessidade de centralizar tais decisões no âmbito Federal, todo o processo seria mais ágil e eficiente, além de favorecer o cumprimento de acordos bilaterais de cooperação técnica, científica e tecnológica (BRASIL, 2017), para atender a demandas relacionadas à saúde ambiental, controle de endemias, saúde infantil e acesso a medicamentos.

A Esporotricose

A esporotricose, causada pelo fungo dimórfico *Sporothrix schenckii*, está atualmente distribuída em todo o mundo, especialmente em zonas tropicais e subtropicais. É a micose subcutânea mais comum na América do Sul (BARROS et al., 2004).

No Brasil, o primeiro caso de esporotricose foi descrito em 1907, por Lutz e Splendore. Em 1998, um surto local de transmissão de esporotricose, disseminada por gatos domésticos, foi reportado na cidade do Rio de Janeiro (BARROS et al., 2010). O que inicialmente era considerado mais um surto assumiu proporções maiores e o aumento no número de casos de esporotricose atribuída à transmissão

por gatos (domésticos ou errantes). A situação constitui uma epidemia, ou mesmo, uma hiperendemia de esporotricose (FREITAS et al., 2010).

A transmissão considerada clássica se faz por meio da inoculação traumática, com material contaminado, na pele e no tecido subcutâneo. De caráter ocupacional, a enfermidade está relacionada a atividades ligadas ao cultivo do solo, pois o contato com plantas e com solo é uma forma comum de contaminação de humanos e animais (CRUZ, 2013).

O gato doméstico é a espécie principal na transmissão zoonótica da esporotricose por ter elevada carga fúngica nas suas lesões, além de hábitos que facilitam a inoculação por meio de arranhaduras. No Rio de Janeiro, o potencial zoonótico do gato foi demonstrado em um estudo com a presença de *Sporothrix* em diferentes espécimes clínicos coletados tanto de gatos com esporotricose, como de gatos aparentemente saudáveis (SCHUBACH et al., 2002).

No meio silvestre, os tatus podem apresentar a infecção e atuar como transmissores do fungo pela arranhadura, apesar do fungo não ter sido ainda isolado nessa espécie. Outros casos humanos relatados têm sido associados a mosquitos, cachorros e peixes. Os indivíduos que por profissão ou hábitos de vida lidam com essas situações são os mais predispostos à infecção: floristas, jardineiros, fazendeiros, horticultores, mineiros, feirantes, veterinários e tratadores de animais (SCHUBACH et al., 2001).

Normalmente, a infecção se desenvolve após a inoculação traumática de solo contaminado, plantas e matéria orgânica na pele ou mucosa. Alternativamente, a infecção pode ocorrer durante a transmissão animal (gato-gato ou gato-cão) e transmissão zoonótica (gato-humano), que tem sido principalmente associada a arranhões ou mordidas de gatos infectados (GREMIÃO et al., 2017).

Os padrões epidemiológicos dessa enfermidade mudaram, seja pelo modo de transmissão ou pela distribuição geográfica dos casos, que podem ter mudado devido a fatores ambientais, aumento da urbanização ou melhores métodos diagnósticos (BARROS et al., 2011). Existem diferenças relacionadas à distribuição, virulência e manifestação clínica da esporotricose, sugerindo o envolvimento de várias espécies de *Sporothrix*. O *S. brasiliensis* é a espécie mais virulenta e

predominante em gatos, nas regiões Sul e Sudeste do Brasil (RODRIGUES et al., 2014).

As formas clínicas de esporotricose são classificadas em cutânea fixa ou localizada, cutâneo-linfática, cutânea disseminada, mucosa e extra-cutânea ou sistêmica. As lesões costumam ser restritas à pele, tecido celular subcutâneo e vasos linfáticos adjacentes. Em raras ocasiões, pode disseminar-se para outros órgãos, ou ainda ser primariamente sistêmica, resultante da inalação de esporos (BARROS et al., 2010).

O diagnóstico laboratorial inclui a citologia, cultura fúngica, histopatologia, provas sorológicas, testes intradérmicos, inoculação em animais e reação em cadeia da polimerase (PCR). Entretanto, o isolamento de *Sporothrix spp.* em cultura a partir de espécimes clínicos como exsudato, escarro ou raspado da lesão é o padrão-ouro (LARSSON, 2011).

O itraconazol é o fármaco de eleição para o tratamento da esporotricose cutânea e pode ser associado ao uso de iodeto de potássio (BARROS et al., 2004).

Medidas de controle e profilaxia podem ser adotadas, tais como: uso de luvas e roupas de mangas longas no manuseio de plantas ou outros materiais que possam facilitar a exposição ao fungo; uso de calçados em trabalhos rurais (BARROS et al., 2011); e encaminhamento de indivíduos com lesões suspeitas de esporotricose para um serviço de referência em dermatologia.

No caso da esporotricose zoonótica, deve ser realizado o tratamento dos animais doentes e, se possível, o isolamento destes até a cicatrização das lesões; castração dos gatos, para diminuir as visitas à rua e o aumento de animais errantes; cremação dos animais mortos com esporotricose, para evitar que o fungo se perpetue na natureza; descontaminação das instalações com hipoclorito de sódio; conscientização da população contra o abandono dos animais doentes e das carcaças dos animais mortos com a doença; esclarecimento aos proprietários de animais com o diagnóstico de esporotricose sobre a doença, os modos de transmissão e a profilaxia (SCHUBACH et al., 2001; BARROS et al., 2011).

Esporotricose e a dinâmica da fronteira

Como outras doenças ou situações que representam danos para a saúde humana, as zoonoses e outros problemas de saúde relacionados com animais são estudados como a principal disciplina que acompanha a saúde pública. A abordagem predominante é o risco de contato entre humanos e animais, e a transmissão de agentes patogênicos, seja diretamente ou por meio seus produtos ou vetores (ACERO-AGUILAR, 2016).

A Esporotricose não é um agravo de notificação compulsória no Brasil, sendo notificado compulsoriamente apenas em algumas cidades onde apresentaram epidemias e surtos (Rio de Janeiro-RJ, Guarulhos-SP e Recife-PE), conforme determinação de resoluções municipais (BRASIL, 2017).

Os casos de esporotricose humana em Corumbá e Ladário começaram a ser noticiados em 2016, e o Conselho Regional de Medicina Veterinária do Mato Grosso do Sul (CRMV-MS), por meio da sua Comissão de Saúde Pública Veterinária, disponibilizou orientações técnicas aos médicos veterinários e proprietários de animais em publicações disponibilizadas na internet (BABO TERRA, 2016; GALHARDO, 2016).

Entretanto, a falta de informações oficiais sobre a ocorrência dessa zoonose e o desconhecimento científico sobre a esporotricose nessa região resultou no encaminhamento de proposta de pesquisa “Epidemiologia da esporotricose animal e zoonótica em Mato Grosso do Sul”, aprovado na Chamada FUNDECT/SECTEI N° 30/2016 – Sanidade Animal – MS. O projeto liderado pela Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FAMEZ) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) conta com a colaboração da Embrapa Pantanal e do Centro de Controle de Zoonoses (CCZ) de Corumbá-MS, para coleta e envio de amostras clínicas de casos suspeitos para diagnóstico.

Além disso, a busca ativa de casos suspeitos e confirmados faz parte do projeto de mestrado em execução pelo Programa de Pós Graduação em Estudos Fronteiriços do Campus do Pantanal (CPAN) da UFMS, pois o conhecimento da epidemiologia da esporotricose nos municípios de Corumbá e Ladário é o ponto de partida para avaliar a interferência das relações cotidianas com a Bolívia na disseminação dessa enfermidade entre os países, e as medidas de controle que podem ser tomadas por ambos.

Os médicos veterinários, médicos e protetores de animais têm sido os principais colaboradores na busca ativa dos casos de esporotricose humana e animal em Corumbá e Ladário. O CCZ de Corumbá, em oficina realizada pela Secretaria de Saúde do município, com a participação de protetores de animais e agentes de saúde, alertou para o aumento de casos suspeitos em 2017, e suscitou a importância da realização de ações de capacitação, para que profissionais da área de saúde atuem na identificação, notificação e controle da esporotricose de forma padronizada e eficiente (PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ, 2017).

Embora ainda não haja relatos científicos da presença de esporotricose nesses municípios, é pertinente suspeitar da existência de casos não diagnosticados por falta de procura por assistência médico veterinária. Aliado a este fato, somam-se o grande número de animais livres e a possibilidade de confusão diagnóstica, principalmente com neoplasias e leishmaniose felina, que podem apresentar características clínicas semelhantes, e conduzir o animal à eutanásia, sem confirmação diagnóstica.

As transformações no ambiente, provocadas pelo intenso processo migratório, por pressões econômicas ou sociais, o processo de urbanização crescente, podem estar relacionadas ao aparecimento de novos focos. Este fenômeno leva a uma redução do espaço ecológico da doença, facilitando a ocorrência de epidemias, assim como acontece com a Leishmaniose, zoonose endêmica no país (BRASIL, 2014).

Considerações finais

A Esporotricose é uma doença infecciosa com relevante impacto para a saúde pública, no que diz respeito à disseminação local e/ou regional.

O conhecimento de dados epidemiológicos de morbidade dos animais e pacientes atendidos nas unidades de saúde do município permite a tomada de decisões estratégicas, visando o aperfeiçoamento da qualidade de atenção local e transterritorial.

Outro fator importante ao desenvolvimento deste levantamento é o fato de existir poucos estudos sobre a epidemiologia da esporotricose em pacientes brasileiros e bolivianos em simultaneidade. A notificação dos casos pode contribuir

para que ações sejam prontamente executadas, com o intuito de controlar surtos nas diferentes regiões.

Por fim, tais dados possibilitam atentar para o desenvolvimento de políticas públicas de saúde conjuntas entre os dois países envolvidos, a fim de bloquear a propagação desta e de outras patologias infecto-contagiosas, por tratar-se de área de importantes fluxos migratórios.

Referências

ACERO-AGUILAR, M. Zoonosis y otros problemas de salud pública relacionados con los animales: reflexiones a propósito de sus aproximaciones teóricas y metodológicas. **Rev. Gerenc. Polít. Salud**, 15 (31): 232-245, 2016.

ALBUQUERQUE, J.L.C. **A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai**. São Paulo: Annablume, 2010.

BABO TERRA, V.J. **Alerta: esporotricose para veterinários**. Disponível em: <http://crmvmms.org.br/files/kcfinder/files/ALERTA%20esporo%20para%20vets%281%29.pdf>. Acesso em 8 setembro 2017.

BARROS, M.B.L. et al. Cat-Transmitted Sporotrichosis Epidemic in Rio de Janeiro, Brazil: Description of a Series of Cases. **Clinical Infectious Diseases**, 38 (4): 529–535, 2004.

BARROS, M.B.L. et al. Esporotricose: a evolução e os desafios de uma epidemia. **Rev Panam Salud Publica**, 27 (6): 455–60, 2010.

BARROS, M.B.L.; ALMEIDA-PAES, R.; SCHUBACH, A.O. *Sporothrix schenckii* and sporotrichosis. **Clin Microbiol Ver**, 24: 633-54, 2011.

BENEDETTI, A. Lugares de frontera y movilidades comerciales en el sur sudamericano: una aproximación multiescalar. In. COSTA, E.A.; COSTA, G.V.L.; OLIVEIRA, M.A.M. (Org.). **Fronteiras em foco**. Campo Grande, Ed. UFMS, p.33-55, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. **Situação atual da vigilância da esporotricose**. Brasília, 2017. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/CONASS/situao-atual-da-vigilancia-da-esporotricose>.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1.120, de 06 de Julho de 2005**. Institui o Sistema Integrado de Saúde das Fronteiras – SIS Fronteiras. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvc/saudelegis/gm/2005/prto1120_06_07_2005.html. Acesso em jan 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Manual de vigilância e controle da leishmaniose**

visceral. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica. 1. ed., 5. reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 120 p.: il.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Lista dos instrumentos internacionais na área da saúde.** Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/leia-mais-o-ministerio/279-aisa-raiz/aisa/24941-acordos-internacionais>. Acesso em 08 setembro 2017.

BRUNIARA-OLIVEIRA, R. et al. Desenvolvimento da Vigilância Epidemiológica de Fronteira no contexto da Globalização: conceitos e marcos teóricos. **Tempus, actas de saúde colet**, 8 (3): 75-93, 2014.

COSTA, E.A. Os bolivianos em Corumbá-MS: construção cultural multitemporal e multidimensional na fronteira. **Cadernos de estudos culturais**, 4 (7): 17-33, 2012.

CRUZ, L.C.H. Complexo *Sporothrix schenckii*. Revisão de parte da literatura e considerações sobre o diagnóstico e a epidemiologia. **Veterinária e Zootecnia**, 20: 08-28, 2013.

FERREIRA, C.M.P.G.; MARIANI, M.A.P.; OLIVEIRA NETO, A.F. O projeto Sistema Integrado de Saúde das Fronteiras em Corumbá-MS, Brasil. **Revista GeoPantanal**, UFMS/AGB, 18: 71-92, 2015.

FREITAS, D.F.S. et al. Zoonotic sporotrichosis in Rio de Janeiro, Brazil: a protracted epidemic yet to be curbed. **Clin Infect Dis**, 50: 453, 2010.

GALHARDO, J.A. **Alerta:** esporotricose para proprietários. Disponível em: <http://crmvm.org.br/files/kcfinder/files/ALERTA%20ESPOROTRICOSE%281%29.pdf>. Acesso em 08 setembro 2017.

GREMIÃO, I.D.F. et al. Zoonotic Epidemic of Sporotrichosis: Cat to Human Transmission. **PLoS Pathog**, 13(1): 1-7, 2017.

LARSSON, C. E. Esporotricose. **Braz J Vet Res Anim Sci**, 48 (3): 250-259, 2011.

LILIENFEL, A.M.; LILIENFEL, D.E. **Foundations of Epidemiology**. 2nd ed. Chapter 1: The Epidemiologic Approach to Disease. London/New York: Oxford University Press, p. 3–22, 1980.

MARTINS, G.I.V. et al. **Mato Grosso do Sul sem fronteiras: Características e interações territoriais Bolívia, Brasil, Paraguai.** 1º ed. Campo Grande: Editora Visão, 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ. **CCZ alerta sobre esporotricose e os cuidados com a doença em animais e humanos.** Disponível em: <http://www.corumba.ms.gov.br/noticias/ccz-alerta-sobre-esporotricose-e-os-cuidados-com-a-doenca-em-animais-e-humanos/21035/>. Acesso em 08 setembro 2017.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Editora Ática, 2015.

RODRIGUES, A.M. et al. Emerging sporotrichosis driven by clonal and recombinant *Sporothrix* species. **Emerg Microb Infect.**, 3: 1-10, 2014.

SCHUBACH, T.M. et al. Isolation of *Sporothrix schenckii* from the nails of domestic cats (*Feliscatus*). **Med Mycol**, 39: 147-9, 2001.

SCHUBACH, T.M.P. et al. *Sporothrix schenckii* isolated from domestic cats with and without sporotrichosis in Rio de Janeiro, Brazil. **Mycopathologia**, 153: 83-6, 2002.

REGISTROS DA POÉTICA FRONTEIRIÇA URBANA NA OBRA DE PEDRO DE MEDEIROS

Registro de la Poética Fronteriza Urbana en la Obra de Pedro de Medeiros

Lucilene Machado Garcia ARF*

Resumo: Esta proposta tem como foco o estudo das representações espaciais da cidade de Corumbá, fronteira com a Bolívia, encontradas na obra de Pedro Paulo de Medeiros. Seus poemas e crônicas apresentam o espaço como um lugar de muitos significados, uma vez que é perpassado pela vivência e pelo registro poético de seus costumes, preferências, rotinas e trajetos no município fronteiriço. Amparam a pesquisa os estudos voltados a questões entre a literatura e o espaço como os de Bachelard (1993 e 2001), Paz (2012), Jobim (2005), Cândido (1995) e Cordeiro (2008).

Palavras-chave: representações espaciais, literatura, cultura, Corumbá.

Resúmen: Esta propuesta tiene como enfoque el estudio de las representaciones espaciales de la ciudad de Corumbá, frontera con Bolivia, encontradas en la obra de Pedro Paulo de Medeiros. Sus poemas y relatos presentan el espacio como un lugar de muchos significados, una vez que está atravesado por la vivencia y el registro poético de sus costumbres, preferencias, rutinas y trayectos en el municipio fronterizo. En el marco de la investigación, los estudios se centran en cuestiones entre la literatura y el espacio como los de Bachelard (1993 y 2001), Paz (2012), Jobim (2005), Cândido (1995) y Cordeiro (2008).

Palabras clave: representaciones espaciales, literatura, cultura, Corumbá.

Introdução

A literatura trabalha com as representações espaciais, o que significa uma complexa estrutura que atua diretamente com a realidade, porque, diferentemente da história, a literatura apresenta os espaços dentro de uma poética gerundista: a narrativa acontecendo. Este trabalho tenta expor reflexões e motivações sobre a noção de representação do espaço na obra do escritor sul-mato-grossense Pedro Paulo de Medeiros. O que se busca é construir um alicerce que sustente a experiência de uma leitura compartilhada e sistematizada nas possibilidades oferecidas pelas representações espaciais e nas imagens poéticas utilizadas para

* Doutora em Teoria da Literatura/Tradução-UNESP. Mestra em Literatura e Estudos Culturais-UFMS. Professora Adjunta UFMS/CPAN-Programa de Mestrado Estudos fronteiriços.

MEF. Programa de Pós-graduação em Estudos Fronteiriços. VI Seminário de Estudos Fronteiriços: Onde as fronteiras se encontram... Anais... Corumbá: UFMS, 2017. (2 a 4 de outubro de 2017).

recriar possíveis aspectos da realidade físico-humana, perpassados pela vivência e pela fantasia do escritor.

Segundo Bachelar (1993, p. 14), em *A poética do espaço*, essa fantasia imagética, na composição do poema, remete a elementos psicologicamente complexos que tem o poder de associar a cultura, mais ou menos distantes, ao ideal literário de um tempo e outros elementos que uma fenomenologia completa deve levar em conta. Um grande verso pode ter grande influência sobre a língua e despertar imagens apagadas.

Muitos foram os escritores que deixaram impressas em suas obras a observação do meio, mesclando traços da realidade e do imaginário na composição de um novo ambiente, carregado de subjetividade. São apontamentos que apresentam, às vezes, o lado obscuro, o lado marginal, aquele lado não valorizado ou não observado pela maioria das pessoas. Podem ainda criar um espaço ideal, evocar atmosferas metafóricas ou sugerir lugar algum. Esse olhar espacial para a literatura é capaz de produzir detalhes que, organizados e sistematizados no texto, podem ser importantes fontes para a compreensão da representação de um tempo e da organização do espaço, contribuindo e enriquecendo as análises literárias.

Chama a atenção na obra de Pedro Medeiros a forma como o autor utiliza o espaço, por isso nosso interesse em analisar e interpretar a representação do espaço geográfico urbano da cidade de Corumbá, por intermédio da leitura e estudo de seus textos. Para este artigo, escolhemos alguns poemas em que há registros da configuração do espaço físico de maneira poética, uma forma particular de ver e entender a cidade.

Para Milton Santos (2008, p. 322), o lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade. Se, por um lado, temos os dados provenientes da realidade, por outro, o agir humano é permeado pelos aspectos simbólicos e afetivos; daí decorrem as variantes na forma como o espaço é percebido e certamente interferem na maneira como ele é expresso. Explorar essa espacialidade é ir além de revelações físicas, como o conjunto arquitetônico de casas e prédios,

ruas, praças e da paisagem exuberante, como é a de Corumbá, composta por montanhas, pantanais, rios... mas também é descobrir sentimentos e como os atores desse tempo se relacionavam com os lugares frequentados ou recriados dentro da imaginação do poeta.

A poética de Pedro Paulo de Medeiros

Pedro Medeiros não publicou livros em vida. O resgate de sua obra foi feito em 1967, por seu filho Djalma de Medeiros e prefaciada por Castro Brasil, da então Academia Mato-grossense de Letras. Atuou em várias vertentes artísticas e os frutos dessas produções ficaram dispersos. Alguns poemas e crônicas foram publicados em jornais do estado, outros eram lidos nas rádios da cidade. De modo que todos os gêneros, testados pelo autor, foram agregados em uma só publicação, podendo o leitor ler poemas, crônicas, contos e discursos num mesmo livro, bem como algum tipo de depoimento de amigos e críticas que consideravam as implicações da época. Críticas elaboradas a partir de um objeto e não pelo conjunto da obra. Contudo, delineava-se um debate acerca de uma literatura mato-grossense, atenta ao lugar onde esta nascera. Podemos registrar, inclusive, ser um discurso em torno de uma literatura produzida na região oeste do que hoje é o estado de Mato Grosso do Sul.

Segundo o escritor e crítico Paulo Nolasco, “quando escrevemos estamos em tal e qual lugar no mundo e a partir dele enunciamos, e é desse lugar, portanto que escrevo” (2012, p. 52), o que nos leva a considerar que o lócus de enunciação é íntimo e particular, e a partir dele é que se abrem veredas numa região de fronteira cheia de atrativos nos anos 20/30 e com a efervescência de uma cidade considerada uma das mais importantes do estado.

Medeiros nasceu em Corumbá em 25 de novembro de 1891, filho do Cel. Pedro Paulo de Medeiros que militou também na política chegando a ser prefeito da cidade, e de D. Maria Santa Cruz Monteiro. Ingressou no serviço público federal mediante concurso para escrivão no Ministério da Fazenda e se casou com Elvira Claderón de Medeiros em 10 de outubro de 1917, em Cáceres. Tiveram 7 filhos; morreram os dois primeiros. O poeta, em cotejo, faleceu em 12 de abril de 1943, com 52 anos de idade. Era dono de uma alma boêmia e amante da música, deixando narrativas inusitadas acerca de sua prática como músico que são

repassadas oralmente por antigos moradores do município, como também por familiares que preservam sua memória como de pessoa autêntica e de grande valor cultural, transformando-o em um personagem de seu tempo.

O escritor assumiu o cargo do Primeiro Escrivário da Alfândega de Corumbá e era um conhecedor dos mais variados estratos do povo da região, pois acompanhou, de dentro, o desenvolvimento da cidade e, foi dessas diversas camadas sociais que emergiram seus poemas, contos e crônicas. Sobre o surgimento da cidade escreve em Lenda Boróro:

E Corumbá surgiu, por sobre a terra branca,
na alegria sem par do gentil casario,
entre o verde dos montes, - no alto da barranca,
debruçada a sorrir sobre o espelho do rio...
(MEDEIROS, 1967, p. 11)

O poeta fala da cidade, não geograficamente, mas da cidade filtrada pela subjetividade e que representa uma perspectiva, uma mimese interna a partir do que foi visto e vivido no externo, resultando o que convencionamos chamar de imagem, que é fruto do trabalho artístico do poeta com a palavra, ainda que as palavras utilizadas no texto estejam próximas da linguagem cotidiana. São incorporados novos significados às significantes, de modo que a organização das frases recebem um novo valor significativo. A cidade ganha ares humanos com a incorporação de adjetivos também humanos, como a personificação criada com a junção de gentil ao substantivo casario. A cidade passa a ser vista como uma mulher que sorri debruçada sobre o espelho do rio. A mulher que é vista e que se vê em seu próprio reflexo. Do que se pode depreender, uma cidade narcísica, vaidosa. Para Bachelar (2001),

Os poetas, em seus devaneios cósmicos, falam do mundo na linguagem do mundo. As palavras, as belas palavras, as grandes palavras naturais, acreditam na imagem que as criou. Um sonhador de palavras reconhece numa palavra do homem aplicada a uma coisa do mundo uma espécie de etimologia onírica. (BACHELARD, 2001)

O poema, com traços modernos, reconhece a existência subjetiva do mundo objetivado e a posição do sujeito diante da realidade e de suas emoções íntimas, a inserção de palavras prosaicas, os elementos urbanos, como os casarios, bem como a estrutura do poema que não obedecem aos padrões parnasianistas da época, são fundamentais para caracterizar a poesia modernista brasileira e os rumos que esta tomara. E o espaço, como objeto de poesia, é o fruto do interesse do poeta pelo

lugar, de modo que a representação da cidade, como todo o conteúdo social de uma obra de arte, é intrínseco a seu lócus enunciativo. Segundo José Luis Jobim (2005),

Um lugar é constituído por redes públicas de sentidos, formadoras de subjetividade. Nele se constitui interpretações públicas simbolicamente mediadas, inclusive sobre o sentido deste lugar e sobre o que significa estar inserido nele. (...) Em outras palavras, o lugar é sempre fonte de pré-concepções que, de alguma maneira, contribuem para a elaboração do nosso dizer, pois nele se situa o sistema de referências -, incluindo determinado universo de temas, interesses, termos, etc. – sistema que sempre já estabelece um limite dentro do qual nosso campo de enunciação se circunscreve (JOBIM, 2005, p. 45.).

O interesse de Medeiros por Corumbá foi bastante significativo. Segundo o poeta J. G. de Araújo Jorge, foi Medeiros quem cunhou o termo “Cidade Branca” para Corumbá. Na ocasião dos Jogos Florais, em 1968, em que participou como jurado, teceu o seguinte comentário:

Corumbá Cidade-Branca, como a chamou seu poeta maior, Pedro de Medeiros, repousa sobre um vasto e alvo lençol calcáreo, que desponta aqui e ali, manchando o chão, e que se pode ver, nos cortes dos morros, quando se chega à cidade pelo rio. Então parece uma baía fluvial, com cidade alta; uma rente ao cais, com sobradões coloniais e armazéns; outra, no alto, por trás do renque de palmeiras imperiais perfiladas na Avenida Marechal Rondon. (ARAÚJO JORGE. Primeiros jogos Florais de Corumbá, 1968)

No poema “lenda Boróro”, talvez o mais conhecido de seu trabalho, torna-se perceptível a relação que o poeta estabelece com a cidade na retratação de sua estética. A cidade é um registro, uma materialização de sua própria história, de sua própria experiência humana como uma arquitetura belíssima capaz de durar e permanecer no tempo.

Em outro poema, Medeiros desmistifica a figura dos transeuntes, das infinitas formas do sujeito que habita o contexto urbano e suas relações recíprocas. No poema a seguir, ele mostra a vida acontecendo, embora recorra às lembranças instaladas na memória:

Esta viagem que eu faço agora
Pela estrada de ferro, é parecida
Com a viagem que foi feita outrora,
- mal eu despertara para a vida
(...)
Num único vagão,
Sem que ninguém protestasse,
Gente de toda classe
Andava em confusão. (p.47)

Considerando a modernidade histórica da época, Corumbá vivia um momento de transição, de mudanças sociais, de expansão do comércio, das relações

monetárias, do mercado, dos modos de produção, importação e exportação e, em consequência o crescimento da cidade, da vida urbana e da população. O eu lírico observa, dentro do trem, as classes sociais em confusão. Há uma relação interna entre ele e o urbano. O trem de ferro, que existe como ferramenta democrática, capaz de abrigar todo e qualquer cidadão, sem diferenciação de vagão. A realidade do trem, da cidade, do urbano passa a compor uma estrutura literária especificamente na cidade-espaço, compondo também uma organização estética. Ainda que se trate de um poema ficcional, é um texto que pode falar da cidade, ou mesmo, implicitamente, descrevê-la. No entanto, o espaço é subjetivado e torna-se um relato sensível dos modos de ver esse espaço que existe como lugar e como metáfora. Para Renato Gomes Cordeiro (2008, p. 24) “o texto é o relato sensível das formas de ver a cidade; não enquanto mera descrição física, mas como cidade simbólica que cruza lugar e metáfora produzindo uma cartografia dinâmica, tensão entre racionalidade geométrica e emaranhado de existências humanas”.

Medeiros fotografa essa tensão, se posiciona como um poeta sensibilizado com a situação da vida urbana corumbaense e à sua maneira a representa nesse espaço. Nesse período, entre os anos 20 e 30, vários poetas modernistas brasileiros passam a utilizar como tema a cidade e seu contexto urbanístico. O próprio Bandeira, Drummond entre outros, exercem essa prática poética. No entanto, o poeta corumbaense não explora os recantos de uma cidade grande, industrial, mas uma cidade interiorana, situada estrategicamente entre dois países, daí sua importância, e que até hoje conserva traços descritos de sua juventude. Porém, não mais o trem de ferro. Foi um estilo de vida que se perdeu com a substituição do transporte realizado pela rodovia. Por meio da poesia, podem ser evidenciados os modos como cada um se relacionava com esse espaço, assinalando com isso o avanço ou o retrocesso não só da cartografia da cidade em relação à modernidade, como também com a política mercantilista e aspectos culturais. Não é a cidade construída por tijolos e concreto, mas a cidade construída com palavras, cujo propósito é manifestar aspectos vivenciados, experienciados, representando impressões atravessadas pela subjetividade. Para Otávio Paz,

Um poema que não lutasse contra a natureza das palavras, obrigando-as a ir além de si mesmas e dos seus significados relativos, um poema que não tentasse fazê-las dizer o indizível não passaria de simples manipulação verbal. O que caracteriza o poema é sua necessária dependência da palavra, tanto quanto sua luta para transcendê-la (PAZ, 2012, p.191).

A viagem que o eu lírico faz, pela estrada de ferro, é muito parecida com a que fez quando mal despertou para vida, o que mostra a recorrência do poeta à memória da infância. Bachelard (2001, p. 95) afirma que em nossa infância o devaneio nos dava liberdade e que continuamos a pensar na liberdade tal como a sonhávamos quando éramos crianças e que habitamos melhor o mundo quando o habitamos como a criança solitária habita as imagens:

Uma infância em potencial habita em nós. Quando vamos reencontrá-las em nossos devaneios, mais ainda que na sua realidade, nós a revivemos em suas possibilidades. Sonhamos tudo o que ela poderia ter sido, sonhamos no limite da história e da lenda. (BACHELARD, 2001, p. 95).

Os versos do poeta corumbaense, em diálogo com a infância, supõem a necessidade de transformação, tramada pelos limites estéticos vivenciados historicamente e, talvez, preparando terreno para exploração de paradigmas utópicos, entre eles o sonho de uma sociedade evoluída, sem preconceitos e sem desigualdades. O fato é que do ponto de vista social, os problemas estruturais são profundos e crescentes, e os valores burgueses de então permanecem em detrimento à marginalidade das sociedades periféricas.

Entrelaçados à poética de Medeiros subsistem processos históricos, redes de sentidos que constituem a cultura pública na qual ele está inserido. Castro Brasil, prefaciador do livro de Medeiros, agora objeto de pesquisa, adverte ainda em 1967: “... Quem quiser conhecer um pouco do passado da Cidade Branca, - sua vida social, suas lutas políticas, suas dificuldades administrativas, seus homens e suas coisas, suas peculiaridades, enfim, - leia as páginas de Pedro Medeiros, enfeixadas neste livro” (BRASIL, 1967). Embora, as cidades exploradas na poesia sejam outras cidades, esteticamente construída, não podemos considerá-las apenas representação visual, mas pode ser apresentada como um objeto com questões externas à obra. No fragmento do poema, que relato a seguir, apresentado sem nome, como grande parte deles, foi declamado pelo autor, à chegada em Corumbá, da Caravana do ‘Centro Ipacarahiense’ de Assunção – Paraguai. O poema é uma efusiva saudação aos paraguaios que chegam ao Brasil para trabalhar com o materializeira:

Sabemos que ali perto, o Paraguai é um povo
que honra sobremaneira ao Continente Novo;
Sabemos que o trabalho é o crisol paraguaio
e que a civilização já não é um ensaio
para o povo feliz que aqui representais
na pompa que aprimora os vossos laranjais!

Vereis neste maciço que é de pedra e cal,
mensageiros da fé que irmana um mesmo ideal,
o quanto admiramos a vossa cultura!
(MEDEIROS p. 51 e 52)

Neste caso a cidade não é propriamente o conteúdo do poema, o material é a memória das vivências no espaço geográfico. Imagens que podem ser visuais ou auditivas, pensada na sua articulação com a sociedade e com os valores simbólicos que lhes é atribuído. A partir dos dados do poema podemos presenciar os acontecimentos, no caso, uma relação amistosa com os trabalhadores paraguaios que vem ao Mato Grosso para trabalharem no cultivo do mate-laranjeira. Embora o poema seja uma saudação efusiva ao povo paraguaio, apresenta marcas de um espaço e um tempo por ele delineado.

A história da erva-mate, que não será aprofundada aqui, é formada de elementos e personagens não muito agradáveis. É uma história de explorados e exploradores. Muitos textos denunciam a luta do homem com a terra e a miséria humana peculiar à extração da erva-mate em território brasileiro. Os paraguaios, que aqui vieram para desenvolver esse trabalho braçal, ficavam a mercê dos desmandos dos patrões e tudo o que isso implica. A legislação trabalhista não existia e, inclusive crianças realizavam um trabalho de 10h por dia. No entanto, o que Medeiros efetiva em seu discurso-poema é uma espécie de exaltação ao trabalho dos vizinhos, pelos quais professa profunda admiração, sem aludir a qualquer tipo de enfrentamento.

É um poema aos moldes do romantismo que idealiza uma paisagem, ou uma situação, utilizando-se de palavras rebuscadas para proclamar um discurso com tom nacionalista tardio, colocando o interesse de ambos os países em primeiro lugar. O tom conservador, a estrutura apresentada em rimas de dois versos, bem como a composição vocabular contrariam os princípios modernistas contidos no poema anterior. No entanto, as particularidades desse encontro, bem como suas representações, respondem ao contexto histórico da fronteira e à vontade de superar os efeitos diversos. Conforme salienta Bakhtin (2002, p.51), a palavra como matéria de poesia, como componente estético é fruto de um “processo de realização do objeto estético, ou melhor, da tarefa artística na sua essência, é um processo de transformação sistemática de um conjunto verbal, compreendido linguística e composicionalmente, no todo arquitetônico de um evento esteticamente acabado”.

Mas o Paraguai continuará sendo objeto poético de Pedro Medeiros. O poema “13 de Junho”, estruturado ao estilo épico, com oito capítulos, tem como tema a guerra do Paraguai e está dedicado “Aos heróis da retomada – preito de gratidão” e mais abaixo “A Corumbá – meu berço e túmulo de meus pais”.

Os versos falam da guerra a partir de Corumbá como um espaço onde esta é tramada, onde se discute e se emite opiniões, mais que isso, é a representação da Pátria brasileira. Os soldados vêm de Cuiabá, cruzam o rio Paraguai e rumam para Corumbá. Dessa feita, o Paraguai passa a ser o inimigo e os soldados brasileiros os heróis dessa saga épica que exigirá do autor o domínio da narrativa, ainda que em versos:

13 de Junho
(canto VI)
Duas horas da tarde... a terra é um autoclave
e à inclemência do sol, nem as asas de um'ave
singram no espaço azul a abóbada infinita.
No arvoredado, sequer uma folha se agita...
É a madorra da sesta. O ar parado é morno,
Como que hipnotiza a natureza em torno
À muda serrania, estática, indolente...
E a tropa marcha altiva, olhando sempre à frente!

Fantástico escalão! A força da vanguarda,
da qual cabe o comando a Craveiro de Sá,
um casario avista! Eis Corumbá! Não tarda
a voz da redenção! – Corumbá! – Corumbá!...
(MEDEIROS, p. 60)

Embora o poema em sua completude seja merecedor de análise, apenas vamos focar na parte espacial em que o eu lírico se remete à Corumbá. É certo que o poema chama mais a atenção por estar referendado pelos fatos históricos verídicos do que pela sua construção. A história, como diz Antonio Cândido (2010) acaba por interessar mais pelo ponto de partida, pela vida e pelo mundo do que pelo texto como ponto de chegada. Segundo ele, os críticos estão mais centrados no resultado, no comportamento ou modo de ser que se manifestam dentro do texto porque foram criados a partir de dados da realidade exterior ao texto. E a história da guerra do Paraguai é um assunto que por muito tempo predominou tanto nas conversas de botequim quanto nas conjunturas políticas, científicas e filosóficas. Hoje, a nova geração busca a memória do que foi esse passado ainda que subjetivada em poemas.

O poeta, nesse fragmento utilizado para a representação da cidade como espaço poético, fala de uma Corumbá redentora, como se nela os soldados

pu dessem descansar de todo cansaço imposto pelas agruras da terra. Otávio Paz (2012, p. 210) ao tratar especificamente de poesia e história, afirma que “o homem ante a invasão do acaso, não pode fazer nada senão refugiar-se em si mesmo ou criar uma cidade ideal”. Corumbá passa a ser essa cidade ideal, a cidade do repouso. O calor impresso nos versos anteriores, o sol inclemente das 2h da tarde é apenas uma referência ao clima. O sol escaldante que impede os movimentos das aves e o movimento das folhas desarquiva da memória a lembrança feliz de que se aproximam da cidade. O que vai ao encontro do que afiança Paz (2012, p. 232) “Os heróis da epopeia estão bem instalados no seu universo e por isso as relações que mantêm com sua sociedade são as relações naturais da planta com a terra que lhe é própria”. Medeiros retoma o modelo épico obedecendo as características que são impostas a esse em sua construção.

Embora se trate de um poema fundado nas reminiscências do eu lírico, o tempo verbal predominante no poema é o tempo presente, como se num mesmo processo o eu fosse transportado para o passado e o passado transportado para o presente. A memória vincula as imagens criadas para representações da cidade, como assegura Bachelard, memória e imaginação são indissociáveis, ambas constituem uma junção da lembrança com a imagem. De acordo com seus princípios, podemos assim transmitir toda a elasticidade psicológica de uma imagem e, pela escrita dos poemas, talvez mais do que pelas lembranças, poderemos chegar ao fundo poético do espaço da casa, pois todo espaço realmente habitado traz a essência da noção da casa (Bachelard, 1993, p. 25-26). E, se a memória e imaginação são indissociáveis, como conclui Bachelard, no mesmo sentido conclui Gomes (2008, p.46) que “a memória condiciona a leitura da cidade (...). a relação homóloga entre a cidade e a memória faz-se, portanto, pela redundância, pelo repetível, marca de experiência”.

Assim, podemos reconhecer que a memória e a cidade, presente em suas obras poéticas são dois aspectos bastante fortes. A partir de sua memória pessoal ele resgata a memória coletiva da cidade, apresentando em sua obra uma dimensão coletiva de memória e uma poética ligada às experiências de sua própria realidade e à realidade da história em que esta esteve inserida.

À guisa de conclusão

As interpretações e conclusões a que chega Medeiros, enquanto autor, ocorrem em um tempo e em um lugar histórico. Esse lugar não é apenas um ponto de partida e seus modos de pensar a literatura, embora esteja dentro de redes discursivas em que as ideias circulantes têm uma complexa relação entre si e a comunidade. Ainda que a linha de produção assentada na memória e construções imagéticas dos espaços da cidade seja preponderante em sua poesia, é preciso considerar sua capacidade de relacionar memória e imaginação. A análise não pretendeu explicar a vida do poeta por meio de suas produções, mas sim analisar como suas vivências se manifestam no texto. O espaço vivido, como tudo que o compõe, são conteúdos de poesia, como histórias da cidade, suas lendas, costumes, pessoas folclóricas, os objetos da cidade, os casarios, o comportamento, conservadorismo social, a paisagem... tudo pode ser matéria de poesia. A memória pessoal do poeta se abre para o outro, para a realidade de sociedades que compunham a sociedade brasileira do final do século XIX e início do século XX.

As considerações acerca de seu estilo poético passam pelo romantismo, realismo e adquire um tom modernista dialogando com o confessional, emocional e subjetivo ligados à conjuntura social e valores culturais. O tratamento dado à poesia por meio da subjetividade funda-se em suas vivências e experiências pessoais e, por consequência, na memória.

Quanto ao espaço representado pela cidade, é preciso considerar o elemento instituído na realidade do conteúdo como um elemento estético. Na obra de literária, considerada como artística, o conteúdo se apresenta formalizado, transferido por meio da forma, para um novo plano de sentidos e de existência, de modo que a cidade se realiza numa criação artística, esteticamente construída. Isso ocorre porque os poetas lidam com palavras e não com objetos concretos, lidam com representações e imagens formalizadas a partir do conteúdo.

Referências

BACHELARD, G. **A poética do espaço**. Tradução Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BACHELARD, G. **A poética do devaneio**. Tradução Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BAKHTIN, Mikhail. **O problema da forma**. In: Questões de Literatura e de estética: A teoria do Romance. São Paulo: Hucitec Annablume, 2002.

CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. São Paulo: Duas cidades, 1995.

COMPAGNON, A. **Literatura para quê?** Tradução Laura Taddei Brandini. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

GOMES, Renato Cordeiro. **Todas as cidades, a cidade**: Literatura e experiência urbana. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

JOBIM, José Luís. **O lugar da história da literatura**. Desenredo: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo. Jan. jun. de 2005.

JORGE, J. G. de Araújo. Os Jogos Florais de Corumbá, e este livro. In: **Amor trovas vitoriosas**. Org. Helio Sachser de Souza, Corumbá: Gráfica Bandeirantes, 1968.

MEDEIROS, Pedro de. **Poesias, crônicas, comentários**. Org. Djalma Medeiros. Corumbá: Gráfica São Domingos, 1967.

MOISÉS, M. **A criação literária**: poesia. 12. ed. São Paulo: Cultrix, 1993.

PAZ, O. **O arco e a lira**. Tradução Ari Roitman e Paulina Wacht. São Pulo: Cosac Naify, 2012.

PONTES, José Couto Vieira. **História da literatura Sul-mato-grossense**. Campo Grande: Editora do escritor, s/d.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Paulo Sérgio Nolasco dos. **Entretextos**: crítica comparada em literaturas de fronteiras. Campo Grande: Life editora, 2012.

A ATUAÇÃO TRANSNACIONAL E METANACIONAL DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM REDE

The Transnational and Metanational Network Activity of new Social Movements

Alexandre Honig GONÇALVES*

Guillermo Alfredo JOHNSON**

Lia Moretti e SILVA***

Resumo: Este artigo traz em suas laudas as argumentações e discussões teóricas pertinentes e atualizadas acerca da atuação transnacional e metanacional dos novos movimentos sociais que atuam em rede, com enfoque para a descrição e aplicação do termo metanacional, que perfaz em si a secundarização das fronteiras por meio da atuação dinâmica e diferenciada das organizações em espaços desvinculados de territórios específicos. A pesquisa deu-se por meio da pesquisa exploratória em dados secundários e as análises e considerações deram-se por meio da indução.

Palavras-chave: Redes sociais; Redes de redes; Internet.

Abstract: This article brings in its pages the pertinent and updated theoretical arguments and discussions about the transnational and metanational performance of the new social movements that act in network, with a focus on description and application of metanational term, which in itself represents the borders secondaryization through the organizations` dynamic and differentiated performance in unrelated spaces and specific territories. The research was done through the exploratory inquiry on a secondary data and analyzes and considerations were given through the induction method.

Key-words: Social networks; Networking; Internet.

Introdução

A *priori*, é importante destacar ao leitor que o objetivo central deste artigo é: estabelecer uma reflexão teórica e crítica acerca da atuação transnacional e metanacional dos novos movimentos sociais em rede. A bibliografia utilizada é multidimensional, agregando consigo autores/pensadores e trabalhos das áreas da Geografia e da Sociologia, por exemplo. O método de pesquisa utilizado fora o mais

* Graduado em Relações Internacionais; Mestre em Geografia e Doutorando em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados: UFGD. Bolsista da FUNDECT MS. E-mail: alexandrehonigcalves@gmail.com

** Graduado em Psicologia; Mestre e Doutor em Sociologia Política. Docente da Universidade Federal da Grande Dourados: UFGD. E-mail: guillermojohnson@ufgd.edu.br

*** Graduada em Administração; Mestre e Doutora em Administração. Docente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul: UFMS. E-mail: lia.silva@ufms.br

clássico: exploratório bibliográfico em dados secundários e, a análise dos dados/argumentos coletados no levantamento deu-se por meio da indução.

Cabe ainda destacar que este texto faz parte do referencial teórico de uma tese de doutorado em Geografia e, sua narrativa, argumentação e lógica de organização encontram ecos em uma perspectiva e uma pesquisa objetivamente verificáveis.

A *posteriori*, podemos iniciar o trabalho indicando que a ideia de rede não é algo recente na história na humanidade. Antes de ocupar a posição e o alcance que adquiriu contemporaneamente, o termo foi portador de distintos sentidos e objeto de variadas apropriações em diferentes contextos históricos, incorporando ao longo do tempo e do contexto novas significações na medida em que o mundo vem se tornando mais complexo em decorrência da profundidade e extensão das revoluções sociais, políticas, econômicas e culturais (COELHO NETO, 2013).

Assim, os múltiplos e difusos significados contemporâneos assumidos pela “rede” podem ser ordenados, segundo a compreensão de Musso (2004) em dois planos teóricos: a) como um modo de raciocínio, configurado como sendo um conceito e como uma tecnologia; b) como um modo de organização do espaço-tempo, configurando uma matriz técnica e a respectiva carga simbólica que esta ideia implica. Como um modo de raciocínio, esta rede se torna uma chave universal utilizada em diversos campos disciplinares para a explicação de sistemas complexos. Em contrapartida, como modo de organização do espaço-tempo, a rede é concebida e remetida à existência de um denso, complexo e interligado sistema de infraestruturas técnicas que viabilizam as novas possibilidades de organização das sociedades e, apresenta-se como sendo fonte de transformação (ideológica) social, democrática, da liberdade de fluxos (gente e coisas), viabilizados pelas redes técnicas e, especialmente nas últimas décadas, pela ampliação do uso e aplicação da internet no cotidiano dos indivíduos e organizações (COELHO NETO, 2013).

Assim sendo:

Para além de seus usos metafóricos, a rede absorve, atualmente, a questão da mudança social, ela é a prótese técnica de utopia social. As verdadeiras revoluções são, hoje, as rupturas oferecidas pelas tecnologias de comunicação, a começar pela internet, que realiza a utopia da associação universal pelas redes de comunicação. A rede leva consigo um imaginário de transição, entre a liberação de um sistema piramidal e hierárquico do que o Estado é o arquétipo, e a promessa de um sistema futuro, o da associação universal, anunciador de um novo tipo de relação igualitária. A rede indica um futuro libertador, ela é promessa de uma circulação generalizada e

libertadora de fluxos de informações e das ondas econômicas. Esboço de uma democracia planetária, igualitária e autorregulada (...) (MUSSO, 2004, p. 34).

Por conseguinte, mais recentemente, a atuação de alguns movimentos sociais específicos (rurais e/ou urbanos), vinculou-se de maneira tão expressiva e intensa com relação ao espaço/território, que a Geografia - e, os pesquisadores/pensadores associados a ela - passaram a compreender o tema como sendo um foco pertinente e permanente de suas considerações acadêmicas, desenvolvendo convenientes, necessárias e extraordinárias pesquisas e reflexões críticas sobre o assunto.

Frente a esta conjuntura, o geógrafo/pesquisador Nelson Rodrigo Pedon, desenvolveu a tese de Doutorado em Geografia intitulada: "Movimentos socioterritoriais: uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica (2009)" e, por conseguinte, o livro: "Geografia e movimentos sociais: dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial (2013)", em que descreve e analisa a situação supracitada, tornando-se uma notável e imprescindível referência ao assunto, para os geógrafos e àqueles que se interessam verdadeiramente sobre o tema em tela. Em comum, nas duas obras, como diferencial da abordagem de pesquisa, podemos observar a comunhão da perspectiva essencialmente/exclusivamente geográfica, indicando que os movimentos sociais se dão por meio de uma materialização socioterritorial/socioespacial específica sobre os territórios. Sobre esta condição, podemos observar e tomar os argumentos do autor para descrever algumas de suas considerações acerca do tema.

A partir desta perspectiva, um movimento socioterritorial, possui como um de seus atributos elementares, a conquista do território. Sua forma de realização dá-se por meio de uma ação efetiva de ocupação. Esta, por sua vez, prossegue compreendida como sendo um processo sociopolítico extremamente complexo, em que se aglutinam elementos de luta popular de resistência contra as lógicas hegemônicas de reprodução da sociedade capitalista vigente e, por conseguinte, seus desdobramentos sobre o próprio espaço/território. A ocupação, propriamente dita, desenvolve-se nos processos de espacialização e territorialização, enquanto são criadas e recriadas as experiências de resistência dos sujeitos sociais desterritorializados (PEDON, 2009, p. 173).

Em contrapartida, ainda segundo Pedon (2009, p. 173), a noção relativa a um movimento socioespacial é compreendida como sendo um processo, notadamente

complexo de produção e criação de espaços, assim como, das relações que estabelecem seus limites. Constituem-se por meio de ações concretas e reprodução de relações sociais inovadoras, que combinam as múltiplas dimensões da vida social. Por conseguinte, a transformação do espaço é, concomitantemente, modificação da realidade - em caráter material - e, em igual medida: simbólica, abrangendo alterações nas ordens dos valores, práticas e culturas nos/dos lugares. Por conseguinte, este espaço é dimensionado/investido e tomado como sendo um território por meio da sinergia dos elementos transformadores.

Portanto, frente a esta argumentação do autor previamente citado, podemos compreender que há uma prerrogativa explícita nestas afirmações, indicando que os movimentos sociais e suas ações se dão - exclusivamente - se estiverem associados de modo inequívoco a um determinado espaço/território. Faz todo sentido, há uma importante lógica de compreensão e elementos empíricos que fundamentam essa assertiva, contudo, não concordamos com esta exclusividade vinculante dos elementos. Uma vez que compreendemos que podem haver outros meios possíveis para que os movimentos sociais se desenvolvam plenamente sem que, no entanto, estejam atrelados a um espaço/território exclusivo, rompendo e permeando fronteiras, de maneira tácita ou ostensiva. E, desta forma, buscamos estudá-los e compreendê-los por meio da conformação e utilização prática de redes (nacionais, transnacionais e metanacionais), como forma/estratégia de atuação para que os objetivos destes movimentos sociais sejam adequadamente alcançados - ou pelo menos, para que as demandas e as ações se efetivem legitimamente e autonomamente.

Novos movimentos sociais em rede: atuação transnacional e metanacional

Para dar fluidez a nossa argumentação e ponto de vista, buscamos amparo nas perspectivas teóricas e conceituais da pesquisadora/pensadora Ilse Scherer-Wareen, que indica-nos que deve haver uma compreensão da natureza e do sentido das lutas dos movimentos sociais vinculados à realidade das sociedades globalizadas, informatizadas e multiculturais da atualidade, apresentando a temática das redes como sendo relevante neste contexto (específico), em que as fronteiras nacionais estão secundarizadas.

Desta feita, Scherer-Warren (1999, p. 3) estabelece que a noção relativa à conformação de redes de movimentos sociais é apropriada por estes atores/grupos

MEF. Programa de Pós-graduação em Estudos Fronteiriços. VI Seminário de Estudos Fronteiriços: Onde as fronteiras se encontram... Anais... Corumbá: UFMS, 2017. (2 a 4 de outubro de 2017).

sociais de maneira propositiva, com a finalidade de se concretizarem seus objetivos e estratégias de ação coletiva, fundamentados sobre uma cultura em que os atributos essenciais são os de solidariedade, cooperativismo, horizontalidade e democracia, com o intento maior de se formar uma organização/tecido social - geral - mais equilibrado, tanto em âmbito local, quanto global.

Especificamente, o estudo e interpretação dos movimentos sociais atuando sob uma perspectiva de redes, obteve seu alvorecer apenas nas últimas décadas do Século XX, ocasião em que este ponto de vista fora apropriado e passou a ser utilizado no discurso político dos próprios atores sociais. Nesse sentido (SCHERER-WARREN, 1993) observou que houve - na teoria e na prática - uma transição importante nas formas de aplicação das cosmologias políticas, ideológicas e interpretativas que permeavam os movimentos sociais e as organizações de base, em direção de atuações mais amplas, seja nos planos local, nacionais, regional, como no mais alto nível transnacional (SCHERER-WARREN, 2013) e, mais recentemente: metanacional.

Neste sentido, complementando esta abordagem, Acioli (2007) destacou que as análises dos movimentos sociais em redes devem dar-se por meio de três categorias: metafórico, analítico e tecnológico:

Complementares aos termos supracitados, com relação à dimensão analítica, ainda há uma subdivisão estabelecida em: a) espacialidade (com territorialidades de novos tipos, virtuais e presenciais e as interconexões entre ambas); b) temporalidade (com comunicação em rede em tempo real, mas que permite a conexão e diálogo de tempos sociais distintos, com resgate de elementos culturais tradicionais que facilitam o erigir de uma releitura associada a críticas pós e/ou anticoloniais, ou ainda, anti-teorias da modernidade; c) sociabilidade (que por meio das redes, especialmente, as de caráter político, permite conectar vários tipos de relações e vínculos sociais). Pensando acerca do último ponto, os movimentos sociais que atuam em rede se permitem a reafirmação das formas de sociabilidades históricas, de criação de novas formas de sociabilidades trans-identitárias, que articulam dinamicamente os discursos e as estratégias de ação/reação contra as opressões de classe, raça, gênero, dentre outras, com a finalidade de que se edifique - mesmo que utopicamente -, um cenário emancipatório, na cultura e na política (SCHERER-WARREN, 2013).

Adicionalmente, retornando ao núcleo teórico/conceitual do tema, Barnes (1987), já indicava que as redes descreveriam/aglutinariam às formas e conteúdos inerentes as relações entre indivíduos, decorrente das conexões preexistentes no cotidiano (vizinhança, parentesco, amizade, trabalho, classe social, dentre outras), tipificando-as pela condição da intensidade entre os elos desta rede. Adicionalmente, estas redes existem uma vez que são/estão definidas a partir da existência de um campo ético-político comum com relação a um tema específico, neste caso, notadamente atrelado às demandas de um movimento social - ou, vários -, no qual os atores coletivos com identidades diversas se articulam conformando redes de atuação conjunta, podendo ser de caráter local, transnacional e metanacional. Assim sendo, estas redes se caracterizam como sendo os meios pelo qual se dão as articulações políticas, ideológicas ou simbólicas entre os atores coletivos. Corrobora com esta perspectiva Silva et. al., (2012), que descreve a ideia de que estas redes devem ser pensadas e consideradas como sendo as áreas de atuação pragmática dos movimentos sociais, formada por grupos (pequenos ou grandes) que compartilham uma identidade coletiva, uma cultura de movimentos, comportam/aglutinam em si mensagens simbólicas que desafiam os padrões hegemônicos. Desta forma, propondo lutas, resistências e inovações culturais em prol do alcance de sua cidadania plena, seguindo com esta ideia para além das fronteiras nacionais se preciso.

Cabe destacar que por organizações com atuações metanacionais, compreendemos que são àquelas que possuem atributos semelhantes aos descritos por Santos (2006), em seu texto: "O desafio metanacional", em que o foco é a descrição e construção de um conceito/teoria voltado aos desafios de gestão da iniciativa privada e seus empreendimentos transnacionais frente à conjuntura internacional contemporânea - desafios e oportunidades -, mas que, todavia, podem ser ajustados e utilizados junto ao contexto e ao tema que abordamos presentemente, uma vez que pudemos perceber nesta narrativa, importantes características comuns e desejáveis que podem/devem ser compartilhadas, mesmo por organizações com focos de atuação tão distintos - e, até antagônicos - entre si, como àquelas voltadas aos movimentos sociais.

Assim sendo, as organizações metanacionais e suas redes não derivam sua vantagem competitiva dos seus países de origem e, buscam observar o mundo como se fosse uma tela global e sem fronteiras, integrada e dinâmica em que

tecnologia, conhecimento, aptidões e culturas próprias de cada lugar ainda, que prosseguem inexplorados e espalhados mundo a fora, podem/devem ser mobilizados e canalizados adequadamente, ajustando estes elementos como uma forma mais eficaz para se alcançar resultados superiores. Vale frisar que o prefixo de origem grega “meta”, possui o significado de “para além de”, que é um atributo essencial e diferenciador deste conceito (SANTOS, 2006, p. 70-71).

A saber, que as instituições que possuem uma abordagem/característica metanacional são àquelas que têm a capacidade de prospectar e mobilizar agentes e conhecimentos dispersos com a finalidade de criar inovações de alcance global. A partir de uma visão estratégica, ações pragmáticas e dinâmicas estabelecidas em função de uma perspectiva efetiva, cosmopolita e que transcende as noções de fronteiras e nações (SANTOS, 2006, p. 64). Neste caso, o etnocentrismo deve ser totalmente desvinculado das relações objetivas que se darão ao longo do processo.

Outro ponto importante a elencar é que esta forma de atuação denota que as instituições e seus empreendimentos podem estar em qualquer lugar e, concomitantemente, em lugar algum, uma vez que não há conexão alguma com territórios específicos e, as relações e os objetivos podem se der exclusivamente por meio virtual (por meio da Internet, por exemplo). Por sua vez, estas práticas se dão por meio do exercício e da utilização dos potenciais dos elementos dispersos e diferenciados, de natureza cada vez mais tácita e dependente do contexto, que são contatados e mobilizados por meio de novas estruturas e processos em torno de objetivos comuns, plataformas de comunicação globais, bem como por meio de uma rede mundial, conectada e funcional em tempo real, eficiente e flexível, que favorece e amplia as parcerias e alianças objetivas.

Desta feita, Santos (2006, p. 67), ainda cita como qualidade importante deste processo a dispersão geográfica mundial de capacidades, agentes e conhecimentos estratégicos, uma vez que as aglomerações nacionais e suas fronteiras passaram a não garantir acesso exclusivo a recursos, informações e conhecimentos críticos para as organizações modernas. Por sua vez, uma importante estratégia ao incremento destas ações se configura por meio das redes que criam malhas interdependentes e inter-relacionadas onde cada participante atua de modo incremental, edificando informações/inovações/ações com repercussão e reverberação ao longo de toda rede, buscando alcançar/balizar um objetivo comum. Entretanto, para que se exista uma coerência prática neste modo de pensar/agir, essa estrutura deve ser flexível

ao longo do tempo, permitindo respostas rápidas e personalizadas face aos problemas/oportunidades surgidos ao longo deste tempo/espço de atuação da organização. Desta forma, abrindo portas à captação de experiências acumuladas, incrementado a capacidade de adaptação às mudanças das necessidades da organização (ABRANTES e CASTRO, 2005).

Desta forma, compreendemos que esta é uma característica que pode ser associada ao pragmatismo dos novos movimentos sociais que se utilizam das redes (ou, redes de redes), para se comunicarem, aprenderem, mobilizarem recursos - humanos, financeiros, etc. -, resistirem e lutarem por seus ideais e objetivos concretos, de modo integrado e sinérgico em espaços e territórios físicos ou, mesmo: virtuais.

Assim sendo, pensando especificamente acerca dos movimentos sociais em termos de redes, podemos indicar que estes buscam caracterizarem-se e perceberem-se a partir das formas de articulação entre o local e o global, entre o particular e o universal, entre o uno e o diverso, nas interconexões das identidades dos atores com o pluralismo (SCHERER-WARREN, 1999, p. 27). Portanto, para esta autora é preciso compreender os movimentos sociais inseridos no contexto atual do Século XXI em que surgem e urgem cada vez mais movimentos de caráter transnacional e metanacional. Ainda segundo a autora Scherer-Warren (2007, p. 45), esses movimentos emergentes são a síntese articulatória de vários submovimentos identitários que se conectam por meio de redes e são o resultado de todo um processo complexo de aproximação e diálogo entre os sujeitos sociais e suas demandas e contestações relativas aos interesses e valores de cidadania vinculados a determinado grupo/segmentos social que conformam uma sociedade.

Nesse sentido, a ideia de redes de movimentos sociais pressupõe a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, aos quais definem os atores ou situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e adequadamente transformadas. Mais especificamente Scherer-Warren (2006, p. 113), indica que os movimentos sociais em rede:

Constituem-se em torno de uma identidade ou identificação, da definição de adversários ou opositores e de um projeto ou utopia, num contínuo processo em construção que resulta das interações das múltiplas articulações (...), significando um conceito de referencia que busca apreender o porvir ou o rumo das ações de movimento, transcendendo as experiências empíricas, concretas, datadas, localizadas dos sujeitos/atores coletivos.

Como resultado deste processo, se conformam as redes e, estas pressupõe a identificação de que o movimento social se organize em torno de uma identidade/identificação, da definição de adversários ou opositores e de um projeto/utopia, edificando e dando fluidez a múltiplas articulações que são viabilizadas por meio das redes dos próprios movimentos sociais. Por sua vez, na sociedade das redes os agentes/grupos sociais organizados percebem cada vez mais a necessidade de se articularem com outros grupos com a mesma identidade social ou política, a fim de ganhar visibilidade e corpo para que possam produzir algum impacto na esfera pública e obter suas conquistas em prol da cidadania. E, ao prosseguir deste modo, atribuem legitimidade as esferas de mediação (fóruns e redes) entre os movimentos e o Estado (SCHERER-WARREN, 2006).

Paralelamente, Scherer-Warren, (2011, p. 27), lembra/adverte que por serem multiformes, as redes possibilitam que sujeitos sociais diversificados se articulem na luta contra a opressão e a exclusão social, em diferentes dimensões. Por conseguinte, grupos historicamente subalternizados veem e se utilizam das articulações em rede como forma de transitar de uma condição de absoluta marginalização e discriminação para uma situação em que passam a ter seus direitos legitimados. Isso ocorre por que as redes aproximam e criam espaços dinâmicos (mediados ou não) de trocas materiais e simbólicas, de comunicação e debate entre as bases das ações coletivas, os agentes políticos e outras redes diversas.

Todavia, cabe destacar que mesmo que se pressuponha uma relação mais horizontalizada e democrática nos movimentos sociais em rede, estas/estes, como em qualquer forma de relação social - ou, movimento social -, estão sujeitos a ocorrência de conflitos e de exercício/assimetria de poderes, mas, em igual medida, de solidariedade, reciprocidade e compartilhamento. Deste modo, o que interessa é como se processa o equilíbrio entre as diferentes tendências, como se regulam as tensões, como interagem e superam as fragmentações dos próprios movimentos e, como desenvolvem práticas que levem o grupo à equação das diferenças em prol de um objetivo/cenário comum (SILVA, et. al., 2012).

Teoricamente/conceitualmente os grupos/ movimentos sociais que conformam as redes podem ser qualificados genericamente a partir da seguinte configuração, segundo (SCHERER-WARREN, 2006, p. 110-112): a) associativismo local; b) articulação e mobilização na esfera pública. Outras dimensões analíticas

relativas à edificação e atuação das redes estão implícitas em suas formas constitutivas. Scherer-Warren (2008, p. 511) especifica esses níveis em: I) organizativos; II) narrativo/doutrinal e III) social.

Frente a estes elementos, podemos compreender que as formas virtual e presencial de comunicação se complementam e permitem as redes de movimentos sociais desenvolverem seus processos mobilizatórios, de modo articulado, buscando visibilidade e impacto midiático para além de seu espaço de atuação local e, seu território específico (SILVA, et. al., 2012).

Por meio destas redes as comunidades subalternas no mundo globalizado não estão restritas apenas ao localismo, mas são constantemente atravessadas pelos valores e pelas relações com atores transnacionais e, as atravessam também, fazendo com que sua realidade vivida seja observada e experimentada. Fundindo-se ao amálgama dos conhecimentos e do cenário global. Desta forma, estão sujeitas a constantes processos de desterritorialização e re-territorialização, resignificando-se social e culturalmente em uma importante dinâmica que se retroalimenta das próprias relações que se dão intrinsecamente a este quadro, trazendo consigo novas oportunidades e, em igual medida, desafios para edificação de plataformas mais inclusivas de direitos humanos e para um civismo que não reduza esses povos/atores sociais a uma cidadania genérica e localista da modernidade. Para tanto, devem ser consideradas as redes como sendo um meio para que os movimentos sociais vinculados a estas comunidades subalternas estabeleçam um processo atualizado, com a inclusão de diferentes matizes identitárias e de valores autônomos frente a um contexto de formação pós-colonial (SCHERER-WARREN, 2011).

Assim sendo, prosseguem de modo híbrido, com a finalidade de que as culturas possam perder um pouco sua relação exclusiva com o território, todavia, ao mesmo passo que prosseguem ampliando qualitativamente e quantitativamente os ganhos com relação a sua capacidade de comunicação; captação e processamento de informações e, conhecimentos (CANCLINI, 2006, p. 348).

Desta feita, por meio das ações destas redes, os atores constroem e aplicam suas plataformas políticas e de significados simbólicos para as lutas, observando-se, por um lado, os direitos a diferença - dentro de determinados limites ideológicos e éticos - e, por outro, a unidade possível na ação - não necessariamente homogênea, mas certamente, complementar e solidária. Assim sendo, para que

estas redes se mantenham sustentáveis ao longo do tempo é imperativo que exista/persista um ativismo em prol dos objetivos desta, não necessariamente um ativismo revolucionário, mas um mais ajustado à realidade atual, voltado aos valores relativos da democracia (verdadeira), da solidariedade (efetiva) e da cooperação (concreta) - elementos que tanto prosseguem em risco contemporaneamente no cenário mundial. Portanto, este ativismo contemporâneo tem buscado protagonizar um conjunto de ações orientadas a defender e trazer em voga os argumentos e as demandas dos mais excluídos, mais discriminados, mais carentes e mais dominados. Portanto, esta nova configuração das militâncias prosseguem por este caminho em que o sujeito/ator está diretamente vinculado às ações em prol de si e, dos demais atores/sujeitos que compõem a rede - ou, as redes de redes.

Nesse sentido, as redes, por serem multiformes, aproximam atores sociais diversificados, dos níveis locais aos globais e, de diferentes matizes organizacionais. Assim sendo, para além das fronteiras, esta conjunção possibilita a construção e a manutenção de diálogos multidisciplinares e multidimensionais em que existem diversidades de interesses e valores, mas que, todavia, coabitam e coadunam uma mesma cosmologia de ideias, dando força e compartilhando experiências que podem ser tornar aplicáveis em novas realidades, maximizando o encontro e o confronto das reivindicações lutas referentes a diversos aspectos simbólicos e pragmáticos do exercício da cidadania, permitindo aos movimentos sociais em rede perpassarem da defesa singular de um único sujeito identitário à defesa de um sujeito plural e multifacetado, trazendo em voga uma perspectiva de transversalidade no que diz respeito às formas de luta e resistência dos grupos oprimidos. Essa transversalidade na demanda por direitos e cidadania implica o alargamento da concepção de direitos humanos - de fato - e, por conseguinte, a ampliação da base das mobilizações e das próprias redes de movimentos sociais, Portanto, são nesses espaços em que se edificam e se galvanizam o empoderamento político e simbólico das organizações que compõe as redes de movimentos sociais que se projetam para além das fronteiras nacionais e seguem permeando o cenário internacional (SCHERER-WARREN, 2006, p. 110-112).

Por sua vez, podemos considerar que este quadro configura uma universalidade contingente e, em constante processo de atualização, com a inclusão das diferenças identitárias e de valores no contexto de uma formação discursiva adequada, pode e deve ser atingida pelos movimentos sociais por meio de suas

redes de significados para uma cidadania inclusiva e plena. Todavia, precisamos destacar e ressaltar que estes avanços são lentos e reduzidos se os intelectuais e as lideranças políticas não apoiarem e acompanharem estas iniciativas por meio de políticas sociais efetivas, com ações afirmativas e reparadoras (SCHERER-WARREN, 2010).

Esses exercícios e articulações se tornam cada vez mais possíveis e viáveis, uma vez que há cada vez mais meios técnicos que os viabilizam, notadamente por meio da internet e suas redes sociais. Assim os encontros presenciais podem ser mais circunstanciais e espaçados, quando a comunicação cotidiana está garantida pelos meios virtuais dinâmicos (SCHERER-WARREN, 2006, p. 111).

Neste sentido, Acioli (2007) considera o uso das tecnologias, notadamente o núcleo de tecnologias da informação - redes de informações, redes de conexões, redes temáticas, redes inter-organizacionais, ou seja: grupos que se utilizam destas redes como meio de acesso e difusão de informações (comuns /ou estratégicas). Por conseguinte, a apropriação das novas tecnologias, como a internet e suas redes sociais adjacentes, por movimentos sociais em rede faz surgir uma nova forma de ativismo: o ciberativismo. As possibilidades surgidas deste fenômeno do ativismo digital são inúmeras. A partir da atuação de indivíduos/grupos em rede pelo internet, se torna possível ampliar e aprofundar reivindicações; difundir informações e discussões em busca de apoio para uma determinada causa; organizando e mobilizando elementos/sujeitos para ações on-line e off-line (de forma cada vez mais indissociável). Desta forma, (por enquanto) a internet tem se constituído com uma peça-chave para o novo ativismo, principalmente àquele desenvolvido por meio de redes (RIGITANO, 2003, p. 8). Destarte, esses movimentos, aos extrapolarem as fronteiras simbólicas e territoriais, vêm constituindo identificações múltiplas e dinâmicas que se configuram a partir de práticas discursivas e de ação política baseados em estruturas transfronteiriças e completamente desterritorializadas, de modo híbrido, disperso e, em rede.

Por sua vez, Stresser (2010, p. 2), nos indica que o ativismo digital trata-se de uma nova forma de ação política; uma maneira de fazer política por meio de suportes cibernéticos, buscando a veiculação de um ideal através de uma mídia de grande alcance, é o ativismo contemporâneo praticado em rede, utilizando-se da internet como meio para tal.

Este cenário corrobora de maneira decisiva às estratégias de empoderamento organizacional vinculado aos movimentos sociais, especialmente, àqueles estabelecidos em redes, uma vez que estes se vinculam aos tipos de práticas articulatórias que as relações e as dinâmicas da atuação das redes possibilitam, tais como: articular discursivamente as redes presenciais (organizações e movimentos territorializados), com as redes virtuais (facebook, twitter, e-mails, etc.), fato que permite potencializar a visibilidade de suas demandas, articular indivíduos e coletivos (simpatizantes e militantes, respectivamente), ampliando e aprofundando a base de apoio ao próprio movimento e seus objetivos, enredando complexamente, ao longo deste processo, elementos das esferas do local, nacional e do global. Possibilitando que as redes atuem de modo transnacional e metanacional, se fortalecendo mutuamente para que, dando visibilidade aos sujeitos invisíveis, estes possam negociar com seus Estados e, buscar dirimir as várias formas de opressão (SCHERER-WARREN, 2010).

Este ciberativismo pode ser compreendido como uma forma alternativa ao monopólio exercido pelos meios de comunicação de massa e ao controle do discurso ideológico imposto por determinados segmentos sociais que conduzem os meios de comunicação tradicionais. Desta feita, os ativistas e os movimentos sociais encontraram na Web 2.0 um instrumento democrático, potencialmente expansivo e rizomático, capaz de fomentar debates na rede, de temas passíveis de cerceamento/censura na mídia corporativa e de outros já abordados pelos meios de comunicação de massa tradicionais, contudo, sem os filtros ou vieses na informação apresentados. Deste modo, sendo multiplicada pela capacidade exponencial da interatividade, a comunicação pró-ativa e participativa estabelecida em redes passa a ser ressignificada na/para sociedade virtual/real contemporânea (DINIZ e CALEIRO, 2011).

Caracterizando uma forma inovadora em que se modulam as interações entre os movimentos sociais e seus objetivos, perpetrando uma nova onda de engajamento social - que se nota em várias partes do mundo -, que possui por atributo principal a desvinculação do espaço físico, sendo que as relações se estabelecem de modo direto e, por meio da mediação tecnológica. Esta conjuntura dá-se de modo efetivo, uma vez que adentramos em uma dimensão mais ampliada da era digital, em que novos estilos de comunicação e conexão estão se formando e se tornando cada vez mais utilizados mundo a fora (ainda de modo fragmentado),

mas, suficiente para que o exercício da comunicação via redes sociais de internet dê-se como estratégia sociopolítica pragmática, utilizada pelos atores sociais de gerações distintas, norteadas por um processo de informação (e, acesso a esta), diferenciados e aplicáveis em contextos diversificados, fundamentando um novo curso e um novo paradigma sócio-comunicacional e sociopolítico, expresso a partir das designações: comunicação em rede; mídias sociais e redes sociais (SILVA e PAIVA, 2013).

Por sua vez, as redes sociais da internet têm o poder de abrir caminhos para reivindicação de direitos, forjando comunidades de atividade ou interesse, distintas dos grupos conservadores de opinião da grande mídia/imprensa (ANTOUN, 2004). Uma vez que nesta modernidade líquida a que estamos sendo inseridos (BAUMAN, 2001), em que tudo parece ocorrer muito rápido, ainda existe a necessidade de integração e resistência, por parte dos cidadãos comuns, ao processo de organização e participação na esfera pública, seja esta física, orgânica, ou: informacional/digital (SILVA e PAIVA, 2013).

A rede permite o estabelecimento de relações inter-usuários que valorizam a participação de indivíduos no meio digital por meio da interatividade. Por meio dela, é possível produzir material a partir de perspectivas multidimensionais, fundamentando um poder coletivo, por meio de diálogos em torno de interesses comuns e ações cooperativas e democráticas. Mais especificamente, a multiplicação de emissores e receptores de informações produzidas/disponibilizadas em tempo real, fornece/fortalece aos movimentos sociais o caminho do engajamento para produção de uma nova sociedade. Dando uma nova dinâmica às ideologias hegemônicas e, mesmo, às contra-hegemônicas. Por conseguinte, esta nova configuração do espaço virtual, da internet e suas redes sociais, os movimentos sociais têm se reorganizado definitivamente em rede a fim de obter um alcance global aos seus objetivos e formas de mobilização, que incluem a transferência de dados como textos, imagens, sons, vídeos e a utilização de ferramentas que tornem viáveis uma maior divulgação e impacto de suas campanhas, tornando as mobilizações mais eficazes (DINIZ e CALEIRO, 2011).

Castells (2004, p. 170) indica neste sentido que a comunicação de valores e a mobilização em torno do sentido são fundamentais. Desta forma, os movimentos sociais (que possuem a prerrogativa de defender e propor modos próprios de vida e sentido), constroem-se em torno de sistema de comunicação - leia-se: internet e

redes sociais -, pois esta tem sido a principal via que estes movimentos têm encontrado para chegar àquelas pessoas que podem, eventualmente, partilhar de seus valores e, a partir deste ponto, atuar em função de uma sociedade mais justa em seu conjunto geral.

Contemplando o intenso fluxo de informações caracterizado pela onipresença e ubiquidade das mídias colaborativas, verificamos que a internet e suas redes sociais, se constituem como sendo um espaço-tempo adequado aos atores/movimentos sociais se organizarem, estruturarem-se e divulgarem seus objetivos em uma telerrealidade, possibilitadas por espaços e tempos integrados em rede eletrônica e associada às noções de desterritorialização, globalidade, distância, espaço planetário, desmaterialização, não presencialidade, televivência e tempo real. Tudo isso é muito recente e os seus desdobramentos e consequências sociais, econômicas, políticas e culturais ainda estão germinando nos substratos sociais contemporâneos e, seus caminhos (e/ou descaminhos), vão depender da maneira que estas ferramentas serão utilizadas pelos seus usuários ao longo do tempo. Fatos que trazem consigo muitas possibilidades positivas, mas, em igual medida, desafios intensos (SILVA e PAIVA, 2013).

Assim sendo, a internet tem oferecido as melhores condições para que se edifique um processo reflexivo para que a recepção das mensagens ocorra de modo distinto daqueles apresentados pelas mídias tradicionais. Uma vez que se trata de um dispositivo na qual as interações podem tomar diferentes formas, com baixas barreiras de entrada e acesso, permitindo assim que a contrainformação, tão cara e necessária aos movimentos sociais - em função de coberturas tendenciosas e não reflexivas dos canais tradicionais de mídia -, se desenvolva e alcance espaços e indivíduos a custos mais baixos do que por meio de inserções em meios tradicionais de informação/comunicação. Nesse sentido, os movimentos sociais em rede, encontram na internet um meio capaz de fornecer as condições necessárias para a criação de canais informativos e comunicativos alternativos. Estes espaços eletrônicos/digitais são fundamentais para que os atores da sociedade civil possam interagir por meio da troca de informações e percepções sobre determinada questão. Por conseguinte, estes movimentos se utilizam da internet para trazer a esfera pública questões silenciadas/negligenciadas pelo *mainstream*, oferecendo espaço para que estas questões sejam tematizadas, articuladas e publicizadas, tornando possível a inclusão destes temas na agenda da sociedade civil - local e

global - e do Estado, retirando-os da “inexistência” (TAVARES e PAULA, 2013; PEREIRA, 2011).

Paralelamente a narrativa estabelecida nas últimas laudas, é importante indicarmos uma solene ressalva de ordem estritamente geográfica, fundamentada nos argumentos de Haesbaert (2003), uma vez que ao discutirmos a fluidez das redes e suas potencialidades para alcançar esferas transnacionais e metanacionais, inclusive, apropriando-se da dinâmica - tempo/espaço - da internet. Esta situação remete a desterritorialização como anulação das distâncias e como desmaterialização das relações sociais, pois a mobilidade crescente que rompe a fixidez que tradicionalmente era uma das marcas da territorialidade. Desta forma, o autor indica esta nova condição como sendo reticular/de redes, mais móvel e flexível, como se o próprio território não pudesse incorporar o movimento como constituinte central na formação de “território-rede em que os próprios processos de identificação podem se dar no/com movimento. Por conseguinte, ao invés de desterritorialização em termos de destruição de territórios bem delimitados e mutuamente excludentes, como na velha ordem estatal-wetfaliana, agora, versamos e pensamos acerca de uma territorialidade plural globalizada, onde se observa uma des-ordem territorial por meio de diversas lógicas de apropriação/aplicação/uso, desde as territorialidades de natureza política, mais abertas e menos excludentes, até àquelas mais marcadas por vínculos culturais e territorialismos inovadores em que as fronteiras nacionais são menos importantes que em outros aspectos.

Considerações finais

Contudo, é preciso notar que, por essência filosófica, a internet é limitada e, ela não faz o “movimento” só com cliques e trocas de mensagens. Depois de devidamente estruturada e, tendo seus atores mobilizados por meio das redes, é preciso trazer/levar a ação ao mundo real/presencial, agir organicamente nas ruas, rompendo fronteiras físicas e simbólicas, exercitando uma modalidade de comunicação face a face, lutando de verdade - com suor, lágrimas e sangue, com vitórias e derrotas.

Por fim, é pertinente encerrar este texto indicando que defender que direitos universais consolidados se estendam aos amplos segmentos de subcidadãos e, que germinem ainda novos direitos que atendam às demandas por igualdade e reconhecimento das diferenças. Portanto, esta dinâmica exige um modo de se

relacionar, que para além da escuta recíproca, exija solidariedade e horizontalidade nos compartilhamentos. Deste modo, mesmo em meio a um cenário tão árduo, opaco e obscuro, no que diz respeito aos caminhos que as sociedades vêm seguindo, é preciso (querer) enxergar os passos que são dados em direção à luz, de maneira autônoma e propositiva e, a atuação transnacional e metanacional dos movimentos sociais em rede podem ser um caminho de resistência e luta e, em igual medida, uma trilha viável à edificação de um cenário social, político e econômico mais equilibrado a todos e, não apenas a grupos específicos.

Referências

- ABRANTES, A. C.; CASTRO, R. P. **Nova economia:** o desafio de gerir conhecimento. Porto: Universidade do Porto, 2005.
- ACIOLI, S. Redes sociais e teoria social: revendo os fundamentos do conceito. **Rev. Inf. Inf.** v. 12. 2007.
- ANTOUN, H. **Web 2.0:** participação e vigilância na era da comunicação distribuída. Rio de Janeiro: Maud, 2008.
- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2001.
- CANCLINI, N. G. **Cultura híbrida.** São Paulo: Edusp, 2013.
- CASTELLS, M. **A galáxia internet:** reflexões sobre internet, negócios e sociedade. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
- COELHO NETO, A. S. Redes e territórios. **Rev. Mercator.** v. 12. n. 28. 2013.
- DINIZ, I. G. F.; CALEIRO, M. Web 2.0 e ciberativismo: o poder das redes na difusão de movimentos sociais. **Rev. Cambiassu.** n. 8. 2011.
- HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Rev. Boletim Gaúcho de Geografia.** n. 29. 2003.
- MUSSO, P. A filosofia da rede. In: PARENTE, A. **Tramas da rede:** novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2004.
- PEDON, N. R. **Geografia e movimentos sociais:** dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial. São Paulo: Ed. UNESP, 2013.
- _____. **Movimentos socioterritoriais:** uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica. (Tese de Doutorado em Geografia) - UNESP, Presidente Prudente, 2009.
- RIGITANO, M. E. C. Redes e ciberativismo: notas para uma análise do centro de mídia independente. **BOCC.** 2005.

SANTOS, J. O desafio Metanacional. In.: TANURE, B.; DUARTE, R. G. **Gestão internacional**. São Paulo: Saraiva, 2006.

SCHERER-WARREN, I. Redes e movimentos sociais: projetando o futuro. **Revista Brasileira de Sociologia**. v. 01. n. 01. 2013.

_____. Para uma abordagem pós-colonial e emancipatória dos movimentos sociais. In. SCHERER-WARREN, I.; LÜCHMANN, L. H. **Movimentos sociais e participação**: abordagens e experiências no Brasil e na América Latina. Florianópolis: Ed. UFSC, 2011.

_____. Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória? **Caderno CRH**. n. 54. 2008.

_____. Redes sociais: trajetórias e fronteiras. In. SILVEIRA, R. L. L.; DIAS, L. C. **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2007.

_____. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Rev. Sociedade e Estado**. n. 1. 2006.

_____. **Metodologia de redes no estudo de ações coletivas e movimentos sociais**. São Paulo: Hucitec, 1999.

SILVA, M. L. C.; GOMIDE, C. M.; WANDERLEY, M. B.; PAZ, R. D. O.; DINIZ, T. M. R. G. Movimentos sociais e redes: reflexões a partir do pensamento de Ilse Scherer-Warren. **Rev. Serv. Soc. Soc.** n. 109. 2012.

SILVA, I. D. F.; PAIVA, C. C. Ciberativismo e democracia nas redes sociais: um espaço de reivindicações e direitos. In.: XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, Mossoró, **ANAIS...** Mossoró, 2013.

STRESSER, R. **Ciberaivismo**: a política 2.0. (Dissertação: Mídias digitais). Universidade Estácio de Sá. Rio de Janeiro, 2010.

TAVARES, W.; PAULA, A. P. P. Movimentos sociais em redes sociais virtuais: possibilidades de organizações de ações coletivas e ativistas no ciberespaço. In.: XXXVII Enanpad, Rio de Janeiro, **ANAIS...** Rio de Janeiro, 2013.

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E A ASSISTÊNCIA JURÍDICA A ESTRANGEIROS EM CORUMBÁ

La Defensoria Pública del Estado de Mato Grosso del Sur y la Asistencia Jurídica a Extranjeros en Corumbá

Camila Maués dos Santos FLAUSINO*

Carlos MARTINS JUNIOR**

Resumo: O artigo elabora breve digressão histórica a respeito da assistência jurídica gratuita a nível nacional e da Defensoria Pública, aborda, de forma centralizada, a atuação da Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul, em Corumbá, município eminentemente fronteiriço, na prestação desse serviço em favor de estrangeiros, bem como as dificuldades dessa prestação em favor desse grupo socialmente vulnerável. Para tanto, com objetivos descritivos-explicativos, valeu-se de entrevista e coleta e análise de dados quantitativos e qualitativos levantados da instituição, bem como pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Assistência Jurídica Gratuita, Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul, Estrangeiro, Atuação.

Resumen: El artículo elabora una breve gira histórica acerca de la asistencia jurídica gratuita a nivel nacional y de la Defensoria Pública, aborda, de forma centralizada, la actuación de la Defensoría Pública de Mato Grosso del Sur, en Corumbá, municipio eminentemente fronterizo, en la prestación de ese servicio en favor de extranjeros, así como las dificultades de esa prestación en favor de ese grupo socialmente vulnerable. Para ello, con objetivos descriptivos-explicativos, se valió de entrevista y recolección y análisis de datos cuantitativos y cualitativos levantados de la institución, así como investigación bibliográfica.

Palabras-clave: Asistencia Jurídica Gratuita, Defensoría Pública de Mato Grosso del Sur, Extranjero, Actuación.

Introdução

A Defensoria Pública, instituição essencial à função jurisdicional do Estado, consiste em um braço democrático do Estado de Direito, imprescindível à concretização da igualdade entre todos os indivíduos nacionais ou estrangeiros, no tocante ao acesso à Justiça. Através dessa instituição, a isonomia deixa de ser uma

* Mestranda em Estudos Fronteiriços pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (Campus Pantanal). Email: camila.defensoria.ms@gmail.com.

** Doutor em História, Professor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Câmpus de Aquidauana, docente do Programa em Estudos Fronteiriços (UFMS – Câmpus do Pantanal). E-mail carlos.martins@ufms.br.

utopia estampada na letra fria da lei e passa a ser uma realidade na vida de quem se vê alijado dos portões do fórum pela marginalização.

É missão institucional da Defensoria Pública, salvaguardar os direitos e os interesses de grupos socialmente vulneráveis. Sendo expressão e instrumento do regime democrático, não deve se furtar de demandas socioeconômicas postas por conjunturas opressoras, cujas mazelas recaem sobre segmentos sociais sem ou com baixa representatividade.

Nesse panorama, a Defensoria Pública desponta como sentinela dos direitos e interesses de hipossuficientes, ao desempenhar o seu papel constitucional de prestar assistência jurídica integral e gratuita a necessitados. Dentre eles, destacam-se aqui os estrangeiros, indivíduos que, por sua “ambiguidade espacial”, consistem-se em “receptáculo dos estereótipos discriminantes que terminam por qualificá-lo como ‘contagioso por definição’” (SANTORO, 2014).

Fugiria da sina da Defensoria Pública se esta “fechasse os olhos” para o estrangeiro, principalmente aquele que transita pela fronteira, espaço de constante contato e atrito entre o “de dentro” e o “de fora” e que potencializa o estado de vulnerabilidade do imigrante. A Defensoria Pública, instituição matizada e multiperformática, tem a função de conduzir o estrangeiro à dignificação pela condição humana que ostenta, posto que é de sua incumbência a promoção incondicional dos direitos humanos.

Assim sendo, busca-se adiante contextualizar a assistência jurídica gratuita, serviço público prestado por determinação legal com exclusividade pela Defensoria Pública (art. 4º, §5º, da Lei Complementar Federal nº 80/94), analisar os matizes da Defensoria Pública nas três esferas federativas, e, por fim, ponderar a respeito da atuação da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, em Corumbá, na defesa de estrangeiros em trânsito ou residentes na região de fronteira.

O artigo tem por escopo analisar a atuação da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, em Corumbá, em favor de estrangeiros, as condições e as circunstâncias de atendimento à luz dos objetivos institucionais, bem como apontar as dificuldades do desempenho defensorial no contexto fronteiriço sob a perspectiva do estrangeiro.

Metodologia

A pesquisa vale-se do método empírico-indutivo, oportunidade em que foram realizadas observações na sede da Defensoria Pública Estadual de Corumbá e aplicada entrevista com servidora cedida à instituição, responsável pelo primeiro atendimento ao público. Além disso, abordou-se material bibliográfico relacionado à assistência jurídica gratuita, à Defensoria Pública, ao estrangeiro, alvo da atuação defensorial, e à fronteira em que localizado o município de Corumbá. Trata-se de pesquisa teórica e empírica, quanto ao gênero. Quanto aos procedimentos técnicos, valeu-se da pesquisa bibliográfica, experimental, documental e pesquisa-ação. No que toca aos objetivos da pesquisa, estes são descritivos e explicativos, tendo se valido de entrevista e coleta e análise de dados quantitativos e qualitativos levantados da instituição.

Resultados

Como sinalizou Gonçalves (2008):

É postulado de índole constitucional que todos devem ter pleno acesso ao Judiciário para reclamar tutela preventiva ou reparatória de direito individual, coletivo ou difuso. Ter direito (abstrato e potestativo) de ação, por sua vez, significa poder deduzir pretensão em juízo e, também, a possibilidade de, em face dela, se defender. A facilitação do acesso do economicamente hipossuficiente ao Judiciário, mediante a concessão de assistência jurídica, constitui, nesse passo, manifestação da universalidade do direito de ação.

De fato, dar com uma mão, a todos os cidadãos que necessitem obter tutela jurisdicional para prevenir ou sanar lesões a direitos e interesses, e, com a outra, garantir que essa busca pela jurisdição concretize-se, sobretudo, em favor dos “descamisados”, dos desprovidos de recursos financeiros que os amparem do início ao fim de uma disputa judicial, nada mais significa, em última instância, a consagração em solo pátrio da isonomia, ao menos no plano metafísico, fixada sob o valor absoluto da dignidade humana.

Dentre vários antecedentes históricos que se portam à concepção da assistência judiciária no mundo e no Brasil, optamos, em razão do reduzido espaço e das específicas finalidades deste trabalho, por apresentar um recorte conciso, determinado pelo advento da primeira predição engendrada no país através de norma constitucional sobre a assistência judiciária.

Capelleti e Garth (1988, p. 31) expõem que a assistência jurídica gratuita, como meio de transposição da pobreza enquanto barreira de acesso à justiça,

remonta à “primeira onda” de um novo movimento adotado por países ocidentais, a partir de 1965.

Em solo brasileiro, a Constituição de 1934 foi pioneira ao prever, em seu artigo 113, item 32, a assistência judiciária, dispositivo este inserido no título referente à Declaração de Direitos e no capítulo alusivo aos Direitos e Garantias Fundamentais. O referido preceito dispunha que “A União e os Estados concederão aos necessitados assistência judiciária, criando, para esse efeito, órgãos especiais assegurando a isenção de emolumentos, custas, taxas e selos”.

Nesse contexto, o constituinte de 1934 predefiniu a necessidade de órgãos (frações operacionais da Administração Pública da União e dos Estados) destinados a prestar, gratuitamente a necessitados, o serviço público de assistência judiciária. Desde o limiar da regulamentação do serviço de assistência jurídica em sede constitucional¹³, os Municípios não têm competência para desenvolver essa atividade.

Entretanto, apesar da previsão constitucional da assistência judiciária ter se dado apenas com a Carta de 1934, já em 1897, na vigência da República Velha, o Estado do Rio de Janeiro (antigo Distrito Federal) institucionalizou o serviço de maneira embrionária, por meio do Decreto Federal nº 2.457, de 08/02/1897.

A criação da OAB, em 1930, através do Decreto nº 19.408, de 18 de novembro daquele ano, também conferiu ares de institucionalidade ao serviço de assistência judiciária. O Capítulo V, do Título II, do primeiro Regulamento da OAB, instituído pela Lei nº 4.215/63, era destinado à Assistência Jurídica, serviço atribuído aos advogados em seus ministérios privados, paralelamente ao mesmo serviço desenvolvido por órgãos mantidos pelo Estado em favor dos necessitados.

Sobre a atuação do advogado prestador do serviço de assistência judiciária, assim se manifestou Messitte (p. 135, 1967):

Assim, o patrocínio gratuito deixou de ser uma recomendação branda ao advogado, tornando-se uma obrigação firme a ser cumprida sob pena de multa. Além disso, o fortalecimento da classe advocatícia perante o resto do país garantia a propagação de qualquer idéia que fôsse considerada pela classe. A Assistência Judiciária logo se tornou uma dessas idéias (...). Dessa maneira, a assistência judiciária juntou-se à onda crescente de inquietação sobre os direitos individuais que caracterizava a época dos 30.

¹³ Vale mencionar que, atualmente, o termo assistência judiciária foi abandonado em celeiros reducionistas, pois implica tão somente a atuação em sede judiciária.

Deságua essa lógica no corpo da Constituição de 1934, ao prever, em seu art. 113, item 32, a assistência judiciária como um dos direitos fundamentais atinente ao patrimônio jurídico do cidadão carente, como acima mencionado.

A réplica desse dispositivo, arvorado a direito humano devidamente positivado em terreno constitucional, não seria mais prescindido pelas constituições vindouras, tornando-se, posteriormente, parte do núcleo duro da Constituição Federal de 1988¹⁴. Em arguta observação talhada por Messitte, a elevação do direito à assistência jurídica a verdadeiro princípio constitucional teve o condão de torná-lo indelével, ao ser projetado nas constituições posteriores, apesar da derrocada da Constituição de 1934 e do silêncio da autoritária Carta de 1937 sobre o assunto (MESSITTE, 1967, p. 136).

Com efeito, o artigo 113, item 32, da Constituição de 1934 previu a criação de órgãos especiais destinados à prestação do serviço de assistência judiciária em favor de necessitados. Por sua vez, se por um lado a Carta de 1937 omitiu-se ao não dispor o direito em comento, por outro lado não vedou que os entes federativos se dedicassem à sua concretização. A Constituição de 1946, ainda que não determinasse a criação de órgãos especiais para desempenharem esse mister, resgatou, em seu art. 141, §35, o direito à prestação daquele serviço: “O Poder Público, na forma que a lei estabelecer, concederá assistência judiciária aos necessitados”. Já a Constituição de 1967 definiu, no art. 150, §32, que “Será concedida assistência Judiciária aos necessitados, na forma da lei”, texto este replicado fidedignamente pelo art. 153, §32, da Emenda Constitucional nº 1/69.

Nesse cenário, a obstinação dos entes federativos de um modo geral e, sobretudo, da União em não criar órgãos estatais específicos para a prestação de assistência jurídica aos necessitados, desfalcou o direito a esse serviço, conquanto previsto consolidadamente na maioria das constituições federais.

A atuação da OAB, ao impor a seus causídicos o dever profissional de atender à população carente de recursos financeiros para suportar o ingresso e a permanência nos tribunais, não supriu o anseio por oferta de profissionais capacitados que se dedicassem com exclusividade à assistência jurídica dos pobres,

¹⁴ A Constituição Federal de 1988 dispõe, em seu art. 60, §4º, inciso IV, que “Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir: IV - os direitos e garantias individuais”.

presentes de maneira constante em uma sociedade marcadamente desigual como a nossa.

Apesar da iniciativa do Estado de São Paulo, que, em 1935¹⁵, tornou-se vanguardista ao criar o serviço estatizado e institucionalizado de assistência judiciária aos desvalidos, em que advogados pagos pelo próprio governo atuavam para esse fim no âmbito da assistência social, modelo este copiado posteriormente pelo Rio Grande do Sul e Minas Gerais, a maior parcela dos Estados quedava-se inerte prevaricando, ao abandonar o projeto democrático de criação de órgãos especiais para a prestação do serviço.

Obviamente que, por não tratar essa inércia deliberada de uma unanimidade entre os entes federativos, alguns Estados precipitaram-se nesse interregno e, à míngua de obrigatoriedade de implementação de órgãos exclusivos à prestação de assistência judiciária gratuita no corpo constitucional, assim o fizeram. Citam-se, nesse diapasão, as três Defensorias Públicas mais antigas do Brasil, que despontam em período anterior à Constituição Federal de 1988, são elas: a do Estado do Rio de Janeiro, que, em 1954, instituiu sua Defensoria Pública; a de Minas Gerais, organizada e estruturada através dos Decretos nº 21.453, de 11/08/1981, e nº 21.748, de 30/11/1981; e a do já então Estado de Mato Grosso do Sul, criada pela Lei Estadual nº 343/1982, e organizada e implementada pela Lei Complementar Estadual nº 51/1990¹⁶.

Com efeito, a obrigatoriedade da implantação de uma instituição estatal destinada à prestação de assistência jurídica aos necessitados somente sobreveio após a Constituição Federal de 1988. Apesar de a Lei Federal nº 1.060/50 ter compilado em texto único os diversos regramentos grassados na legislação sobre assistência judiciária, sendo famigerada a confusão que fez entre assistência judiciária e justiça gratuita, ainda não havia uma imposição dirigida à União, aos Estados e ao Distrito Federal respeitante à criação e organização de uma instituição

¹⁵ Não se desconhece que, através do Decreto nº 2.457, de 08/02/1897, foi criado o primeiro serviço público de assistência judiciária na cidade do Rio de Janeiro, pertencente ao então Distrito Federal, porém sem caráter institucionalizado e restrita tão somente àquela cidade.

¹⁶ Através da Lei nº 2.315, de 15 de março de 1966, O Estado da Bahia criou o cargo de “Defensor Público”, órgão auxiliar do Ministério Público Estadual (art. 3º, inciso I). Porém, esses exóticos “Defensores Públicos”, exclusivos da militância criminal na Capital baiana, eram de livre nomeação do Procurador Geral de Justiça e não se integravam na carreira do Ministério Público.

específica voltada ao serviço de conferir aos necessitados auxílio técnico-jurídico em âmbito judicial e extrajudicial.

Somente com a Constituição de 1988, alcunhada de Constituição Cidadã, emergiu o mandamento de criação da Defensoria Pública nos âmbitos federal, estadual e distrital, conforme o art. 134 daquele diploma.

A Lei Complementar Federal nº 80/94, alterada posteriormente pela Lei Complementar nº 132/2009, definiu a Defensoria como uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita. Fincadas na Constituição Federal de 1988 e reverberadas na citada lei, a Defensoria Pública possui como princípios a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional, além de estarem garantidos a seus membros a inamovibilidade, a irredutibilidade do subsídio auferido nos termos do art. 39, inciso IV, da Carta Magna e a estabilidade. O art. 4º, §5º, da Lei Complementar Federal nº 80/94, é claro ao conferir à Defensoria Pública com exclusividade a assistência jurídica integral e gratuita custeada ou fornecida pelo Estado.

Crucial a inclusão do art. 3º-A na lei orgânica pela Lei Complementar nº 132/2009 ao elencar os objetivos, as metas institucionais da Defensoria Pública, a saber: a primazia da dignidade da pessoa humana e a redução das desigualdades sociais, a afirmação do Estado Democrático de Direito, a prevalência e efetividade dos direitos humanos e a garantia dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório.

Por ora, destacam-se duas das funções institucionais da Defensoria Pública, pertinentes ao que será discorrido adiante. A primeira consta do inciso I, do art. 4º, da Lei Complementar Federal nº 80/94, consistente na prestação de orientação jurídica e o exercício da defesa dos necessitados, em todos os graus. A segunda apoia-se no mesmo artigo, porém no inciso XI, que incumbe à instituição exercer a defesa dos interesses individuais e coletivos da criança e do adolescente, do idoso, da pessoa portadora de necessidades especiais, da mulher vítima de violência doméstica e familiar e de outros grupos sociais vulneráveis que mereçam proteção especial do Estado.

No nosso sentir, pelas razões que exporemos, os imigrantes estão categorizados nesse nicho de grupos sociais vulneráveis e se subsumem na condição de socialmente vulneráveis, necessitados do ponto de vista organizacional (socialmente vulneráveis) e destinatários, portanto, dos serviços da Defensoria Pública (GRINOVER, 2008).

Segundo a Organização Internacional para as Migrações (OIM), da Organização das Nações Unidas (ONU), o termo “estrangeiro”, considerado como o não nacional, comporta uma série de subcategorias de perfis distintos, incluindo o apátrida, o exilado, o refugiado e o trabalhador migrante.

A taxonomia de estrangeiros (ou seja, não nacionais) não será trabalhada detidamente nesse artigo, em razão do reduzido espaço e da objetividade que dele se espera, porém um recorte se faz necessário dentro do leque de variedades categoriais, com o fito de delimitarmos o campo de observação, otimizando, dessa forma, a exposição. Passar-se-á a analisar os perfis de estrangeiros adotados conforme o ânimo do estrangeiro pela recentíssima Lei de Migração (Lei Federal nº 13.445/2017), sancionada em 24/05/2017, em fase de *vacatio legis*¹⁷, destacando-se, para os fins aqui propostos, a figura do *imigrante* (art. 1º, §1º, inciso II), do *residente fronteiriço* (art. 1º, §1º, inciso IV), do *visitante* (art. 1º, §1º, inciso V) e do apátrida (art. 1º, §1º, inciso VI).

Diversos fatores impulsionam e impingem determinadas pessoas a sair de seu Estado de origem e adentrar outro, sabendo estas que enfrentarão dificuldades de assimilação cultural, axiológica, linguística etc. quando de seu ingresso. Ainda assim, esses fatores que alavancam a e/imigração não serão objeto de análise nesse ensaio pelas razões acima expostas. Pelos mesmos motivos, bem como pela complexidade e abrangência da temática, trataremos a política migratória abraçada pelo Brasil apenas circunstancialmente, na medida do necessário para a desenvoltura das reflexões. Doravante, procura-se restringir as considerações à realidade vivida por imigrantes, residentes fronteiriços e visitantes em Corumbá que

¹⁷ Trata-se do período compreendido entre a data da publicação de uma lei e o efetivo início de sua vigência. A *vacatio legis*, ou vacância da lei, é estabelecida pelo legislador para que haja melhor divulgação e conhecimento do conteúdo de lei nova por parte dos seus destinatários, a depender da complexidade e da relevância da norma. No silêncio da lei, a *vacatio legis* dá-se em quarenta e cinco dias após a sua publicação oficial (art. 1º, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942. Enquanto não entrar em vigor a lei nova, durante a vacância, continua vigorando a lei antiga.

buscam pelo serviço de assistência jurídica integral e gratuita da Defensoria Pública Estadual nesse município.

Feitos esses alertas iniciais, passam-se às considerações que efetivamente tangenciam o mérito do presente trabalho.

O estrangeiro, visto como “o outro”, o alienígena que carrega sobre si estereótipos positivos (sinônimo de progresso, purismo/superioridade racial) ou negativos (tendência para a criminalidade, subtração de acesso a certos serviços públicos, desemprego, subemprego, marginalização etc.), é tratado pelo Estado brasileiro como portador de alguns direitos e garantias fundamentais a princípio atribuídos isonomicamente aos nacionais, natos ou naturalizados.

Como ponto de arranque, a Constituição Federal de 1988, já no *caput* do art. 5º, alude à figura do estrangeiro, balizando-o à situação jurídica inerente à do nacional em matéria de direitos fundamentais, destarte equiparando o estatuto jurídico de ambos, em conformidade com a tendência hodierna baseada na universalidade dos direitos humanos (PORTELA, 2014, p. 319). Como destacou Portela:

[...] esse novo paradigma no tratamento do estrangeiro não implicou na eliminação de todas as normas que o tratam de maneira peculiar, impondo-lhe exigências não demandadas aos nacionais, fato que pode se relacionar com o longo período da história da humanidade em que as relações internacionais não tinham na cooperação entre os povos um de seus traços marcantes, e em que o estrangeiro era visto com desconfiança e como risco à própria segurança e sobrevivência do Estado.

Nesse contexto, a política migratória adotada pelo Brasil, seguindo tendências internacionais, vem se tornando cada vez mais contundente, opressora e promotora de discriminação por parte da sociedade receptora, apesar de formalmente apresentar-se como país dedicado à efetivação da universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos; ao repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação; a não criminalização da migração; à não discriminação em razão dos critérios ou dos procedimentos pelos quais a pessoa foi admitida em território nacional; à promoção de entrada regular e de regularização documental; à acolhida humanitária; à igualdade de tratamento e de oportunidade ao migrante e a seus familiares; à inclusão social, laboral e produtiva do migrante por meio de políticas públicas; ao acesso igualitário e livre do migrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, *assistência jurídica integral pública*, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social; à

integração e desenvolvimento das regiões de fronteira e articulação de políticas públicas regionais capazes de garantir efetividade aos direitos do residente fronteiriço, dentre outros propósitos listados no art. 2º, da citada lei.

O estrangeiro no Brasil, sobretudo originário de países em desenvolvimento, como a Bolívia, é traçado de forma caricata, como passivos de um violento processo de exclusão social, relegados à condição de permanentemente vigiados, policiados e marginalizados.

Ficamos com a definição de estereótipo lançada por Emílio Santoro como ponto de arranque para analisarmos a situação de vulnerabilidade do estrangeiro, após o autor advertir que estereótipos e preconceitos “são instrumentos cognitivos que orientam o nosso comportamento frente aos outros, dando-nos uma primeira ideia de como nos colocar em relações com indivíduos desconhecidos (...)” (SANTORO, 2014). A partir dessa definição, Santoro (2014) conclui que “os estereótipos prejudiciais são, em primeiro lugar, instrumentos de exclusão social” e que “ainda que seja uma dimensão importante da ideia de exclusão social, a pobreza não coincide com este, e tampouco a define [...]”, por se tratar [a exclusão social] de um processo complexo, multifatorial.

E assim, da apreciação perfunctória e negativamente preconceituosa da figura do estrangeiro pelos autóctones (lexicamente remetido à ideia de estranheza) recém-mergulhado em um contexto sociopolítico-econômico díspar, à estereotipização prejudicial, à depreciação da sua imagem e individualidade enquanto e devido à sua condição humana, um salto as separa.

A qualidade de fronteiriço, brasileiro ou boliviano, por si só, já carrega sobre si máculas e atrai intolerâncias de toda sorte, ao ser “acusado de transgressor das ordens legais, designado como habitante do fim do mundo”, como salientado por Oliveira (2011, p. 65). Por outro lado, o boliviano atrai a incidência de um duplo olhar estereotipante, o de ser fronteiriço e, paralelamente, o de ser não-nacional oriundo de país emergente, cujo IDH e outros coeficientes sociais e econômicos são tão ou mais rasteiros que os do Brasil.

Trata-se de um contexto de Corumbá, que, a princípio, não difere de outras localidades em que o contexto de segregação e marginalização é semelhante, e as estereotipações negativas uma constante.

Nesse contexto de exclusão social capitalizada por estereótipos e preconceitos daninhos, emerge a relevância da Defensoria Pública como instituição

promotora dos direitos humanos e de sentinela dos interesses e direitos de grupos socialmente vulneráveis, tal como o de estrangeiros, vítimas das mais variadas sonegações de direitos fundamentais e sociais. Como acima sinalizado, inserem-se no público-alvo da Defensoria Pública, independentemente da situação econômico-financeira, quando e enquanto estiver sob a mira da política migratória, por se tratar de necessitados organizacionais, o imigrante, o residente fronteiriço, o visitante e o apátrida.

Segundo interpretação autêntica estabelecida na recente Lei de Migração, o imigrante é pessoa nacional de outro país ou apátrida que trabalha ou reside e se estabelece temporária ou definitivamente no Brasil; o residente fronteiriço de pessoa nacional de país limítrofe ou apátrida, que conserva a sua residência habitual em município fronteiriço de país vizinho; o visitante de pessoa nacional de outro país ou apátrida que vem ao Brasil para estadas de curta duração, sem pretensão de se estabelecer temporária ou definitivamente no território nacional; por fim, o apátrida: pessoa que não seja considerada como nacional por nenhum Estado, segundo a sua legislação, nos termos da Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas, de 1954, promulgada pelo Decreto nº 4.246, de 22 de maio de 2002, ou assim reconhecida pelo Estado brasileiro.

Tais perfis são potencialmente atraídos para o centro de gravidade da atuação da Defensoria Pública por se tratar de necessitados organizacionais – daí se prescindir, a nosso ver, de investigação socioeconômica quando e enquanto sob a mira de política migratória que os vulnerabilize. Porém, a avaliação socioeconômica não é prescindível em se tratando de demandas individualizadas, como nas áreas de família, criminal, empresarial, trabalhista etc., que não dizem respeito diretamente ao estrangeirismo.

O campo explorado limita-se ao município de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul, cidade que carrega em si toda a complexidade e a vivacidade inerente ao espaço fronteiriço. No tempo, balizamos a exploração no período compreendido entre novembro de 2016 e maio de 2017.

Isso demonstra que o recorte do estudo sobre a assistência jurídica gratuita em Corumbá, prestada ao estrangeiro, está sujeita à maleabilidade conferida por conjunturas inseridas na variação tempo-espço. As peculiaridades do serviço prestado em Corumbá matizam a atuação da Defensoria Pública na localidade, que

se molda a demandas específicas dentro do contexto fronteiriço ímpar que a circunscreve.

A Defensoria Pública da União, nos termos do art. 14, “caput”, da Lei Complementar Federal nº 80/94, deve atuar nos Estados, no Distrito Federal e nos Territórios, junto à Justiça Federal, do Trabalho, Eleitoral, Militar, aos Tribunais Superiores e às instâncias administrativas da União. A Defensoria Pública do Estado, conforme reza o art. 106 da citada lei, prestará assistência jurídica aos necessitados, em todos os graus de jurisdição e instâncias administrativas do respectivo Estado.

Apesar de a Justiça Federal e a Justiça do Trabalho estarem instaladas e ativas em Corumbá, o município não conta atualmente com a atuação de Defensores Públicos Federais. Hoje, somente Campo Grande e Dourados são agraciados pelos serviços da Defensoria Pública da União. O Ministério Público Federal chegou a ajuizar a Ação Civil Pública nº 0000308-90.2013.403.6004/MS, pleiteando a condenação da União a fornecer assistência jurídica gratuita através da Defensoria Pública da União na cidade de Corumbá, tendo obtido vitória na primeira instância através de liminar, posteriormente reformada pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região através do provimento ao Agravo de Instrumento nº 0017474-08.2013.4.03.0000/MS.

Com efeito, a ausência da Defensoria Pública da União em Corumbá solapa o direito fundamental à assistência jurídica gratuita a todos os necessitados da região e torna precária a defesa, em todos os graus de jurisdição, desses indivíduos que possuem demandas nas áreas penal, previdenciária, trabalhista e cível afetas à competência da Justiça Federal e Trabalhista (p. ex. naturalização, regularização e documentação de migrantes indocumentados, alimentos internacionais, subtração de crianças ou adolescentes ao exterior etc.).

Já a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul (DPE/MS) tem atuação constante e consolidada no município há anos perante a Justiça Estadual e a Administração Pública das esferas estadual e municipal. Apesar de sua compressora demanda, a sede local conta com espaço físico bastante limitado e carente de acessibilidade, constatando-se inclusive diversas barreiras arquitetônicas que dificultam o trânsito interno de pessoas com mobilidade reduzida. Sua localização no centro da cidade dificulta o acesso de pessoas pobres que necessitam dos seus serviços, comumente confinadas em bairros periféricos e não

alimentados por rede de transporte público satisfatório. A escassez de recursos humanos, como Defensores Públicos e servidores administrativos, não acompanha a crescente busca pela instituição. Atualmente, a Defensoria Pública Estadual em Corumbá conta com sete órgãos de execução (três criminais e quatro cíveis) e seis Defensores Públicos (somente um é titular, os demais são designados), os quais, no período compreendido entre janeiro/2017 a julho/2017, atenderam 5.795 pessoas, segundo dados extraídos do Sistema de Atendimento ao Público (SAP) criado e mantido pela DPE/MS.

Esse retrato da DPE/MS, de carência de pessoal e de estrutura deficitária em face de uma demanda crescente por atendimento, inviabiliza, por certo, convênio com a Defensoria Pública da União para suprir as necessidades de vulneráveis perante as Justiças Federal e do Trabalho no município, conforme determina o art. 14, §1º, da Lei Complementar Federal nº 80/94, que prevê que:

A Defensoria Pública da União deverá firmar convênios com as Defensorias Públicas dos Estados e do Distrito Federal, para que estas, em seu nome, atuem junto aos órgãos de primeiro e segundo graus de jurisdição referidos no caput, no desempenho das funções que lhe são cometidas por esta Lei Complementar.

Conforme apurado na dissertação apresentada ao programa de Mestrado em Estudos Fronteiriços pelo Defensor Público Igor Cesar de Manzano Linjardi, “a grande maioria de demandas envolvendo estrangeiros hipossuficientes financeiramente se referem à prática de delitos” (2012). Conforme o pesquisador, é mais frequente o envolvimento de estrangeiros em delitos afetos à competência da Justiça Federal, tais como tráfico internacional de drogas (art. 33, *caput*, c/c inciso I, da Lei nº 11.343/2006), reingresso de estrangeiro (art. 338, do Código Penal), falsificação de documentos públicos federais (art. 297, do Código Penal) e o uso de documentos públicos contrafeitos (art. 304, do Código Penal), p.ex., documento de identidade de estrangeiro, passaporte, etc. Corumbá contabilizou, no mês de junho/2017, 35 (trinta e cinco) presos estrangeiros, conforme informações publicadas pela AGEPEN – Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário, em um universo de 152 estrangeiros em todo o Estado, conforme gráfico abaixo, que demonstra que, em um cenário mais amplo a nível estadual, os estrangeiros têm baixa representatividade numérica, assim como se infere após análise dos dados do sistema prisional do município:

No âmbito da Justiça Estadual, na qualidade de Defensora Pública atuante há dois anos perante a 2ª Vara Criminal, a qual é competente para processar e julgar

MEF. Programa de Pós-graduação em Estudos Fronteiriços. VI Seminário de Estudos Fronteiriços: Onde as fronteiras se encontram... Anais... Corumbá: UFMS, 2017. (2 a 4 de outubro de 2017).

feitos atinentes aos delitos não dolosos contra a vida e demais não afetos à execução penal e a atos infracionais, verifiquei, empiricamente e no nosso dia a dia profissional, que os estrangeiros não figuram com frequência em crimes desse jaez, considerados como criminalidade de massa (pequenos furtos, roubos etc.). Suas infrações penais são bastante esporádicas, sendo comum dentre elas embriaguez ao volante e violência doméstica e familiar.

Entretanto, é na execução penal que a Defensoria Pública Estadual, na esfera criminal, atua com mais constância em favor dos estrangeiros, como asseverado na pesquisa do Defensor Público Igor Linjardi. Isso porque, apesar de condenados por crimes de competência da Justiça Federal, a execução penal, ou seja, a fase de cumprimento da pena privativa de liberdade em Corumbá, é atribuída à Justiça Estadual, nos termos do art. 2º, da Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/84).

Na esfera cível, conforme declarações de servidora administrativa de DPE/MS em Corumbá, atuante na unidade desde 1997 e responsável pela triagem, são esporádicos os atendimentos feitos em favor de estrangeiros, sendo mais frequente a presença de bolivianos, em razão da proximidade com o país vizinho. A servidora aduziu que houve atendimentos a nigerianos e a chineses, dentre outras nacionalidades, notadamente na área de execução penal, e assegura que os estrangeiros buscam atendimentos individualizados, referentes à guarda de menores, alimentos, e não alocou, até o momento, atendimento que diga respeito diretamente à vulnerabilidade social destes, como, por exemplo, casos de violência ou desídia institucionais ou de “crimigração”¹⁸. Apesar de Corumbá consistir em cidade-gêmea com Puerto Quijarro e estar próxima ao limite fronteiriço, a DPE/MS em Corumbá não conta com atendentes e Defensores Públicos fluentes em espanhol.

A Defensoria Pública Estadual tem campo aberto para orientar estrangeiros quanto à regularização de documentos, a regularização migratória, os procedimentos relativos a vistos de permanência, bem como elucidações sobre direitos trabalhistas e outros direitos sociais garantidos aos estrangeiros, como saúde, educação e assistência social. A nosso ver, a atuação pedagógica de

¹⁸ Neologismo criado por Juliet Stump (*crimmigration*) ao se referir à semelhança das políticas migratória e criminal no processo de inclusão-exclusão.

MEF. Programa de Pós-graduação em Estudos Fronteiriços. VI Seminário de Estudos Fronteiriços: Onde as fronteiras se encontram... Anais... Corumbá: UFMS, 2017. (2 a 4 de outubro de 2017).

Defensoria Pública Estadual em favor de estrangeiros, tão comuns em regiões de fronteira, como Corumbá, não burla a proibição de atuação na esfera federal (administrativa e federal).

Quando analisado o Sistema de Atendimento ao Público, da DPE/MS, nota-se que há campo destinado ao preenchimento de informação referente à nacionalidade. Entretanto, o sistema não permite identificar, de pronto, quantitativamente, quantos estrangeiros, as nacionalidades e as necessidades a serem satisfeitas pela instituição que subsidiem uma investida institucionalizada, uniforme e regionalizada em prol desse grupo socialmente vulnerável. Por outro lado, no período em que atuamos na comarca, registramos que, associado à falta desses dados estatísticos, a instituição não possui políticas institucionais voltadas a esse especial público e às suas especificidades e vulnerabilidades, nem em escala local (Corumbá), nem em escala regional (Estado de Mato Grosso do Sul).

A baixa procura de estrangeiros bolivianos pela Defensoria Pública Estadual em Corumbá, notadamente na área cível, cujo âmbito de atuação abrange matérias referentes à defesa de direitos transindividuais, proteção à infância, juventude, idosos e mulheres vítimas de violência, demandas de família, contratuais, etc., decorre, como bem assinalado por Linjardi (2012), do fato de esses estrangeiros esquivarem-se das “garras do Poder Judiciário brasileiro” pela facilidade de mobilização que desfrutam na fronteira e em razão do “fato de estarem fora de sua terra e o medo de serem deportados ou expulsos para o país de origem, os desestimulam a reclamar eventuais violações a seus direitos”

Pela divisão legal de atribuições e pela ausência de iniciativa político-institucional na realização de convênios inter-institucionais, a Defensoria Pública Estadual não poderá prestar, diretamente, assistência jurídica gratuita a estrangeiros em processos de expulsão, deportação, extradição, pedidos de visto, de regularização de permanência no país, de pedido de asilo político, etc, matérias afetas à Defensoria Pública da União.

Assim como com Portugal, Bélgica e Argentina, o Brasil, no âmbito do Mercosul (Mercosul/CMC/DEC nº 50/2000), firmou acordo multilateral sobre Benefício da Justiça Gratuita e Assistência Jurídica Gratuita com os demais membros do bloco (Argentina, Paraguai e Uruguai), além da Bolívia, Chile.

Aos bolivianos, o acordo multilateral acima é de solar relevância, pois lhes é assegurada a assistência jurídica gratuita, em igualdade de condições com os

brasileiros, como preceitua o art. 9º, do anexo, do acordo. Em outros termos, não poderão sofrer qualquer sorte de discriminação pela sua qualidade de estrangeiro e terão à sua disposição, para demandas de competência da justiça brasileira, orientação jurídica e atuação extrajudicial, os serviços da Defensoria Pública, seja Estadual ou da União.

Considerações finais

Após breve digressão histórica sobre a assistência jurídica gratuita aos necessitados no Brasil e o papel da Defensoria Pública em favor desse grupo de indivíduos – hoje, com o alargamento de sua definição, não se resumem mais a “pobres”, mas aqueles que possuem, de um modo geral, reduzida representatividade sociopolítica e jurídica –, percebeu-se que a conjuntura permite uma atuação permanente, a nível individual e a nível coletivo (transindividual) da Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul aos estrangeiros em Corumbá em conformidade com o previsto pela legislação em vigor, desde que atinente, direta ou indiretamente, às esferas judicial e administrativa do Estado e do município.

Da ponderação do contexto em que se dá essa assistência jurídica gratuita a estrangeiros em Corumbá, preponderantemente necessitados organizacionais e ocasionalmente econômicos que são, infere-se que não há, por parte da Defensoria Pública Estadual, sob o ponto de vista institucional, políticas orientadas a essas pessoas, as quais são tratadas sem observância das suas peculiaridades, o que, contrariamente, incentiva o distanciamento com os nacionais e burla à isonomia formalmente assegurada.

Apesar de Corumbá ser um município brasileiro limítrofe com a Bolívia, em que o contato com nacionais desse país é cotidiano, não se constataram servidores ou Defensores Públicos Estaduais fluentes em língua espanhola, ou avisos, orientações, placas nessa língua em suas dependências direcionadas aos bolivianos que, por serem estrangeiros, integram, como visto, o público-alvo da Defensoria Pública Estadual.

Assim sendo, através das reflexões empreendidas, expôs-se a imprescindibilidade de adoção de posturas inclusivas em favor dos estrangeiros que necessitem de assistência jurídica gratuita no âmbito da Defensoria Pública, sobretudo em regiões de fronteira, cuja permanência e circulação são constantes.

Tais posturas podem consistir desde a mera instalação de sinais e indicativos nas dependências da Defensoria Pública em inglês e em espanhol, treinamento de servidores e Defensores Públicos, até a aproximação diplomática com os países limítrofes, a concretização de acordos bilaterais ou multilaterais já celebrados e o fomento à legislação interna que atenda às peculiares demandas da fronteira e a educação em direitos em favor de estrangeiros que procuram a Defensoria Pública.

A genética institucional da Defensoria Pública é avessa à indiferença e à intolerância para com os estrangeiros, o que propicia exigências de aprimoramento de sua atuação em defesa dos direitos e interesses desse público, posto que é instrumento e expressão do regime democrático. Afinal, é dever da instituição, que promove direitos humanos, sensibilizar-se, antes de qualquer outra, com as necessidades dos estrangeiros.

Referências

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto Federal nº 2.457, de 08/02/1897**. Organiza a Assistência Judiciária no Distrito Federal. Texto legal publicado na Coleção de Leis do Brasil de 1897. Brasília: Centro de Documentação e Informação. 2013. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2457-8-fevereiro-1897-539641-publicacaooriginal-38989-pe.html>. Acesso em 13 mai 2017.

BRASIL. Constituição (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Texto constitucional publicado no Diário Oficial da União em 16.07.1934 e republicado em 19.12.1935. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, jul 1934, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em 13 mai 2017.

BRASIL. Constituição (1937). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Texto constitucional publicado no Diário Oficial da União em 10.11.1937, republicada em 11.11.1937, republicado 18.11.1937 e republicado 19.11.1937. Brasília, DF: Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, nov 1937. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em 13 mai 2017.

BRASIL. Constituição (1946). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Texto constitucional publicado no Diário Oficial da União em 18.09.1946. Brasília, DF: Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em 13 mai 2017.

BRASIL. Constituição (1967). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto constitucional publicado no Diário Oficial da União em 24.1.1967. Brasília, DF: Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm>. Acesso em 13 mai 2017.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 96/2017, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6/1994. 40.ed. com índice. Brasília: Centro de Documentação e Informação (CEDI), 2013. 464 p. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao1988.html>. Acesso em: 15 jul 2017.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 01, de 17 de outubro de 1969**. Texto constitucional publicado no Diário Oficial da União em 20.10.1969, retificado em 21.10.1969 e republicado em 30.10.1969. Brasília, DF: Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm>. Acesso em 13 mai 2017.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994. Organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, e dá outras providências. **Portal da Legislação**, Brasília, jan. 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp80.htm>. Acesso em 15 jul 2017.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Ação Civil Pública nº 0000308-90.2013.403.6004/MS. 1ª Vara Federal de Corumbá, **Consulta Processual, Sentença publicada no Diário Eletrônico em 16/08/2017, p. 569/577**, Disponível em <<http://www.jfsp.jus.br/foruns-federais/>>. Acesso em 16 ago 2017.

BRASÍLIA (Distrito Federal). Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios. **Conceitos Básicos de Migração segundo a OIM**. Brasília, jun 2017. Disponível em <http://www.csem.org.br/pdfs/conceitos_basicos_de_migracao_segundo_a_oim.pdf>. Acesso em 09 jun 2017.

BRASÍLIA (Distrito Federal). Ministério da Justiça. Secretaria de Reforma do Judiciário. Centro de Estudos de sobre o Sistema de Justiça. **IV Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil**. 2015. Disponível em <<https://www.anadep.org.br/wtksite/downloads/iv-diagnostico-da-defensoria-publica-no-brasil.pdf>>. Acesso em 24 mai 2017.

CAPELLETI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça**. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 1988.

COSTA, Edgar Aparecido da; COSTA, Gustavo Villela Lima da; OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de (orgs.). **Fronteiras em foco**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2011.

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**, 4ª ed., Salvador: Jus Podivm, 2010.

GONÇALVES, Rogério de Melo. BRASIL. Senado Federal. Do assistencialismo à assistência jurídica integral na constituição federal de 1988: breves notas históricas e recomendações. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. III, Constituição de 1988: O Brasil 20 anos depois. 2008. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/>>. Acesso em 24 mai 2017.

GRINOVER, Ada Pellegrini. **Parecer a pedido a ANADEP – Associação Nacional de Defensores Públicos sobre a constitucionalidade em relação ao inciso II do artigo 5º da Lei da Ação Civil Pública – Lei n. 7.347/85**. Brasília, set. 2008. Disponível em: <<https://www.anadep.org.br/wtk/site/cms/conteudo/4820/Documento10.pdf>>. Acesso em 26 mai 2017.

LIMA, Frederico Rodrigues Viana de. **Defensoria Pública**. Salvador: Jus Podivm, 2010.

LINJARDI, Igor César de Manzano. BRASIL. **Assistência Jurídica Gratuita na região fronteira entre Corumbá e Ladário, no Brasil, e Puerto Suarez e Puerto Quijarro, na Bolívia**. 2012. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus Pantanal, Corumbá, 2012.

MATO GROSSO DO SUL (Estado). Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário do Estado de Mato Grosso do Sul. Informações penitenciárias. **Relação de indígenas, proc. e cond. pela justiça est./ fed. e estrangeiros/ref.junho-fechamento/30-06-2017**. Mato Grosso do Sul, jun 2017. Disponível em: <<http://www.agepen.ms.gov.br/wpcontent/uploads/sites/58/2017/02/Ind%C3%ADgenas-e-Estrangeiros-Junho-2017.pdf>>. Acesso em 22 jul 2017.

MESSITTE, Peter. Assistência judiciária no Brasil: uma pequena história. **Revista da Faculdade de Direito da UFMG**. Belo Horizonte, v. 7, out. 1967, p. 126-150. Disponível em: <<https://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/view/707/663>>. Acesso em 15 jul 2017.

PORTELA, Paulo Henrique Gonçalves. **Direito Internacional Público e Privado**. 6ª ed. Salvador: Jus Podivm, 2014.

SANTORO, Emilio. Estereótipos, preconceitos e políticas migratórias. **Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito**. São Leopoldo, v. 6, n. 1, jan-jun 2014, p. 15-30. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/RECHTD/article/view/rechtd.2014.61.02>>. Acesso em 15 jul 2017.

SÃO PAULO (Estado). Assembleia Legislativa. Departamento de Documentação e Informação. Lei Estadual nº 2.497, de 24.12.1935. Organiza o Departamento de Assistência Social do Estado. **Repositório de Legislação**. São Paulo, dez 1935.

Disponível em <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1935/lei-2497-24.12.1935.html>>. Acesso em 24 mai 2017.

STUMPF, Juliet. The Crimmigration Crisis: Imigrants, Crime and Sovereign Power. **American University Law Review**. Washington, vol. 56, n. 2, dez. 2006, p. 367-419. Disponível em: <<http://digitalcommons.wcl.american.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1274&context=aulr>>. Acesso em: 18 jul 2017.

A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS COMO INSTRUMENTO DE COMBATE DO TRABALHO ESCRAVO DE IMIGRANTES BOLIVIANOS NO BRASIL

Human Rights Education as an Instrument to Combat the Slave Labor of Bolivian Immigrants in Brazil

Leonardo Victório da SILVA*

Ana Paula Correia de ARAÚJO**

Bruno MARINI***

Resumo: O presente artigo tem por objetivo analisar a possibilidade de aplicação da educação em direitos humanos no combate ao tráfico de bolivianos para trabalho escravo no Brasil. Utilizando-se da pesquisa bibliográfica, apontaram-se fatos que demonstram o cometimento desses crimes atualmente. Esclareceu-se o que são Direitos Humanos. A seguir, buscou-se informar ao leitor o que é a Educação em Direitos Humanos, e sua aplicação na educação formal, a não-formal, dos profissionais de justiça e segurança pública e a educação da mídia. Na sequência, foram apontados meios educacionais a serem utilizados e estimulados para o combate a esses delitos.

Palavras-chave: fronteira, direitos humanos, educação, imigração, trabalho escravo.

Abstract: The purpose of this paper is to analyze the possibility of applying human rights education to combat the trafficking of Bolivians to slave labor in Brazil. Using bibliographical research, facts that demonstrate the commission of these crimes were pointed out today. What is Human Rights has been clarified. Next, we sought to inform the reader about Human Rights Education, and its application in the formal, non-formal education of professionals of justice and public safety and media education. Following were educational resources to be used and stimulated to combat these crimes.

Key words: border, human rights, education, immigration, slave labor.

Introdução

* Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, Especialista em Educação em Direitos Humanos e Bacharel em Direito também pela UFMS.

** Pós-doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, supervisão de Ana Maria de Souza M. Bicalho, bolsista CAPES. Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

*** Mestre em Desenvolvimento Local (com foco em Saúde Pública e Direitos Humanos) pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Especialista em Direito Constitucional pela Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (UNIDERP), Graduado em Direito pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB).

O presente trabalho nasceu da vivência na fronteira entre Brasil e Bolívia localizada na cidade de Corumbá – MS em que, pela facilidade de entrada em território nacional, observamos diariamente dezenas de bolivianos ingressarem no país e migrarem para os grandes centros em busca de melhores condições de vida.

Entretanto, é divulgado pela mídia nacional que grande parte desses bolivianos se dirigem para a cidade de São Paulo – SP para se tornarem escravos nas oficinas de costura.

Logo, convivemos diariamente com dois crimes, o tráfico de pessoas e a redução à condição análoga a de escravo, sem, contudo, verificarmos uma efetiva ação estatal para combatê-los.

Assim, com base em pesquisa bibliográfica, buscamos esclarecer a ocorrência desses crimes no Brasil, indicar a educação em direitos humanos como uma das formas de combatê-los, com sugestões de ações educacionais efetivas contra o delito.

Materiais e métodos

O presente artigo desenvolveu-se com base em pesquisa exploratória e descritiva. A pesquisa exploratória deu-se mediante levantamento bibliográfico sobre o tráfico de seres humanos provenientes da Bolívia para o trabalho escravo no Brasil, bem como na análise de exemplos com o objetivo de facilitar e estimular a compreensão do assunto.

O levantamento bibliográfico, segundo Cervo, Bervian e da Silva (2007, p.61), “constitui o procedimento básico para os estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema”.

Também valeu-se de pesquisa descritiva, em que observou-se e descreveu-se o fenômeno da migração na região da migração na região fronteiriça, correlacionando-o com a exploração do trabalho a que os bolivianos são submetidos na cidade de São Paulo, sem interferência do pesquisador no ambiente analisado.

Resultados e discussão

Ao longo da história, o processo educativo tradicional incutiu no pensamento dos brasileiros a ideia de que a escravatura foi abolida, e por consequência, extinta, em 1888. Entretanto, essa não é a verdade, uma vez que na sociedade atual ainda vemos muitos exemplos de utilização de mão de obra escrava ou de pessoas que vivem em condições análogas a de escravos.

O Ministério Público Federal (2016, p. 04) asseverou que:

A mentalidade e o comportamento escravocrata ainda subsiste, assim como a vida do ex-escravo não melhorou de fato, ao revés, sob alguns aspectos, aprofundou-se ainda mais no abismo das desigualdades sociais, econômicas, raciais e culturais, descortinando e desencadeando graves problemas que até hoje povoam a sociedade brasileira.

O tráfico de pessoas e o trabalho escravo são correlatos, uma vez que o primeiro delito, via de regra, fornece pessoas para serem escravizadas, no entanto há um grande desconhecimento da sociedade em geral sobre essa problemática, bem como sobre os motivos que levam as pessoas a se submeterem à escravidão ou mesmo as graves violações dos direitos humanos decorrentes dessas práticas, que muitas vezes são incentivadas pela sociedade que somente busca o menor preço sem se preocupar com a forma de produção dos bens de consumo.

A efetivação dos direitos humanos passa pelo esclarecimento das violações até chegar ao estabelecimento das formas de combate às infrações desses direitos, razão pela qual é importante esclarecer à população que o Brasil é consumidor de seres humanos traficados da Bolívia, bem como que Corumbá – MS é porta de entrada de tráfico de seres humanos.

O livre trânsito de bolivianos na fronteira Brasil/Bolívia da cidade de Corumbá (MS) por vezes é utilizado como disfarce para que os traficantes de seres humanos possam agir na impunidade.

Com efeito, Rossi (2005, p. 18) afirma que:

Os bolivianos entram no território brasileiro através de cinco portas de entrada principais: Corumbá (no Mato Grosso do Sul), Cáceres (no Mato Grosso), Foz do Iguaçu (no Paraná), Guajará-Mirim (no Amazonas, por via fluvial) e Manaus (no Amazonas, também por via fluvial). (...) O dia-a-dia nas oficinas de costura do centro velho de São Paulo é estafante e ingrato com os imigrantes latino-americanos. É um trabalho degradante e sub-humano, que não respeita os preceitos básicos de direitos humanos. Os bolivianos, a comunidade mais numerosa e mais explorada chega a trabalhar até 18 horas por dia nas confecções, (...).

Os órgãos governamentais, apesar dos esforços no combate do tráfico de pessoas, os resultados obtidos ainda estão muito abaixo da necessidade real devido ao fluxo de imigrantes nas cidades fronteiriças, uma vez que o número de fiscalizações, denúncias e prisões é mínimo frente ao grande problema visto diariamente na fronteira com a Bolívia, ou mesmo nas oficinas de costura da cidade de São Paulo - SP.

O Ministério da Justiça (2015, p. 17) lançou em 2015 o relatório final sobre o tráfico de pessoas, com dados de 2013, que constatou:

Na tabela abaixo vemos que no ano de 2013 houve um total de 62 vítimas de tráfico de pessoas registradas pela DAC. Cumpre ressaltar que esse número representa tão-somente os casos que chegaram ao conhecimento dos Postos consulares naquele ano. Destes, 41 (66%) foram de tráfico para exploração sexual e 21 (34%) de trabalho escravo.

Como visto, os resultados obtidos pelos órgãos governamentais são mínimos e estão longe de representar a realidade dos bolivianos na cidade de São Paulo, onde são vítimas de exploração trabalhista e trabalho escravo.

Sobre a quantidade de bolivianos que vivem em São Paulo (SP) e suas condições de trabalho, Rossi (2005, p. 20) observa que:

As cerca de 200 mil pessoas que compõe a comunidade boliviana em São Paulo (...) não passam despercebidas pelas ruas da capital paulista. Em muitos casos quando o dono da firma se ausenta, tranca a porta pelo lado de fora, para que ninguém entre ou saia do recinto. Além disso, os bolivianos reclamam que as oficinas não oferecem as mínimas condições de segurança. (...) As condições de higiene também são deploráveis. (...) Mas as três refeições diárias (...) tampouco são uma cortesia do patrão. O valor é descontado do saldo a receber, assim como água, luz e moradia.

Esse descompasso entre a atuação estatal e a quantidade de crimes de tráfico de pessoas e redução à condição análoga à de escravo cometidos diariamente no Brasil contribui para a falsa impressão da população de que esses delitos não existem e continue a consumir produtos manufaturados com a utilização de mão de obra escrava.

Apesar da escravatura moderna persistir em nosso país, o Brasil possui uma das leis mais avançadas do mundo no combate à exploração do trabalho escravo, bem como ao tráfico de seres humanos.

No âmbito internacional, a preocupação da abolição da escravatura moderna não é recente.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 estabeleceu, em seu art. 4º, que “ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas”.

Em âmbito regional, das Américas a Convenção Interamericana dos Direitos Humanos também proibiu, em seu art. 6º, a escravidão o tráfico de escravos.

Em 29/09/2003 entrou em vigor, em âmbito internacional, o chamado protocolo de Palermo, que é o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial mulheres e crianças, que define o que é o tráfico de pessoas e determina que os Estados signatários criminalizem e estabeleçam punições a tal crime, como pode ser observado do seguinte artigo:

Art. 3. Para efeitos do presente Protocolo:

- a) A expressão "tráfico de pessoas" significa o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos;
- b) O consentimento dado pela vítima de tráfico de pessoas tendo em vista qualquer tipo de exploração descrito na alínea a) do presente Artigo será considerado irrelevante se tiver sido utilizado qualquer um dos meios referidos na alínea a);
- c) O recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de uma criança para fins de exploração serão considerados "tráfico de pessoas" mesmo que não envolvam nenhum dos meios referidos da alínea a) do presente Artigo;
- d) O termo "criança" significa qualquer pessoa com idade inferior a dezoito anos. (ONU, 2003).

O artigo 5º dessa convenção internacional obrigou os países signatários a criminalizar o tráfico de pessoas.

Art. 5: Criminalização¹. Cada Estado Parte adotará as medidas legislativas e outras que considere necessárias de forma a estabelecer como infrações penais os atos descritos no Artigo 3 do presente Protocolo, quando tenham sido praticados intencionalmente.

2. Cada Estado Parte adotará igualmente as medidas legislativas e outras que considere necessárias para estabelecer como infrações penais:

- a) Sem prejuízo dos conceitos fundamentais do seu sistema jurídico, a tentativa de cometer uma infração estabelecida em conformidade com o parágrafo 1 do presente Artigo;
- b) A participação como cúmplice numa infração estabelecida em conformidade com o parágrafo 1 do presente Artigo; e

c) Organizar a prática de uma infração estabelecida em conformidade com o parágrafo 1 do presente Artigo ou dar instruções a outras pessoas para que a pratiquem. (ONU, 2003).

O Brasil cumpriu seu dever de criminalizar o tráfico de seres humanos com a criação do tipo penal de redução à condição análoga a de escravo, descrito no art. 149 do Código Penal, que assim dispõe:

Art. 149. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto. Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem

I – cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho;

II – mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.

§ 2º A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido:

I – contra criança ou adolescente;

II – por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem. (BRASIL, 1940).

Esta legislação tornou crime, além dos conceitos clássicos de trabalho escravo, como o cerceamento da liberdade, a imposição de trabalhos forçados, a vigilância ostensiva, o apoderamento de documentos pessoais, etc, condutas que normalmente não são vistas como escravidão, mas que agredem profundamente a dignidade do trabalhador, como por exemplo a jornada de trabalho exaustiva e condições degradantes.

Verifica-se, portanto, que a legislação brasileira é moderna e atual, porque não se limitou a descrever as condutas tradicionalmente associadas à escravidão, como a que aconteceu com os negros trazidos da África, mas também criminalizou as condutas caracterizadoras da chamada escravidão moderna, que normalmente se utilizada de jornadas exaustivas de trabalho e oferece condições de trabalho degradantes às vítimas desse delito.

Sobre as condutas consideradas como análogas à de trabalho escravo e punidas como crime pelo nosso país Cunha (2014, p. 380) afirma que:

Conduta: consiste na sujeição de uma pessoa ao domínio da outra. A pessoa escravizada passa a ser tratada como um objeto. Com o advento da Lei 10.803/2003, foram enumerados taxativamente quais comportamentos caracterizam o delito, que se tornou de ação vinculada, cuja prática pode se dar por meio das seguintes condutas:

Submeter a vítima a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva (caput);

Sujeitá-la a condições degradantes de trabalho (caput);

Restringir, por qualquer meio, a sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto (caput);
 Cercear o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com a finalidade de retê-lo no local de trabalho (§1º, I);
 Manter vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apoderar de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no seu local de trabalho.

Não obstante a moderna legislação sobre o assunto e a aparente boa vontade do governo para criminalizar e combater essa violação aos direitos humanos, grande parte dos brasileiros, apesar de ter consciência de que o trabalho escravo ainda existe, desconhece as peculiaridades dessa criminalização, o que dificulta sobremaneira o combate a essa espécie de crime, uma vez que a população não tem conhecimento suficiente para denunciá-lo, como mostra a pesquisa realizada pela ONG Repórter Brasil (2015).

A organização Repórter Brasil promoveu uma pesquisa com 1.200 pessoas de 72 municípios brasileiros. Os resultados demonstram que 70% da população tem consciência de que o trabalho escravo ainda existe no Brasil. Quando indagados sobre em que consistiria o trabalho escravo atualmente as respostas foram as seguintes (Figura 1).

Figura 1 - Resultado de pesquisa sobre conhecimentos da população acerca do trabalho escravo



Fonte: ONG Repórter Brasil (2015)

Do total de pessoas que afirmaram não saber o que é trabalho escravo (27%), 31% pertencem às classes D e E, enquanto que pessoas das classes A e B somente 20% não souberam informar o que seria trabalho escravo.

Diante desses dados podemos identificar uma relação direta entre a violação aos direitos humanos e o baixo nível de esclarecimento das pessoas em relação ao tema. Os números revelam que 51% dos entrevistados, independentemente da classe social, desconhecem sobre o crime de trabalho escravo, que é uma das piores formas de violação aos direitos humanos.

Logo, um dos meios de prevenção e combate a essa espécie de crime que vulnera diretamente direitos humanos básicos, como a dignidade e liberdade, é a educação em direitos humanos aplicada nas mais diversas áreas de atuação previstas no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, como a educação formal, a não-formal, a educação dos profissionais de justiça e segurança pública e a educação da mídia.

Com efeito, a constatação de que a educação é o principal meio de combate a esses crimes já foi reiteradamente feita por profissionais da área e autoridades públicas, como por exemplo, o Senador da República Cristovam Buarque (2013), ex-ministro da educação. Segundo o Senador:

Se formos analisar quem é o trabalhador em condições análogas à da escravidão, vamos ver que nenhum deles terminou o ensino fundamental. Para quem termina o ensino médio já é praticamente impossível cair em trabalho análogo ao de escravidão. Certamente, não tem um universitário em trabalho escravo. Então, vamos dar uma boa educação que a gente resolve esse problema de vez.

A educação é importante meio de prevenção de ações de criminosas sobre a população, uma vez que ao mesmo tempo que instrui os educandos sobre seus direitos, também ajuda a desenvolver uma consciência crítica que é importante na prevenção à violações dos Direitos Humanos.

Essa educação é um direito garantido por normas jurídicas internacionais, como o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (arts. 13 e 14), e a Convenção Relativa à Luta contra a Discriminação no Campo do Ensino, entre outras normas.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos previu, em seu art. 26, que: “toda pessoa tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória”.

No Brasil o direito à educação também foi consagrado na Constituição Federal de 1988, que no art. 205 previu que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Ainda temos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, que no art. 2º preceituou que “a educação tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Logo, podemos constatar que a educação além de importante meio de prevenção à violações aos direitos humanos, também é direito de todos.

Sobre esse tema, Pereira e Souza (2014, p. 85) afirmaram que:

A educação é, talvez, o principal instrumento para se alcançar e se manter a dignidade da pessoa humana, podendo essa ser definida como a consideração que o ser humano merece receber de seus pares, a imagem moral que estes fazem daquele, que o torna digno de respeito externo e de amor próprio; são suas qualidades particulares e sociais (públicas).

Assim, resta evidente a existência dos crimes de escravidão e tráfico de seres humanos no Brasil, que normalmente são interligados, bem como o importantíssimo papel da educação em direitos humanos no combate e prevenção a esses delitos.

Após observarmos que os crimes de tráfico de seres humanos e redução à condição análoga à condição de escravo agridem frontalmente os mais básicos Direitos Humanos, resta a indagação sobre o que são esses Direitos.

Direitos Humanos possuem muitas concepções atualmente, não existindo consenso entre os autores da área jurídica ou filosófica sobre o seu conceito, sua origem e seu alcance, concordando estes, todavia, no conteúdo atribuído aos Direitos Humanos. Rabenhorst (2008, p. 13) formulou uma conceituação filosófica dos Direitos Humanos, e sobre tal categoria de direitos afirmou que:

O que se convencionou chamar “direitos humanos”, são exatamente os direitos correspondentes à dignidade dos seres humanos. São direitos que possuímos não porque o Estado assim decidiu, através de suas leis, ou porque nós mesmos assim o fizemos, por intermédio dos nossos acordos. Direitos humanos, por mais pleonástico que isso possa parecer, são direitos que possuímos pelo simples fato de que somos humanos.

Essa definição fundamenta-se no direito natural, ou seja, de que todos já possuem esses direitos de forma inata, pelo simples fato de terem nascido. O direito natural, entretanto, é alvo de severas críticas uma vez que acredita-se que o direito é um fato social, e nasce da vontade da coletividade em que a pessoa nasceu e permanece.

Esse fato social explica o motivo pelo qual os direitos não são iguais em as culturas, mas variam de acordo com as sociedades.

Jean-Jacques Rousseau (apud SOARES, 2014) formulou a teoria do Contrato social que afirma ter o Estado surgido para proteger os homens, que estavam em risco no estado da natureza, onde vigorava a lei do mais forte. Era necessário que o agrupamento social fornecesse proteção recíproca para que seus membros pudessem sobreviver e prosperar em um mundo hostil.

O ente criado para organizar a vida social e garantir a proteção a todos foi o Estado, que tinha como finalidade alcançar o bem comum.

Assim, para os defensores do Contrato Social, o direito não é um fato natural, mas sim uma criação artificial da sociedade, que tem como finalidade a organização da vida dos homens em sociedade, garantindo direitos e impondo deveres a todos.

Atualmente pode-se acreditar que a ideia de Direitos Humanos como expressão do direito natural, é contraposta, entre outras, pela Teoria Tridimensional do Direito, do jurista brasileiro Miguel Reale Junior (apud DINIZ, 2002, p. 09), na qual se afirma que os direitos não surgem da natureza das coisas, mas sim dos fatos que interessam a sociedade, a qual lhes valora se determinada forma e decidem se estes devem ser regulados pelo Estado, seja impondo obrigações ou criando direitos, ou seja, os direitos nasceriam da combinação entre o fato, o valor e a norma, e não espontaneamente da natureza das coisas ou das pessoas.

Há consenso na sociedade ocidental de que as pessoas devem gozar de um núcleo intangível de direitos, os quais lhes garantiram a dignidade necessária para serem considerados humanos e iguais a todos, sendo este núcleo denominado de Direitos Humanos.

Assim, apesar da divergência quanto a natureza jurídica, não há dúvidas quanto aos direitos mínimos, como vida, liberdade, etc, a serem garantidos

indistintamente a todos os seres humanos, para que lhes seja garantida uma vida digna.

Não há uma lista fechada dos direitos que devem ser considerados humanos, razão pela qual muitos autores indicam a existência de gerações dos Direitos Humanos. Sgarbossa e Lensue (2015, p. 09) afirmam que os direitos humanos são divididos em três gerações ou dimensões. Os autores classificam a primeira geração como os direitos relativos à liberdade, direitos civis e políticos, consistentes em imunidades em favor dos titulares, ou seja, em proibições à intervenção do Estado. Além disso, consistiam em direitos preponderantemente individuais, e não coletivos.

Já os direitos de segunda geração seriam os relativos à igualdade, são os direitos econômicos, sociais e culturais, entre outros. Tais direitos são em sua maioria coletivos e consistem em uma obrigação do Estado em garantir a igualdade entre os indivíduos, por meio de ações afirmativas.

Os direitos de terceira geração seriam os direitos transindividuais, os relativos à fraternidade, que não podem ser titularizados unicamente por um grupo de pessoas ou por indivíduos isolados, mas sim pertencem a todos, como o direito a um meio-ambiente equilibrado, entre outros.

Contudo, a doutrina atual também estabelece outras gerações dos direitos humanos, entre eles Sarlet (1998), para quem a quarta geração dos Direitos Humanos é formada pelo direito à proteção contra manipulação genética, o direito de morrer com dignidade e o direito de mudança de sexo.

Já o jurista Bonavides (2003), entende que os direitos de quarta geração são os que garantem a universalização dos direitos fundamentais já existentes, como o direito à democracia direta, informação e ao pluralismo político.

A quinta geração dos Direitos Humanos tutelaria os chamados direitos virtuais, ou seja, os nascidos na era da internet, necessários à manutenção da honra, patrimônio, etc, no ambiente globalizado da rede mundial de computadores.

Somente as três primeiras gerações dos direitos humanos são amplamente aceitas pela doutrina.

Portanto, ainda que não haja consenso sobre o conceito, origem e amplitude dos direitos humanos, é importante observar que são uma categoria de direitos em

constante construção e afirmação, o que ocorre porque a vida em sociedade é dinâmica e está em constante transformação, trazendo a necessidade de uma progressiva ampliação do rol dos direitos humanos para que a dignidade das pessoas seja sempre protegida.

A educação em direitos humanos é a necessidade de instrução das pessoas sobre os seus mais elementares direitos, uma vez que somente quem conhece seus direitos é capaz de exercê-los e exigí-los. Encontra fundamento de validade na própria necessidade do ensino dos cidadãos.

Com efeito, a educação, ainda que somente fundamental e básica, é um direito garantido por normas de jurídicas internacionais, como o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, a Convenção Relativa à Luta contra a Discriminação no Campo do Ensino, entre outras, bem como de normas de direito interno.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos previu, em seu art. 26, que: “toda pessoa tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória”.

Assim, internacionalmente está consagrada a necessidade e obrigatoriedade, por parte dos Estados, de fornecer ao menos o mínimo de educação para seus nacionais.

No mesmo sentido, no plano interno, a Constituição Federal de 1988, igualmente, consagrou a educação como um direito de todos, pois no seu art. 205 prescreveu que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Assim, para a educação atingir esses objetivos, faz-se necessário que o educando seja instruído em Direitos Humanos, pois somente quem conhece os mais elementares direitos da pessoa pode ser considerado preparado para o exercício da cidadania.

Outrossim, a necessidade da Educação em Direitos Humanos nos diversos níveis educativos nacionais está expressamente prevista no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.

A educação em direitos humanos, diferentemente do processo de ensino tradicional, é informal porque não ocorre mediante a simples transferência de conteúdo dos professores para os alunos, bem como não é restrita ao ambiente escolar, uma vez que abrange tanto a educação formal (ensino básico e superior), quanto a não-formal, a dos profissionais de mídia e da justiça e segurança pública.

Logo temos uma pluralidade de públicos, que se explica porque o alvo da educação em direitos humanos ser o próprio ser humanos em seus mais diversos ambientes e etapas da vida.

E, por conseguinte, deve ser ministrada sempre na forma multidisciplinar onde se objetiva o repasse dos valores aos educandos obtendo como resultado o domínio dos seus direitos e valores sociais, econômicos e morais, o que lhes facilitaria no seu cotidiano e na defesa dos seus direitos.

Nesse passo, importante observar que a educação formal está bem regulamentada, tanto pelo plano nacional de educação em direitos humanos, quanto pela conscientização dos educadores.

No entanto, quanto a educação não-formal, ainda há uma grande deficiência, uma vez que faltam formadores capacitados em direitos humanos.

A educação dos profissionais de justiça e segurança pública também se encaminha para uma situação melhor, uma vez que órgãos de regulamentação, como o Conselho Nacional de Justiça, já exigem que direitos humanos sejam cobrados em concursos públicos (Resolução Nº 75 de 12 de maio de 2009).

A educação dos profissionais de mídia ainda precisa avançar muito, porque não bastam as ações educativas nas universidades, uma vez que não é mais necessário o diploma do curso de jornalismo para exercer a profissão (Recurso Extraordinário nº 511961. Relator: Min. Gilmar Mendes, data do julgamento 17/06/2009, Publicação 13/11/2009), bem como porque a proteção aos direitos humanos ainda esbarra nos interesses dos detentores dos meios de comunicação social.

Logo, a Educação em Direitos Humanos é o processo educacional que visa transmitir conhecimento e valores necessários às pessoas para que se reconheçam e aos outros como seres humanos plenos, com respeito às diferenças e garantia dos direitos de todos.

Diante da constatação da existência do tráfico de seres humanos e do trabalho escravo exercido sobre os bolivianos que adentram o território nacional pela fronteira localizada nesta cidade, resta entender como a educação em direitos humanos pode contribuir para o combate a essas graves violações aos mais elementares direitos das pessoas.

De início é importante a realização de trabalhos de educação em direitos humanos nas escolas da região de fronteira entre o Brasil e a Bolívia que esclareçam aos alunos o que é tráfico de pessoas e o que é o trabalho escravo moderno, bem como quais são os meios de denunciar essas práticas no Brasil.

A implantação de atividades multidisciplinares nas escolas da região de fronteira é de suma importância para que os alunos, muitas vezes filhos ou parentes de pessoas submetidas ao trabalho escravo, que foram para São Paulo em busca de melhores condições de vida, possam repassar essas informações a seus familiares e assim ajudar a combater essas práticas criminosas.

É necessária também uma integração dos diversos órgãos governamentais com a finalidade de identificar nas oficinas de costura da cidade de São Paulo qual a região da Bolívia que é a principal fornecedora de mão de obra escravizada, para que posteriormente o Ministério das Relações Exteriores estabeleça acordo com o país vizinho de forma a implantar a educação em direitos humanos com foco ao combate ao trabalho escravo no Brasil, exatamente nas áreas de origem das vítimas desse crime.

Essa medida teria grande resultado prático, pois combateria o problema diretamente em sua fonte. Igualmente é necessário um fortalecimento dos meios de educação não-formal da população brasileira sobre o assunto.

Apesar da realização da realização de seminários e datas destinadas ao combate ao trabalho escravo, essa informação não é divulgada com eficácia junto à população nacional e acaba sendo restrita às pessoas que já atuam nessa temática.

Como exemplo de ação de educação não-formal em âmbito nacional, temos a Campanha da Fraternidade de 2014, período promovido pela Comissão Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, que busca conscientizar a população Cristã e a sociedade em geral, sobre temas de importância para a humanidade. No ano de 2014 a Campanha da Fraternidade:

Escolheu como tema uma das formas de criminalidade atuais que envergonham a humanidade, o tráfico humano. Pretende-se com a campanha contribuir para reforçar a conscientização, a prevenção, a denúncia e o repúdio com relação a essa atividade ilegal, além de apelar tanto para o Estado como para toda a sociedade civil a fim de que se empenhem em coibir tal iniquidade.

Apesar do grande impacto nacional dessa campanha, considerando a sua curta duração, ainda não foi suficiente para disseminar conhecimento sobre o tráfico de pessoas e o trabalho escravo, bem como as formas de combatê-los.

É imprescindível que os trabalhos realizados por Igrejas e ONGs tenham o apoio do governo, divulgado e replicado as práticas, pois somente assim poderemos obter uma real conscientização sobre as mazelas do trabalho escravo e tráfico de pessoa em âmbito nacional, uma vez que não se verificam atuações governamentais de conscientização em massa realmente eficazes.

O oferecimento de formação em Direitos Humanos para membros de igrejas Cristãs, seja a Católica ou outras denominações, seria de grande importância para o fortalecimento da educação não-formal contra o combate ao tráfico de pessoas e a escravidão moderna, pois essas igrejas possuem missionários que podem tanto conscientizar a população brasileira quanto a boliviana, de forma mais rápida e eficaz do que as vias diplomáticas, que muitas vezes demoram, esbarram em interesses políticos e tem atuações restritas aos gabinetes, não beneficiando a população em geral.

O fortalecimento do trabalho de Organizações não Governamentais, a exemplo da Repórter Brasil, que gera conhecimento e conteúdo compilado, como cartilhas, sobre o tráfico de seres humanos, que podem ser aproveitados tanto na educação formal quanto na não-formal.

O fortalecimento da chamada lista suja, instituída pela Portaria Ministerial nº 02 de 2011, que realiza o cadastro dos empregadores que tenham submetido trabalhadores à condições análoga à de escravos, com a finalidade que a população deixe de consumir produtos fabricados por pessoas físicas ou jurídicas que estejam presentes em tal lista, o que certamente diminuiria a ocorrência desse crime, pois afetaria diretamente o maior objetivo dos delinquentes, que é o lucro fácil.

Também seria importante uma parceria das instituições diretamente responsáveis pelo combate a esses crimes, como o Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho e Ministério do Trabalho com a mídia, fornecendo

dados e permitindo que os meios de comunicação brasileiros e bolivianos acompanhem suas operações, de forma que as reportagens alcancem o maior número possível de pessoas, com a sua consequente conscientização.

O estabelecimento de ações efetivas junto aos profissionais de justiça e segurança pública, em especial os que atuam na fronteira entre Brasil e Bolívia também seria uma medida apta a gerar efeitos rápidos no combate a esses crimes.

Cursos específicos aos Policiais Federais e Agentes da Receita Federal que atual diretamente na fronteira, sobre as formas de identificar possíveis vítimas de tráfico de seres humanos para escravidão seriam de suma importância, além do reforço na fiscalização de todos os estrangeiros que adentram ao país.

Esse conjunto de medidas de educação em direitos humanos se implementado contribuiria para a diminuição da ocorrência desses crimes nesta fronteira entre Brasil e Bolívia, sobretudo porque já constatado que a atual fiscalização governamental é ineficiente e que tanto o tráfico de seres humanos quanto a redução à condição análoga à condição de escravos ainda ocorrem contra bolivianos que adentram ao Brasil por esta cidade de Corumbá – MS.

Considerações finais

É evidente que os crimes de tráfico de pessoas e de utilização de mão de obra escrava ainda são cometidos em larga escala no Brasil, sem, contudo, uma efetiva resposta do governo.

Temos uma ótima legislação sobre o assunto e um sistema escolar eficiente, contudo, ainda não houve iniciativa e vontade política apta a integrar a defesa dos direitos humanos com a necessidade de educação dos cidadãos.

Assim, após demonstrar o efetivo cometimento dos crimes de tráfico de pessoas e redução à condição análoga à de escravo em território nacional, tendo como vítimas os cidadãos da Bolívia, foram propostas várias ações educacionais que contribuiriam no combate a esses crimes de forma rápida e à preservação dos direitos humanos em nosso país.

Como medida emergencial, a Polícia Federal, ou entidades não governamentais poderiam promover a entrega aos bolivianos que procuram o setor

de imigração da Polícia Federal na fronteira Brasil/Bolívia da cidade de Corumbá – MS, de folhetos informativos, redigidos em português e espanhol, que esclareçam em que consistem os crimes de tráfico de pessoas e redução a condições análogas à de escravo, quais são os direitos das vítimas, e os meios de denúncia.

A implementação de meios educacionais de conscientização da população diretamente envolvida, aliada a uma fiscalização eficaz, são os caminhos mais eficientes para a diminuição a ocorrência desses crimes que ferem de morte os direitos humanos.

Referências

BRASIL, Lei Federal nº 9.394/1996 - **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB**. Brasília, <http://portal.mec.gov.br>, acessado em 20/02/2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Código Penal**. Brasília, DF: Senado, 1940.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário nº 511961**. Relator: Min. Gilmar Mendes, data do julgamento 17/06/2009, Publicação 13/11/2009.

BONAVIDES, P. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2003.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CIDH. Comissão Interamericana de Direitos Humanos, **relatório do caso nº 12.051/2011**, disponível em http://www.cidh.org/annualrep/2000port/12051.htm#_ftnref4, acesso em 17/09/2015.

DALLARI, D. A. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 2003.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro, v. 1: Teoria Geral do Direito Civil**. São Paulo: Saraiva, 2002.

FÉLIX, I. S.; PASSOS, J. D. S. ; GUITIERREZ, J. P. **Elementos Conceituais e História dos Direitos Humanos**. 2015. Disponível em: http://virtual.ufms.br:81/file.php/1935/Disciplina_2_Elementos_Conceituais_e_Historia_a_dos_Direitos_Humanos/Modulo_II_Elementos_Conceituais_e_Historia_dos_Direitos_Humanos.pdf, acessado em 12/07/2015.

KATO, Rosângela L. FÉLIX, Inês da Silva, **Módulo VI: Educação em Direitos Humanos e o Plano Nacional de E. D. H.** 2016. Disponível em: http://virtual.ufms.br:81/file.php/1935/Disciplina_6_Educacao_em_Direitos_Humanos_e_o_Plano_Nacional_de_E.D.H./Modulo_VI_Educacao_em_Direitos_Humanos_e_o_Plano_Nacional_de_EDH.pdf, acessado em 20/02/2016.

MEC. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2191-plano-nacional-pdf&Itemid=30192, acessado em 15/09/2016.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Relatório nacional sobre tráfico de pessoas: dados de 2013**. Brasília, 2015: disponível em: <http://www.justica.gov.br/mwg-internal/de5fs23hu73ds/progress?id=U1yJVymGxr0bOEEYWw-WdJCutPsoNUqsO9uR9RWlodw>, acessado em 08/09/2016.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. **Cartilha do trabalho escravo**. Pág. 04, Disponível em: http://portal.mpt.mp.br/wps/wcm/connect/portal_mpt/11344af7-b9d7-4fcc-8ebe-8e56b5905129/Cartilha%2BAalterada_3-1.pdf?MOD=AJPERES&CONVERT_TO=url&CACHEID=11344af7-b9d7-4fcc-8ebe-8e56b5905129, acessado em 17/09/2016.

OEA. **Convenção Interamericana dos Direitos Humanos**. Disponível em: https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm, acessado em 15/09/2016.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>, acessado em 15/09/2016.

PEREIRA, C. R. *et al.* Educação para os Direitos Humanos: a fronteira etnocultural e o trabalho infantil. In URQUIZA, A. H. A. (org.). **Formação de educadores em direitos humanos**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2014.

RABENHORST, E. R. O que são Direitos Humanos? In: ZENAIDE, M. N. **Direitos Humanos: capacitação de educadores**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2008.

REPÓRTER BRASIL. **País sabe que escraviza, mas não conhece a gravidade do problema, diz pesquisa Ipsos**. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2015/12/pais-sabe-que-escraviza-mas-nao-a-gravidade-do-problema-diz-pesquisa-ipsos/>, acessado em 15/09/2016.

ROSSI, Camila Lins. **Nas costuras do trabalho escravo: um olhar sobre os imigrantes bolivianos ilegais que trabalham nas confecções de São Paulo**. São Paulo, 2005. Disponível em: http://reporterbrasil.org.br/mwg-internal/de5fs23hu73ds/progress?id=wd-iukwZPItA9Ar6qmeqmiVhRYckb4g67OrwpTV_yrA, acessado em 08/09/2016.

SARLET, I. W. **A eficácia dos direitos fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.

SOARES, Igor Alves Noberto. **O Contrato Social, de Jean-Jacques Rousseau, e a Filosofia do Direito**. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 17 mar. 2014. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.47445&seo=1>. Acesso em: 07/09/2015.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Introdução ao estudo do direito**. São Paulo: Atlas S. A., 2007.

MEF. Programa de Pós-graduação em Estudos Fronteiriços. VI Seminário de Estudos Fronteiriços: Onde as fronteiras se encontram... Anais... Corumbá: UFMS, 2017. (2 a 4 de outubro de 2017).

VICENTIM, Aline. **A trajetória jurídica internacional até formação da lei brasileira no caso Maria da Penha.** In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XIII, n. 80, set 2010. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8267>. Acesso em 17 set 2015.

Vida Pastoral. **Fraternidade e tráfico humano: reflexão socioteológica.** Disponível em: <http://www.vidapastoral.com.br/artigos/temas-sociais/fraternidade-e-trafico-humano-reflexao-socioteologica/>, acessado em 15/09/2016.

A MIGRAÇÃO INTERNACIONAL MOTIVADA POR QUESTÕES EDUCACIONAIS: O CASO DO PAEC NA UNIFAP

International Migration Motivated by Educational Questions: the Case of Paec at UNIFAP

Thayná Reneê Cavalcante da COSTA*

Silvana Kelly de Moraes da SILVA**

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar a inserção de alunos estrangeiros nos Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), oriundos do Programa de Aliança para a Educação e Capacitação (PAEC) da Organização dos Estados Americanos (OEA) em parceria com o Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB). Inicialmente, será feita uma revisão bibliográfica onde será contextualizado o PAEC; a Internacionalização da Pós-Graduação no Brasil, além da migração internacional motivada por questões educacionais, fator inicial para o êxodo de muitos estudantes que buscam qualificação em outro país. Na seção final, serão apresentados os resultados obtidos através da pesquisa de campo.

Palavras-chave: PAEC, Internacionalização da Pós-Graduação brasileira, Migração Educacional.

Abstract: This work aims to analyze the insertion of foreign students in the Post-Graduations Programs of the Federal University of Amapá (UNIFAP), from the Alliance for Education and Training Program (PAEC) of the Organization of American States (OAS) in partnership with the Coimbra Group of Brazilian Universities (GCUB). Initially, a bibliographic review will be done where the PAEC will be contextualized; the Internationalization of Post-Graduation in Brazil, in addition to international migration motivated by educational questions, the initial factor for the exodus of many students seeking qualification in another country. In the final section, the results obtained through field research will be presented.

Key words: PAEC, Internationalization of the Brazilian Post-Graduation, Educational Migration.

Introdução

Atualmente, ao percorrermos os corredores da UNIFAP e ao adentrarmos os cursos de graduação e os de pós-graduação já podemos perceber a presença de

* Licenciada em Pedagogia; Especialista em Docência na Educação Superior. Atualmente, servidora Técnica em Assuntos Educacionais; e mestranda em Desenvolvimento Regional, ambos na UNIFAP. E-mail: thay_costa@msn.com

** Secretária Executiva e Mestra em Desenvolvimento Regional, ambos pela UNIFAP. Atualmente, docente na UNIFAP, campus Marco Zero do Equador, Macapá, AP. E-mail: silvanakelly@bol.com.br

estudantes estrangeiros. Estes em sua maioria ingressaram na universidade por meio de programas internacionais que visam à integração entre os países das Américas. Contudo, a presença de acadêmicos estrangeiros na UNIFAP ainda é pequena se comparada com a incidência destes nas universidades que compreendem o centro-sul do Brasil.

A chegada dos estudantes no país de destino e a interação daqueles com a comunidade acadêmica e do local em que serão inseridos representa o início de uma nova etapa na vida desses estudantes, que entre outros aspectos, passaram por um processo de seleção e tiveram que deixar suas famílias em busca de oportunidades educacionais em outro país, isto, portanto, representa uma mudança significativa para os estudantes estrangeiros. Ao vermos na UNIFAP, acreditamos que trazem consigo sonhos e tem expectativas em relação ao Brasil, em especial ao Amapá; que certamente, o processo de adaptação é uma fase mais complexa, pois a maioria dos estudantes não possuem vínculos sociais no local e que muitos encontram o preconceito e a desconfiança quando se relacionam com os nativos.

Diante desse contexto, o objetivo desse trabalho é analisar a inserção dos alunos estrangeiros nos Programas de Pós-Graduação da UNIFAP oriundos do PAEC. Pois, entende-se que é importante conhecer o processo que envolve a vinda desses alunos para o Brasil e quais os sentimentos destes em relação às experiências e a realidade que de fato vivem no país. Este entendimento se faz necessário para que progressivamente o PAEC na UNIFAP possa ser aperfeiçoado.

O PAEC

O Programa de Alianças para a Educação e Capacitação (PAEC), coordenado pela Organização dos Estados Americanos (OEA), tem como objetivo promover a integração dos países das Américas por meio da internacionalização e da mobilidade de estudantes na região (OEA, 2015). No Brasil, o PAEC é executado por meio da parceria com o Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB) e com o apoio da Divisão de Temas Educacionais do Ministério das Relações Exteriores e da Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS), em que são ofertadas mais de 400 bolsas acadêmicas para inserção de estudantes em cursos de mestrado e doutorado no país.

Desde 2011, o PAEC em parceria com o GCUB é considerado o mais bem-sucedido programa de bolsas no âmbito da OEA, configurando-se como o maior da América Latina e Caribe para a formação de recursos humanos em cursos de pós-graduação *stricto sensu* (UFES, 2017), contribuindo assim, com a integração e o fortalecimento regional das Américas por meio da qualificação de estudantes provenientes dos 34 países membros da OEA, especialmente daqueles vindos de países com baixo nível de desenvolvimento humano.

Para ingresso no ano de 2017, foi realizada a 7ª Edição consecutiva do Programa Bolsas Brasil – PAEC OEA/GCUB, onde foram ofertadas 670 bolsas de estudos aos cidadãos dos Estados Membros da OEA (exceto cidadãos brasileiros ou residentes permanentes no país) para realizarem seus estudos nas universidades associadas ao GCUB.

No Amapá, a UNIFAP é a única Instituição de Ensino Superior (IES) associada ao GCUB. Desde 2013, quando a parceria foi firmada entre estas duas instituições, a Universidade vem recebendo os editais referentes ao processo de seleção dos estudantes, bem como um termo de compromisso e uma planilha com o quantitativo de vagas que deverá ser preenchido pela universidade caso haja interesse desta em ofertar vagas.

Na UNIFAP, inicialmente, nos anos de 2013 e 2014, a responsabilidade de gerir os procedimentos de adesão e manutenção do PAEC era da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESPG), e a partir do ano de 2015 essa incumbência foi repassada a Pró-Reitoria de Cooperação e Relações Interinstitucionais (PROCRI), que tem entre os seus objetivos “promover a integração internacional de graduação, de pós-graduação ‘*Lato Sensu*’ e ‘*Stricto Sensu*’, em todas as áreas de conhecimento” (PROCRI/UNIFAP, 2017).

De acordo com a PROCRI, é importante mencionar que ao ofertar vagas, a organização e execução da seleção é realizada integralmente pelo GCUB. Desde a adesão ao PAEC, a UNIFAP já recebeu 20 alunos estrangeiros vindos de países como a Bolívia, Equador, Haiti, entre outros. O quantitativo de estudantes recebidos foi o seguinte (Quadro 1):

Quadro 1: relação ano de ingresso *versus* quantidade de alunos

ANO DE INGRESSO	QUANTIDADE DE ALUNOS
2013	04
2014	04
2015	04
2016	05
2017	03
Total	20

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de dados da PROPESPG/PROCRI/UNIFAP, 2017.

Após receber o edital de adesão do PAEC a PROCRI consulta os cursos de pós-graduação para verificar se há vagas disponíveis para serem ofertadas no processo de seleção da GCUB, pois ao ofertar vaga o programa fica condicionado a conceder bolsa de estudos para cada estudante ingressante. Para o ano de 2018, a previsão de ingresso é de 05 estudantes estrangeiros.

A internacionalização da pós-graduação brasileira

Segundo Martins (2016, p. 40):

Ao invés de tentar desencorajar imigração através da repressão, os decisores políticos devem reconhecer a imigração como parte natural da integração econômica mundial e trabalhar multilateralmente para gerir esses fluxos de forma mais eficaz, para que de modo cooperativo se torne possível aos Estados maximizar benefícios e minimizar custos, tanto para as sociedades de envio, quanto para as de acolhimento. Em suma, a migração internacional deve ser reconhecida como uma parte inseparável da globalização econômica e estar sob a égide de acordos multilaterais mais amplos de regulamentação do comércio e investimento.

Neste sentido, em termos educacionais, a migração internacional de indivíduos que saem do seu país de origem em busca de formação acadêmica em outro país também tem se configurado como um movimento crescente estimulado e facilitado pelo processo de globalização que diminuiu as distâncias entre as nações.

No Brasil, a internacionalização dos cursos de Pós-Graduação é considerada um aspecto importante pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que é a principal agência de fomento à qualificação de quadro de pessoal do país (FEIJÓ, 2013). A CAPES é um dos órgãos responsáveis pela avaliação e manutenção dos cursos de Pós-Graduação no Brasil, então atender as exigências desta instituição é vital para qualquer curso de Pós-Graduação brasileira.

Segundo Feijó (2013), a busca da internacionalização da educação brasileira está presente no Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG – 2011/2020) como uma das maiores metas do sistema. E dentre os convênios realizados pelo Brasil para internacionalização da Pós-graduação, está o PAEC.

De acordo com o Manual de Procedimentos dos Programas de bolsas de estudo e capacitação da OEA, em relação ao PAEC, o artigo 1 do Manual expressa o seguinte:

1.1. El propósito de los Programas de Becas y Capacitación de la Organización de los Estados Americanos es coadyuvar a los esfuerzos internos de los Estados Miembros en sus objetivos de desarrollo integral apoyando el desarrollo de recursos humanos en las áreas de acción que establece el Plan Estratégico de Cooperación Solidaria adoptado por la Asamblea General de la Organización (en adelante “el Plan Estratégico”). (OEA, 2013, p. 2).

Os procedimentos presentes no Manual foram acordados durante a 26ª reunião ordinária da OEA celebrada em 30 de abril de 2013. Desta forma, a OEA através do PAEC oferece oportunidades de bolsas para estudos acadêmicos com o apoio de suas instituições sociais na América e ao redor do mundo, cujo objetivo é contribuir para os esforços internos dos Estados-Membros em seus objetivos de desenvolvimento integral, apoiando o desenvolvimento e qualificação de recursos humanos de suas nações. E aliado a essa ideia, o Brasil incentiva os programas de intercâmbio também como fortalecimento da política externa do governo brasileiro.

A migração internacional motivada por questões educacionais

As redes sociais²⁰ e as relações construídas através da migração têm a capacidade de produzir modos de organização que ultrapassam as fronteiras de um Estado e as motivações para estas ações são as mais diversas possíveis, como a busca por melhores condições de vida, trabalho e oportunidade de qualificação acadêmica e profissional, além dessas motivações, segundo Pires, Berner e França (2016, p.758) existem também:

Entre as diversas categorias de imigrantes, tem-se os voluntários - aqueles que migram por vontade própria e tem um visto de trabalho concedido pelo país de destino; e os forçados - aqueles que migram em função de circunstâncias desfavoráveis no país de origem e obtêm um estatuto de

²⁰ Seria a configuração de vínculos interpessoais entrecruzados de forma inespecífica conectada às ações dessas pessoas e às instituições da sociedade. A ideia que permeia a metáfora de redes é a de indivíduos em sociedade, ligados por laços sociais, os quais podem ser reforçados ou entrarem em conflito entre si (ACIOLI, 2007).

proteção concedido pelo país de destino: fogem de guerras, perseguições, etc. e tem sua condição resguardada por tratados internacionais.

Evidenciando assim, que os movimentos migratórios internacionais são uma das expressões possíveis da mobilidade impulsionados por diversos fatores, sejam eles objetivos ou subjetivos. Contribuem para aqueles movimentos, entre outros aspectos, o desenvolvimento dos meios de transporte, os quais permitem o deslocamento de grandes distâncias em menor tempo; a sofisticação dos recursos tecnológicos de comunicação e de informação que, remotamente, possibilitam às pessoas um planejamento mais adequado do projeto de saída de seu país; e ainda a globalização que promete maior abertura dos mercados e à circulação de pessoas no mundo (FERREIRA, 2017). Segundo Rodrigues (2006, p. 197) o:

FENÔMENO MIGRATÓRIO internacional atual vem se caracterizando pelo desenvolvimento e constituição de sociedades em redes. A evolução dos transportes aumentou o volume e os movimentos desses deslocamentos e trouxe à tona a porosidade das fronteiras nacionais, étnico-culturais e identitárias, uma vez que nos terrenos das trocas materiais e simbólicas se confrontam indivíduos e culturas muito diferentes.

Nesse sentido, a mobilidade motivada por estudo se caracteriza como um tipo de movimento populacional que vem ganhando força na contemporaneidade, principalmente em função da existência de convênios que favorecem o intercâmbio de estudantes (OJIMA et al., 2014, p.166). Entre esses convênios, destaca-se o PAEC, já citado anteriormente, iniciativa que tem estimulado a vinda de estudantes para o Brasil.

O deslocamento empreendido por estudantes estrangeiros para o Brasil em busca de oportunidades educacionais tem crescido gradativamente a partir da aproximação de acordos culturais, alguns destes firmados a partir da década de 1940, um dos primeiros acordos com foi com a Bolívia, em que houve o deslocamento de estudantes provenientes dessa nação para o país. Com a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), aconteceu também uma maior aproximação do Brasil com os países latino-americanos, culminando assim, com um intercâmbio estudantil entre as nações dessa região (BRASIL, 2017).

A cada novo estudante que sai do seu país para realizar seus estudos no Brasil, uma rede de relações informal e internacional se consolida. Todo novo migrante reduz o custo da migração subsequente para um conjunto de amigos e parentes e, com a redução dos custos, algumas dessas pessoas são induzidas a migrar, o que expande cada vez mais o conjunto de pessoas com laços no exterior. (DOUGLAS MASSEY apud HANDRESON, 2015, p. 175).

A motivação para esse movimento de pessoas indo e vindo para o Brasil é a mais variada possível. Uma reflexão levantada pelo Antropólogo Handreson (2015, p. 194), torna-se pertinente na análise desse trabalho uma vez que:

[...] é interessante perguntar, a quem interessa a mobilidade? Ela é importante não só para os viajantes, mas os que ficam (imobilidade) e, também, ao próprio Estado, este fato implica um discurso sobre nacionalismo. Diante desse cenário, no mundo contemporâneo, alguns temas estão no coração do debate público e acadêmico, como o direito à mobilidade e a liberdade de circulação, discutida por Zygmunt Bauman, através do seu discurso sobre a “modernidade líquida”.

Já a motivação do Brasil em aderir a programas com o perfil do PAEC é a internacionalização da Pós-Graduação, visando também o fortalecimento das relações científicas em âmbito internacional. A OEA, por sua vez, para fortalecer em os Estados pertencentes à Organização, faz isto por meio da qualificação educacional dos estudantes que aderem ao PAEC, os quais buscam novas oportunidades e melhores condições de desenvolvimento acadêmico e profissional. Cada envolvido nesse processo tem sua motivação e seu interesse com a realização e manutenção do programa de mobilidade acadêmica internacional.

Metodologia

Após a pesquisa bibliográfica e um melhor entendimento do assunto pesquisado, definiram-se os instrumentos para a coleta dos dados, foram utilizados então, a entrevista e o questionário com perguntas abertas e fechadas. Uma das autoras por ser servidora na esfera administrativa da universidade teve acesso facilitado aos setores que estão diretamente ligados à relação que a UNIFAP possui com o GCUB para execução do PAEC/OEA.

Inicialmente, foi entrevistada a secretária da PROCRI que forneceu informações referentes ao PAEC. Além desta entrevista, entramos em contato com as secretarias dos Programas de Pós-Graduação da UNIFAP para obter informações sobre a presença de alunos estrangeiros nestes programas que ingressaram por meio do PAEC.

Nas secretarias dos programas obtivemos o contato de telefone pessoal dos alunos, e em agosto de 2017 após selecionarmos aleatoriamente os estudantes que seriam entrevistados entramos em contato com cada um deles através de uma rede social de mensagens instantâneas. Ao entrar em contato com os alunos, expusemos os objetivos da pesquisa e após o aceite deles encaminhamos os questionários via *e-mail*. Encaminhamos o questionário para 6 alunos e obtivemos o retorno de 5.

É importante ressaltar que diante do material coletado achamos importante transcrever *ipsis litteris* alguns extratos das falas dos estudantes respondes. Os trechos encontram-se na seção 6. Ao citar qualquer um dos estudantes entrevistados serão utilizados nomes fictícios cujo critério de escolha foi a partir dos nomes tradicionais da população brasileira, ficando assim disposto (Quadro 2):

Quadro 2: Nomes fictícios

Estudante 1	JOÃO
Estudante 2	BENEDITA
Estudante 3	MARIA
Estudante 4	JOSÉ
Estudante 5	ANTONIO

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2017.

Resultados

Esta sessão apresenta a análise dos questionários aplicados aos estudantes estrangeiros ingressantes na UNIFAP inseridos por meio do PAEC/GCUB/OEA.

Quadro 3: Perfil Socioacadêmico

Nome fictício	Idade	Estado civil	Filhos	Cor ou raça	Ano de ingresso na unifap	Curso ²¹
JOÃO	26	Separado	Não	Não declarou	2015	PPGBIO
BENEDITA	29	Solteira	Não	Branca	2014	PPGBIO
MARIA	30	Separada	Não	Branca	2016	PPGCS
JOSÉ	31	Solteiro	Não	Preto	2016	PPGMDR
ANTONIO	33	Casado	Sim	Preto	2017	PPGMDR

FONTE: Elaborado pelas autoras a partir do Questionário da Pesquisa, 2017.

A partir dos dados obtidos, nota-se que a faixa etária dos estudantes respondentes é aproximada não havendo uma diferença muito grande entre a idade deles. Em relação ao estado civil, observa-se que apenas um é casado e possui filhos, evidenciando que apesar de ter família no país de origem migrou para um outro país em busca de formação acadêmica. Quanto a raça nota-se que não prevaleceu uma raça ou cor. Quanto ao ano de ingresso, vale ressaltar que a

²¹ Programas de Pós-Graduação em Biodiversidade Tropical; em Ciências da Saúde; e Mestrado em Desenvolvimento Regional, respectivamente.

MEF. Programa de Pós-graduação em Estudos Fronteiriços. VI Seminário de Estudos Fronteiriços: Onde as fronteiras se encontram... Anais... Corumbá: UFMS, 2017. (2 a 4 de outubro de 2017).

escolha dos respondentes ocorreu de maneira aleatÓria, nÃo estando entre eles nenhum ingressante do ano de 2013, embora a adesÕo da UNIFAP tenha ocorrido neste ano. Ressalta-se que estes alunos estÃo presentes nos trÉs programas pioneiros da UNIFAP.

Em relaÇão Às perguntas abertas, o questionÁrio foi composto por 10 perguntas, onde o respondente ficou livre para expressar suas experi&Eancias e opiniÕes em relaÇão a cada uma delas. A seguir, reservou-se uma subseÇão para anÁlise de cada pergunta.

Como tomou conhecimento do PAEC?

Os cinco estudantes tiveram conhecimento do Edital de SeleÇão atrav&Eas da internet, evidenciando assim, que mesmo em paÍses diferentes o acesso À informaÇão foi igual para todos, bem como fundamental no processo de busca por novas oportunidades educacionais. Nota-se ainda que a interculturalidade como um novo fen&Omedil;o global tem incidido tamb&Eam no campo da educaÇão levando ao progressivo deslocamento de estudantes entre naÇões.

Qual a motivaÇão pela escolha do Brasil e em especial pelo Estado do AmapÁ?

Cada estudante apresentou uma motivaÇão especÍfica. A Benedita, estudou durante dois anos LÍngua Portuguesa com o intuito de vir estudar no Brasil, ganhar a bolsa de estudos foi a consolidaÇão do sonho. A escolha dela pelo AmapÁ deu-se em virtude da formaÇão que teria ao final do programa de mestrado.

O Jos&E9 e a Maria entraram no PAEC em busca de oportunidade, e dentre as opÇões de universidades presentes no edital de seleÇão estava a UNIFAP, cujo curso oferecia a formaÇão que eles buscavam.

O AntÔnio tamb&Eam fez a escolha do AmapÁ porque na UNIFAP tem a formaÇão que ele objetiva, mas, sobretudo, porque ao final do curso espera levar os conhecimentos aqui adquiridos para contribuir profissionalmente com o desenvolvimento do seu paÍs.

O JoÃo escolheu o Brasil por causa da oportunidade de realizar pesquisa recebendo bolsa de estudo, pois no paÍs de origem dele, o PerÚ, ainda nÃo tem esse tipo de apoio. E a escolha pelo AmapÁ ocorreu em funÇão do seu objeto de pesquisa ser a AmazÔnia.

Como se deu o processo de seleção do PAEC?

Ao analisar as respostas dessa questão, percebeu-se um consenso entre os estudantes. Todos relataram que o processo de seleção aconteceu “pela internet através do site da OEA, após os resultados cada Universidade tem que entrar em contato com os aspirantes para todo tipos de apoio, tramites de documentos até começar os cursos” (JOSÉ, agosto de 2017). Cada estudante teve que realizar todos os procedimentos expressos no Edital de Seleção e aguardar a convocação para então realizar os trâmites de migração para o Brasil.

Quais os trâmites realizados desde a saída do país de origem até a chegada em Macapá?

Percebeu-se semelhança nas respostas dos estudantes. Basicamente todos realizaram os procedimentos relatados pela Maria (Agosto de 2017):

Os tramites foram vários, eu tive que solicitar desde meu passaporte, um visto tipo IV após a chegada da carta da UNIFAP, e foi feita na embaixada do Brasil em na Colômbia, também ali tive que solicitar o CPF, trocar dinheiro para vir, também fazer a compra dos passajes do avião, o seguro médico para estrangeiros, apostilar meu diploma de formatura e legalizar na embaixada. Quando cheguei no Macapá tive que fazer outros tramites como solicitar a cédula da estrangeira, abrir conta do banco e fazer matricula no DERCA da UNIFAP.

Ao chegar a Macapá, houve algum tipo de apoio oferecido pela UNIFAP e/ou PAEC? No sentido de moradia? Auxílio financeiro? Alimentação? Adaptação ao idioma oficial do Brasil?

Para este item, as respostas foram mais detalhadas. Maria disse que teve dificuldades de contato com a UNIFAP nos momentos antecedentes a sua vinda para Macapá e que o auxílio financeiro que recebeu foi apenas a Bolsa de Estudos, e que a OEA deixou bem claro que nos meses iniciais os estudantes deveriam vir com dinheiro próprio para custear suas necessidades e que não era necessário saber o idioma oficial, pois a universidade se encarregaria dessa situação. Sobre a adaptação na cidade, os outros bolsistas a acolheram e a ensinaram sobre como morar em Macapá.

Houve um consenso entre os respondentes quanto à situação do Restaurante Universitário, pois os estudantes da pós-graduação não tinham os mesmo descontos que os estudantes da graduação, sendo assim, eles tinham que pagar o valor integral da alimentação.

Em relação ao Idioma, a dificuldade sentida pelos estudantes também foi consensual, eles responderam algo semelhante a João (Agosto de 2017):

Adaptação ao idioma oficial foi, no sentido literal, uma falta de respeito, pela improvisação sem contar com que se deu muitos meses depois da nossa chegada ao Brasil momento para o qual já pelo menos falávamos e entendíamos português medianamente.

Contudo, a maior dificuldade experimentada por todos os estudantes respondentes foi a adaptação ao idioma para auxiliá-los tanto no dia a dia quanto nas interpretações dos conhecimentos que eles necessitavam adquirir no ambiente acadêmico.

De modo geral a estrutura da UNIFAP tem atendido suas expectativas tanto em relação à infraestrutura quanto as questões científicas e acadêmicas?

No contexto geral, os alunos expressaram satisfação com a infraestrutura da universidade, porém todos ressaltaram que a UNIFAP poderia melhorar no apoio e acolhimento aos estudantes estrangeiros; na administração do Restaurante Universitário, no sentido de tratamento igualitário aos estudantes de todos os níveis de ensino; e no cronograma de ensino e lançamento de notas na plataforma *online* da instituição.

Quais suas expectativas profissionais após a conclusão do curso na UNIFAP?

As respostas demonstram certa interseccionalidade de expectativas, e acabam por dar sentido aos objetivos da própria OEA ao propor o PAEC. As respostas são semelhantes à de Antônio (Agosto de 2017), “O sonho que influencia me integrar profundamente a vida profissional, é ter a sensação de compartilhar meu conhecimento e também ajudar o meu país”.

Tem expectativa de algum dia morar definitivamente no Brasil? Ou pretende voltar para o seu país de origem?

Os estudantes responderam que desejam continuar os estudos em qualquer lugar que tiverem oportunidade para isto, não houve nenhum estudante que tenha enfatizado vontade em morar definitivamente no Brasil. De maneira individual, basicamente a resposta foi semelhante a de João (Agosto de 2017): “Eu curti muito do Brasil, é um país maravilhoso cheio de oportunidades, adorei. Se tiver a oportunidade de ficar, ficaria, mas com a crise isso fica complicado”.

Na UNIFAP, você sentiu algum tipo de preconceito relacionado à Cor ou raça? Em caso afirmativo, comente um pouco sobre essa sua experiência.

Os estudantes foram unânimes, afirmaram que não sentiram nenhum tipo de preconceito de cor ou raça. Benedita (Agosto de 2017), disse que “ao contrário, as pessoas são muito abertas, receptivas e amorosas”. Porém, em contato com estudantes de outras cidades o Antônio (Agosto de 2017) disse que eles sofreram preconceito grave.

Na UNIFAP, você sentiu algum tipo de preconceito relacionado à sua nacionalidade? Em caso afirmativo, comente um pouco sobre essa sua experiência.

João, José e Antônio afirmaram não ter sofrido preconceito relacionado a nacionalidade, porém a Benedita e a Maria passaram por algumas situações constrangedoras no Amapá:

Na UNIFAP nunca. Ao contrário, as pessoas adoram o sotaque argentino e gostam da Argentina. Só numa festa de Embrapa, que a esposa de um professor tomou minha bandeira e jogou no chão. Fiquei muito chateada e triste com essa situação, mas recebi mensagens de apoio de muitas pessoas (parece que esse acontecimento passou de boca em boca e outras pessoas também ficaram chateadas, por isso se comunicaram comigo). (BENEDITA, agosto de 2017).

E também:

Não diretamente mais quase sempre as pessoas em geral não só na UNIFAP, perguntam pelo passado do tráfico de drogas em nosso país as vezes torna-se chato e sento vergonha mas todos os colombianos não somos desse jeito, acho que é a fama que tem o país, mas sempre é bom aclarar que temos muitas coisas boas, e também tem muitas pessoas que diz coisas boas e é bom escutar isso. (MARIA, Agosto de 2017).

Diante da análise de todas as respostas pode-se inferir que os alunos envolvidos com o PAEC OEA/GCUB, de modo geral, estão satisfeitos com o Programa. Contudo, também se percebe em suas falas que o processo que envolve desde a saída do estudante estrangeiro do seu país de origem, chegada e adaptação no Brasil deve ser mais bem observado pelas instituições envolvidas, pois os alunos estrangeiros entendem que deveriam receber maior apoio destas.

Considerações finais

Este trabalho foi construído em torno da migração de estudantes estrangeiros para a Universidade Federal do Amapá, selecionados por meio PAEC GCUB/OEA, cujo objetivo é promover a integração dos países das Américas por meio da internacionalização e da mobilidade de estudantes na região.

A partir dos dados obtidos, observam-se os esforços do Brasil em avançar com a internacionalização da Pós-Graduação e com as relações internacionais de apoio a OEA. A busca da internacionalização da educação brasileira está presente no Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG - 2011-2020) como uma das maiores metas do sistema.

Com base na literatura sobre o tema pertinente e do material empírico obtido com auxílio do questionário e da entrevista, e às vezes acrescentada a vivência de uma das autoras enquanto servidora da instituição foi possível o desenvolvimento teórico e analítico desta temática.

Neste sentido, concluiu-se que para a sociedade que recebe os alunos estrangeiros é possível dizer que ela se beneficia do reconhecimento de suas universidades no exterior, pois estes estudantes dividem através de suas relações sociais as impressões vividas; e as vantagens e desvantagens de estudar nas universidades brasileiras.

Também se pode inferir que todos os entes envolvidos nesta pesquisa de certa maneira têm alcançado os seus objetivos. Pois, o Brasil vem promovendo a internacionalização da pós-graduação em suas universidades; e a OEA tem contribuído para a capacitação dos seus Estados membros por meio dos estudantes que aqui chegam, em busca de oportunidades e melhores condições educacionais. Com isso, espera-se que tanto o PAEC quanto os demais programas de migração estudantil continuem a fazer parte da política educacional de internacionalização da ciência produzida no Brasil.

Referências

ACIOLI, Sonia. **Redes sociais e teoria social**: revendo os fundamentos do conceito. Inf. Inf., Londrina, v. 12, n. esp., 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Manual do Estudante: convênio de graduação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/CelpeBras/manualpec-g>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

FEIJÓ, Rosemeri Nunes. **A internacionalização da educação superior no Brasil**: um estudo de caso de alunos estrangeiros do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/UFRG. 2013. 110f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio grande do sul (UFRS); 2013.

FERREIRA, Rubens da Silva. **Estudantes estrangeiros no Brasil**: migrações, informação e produção de diferença. 2017. 291f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Rio de Janeiro, 2017.

MEF. Programa de Pós-graduação em Estudos Fronteiriços. VI Seminário de Estudos Fronteiriços: Onde as fronteiras se encontram... Anais... Corumbá: UFMS, 2017. (2 a 4 de outubro de 2017).

HANDERSON, Joseph. **Diáspora**: As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa. 2015. 429f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional (UFRJ); 2015.

MARTINS, Carmentilla das Chagas. **A migração internacional nos quadros da cooperação transfronteiriça franco-brasileira**. Macapá, v. 3, n. 1, jan./jun. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.unifap.br/index.php/fronteiras/article/view/3409/carmentillav3n1.pdf>>. Acesso em: 15 agos. 2017.

OEA. Consejo Interamericano para el Desarrollo Integral de la Organización de los Estados Americanos. **Manual de procedimientos de los programas de becas y capacitación de la organización de los estados americanos**. doc. 61/13, 5 junio 2013 Original: español. Disponível em: <<http://www.oas.org/es/becas/ManualdeProcedimientos.pdf>>. Acesso em: 15 agos. 2017.

_____. **Programa de Alianças para a Educação e a Capacitação – PAEC OEA/GCUB 2015**: Edital OEA/GCUB nº 001/2015. Ano 2015. Disponível em: <http://www.grupocoimbra.org.br/Documentacao/Edital_PAEC_OEAGCUB_2015_FINAL_POR.pdf>. Acesso em: 15 agos. 2017.

OJIMA, Ricardo; AGUIRRE, Moisés Alberto Calle; SILVA, Bruno Lopes da; LIMA, William de Mendonça. **Migrações internacionais motivadas por estudo**: uma análise sociodemográfica dos estudantes estrangeiros radicados no Brasil. Revista PerCursos. Florianópolis, v. 15, n.28, p. 166 –189. jan./jun. 2014.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira; BERNER, Vanessa Oliveira Batista; FRANÇA, Julia Monteath de. **Os estudantes africanos no brasil na perspectiva da teoria crítica dos direitos humanos**. vol. 09, nº. 02, Rio de Janeiro, 2016. pp. 757-787.

RODRIGUES, Francilene. **Migração transfronteiriça na Venezuela**. In: Estudos avançados. vol.20 nº. 57 São Paulo May/Aug. 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Secretaria de relações internacionais**. Ano de publicação: Sem Data. Disponível em: <<http://www.internacional.ufes.br/pt-br/paec-oea>>. Acesso em: 13 agos. 2017.

A MOBILIDADE HUMANA E INTERAÇÕES SOCIAIS NA FAIXA DE FRONTEIRA ENTRE O MUNICÍPIO DE PARANHOS – BR E YPEJHÚ – PY

La Movilidad Humana e Interacciones Sociales en la Franja de Frontera entre el Municipio de Paranhos – BR e Ypejhú – PY

Cristiano Almeida da CONCEIÇÃO*

Claudia Vera da SILVEIRA**

Resumo: Este artigo tem como objetivo conhecer a mobilidade humana e as interações sociais na faixa de fronteira entre os municípios de Paranhos - BR e Ypejhú – PY. Para tal foi realizado uma pesquisa bibliográfica que contemplou uma discussão teórica sobre fronteira. Utilizou-se dados secundários de órgão oficiais de cada país (IBGE; DGEEC). Também se realizou um trabalho de campo no mês de julho de 2017, cujas informações coletadas foram registradas em um caderno de campo e ainda registros fotográficos da paisagem. O estudo apontou que as relações sociais ultrapassam o limite da fronteira.

Palavras-chave: Fronteira; Limite; Brasil; Paraguai.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo conocer la movilidad humana e interacciones sociales en la franja de frontera entre el municipio de Paranhos – Br e Ypejhú– Py. Para tal se ha realizado una revisión bibliográfica que contempló una discusión teórica sobre frontera. Se utilizó datos secundarios de entidades oficiales de cada país (IBGE, DGEEC). También se efectuó un trabajo de campo en el mes de julio del 2017, cuyas informaciones recabadas fueron registradas en un cuaderno de campo, además registros fotográficos del paisaje. El estudio revela que las relaciones sociales superan los límites de la frontera.

Palabras clave: Frontera; Límite; Brasil; Paraguay.

Introdução

A República Federativa do Brasil tem uma extensão territorial de 8.515.767.049 km², ocupando 47% da extensão territorial da América do Sul. Deste percentual o Brasil tem 23.102 km de fronteiras, sendo que 15.735 km terrestres e 7.367 km marítimas.

* Licenciatura em Geografia e Ciências Sociais, Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Doutorando em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, e-mail: cris87almeida@gmail.com

** Bacharel em Ciências Econômicas (UFMS), Mestre em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos (UEMS). Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, e-mail: gycvera@gmail.com

De acordo com Machado et al (2005) a Lei Federal nº. 6.634, de 2/05/1979, delimitou uma extensão territorial de 150 km de largura entre o Brasil com os demais países que faz limite internacional como faixa de fronteira. Além disso, a autora chama a atenção que a delimitação da faixa de fronteira procede desde o século 19 com sucessivas alterações na constituição federal. Esta mudança na delimitação após anos teve o intuito de estabelecer uma faixa de segurança nacional (MACHADO, et al 2005).

A República do Paraguai é um país mediterrâneo com uma área de 406.752 km². O rio Paraguai divide o país em duas regiões: a região ocidental e a região oriental (DGEEC, 2015). Administrativamente, o país está dividido em 17 departamentos²² desde o ano de 1992, constituindo 14 departamentos localizados na Região Oriental (Concepción, San Pedro, Cordillera, Guairá, Caaguazú, Caazapá, Itapúa, Misiones, Paraguari, Alto Paraná, Central, Ñeembucú, Amambay, Canindeyú), e três departamentos localizados na Região Ocidental (Presidente Hayes, Boquerón e Alto Paraguai). Os departamentos por sua vez estão divididos em distritos, termos que equivale a municípios no Brasil. Em 17 de fevereiro de 2005 o governo paraguaio sancionou a Lei nº 2.532/05 que delimita uma zona de 50 km ao longo do limítrofe com os demais países como área de segurança nacional (PARAGUAY, 2005).

Em 2005 foi estabelecido a Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira - PDFF, que visava estruturar política pública de desenvolvimento em área de fronteira. O Ministério da Integração Nacional, através da Portaria n. 213 de 19 de julho de 2016, define que:

Art. 1º Serão considerados cidades-gêmeas os municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho, assim como manifestações "condensadas" dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania. Art. 2º Não serão consideradas cidades-gêmeas aquelas que apresentem, individualmente, população inferior a 2.000 (dois mil) habitantes (Ministério da Integração Nacional 2016, p 138)

²² Departamento corresponde a Estado no Brasil.

Para o estado de Mato Grosso do Sul a Portaria Nº 213, de 19 de Julho de 2016 definiu sete cidades gêmeas fronteiriças: Bela Vista (BR) – Bela Vista Norte (PY); Paranhos (BR) – Ypejhú (PY); Porto Murtinho (BR) – Capitán Carmelo Peralta (PY); Ponta Porã (BR) – Pedro Juan Caballero (PY); Coronel Sapucaia (BR) - Capitan Bado (PY); Corumbá (BR) – Puerto Quijarro (BO) (BRASIL, 2016, seção 1 nº 138).

Segundo Albuquerque (2010) se utiliza o termo fronteira, limite e divisão como sendo sinônimos, mas existem diferenças entre esses termos. A distinção apontada pelo autor diz respeito ao seguinte: o limite internacional é denominado de fronteira, pois o limite é abstrato e a divisa só é percebida pelos marcos, controle alfandegário, instituições militares e controle migratório.

De forma similar Raffestin assinala que “[...] o limite é um sinal ou, mais exatamente, um sistema sêmico utilizado pelas coletividades para marcar um território” (RAFFESTIN, 1993, p 165). Assim sendo, “o limite é, portanto, uma classe geral, um conjunto cuja fronteira é um subconjunto. [...] a fronteira é manipulada como um instrumento para comunicar uma ideologia” (RAFFESTIN, 1993, p. 166)

Para Albuquerque (2005) os processos sociais ultrapassam os limites da fronteira, vão para além das divisas, o que há é uma construção de varias fronteiras, que estão em movimento pela cultura, linguagem e religião.

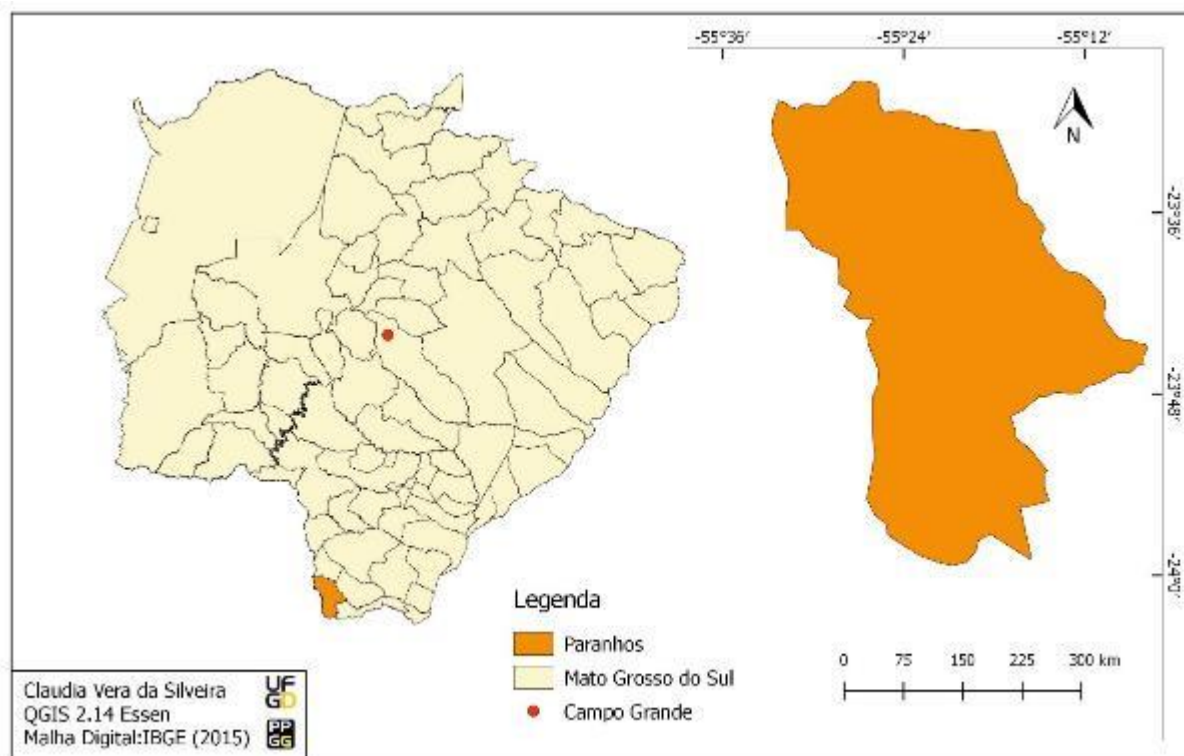
O transito pela fronteira é visivelmente dinâmico, pois passam diariamente por ela turistas, cidadãos fronteiriços mercadorias lícitas e ilícitas tanto para um lado quanto para o outro. A porosidade da fronteira está para além do controle fiscalizador das autoridades. Neste contexto, o presente artigo tem por objetivo conhecer a mobilidade humana e interações sociais na faixa de fronteira entre os município de Paranhos no Estado de Mato Grosso do Sul – Brasil e o distrito de Ypejhú no Departamento de Canindeyú – Paraguai.

O artigo está organizado em cinco partes, além desta introdução. Seguidamente na parte dois procurou-se discutir a formação socioespacial de Paranhos e Ypejhú. Na terceira parte abordou-se a compreensão de fronteira e sua singularidade ou (in)visibilidade nas relações entre brasileiros e paraguaios. Na quarta parte buscou-se evidenciar a mobilidades humanas e interações sociais na fronteira Brasil - Paraguai e, por fim, apresentemos as considerações finais.

A formação socioespacial de Paranhos e Ypehjú

Localizados na porção ocidental do estado de Mato Grosso do Sul o município de Paranhos foi emancipado em 11 de novembro de 1987. De acordo com o IBGE (2017) foi elevado à distrito pela Lei Municipal nº 1167, de 20 de novembro de 1958, e estava subordinado ao município de Amambaí, cabe destacar que em meados da década de 1940 a cidade passou a chamar-se Paranhos, em homenagem ao diplomata de fronteiras José Maria da Silva Paranhos (IBGE, 2010). A Figura 1 apresenta a localização do município.

Figura 1. Localização do município de Paranhos - MS.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE (2015).

A cidade de Paranhos está distante da capital do estado (Campo Grande) a aproximadamente 451 quilômetros. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) Paranhos tem uma extensão territorial de 1.309 km², uma população 12.335 habitantes, onde aproximadamente 6.623 residem em área urbana e 6.092 residem na área rural, o índice de Gini do município estimado no ano de 2010 foi 0,64.

Destaca-se que na área rural, ao longo da linha de limite internacional, existem cinco assentamentos de reforma agrária, sendo um deles o Cabeceira do Rio Iguatemi. A população indígena é constituída de seis aldeias e representa 35,66% da população do município. Brand (1998) assinala que as comunidades indígenas dos Nandeva/Chiripá, os Mbyá e os Kaiowá (no Paraguai este grupo ético se autodenominam Pãi-Tavyterã) ocupavam à área que atualmente faz parte do município, onde o território indígena se estendia desde o norte do rio Apa e Dourados, até a Serra de Maracaju dos dois lados tanto do Paraguai/Brasil nos afluentes do rio Jejuí.

A abundância de recursos florestais principalmente a erva mate (*Ilex paraguariensis*) atraiu o interesse de empresas como a Companhia Matte Laranjeiras²³ para a região de Paranhos, com o intuito de realizar exploração dos ervais nativos, onde predominava a utilização de mão-de-obra nativa e paraguaia, cabe destacar também que neste lugar foram construindo alguns depósitos com o intuito de armazenar a erva-mate.

Como mencionado anteriormente a região de Paranhos já estava habitada por população nativa, posteriormente com a exploração da erva-mate e madeiras, foram chegando outros contingentes populacionais a partir de 1910 (IBGE, 2010), como os gaúchos. Possivelmente estes imigrantes deslocaram-se para o lugar atraído pelos preços baixos das terras, como foi relato em conversas com os representantes municipais²⁴:

A partir de então, esta região de fronteira entre Brasil - Paraguay recebeu sucessivos contingentes de migrantes vindos de várias localidades do Brasil, sendo em maior número os sulistas gaúchos, paranaenses e catarinenses (fala de representante da prefeitura municipal de Paranhos).

A circulação de pessoas e mercadorias se dava através de picadas abertas com machado pelos próprios moradores. Os mascates que transitavam por estas regiões usavam carroças puxadas por cavalos para transportar os gêneros alimentícios, os quais podiam também ser transportados no lombo de cavalos.

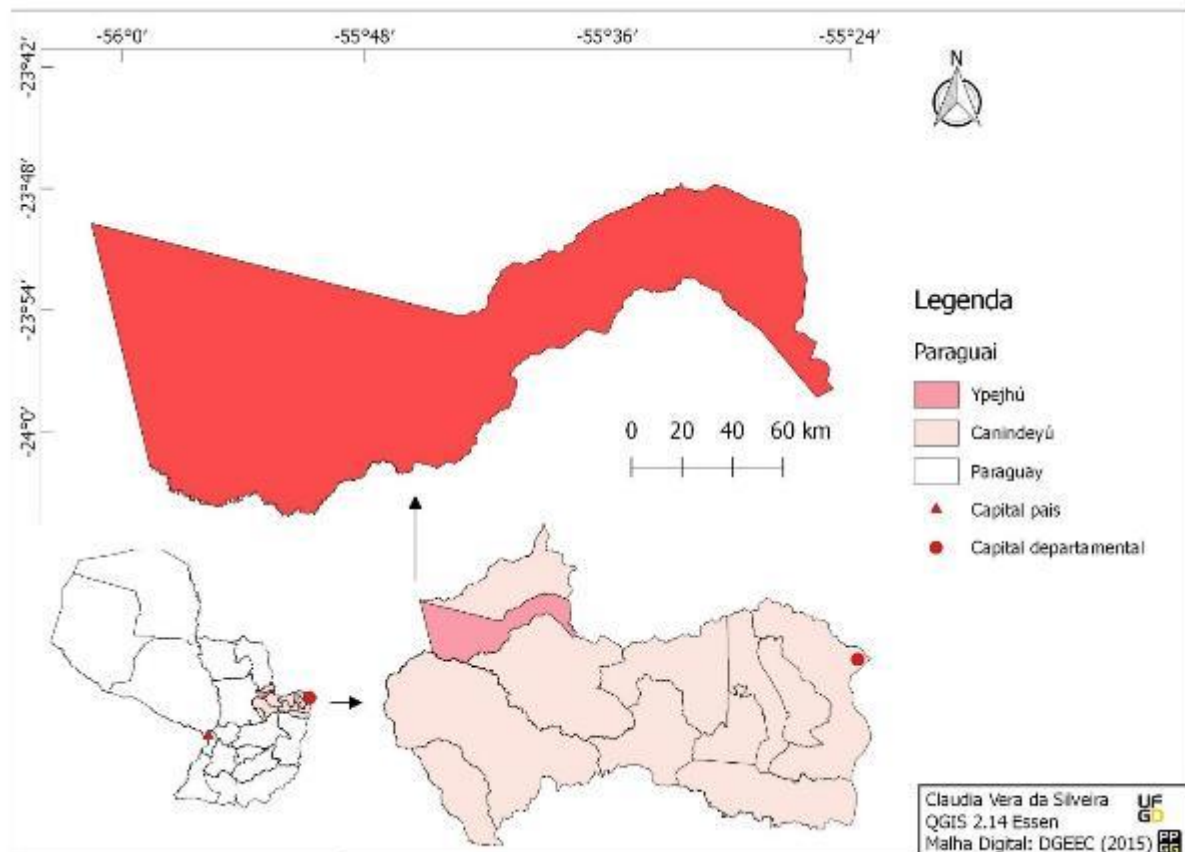
²³ Ver trabalho de QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. A Companhia Mate Laranjeira, 1891-1902: contribuição à história da empresa concessionária dos ervais do antigo Sul de Mato Grosso

²⁴ As falas aqui trazidas ao texto foram coletadas durante a visita na câmara municipal de Paranhos, onde alguns representantes do poder executivo e legislativo fizeram relatos sobre o município.

O município de Ypejhú é um dos 12 distritos que compõe o Departamento de Canindeyú, está localizado na região noroeste do departamento e faz fronteira com o município de Paranhos. A palavra Ypejhú é proveniente da língua guaraní e significa literalmente “pato (ype) e jhú (preto)”, pois na região existiam muitos exemplares deste animal, assim também como Paranhos este município era rico em florestas nativas, especialmente a erva-mate. No ano de 1975 foi elevada à categoria de município com uma extensão territorial de 1.213 km². O município com 6 assentamentos rurais e 17 colônias Indígenas. A Figura 2 apresenta a localização do distrito de Ypejhú.

Canindeyú é o décimo quarto departamento do Paraguai criado pela Lei n°. 406 de 1973. O seu território foi desmembrado dos departamentos de Caaguazú e Alto Paraná, inicialmente esteve composto pelos distritos de Ypejhú, Villa Igatimí, Curuguaty, Corpus Cristis, Itanará e Salto de Guairá, que é a atual capital departamental (DGEEC, 2004). Atualmente a população de Ypejhú é de 7.109 habitantes e possui uma densidade populacional de 5,6 hab/km².

Figura 2 Localização do Distrito de Ypejhú



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da DGEEC (2015).

Está unida a Paranhos, ciudad brasileña con la que componen un solo conurbano. Los pobladores se dedican a la agricultura y ganadera. En el año 1975 fue elevada a la categoría de distrito. Se encuentra ubicada frente a la localidad brasileña de Paranhos, em uno de los puntos más elevados de la cordillera de Amambay. Los pobladores se dedican a la agricultura y ganadera (MUNICIPALIDAD DE YPEJHÚ, 2017, p. 1).

Ypejhú está distante cerca de 380 km da capital Asunción. O acesso à capital está sendo melhorado com investimentos em obras de infraestrutura através da construção de uma rodovia que permitirá o ingresso mais rápido dos distritos de Ypejhú, Villa Igatimi e Curuguaty à capital do país, além de outras regiões (figura 3). Em conversa com o Intendente de Ypejhú Emigdio Morel, assinalou que está rodovia significa o progresso para a região, para a população em geral, e igualmente para o transporte de produtos agropecuários, pois até o momento o acesso rodoviário é feito em estradas sem pavimentação, e no período de chuva a estrada fica intransitável para caminhões e/ou ônibus.

Figura 3 Extração de material para construção da rodovia Ypejhú a Asunción



Fonte: Silveira, C. V. (2017).

É interessante ressaltar que no departamento de Canindeyú a geologia e a geomorfologia estabelecem duas regiões naturais:

... la primera determinada por las cordilleras de Amambay y Mbaracayú y sus estribaciones, y la segunda contigua a la anterior, que se extiende desde el río Jejuí Guazú y su continuación, el Jejuí-mí, hasta los límites del departamento al sur, formados por la cordillera de San Joaquín y el río Itambey. La topografía de la primera zona es accidentada, con amplios valles **aptos en general para la actividad agropecuaria**. La segunda, constituida por terrenos planos y ondulados es más bien apropiada para la **explotación agrícola**. La parte boscosa constituye actualmente la mayor reserva del país. Toda la superficie, especialmente la del norte, está abundantemente regada por ríos y arroyos (DGEEC, 2004, p. 2. grifo nosso).

Na área urbana do município de Ypejú predominam ruas de terras, inclusive na linha internacional (Figura 4). Entretanto algumas ruas centrais do município são pavimentadas como um material conhecido popularmente de “empredados”.

A franja fronteira entre a cidade conurbada de Paranhos e Ypejú apresenta duas ruas, uma do lado brasileiro corresponde a rua Duque de Caxias e a outra do lado paraguaio a rua Pedro Nunes, ao longo do limite internacional é mais intensa a urbanização (Figura 5). É necessário mencionar ao longo da linha internacional, tanto do lado de Paranhos quanto do lado de Ypejú o número de edificações de residências e comércio é relativamente baixo comparando com outras cidades fronteiriças conturbadas, como Capitán Bado e Coronel Sapucaia.

Figura 4 - Aspectos das ruas em Ypejú.



Fonte: Conceição, C.A (2017).

De acordo com Cuyate (2015), outro fator que caracteriza esses municípios fronteiriços é a presença tanto de um lado quanto do outro da circulação de pessoas sem haver qualquer controle pelas autoridades.

Desta forma Paranhos e Ypejhu são cidades fronteiriças que perfazem uma conurbação, permeada de porosidade, com destacada mobilidade humana e de mercadorias (COSTA, 2013). Juntos, esses dois municípios formam um contingente demográfico de pouco mais de 19.500 habitantes

Figura 5 - Aspectos da Linha Internacional entre os municípios de Ypejhu (PY) e Paranhos (BR).



Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

A fronteira e sua singularidade ou (in)visibilidade

O entendimento de Fronteira foi sendo construído ao longo do tempo como aponta Nogueira (2005, p.50): “em língua inglesa há uma distinção bem nítida, pois usa-se 'frontier' para designar a conquista de novas terras e 'boundary' para o limite entre dois países e border/borderline para o traço definidor das jurisdições”.

Costa (2013) esclarece a confusão entre o entendimento de fronteira e limite. Para ele a fronteira e o limite têm conotações diferentes. O limite corresponde a uma linha imaginária, por outro lado a fronteira “é uma franja de tamanho variável [...]” (COSTA, 2012, p. 23). Além disso, os fluxos que ocorrem na faixa de fronteira ou para além delas escapam ao controle das autoridades:

Os fluxos que não podem ser contidos pelas cercas ou pelos muros, a exemplo dos casos mencionados e da circulação viral, remetem implicações sanitárias, mas também responsabilidades políticas e sociais. Como a jurisdição de cada território termina/começa no limite e os fluxos de ar e água não compartilham dessa construção sociopolítica, deveria interessar muito aos habitantes de um lado e de outro da fronteira saber o que ocorre, o que está sendo feito no território vizinho (COSTA, 2013 p.67).

A fronteira é maior que limite, pois, limite está ligado à ideia de uma linha imaginária que tem a finalidade de dividir dois ou mais territórios, onde, a fronteira passa a englobar os limites de dois ou mais países, variando, conseqüentemente, o seu tamanho (Foucher, 2009). Nesse sentido, Costa (2011, p.134), compara essa realidade a uma cerca:

[...] ao mesmo tempo em que representa uma barreira, permite pelos seus vãos mais ou menos apertados a possibilidade da passagem. Caso a cerca (com o sentido de limite materializado) tenha vãos muito próximos, dificultando a passagem, ainda assim é possível superá-la por cima (escalando-a) ou por baixo (escavando o solo). Nesse sentido, a cerca, o limite, possui uma conotação de linha de separação entre um lado e outro. A fronteira é mais que isso: é uma área geográfica, com limites imprecisos, variável e dinâmica (que ora retrai, ora expande) que contém o limite.

A literatura a respeito de conceitos como limites e fronteiras contempla várias definições na busca de contemplar as peculiaridades existentes em cada realidade, porém, ressaltando-se que as fronteiras e limites internacionais são resultado de acordos entre dois ou mais países e de imposição de um dos lados (Backheuser, 1952). Para Rolon Oliveira (2009, p. 20):

A fronteira não pode ser entendida, apenas como uma linha pontilhada sobre o mapa, ditada pela fria cartografia, mas sim, como um elemento de diferenciação, comunhão, e comunicação que, muitas vezes, interpõe a ordem e a desordem, o formal e o funcional, como equilíbrio dinâmico das regras e dos ritos.

Desta forma a fronteira é o produto de processos e interações econômicas, culturais e políticas, tanto espontâneas como promovidas, que acontece na zona de fronteira.

E, ainda, é importante ressaltar a existência de peculiaridades em cada região fronteiriça. Neste sentido Grimson (2000, p. 2) contribui esclarecendo que

cada zona fronteriza, en el proceso histórico de su propia delimitación y en el proceso social de renegociación y conflictos constantes, conjuga de un modo peculiar, la relevancia de la acción estatal y de la población local. Por ello, el estudio antropológico de las comunidades fronterizas es simultáneamente el estudio de la vida cotidiana del Estado, de las poblaciones y de las relaciones entre ambas. Las relaciones entre nación, Estado y cultura son sumamente problemáticas (Grimson, 2000, p. 2).

Assim, muitas vezes a imagem que se tem de fronteira é feita de forma negativa, geralmente é vista como desorganizada, local “próspero” para as contravenções e contrabandos de toda ordem, colaborando para a fuga de criminosos de um lado como de outros (Costa, 2009).

Nos noticiários a fronteira de Paranhos e Ypejú é retratada como território em disputa pelas facções criminosas que estão em guerra pelo controle do território²⁵. Segundo dados apresentados na matéria 90% da maconha consumida no país tem como seu principal fornecedor o Paraguai. Além da droga a fronteira com o Paraguai também é porta de entrada para o contrabando e entrada de arma para abastecer os grandes centros urbanos brasileiros.

Diante disso, Costa (2009, p. 67) contribui ressaltando a presença do imaginário das pessoas sobre fronteira:

Vale destacar que a visão da fronteira pelos de fora, do interior, constantemente provoca sentimentos de discriminação do fronteiro, visto como suspeito, motivo de desconfiança, já que reside num local onde são permitidas as mais diversas contravenções contra o Estado. É frequente a inspeção completa do veículos com placas das cidades de fronteira quando estão circulando no interior do Estado a ponto de provocar em muitos o desejo utilizar uma placa de um município fora da zona de fronteira. Empiricamente isso pode ser observado, por exemplo, nos indivíduos migrantes de classe média que residem em Corumbá-MS que utiliza placas de Ladário (apesar de estar na zona de fronteira não é lembrada como tal) ou das suas cidades de origem. No imaginário das pessoas do interior, a fronteira é lembrada pelos fatos negativos, não pelas virtuosidades. Os fronteirões vêm de maneira diversa a fronteira. Nessa visão estão presentes os relacionamentos, os fluxos, os câmbios. (p. 68).

A fronteira é uma construção socioespacial que se (des)combimam e modifica com a interação de pessoas; através do fluxos de pessoas, mercadoria e sua modificação está ativa a todo tempo.

De acordo com Nogueira (2007) “[...] há um consenso de que a fronteira é um lugar de demarcação de diferenças” [...]. Neste sentido entendemos que a fronteira é construída em tempos e momentos desiguais. Ao transitar pelas ruas de Paranhos e Ypejú é visível as marcas temporais na cidade tanto de um lado quanto do outro, materializadas por exemplo nos discursos da população que afirmam que os “municípios eram um só”.

²⁵ Site Campo Grande News “Escancarada nas mãos do crime organizado, fronteira só existe no mapa” reportagem vinculada no dia 03/08/2017.

Mobilidades humanas e interações sociais na fronteira Brasil - Paraguai

O acesso oficial à cidade de Paranhos é pela rodovia estadual MS 295, os demais caminhos que dão acesso ao município são de estradas vicinais pavimentadas ao longo do limite internacional. A vigilância com posto de controle fiscal e sanitário está distante em um raio de 120 km. Ao chegar ao núcleo urbano é comum observar a movimentação de carros com placas do Paraguai e motocicletas sem placas e condutores não usando o capacete.

Existem duas opções para chegar via transporte terrestre à Paranhos e duas opções de rotas de ônibus²⁶. Já no município de Ypejhú há linhas de ônibus que realizam o trajeto até Assunção passando por Curuguaty e a passagem custa em média menos que cem reais.

A malha urbana de Paranhos está ao longo da linha internacional e seu sentido esta na direção norte sul. Na porção sul da cidade está localizada a praça central e alguns comércios como mercados, lanchonetes e lojas de materiais de construção. Anexado à praça central, estão localizados dois quiosques que comercializam lanches e sorvetes. A praça durante o dia é um ponto de passagem de pessoas, mas durante a noite se torna um lugar de encontro de namorados ou também de amigos que vão a praça para tomar tereré e ouvir musica. O comércio de Paranhos é pouco expressivo em comparação aos municípios em seu entorno como Tacuru, Amambai e Coronel Sapucaia.

Na cidade de Ypejhú os espaços de lazer são poucos e eles estão localizados próximo ao limite internacional. Na rua que da acesso a prefeitura há um campo de futebol cercado de pneus, que é utilizado para a prática esportiva nos fins de tarde. Há também neste campo a realização de campeonato de futebol que envolve a juventude brasileira e paraguaia (Figura 6).

Ainda foi observado que no entorno do campo de terra batida há duas cabines (casinhas) construídas de carpintaria que em momentos de jogos do campeonato é

²⁶ A primeira opção é a empresa Expresso Queiroz que realiza viagem uma vez ao dia partindo de Paranhos a Campo Grande passando por Ponta Porã, o custo da passagem é de aproximadamente R\$ 134. A outra linha de transporte é realizado pela empresa Umuarama, a opção de horário é uma vez ao dia e a passagem custa 113 reais.

utilizada como banco de reservas dos atletas e para acomodação da imprensa que vem fazer a cobertura. Paralelo ao campo existe uma cancha de corrida de cavalos (hipódromo), mas segundo moradores no interior do município há outras canchas como esta que atraem brasileiros tanto para apostar dinheiro nas corridas como também trazem seus animais para correr.

Figura 6 - Campo de futebol na cidade de Ypejhú



Fonte: Conceição, C.A. (2017).

Ao transitar em território fronteiriço a linguagem é um elemento de identificação do indivíduo como aponta Raffestin (1993). É interessante destacar que é comum para a população da região realizar diálogos usando três idiomas ao mesmo tempo: português, espanhol e guaraní.

A relação de brasileiros exercendo cargos políticos em cidades paraguaias é uma realidade apontada na tese de doutorado de Albuquerque (2005) quando estudava o processo de imigração de brasileiros no Paraguai. Esta participação de brasileiro envolvido em instituições pública em Ypejhú também é fato, pois o último intendente²⁷ de Ypejhú possuía dupla cidadania. Esta proximidade na gestão anterior proporcionou execução de obras em parcerias entre as prefeituras, e uma

²⁷ Site Região News, 19 de Maio de 2014 “Ypejhu comemora os 203 anos de independência do Paraguai”.

delas foi à pavimentação das estradas vicinais de Paranhos com o cascalho vindo de Ypejhú, e em troca Paranhos receberia os alunos para estudar nas escolas do município.

Diferente de outras cidades fronteiriças Paranhos e Ypejhú não recebe exclusivamente os “turistas de compras”²⁸, como ocorre nas cidades de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, onde parte dos visitantes vão a estas cidades para adquirir produtos com preços mais baixos daqueles praticados no Brasil. Em Ypejhú encontra-se lojas que comercializam motocicletas e um pequeno shopping com variedades de produtos.

Ao visitar duas escolas em Ypejhú, uma de âmbito municipal, e a outra de âmbito nacional percebemos que os alunos têm um profundo respeito à figura do maestro²⁹. Andando pelos corredores das escolas observamos a religiosidade e o orgulho de ser paraguaio estampados em frases afixadas na parede do colégio (Figura 7).

²⁸ Ver GOERTTERT, Jones Dari. Fronteiras: Quando o paraíso e o inferno moram ao lado. Identidades, imagens e gentes por entre Ponta Porã (Mato Grosso do Sul, Brasil) e Pedro Juan Caballero (Amambay, Paraguay).

²⁹ Maestro equivale ao professor no Brasil.

MEF. Programa de Pós-graduação em Estudos Fronteiriços. VI Seminário de Estudos Fronteiriços: Onde as fronteiras se encontram... Anais... Corumbá: UFMS, 2017. (2 a 4 de outubro de 2017).

Figura 7 - Escola de Ensino fundamental e Ensino Médio em Ypejhú.



Fonte: Elaboração pelos autores (2017).

Outro símbolo muito presente em escola, paço municipal e em várias casas é a bandeira paraguaia. Na escola havia um cartaz com o seguinte dizer “Soy Paraguayo com Orgulho”.

Considerações finais

O trabalho revelou a diversidade de territorialidades que são materializadas no território fronteiriço. Observamos ainda que os cidadãos fronteiriços tanto de um lado quanto do outro mantêm sua identidade cultural, mesmo que a outra cultura o influencie. A fronteira transpassa o limite e as divisas impostas pelo estado-nação. Pois existe uma intensa mobilidade humana para um e outro lado da fronteira, além de forte interação social entre as populações. O fato dos alunos que estão morando em fazendas do lado paraguaio e frequentam as escolas brasileiras demonstra a flexibilidade que é estabelecida na fronteira.

Referencias

ALBUQUERQUE, José L. C. **Fronteiras em movimento e identidades nacionais: a imigração brasileira no Paraguai**. 2005. 265f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, curso pós-graduação em Sociologia, Fortaleza, 2005.

BENEDETTI, A. Lugares de frontera y movilidades comerciales en el sur sudamericano: una aproximación multiescalar. In. COSTA, E.A.; COSTA, G.V.L.; OLIVEIRA, M.M.M. (Org.) **Fronteiras em foco**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2011. p. 33-55.

BRAND, A. "Quando chegou esses que são nossos contrários" — A ocupação espacial e o processo de confinamento dos Kaiowá/Guarani no Mato Grosso do Sul. **Revista Multitemas**, 1998, 12: p.21-51

BRASIL. Diário Oficial da União. Seção Nº 138, quarta-feira, 20 de julho de 2016. Ministério da Integração Nacional. PORTARIA Nº 213, DE 19 DE JULHO DE 2016, **Estabelece o conceito de "cidades-gêmeas" nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por estado que se enquadram nesta condição.** Acesso <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/servlet/INPDFViewer?jornal=1&pagina=12&data=20/07/2016&captchafield=firistAccess>.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. **Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Brasília:** Ministério da Integração Nacional, 2005. Disponível em: <<http://www.retis.igeo.ufrj.br/wp-content/uploads/2005-livro-PDFF.pdf>>. Acesso em 20 abr. 2017.

COSTA, E. A. Mexe com o que? Vai pra onde? Constrangimentos de ser fronteiriço. In. COSTA, E.A.; COSTA, G.V.L.; OLIVEIRA, M.M.M. (Org.). *Fronteiras em foco*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2011, p.131-170. (Série Fronteiras).

COSTA, E. A. Mobilidade e fronteira: as territorialidades dos jovens de Corumbá Brasil. **Revista Transporte y Territorio**. Universidad de Buenos Aires, n. 9, p.72-93, 2013.

COSTA, E. A. Ordenamento territorial em áreas de fronteira. In. COSTA, E.A.; OLIVEIRA, M.M.M. (Org.). **Seminário de estudos fronteiriços**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2009. p. 61-78.

COSTA, E. A. Os bolivianos em Corumbá-MS: construção cultural multitemporal e multidimensional na fronteira. **Cadernos de estudos culturais**, v.4, n.7, p.17-33, 2012.

CUYATE, R. **Fronteira e territorialidade dos camponeses do assentamento 72, Ladário-MS**. Dissertação (Estudos Fronteiriços). Corumbá: UFMS, 2015.

DGEEC - **Dirección General de Estadísticas Encuestas y Censo**. 2015.

DGEEC - Dirección General de Estadísticas Encuestas y Censo. **Altas Censal del Paraguay. Departamento de Canindeyú**. 2004. Disponível em: <<http://www.dgeec.gov.py/Publicaciones/Biblioteca/Atlas%20Censal%20del%20Paraguay/17%20Atlas%20Canindeyu%20censo.pdf>> Acesso em: 23/09/2017.

FOUCHER, M. **Obsessão por fronteiras**. Tradução de Cecília Lopes. São Paulo: Radical Livros, 2009.

GOERTTERT, Jones Dari. **Fronteiras: Quando o paraíso e o inferno moram ao lado. Identidades, imagens e gentes por entre Ponta Porã (Mato Grosso do Sul, Brasil) e Pedro Juan caballero (Amambay, Paraguay)**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2017.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia (SEMAC). **Reinaldo Azambuja** Campo Grande: SEMAC, Janeiro de 2015.

GRIMSON, Alejandro. **Pensar fronteras desde las fronteras**. Nueva Sociedad. Nº 170. Noviembre-diciembre 2000.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção da Pecuária Municipal**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

MACHADO, Lia et al. O desenvolvimento da Faixa de Fronteira: Uma proposta conceitual-metodológica. In: OLIVEIRA, Tito C. M. de (Org). **Território sem limites – estudos sobre fronteiras**. Campo Grande: Ed.UFMS, p. 87-112.

MEL, Jaime. Ypejhu comemora os 203 anos de independência do Paraguai. **Região News - O Nosso Portal de Notícias**. Paranhos, 19 de maio de 2014. Disponível em <<http://www.regiaonews.com.br/noticias/171686>>. Acesso em: 24 ago 2017

MUNICIPALIDAD DE YPEJHÚ. Disponível em: <<http://municipalidadypejhu.gov.py>> Acesso em: 22/09/2017.

NOGUEIRA, Ricardo José Batista. Fronteira: espaço de referência identitária? **Ateliê Geográfico**, Goiânia-GO, v. 1, n. 2, p.27-41, dez/2007.

PARAGUAY. Dirección General de Estadística Encuestas y Censos. **Anuario Estadístico del Paraguay**. 2014. Asunción, Enero de 2016.

PARAGUAY. Ley Nº 2.647/05 Que Modifica el Artículo 3º de la Ley nº 2.532 del 17 de febrero de 2005 **“Que Establece La Zona de Seguridad Fronteriza de La**

Republica del Paraguay del 17 de febrero de 2005. Asunción: Disponível em:<<http://www.catastro.gov.py/archivos/leyes/leyes%20relacionadas%20al%20catastro/ley%202647-05%20modif%20ley%202532-05.pdf>>. Acesso em 20 abr. 2017.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. A Companhia Mate Laranjeira, 1891-1902: contribuição à história da empresa concessionária dos ervais do antigo Sul de Mato Grosso. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 8, n. 1, p.204-228, jan.-jun. 2015.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

ROLON, Márcia Raquel. Moinho cultural: Uma escola fronteiriça em movimento. SAQUET, M. A. et al. **Geografia dos e para a cooperação ao desenvolvimento territorial: experiências brasileiras e italianas**. São Paulo: Editora Outras Expressões, 2010. P. 173-190.

SACK, R. **Human territoriality: Its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, Aline dos. Paranhos é a 9ª cidade mais violenta do Brasil; MS tem mais 3 entre as 100. **Campo Grande News**. Campo Grande, 02 julh de 2014 Disponível em <https://www.campograndenews.com.br/impresao/?_=%2Fcidades%2Fparanhos-e-a-9a-cidade-mais-violenta-do-brasil-ms-tem-mais-3-entre-as-1...>. Acesso em: 24 ago 2017.

¹ Os imigrantes ilegais seriam as pessoas que decidem morar no Brasil mais não se identificam, não buscam por opção própria regularizar sua documentação em solo nacional, e, por isso, trabalham e vivem como podem. Exemplos fáceis destes casos vê-se principalmente nas cidades de fronteira quando estrangeiros do país vizinhos estabelecem moradia no Brasil em busca de melhores condições.

¹ Os imigrantes pendulares, apesar de também envolver estrangeiros vizinhos, diferenciam-se dos ilegais, vez que permanecem residentes em seus países, mas em seu cotidiano, entram no Brasil geralmente para trabalhar, buscar serviços, entre outros, e ao fim da sua rotina retornam ao seu país de origem.

¹ *Perguntas e respostas*. Artigo online. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/português/informacao-geral/perguntas-e-respostas/>. Acesso em: 03 jun. 2016.

¹ *O Conceito de Pessoa Apátrida segundo o Direito Internacional Resumo das conclusões*. Artigo online. Disponível em: [http://www.acnur.org/t3/portugues/recursos/documentos/?tx_danp_documentdirs_pi2\[mode\]=1&tx_danpdocumentdirs_pi2\[folder\]=169](http://www.acnur.org/t3/portugues/recursos/documentos/?tx_danp_documentdirs_pi2[mode]=1&tx_danpdocumentdirs_pi2[folder]=169). Acesso em: 06 jun. 2016.

¹ “tramitando” são os processos que ainda estão sendo analisados; os processos que estão em fase de “recurso” são os que já têm sentença do magistrado de primeira instância e estão sendo analisados no Tribunal de Justiça, com recurso interposto pela parte interessada ou pelo Ministério Público. Os “julgados” são os que já têm decisão e não houve recurso. O que está “suspenso” está aguardando alguma providência para que possa ser concluído e até que seja realizada essa diligência faltante ele fica sobrestado, aguardando julgamento.

¹ Lenza (2012, p.1098) contribui outra vez e explica: Outros adotam o critério do *ius solis*, ou critério da territorialidade, vale dizer, o que importa para a definição é aquisição da nacionalidade é o local do nascimento, e não da descendência. (Este critério é normalmente utilizado pelos países de imigração,

a fim de que descendentes dos imigrantes, que venham nascer no solo do novo país, sejam nacionais daquele novo país, e não do de origem, o que ocorria se o critério fosse o sangue).

CIDADANIA NA FRONTEIRA: A CONDIÇÃO DAS PESSOAS INDOCUMENTADAS NO MUNICÍPIO DE CORUMBÁ

*Citizenship at the Frontier: the Condition of Persons Undocumented in the
Municipality of Corumbá*

Monik Schimidt ROTH*

Luiza Viera de Sá FIGUEIREDO**

Resumo: O objetivo deste estudo é analisar a legislação e as políticas públicas que envolvem pessoas na condição de indocumentadas em Corumbá-MS. Os indocumentados, por estarem nesta condição, são submetidos a limitações de acesso a direitos garantidos constitucionalmente; são juridicamente inexistentes. A análise da legislação foi realizada através de pesquisa bibliográfica; a análise das políticas públicas, através de pesquisa bibliográfica e de campo, consistente em entrevistas informais com usuários e executores da política em Corumbá. Ao final, indicam-se meios de regularização da documentação de brasileiros e estrangeiros e propõem-se soluções para melhoria da estrutura estatal de atendimento a pessoas nesta condição.

Palavras chave: fronteira, indocumentados, estrangeiros, brasileiros, cidadania.

Abstract: The objective of this study is to analyze the legislation and the public policies that involve people in the condition of undocumented in Corumbá-MS. Undocumented immigrants, because they are in this condition, are subject to limitations of access to constitutionally guaranteed rights; are legally non-existent. The analysis of the legislation was carried out through bibliographical research; the analysis of public policies, through bibliographical and field research, consisting of informal interviews with users and policy makers in Corumbá. At the end, means of regularization of documentation of Brazilians and foreigners are indicated and solutions are proposed to improve the state structure of care for people in this condition.

Key words: border, undocumented, foreigners, brazilian, citizenship.

Introdução

* Docente na FACSUL. Mestre em estudos fronteiriços. Advogada. Graduação em direito/UNIDERP. E-mail advmoniksroth@gmail.com

** Pesquisadora convidada do grupo CADEF/UFMS - Movimento espacial de fronteira. Orientadora no programa de mestrado em estudos fronteiriços da UFMS/Campus Pantanal. Pós-doutorado em democracia e direitos humanos na faculdade de direito da universidade de Coimbra. Doutorado em ciências humanas/USP. MBA em gestão de pessoas no setor público/UGF. Especialização em teoria do estado e das relações sociais na ESMAGIS/UCDB. Especialização em gestão pública/UCDB. Graduação em direito/UFMS. Membro do conselho editorial e de pesquisa da EJUD. Formadora e tutora - ENFAM. Email luizavisa@hotmail.com

Uma pessoa sem documentação passa por diversas dificuldades, com acesso restrito a direitos e garantias declaradas nas Constituições, Convenções e Tratados. Com intuito de garantir o exercício da cidadania e a dignidade da pessoa humana, a Constituição Federal de 1988 elencou não só aos brasileiros, mas também a todos os estrangeiros que estiverem no território nacional, direitos fundamentais, além daqueles previstos em Convenções, Tratados e na própria Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH).

No presente trabalho, aborda-se a situação das pessoas indocumentadas no município Corumbá-MS, na fronteira Brasil-Bolívia, especificamente em relação aos estrangeiros, apátridas ou refugiados, e brasileiros sem registro de nascimento, que passam por essa região ou aí permanecem, bem como os meios necessários e disponíveis para a regularização dessa situação.

Da metodologia, destaca-se a pesquisa bibliográfica em livros, periódicos e internet; visitas a órgãos de execução da política pública existente para atendimento a essas pessoas; e entrevista informal com alguns profissionais e instituições públicas que atendem pessoas indocumentadas, estrangeiras e brasileiras.

Por fim, serão trazidas sugestões do que poderia ser aprimorado para a efetivação dos direitos constitucionais das pessoas indocumentadas, especialmente a para garantir o exercício da cidadania, em termos de legislação e de políticas públicas para essa região fronteiriça.

Indocumentados

Para o estudo proposto no município de Corumbá, foi possível identificar três situações similares, reunidas em um gênero, que convencionou-se chamar de *indocumentados*.

As espécies deste gênero seriam os brasileiros sem registro de nascimento e estrangeiros. Como subespécies dos estrangeiros, tem-se os imigrantes refugiados e apátridas. Embora também existam outras situações que envolvem a categoria

estrangeiros (como os imigrantes ilegais³⁰ e os pendulares³¹), estes não serão o foco deste estudo.

O indivíduo indocumentado está nesta condição por não ter documento de identificação e não há como quantificá-los, pois nem todos se identificam ao passarem pela fronteira. A condição de indocumentação pode se dar de diversas maneiras, e para entender melhor as diferenças entre esses indivíduos indocumentados, traz-se nos tópicos abaixo um rápido ensaio dos conceitos e particularidades de cada um.

Estrangeiros

Bueno (1996, 537) define estrangeiro como o indivíduo originário de outro país. Nos termos da Lei nº 6.815/1980, com alterações da Lei nº 6.964/1981, e regulamentada pelo Decreto nº 86.715/1981, estrangeiros são aqueles que não possuem a nacionalidade brasileira. Desta forma, estrangeiro é a pessoa que não é reconhecido como nacional em determinado país.

No Brasil, em 1980 foi promulgada a Lei nº 6.815, que ficou conhecida como Estatuto do Estrangeiro. Nela encontram-se vários dispositivos que regulamentam situações que envolvem o estrangeiro no território brasileiro, inclusive estabelece os requisitos para que o estrangeiro tenha a permissão para entrar no Brasil, o que se dá por meio da concessão do visto de entrada, que é registrado no seu passaporte.

³⁰ Os imigrantes ilegais seriam as pessoas que decidem morar no Brasil mais não se identificam, não buscam por opção própria regularizar sua documentação em solo nacional, e, por isso, trabalham e vivem como podem. Exemplos fáceis destes casos vê-se principalmente nas cidades de fronteira quando estrangeiros do país vizinhos estabelecem moradia no Brasil em busca de melhores condições.

³¹ Os imigrantes pendulares, apesar de também envolver estrangeiros vizinhos, diferenciam-se dos ilegais, vez que permanecem residentes em seus países, mas em seu cotidiano, entram no Brasil geralmente para trabalhar, buscar serviços, entre outros, e ao fim da sua rotina retornam ao seu país de origem.

Os direitos do estrangeiro no Brasil também são tratados pela Constituição. A principal limitação ao estrangeiro é a impossibilidade de aquisição de direitos políticos trazida no artigo 14, § 2º da CF/88.

No Brasil, em linhas gerais, é garantido por lei ao estrangeiro o direito ao asilo seguro, e assim como aos brasileiros, é disponibilizada a assistência básica a qualquer estrangeiro com residência regular no país; bem como os direitos fundamentais, sociais e econômicos; ou seja, devem gozar dos direitos civis básicos, incluindo a liberdade de pensamento, a liberdade de deslocamento, a não sujeição à tortura e a tratamentos degradantes.

Feitas essas considerações gerais a respeito dos estrangeiros, passa-se a analisar a situação destas pessoas na condição de refugiados e apátridas.

Refugiados

Refugiados são pessoas que necessitam deslocar-se para salvar suas vidas ou preservar sua liberdade. Elas não possuem, muitas vezes, a proteção de seu próprio Estado, e não raro é seu próprio governo que ameaça persegui-los (ACNUR, 2015, p.1³²).

De acordo com o artigo 1º da Lei nº 9.474/97 que trata dos Refugiados, é reconhecido como refugiado toda a pessoa que, em razão de fundados temores de perseguição devido à sua raça, religião, nacionalidade, associação a determinado grupo social ou opinião política, encontra-se fora de seu país de origem e que, por causa dos ditos temores, não pode ou não quer regressar ao mesmo, ou devido à grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outros países.

O procedimento para solicitação do refúgio, consta na referida Lei nº 9.474/1997 e na Resolução Normativa nº18 de 30 de abril de 2014, do Ministério da Justiça. O artigo 1º da Resolução Normativa determina que deve ser preenchido um formulário com dados pessoais e meios para o contato, que será entregue na Polícia Federal, onde serão coletadas as informações biométricas do indivíduo e após o

³² *Perguntas e respostas*. Artigo online. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/português/informacao-geral/perguntas-e-respostas/>. Acesso em: 03 jun. 2016.

protocolo, o formulário é encaminhado ao CONARE, que posteriormente agendará entrevista com o estrangeiro.

Com este protocolo o estrangeiro refugiado, assim como determina o artigo 2º, I, §2º, §3º e §5º, da mencionada Resolução, pode solicitar o seu Cadastro de Pessoa Física e sua carteira de trabalho aos órgãos responsáveis. Porém, ambos terão o mesmo prazo de validade do protocolo de solicitação do refúgio, que é de um 1(um) ano, mas que pode ser prorrogado pelo CONARE, se entender necessário, enquanto estiver em análise o procedimento do refúgio.

O CONARE tem sedes em Brasília, Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo, contudo, mas se o estrangeiro estiver em outra cidade a entrevista pode ser realizada por videoconferência. Caso o solicitante não compareça à entrevista, poderá ser arquivado o procedimento (artigo 6º da referida Resolução).

Se antes da decisão do CONARE o solicitante precisar mudar de endereço, deve ir ao posto do Departamento de Polícia Federal mais próximo do novo endereço para atualizar seus contatos e informar ao CONARE por meio do [Formulário de Atualização Cadastral, conforme artigo 5º da mencionada Resolução](#).

Vale pontuar, que diferente do refúgio, o asilo político pode ser solicitado no próprio país de origem do indivíduo. O asilo é concedido ao estrangeiro que se encontra sob perseguição política ou ideológica em seu país de origem.

Se for indeferido o pedido de refúgio, por parte do CONARE, órgão de primeira instância, o estrangeiro pode recorrer ao Ministério da Justiça como última instância administrativa, conforme Resolução Normativa do CONARE nº18/2014.

Caso em fase administrativa não seja possível a concessão do refúgio, o indivíduo ainda pode por meio de processo judicial, requer o benefício. Para isso, deve acostar o maior número de provas possíveis, incluindo cópia do processo administrativo. É necessário que em sede judicial esteja assistido ou por advogado ou pela Defensoria Pública da União (DPU), caso não tenha condições financeiras de contratar um advogado. O andamento do processo de solicitação de refúgio pode ser acompanhado eletronicamente. Basta acessar o [Sistema Eletrônico de Informações \(SEI\)](#) do Ministério da Justiça e colocar o número de protocolo (Ministério da Justiça, 2017, p. 1).

A lei traz também situações que podem acarretar a cessação e a perda do refúgio, conforme artigo 38 e 39, respectivamente, da Lei nº 9.474/97, já que a concessão definitiva do refúgio não atinge àquele que firmou a simples solicitação e tem apenas um protocolo, que não é considerado documento de refúgio.

Apátridas

A despeito do artigo 15 da Declaração Universal de Direitos Humanos (DUDH) determinar que todo indivíduo tem direito ao vínculo jurídico com um Estado, no mundo há milhares de pessoas sem pátria, sem nacionalidade reconhecida, e por isso são chamadas de apátridas.

O artigo 1º do Decreto-Lei nº 4.426/2002 estabeleceu que o termo "apátrida" designará toda pessoa que não seja considerada seu nacional por nenhum Estado, conforme sua legislação. O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados definiu apátridas e ainda explica as consequências de estar nesta condição, veja:

Apátridas são todas as pessoas que não possuem vínculo de nacionalidade com qualquer Estado, seja porque a legislação interna não os reconhece como nacionais ou porque não há um consenso sobre qual Estado deve reconhecer a cidadania dessas pessoas. Sem uma nacionalidade, essas pessoas não podem fazer valer os direitos inerentes à condição de nacional de nenhum país. São pessoas sem Estado, muitas vezes sem acesso à documentação básica de cidadania, como certidão de nascimento ou documento de identidade. (ACNUR, 2015, p.1)³³.

Apesar de ser bem completa, a Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas de 1954 não trata de outorga do visto de permanência legal enquanto estiver em curso o pedido de reconhecimento da condição de apátrida. No entanto, no Brasil a Lei nº 6.815/1981, com as alterações trazidas pela Lei nº 6.964/1981, e regulamentada pelo Decreto nº 86.715/1981, traz esta possibilidade.

No Brasil, o procedimento a ser seguido para solicitar a nacionalidade é bem parecido com o procedimento para solicitação de refúgio. O apátrida deve procurar o Departamento da Polícia Federal onde serão coletados dados e informações que

³³ O Conceito de Pessoa Apátrida segundo o Direito Internacional Resumo das conclusões. Artigo online. Disponível em: [http://www.acnur.org/t3/portugues/recursos/documentos/?tx_danp_documentdirs_pi2\[mode\]=1&tx_danpdocumentdirs_pi2\[folder\]=169](http://www.acnur.org/t3/portugues/recursos/documentos/?tx_danp_documentdirs_pi2[mode]=1&tx_danpdocumentdirs_pi2[folder]=169). Acesso em: 06 jun. 2016.

fundamentarão o pedido de nacionalidade. Estes documentos formarão um dossiê que será encaminhado ao CONARE, que decidirá pela concessão ou não da nacionalidade.

Este processo pode ser acompanhado pela Defensoria Pública da União (DPU), que representará e se for o caso defenderá a pessoa que solicita a nacionalidade sem nenhum custo. Em cidades que não tenham sede da DPU, o indivíduo deve contratar um advogado particular ou o juiz nomeará um advogado dativo, se não contar com recursos para contratar um. Caso seja concedida, será expedida pelos órgãos competentes toda a documentação de identificação desta pessoa, que passará a ser cidadão brasileiro.

Importante esclarecer que ao fornecer o documento de identificação com o protocolo de solicitação da nacionalidade, não significa que o Governo deste Estado tenha concedido a nacionalidade ao indivíduo, já que esta só será concedida ao final de todo o procedimento. Entretanto, somente com o protocolo de solicitação como identificação, o estrangeiro apátrida tem o direito à proteção diplomática.

Durante o período de duração do processo de concessão da nacionalidade, o ideal é que o indivíduo permaneça no território nacional e para isso pode ser concedido o visto de permanência temporária, até que seja proferida decisão final.

Brasileiros sem registro de nascimento

A Lei nº [6.015](#), de 31 de dezembro de 1973, conhecida como Lei de Registros Públicos (LRP), estabelece em seu artigo 50 que:

Todo nascimento que ocorrer no território nacional deverá ser dado a registro, no lugar em que tiver ocorrido o parto ou no lugar da residência dos pais, dentro do prazo de quinze dias, que será ampliado em até três meses para os lugares distantes mais de trinta quilômetros da sede do cartório.

E caso a declarante do nascimento seja a mãe do registrando, esta disporá do prazo de quarenta e cinco dias a partir da data do nascimento para realizar o registro, de acordo com o artigo 52, item 2o, da Lei nº 6.015/73.

Se não forem observados estes prazos estabelecidos na Lei de Registros Públicos, deve ser solicitado o registro de nascimento tardio, regulamentado pela referida Lei nº [6.015](#). Com a Lei nº [11.790](#), de 02 de outubro de 2008, houve a

modificação do artigo 46, que permitiu além do registro da declaração de nascimento fora do prazo legal, que seja realizado diretamente nos cartórios de registro de pessoas naturais. Anteriormente era preciso requerer judicialmente, no Poder Judiciário, ou seja, por meio de profissional habilitado, defensor público ou advogado, através de ação judicial interposta na Justiça Estadual.

Este documento é fornecido a pessoas que geralmente por conta de sua condição social; por viverem em áreas de difícil acesso; por estarem longe dos centros das cidades, dentre outros motivos, não fizeram seu registro de nascimento na ocasião adequada (no nascimento). Muitas pessoas por falta de conhecimento ou condições financeiras, não possuem registro e após uma vida toda de trabalho, deixam de receber benefícios trabalhistas e previdenciários, entre outros, por não ter documentação.

O Provimento nº 28 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), trouxe os procedimentos e esclareceu como deveriam ser realizados os registros de nascimento tardios. No seu artigo 2º, quando firmou e complementou o artigo 46 da LRP, dispôs que “o requerimento de registro será direcionado ao Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do lugar de residência do interessado e será assinado por 2 (duas) testemunhas, sob as penas da lei” (MALUF, 2014, p.102).

Se o procedimento extrajudicial for encaminhado ao juízo competente, cabe ao magistrado tomar todas as providências que entender necessárias para o esclarecimento dos fatos. O Ministério Público deve acompanhar todo o trâmite do processo como fiscal da lei e se for o caso como curador, nos casos que houver incapaz.

O juiz de direito após colher o depoimento da parte e ouvir as testemunhas analisará todas as provas e proferirá sentença, que pode ou não conferir o direito ao registro de nascimento tardio. Desta decisão cabe recurso ao Tribunal de Justiça (TJ). Se houver algum descumprimento ou contrariedade à lei, caberá recurso ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e posteriormente ao Supremo Tribunal Federal (STF) que é a última instância no Poder Judiciário.

Com a procedência da ação, a pessoa passa a ter o registro de nascimento e conseqüentemente pode fazer o cadastro de CPF, RG, CTPS, entre outros

documentos. Caso por falta de provas, não seja procedente a ação, negando-se o registro de nascimento brasileiro, este indivíduo permanecerá como indocumentado.

A Indocumentação no Município de Corumbá

Na região de fronteira estudada, por onde ingressam estrangeiros, percebe-se que geralmente a permanência da maioria é breve; usam a fronteira como caminho para chegar aos grandes centros brasileiros onde almejam trabalhar e de fato permanecer. Poucos são os imigrantes que voluntariamente estabelecem moradia no Município de Corumbá. Há os que ficam contrariados, forçados por conta de algum contratempo; os que escolhem ficar representam um número ínfimo e geralmente se estabelecem por ter família ou trabalho ou mesmo para estudar (FERRAZ, OLIVEIRA, 2009, p.67).

Diante desta situação, como alguns estrangeiros e até brasileiros precisam de assistência para regularização de sua situação documental e assim ter acesso aos direitos constitucionais garantidos a ambos, buscou-se conhecer em visitas informais algumas instituições, no Município de Corumbá, que atendem estes brasileiros e estrangeiros, lhes fornecem orientações para regularização da documentação e quando necessário até alimentação, condições de higiene pessoal e pernoites.

A fim de entender o funcionamento destas instituições (casa de passagem; pastoral do migrante; delegacia da polícia federal; posto da receita federal e o fórum estadual em Corumbá), após visitas e conversas informais com alguns funcionários e autoridades dos locais, dirigentes responsáveis e estrangeiros, foi possível verificar as estruturas de atendimento e recepção para estas pessoas, sobre as quais se passa a relatar.

A *Casa de Passagem* é um albergue mantido pela Prefeitura do município, onde os estrangeiros que chegam podem se hospedar sem custo, tendo alimentação, condições para fazer sua higiene pessoal e acesso a dormitórios. Todavia, a destinação legal deste local é para albergar dependentes químicos e moradores de rua. Apesar de não ser destinado aos estrangeiros, com o fluxo grande de imigrantes que chegam no município, sem quaisquer condições financeiras de se manter, esta estrutura é disponibilizada pela Prefeitura municipal, até conseguirem sua documentação e condições para seguir viagem.

Por conta da escassez de recursos, o local atende essas pessoas com condições bem precárias. Observou-se em visita ao local, que as instalações são bem simples, precisam de manutenção. Segundo uma servidora do local relatou, já chegou até a faltar alimento, produtos de limpeza, roupas de cama e banho. Nestas situações, conta-se com doações da população local. Relata ainda a servidora, que neste período de permanência na *Casa de Passagem*, muitos dos estrangeiros estão sem dinheiro e sem qualquer condição de manter suas necessidades. Isso porque, tiveram algum contratempo durante a viagem (foram assaltados, por exemplo); ou dispunham de pouco recurso financeiro antes mesmo de deixar seu país de origem; ou até mesmo porque ao saírem de seus países não puderam sequer pegar seus bens.

Na *Casa de Passagem*, de acordo com a representante e funcionários, neste período que estão sem documento, muitos buscam o trabalho informal para se manter, vão para as ruas pedir esmolas e se submetem a condições de trabalho aquém das adequadas ou legalmente estabelecidas pela legislação trabalhista brasileira. Alguns até pendem para a criminalidade. A média de atendimentos na *Casa de Passagem* é de 10 estrangeiros por mês, mas já houve meses que chegou a 30 acolhimentos. Nos últimos três anos, foram atendidas 40 pessoas solicitantes de refúgio, sendo 8 bolivianos, 12 haitianos, 6 israelitas, 6 colombianos, 2 da Guiné Equatorial, 5 Sul Africanos e 1 Neozelandês. Ainda de acordo com a representante da Casa, esses estrangeiros ficam em média de 5 a 15 dias na cidade, chegam sem dinheiro, sem roupas, às vezes doentes e tem muita dificuldade com o idioma.

Muitas vezes estes estrangeiros são recebidos primeiro pela *Pastoral do Migrante*, que é uma instituição não governamental, mantida e organizada pela Diocese da Igreja Católica do município de Corumbá-MS, que os acolhe e os encaminha quando necessário para se hospedar na *Casa de Passagem*. Os voluntários e servidores da *Pastoral do Migrante* ajudam também os estrangeiros com a regularização da documentação, orientando e conduzindo-os até aos órgãos competentes.

Estas instituições, como dito, têm condições precárias, pois tem poucos recursos financeiros para atender à demanda e, somado a isto, não há uma estrutura adequada e suficiente para a recepção dos estrangeiros imigrantes. Desta forma, estas pessoas ficam à mercê de sua própria sorte, enquanto esperam por

tempo indeterminado a burocracia para ter seus documentos e conseguir viver com dignidade.

Em Corumbá, o representante da *Pastoral do Migrante*, Padre Marco Antônio Alves Ribeiro, relata em conversa informal, que atendem uma média de 10 a 20 estrangeiros por mês. Afirmou que geralmente eles estão sem documentação ou com documentação irregular. Disse ainda, não ter tido contato com apátridas e que a maioria são pessoas refugiadas, que permanecem na cidade fronteira o tempo suficiente para regularizar sua situação documental e seguem viagem. Esclareceu que as principais dificuldades enfrentadas por essas pessoas são por conta de idioma, falta de dinheiro e falta de apoio estrutural para recebê-los.

Audiência pública promovida pelo Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul (MPE-MS), através da 2ª Promotoria de Justiça de Corumbá, em parceria com o Campus do Pantanal - CPAN da UFMS, para discutir a necessidade e a viabilidade de criação do *Comitê Municipal de Atenção ao Imigrante, ao Refugiado e ao Apátrida*, realizada no dia 09 de junho de 2016, contou com a participação de representantes de várias instituições e órgãos públicos como Polícia Federal, Ministério Público Federal, Defensoria Pública, Casa de Passagem, Pastoral do Migrante, entre outros.

Neste evento, o Delegado da Polícia Federal em sua participação destacou a importância do imigrante ganhar uma atenção especial, pois a criminalidade envolvendo ele é bem acentuada. Disse ainda que no ano de 2015 foram efetuadas 63 prisões em flagrante e que destas 30 eram de estrangeiros. Ou seja, os crimes cometidos por imigrantes estrangeiros representaram quase metade das prisões em flagrante no ano de 2015. Disse ainda que foram registradas solicitações para entrada no Brasil por essa fronteira de 74 pedidos do Haiti e Gana em 2013; em 2014, foram 27 pedidos de bolivianos e haitianos; em 2015 foram 22 pedidos, a maioria de bolivianos e em 2016 até abril foram 7 pedidos de bolivianos. Verifica-se, portanto, que nesta fronteira, nos últimos anos, a maior parte de solicitações de entrada é de fato de bolivianos.

Em visita informal à Delegacia de Polícia e ao posto de atendimento da Polícia Federal (ESDRAS), dialogou-se com agentes federais e com imigrantes que ali buscavam atendimento. Os agentes federais relataram, em consonância com os

dados acima expostos, que o fluxo de imigrantes é em média de cinco mil solicitações de entrada por ano. Em Corumbá, a maioria dessas solicitações são de bolivianos. No município de Corumbá não foi registrado nenhum caso de apátridas, nos últimos 6(seis) anos.

Nesta visita ao Posto da Polícia Federal, percebeu-se a fragilidade da fiscalização e da estrutura, que sem dúvidas, se intensifica por causa da grande extensão da fronteira seca que tem na região. Verificou-se que as pessoas que entram ou saem do país só são identificadas, muitas vezes, se quiserem. Ou seja, se forem até a Polícia Federal, ou se, acaso entrando no país por vias terrestres, forem paradas por algum policial em fiscalização. Tudo isso porque, a estrutura de trabalho para fiscalização e atendimento (agentes, prédios, equipamentos em geral) é insuficiente, diante da demanda.

Como já dito, especialmente na fronteira Brasil - Bolívia, no município de Corumbá, é comum o fluxo de pessoas entre as cidades da fronteira (Puerto Quijaro - Corumbá) para atividades cotidianas de compras ou até mesmo para trabalhar. As pessoas que moram na região, por exemplo, dificilmente se identificam, pois já estão habituados a esta rotina de ir e vir. Estas pessoas, como explicado no tópico a respeito de estrangeiros são os imigrantes pendulares.

No entanto, conforme relato de agente da Polícia Federal, os estrangeiros apátridas ou refugiados, que tem o intuito de permanecer no Brasil, não necessariamente no município de Corumbá, muitas vezes chegam sem documentação e com receio de não ser permitida a entrada no país, não se identificam. Alguns até procuram os órgãos competentes, outros tentam ingressar e seguir viagem até as grandes cidades independente de sua regular condição.

Levando em conta todas estas informações, conclui-se que há um problema em cadeia, que envolve os estrangeiros que chegam ao município em busca de refúgio ou nacionalidade, além dos demais que entram ilegalmente. Logo, se não forem tomadas as medidas devidas, para identificação, regularização de documentação, acolhida dessas pessoas, certamente trará transtornos cada vez maiores, já que elas não conseguirão ter acesso aos direitos constitucionalmente garantidos como: trabalho remunerado, educação, saúde, benefícios

previdenciários, entre outros, podendo, inclusive, pender para a criminalidade, reforçando estatísticas policiais.

O Estado (lato sensu) deve preparar uma política pública que disponibilize recursos e estruturas capazes de receber o estrangeiro adequadamente. Ademais, é dever do Estado zelar pela garantia do exercício dos direitos de cidadania de toda a pessoa que estiver em território brasileiro e isso sem dúvidas se inicia pela regularização da documentação.

Ficou nítido pelos relatos e estudos apresentados até aqui, que os estrangeiros (refugiados e apátridas), no município de Corumbá, precisam ser recebidos e atendidos, mas as ações para tornar isso viável e ágil necessitam ser ampliadas e especializadas, para que assim seja efetivo o resguardo e cumprimento dos direitos à cidadania, à dignidade da pessoa humana e dos direitos sociais desta sociedade da região de fronteira Brasil – Bolívia.

O Estado poderia disponibilizar uma política pública que abarque recursos para uma recepção total do indocumentado. Esse acolhimento se iniciaria na cidade de fronteira onde ele tem o primeiro contato com o país e ao buscar regularizar seus documentos passaria por uma triagem para identificar as suas necessidades. Poderiam ser disponibilizados cursos profissionalizantes ou curso do idioma nacional (língua portuguesa), além de abrigo destinado ao estrangeiro, atendimentos de saúde e oportunidades de trabalho.

Já se vê esboços destes projetos nos grandes centros, porém o melhor seria se fossem estendidos à raiz da situação, que iniciasse nas regiões de fronteira e nas capitais de cada estado, onde há o primeiro contato do imigrante com o Brasil. O ideal, diante da situação que muitos destes refugiados se encontram quando chegam ao país, ainda que estejam irregulares, é que se identifiquem nos órgãos competentes para regularizar sua documentação. Com identificação em mãos o Governo poderia disponibilizar acompanhamento médico, psicólogo, voltado aos estrangeiros migrantes, já que na maioria das vezes passaram por traumas, torturas e estão totalmente vulneráveis. Vê-se crianças, mulheres sozinhas, pessoas doentes, o que se torna uma questão muito delicada e nos remete aos direitos humanos.

Sem tardar passa-se a abordar a situação do brasileiro que não tem o registro de nascimento e, conseqüentemente não tem nenhum outro documento de identificação. Inicialmente foi relatado, que muitas pessoas moram em locais de difícil acesso na região do Pantanal e, por isso, acabam não fazendo o registro de nascimento no momento adequado.

Porém, há outra peculiaridade que envolve este tema nesta região, que é a solicitação do registro de nascimento tardio por bolivianos. Estas pessoas desejam se tornar cidadãos brasileiros, com intuito de ter acesso aos benefícios sociais que o governo brasileiro disponibiliza. Estes às vezes até tem seus documentos bolivianos, mas tentam fazer novo documento como se fossem brasileiros e como se nunca tivessem tido qualquer documento de identificação.

Neste sentido, as palavras de Figueiredo (2013, p. 93) que explica que “entre as razões mais prementes para a busca do usuário estrangeiro na fronteira está na obtenção de vantagens que decorrem da aquisição da cidadania brasileiros para os filhos paraguaios e bolivianos.” Figueiredo (2013, p. 93) diz ainda que:

Entre os motivos que levam os estrangeiros a procurarem os serviços do lado brasileiro da fronteira é por conta da gratuidade dos sistemas de saúde e de assistência, bem como a proximidade da residência e a existência de amigos ou parentes no local, associado à facilidade de transposição da fronteira.

Com estas informações, em visita a Vara de Fazenda Pública e de Registros Públicos na Comarca de Corumbá-MS e ao Cartório de Registro Civil, pode-se conhecer um pouco mais a respeito de como é tratada esta questão neste município fronteiriço.

No Cartório de Registro Civil, em conversa informal, a Tabeliã informou que a solicitação do registro de nascimento tardio se dá: ou pelos pais morarem em locais de difícil acesso; ou porque as mães, na esperança dos pais registrarem, deixam de fazer o documento logo após o nascimento; ou quando as crianças, filhos de estrangeiros, nascem na maternidade brasileira e não são registrados e após anos voltam para solicitar o registro.

Disse ainda que nos anos de 2013 foram 209 solicitações de registro de nascimento tardio e apenas 04 foram encaminhados ao procedimento judicial. Em 2014, foram 87 solicitações no Cartório e só 02 foram encaminhados ao Poder

Judiciário. E no ano de 2015 foram 111 solicitações e apenas 02 foram enviados ao Poder Judiciário.

A cartorária disse que as dificuldades surgem quanto à documentação e testemunhas, que às vezes são insuficientes, pois as pessoas solicitantes afirmam com segurança as informações, mas não possuem muitas vezes documentos ou testemunhas que corroborem as alegações. Nestas situações, os pedidos são encaminhados ao Poder Judiciário. Ainda de acordo com a Tabeliã, os pedidos de registro de nascimento tardio para pessoas maiores de 12 anos têm diminuído, possivelmente por conta dos programas sociais implantados pelo município e pelo governo do Estado, com intuito de erradicar o sub-registro na região.

Já na Vara de Fazenda Pública e de Registros Públicos da comarca de Corumbá foi possível assistir vídeos de depoimentos de solicitantes e testemunhas em audiências realizadas. Em conversa informal com o magistrado responsável por estes processos na Comarca de Corumbá-MS, conclui-se que de fato há vários brasileiros sem registro neste Município, mas também há pessoas que não são brasileiras e que tentam regularizar sua documentação como se nacionais fossem, tudo para ter os direitos e garantias constitucionais, como saúde gratuita, por exemplo.

Observa-se pelos dados fornecidos pelo Diretor do Foro, expostos na tabela abaixo, que as solicitações de registros de nascimento tardio diminuam de 2012 para 2016 e, ao total, nestes quatro anos, foram ajuizados 63 processos solicitando o registro de nascimento tardio no Poder Judiciário.

Tabela I: Situação dos Processos de solicitação de registro de nascimento tardio.

Ano	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Tramitando	7	5	2	5	15	34
Recurso	0	0	3	2	2	7
Julgados	4	4	5	4	4	21
Suspenso	1	0	0	0	0	1
Total	12	9	10	11	21	63

Fonte: Vara de Fazenda Pública e Registros Públicos da comarca de Corumbá, 2016.³⁴

³⁴ “tramitando” são os processos que ainda estão sendo analisados; os processos que estão em fase de “recurso” são os que já têm sentença do magistrado de primeira instância e estão sendo analisados no Tribunal de Justiça, com recurso interposto pela parte interessada ou pelo Ministério MEF. Programa de Pós-graduação em Estudos Fronteiriços. VI Seminário de Estudos Fronteiriços: Onde as fronteiras se encontram... Anais... Corumbá: UFMS, 2017. (2 a 4 de outubro de 2017).

Deve observar que ainda que as pessoas interessadas na concessão do registro de nascimento tardio tenham “sotaque” boliviano, este não é um fator que determine a concessão ou não do documento brasileiro. Os tribunais tem se posicionado em sede de jurisprudência, como sendo esse um fator não determinante, vez que estas pessoas podem ter parentes no país vizinho ou mesmo pelo convívio fronteiriço, o sotaque poderia sofrer influência. Não se pode descartar também a possibilidade desta pessoa ter realmente nascido no território brasileiro e depois ido viver no país vizinho; ou ainda por conta do critério de nacionalidade *jus solis* (FIGUEIREDO, 2013, p. 94). 35

Em cada caso levado a juízo, conforme relato do magistrado titular, é averiguado aprofundadamente os documentos constantes nos autos, os testemunhos e os depoimentos. Caso seja reconhecido e comprovado o nascimento em território brasileiro, após decisão concedendo o registro, o juízo expede ofício para o Cartório proceder ao registro de nascimento tardio. No caso da improcedência do pedido, a pessoa não tem a nacionalidade brasileira reconhecida e permanece sem o registro de nascimento brasileiro.

Na região hoje, a administração municipal e o governo do estado fazem ações periódicas para erradicação do problema, como expôs a Cartorária do Serviço de Registro Civil de Pessoas Naturais de Corumbá e, por isso, a quantidade de registros tardios de nascimento tem diminuído. Entretanto, para a efetiva erradicação do problema, seria necessária a intensificação destas forças tarefas.

Considerações Finais

Público. Os “julgados” são os que já têm decisão e não houve recurso. O que está “suspenso” está aguardando alguma providência para que possa ser concluído e até que seja realizada essa diligência faltante ele fica sobrestado, aguardando julgamento.

³⁵ Lenza (2012, p.1098) contribui outra vez e explica: Outros adotam o critério do *ius solis*, ou critério da territorialidade, vale dizer, o que importa para a definição é aquisição da nacionalidade é o local do nascimento, e não da descendência. (Este critério é normalmente utilizado pelos países de imigração, a fim de que descendentes dos imigrantes, que venham nascer no solo do novo país, sejam nacionais daquele novo país, e não do de origem, o que ocorria se o critério fosse o sangue).

Ao analisar a situação de cada categoria de indocumentado, quanto às pessoas estrangeiras apátridas ou refugiadas, verificou-se a fragilidade estrutural do Município de Corumbá para recepção delas.

O primeiro ponto seria a respeito da Polícia Federal, que pelo que se observou nas visitas, precisa de ampliação do efetivo de pessoal e das instalações, pois a demanda de atendimento é grande. Da mesma maneira, os programas de recepção e acolhimento destes estrangeiros que chegam a essa cidade fronteiriça. Além disso, o estrangeiro tem dificuldade de acesso à assistência jurídica gratuita, vez que no Município de Corumbá não há sede da Defensoria Pública da União.

Outro ponto observado é a respeito das solicitações de registro tardio de nascimento, que são, em maioria, extrajudiciais e poucas são encaminhadas ao Poder Judiciário. Por conta da proximidade da Bolívia e da facilidade de acesso pela fronteira seca, os bolivianos estão sempre em território brasileiro. Muitos bolivianos estabelecem suas rotinas em Corumbá e verificou-se que muitos buscam a nacionalidade brasileira para ter acesso a programas de saúde, trabalho e outros direitos que o governo brasileiro proporciona aos seus cidadãos.

Há também brasileiros nesta região que deixam de fazer o registro de nascimento no momento oportuno por residirem em locais de difícil acesso e distantes do centro do município. Para tentar resolver esta situação, já existem atividades do governo voltadas a chegar até estas pessoas, como expedições que entram no Pantanal com órgãos que possibilitam a regularização da documentação. Ainda que tenham diminuído estes casos, ainda há pessoas sem o registro do nascimento.

A indocumentação é um problema porque submete as pessoas a trabalhos em condições inadequadas que desrespeitam muitas vezes a legislação brasileira, percebem remunerações menores, tem dificuldade ao acesso a serviços básicos como saúde e educação e também a benefícios previdenciários. Por tudo isso, entende-se ser necessária uma estruturação na legislação, nos programas e órgãos para a erradicação da indocumentação no Município fronteiriço de Corumbá. Essa reestruturação teria que ser direcionada a cada condição - estrangeiros ou brasileiros - já que os procedimentos e necessidades são totalmente diferentes, como explicitados nos capítulos anteriores.

Assim, ao estrangeiro, que precisa ser acolhido na sociedade e documentado, o ideal seria criar uma instituição ou órgão que o encaminhasse e orientasse a respeito dos caminhos necessários para a regularização da sua documentação. Além disso, concomitantemente, fosse ele direcionado para assistência médica e abrigo, se necessário, cursos de língua portuguesa e profissionalizantes. Nos casos de solicitações de registros de nascimento tardio, bastaria uma intensificação de ações com parceria do Cartório de Registro Civil, do Fórum Estadual, bem como da Defensoria Pública, em especial nas regiões de difícil acesso que permeiam o Município de Corumbá. Com estas medidas implantadas, os direitos humanos, sociais e constitucionais teriam maior aplicabilidade, garantindo-se a pessoas indocumentadas a possibilidade de regularização de sua situação jurídica e exercício de seus direitos.

Referências

ACNUR. ACHIRON, Marilyn. *Nacionalidade e Apatridia Manual*. Documento online. Disponível em: http://www.acnur.org/fileadmin/scripts/doc.php?file=fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2011/Nacionalidade_e_Apatridia_Manual_para_parlamentares. Acesso em: 13 abr. 2016.

_____. *Manual de procedimentos e critérios para a determinação da condição de refugiado*. Artigo online. Disponível em: http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=t3/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2013/Manual_d_e_procedimentos_e_criterios_para_a_determinacao_da_condicao_de_refugiado. Acesso em: 11 jun. 2015.

_____. *Dados sobre refúgio no Brasil*. Artigo online. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/portugues/recursos/estatisticas/dados-sobre-refugio-no-brasil/>. Acesso em: 15 dez. 2015.

_____. *Perguntas e respostas*. Artigo online. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/portugues/informacao-geral/perguntas-e-respostas/>. Acesso em: 03 jun. 2016.

_____. *Brasil tem quase 9 mil refugiados de 79 nacionalidades*. Artigo online. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/noticia/brasil-tem-quase-9-mil-refugiados-de-79-nacionalidades/>. Acesso em: 03 jun. 2016.

_____. *Imigrantes e refugiados têm aula inaugural de língua portuguesa em São Paulo*. Artigo online. Disponível em: <http://caminhosdorefugio.com.br/imigrantes-e-refugiados-tem-aula-inaugural-de-lingua-portuguesa-em-sao-paulo/>. Acesso: 04 jun. 2016.

_____. *Registro nacional de estrangeiro e cédula de identidade passam a ser gratuitas para refugiados*. Artigo online. Disponível em: <http://www.justica.gov.br>

MEF. Programa de Pós-graduação em Estudos Fronteiriços. VI Seminário de Estudos Fronteiriços: Onde as fronteiras se encontram... Anais... Corumbá: UFMS, 2017. (2 a 4 de outubro de 2017).

[/noticias/registro-nacional-de-estrangeiro-e-cedula-de-identidade-passam-a-ser-gratuitas-para-refugiados](#). Acesso: 05 jun. 2016.

_____. *Apátridia no mundo*. Artigo online. Disponível em: <https://rets.org.br/sites/default/files/Apatridia%20no%20mundo.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2016.

_____. *O Conceito de Pessoa Apátrida segundo o Direito Internacional Resumo das conclusões*. Artigo online. Disponível em: [http://www.acnur.org/t3/portugues/recursos/documentos/?tx_danpdocumentdirs_pi2\[mode\]=1&tx_danpdocumentdirs_pi2\[folder\]=169](http://www.acnur.org/t3/portugues/recursos/documentos/?tx_danpdocumentdirs_pi2[mode]=1&tx_danpdocumentdirs_pi2[folder]=169). Acesso em: 06 jun. 2016.

BRASIL. Câmara Legislativa. *Decreto nº 21.798, de 6 de setembro de 1932*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21798-6-setembro-1932-549005-publicacaooriginal-64268-pe.html>. Acesso em: 24 jan. 2017.

_____. Ministério Das Relações Exteriores. *Refugiados e CONARE*. Texto online. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/153-refugiados-e-o-conare>. Acesso em: 03 jun. 2016.

_____. Ministério da Justiça. *Resolução normativa nº18 de 30 de abril de 2014*. Documento online. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seusdireitos/migracoes/refugio/anexos/resolucao-18-dou-pdf.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2017.

_____. Presidência da República. *Decreto nº 86.715, de 10 de dezembro de 1981*. Documento online. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D86715.htm. Acesso em: 16 jan. 2015.

_____. Presidência da República. *Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973*. Documento online. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6015compilada.htm. Acesso em: 11 jun. 2015.

_____. Presidência da República. *Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980*. Documento online. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6815.htm. Acesso em: 13 jan. 2017.

COSTA, Edgar Aparecido da, OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de (organizadores). *Seminário de Estudos Fronteiriços*, 17 a 19 de março de 2008 – DHL/CPAN/UFMS. 1 ed. Campo Grande: Ed. UFMS, 2009.

COSTA, Edgar Aparecido da; COSTA, Gustavo Villela Lima da e OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de (organizadores). *Fronteiras em Foco*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2011.

COSTA, Gustavo Villela Lima da; OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de e SIQUEIRA, Kiase Moraes (organizadores). *Fronteiras: Conflitos, Integração e Políticas Públicas*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2011.

FERRAZ, Georgia Angelica Velasquez e OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de. *O Imigrante- Um estranho fora do ninho*. In: COSTA, Edgar Aparecido da; SILVA, Giane Aparecida Moura da e OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de (organizadores). *Despertar para a Fronteira*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2009.

MEF. Programa de Pós-graduação em Estudos Fronteiriços. VI Seminário de Estudos Fronteiriços: Onde as fronteiras se encontram... Anais... Corumbá: UFMS, 2017. (2 a 4 de outubro de 2017).

FIGUEIREDO, Luiza Vieira Sá de. *Direitos Sociais e Políticas Públicas Transfronteiriças: A Fronteira Brasil - Paraguai e Brasil – Bolívia*. 1ªed. Curitiba: CRV, 2013.

GARCIA, Emerson. *Jus Cogens e proteção internacional dos direitos humanos*. Documento online. Disponível em:<http://www.direitodoestado.com.br/colonistas/emerson-garcia/jus-cogens-e-protecao-internacional-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 11 jan. 2017.

HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. 4ª ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1992. (Trad. Carlos Nelson Coutinho).

MALUF, Aflaton Castanheira. *Registros Públicos, Notas e Protestos*. 2ª ed. São Paulo: BH, 2014.

MORAES, Alexandre de. *Direito constitucional*. 17ªed. São Paulo: Atlas, 2005.

MULLER, Karla Maria. *Espaços de Fronteiras Nacionais, Pólos de Integração*. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de (organizador). *Território sem Limites. Estudos sobre Fronteiras*. Campo Grande: Editora UFMS, 2005, pp. 573-592. Disponível em: <http://www.retis.igeo.ufrj.br/wp-content/uploads/2011/07/2005-Territorio-sem-limites-TCMO.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2016.

SINNOREG. *O procedimento de registro de nascimento tardio de nascimento à luz da Provimento nº 28 do Conselho Nacional de Justiça*. Artigo online. Disponível em: <http://www.sinoreges.org.br/?Pg=X19leGliZV9ub3RpY2lhcw==&in=MzM3OA==&filtro=10>. Acesso em: 08 jun. 2016.

**IMIGRANTES BOLIVIANOS DA PLANÍCIE E DO ALTIPLANO EM REGIÃO DE
FRONTEIRA: DISTINÇÕES PREGRESSAS EM SOLIDARIEDADE SELETIVA**
*Bolivian Immigrants from Plain and Altiplan in Border Region: Previous Distinctions in
Selected Solidarity*

Joanna Amorim de Melo S. LOIO*

Joyce Ferreira de Melo MARINI**

Marco Aurélio Machado de OLIVEIRA***

Resumo: Este artigo objetiva entender como imigrantes bolivianos se organizam para estabelecer suas sociabilidades e garantir suas sobrevivências na região de fronteira. Esta pesquisa foi desenvolvida em Corumbá, MS, Brasil. Partimos do pressuposto que os bolivianos possuem distinções profundas entre os que habitam o altiplano e as pessoas das planícies, que poderiam ser resumidos na dicotomia *colla* e *camba*. A organização dos grupos variou entre a criação de clube social, promovida pelos *cambas*, e os improvisos de redes informais, no caso dos *collas*. A metodologia consistiu em realização de entrevistas, levantamentos documentais em acervos disponíveis naquela cidade e revisão bibliográfica.

Palavras-Chave: Imigrantes, Bolivianos, Fronteira, Rede.

Abstract: This article aims to understand how Bolivian immigrants organize to establish their societies and ensure their survival in the border region. This research was developed in Corumbá, MS, Brazil. We assume that Bolivians have deep distinctions between those who inhabit the highlands and the people of the plains, who could be summarized in the *colla* and *camba* dichotomy. The organization of the groups varied between the creation of social club, promoted by the *cambas*, and the improvisations of informal networks, in the case of the *collas*. Our methodology consisted in conducting interviews, documentary surveys in collections available in that city and bibliographic review.

Key words: Immigrants, Bolivians, Borders, Network.

Introdução

Este artigo é fruto de pesquisas no âmbito do Mestrado em Estudos Fronteiriços/UFMS, ainda em andamento. O principal objetivo é entender como grupos de imigrantes bolivianos se organizam para estabelecer suas sociabilidades

* Mestranda em Estudos Fronteiriços, CPAN/UFMS. Psicóloga e Docente do Curso de Administração da Faculdade Salesiana de Santa Teresa (FSST), e-mail: joanna.ams@gmail.com

** Mestranda em Estudos Fronteiriços, CPAN/UFMS. Advogada. Professora de Direito Constitucional na Faculdade Salesiana de Santa Teresa (FSST), e-mail: joyce.melo@gmail.com

*** Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo, Docente no Mestrado em Estudos Fronteiriços/UFMS, e-mail: marco.cpan@gmail.com

e garantir suas sobrevivências. Partimos do pressuposto que os bolivianos possuem distinções profundas entre os que habitam o altiplano e aqueles das planícies, que poderia ser resumida na dicotomia *colla* e *camba*.

Essa pesquisa foi desenvolvida em Corumbá, Mato Grosso do Sul, Brasil. Localizada na fronteira com a Bolívia, essa cidade foi construída, também, pela presença de diversos grupos de imigrantes, sendo que a presença boliviana, possui peculiaridades e momentos variáveis na intensidade de seu fluxo.

A organização desses grupos variou entre a criação de um clube social, promovida pelos *cambas*, e os improvisos de redes informais, no caso dos *collas*. É importante que conheçamos traços da realidade, da cultura e da demografia boliviana, pois isso nos permitirá compreender conflitos pregressos quando das organizações que eles farão uso na condição imigrante.

Entendemos que realizar uma pesquisa a respeito da presença imigrante exige do investigador preparos e posicionamentos que permitam traçar os meios de obtenção de respostas para suas hipóteses (SAID, 1998). Desta forma, a metodologia consistiu em uma revisão bibliográfica que pudesse qualificar o espaço em que essas diferenças ocorrem, no caso desse estudo na fronteira. Realizamos pesquisa com fontes documentais primárias em acervos disponíveis na cidade, como o do Centro Boliviano-Brasileiro 30 de Marzo e do Núcleo de Documentação Histórica/CPAN/UFMS. Ainda, nos foi muito importante a realização de entrevistas com imigrantes de ambos os grupos daquela nacionalidade. Dessas selecionamos uma para este artigo visando demonstrar mais claramente as formas como esses grupos sociais manipulam as formas de sociabilidade, bem como os tratos com as autoridades locais, além de trajetórias de vida que pudessem evidenciar tais distanciamentos, assim buscando dar coesão ao texto.

Qualificações da presença de imigrantes em região de fronteira.

Diversos estudos sobre os imigrantes situam esses personagens na região de fronteira. Com isso, buscam direcionar seus raciocínios no sentido de identificar esse espaço como muito diferenciado em comparação aos demais da nação, principalmente, por suas populações formarem sociedades mais novas e abertas que as demais (BUSTAMANTE, 1992, p. 487). Outros buscam articular a presença

de imigrantes em fronteira como sendo uma oportunidade muito especial de construção de redes, tanto de solidariedade quanto de exploração do trabalho, no sentido de criação de espaços dos imigrantes a partir de relações transfronteiriças (SANDOVAL, 2013).

De fato, a fronteira se apresenta como palco privilegiado para as relações estabelecidas pelos e para os imigrantes. Neste espaço, além das instâncias estatais de controle e vigilância, que podem dar ou não autorização para ingresso e permanência no território de uma nação, ocorrem vivências fortemente conduzidas a partir da presença de imigrantes. As atividades econômicas exercidas por eles podem ser importante elemento para análise qualitativa de suas presenças uma vez que estudos indicam a informalidade como uma saída para processos excludentes que a sociedade receptora impõe sobre eles (KLOOSTERMAN; DER LEUM; RATH, 1999).

Desta forma, a fronteira é palco de um dos mais intensos fenômenos demográficos da humanidade: o movimento migratório internacional. Isso, por que é necessário que a fronteira, enquanto instância, possa ser superada para que se efetive a internacionalização desses personagens. Diversos estudos apontam para esse fenômeno como sendo dos mais amplos processos sociais, econômicos e políticos na atualidade (QUIROZ, 2014). Tal processo atinge o continente sul-americano e, da mesma maneira como ocorre com as fronteiras, impõe aos respectivos países e blocos (MERCOSUL e PACTO ANDINO) diferentes formas de regulamentá-lo (ARTOLA, 2014). A busca por ter controle sobre o processo migratório passou a ser pauta constante nas esferas mais elevadas das políticas das nações.

Compreendemos que estudar a presença de imigrantes em região de fronteira implica em construir análises a partir de uma metodologia de trabalho interdisciplinar e polissêmica. Este procedimento nos conduz a propor critérios explicativos no sentido de organizar os fatores que “(...) estruturam as múltiplas interações dos atores sociais relacionados com a imigração” (MENESES, 2005, p. 114). A esse preparo metodológico deve ser acrescentado o entendimento de que a imigração é um fato social completo, e que a mesma só pode ser efetivada a partir de deslocamentos no espaço físico. Ainda, que tal deslocamento não ocorre apenas no ambiente físico sendo também em um espaço qualificado em diversos significados,

como nas relações econômicas, sociais, políticas e culturais, neste aspecto, sobretudo através de duas “realizações culturais que são a língua e a religião” (SAYAD, 1998, p. 15). Desta maneira, reconhecemos que os estudos sobre imigrações podem ser ampliados a partir da inserção da categoria fronteira como elemento muito relevante. Isso, porque podemos entender esse espaço como instância, na qual diversas deliberações, oficiais ou não, ocorrem no processo imigratório.

Desta forma, entendemos que uma das maneiras de qualificar o espaço que o imigrante constrói no seu local de destino seja reconhecer que limites e fronteiras não são, necessariamente, sinônimos. Ou seja, limite é unidade territorial do espaço físico, da organização social, implicando a submissão imposta pelo Estado. É no âmbito do limite que se verifica a feição de regulador das relações estatais, das leis, do intercâmbio, da legalidade/ilegalidade, mas, destacamos que o Estado não dá conta de ser plenamente o legitimador delas. O limite é a linha imaginária que divide nações, portanto, é precursor nas ações dos integrantes do Estado (MACHADO, 2002). Enquanto que, a fronteira é formada pelas relações sociais, de conflitos e trocas, atingindo o lugar que é além do poder do Estado, por mais controlador que este seja. Trata-se de suas vicissitudes e arranjos sociais que lhe dão muito destaque, e por ser borda está conjugada com as condições e contradições do imigrante naquela região (OLIVEIRA; CAMPOS, 2012, p. 17).

Neste espaço ocorre uma articulação entre os imigrantes que merece muito destaque: a formação de redes de solidariedade. A existência de redes entre os imigrantes tem sido objeto de diversos estudos que apontam para uma espécie de encadeamento que vai desde relações familiares até as que envolvem ilícitos e aliciamento (MACHADO, 2005). Para Tilly (1990), as redes imigratórias têm como efeito real unidades efetivas, que não são individuais nem domiciliares, mas, sim, conjuntos de ligações estabelecidas por vínculos de amizade, família e experiência de trabalho. Ainda, são esses conjuntos que tornam possível a incorporação do país de destino como alternativa de mobilidade. Desta forma, em se tratando de imigrantes, entendemos que o uso da expressão rede busca enfatizar as circunstâncias que levaram muitos a emigrar, muitas vezes através de informações quanto às perspectivas no país de destino (TRUZZI, 2008, p. 203). É notável nos movimentos migratórios que o contato com o país de destino facilitaria seu

deslocamento, e isso poderia ocorrer através de relações com parentes, amigos ou conhecidos que buscavam convencer o potencial emigrante a se deslocar (TRUZZI, 2008).

Outro aspecto muito relevante neste estudo diz respeito à formação de redes que se materializam sob a forma de clubes sociais de imigrantes. Oliveira (2010) assinala que a formação de clubes sociais por parte de imigrantes visava, essencialmente, a melhor conectividade entre seus pares, além de figurar como poderoso instrumento de sociabilidades. Ressalta a autora, ainda, que a existência de clubes sociais tinha, portanto, algo mais do que oferecer melhores articulações entre os membros de dada colônia, mas, sim, sobretudo, articulações externas à própria colônia, notadamente com o ambiente político. Neste sentido, é importante observar que a qualificação espacial da imigração implica em reconhecer a geografia, portanto, a fronteira, e a sociologia e antropologia, vide redes sociais, como importantes áreas do saber que complementam a metodologia a ser utilizada.

Imigrantes bolivianos em Corumbá, MS, Brasil.

A pesquisa foi realizada na cidade de Corumbá, localizada na fronteira com a Bolívia, é palco de intensas correntes imigratórias desde o final da Guerra do Paraguai (1864-1870). Para lá migraram pessoas das mais distintas nacionalidades, como os europeus espanhóis, portugueses, italianos, franceses, macedônios, entre outros, ou, ainda, os árabes libaneses e sírios, os sul-americanos argentinos, paraguaios, uruguaios e bolivianos (OLIVEIRA, 2005). Com relação a esses, há indícios de quem tenham chegado ainda no período colonial, dentro do processo de expansão das coroas portuguesa e espanhola (ESSELIN, 1998), contudo, após a expulsão dos jesuítas foram estabelecidas novas correntes migratórias com a manipulação que ambas as coroas procuravam exercer sobre os chiquitanos, que se encontravam sob o domínio daqueles padres (OLIVEIRA, 2014).

Visando maiores completudes, salientamos que as pesquisas sobre correntes imigratórias de bolivianos em direção à fronteira em estudo devem considerar a distinção entre os povos do altiplano e das planícies naquele país. No sentido histórico é importante observar que as designações *colla*, para os que são oriundos dos Andes, e *camba*, para os das planícies, são relevantes para entender a

distribuição da população internamente, o que se reflete, também, nas distribuições sócio-espaciais quando ocorre a imigração (SOUCHAUD; BAENINGER, 2008). Tal distinção produz dissensões sociais profundas, que terminam por assumir formatos territoriais (SOUCHAUD; BAENINGER, 2008).

Destarte, no que diz respeito a este artigo, iremos marcar a chegada dos povos da Bolívia, no século XX, a partir de dois momentos. O primeiro quando da construção da ferrovia que liga Corumbá a Santa Cruz de la Sierra (1939-1954), o que motivou expressivo deslocamento, especialmente, dos que viviam nas cidades de San José de Chiquitos, Roboré, Tapera e Santa Cruz de la Sierra, portanto da planície, em direção àquela fronteira (SILVA, 2011). E, o segundo momento, por volta do princípio dos anos 1980, quando, de maneira mais intensa, começam a se direcionar para aquela fronteira os habitantes do altiplano. Este movimento tinha como principal elemento de fomento o comércio internacional de produtos, especialmente, vindos da Ásia. As origens são, predominantemente, de Cochabamba, La Paz, El Alto, Sucre e Cusco.

Centro Boliviano-Brasileiro 30 de Marzo: uma experiência de sociabilidades seletivas.

A presença de bolivianos na fronteira em estudo produziu alguns efeitos muito interessantes. E um dos que consideramos dos mais relevantes é o Centro Boliviano-Brasileiro 30 de Marzo (CBB), clube social fundado em 1962. Embora não haja registros sobre esse evento, segundo depoimentos que colhemos, a reunião que conduziu ao ato de fundação ocorreu no dia 30 de março daquele ano, razão pela qual a instituição leva em seu nome tal data. Posteriormente, Eugênia Oliva, uma senhora boliviana, fez a doação do terreno onde, hoje, é a sede do Clube, inaugurada em 1978. Naquela época, a principal idealização do Centro Boliviano-Brasileiro era de natureza social, assistencial, cultural e recreativa promovendo confraternização e interações entre nacionais de ambos os países.

Entendermos melhor a história do CBB bem como compreender o seu atual status junto aos bolivianos e brasileiros é fundamental para resgatar o sentido sócio-político e cultural da instituição. Conforme conseguimos averiguar, trata-se de um clube que foi construído por imigrantes da região de Santa Cruz de la Sierra,

predominantemente composto por comerciantes de classe média, que ali construíram maneiras muito interessantes de serem inseridos nas camadas sociais mais abastadas de Corumbá. Na fase em que nos encontramos na pesquisa ainda não foi possível constatar as razões para que esse grupo tivesse emigrado em direção a Corumbá. Ou seja, se tais motivos seriam econômicos ou políticos.

É importante observar que um dos elementos mais relevantes para a formação de redes sociais, incluindo os clubes, é o capital social. Este é elaborado através da existência de relações familiares e de amizade, comunidades com consolidados valores, normas e sanções, normas culturais de confiança, compromisso etc. (GAMARNIKOW; GREEN, 1999). E, neste aspecto observamos que tal grupo de cruceños faz parte de uma das expressões mais vívidas das relações interétnicas existentes na Bolívia, tendo com contraponto os habitantes do altiplano daquele país. Tal dicotomia produz discursos na sociedade corumbaense que visam desqualificar esse grupo de imigrantes chamando-lhes por “colhas”, “chocos” ou, mais diretamente, “índios” (COSTA, 2015, p. 42).

Desta forma, o estabelecimento de clubes sociais, a exemplo de diversas outras atividades exercidas pelos imigrantes, pode reproduzir diferenças pregressas existentes no país de origem. Assim, no estágio em que se encontra esta pesquisa, foi possível constatar que aquele grupo de cruceños tinha em mente a existência de um espaço para construção de suas relações com a sociedade de acolhimento, o que não perpassava, necessariamente, pela incorporação de grupos que representasse as divergências na terra natal. Desta forma, fica mais claro entender o porquê não ter bolivianos originários do altiplano nos quadros de diretoria ao longo de sua história.

Há documentos no acervo histórico da associação que dão evidência clara que houve um período em que esse grupo alcançou prestígio junto à sociedade local, uma vez que o CBB gozou de intensas relações sociais, culturais e políticas. No que se refere ao aspecto social, há documentos que revelam intensa participação de bolivianos e brasileiros no clube. Exemplo disso era a realização de concursos de miss, tendo em 11 de setembro de 1999 a organização do primeiro deles. A candidata seria avaliada nos trajés: social, de banho e típico, além de receber pontuação nos quesitos: cintura, quadril, busto, altura, cor dos olhos, cor do cabelo, tornozelos e coxa. Ademais, no correr da década de 1990, ocorrera o evento

“Uma noite na fronteira”. Em seu convite apontava que o traje para a ocasião seria passeio completo. No dia 05 de agosto de 1999, véspera da data da celebração da Independência da Bolívia (174 anos), ocorreu no CBB um evento que visava fazer homenagens à imprensa corumbaense e boliviana.

Conseguimos apurar que o registro de fichas de inscrição (“Filiación”) ao clube social existiu entre 1969 e 2002. Todavia, havia pouquíssimas armazenadas, sendo que em relação às décadas de 1970 e 1980 não havia nenhuma documentação, hiato documental bastante significativo para a memória do clube. Um dos aspectos que a rede instituída a partir do CBB proporcionou foi o convênio que estabeleceu com uma clínica médica privada em Corumbá, que passaria a atender os associados e aos seus dependentes. Isso permite constatar a existência de uma função assistencial aos imigrantes que ao CBB tinham acesso.

Ficou evidente que o CBB tinha por missão uma espécie de desconstrução da imagem generalista que a sociedade receptora tinha sobre os bolivianos de origem do altiplano. Ou seja, buscava-se distanciar esse grupo composto de cruceños dos “colhas”. Exemplo disso está nos cursos que visavam fomentar uma “terapia ocupacional” e o aprendizado de “uma atividade laboral”, na década de 1990. Eram oferecidos os cursos de corte de cabelo unissex, arranjos florais, pintura de tecido, croché e tricô, corte e costura, preparo de salgados, tortas, doces, curso de gesso, tapeçaria, bordado e vitral, e, o mais intrigante: etiqueta social. Este nos chama atenção pelo seu sentido simbólico, uma vez que traz consigo a ideia de designação estereotipada, ou seja, formas de “classificar os indivíduos em agrupamentos manipuláveis” (PAYNE, 1973). Seus conteúdos são, essencialmente, apriorísticos e que induz a um comportamento condizente ao conteúdo acordado, construindo marcas simbolicamente aceitas e desejadas (CASTRO, 1983, p. 104).

Os esforços neste sentido levaram a estabelecer um convênio com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), em 1999, para o oferecimento de cursos de computação, auxiliar de escritório e almoxarifado, todos eles ligados às atividades meio na lida com o comércio. Além desses, também tiveram lugar os cursos de cidadania, alfabetização (não obtivemos informação quanto ao idioma), Espanhol Nível I, Português Nível I, Inglês e Oratória. No acervo do CBB não há registros quanto à ementa e conteúdo dos mesmos.

O resultado desse esforço das diretorias do CBB em adquirir em Corumbá visibilidades diferenciadas em relação aos “colhas” fica evidenciado em alguns momentos, como quando Miguel Tomilic, um de seus mais proeminentes membros, e ex-presidente do CBB, assume interinamente a presidência da Associação Comercial de Corumbá (ACIC) em 1995. Ainda no mesmo ano, e com o mesmo impacto, a Diretoria concede a Ricardo Chimirri Cândia, então Prefeito de Corumbá, o título de Sócio Honorário que em cuja gestão foi criada a Feira Brasbol em 1993.

Até o presente, esta pesquisa deixou evidente que os anos 1990 foram os que trouxeram maiores resultados quanto à intenção de criar um espaço diferenciado de bolivianos em Corumbá. Exemplo disso são as articulações que as diretorias construíram com a imprensa local e a de Santa Cruz de la Sierra, terra de origem desse grupo social. O jornal Diário da Manhã, de Corumbá, além dos El Deber e El Mundo, de Santa Cruz, traziam noticiários enfatizando o fortalecimento desse Clube (EL DEBER, 1996), bem com as de novas diretorias (DIÁRIO DA MANHÃ, 1995). Embora nossos estudos ainda estejam avançando junto aos periódicos dessas cidades, é perceptível que o CBB usufruía de uma notoriedade na mídia corumbaense e cruceña.

Atualmente, CBB se depara com diversos problemas de ordem estrutural. O prédio onde funciona sua sede carece de pinturas, reparos hídricos e elétricos, além de não oferecer os serviços de outrora. O centro de suas atividades está nas festividades cívicas e religiosas, especialmente nas comemorações da independência da Bolívia, e das principais santas católicas daquele país: Nossa Senhora de Copacabana, Virgem de Cotoca e Virgem Urukupiña.

Imigrantes bolivianos oriundos do altiplano: formação de redes e entraves documentais

Ainda é muito impreciso o período em que os bolivianos oriundos do altiplano começaram a chegar de maneira mais volumosa à fronteira em estudo. A hipótese é de que esses movimentos estariam ligados à inserção daquele país, e também de maneira mais vigorosa no Paraguai, nas redes de comércio internacional de produtos oriundos da Ásia, especialmente da China e do Japão. De acordo com Albuquerque (2010, p. 67) isso teria ocorrido no início dos anos 1980, quando as

fronteiras, especialmente as com o Brasil, passaram a ser palco de intensas comercializações e, por consequência, correntes migratórias internas naqueles países. A instalação de uma modalidade nova de comércio impôs a Corumbá ao menos três elementos que redimensionaram suas dinâmicas sociais e econômicas: reconfiguração das moedas de troca, através da vigorosa incorporação do Dólar Americano nas transações locais; aumento da diversidade e do volume de mercadorias trazidas pelas vias do Pacífico; e, o significativo aumento populacional. Este último pode ser mais bem verificado nos dados no Instituto Nacional de Estadísticas (INE) da Bolívia, em que apresenta um aumento de mais de 200% dos moradores de Puerto Suarez e Puerto Quijarro entre o Censo de 1972 e o de 1991.

A hipótese ganha mais corpo ao constatar o baixo volume de famílias de bolivianos daquela região residentes tanto em Corumbá quanto em suas circunvizinhas Puerto Quijarro e Puerto Suarez que tenham chegado ali antes dos anos 1980. Ao longo dos anos de 2014 a 2017 foram realizadas diversas abordagens e entrevistas nas quais constatamos que os poucos imigrantes oriundos de cidades ou povoados do altiplano que habitavam nessa região anteriormente àquele período estavam ligados às atividades comerciais nas feiras livres e à prestação de serviços, como domésticas, pedreiros e biscates.

Trabalharemos nesta parte do artigo com uma imigrante buscando ilustrar as formas como esse grupo social, em especial quando oriundo do altiplano boliviano, está alijado do processo de sociabilidades trazidas pelo CBB. A intenção é de demonstrar os níveis de dificuldades enfrentadas no tocante à documentação e ao trato com as autoridades, decorrentes da ausência de redes mais efetivas, como o Clube que analisamos neste artigo, que pudessem dar apoio a eles.

A metodologia aplicada no correr da entrevista assentou-se no cuidado com os riscos inerentes à história de vida, uma vez que o enredo narrado pode omitir partes significativas para a compreensão daquilo que queremos capturar. Mais, ainda, os acontecimentos biográficos são colocações e deslocamentos no espaço social, o que nos coloca na posição de buscar entender uma trajetória vida não apenas pelo sujeito em si, mas, sim, sobretudo, através da reconstrução de espaços e conjuntos de agentes em que esteve relacionado (BOURDIEU, 2001, p. 190). Este cuidado nos permitiu enxergar o sujeito da pesquisa como pertencente à *superfície social*, ou a capacidade de existir em diversos campos (BOURDIEU, 2001).

O sujeito desta pesquisa, a quem chamaremos por E., é uma mulher, casada, tem 3 filhos (8, 10 e 12 anos) e trabalha por volta de 10 anos nas feiras livres do município de Corumbá, Mato Grosso do Sul. Nascida em um povoado localizado em Escalona que fica no Departamento de La Paz, reside em Puerto Quijarro. Esta imigrante viveu no campo até atingir idade para sair de casa e trabalhar como empregada doméstica em Cochabamba. Isso ocorreu quando E. havia acabado de iniciar a 5ª série do Ensino Primário, o que a levou a abandonar os estudos por conta do trabalho. De acordo com ela, sua família era muito pobre e antes dela outras irmãs já haviam trilhado o mesmo caminho. Algum tempo depois, mudou-se para Santa Cruz de La Sierra e continuou trabalhando como empregada doméstica. Aos 20 anos, E. se casou e quando seu primeiro filho estava com 2 anos, uma prima que morava na fronteira em estudo a convidou para trabalhar na região, já que em Santa Cruz de La Sierra a família tinha a renda muito baixa e a fronteira se mostrava um terreno repleto de oportunidades. A proposta era para ser feirante em Corumbá.

Neste aspecto, Massey (1988) conceitua a rede de imigrantes como sendo complexos laços interpessoais, vinculados por laços familiares, de parentesco, amizade e conterraneidade. A existência de tais redes permitiu que o ingresso de E. nas feiras livres em Corumbá se desse através dessa prima, que já trabalhava naquele espaço vendendo roupas e conseguiu que ela começasse com uma pequena banca. Outro aspecto importante trazido neste caso é a relação de hierarquia estabelecida entre os comerciantes da feira, incluindo os imigrantes, pois, segundo a entrevistada, quando iniciaram suas atividades comerciais, sua banca foi colocada no final da feira pelos demais feirantes, porque ela era novata. Foi através da existência desse tipo de rede que E., também, teve acesso à língua portuguesa, pela mesma prima.

Tratamos de uma imigrante pendular, ou seja, mora na Bolívia e desempenha suas atividades comerciais no Brasil. A existência da modalidade pendular, conjugada naquele espaço, demonstra os níveis de complexidades em que tanto o imigrante quanto a fronteira estão sujeitos. Isso porque a imersão e emersão do imigrante diariamente nos espaços nacionais e internacionais promovem uma série de consequências no que tange à documentação, à lida com as autoridades, ao preconceito e às estratégias de transporte, sociabilização e ganhos e perdas de direitos sociais em ambos os países.

Diferentemente da prima, que comercializava roupas novas, E. vende roupas usadas, e como no início de suas atividades na feira, dispunha de pouco capital, conta que começou com apenas 3 fardos de roupas, trazidas, inicialmente de Santa Cruz de La Sierra. Depois construiu uma relação de confiança com um fornecedor e agora este despacha as mercadorias e ela envia o pagamento para ele via depósito bancário semanalmente.

Com o passar de suas atividades o fato de viver na fronteira e na condição pendular ganhou novos contornos. Por estar documentalmente em dia com o seu país, lhe foi oportunizada a realização de um empréstimo bancário na Bolívia visando comprar um pequeno caminhão, que ela e o marido usaram para trabalhar. Contudo, após problemas com autoridades brasileiras, segundo relato de E., o caminhão ficou “fichado” no Posto Esdras pela Receita Federal, após uma fiscalização na qual suas mercadorias foram apreendidas. A imigrante teve medo de que após este incidente, o veículo pudesse ser apreendido em abordagens futuras, já que sua placa havia sido anotada, então, optaram por vendê-lo.

No tocante aos contatos com as autoridades brasileiras é importante que observemos que elas merecem um campo mais aprofundado de estudos em futuras pesquisas. Isso porque ficou evidente o quanto se diferencia o trato que ela recebeu quando comparadas as autoridades municipais com as federais. Exemplo disso está nos primeiros momentos dela na feira em Corumbá, quando afirma que não houve conflito com os fiscais da Prefeitura daquele município. Ou seja, ela se instalou, começou a trabalhar e apenas depois regularizou sua situação cadastral. Ao passo que a imigrante demonstrou temor com relação às autoridades federais, o que ficou evidente quando relatou as apreensões de suas mercadorias por duas vezes pela Receita Federal em depósitos em Corumbá. Na primeira, contou que foram devolvidas 5 bolsas de roupas pelas autoridades e, na segunda nada foi devolvido. Como na segunda vez ela conta que possuía lençóis novos junto com as roupas usadas, acredita, portanto, que este foi o motivo de ter perdido a mercadoria toda. Contudo, E. não sabe ao certo o motivo de ter recebido mercadorias de volta em uma das operações e de não ter ocorrido o mesmo na segunda ocasião, já que não foram oferecidas maiores informações pelas autoridades.

Apesar de estar cadastrada junto à Prefeitura de Corumbá, onde paga regularmente o Documento de Arrecadação Municipal (DAM), a imigrante demonstra

grande insegurança diante das figuras de autoridade porque está com seu Visto Temporário vencido há mais de um ano e não possui o CPF. Conforme conseguimos apurar, a Prefeitura de Corumbá está exigindo o CPF para renovar o cadastramento dos feirantes, incluindo os estrangeiros. No tocante à entrevistada, este documento apenas pode ser emitido caso E. tenha um Visto válido. De acordo com E., enquanto seu Visto Temporário estava vigente, ela não sabia ao certo quais eram os procedimentos para a emissão do CPF e por esse motivo não solicitou o documento. Todavia, os problemas pregressos podem ter aumentado o distanciamento de E. do órgão que emite o documento, já que foram relatados conflitos anteriores com a Receita Federal. E. demonstrou maior apreensão nos trâmites documentais na Polícia Federal do que junto aos órgãos municipais.

A imigrante afirmou que está buscando regularizar sua situação documental, porque acredita que a posse de documento oferece ao imigrante uma situação de maior segurança quando há a abordagem de uma autoridade e afirma crer que estará mais resguardada. O maior entrave que E. enfrenta, no momento, é em relação ao tipo de documento que precede o CPF, já que por ser uma imigrante pendular, não reside no Brasil, o que é uma exigência para a obtenção do Visto.

Quando perguntada sobre a existência e funcionalidades do CBB afirmou saber onde se localiza, porém, seu uso está restrito a reuniões convocadas pela prefeitura ou pela Associação 2 de Maio, entidade que agrega os feirantes. Afirma desconhecer quaisquer outras atividades ou ter participado de festividades no local.

Considerações finais

Pensamos que a imigração seja um dos fenômenos da humanidade mais intensos na atualidade, e a fronteira uma das mais importantes etapas que o imigrante tem que enfrentar. A junção dessas categorias potencializa os traços e marcas pregressos dos mais variados grupos étnicos ou nacionais. Isso ficou bastante evidenciado nesta pesquisa, quando pudemos verificar as formas de sociabilidades e de sobrevivência dos bolivianos do altiplano e da planície, ou os *collas* e *cambas*. Parcela da sociedade boliviana que emigrou em direção a Corumbá está eivada de sentimentos preconceituosos, fortemente entrincheirados, neste respeito entre esses dois grupos.

Através desta pesquisa constatamos que o CBB embora tenha sido fundado com objetivos de natureza social, assistencial, cultural e recreativa visando promover a confraternização e interações entre bolivianos e brasileiros, demonstrou ser na prática um clube social apenas para os imigrantes bolivianos da planície. Logo, os imigrantes oriundos do altiplano boliviano não tiveram nenhum alcance social junto a esta instituição.

A imigrante que utilizamos como exemplo neste artigo demonstra esta seletividade quando afirma que nunca participou de quaisquer festividades ou demais atividades promovidas pelo CBB. No tocante a documentação, um suporte assistencial do CBB minimizaria as lacunas e dificuldades referentes ao acesso documental no Brasil, condição fundamental para o desempenho laboral, também na atividade de feirante na cidade de Corumbá.

No correr desta pesquisa pudemos verificar o quanto a distância entre esses grupos de imigrantes bolivianos é real. Enquanto os oriundos da planície homenageavam prefeito, realizavam concursos de miss, o que vieram do altiplano tinham suas mercadorias apreendidas e documentos não renovados, sem que um soubesse ou se importasse com o que acontecia com o outro.

Referências

ALBUQUERQUE, L. J. **A Dinâmica das Fronteiras: os brasiguaios entre o Brasil e o Paraguai**. São Paulo: Annablume, 2010.

ARTOLA, J. *Migraciones y procesos de integración en América del Sur*. In: TELLES, M. E.; PIÑEIRO, R. C. (Orgs.) **Migraciones Internacionales: Crisis y Vulnerabilidades**. Tijuana, México, El Colegio de La Frontera Norte, 2014, pp. 357-384.

BUSTAMANTE, J. *Demystifying the United States-Mexico Border*. In: **The Journal of American History**. Vol. 79, n. 02, 1992, pp. 485-490.

BOURDIEU, P. *A Ilusão Biográfica*. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (orgs.) **Usos & Abusos da História Oral**. 4ª Edição. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 2001, pp. 183-192.

CASTRO, L. A. **Criminologia da Reação Social**. Trad. de Ester Kosovski. Rio de Janeiro, Editora Forense, 1983.

COSTA, G. V. L. *Os Bolivianos em Corumbá – MS: Conflitos e Relações de Poder na Fronteira*. In: **Maná**, v. 21, n. 01, 2015, pp. 35-63.

ESSELIN, P. **A Gênese de Corumbá**. Campo Grande, Editora da UFMS, 1998

GAMARNIKOW, E.; GREEN, A. *Social Capital and the Educated Citizen*. In: **The School Field**, 1999, vol. X, nº 3, pp.103-126.

KLOOSTERMAN, R.; DER LEUM, J. V.; RATH, J. *Mixed Embeddedness: (In)formal Economic Activities and Immigrant Businesses in the Netherlands*. In: **International Journal of Urban and Regional Research**, 1999, v. 23, n. 02, pp. 252-266.

MACHADO, L.O. **Sistemas, Fronteiras, e Território. Terra Limitanea: Atlas da Fronteira Continental do Brasil**. Rio de Janeiro: Grupo RETIS / CNPq / UFRJ, 2002.

MACHADO, L. O. *Estado, territorialidade e Redes. Cidades-Gêmeas na Zona de Fronteira Sul-Americana*. In: **Continentes em Chamas. Globalização e Território na América Latina**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005, pp. 246-284.

MASSEY, D. *Economic development and international migration in comparative perspective*. In: **Population and Development Review**, v. 14, 1988, 383-413.

MENESES, G. A. *Violencias asociadas al Cruce Indocumentado de la Frontera México-Estados Unidos*. In: **Nueva Antropología**, 2005, pp. 113-129.

OLIVEIRA, C. **Migrações e Práticas Comerciais na Fronteira Luso-Espanhola: o Caso do Povo Chiquitano após a Expulsão dos Jesuítas da Chiquitania (1767-1789)**. Dissertação de Mestrado, Mestrado em Estudos Fronteiriços, UFMS, 2014.

OLIVEIRA, M. A. M. *Tempo, Fronteira e Imigrante: um lugar e suas "inexistências"*. In: OLIVEIRA, T. C. M. (org.) **Território sem Limites: estudos sobre fronteiras**. Campo Grande, Editora da UFMS, 2005, PP. 349-358.

OLIVEIRA, M. A. M.; CAMPOS, D. L. *Migrantes e Fronteira: Lógicas Subvertidas Vidas Refeitas*. In: PEREIRA, J. H. V. & OLIVEIRA, M. A. M. (orgs.). **Migração e Integração**. Dourados, Editora da UFGD, 2012, pp. 15-26.

OLIVEIRA, M. R. C. **Imigração Sírio-Libanesa em Campo Grande e o Clube Libanês**. Dissertação de Mestrado, PPG em História, Dourados, MS, UFGD, 2010.

PAYNE, W. *Etiquetas Negativas: Pasadizos y Prisiones*. In: **Estigmatización y Conducta Desviada. Criminología**. Centro de Investigaciones Criminológicas de la Universidad de Zulia, 1973.

QUIROZ, Y. S. *Vulnerabilidad: un concepto para pensar las migraciones internacionales*. In: TELLES, M. E.; PIÑEIRO, R. C. **Migraciones Internacionales: Crisis y Vulnerabilidades**. Tijuana, México, El Colegio de La Frontera Norte, 2014, pp. 385-416.

SAID, E. **Orientalismo**. São Paulo, Cia das Letras, 1998.

SANDOVAL, G. F. *Shadow Transnationalism: Cross-Border Networks and Planning Challenges of Transnational Unauthorized Immigrant Communities*. In: **Journal of Planning Education and Research**, V. 33, n. 02, 2013, pp. 176-193.

SAYAD, A. **A Imigração ou os paradoxos da alteridade**. Trad. Cristina Murachco, Edusp, 1998.

SILVA, G. J. *A respeito de migrações e estigmas: indígenas Camba-Chiquitano na fronteira Brasil-Bolívia, segunda metade do século XX*. In: **História Unisinos**, v. 15, n. 02, 2011, pp. 159-171.

SOUCHAUD, S.; BAENINGER, R. *Collas e cambas do outro lado da fronteira: aspectos da distribuição diferenciada da imigração boliviana em Corumbá, Mato Grosso do Sul*. In: **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 25, n. 02, 2008, pp. 271-286.

TILLY, C. *Transplanted Networks*. In: YANS-Mc LAUGHLIN (ed.), **Virginia, Immigration Reconsidered**, NY, Oxford, Oxford University Press, 1990, pp.79-95.

TRUZZI, O. *Redes em Processos Migratórios*. In: **Tempo Social**, v. 20, n. 01, 2008, pp. 199-218.

Periódicos

Centro Boliviano elege nova diretoria. **Diário da Manhã**, Corumbá, MS, 08 de mar. 1995.

Se fortalece Centro Cultural Boliviano-Brasileño en Corumbá. **El Deber**, Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, 05 de mayo. 1996.

IMIGRANTES EM REDE NA FRONTEIRA: O CASO DE COMERCIANTES BOLIVIANAS EM CORUMBÁ, MS, BRASIL

Immigrants in Network at the Border: the Case of Women Bolivian Traders in Corumbá, MS, Brazil

Jéssica Canavarro OLIVEIRA*

Milton MARIANI**

Marco Aurélio Machado de OLIVEIRA***

Resumo: Este artigo tem como objetivo identificar a existência de rede de solidariedade entre comerciantes imigrantes bolivianas em região de fronteira. Para tanto, o local de estudo é a cidade de Corumbá, MS. A metodologia constituiu, inicialmente, em uma revisão da bibliografia acerca do tema, buscando compreender como são construídas as dinâmicas trazidas pelas imigrantes e as impostas pela sociedade receptora em região de fronteira. Ainda, foram realizadas entrevistas e abordagens com comerciantes lojistas de origem boliviana no Bairro Popular Nova, naquela cidade, buscando identificar tais redes.

Palavras-chave: Fronteira; Imigrantes; Mulheres comerciantes; Redes de solidariedade.

Abstract: This article aims to identify the existence of a network of solidarity among Bolivian immigrant traders in the frontier region. For that, the place of study is the city of Corumbá, MS. The methodology was initially a review of the bibliography about the theme, trying to understand how are built the dynamics brought by immigrants and those imposed by the receiving society in border region. In addition, interviews and approaches were carried out with shopkeepers of Bolivian origin in Bairro Popular Nova, in that city, seeking to identify such networks.

Key words: Borders. Immigrants. Women Traders. Solidarity network.

Introdução

Este artigo é fruto de pesquisa em andamento, realizada no âmbito do Mestrado em Estudos Fronteiriços (MEF), da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). O objetivo, nesta etapa dos estudos, consiste em identificar a existência de rede de solidariedade entre comerciantes imigrantes bolivianas em

* Licenciada em História, Mestranda em Estudos Fronteiriços/UFMS, e-mail: jessicaoliveira.hist@gmail.com

** Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo, Docente do Mestrado em Estudos Fronteiriços da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, e-mail: miltmari@terra.com.br

*** Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo, Docente do Mestrado em Estudos Fronteiriços, e-mail: marco.cpan@gmail.com

região de fronteira, sendo local de estudo a cidade de Corumbá, MS, Brasil. Isso se fundamenta a partir do momento em que diversos estudos tornam evidentes que os imigrantes, em sua imensa maioria, imergem em redes que visam, principalmente, lhes dar segurança em todo processo migratório internacional.

O centro desta pesquisa está nas mulheres comerciantes lojistas naquela cidade, por compreender que elas exercem papel de destaque nas atividades comerciais naquela região (SOKEN, 2016). Elas são muito mais visíveis dos que os homens nas feiras livres (FERREIRA, 2015) e nas pequenas lojas esparramadas pela cidade. Embora não tenha sido possível acessar estudos sobre o volume que representa a imigração boliviana em Corumbá, bem como suas origens e formas diferenciadas de sociabilidade, é evidente o destaque que ela possui.

A metodologia constituiu, inicialmente, em uma revisão da bibliografia acerca do tema, buscando compreender como as dinâmicas trazidas pelas imigrantes e as impostas pela sociedade receptora em região de fronteira se entrelaçam. É relevante qualificar esse espaço, tendo como ponto de partida as atividades e usos que elas fazem, em especial, nas práticas comerciais. Da mesma forma, os caminhos traçados foram no sentido de entender como tal imigração possui diferentes formas de se encarada pelas nações, em especial no continente sul-americano, incluindo o Brasil.

A respeito da presença imigrante na cidade de Corumbá, é muito importante observar como as mídias locais expressam tal fenômeno, evidentemente, associado à condição fronteiriça que ela possui. Com esses preparos foi possível ir a campo e realizar algumas entrevistas e abordagens com comerciantes lojistas de origem boliviana no Bairro Popular Nova, naquela cidade. A escolha das entrevistadas ocorreu a partir da identificação de pertencimento a redes de imigrantes bolivianas, com a condição de que fossem maiores de idade.

Esta é uma pesquisa qualitativa e participativa. Um dos principais problemas enfrentados no correr de uma pesquisa qualitativa está na posição que o pesquisador ocupa perante o espaço social em que se insere. Isso porque o conflito entre a fala e a prática social é transversal e concomitante à pesquisa qualitativa, que, em alguns casos, limita-se ao material discursivo (MINAYO; SANCHEZ, 1993, p. 246). O imigrante é, em essência, um emigrante (SAYAD, 1998), ou seja, antes

de sua imersão em uma nova sociedade emergiu de outra. Isso não se trata apenas de um reconhecimento da trajetória desse sujeito, o que já é uma importante etapa a ser cumprida nos preparos metodológicos. Mas, isso significa, sobretudo, compreender as estratégias, ou ausências delas, que esse personagem constrói uma vez que está submetido a processo de sociabilizações e lidas com autoridades cotidianamente, visando sua sobrevivência. Desta forma, uma pesquisa qualitativa sobre imigrantes exige do investigador um mergulho na realidade social a que o sujeito da pesquisa está inserido.

A estrutura deste artigo compreende em primeiro lugar em uma qualificação do espaço onde o imigrante vive. Busca-se, portanto, a verificação de distinções existentes no ambiente fronteiro como forma de entender as vicissitudes às quais este sujeito está submetido. Na segunda parte, buscou-se realizar uma conceituação de redes aplicadas ao fenômeno da imigração, visando apreender as formas como se articulam. No terceiro momento, apresenta-se o local da pesquisa, bem como resultados da coleta de campo junto às comerciantes bolivianas em Corumbá, MS.

Fronteira e Imigrante: qualificações espaciais.

Neste artigo busca-se a junção temática entre fronteira e imigrante, contudo, carregada pela prática comercial. Analisar o espaço em que esse sujeito da pesquisa vive, inclui a relevância do comércio naquela região. Desta forma, em tempos de paz pode se afirmar que o comércio seja o elemento central no estabelecimento de dinâmicas tipicamente fronteiriças. Isto porque, as rotas e interesses na sua prática incluem a fronteira de maneira muito peculiar, quando comparado ao restante do território, uma vez que as conexões, estratégias de circulação, formas de relacionar-se com as autoridades estatais são bastante diferenciadas naquela região (LESSER; MOISÉ-LEEMAN, 2009), bem como as estruturas urbanas para esse fim (BECKER, 1993). Ainda, é a partir do comércio, em seus formatos legais ou ilegais, que se constroem todos os discursos sobre essa região, que vão das mais altas esferas governamentais até os seus cidadãos. Nesta região, o comércio adquire visibilidades nas quais se denotam discursos sobre legal/ilegal ou formal/informal de forma muito acentuada (COSTA, 2013), ou seja, o comércio em região de fronteira suscita

debates sobre níveis de permissividade e os graus de eficiência das autoridades estatais.

Da mesma forma, a fronteira estatal é palco de um dos mais volumosos fenômenos demográficos da humanidade: o movimento migratório internacional. Isso, porque, para que esse movimento se efetive é necessário que a fronteira enquanto instância possa ser superada. Diversos estudos apontam para esse fenômeno como sendo dos mais amplos processos sociais, econômicos e políticos na atualidade (QUIROZ, 2014). Tal processo atinge o continente sul-americano e, da mesma maneira como ocorre com as fronteiras, impõe aos respectivos países e blocos (MERCOSUL e PACTO ANDINO) diferentes formas de regulamentá-lo (ARTOLA, 2014). A busca por ter controle sobre o processo imigratório passou a ser pauta constante nas esferas mais elevadas das políticas das nações.

Da mesma maneira que outros países, no Brasil a presença imigrante desde muito tempo tem se constituído como um enorme desafio para as autoridades estatais (OLIVEIRA; TRINDADE, 2007). Suas iniciativas para enfrentar tal presença foram desde tentativas de caldeamento da população imigrante com a nacional nos anos 1930 e 1940 (SEYFERTH, 1997), até a criação da Lei 6.815/1980, que inseriu a imigração na pauta da Segurança Nacional no Regime Militar. Contudo, além dos aspectos jurídicos, as camadas sociais dominantes criaram ideias a respeito dos imigrantes, na qual se busca respeitar as ordens das nações no conjunto imigratório, ou seja, a origem do imigrante determinará os níveis de aceitação, tanto pelas autoridades quanto pela população que o recebe.

Os estudos acadêmicos no Brasil sobre a região de fronteira, conjugada à categoria imigrante, passaram a ser mais avolumados a partir dos anos 2000, quando alguns intelectuais buscaram compreender diversos diferenciais em suas estratégias quando comparados a outras regiões do país. Exemplo disso está nas seguintes temáticas: sobre palestinos no Rio Grande do Sul (JARDIM, 2003); as maneiras como os brasileiros manipulam as fronteiras para estabelecer suas correntes emigratórias em direção ao Paraguai (SOUCHAUD, 2002); e, os pioneiros sírios e libaneses no sul do antigo Mato Grosso (OLIVEIRA, 2001).

Os estudos sobre os imigrantes alargaram-se muito, tanto no Brasil quanto em outros países. Passou-se a verificar, por exemplo, algumas tipologias da

imigração que ocorrem, com maior frequência na região de fronteira. Tratamos aqui dos seguintes tipos: os imigrantes que se utilizam da fronteira como instância de autorização para ingresso no território, sendo que seu destino final é outra localidade que não aquela de fronteira, a esses denominamos de “imigrantes de passagem”; aqueles que vivem nas cidades de fronteira, que chamamos de “permanentes”; e os “pendulares”, um tipo muito relevante na categoria imigrante, estabelecido pela proximidade geográfica que a fronteira propicia, desta maneira, vivendo em um país e trabalhando em outro rotineiramente.

A imigração é um fato social completo, e a mesma só pode ser efetivada a partir de deslocamentos no espaço físico. Ainda, que tal deslocamento não ocorre apenas no ambiente físico sendo também em um espaço qualificado em diversos significados, como nas relações econômicas, sociais, políticas e culturais, neste aspecto, sobretudo através de duas “realizações culturais que são a língua e a religião” (SAYAD, 1998, p. 15). Desta maneira, os estudos sobre imigrações podem ser ampliados a partir da inserção da categoria fronteira como elemento muito relevante. Isso porque é entendido esse espaço como instância, na qual diversas deliberações, oficiais ou não, ocorrem no processo migratório.

Destarte, uma das formas de qualificar o espaço que o imigrante constrói no seu local de destino é observando que limites e fronteiras não são, necessariamente, sinônimos. Ou seja, limite é unidade territorial do espaço físico, da organização social, implica a submissão imposta pelo Estado. Regulador das relações estatais, das leis, do intercâmbio, da legalidade/ilegalidade, mas, deve-se destacar que o Estado não dá conta de ser plenamente o legitimador delas. O limite é a linha imaginária que divide nações, portanto, é precursor nas ações dos integrantes do Estado (MACHADO, 2002). Enquanto que, a fronteira é formada pelas relações sociais, de conflitos, trocas, atingindo o lugar que é além do poder do Estado limite, por mais controlador que seja. É o espaço vivo, onde a dinâmica incorpora “mentes e corpos” (MACHADO, 2002). Trata-se de suas vicissitudes e arranjos sociais que lhe dão muito destaque, e por ser borda está conjugada com as condições e contradições do imigrante naquela região (OLIVEIRA; CAMPOS, 2012, p. 17).

Também é importante compreender as atividades que o imigrante desenvolve, bem como os desdobramentos que sua presença proporciona. Para tanto, o ponto de partida pode estar as formas como são elaboradas maneiras de proporcionar estabilidade de suas vidas no local de destino. Diversos são os estudos que apontam geografias e tipologias da imigração, e muitos deles indicam que não apenas os fatores econômicos motivam o movimento, mas, outros também, como os vínculos afetivos e conjugais (ALVIN; TOGNI, 2010, p. 02), ou seja, a imigração é, em sua maior parte, um projeto familiar, que designa diversas expressões que se manifestam desde os meios de conviver com os naturais do outro país até as soluções encontradas para sua sobrevivência.

No tocante à região de fronteira, é importante observar que a proximidade com o limite, ou seja, com o controle estatal, cria a expectativa, quase sempre negativa, de vigilância sobre esse grupo social (EGHAREVBA, 2004). Associando isso à prática do comércio, notadamente informal, podemos observar que tal expectativa se estende às suas mercadorias e seus estabelecimentos (LESSER; MOISÉ-LEEMAN, 2009). Uma das respostas que esse grupo social encontrou foi a construção de redes de solidariedade.

Imigrantes em rede.

A existência de redes entre os imigrantes tem sido objeto de diversos estudos que apontam para uma espécie de encadeamento que vai desde relações familiares até as que envolvem ilícitudes e aliciamento (MACHADO, 2005). Para Tilly (1990), as redes imigratórias têm como efeito real unidades efetivas, que não são individuais nem domiciliares, mas, sim, conjuntos de ligações estabelecidas por vínculos de amizade, família e experiência de trabalho. Ainda, são esses conjuntos que tornam possível a incorporação do país de destino como alternativa de mobilidade. Há estudos que indicam a transnacionalização como campo analítico para compreender a imigração (Glick-Schiller; Basch; Blanc-Szanton, 1995). Contudo, essa inclinação aos estudos imigratórios pode levar a equívocos, uma vez que para essas autoras o termo migração implica em ruptura e abandono de velhos padrões culturais. Tal deslocamento não significa a perda de contatos com o país de origem, ao contrário,

eles são rotineiros com diversas funções e intenções, e, entre elas a manutenção da rede é muito importante (SASAKI; ASSIS, 2000).

Desta forma, em se tratando de imigrantes, o uso da expressão rede busca enfatizar as circunstâncias que levaram muitos a emigrar, muitas vezes através de informações quanto às perspectivas no país de destino (TRUZZI, 2008, p. 203). É notável nos movimentos migratórios que o contato com o país de destino facilitaria seu deslocamento, e isso poderia ocorrer através de relações com parentes, amigos ou conhecidos que buscavam convencer o potencial emigrante a se deslocar (TRUZZI, 2008, p. 203).

Em influente artigo, Machado (2005) assinala a importância de observar que as regiões de fronteira guardam assimetrias relevantes também no tocante ao fenômeno imigratório. E, neste aspecto, os estabelecimentos de redes também são envolvidos por tais assimetrias, porém com certa autonomia visto que ao interligarem tais países vizinhos não alteram de maneira significativa os rumos das cidades daquelas regiões (Idem, p. 66). A presença de imigrantes em região de fronteira implica em complexidades adicionais ao tema abordado, uma vez que as suas unidades conectam-se com o país de origem, mas, também, no país de destino, envolvendo novos grupos de parentescos, amizades e confianças recíprocas, como, por exemplo, em Corumbá, MS (SOUCHAUD; BAENINGER, 2008).

Lócus da Pesquisa: Corumbá, MS, Brasil.

Corumbá, cidade localizada na fronteira Brasil-Bolívia, em Mato Grosso do Sul, possui diversas peculiaridades, algumas próprias das regiões de fronteira, que a torna uma localidade privilegiada. Por fazer parte da Bacia Platina, após a Guerra do Paraguai (1864-1870), tornou-se importante centro atrativo de estrangeiros. Para lá se deslocaram imigrantes de diversas nacionalidades, como: italianos, portugueses, espanhóis, franceses, sírios, libaneses entre outras (OLIVEIRA, 2006, pp. 349-358). Desse processo, são notáveis diversos vestígios esparramados pelo casario do porto, prédios do centro da cidade, cemitério, calçadas, etc. Após a acomodação desses imigrantes na cidade e a consequente ascensão social de parte considerável deles, a partir dos anos 1950 Corumbá experimentou um ciclo de desenvolvimento

econômico impressionante, com a instalação de diversas indústrias, cujos proprietários eram, predominantemente, imigrantes.

Ainda a partir da segunda metade do século XX, com o dinamismo trazido pela construção da ferrovia em direção à Santa Cruz de La Sierra, Bolívia, intensificou-se a construção de relações com os vizinhos bolivianos (OLIVEIRA, 1998). Conforme foi possível observar em levantamento prévio junto a diversos desses imigrantes, muitos vieram daquele país para trabalhar nas obras da ferrovia, mas, também, para ocupar-se em outras tarefas no comércio, serviços e construção civil. Esta nova fase da história das correntes imigratórias em direção a Corumbá trouxe diversas consequências como, por exemplo, o matrimônio com aqueles que ali já habitavam (SILVA, 2009).

Em meados dos anos 1950, começaram a chegar a Corumbá diversos imigrantes de origem palestina. Trata-se de uma nova corrente imigratória, desta vez instalada a partir da ocupação de sua terra natal por Israel em 1948 (OLIVEIRA, 2004, pp. 189-203). O comércio, prática dominante entre os imigrantes vindos do Oriente Médio, passou a ganhar novo dinamismo a partir da chegada dos palestinos, uma vez que os segmentos mais tradicionais do comércio local não demonstravam interesses em desenvolver proximidades com os vizinhos bolivianos (OLIVEIRA, 1998).

Com esse breve histórico, é possível notar que a cidade de Corumbá foi construída, em grande parte, por imigrantes. A fronteira em estudo oportunizou a inserção considerável desse grupo social, incluindo os bolivianos. Há estudos que indicam que este grupo de imigrantes passou a destacar sua presença no comércio a partir do final dos anos 1950, especialmente nas feiras livres da cidade (ESPÍRITO SANTO, 2015). É sabido o quanto o comércio dinamiza a sociedade (WEBER, 1968, 280-322) e sua importância quando da incorporação de segmentos novos, como os imigrantes, por exemplo. Porém, ainda é pouco estudado o comércio como categoria de análise capaz de acentuar sociabilidades de imigrantes em região de fronteira.

Imigrantes bolivianas em rede.

A cidade de Corumbá está ladeada no território brasileiro por Ladário e, no boliviano, por Puerto Quijarro e Puerto Suarez. Esta complexa conurbação possui, aproximadamente, 170 mil habitantes, sendo que esta cidade exerce função central

nas relações econômicas e nos fluxos migratórios ali estabelecidos, além de, oficialmente, ser considerada cidade gêmea a Puerto Quijarro. Tais cidades constroem o fluxo fronteiriço, onde a permissividade da região, contraditoriamente, realça os poderes do limite, da faixa e da zona de fronteira. Uma das maiores riquezas que esses espaços possuem está no fato de que ao construir mais do que relação comercial ou lucrativa, elabora-se a construção da vivência na fronteira. Nisso estão incluídos direitos, deveres, trabalho, etc., assim esta singular e plural região fronteiriça cria os laços próprios de suas sociedades. Ao contrário disso, os limites internacionais demonstram muito mais gritantes os aspectos de cada civilização, nacionalidade, pertencimento, em razão de seu sentido separador.

Esta pesquisa foi aplicada em Corumbá, mais precisamente no bairro Popular Nova. Este local foi escolhido por haver concentração expressiva de pequenas comerciantes varejistas de origem boliviana. O bairro Popular Nova localiza-se na chamada “parte alta” de Corumbá, que cumpre função de conexão e ligação entre o seu centro e os bairros de sua zona sul. Nesta região encontra-se grande fluxo de pessoas, além de diversas pequenas lojas de variedades e preços populares, salões de beleza, escolas, pequenos restaurantes, igrejas, borracharia, consultório odontológico e residências. Portanto, local privilegiado para a movimentação social e comercial da cidade. Ainda, por ali existir uma filial de rede de supermercados conhecida na cidade, torna mais fácil a muitos moradores de outros lugares próximos usufruírem não somente dos produtos e preços deste estabelecimento, mas do comércio que se estende pelas ruas próximas.

Ali é importante, também, pelo fato deste bairro conter um número relevante de migrantes bolivianas, notadamente comerciantes microempresárias, instaladas, grande parte das vezes, em pequenas garagens alugadas ou nas casas que residem e também trabalham. Nesses locais são comercializados diversos produtos entre alimentos industrializados, frutas e verduras, materiais de limpeza e roupas, principal produto comercializado. Muitas das abordagens demonstraram que possuem famílias, inclusive com filhos brasileiros.

No correr desta pesquisa, por diversas vezes, foram realizadas visitas e observações no bairro Popular Nova. Também foram feitas abordagens com diversas pessoas como trabalhadores, comerciantes, donos de pequenos

estabelecimentos alugados por moradores ou outros proprietários e pessoas frequentadoras desses pequenos comércios. Nessas abordagens com cidadãos foi possível perceber que o comércio exercido por bolivianos em Corumbá produz impactos em parte de sua população. Isso porque, com forte reforço midiático, há queixas de sua presença, uma vez que suas atividades seriam informais e que não gerariam tributos. Tal visão é reforçada pela acusação de que esses comerciantes, incluindo os imigrantes, estariam oferecendo além de produtos facilmente visíveis, outros de origem do tráfico de armas e drogas. De maneira rotineira, isso está nas páginas de jornais da cidade, reproduzido em muitos discursos capturados nas abordagens. Exemplo é o destaque dado por um diário de circulação local que afirma em primeira página ser exemplar o fechamento da Feira BRASBOL ou:

A chamada Feirinha que funcionou por muito tempo atrás do cemitério Santa Cruz, imobilizando e atravancando o comércio legalizado, prejudicando os munícipes com a diminuição da oferta de empregos, gerando empecilhos, enriquecendo os chefões do comércio clandestino e até alguns brasileiros que fugiram do que é legal, engordando também o ilegal, se estabelecendo na Feira BRASBOL. E todos sabiam da venda ilícita naquele local, de armas, munições, drogas e de outros produtos contrabandeados do vizinho país, mas, faziam vistas grossas deixando correr solta a ilegalidade. (Grifo do Editor) (Correio de Corumbá, 2014, p. 01)

É importante destacar que o preconceito e a solidariedade se reafirmam em discursos e práticas potencializadas pela fronteira e pela presença do imigrante. Interessante observar que os marcos limítrofes não conseguem dar conta de circunscrever as relações construídas inerentes àquela região. Isso porque a cultura e a política, e por extensão a economia, transgridem os limites impostos criando parâmetros próprios de convivência expressos pelo preconceito e pela solidariedade (OLIVEIRA; RAMALHO JUNIOR, 2010).

No decorrer desta pesquisa foi possível observar as relações de poder, ordem, fiscalização e repressão, com que vivem essas pessoas, retratando outros olhares sobre a fronteira vivenciada. Neste sentido, é importante notar que a condição de imigrante de bolivianas não as coloca no mesmo nível de outras nacionalidades, uma vez que elas estão imersas em posição subalternas, por fazerem parte de grupos diferenciados no âmbito das chamadas sociedades globais (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2005). Isso faz com que as formas como as autoridades atuam no combate ao ilícito sejam diferenciadas quando ocorre com esse grupo em específico. E, se existe tal visão estereotipada de comércio exercido por bolivianos,

por um lado, por outro percebemos que há aproximações motivadas, principalmente, pela mercadoria, mas, também, sustentada pelos contatos e cercanias que o comércio propicia.

Uma das faces mais duras enfrentadas pelos imigrantes é a de sua ocupação na sociedade receptora. Esses, em sua imensa maioria, incluindo as mulheres, são destinados a atividades que exigem baixo nível de qualificação. Notadamente, estão alocados em trabalhos como: serventes de pedreiro, domésticas, lavadeiras, etc. (TECHIO, 2016). Desta forma, o comércio aparece como atividade econômica muito relevante por propiciar níveis de autonomies ao imigrante que, talvez, nenhuma outra atividade proporcione. Tratam-se aqui das sociabilidades, estratégias de venda de suas mercadorias e conectividades através de redes de solidariedade.

Ainda é muito impreciso o período em que as bolivianas começaram a atuar de maneira mais volumosa no comércio na fronteira em estudo. A hipótese da pesquisa que está em andamento é de que esses movimentos estariam ligados à inserção daquele país, a exemplo do que aconteceu de maneira mais vigorosa no Paraguai, nas redes de comércio internacional de produtos oriundos da Ásia, especialmente da China e do Japão. De acordo com Albuquerque (2010, p. 67) isso teria ocorrido no início dos anos 1980, quando as fronteiras, especialmente as com o Brasil, passaram a ser palco de intensas comercializações e, por consequência, correntes migratórias internas naqueles países. A inserção de mulheres no comércio impôs a Corumbá ao menos três elementos que redimensionaram suas dinâmicas sociais e econômicas: reconfiguração das moedas de troca, através da vigorosa incorporação do Dólar Americano nas transações locais; aumento da diversidade e do volume de mercadorias trazidas pelas vias do Pacífico; e, o significativo aumento populacional. Este último pode ser mais bem verificado nos dados no Instituto Nacional de Estadísticas (INE) da Bolívia, em que apresenta um aumento de mais de 200% dos moradores de Puerto Suarez e Puerto Quijarro entre o Censo de 1972 e o de 1991.

A metodologia aplicada nas entrevistas assentou-se no cuidado com os riscos inerentes à coleta de história de vida, uma vez que o enredo narrado pode omitir partes significativas para a compreensão daquilo que queremos capturar. Mais, ainda, os acontecimentos biográficos são colocações e deslocamentos no espaço social, o que coloca o pesquisador na posição de buscar entender uma trajetória

vida não apenas pelo sujeito em si, mas, sim, sobretudo, através da reconstrução de espaços e conjuntos de agentes em que esteve relacionado (BOURDIEU, 2001, p. 190). Este cuidado permitiu enxergar o sujeito da pesquisa como pertencente à *superfície social*, ou a capacidade de existir em diversos campos (BOURDIEU, 2001).

Como esta pesquisa se encontra inconclusa, nesta parte do artigo serão apresentadas duas imigrantes que atuam no Bairro delimitado e que trazem duas realidades que serão exploradas no correr deste estudo, a saber: a existência de redes e a pendularidade na imigração em região de fronteira. Isso, não apenas pelo fato de que são poucos os estudos sobre esses temas, mas, sim, sobretudo, porque se entende que sejam colaboradores diretos da condição do imigrante em região de fronteira.

O primeiro sujeito da pesquisa é D. U., 53 anos, comerciante, boliviana, nascida em Puerto Suarez, casada com brasileiro, tendo três filhas, todas nascidas em Corumbá. Possui, além do comércio, salão de beleza, ambos formalizados, e este último foi sua atividade inicial. As origens de suas mercadorias estão divididas em dois grupos: os produtos cosméticos são, na maioria, de origem brasileira; enquanto que as de vestuário são, na totalidade, trazidas da Bolívia.

Segundo essa comerciante, as relações estão predominantemente estabelecidas nas circunvizinhanças, embora atenda clientes de outros bairros. Um fator de atração e fixação de alguns clientes é o crédito, que segundo a mesma é oferecido com base na confiança, o que demanda tempo. De acordo com seu depoimento, seu comércio está formalizado desde o princípio das atividades, cerca de sete anos.

Além do atendimento em sua loja comercial, D. U. também vende nas casas dos fregueses, oferecendo crédito com os mesmos critérios. Afirma não ter sofrido qualquer tipo de penalidade por parte dos órgãos de fiscalização em razão de suas atividades. Considera a vizinhança importante, porém seus maiores ganhos estão na venda a domicílio.

O segundo sujeito da pesquisa é J. A. M. U., 38 anos, nascida em Puerto Suarez, mora em Puerto Quijarro, possui loja em Corumbá, casada com boliviano, não possui filhos. Trata-se de comerciante que exemplifica um tipo de migração

comum na cidade: a pendular, uma vez que trabalha durante o dia no Brasil e se dirige para a Bolívia, diariamente, no início da noite. Possui ponto comercial no qual vende, principalmente, roupas e brinquedos. O espaço em que atua é de dimensões modestas, com aproximadamente seis metros quadrados, onde as mercadorias são dispostas organizadamente. Sua clientela é basicamente de vizinhos e transeuntes. J. A. M. U. não informou a procedência de suas mercadorias. Não trabalha com oferecimento de crédito, negociando apenas à vista. Considera que suas atividades são suficientes para sustentá-la. Mesmo não tendo informado o tempo em que atua na localidade, afirmou que as relações de vizinhanças são recentes para que possa avaliar o grau de importância para o seu comércio.

Um dos pontos que mais chamou a atenção, além da apreensão que sentira em ser entrevistada por alguém que poderia estar fiscalizando sua rotina a fim de apreender suas mercadorias por não obter registro, é a relação familiar. O fato de D. U. ser prima de J. A. M. U., pode indicar a existência de rede de solidariedade. Isso porque D. U. se instalou primeiramente na cidade e depois de ter se consolidado no comércio e nas relações interpessoais, sob seu incentivo, J. A. M. U. também se estabeleceu próximo a ela. Foram-lhe passadas diversas informações como: trato com as autoridades, idioma português, costumes dos brasileiros, transporte e armazenamento de mercadorias e clientela.

De acordo com Benavides (2015, p. 27), embora os estudos contemporâneos tenham ampliado as explicações sobre a imigração, não explicitaram uma análise sobre as mulheres, incorporando-as ao genérico de imigrantes. Em uma dessas interpretações diz respeito às redes sociais, que são fomentadas por laços de parentesco, amizade ou pertencimento aos seus grupos de comunidade, que conectam os migrantes em suas origens e seus destinos. E, este é um dos pontos que a pesquisa em andamento se compromete em aprofundar.

Considerações Finais

Os que os estudos sobre imigrações podem ser ampliados a partir da inserção da categoria fronteira como elemento muito importante. Isso porque pode-se entender a fronteira como instância, palco de diversas deliberações, oficiais ou não, que ocorrem no processo migratório. Os resultados preliminares desta

pesquisa indicam a existência de redes de imigrantes bolivianas que atuam no comércio em Corumbá, MS. Isto foi perceptível através da vinculação entre duas comerciantes que, além de possuírem grau de parentesco, levou uma delas a se inserir no comércio varejista de roupas no Bairro Popular Nova através de outra que já estava estabelecida ali. Tal conectividade, que ainda necessita ser mais bem apurada, abrangeu noções da língua portuguesa, a apresentação dos seus clientes, forma de se relacionar com autoridades, manejo da mercadoria e formas de sociabilizar com a vizinhança. O fato de tal conexão ser estabelecida entre mulheres necessita ser melhor averiguada, isso porque suscita a questão de gênero como elemento central de suas existências

Seguindo os ensinamentos de Michel Foucher (1991), é notável como, por um lado, o sentido imaginário da fronteira está presente nas falas e comentários da sociedade receptora. Isso é possível ser capturado através do discurso fundamentado na permanente ameaça que a presença imigrante, em especial a boliviana, traz à parcela da sociedade de Corumbá. E, por outro lado, os sentidos real e simbólico estão na ponta das estratégias da imigrante boliviana, especialmente, nas formas como manipulam as mercadorias e se relacionam entre si.

Neste sentido, é muito importante dar relevância aos indícios de existência de redes femininas de imigrantes, uma vez que podem ser consideradas como a construção de elos que requalificariam as relações espaciais e de gênero. Desta forma, destacamos a necessidade de ampliação dessa pesquisa no sentido de identificar os meios com que são estabelecidas tais redes, bem como o papel que cada um de seus membros desempenha. Ainda, compreender as diferenciações das redes femininas de solidariedade com relação às demais redes vinculadas à imigração.

Referências

ALBUQUERQUE, L. J. **A Dinâmica das Fronteiras: os brasiguaios entre o Brasil e o Paraguai**. São Paulo: Annablume, 2010.

ALVIN, F.; TOGNI, P. C. **Sob o Véu dos Direitos Humanos: Tráfico, Tráfego e Políticas Públicas para a Imigração. Um Estudo de Caso sobre as Mulheres**

Brasileiras em Portugal. In: *Anais do 9 Seminário Internacional Fazendo Gênero.* Universidade Federal de Santa Catarina, 2010, pp. 01-10.

ARTOLA, J. **Migraciones y procesos de integración en América del Sur.** In: TELLES, M. E.; PIÑEIRO, R. C. *Migraciones Internacionales: Crisis y Vulnerabilidades.* Tijuana, México, El Colegio de La Frontera Norte, 2014, pp. 357-384.

BECKER, B. K. **Fronteira e urbanização repensada.** *Revista Brasileira de Geografia.* Rio de Janeiro, ano 47, n. 3/4, 1985, pp.315-476.

BENAVIDES, G. **Mujeres Inmigrantes en Ecuador: Géneros y Derechos Humanos.** Quito, Ecuador, Universidad Andina Simón Bolívar, 2015.

BOURDIEU, P. **A Ilusão Biográfica.** In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (orgs.) *Usos & Abusos da História Oral.* 4ª Edição. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 2001, pp. 183-192.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. **Introdução.** In: CARDOSO DE OLIVEIRA, R.; BAINES, S. (orgs.), *Nacionalidade, etnicidade em fronteiras.* Brasília: Editora UnB, pp. 9-20.

COSTA, G. V. L. **A Feira Bras-Bol em Corumbá (MS): notas sobre o comércio informal na fronteira Brasil-Bolívia.** In: *Contemporânea*, v. 3, n. 2, jul-dez de 2013, pp. 467-489.

EGHAREVBA, S. **Rethinking the concept of prejudice: immigrants-knowledge-based analysis in Turku, Finland.** In: *International Journal of the Sociology of Law.* V. 32, n. 3, 2004, 191-221.

ESPÍRITO SANTO, A. L. **A comercialização de produtos agrícolas em Corumbá-MS: propostas para o fortalecimento da agricultura familiar e da feira livre.** Dissertação de Mestrado, Mestrado em estudos Fronteiriços, CPAN, UFMS, 2015.

FERREIRA, F. L. **“Brechó Fronteiriço”:** a comercialização de roupas usadas nas Feiras Livres de Corumbá (BR). Dissertação de Mestrado, Estudos Fronteiriços, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2015.

FOUCHER, M. **Fronts et Frontières.** Paris, Fayard, 1991.

GLICK-SCHILLER, N.; BASCH, L.; SZANTON-BLANC, C. **From immigrant to transmigrant: theorizing.** In *Anthropological Quarterly*, vol.68, n.1, p.48-63, jan.1995.

JARDIM, D. F. Palestinos: as redefinições de fronteiras e cidadania. In: *Horizontes Antropológicos*, v. 09, n. 19, 2003, pp. 223-243.

LESSER, C.; MOISÉ-LEEMAN, E. (2009), **Informal Cross-Border Trade and Trade Facilitation Reform in Sub-Saharan Africa.** In: *OECD Trade Policy Papers*, No. 86, OECD Publishing, Paris, 2009, pp. 02-55.

MACHADO, I. J. R. **Implicações da imigração estimulada por redes ilegais de aliciamento. O caso dos brasileiros em Portugal.** In: *Ilha Revista de Antropologia*, 2005a, v. 07, n. 01-02, pp. 187-212.

MACHADO, L. O. **Estado, territorialidade e Redes. Cidades-Gêmeas na Zona de Fronteira Sul-Americana.** In: *Continentes em Chamas*. Globalização e Território na América Latina. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005b, pp. 246-284.

MINAYO, M. C.; SANCHES, O. **Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade?** In: *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, vol. 09, n. 03, p. 239-262.

OLIVEIRA, M. A. M. **“O Mais Importante era a raça”: Sírios e Libaneses na Política em Campo Grande, MS.** Tese de Doutorado, F.F.L.C.H., USP, 2001.

OLIVEIRA, M. A. M. **Imigrantes em Região de Fronteira: uma condição infernal.** In: OLIVEIRA, M. A. M. (org.). *Guerras e Imigrações*. Campo Grande, Editora da UFMS, 2004, pp. 189-203.

OLIVEIRA, M. A. M. **Tempo, Fronteira e Imigrante: um lugar e suas “inexistências”.** In: OLIVEIRA, T. C. M. (org.). *Territórios sem Limites*. Campo Grande, Editora da UFMS, 2006, pp. 349-358.

OLIVEIRA, M. A. M.; CAMPOS, D. L. **Migrantes e Fronteira: lógicas subvertidas, vidas refeitas.** In: PEREIRA, J. H. V; OLIVEIRA, M. A. M. (Orgs.). *Migração e Integração: resultados de pesquisas em Mato Grosso do Sul*. Dourados, Editora da UFGD, 2012, pp. 17-38.

OLIVEIRA, M. A. M.; TRIDADE, V. E. **Existe um jeito Brasileiro de Relacionar-se com Estrangeiros?** In: JARDIM, D.; OLIVEIRA, M. A. M. (orgs.). *Os Árabes e suas Américas*. Campo Grande, Editora da UFMS, 2007, pp. 263-274.

OLIVEIRA, M. A. M.; RAMALHO JUNIOR, A. L. **Proximidades e Estranhezas nas Relações Fronteiriças: Preconceito, Solidariedade e Imigrante.** In: *Anais do XVI Encontro Nacional de Geógrafos*, Porto Alegre, 2010, pp. 01-07. Disponível em www.agb.org.br/xvieng/anais/edp.php?orderBy=inscricoes.nome Acessado em 03 de julho de 2017.

OLIVEIRA, T. C. M. **Uma Fronteira para o Por do Sol.** Campo Grande, Editora da UFMS, 1998.

QUIROZ, Y. S. **Vulnerabilidad: un concepto para pensar las migraciones internacionales.** In: TELLES, M. E.; PIÑEIRO, R. C. *Migraciones Internacionales: Crisis y Vulnerabilidades*. Tijuana, México, El Colegio de La Frontera Norte, 2014, pp. 385-416.

SASAKI, E. M.; ASSIS, G. O. **Teorias das Migrações Internacionais.** In: *Anais do XII Encontro Nacional da ABEP*, Caxambu, 2000, pp. 01-19.

SAYAD, A. **A Imigração: ou o Paradoxo da Alteridade.** Trad. de Cristina Murachco. São Paulo, Edusp, 1998.

SEYFERTH, G. **A Assimilação dos Imigrantes como Questão Nacional.** In: *Mana*, v. 3, n. 01, 1993, pp. 95-131.

SILVA, G. J. **A Presença *Camba-Chiquitano* na Fronteira Brasil-Bolívia (1938-1987).** Tese de Doutorado. Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, 2009.

SOKEN, D. S. **Brasil e Bolívia: a mulher como força de trabalho e o processo de acumulação capitalista na dinâmica do circuito comercial transfronteiriço.** Tese de Doutorado, F.F.L.C.H., Universidade de São Paulo, 2016.

SOUCHAUD, S. **Pionniers Brasiéliens au Paraguay.** Paris, Karthala, 2002.

SOUCHAUD, S.; BAENINGER, R. **Collas e cambas do outro lado da fronteira: aspectos da distribuição diferenciada da imigração boliviana em Corumbá, Mato Grosso do Sul.** In: *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 25, n. 02, 2008, pp. 271-286.

TECHIO, K. **Imigrantes brasileiros não documentados: Uma análise comparativa entre Lisboa e Madri.** In: *SOCIUS*, Lisboa, n. 01, ano 2016, pp. 01-32.

TILLY, C. **Transplanted Networks.** In: YANS-Mc LAUGHLIN (ed.), Virginia, *Immigration Reconsidered*, NY, Oxford, Oxford University Press, 1990, pp.79-95.

TRUZZI, O. **Redes em Processos Migratórios.** In: *Tempo Social*, v. 20, n. 01, 2008, pp. 199-218.

WEBER, M. **História Geral da Economia.** Trad. Calógeras Pajuaba. Editora Mestre Jou, São Paulo, 1968.

A IMPORTÂNCIA DAS “FRETEIRAS” PARA AS COMUNIDADES RIBEIRINHAS DO PANTANAL

The Importance of "Freteiras" for Riverside Communities of Pantanal

Lígia Lopes Teixeira de SANTANA*

Aguinaldo SILVA**

Beatriz Lima de Paula SILVA***

Resumo: Esta pesquisa teve como objetivo analisar a importância das “freteiras” para as comunidades ribeirinhas que vivem as margens do rio Paraguai entre a foz do rio Cuiabá e a cidade de Corumbá, bem como, caracterizar esse tipo de transporte que navega nessa região do Pantanal. Para tanto, realizou-se pesquisa bibliográfica sobre o início da navegação no rio Paraguai. Foram realizadas três viagens a campo onde foram aplicados questionários e entrevistas junto à população ribeirinha das regiões do Paraguai Mirim, da Serra do Amolar e Barra do São Lourenço.

Palavra-chave: Fronteira, transporte hidroviário, rio Paraguai, comunidade ribeirinha, Pantanal.

Abstract: This research aimed to examine the "freteiras" importance to the communities who live on the margin of Paraguay River, between the mouth of Cuiabá River and Corumbá city, as well as, characterize this kind of transportation in Pantanal region. Therefore, it was through literature research about the beginning of navigation on Paraguay River, three trips were made to field questionnaires and interviews were applied to the people who live in the regions Paraguay Mirim, Serra do Amolar and Barra do São Lourenço.

Key word: margin, waterway transportation, Paraguay River, riverside community, Pantanal.

Introdução

No Brasil a navegação é praticada em vários rios, porém com maior destaque nos seguintes rios: Amazonas, São Francisco e Paraguai. O transporte hidroviário que no passado foi um importante elo para a ocupação e controle do interior, também se destaca no rio São Francisco.

* Bióloga. Mestre em Estudos Fronteiriços – UFMS/Campus do Pantanal.
ligialtsantana@yahoo.com.br

** Geógrafo. Doutor em Geociências e Meio Ambiente. UFMS/Campus do Pantanal.
Aguinald_silva@yahoo.com.br

*** Engenharia Cartográfica. Doutora em Geociências e Meio Ambiente. UFMS/Campus do Pantanal.
beatrizlpaula@gmail.com

O transporte fluvial de cargas e passageiros perduraram até o final da década de 1970, depois se eliminou o transporte de passageiros e continuou com o de cargas que permanece operando de forma precária, inclusive com interrupção, particularmente nesta década devido à ocorrência de secas e assoreamento de trechos do rio, e pela falta de manutenção, segundo Filho (2008, p.71).

Devido às boas condições de navegabilidade do rio Paraguai, a cidade de Corumbá, após a guerra do Paraguai, transformou-se no final do século XIX no principal centro comercial da região e o terceiro maior Porto da América Latina, a partir da liberação da passagem de barcos do Brasil e do Paraguai (FERNANDES, 2010).

A intensificação do comércio no porto de Corumbá é relatada por Oliveira (2005, p. 35 *apud* CHAMORRO, 2009, p.49) da seguinte maneira: o incremento no comércio de Mato Grosso – percebido nas atividades das casas comerciais – destacando-se Corumbá, concomitantemente ao crescimento urbano, só pode ser apreendido se considerarmos: a) a importância do rio Paraguai como via de transporte e comunicação para a região; b) um conjunto de transformações nas técnicas de navegação, vindas ao bojo da Revolução Industrial e; c) a inserção de Mato Grosso na divisão internacional e regional do trabalho.

Dessa forma, Corumbá urbanizou-se “sob o impulso do movimento fluvial e mercantil, aumentando significativamente o número de casas comerciais e de estrangeiros atraídos pela florescente praça comercial mato-grossense” (CORREA, 1980, p. 85). O autor, ainda, relata que o porto corumbaense era visitado por embarcações de grande calado, nacional e estrangeiro. Tais embarcações traziam grandes carregamentos de mercadorias destinadas aos mercados locais, bem como de outras localidades do estado e, até mesmo, para Bolívia. De regresso, levavam os produtos de exportação: borracha, couros, charques, plantas medicinais, etc.

Neste contexto vale destacar a importância das “Freteiras” que, além do transporte de mercadorias, atendem também os moradores da região do Pantanal que vivem às margens do rio Paraguai. Portanto, não há nenhum dado sobre a característica desse tipo de transporte, das dificuldades enfrentadas, pelos passageiros e proprietários, ou da importância social e econômica que esses transportes exercem nessas regiões de difícil acesso (Figura 01).

Figura 01. - Imagem do segmento do trecho estudado e a localização das comunidades ribeirinhas.



Composição Falsa cor RGB 742. Fonte: mosaico NASA Geocover Sircas, 2000.

Assim, este trabalho tem como objetivo analisar a importância das “freteiras” para as comunidades ribeirinhas que vivem às margens do rio Paraguai entre a foz do rio Cuiabá (MT) e a cidade de Corumbá (MS), bem como, caracterizar esse tipo de transporte que navega na região do Pantanal. A importância desta pesquisa se dá, por não haver na região nenhum dado sobre a característica dessa modalidade de transporte, e por elas, as “freteiras” possuírem um grande valor social e econômico entre os ribeirinhos e fazendeiros que vivem na região do Pantanal. Sendo assim, sugere-se que os resultados podem, igualmente, contribuir para o entendimento desse tipo de transporte e auxiliar em projetos importantes para melhorias e desenvolvimento no setor.

Materiais e métodos

Para atingir os objetivos propostos, foram utilizados os seguintes métodos:

1- Pesquisa bibliográfica sobre transporte hidroviário e as características do rio Paraguai;

2- Coletas de dados em órgãos públicos e privados, como a Administração da Hidrovia do Paraguai -AHIPAR, Capitania Fluvial do Pantanal, IBGE e a ONG (ECOIA), por meio de visitas a esses órgãos, conversas informais com os responsáveis do setor de interesse para identificar: os tipos e quantidade de embarcações que navegam no rio Paraguai na região de Corumbá e Ladário; para identificar e caracterizar os portos; tipos de carga e a frequência de embarque e desembarque de mercadoria nos portos dos Municípios Corumbá e Ladário; os destinos das mercadorias, entre outros, transportado na faixa de fronteira (BR/ BO).

3- Elaboração de mapas a partir de imagens de satélite Geocover para localização das comunidades;

4- Foram realizadas três viagens a campo, nos meses de setembro de 2011, junho de 2012, e dezembro de 2012, períodos do ano que marcam a dinâmica de cheia (junho) e seca (setembro e dezembro) no rio Paraguai, com duração média de quatro dias cada, para conhecer as comunidades e realizar as entrevistas.

5- Foram aplicados questionários semiestruturados, gravações das entrevistas e conversas informais, das três regiões estudadas, a fim de conhecer o perfil dos principais usuários desse meio de transporte (as freteiras).

6- Observações *in loco* de cada embarcação que fazem o transporte de cargas e passageiros no rio Paraguai, para averiguação das condições estruturais e físicas dessas embarcações; conversas informais com os proprietários das “freteiras”, realização de entrevistas com aplicação de questionário semiestruturado, para verificar a capacidade de transporte de carga geral, tais como: mercadorias, animal e de passageiro, para posterior caracterização e registro fotográfico das embarcações.

A importância dos transportes hidroviários no rio Paraguai

O Brasil possui um dos maiores sistemas aquaviários do mundo, contendo oito Bacias hidrográficas, onde existe movimentação de quase meio milhão de toneladas de cargas (NUNES, 2007). Entretanto, a participação do modal hidroviário na matriz de transporte corresponde a 2,7% do total de carga transportada no país, IPEA 2004 (*apud* BRITO, 2008, p.1).

O rio Paraguai é um dos principais tributários da Bacia da Prata, e a segunda maior bacia da América do Sul, com mais de 3,1 milhões de km², a qual é superada apenas pela bacia do Amazonas, e conta com 3.100.000 km² em sua totalidade (BRASIL, 2005). Esse rio abrange parte do Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai. É formada por quatro sub-bacias principais: Paraná, Paraguai e Uruguai e a própria sub-bacia da Prata. O maior sistema é o rio Paraná com 48,7% da superfície total da bacia. Os rios Paraguai e Uruguai compreendem 35,3% e 11,8% da bacia, respectivamente (SILVA, 2010).

Fluindo de norte para sul, o rio Paraguai percorre uma extensão de 2.621km, dos quais 1693 km em território brasileiro, até sua confluência com o rio Paraná na altura da cidade de Corrientes, na Argentina (INNOCENCIO, 1977).

Outra característica importante da Bacia do Alto Paraguai - (BAP) é o seu regime hidrológico, que regula o ciclo anual de seca e cheia no Pantanal. Segundo Calheiros (1974), é o fenômeno ecológico mais importante da planície de inundação de um rio, pois controla sua estrutura e funcionamento, desempenhando papel preponderante na ciclagem de nutrientes e disponibilidade de água, proporcionando um ambiente de alta produtividade primária e secundária. Historicamente, quando o nível máximo do rio Paraguai, se iguala ou supera o nível de alerta de enchente, que

é de 4,0 metros, conforme a régua de Ladário, MS (BRASIL, 1974), o ano é considerado de cheia no Pantanal, caso contrário, como sendo de seca. Tanto as cheias excepcionais quanto as pequenas cheias e, principalmente, a seca no Pantanal causam impactos socioeconômicos e ambientais.

Para Galdino (2002), as cheias excepcionais são altamente prejudiciais aos pecuaristas e à população ribeirinha. Os fazendeiros têm que movimentar grande quantidade de animais para as partes mais altas, o que implica em prejuízos financeiros. Já os ribeirinhos são obrigados a abandonar as suas casas. E a seca, também, é altamente prejudicial para a navegação de grandes embarcações, seja para o transporte de cargas, bem como de pessoas que vivem na região do Pantanal, seja as que vêm à região passearem e/ou pescarem (turismo).

No trecho que compreende a foz do rio Cuiabá a Porto Murtinho, o rio Paraguai apresenta leito único de grande largura com um canal amplo e pouco sinuoso, mas com algumas curvas críticas, como mostra a Figura 01. Contudo, admitindo o tráfego de comboios com até 150 m de comprimento, sem nenhum desmembramento (WWF BRASIL, 2001). Vale destacar aqui, que a foz do rio Cuiabá, também, é bastante conhecida pelos antigos como Barra do São Lourenço.

Portanto, no trecho entre Corumbá/MS e Cáceres/MT a hidrovia compõe um sistema de transporte fluvial de utilização tradicional, em condições naturais (ANTAQ, 2009) ligando as comunidades ribeirinhas e fazendeiros, que vivem em locais de difícil acesso às cidades.

A Hidrovia Paraguai-Paraná é um dos mais extensos e importantes eixos continentais de integração política, social e econômica e servem a cinco países: Brasil, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai (AHIPAR, 2010).

A Capitania Fluvial do Pantanal, é uma jurisdição situada em Corumbá, MS, que atende ao tráfego aquaviário dos rios: Paraguai, Miranda, Aquidauana e Coxim no Estado de Mato Grosso do Sul. Dentre as inúmeras funções dessa agência, destacamos: a segurança do tráfego aquaviário, a prevenção de poluição por parte de embarcações ao meio ambiente e a implementação e fiscalização ao cumprimento das leis e regulamentos, no mar e águas interiores (rios, baías e lagos).

Essa agência, também, realiza o registro e inscrições de todos os tipos de embarcações existentes e/ou que navegam nos rios de sua jurisdição, possibilitando, assim, a classificação dessas embarcações quanto aos tipos, sendo de grande porte os empurradores e barcaças; de médio porte a embarcação de transporte de passageiro, de gado e de carga geral; de pequeno porte as lanchas, botes e voadeiras. Além da navegação das embarcações artesanais.

De acordo com a Capitania, navegam no rio Paraguai, diferentes tipos de transportes hidroviários, tanto nacionais como internacionais. Todas devidamente cadastradas e inspecionadas, seus comandantes são habilitados para operarem, caso contrário a embarcação é retida para regularização. A respeito da poluição do rio por derrame de óleo ou combustível, a informação de que dispomos é que não houve nenhuma notificação nos últimos seis meses.

A “freteira”

São embarcações de pequeno calado e fundo chato, normalmente rebocam chatas com similar característica como ilustra a figura02. Transportam mercadorias diversas, tais como, gênero alimentício, combustível, ração para animais, sal para gado, material de construção, gado, além de passageiros, para as regiões do Pantanal e Corumbá (MS).

Figura 02. A- vista superior da “Freteira” e chatas ancoradas na orla fluvial, Corumbá (MS), agosto/2011. - B - vista lateral esquerda da “Freteira” ancorada na orla fluvial.



Autor: Santana, L.L.T., 2015.

A quantidade de mercadoria transportada varia de acordo com a capacidade de cada barco, entre 25 a 80 toneladas, e para o transporte de pessoas fica entre 12 a 40 passageiros e para gado entre 150 a 200 reses. Essas embarcações contêm

compartimentos exclusivos para acomodação das cargas, denominados porões. As chatas servem para transporte de gado e cargas não perecíveis, figuras 03 e 04.

Figura 03. - **A** - Vista frontal da “freteira” carregada de carga perecível. – **B**- Vista frontal da balsa acoplada na “freteira” carregada com carga perigosa (Combustível).



A



B

Autor: Santana, L.L.T., 2015.

Figura 04. **A** – Transporte de passageiros no rio Taquari, foto utilizada, apenas, para ilustração de como é realizado esse transporte de passageiros. **B** -Transporte de gado.



A



B

Autor: Santana, L.L.T., 2015.

Os passageiros se acomodam, nesses barcos em redes, dispostas uma próxima a outra pelo salão, pelos currais quando estes estão vazios, isso geralmente ocorre ao sair de Corumbá (MS), e pelo piso quando se esgotam os armadores das redes. Há também camarotes, contudo, a maioria das embarcações não oferece essa acomodação aos passageiros, servido de dormitório apenas da tripulação.

De acordo com informações verbais, do mais antigo proprietário de “freteira”, o surgimento das “freteiras” é bem antigo, supõe que foram elas que assumiram a função que, outrora, era desempenhado pelos monçoeiros, de transporte e

abastecimento do povoado instalados ao longo do rio Paraguai na época da colonização.

A “freteira” é uma modalidade de transporte voltada para transportar mercadoria de menor volume para as regiões de difícil acesso, tanto por via terrestre quanto por via aérea no Pantanal sul-mato-grossense. Esse tipo de transporte de passageiros nessas embarcações surgiu a partir da necessidade de não haver outro tipo de transporte, ou mesmo, uma embarcação apropriada para atender aos fazendeiros, os trabalhadores rurais e os ribeirinhos que moram nesses locais.

E os fazendeiros e os peões das fazendas tendo que acompanhar e ajudar no manejo do gado durante o embarque e desembarque dos animais, passaram a viajar nessas embarcações em condições semelhantes a empregada na condução do gado por rota terrestre, em “comitivas”, dormindo em redes ou pelo chão, se alimentando de comida simples e de fácil preparo.

Logo a população ribeirinha, famílias de pescadores e de catadores de iscas que moram no Pantanal (MS), acabaram aproveitando a ocasião e passaram a usar as “freteiras” de igual forma.

A importância social e econômica do transporte hidroviário de carga e passageiros

No Pantanal sul-mato-grossense há comunidades que a várias gerações habitam as regiões: do Paraguai Mirim, da Serra do Amolar, da Barra São Lourenço, e assim como o sistema Amazônico, no Pantanal, também eles só possuem duas alternativas de transporte, o aéreo e o hidroviário. Como o aéreo tem um custo muito alto o transporte hidroviário acaba sendo o mais utilizado pelas comunidades.

Este estudo teve como público alvo os ribeirinhos de três comunidades das regiões do Paraguai Mirim, da Serra do Amolar e Barra do São Lourenço por enfrentarem problemas como distância da cidade e ter acesso aos serviços públicos, uma vez que existe apenas um tipo de transporte, as “freteiras”, que chegam a esses locais.

A comunidade do Paraguai-Mirim localiza-se a 140 km a norte da cidade de Corumbá. Habitada por 38 famílias, das quais cerca de 80% são pescadores e coletores de iscas vivas. No total são 216 pessoas, moradoras fixas, espalhadas por

um vasto território nas margens do rio Paraguai, do Paraguai-Mirim e seus corixos. Possui uma escola em funcionamento a Escola Municipal Polo Porto Esperança (ECOIA, 2009).

A Serra do Amolar fica na borda oeste do pantanal brasileiro, próximo à fronteira com a Bolívia, entre Cáceres (MT) e Corumbá (MS) e não sofre tanto o ciclo das águas, pois permanece alagado durante todo o ano. Cerca de 35 famílias habitam a região. Com 80 km de extensão e algumas elevações que alcançam pouco mais de mil metros acima do nível do mar, essa formação rochosa faz parte do maciço conhecido pelo mesmo nome, uma barragem natural que ao reduzir a velocidade de escoamento dos rios Paraguai, Cuiabá, também, denominado de São Lourenço pelos antigos e afluentes, represa a água corrente e forma com ela três grandes lagoas na região: a Mandioré, a Gaíva e a Uberaba, esta última a maior de todas (ECOIA, 2009).

No porto Amolar, em 2010 segundo Amâncio *et al.* (2010) a comunidade contava com sete famílias moradoras fixas, um total de 16 pessoas. Atualmente, há apenas duas famílias como moradoras fixas. Os demais moradores foram embora para a cidade por razão de estudo e melhores oportunidade de trabalho.

A comunidade da Barra do São Lourenço possui, aproximadamente, 244 habitantes e está localizada a 240 km a norte da cidade de Corumbá. Isolados, os moradores convivem com restrições no acesso a serviços públicos essenciais, o que resulta na violação de diversos direitos, como o direito à saúde, ao transporte, à assistência social e à informação (ECOIA, 2009).

Com as visitas às comunidades: Paraguai Mirim, Serra do Amolar e Barra do São Lourenço, obteve-se um total de 29 (vinte e nove) entrevistas, das quais 13 (treze) são famílias residentes na região do Paraguai Mirim, cinco famílias moradoras ao longo do rio Paraguai na região do Amolar e 11(onze) da Barra do São Lourenço. A idade dos entrevistados das comunidades do Paraguai Mirim, da Serra do Amolar e Barra do São Lourenço variou de 18 a 89 anos.

A maioria dos moradores dessas comunidades são jovens, pois nasceram, criaram e estão constituindo suas famílias, também, nesses locais.

Na comunidade do Paraguai Mirim, algumas casas são de tábuas, com cômodos separados por paredes, também, de madeiras e com banheiro dentro da casa.

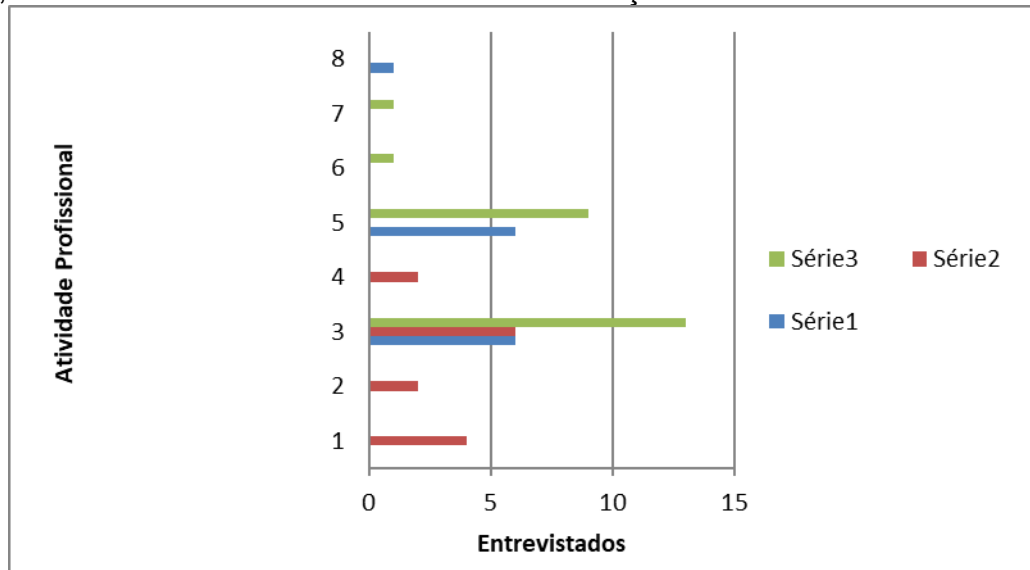
A escolaridade desses ribeirinhos é baixa. A maioria não chegou a concluir o ensino fundamental. Até o ano de 2010 a unidade escolar existente na comunidade da Barra, só oferecia até o 5º ano do ensino fundamental, a partir de 2011 iniciou-se a implantação gradativa do 6º e 7º anos.

Os jovens que vão para a cidade a fim de concluírem os estudos, não se acostumam com o ritmo da cidade e preferem voltar para a região. Todavia, sem escolarização e sem oferta de trabalho, eles acabam exercendo a única atividade profissional existente no local. A coleta de iscas e a pesca profissional, são as principais fontes de renda das famílias que residem no Paraguai Mirim, na Serra do Amolar é a e Barra do São Lourenço.

Conseqüentemente essas famílias dependem do turismo de pesca, para comercializarem as iscas vivas e dos barqueiros para venderem o peixe. Logo, a renda familiar é baixa, não chegando, às vezes, a um salário mínimo.

Vivem precariamente com o pouco que ganham e com a ajuda da Prefeitura de Corumbá por meio da Secretaria Especial de Integração das Políticas Social com apoio do programa “Povo das Águas” que vai às comunidades de três em três meses, levando diferentes tipos de atendimentos tais como: médico, tratamento odontológico, apoio sociais, educacionais e assistenciais, entre outros, além do apoio esporádico da Marinha e ONGs (Figura 05).

Figura 05. Principais atividades profissionais exercidas pelos ribeirinhos do Paraguai Mirim, da Serra do Amolar e Barra do São Lourenço.



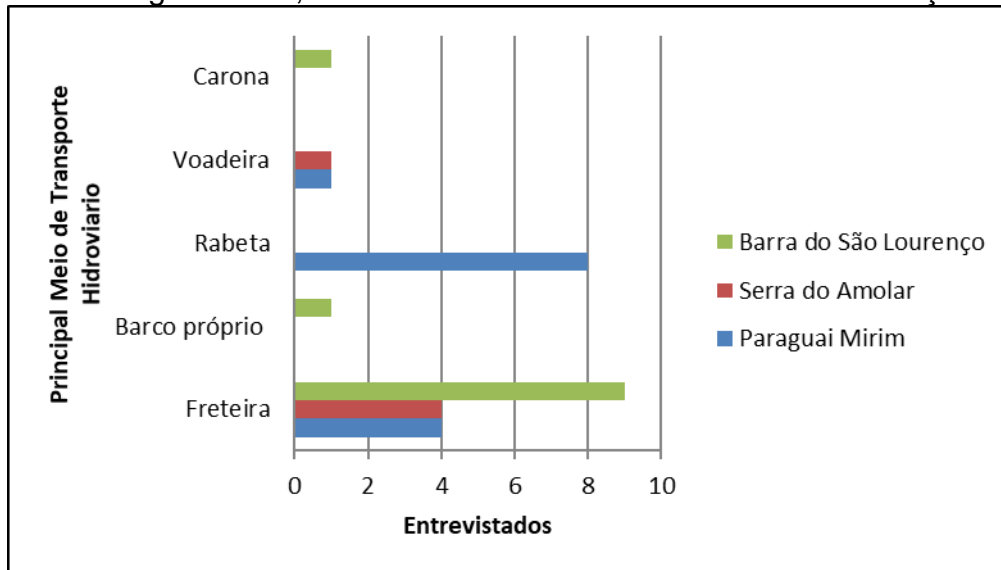
Nas comunidades não há postos de saúde, nem técnicos em enfermagem para fazer os primeiros socorros, tampouco um barco com motor à disposição para prestar socorro em caso de emergência. O ribeirinho que não tiver seu próprio meio de transporte tem que esperar as “freteiras”, de dois a três dias às vezes, para se deslocar para Corumbá, isso se ela estiver vazia.

Ao serem questionados quanto ao meio de transporte utilizado para pescar e coletar iscas chamou-nos a atenção a comunidade do Paraguai Mirim, onde todos os entrevistados, mesmo com toda a carência financeira, possuem uma rabeta, pois esse tipo de motor é adquirido em Puerto Quijaro na Bolívia. Quanto às demais comunidades, alguns possuem barco a motor, e os outros usam barco a remo, entre outros, conforme figura 19. Esse resultado nos leva a constatar o grau de dificuldade que essas famílias enfrentam para obterem seu sustento e sobreviverem com tão poucos recursos financeiros.

Quanto ao meio de transporte utilizado para se deslocarem para a cidade, verificou-se conforme figura 06 que as comunidades da Serra do Amolar e Barra do São Lourenço são as que mais utilizam as “freteiras”, já que, são os que menos possuem rabeta ou barco a motor. E mesmo, os que possuem esse tipo de transporte, muitas vezes não possuem recursos financeiros para comprarem o combustível, e pela grande distância entre essas comunidades e a cidade, o

consumo de combustível para esse deslocamento é grande, ficando dessa forma, muito oneroso para essas famílias. Portanto, acabam usando mais as “freteiras” para irem e virem da cidade e, ainda, há possibilidade, em alguns casos, de pagarem depois.

Figura 06. – Principal meio de transporte hidroviário utilizado pelas famílias das regiões: do Paraguai Mirim, da Serra do Amolar e Barra do São Lourenço.



Constatamos ainda, que a comunidade do Paraguai Mirim, são as que menos usam as “freteiras”, pois a maioria dos ribeirinhos possui barco movido a rabeta e, esta é econômica no consumo de combustível, além de a distância da cidade ser menor. Mas ainda, existem aqueles que utilizam as “freteiras” para transportarem mercadorias.

Portanto, o deslocamento dessas famílias para cidade é muito difícil, pois existem vários fatores que lhes impossibilitam o acesso e o principal deles é o fator econômico, pois o valor da passagem das “freteiras” é muito alto para as condições econômicas dessas famílias, ainda mais, para as famílias com mais de dois filhos. A falta de vaga na lancha, horário não definido de chegada aos portos, tudo isso contribui para as péssimas condições de mobilidade dessas comunidades que vivem isoladas no Pantanal.

Os motivos que os levam a se deslocarem até a cidade e consequentemente a usarem as “freteiras” são: falta de combustível para transporte próprio, receber mantimento e combustível, pagamento, recadastramento dos benefícios sociais, fazer compras, ir ao médico e outros.

No entanto, o motivo doença ou ir ao médico foi o mais citado pelas famílias, seguido do motivo recadastramento dos benefícios sociais, porque são assuntos que não podem ser resolvidos por terceiros, como é o caso do recebimento de pagamento que ficou em último lugar, o que quer dizer, que existe outra forma de essas famílias receberem o pagamento sem que seja necessário se deslocar para a cidade.

Apesar de as “freteiras” serem o principal meio de transporte dessa população, ainda há muita insatisfação, dos usuários, quanto ao atendimento e serviços prestados pelos donos ou tripulação de algumas lanchas.

Questionados quanto às condições de higiene, segurança, conforto, acomodação, refeição e cuidado com a carga transportada, apurou-se que no tocante à acomodação, segurança e conforto as lanchas deixam a desejar. Por outro lado, as refeições servidas foram consideradas satisfatórias pelas comunidades da Serra do Amolar e Barra do São Lourenço.

A frequência com que os ribeirinhos utilizam as “freteiras” depende muito da necessidade. Algumas famílias passam o ano todo sem irem à cidade e conseqüentemente, sem utilizarem as “freteiras”, porque, geralmente na cidade há pessoas de confiança que resolvem todos os assuntos, sem que necessitem gastar com viagens para ir resolvê-los.

Verificamos que os moradores mais antigos ou idosos, não gostam de sair da comunidade, nem para resolver assuntos particulares. Mas, por outro lado há famílias que realizam viagem frequentemente.

Verificou-se que a comunidade do Paraguai Mirim, apesar de a maioria, possuir barco movido a rabeta, eles ainda utilizam as “freteiras” em suas viagens, pelo menos de uma a quatro vezes por ano, como era de se esperar. A comunidade da Barra do São Lourenço são as que mais utilizam esse meio de transporte, pois são os que menos possuem condução própria.

Portanto, as famílias que usam as “freteiras” com mais frequência são aquelas que fazem tratamento de saúde, mulheres gestantes e outros por terem interesses comerciais ou turísticos. Pode parecer pouco de uso anual, para viagens, mas as comunidades não deixam de usar os serviços das “freteiras” para o

transporte de mantimentos, combustíveis, cartas, notícias etc., por ser dessa forma mais barato.

Para os ribeirinhos, existe diferença na qualidade da prestação de serviço de uma “freteira” para outra. Eles disseram que há lancha em que a tripulação não trata com civilidade os passageiros. Em outra, já há cortesia com as crianças, idosos e mulheres reservando-lhes os melhores lugares.

Pelos relatos proferidos pelos entrevistados, percebeu-se que há um consenso nas opiniões dos passageiros quanto à diferença no tratamento, dos participantes, por parte dos prestadores de serviços do transporte hidroviário.

Apesar das “freteiras” não apresentarem características, funcionais e estruturais, ideias no atendimento destes usuários, ainda, é considerada pelos ribeirinhos, como sendo “muito importante” no seu dia a dia. A figura 29 apresenta o grau de importância desse tipo de transporte para eles.

Aqueles que consideraram a importância das “freteiras” como indiferentes são aqueles que não as usam, por possuir condução própria ou por ser idoso e dificilmente sair da comunidade. Sendo assim, 68,9% dos entrevistados consideraram as “freteiras” como “muito importantes” para seu dia a dia.

Portanto, após ouvir e conhecer todas as dificuldades e anseios dessas comunidades, foi-lhes perguntado então, como deveria ser o transporte de pessoas no rio Paraguai, a comunidade da Barra do São Lourenço foi a que mais respondeu que deveria ter uma lancha que transportasse apenas pessoas, sem estar misturado com animais, pois eles são os que mais sofrem nessas viagens, por passarem dias e noites viajando, mal acomodados e, ainda, tendo que dividir o pouco espaço que têm com os animais.

Passagem mais barata, camarotes para todos e sem o infortúnio de viajar com bêbados, estão em segundo lugar no desejo desses passageiros. Transportar número de passageiros de acordo com a capacidade da lancha, ter mais segurança e ser mais rápida a viagem, também, são anseios dessas comunidades.

As condições estruturais e físicas das lanchas, mesmo com as manutenções rotineiras, ainda estão muito aquém do que poderia ser para atender esses usuários. Essas pessoas já se sentem excluídas do mundo, e ainda, quando vão usar um serviço em que estão pagando, são maltratadas e humilhadas, e sem ter a quem

reclamar seus direitos ou usar outro transporte, por não existir outro que ofereça essas comunidades, acabam tendo que se sujeitar a essas situações.

Acredita-se que as “freteiras”, por não estarem sujeitas a uma regulamentação e fiscalização, por parte do poder público, no que tange à qualidade da prestação do serviço aos usuários, os empresários se descomprometem com as melhorias das embarcações, deixando a desejar no atendimento aos passageiros.

Discussão dos resultados

Verificamos que as dificuldades enfrentadas pelo setor, são comuns a todos os empresários. Tais como: a) período de seca (baixa do rio), o qual dificulta a navegabilidade em alguns trechos do rio Paraguai, tornando mais demorada a chegada ao destino, b) às queimadas que se configuram como um problema para quem navega pelo rio Paraguai, no período de estiagem, pois a fumaça prejudica a visibilidade principalmente no período noturno, obrigando os comandantes a atracarem e pernovernarem, para depois seguirem viagem e c) as exigências da Capitania Fluvial do Pantanal, segundo narração de um empresário, é uma dificuldade enfrentada pelo seguimento.

Dentre todas essas dificuldades, ambientais ou legais, os empresários ainda enfrentam problemas de falta de espaço físico para atracar suas embarcações na orla fluvial, além, da falta de infraestrutura do local, tais como: iluminação, segurança, rampa para acesso ao embarque e desembarque de passageiros e mercadorias, bancos para sentar, banheiros, entre outros. No decorrer das entrevistas percebemos que o setor empresarial não está organizado e de acordo com alguns entrevistados, os empresários nunca procuraram fazer contato com representantes do Poder Público para apresentar suas reivindicações, a não ser em período eleitoral.

As principais reivindicações daqueles que utilizam esse transporte como fonte geradora de emprego e renda e daqueles que as utilizam como meio de acesso aos locais de moradia no Pantanal (MS) são: melhorias e padronização nos valores das tarifas para passageiros e cargas transportadas, infraestrutura do “porto” (iluminação, segurança, limpeza, banheiros, bancos para sentar, rampas, etc.) e organização no embarque e desembarque.

Ao serem questionados quanto à qualidade da acomodação, refeição, conforto, segurança, higiene, valor da tarifa para criança e adultos etc., foi nos respondido que as condições são satisfatórias, pois obedecem às exigências da Capitania Fluvial do Pantanal. Na questão da tarifa, consideram o valor defasado, conforme relato a seguir:

Quanto ao aspecto econômico, não há uma estimativa e nem foi possível mensurá-la neste estudo, por não haver dados quantitativos, mas pode-se afirmar que esse tipo de transporte movimenta uma boa parcela dos negócios locais, tais como: frigoríficos, postos de gasolinas, supermercados, lojas de materiais de construção, comércio de produtos veterinários, etc. e regionais, a saber, o sal mineral, pela quantidade de mercadorias embarcadas semanalmente ou mensalmente nessas “freteiras”.

Verificou-se que já no primeiro semestre de 2012 o posto de gasolina havia superado as vendas realizadas durante todo o ano de 2011, uns dos motivos, segundo informações do gerente do posto de gasolina e de alguns proprietários de freteiras, seria que no final de 2011 e início de 2012 muitos empresários adquiriram fazendas na região do Pantanal, e em decorrência disso, fizeram novos investimentos e melhoraram as condições da fazenda. Outro fator seria o ciclo de seca e cheia no Pantanal, pois no ano de 2011 a cheia foi maior que no ano de 2012. E quando a cheia chega até as fazendas, fica mais difícil de manejar o gado, e por isso ficam eles confinados em um determinado lugar, sem movimentar trator, máquinas ou qualquer outro equipamento movido a diesel ou a gasolina, por essa razão o consumo de combustível é menor.

Entretanto, no período seco os fazendeiros já têm mais possibilidade de trabalho, movimentando tratores, geradores, bombas de água, dentre outros equipamentos que requeiram combustível, e conseqüentemente haverá um consumo maior desse produto.

Após as entrevistas, com os proprietários das “freteiras”, identificamos as reais condições em que se encontra o setor atualmente, e conclui-se que os empresários enfrentam vários conflitos, tais como: falta de apoio de órgãos públicos, ausência de ordenamento e estruturação do local usado para ancoradouro,

concorrência desleal entre os empresários, e carência de fonte de crédito específico para ampliação e melhorias no setor de transporte hidroviário.

O uso, pela Capitania Fluvial do Pantanal, de uma Legislação para transporte marítimo e não fluvial, a lei 9.537 de 11/12/1997- Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário (LESTA) que prevê punição da lancha ou comandante por exceder o número de passageiros, muitas vezes, é desrespeitada por motivo de doença, trabalho de parto de mulheres gestantes ou incidentes com os moradores dessas regiões de difícil acesso. Nesses casos, os comandantes são obrigados ou movidos pelo sentimento de solidariedade a prestarem socorro aos ribeirinhos e acabam, infringindo a lei, transportando além da capacidade permitida para o número de passageiros.

A receita gerada é mínima, para cobrir os encargos, as despesas da lancha e, dividir com os trabalhadores, que geralmente é filho ou parente que foram empregados pelo empresário. Portanto, faz-se necessário um envolvimento e comprometimento dos órgãos públicos responsáveis pelo ordenamento desse tipo de transporte hidroviário e uma estruturação e regulamentação na utilização desse meio de transporte.

Considerações finais

Constatou-se que o transporte hidroviário de carga geral, gado e passageiro que navega pelo rio Paraguai é de porte médio, pois essas embarcações são de pequeno calado e fundo chato, rebocam chatas com similar característica, com capacidade entre 25 a 80 toneladas para mercadorias e entre 150 a 200 reses, nas chatas. Portanto, são adequadas para transportarem mercadorias diversas, desde gêneros alimentícios, combustíveis a gado. Porém, para o transporte de pessoas a capacidade é bem restrita, e as condições de higiene, segurança, conforto deixam a desejar na opinião dos usuários.

Verificou-se, a partir das entrevistas e conversas informais, que o transporte de pessoas pelas “freteiras” não é o principal objetivo desses empresários, pois esse tipo de transporte requer mais investimento e o lucro é mínimo.

Pode-se perceber, ainda, que o transporte oferecido à população ribeirinha enfrenta dificuldades, como: período de seca (baixa do rio), as queimadas no

Pantanal, a ausência de uma legislação específica para o transporte fluvial, que abranja todas as particularidades da região, falta de apoio do poder público na regulamentação desse tipo de transporte e no ordenamento do uso da orla fluvial, a falta de infraestrutura no local usado como ancoradouro, tais como: falta de espaço físico para atracar as embarcações na orla fluvial, falta de iluminação, segurança, limpeza, rampa de acesso para embarque e desembarque de passageiros e mercadorias, banheiros e bancos para espera.

Verificou-se, também, que mesmo com todas as precariedades e insatisfações, por parte, dos usuários a “freteira” é o principal meio de acesso que esses ribeirinhos possuem para poderem chegar à cidade ou vir dela, e poder receber seus mantimentos e mercadorias em geral.

Constatou-se, que as “freteiras” possuem uma importância muito grande no dia a dia dessas comunidades, seja, levando notícias (recados ou cartas), suprimentos (gênero alimentício, materiais para trabalho, combustível e etc.) e fazendo o transporte do pessoal quando necessário. As “freteiras” contribuem, ainda, na movimentação da economia local, ao prestarem serviços aos pecuaristas, situados no Pantanal, no que tange ao transporte de grandes quantidades de combustíveis, rações para animais e transporte de gado para os frigoríficos. Além da sua própria participação na economia local criando oportunidades de empregos, realizando compras no comércio de combustíveis, suprimentos alimentícios e manutenção das embarcações a cada viagem realizada.

Espera-se, portanto, que os resultados obtidos neste estudo possam servir, tanto como fonte de informação, quanto de subsídio aos órgãos públicos Federal, Estadual e Municipal, para que, os dirigentes políticos, tomem conhecimento das reais necessidades enfrentadas por essas comunidades e busquem soluções viáveis para a melhoria da qualidade de vida dessas comunidades que vivem no mais completo isolamento.

Referências

AHIPAR - Administração da Hidrovia do Paraguai- Ministério dos Transportes. 2010. Disponível em: www.ahipar.gov.br/?s=historico> acessado:18/07/2012.

AMÂNCIO, C. O. G.; et al. **Caracterização Socioeconômica da Comunidade do Amolar, Sub-região do Paraguai, Corumbá, MS**. Circular Técnica 92. EMBRAPA. Corumbá, MS - Dezembro, 2010.

ANTAQ- Agência Nacional de Transportes Aquaviários. **Panorama Aquaviário**, v.3, 2009. Disponível em: www.antaq.gov.br.

BRASIL, Agência Nacional de Águas- ANA. **Projeto implementação de práticas de Gerenciamento integrado de bacia Hidrográfica para o pantanal e bacia do alto Paraguai**. ANA: Subprojeto 5.4 – Modelo Integrado de Gerenciamento Hidrológico da Bacia do Alto Paraguai. Relatório Final. 2005, 554p. p.1. Porto Alegre, RS.

BRASIL, Ministério do Interior. Departamento Nacional de Obras e saneamento. **Estudos Hidrológicos da Bacia do Alto Paraguai**. Rio de Janeiro, 1974. v.1, il.

BRITO, E. G. **Transporte Hidroviário Interior de Passageiros na Região Amazônica: Metodologias Aplicadas ao Cálculo do Valor da Tarifa**. 2008, 201p. (Dissertação Mestrado em Ciências em Engenharia de Transporte) - Universidade Federal do Rio de Janeiro – RJ.

CALHEIROS, Débora. **Estudos Hidrológicos da Bacia do Alto Paraguai do Ministério do Interior**. Departamento Nacional de Obras e saneamento. 1974. v.1, il.

CHAMORRO, J. C. Dias. **A modernização da hidrovia do Paraguai e as Transformações no espaço regional: o caso da Microrregião Geográfica do Baixo Pantanal**. 2009, 158p. p.49. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS.

CORRÊA, L. Salsa. **Corumbá: um núcleo comercial na fronteira de Mato Grosso (1870-1920)**. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: FFLECH/ USP, p. 85.1980.

EOA- Ecologia e Ação. **Sierra do Amolar y rocas: uma relación de equilibrio y perfección**.2009.<http://www.riosvivos.org.br/Canal/2009/628>>acesado: 08/08/2011.

FERNANDES, H. Dias; CASTILHO, M. Augusta. **O patrimônio cultural tombado do porto geral de Corumbá - MS no contexto da comunidade local**. Campo Grande, MS. UCDB, p.2-3. 2010.

FILHO, J. V. – Zuza. **A política econômica regional do Vale do São Francisco: uma busca do desenvolvimento do interior brasileiro**-Revista de Estudos Sociais - ano 10, n. 20, v. 2, p.71. 2008.

GALDINO, S.; et al. **Mudanças no regime hidrológico da bacia hidrográfica do Rio Taquari - Pantanal**. Corumbá: Embrapa Pantanal, 2002. 24p. (Embrapa Pantanal. Boletim de Pesquisa, 26). Disponível em: <http://www.cpap.embrapa.br/publicacoes/online/BP26.pdf>.>Acessadoem 21/02/2012.

INNOCENCIO, N. R. Hidrografia. In: IBGE (ed.) **Geografia do Brasil**. Rio de Janeiro, IBGE, vol. 1 (Região Centro Oeste). 1997. p. 73-90

MEF. Programa de Pós-graduação em Estudos Fronteiriços. VI Seminário de Estudos Fronteiriços: Onde as fronteiras se encontram... Anais... Corumbá: UFMS, 2017. (2 a 4 de outubro de 2017).

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (2004). **Investimento em infraestrutura no Plano Plurianual (PPA) 2004-2007- Uma visão Geral**. Texto para Discussão Nº 1024, Brasília, DF.

NUNES, Orlando Augusto. **Transporte Fluvial**. P.1, 2007. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/2181/3/Transporte-Fluvial/pagina3.html#ixzz1I6uUrCaE>> Acessado em: 23/02/2012.

OLIVEIRA, V. W. Neto de. **Estrada móvel, fronteiras incertas: Os Trabalhadores do: Rio Paraguai (1917 - 1926)**. Campo Grande: Editora da UFMS, 2005.

SILVA, A. **Geomorfologia do Megaleque do rio Paraguai. Quaternário do Pantanal Mato-Grossense, Centro-Oeste do Brasil**. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em Geociências e Meio Ambiente – UNESP) Rio Claro –SP, 2010.

WWF BRASIL. **Retrato da Navegação no Alto rio Paraguai: Relatório de Expedição técnica**. Brasília: WWF-Brasil, 2001. 66p.

ANÁLISE HISTÓRICA DO CRESCIMENTO URBANO DA CIDADE DE CORUMBÁ/BR NA FRONTEIRA BRASIL/BOLÍVIA

Análisis Histórico del Crecimiento Urbano de la Ciudad de Corumbá/Br y Puerto Quijarro/Bo en la Frontera Brasil/Bolivia

Lauzie Michelle Mohamed XAVIER*

Beatriz Lima de Paula SILVA**

Resumo: O artigo tem por objetivo apresentar o cenário de desenvolvimento histórico ocorrido na fronteira Brasil/Bolívia, com destaque para a diferença no sentido do crescimento da ocupação urbana das cidades de Corumbá no Brasil e Puerto Quijarro na Bolívia. Trata-se de pesquisa bibliográfica e cartográfica que associa a análise de fontes e documentos à elaboração de mapas cartográficos para visualização das características que se busca entender. Compreende-se que as diferenças no desenvolvimento das duas cidades gêmeas, são multideterminadas nessa região de mutações históricas, políticas e socioeconômicas.

Palavras-chave: Desenvolvimento Urbano, Urbanização em fronteira, Ocupação das cidades de fronteira.

Abstract: El artículo tiene por objetivo presentar el escenario de desarrollo histórico ocurrido en la frontera Brasil / Bolivia, con destaque para la diferencia en el sentido del crecimiento de la ocupación urbana de las ciudades de Corumbá en Brasil y Puerto Quijarro en Bolivia. Se trata de una investigación bibliográfica y cartográfica que asocia el análisis de fuentes y documentos a la elaboración de mapas cartográficos para visualizar las características que se busca entender. Se entiende que las diferencias en el desarrollo de las dos ciudades gemelas, son multideterminadas en esa región de mutaciones históricas, políticas y socioeconómicas.

Palabras claves: Desarrollo Urbano, Urbanización en frontera, Ocupación de las ciudades de frontera.

Introdução

Este artigo foi motivado pela vontade de compreender como duas cidades de fronteira, próximas, que emergem num mesmo espaço geográfico, ocupam espaços políticos tão diferentes e se constituem de forma diversa. Para tanto, faz-se necessário analisar historicamente como se desenvolveram as cidades gêmeas de

* Arquiteta Urbanista, mestranda em Estudos Fronteiriços, UFMS. Atua na Prefeitura Municipal de Corumbá, MS. E-mail lauziemohamed@gmail.com

** Engenharia Cartográfica. Doutora em Geociências e Meio Ambiente. UFMS/Campus do Pantanal. E-mail beatrizpaula@gmail.com

Corumbá/BR e Puerto Quijarro/BO, sendo fundamental esclarecer o conceito de cidades gêmeas.

O Ministério da Integração esclarece que são consideradas cidades-gêmeas os municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho, assim como manifestações "condensadas" dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania (BRASIL, 2016).

Para melhor compreender se as diferenças entre as duas cidades se devem a causas políticas, legais, históricas, sociais econômicas ou culturais, essa análise foi realizada por meio da verificação histórica de elementos e características que incorporaram o desenvolvimento urbano de ambas as cidades ao longo do tempo. Vale ressaltar que Corumbá recebeu maior ênfase aqui pela facilidade de acesso a fontes sobre a formação histórica da cidade.

Método

A metodologia utilizada foi baseada em pesquisas bibliográficas e documental associado a utilização de mapas para análise visual e interpretativa.

Para observar o desenvolvimento urbano de uma cidade é substancial contemplar determinações da urbe que ultrapassam as barreiras físicas. Esclarece-se que o território, no qual a cidade está localizada, é “constituído na relação entre os homens e deles com a natureza e de que é da natureza que o homem retira todos os recursos que possibilitam a sua existência social” (OLIVEIRA NETO; CRIVELATTI, 2013, p.98). Desta forma, perceber esta temática, assim como o desenvolvimento que se consolidou faz com que se conceba a cidade de maneira ampliada e principalmente considerando o homem/mulher que nela vivem e tecem suas relações sociais. Interpretar o desenvolvimento espacial das cidades como um produto histórico das relações de produção e reprodução material da humanidade (OLIVEIRA NETO; CRIVELATTI, 2013) se torna fundamental para maior abrangência na progressão das pesquisas realizadas que tangem as temáticas de

desenvolvimento e ordenamento territorial. Concomitantemente, entender sobre as políticas públicas voltadas ao planejamento urbano é fulcral para compreender sob as conurbações, “que nos dias de hoje são reflexo do crescimento acelerado das cidades” (COELHO, 2013, p. 1).

Utilizou-se também como recurso metodológico pesquisas nas relações do planejamento urbano na cidade de Corumbá – MS, percebendo as especificidades deste município que é um dos vinte e nove que se caracterizam como cidades-gêmeas do Brasil (BRASIL, 2014). Isso requer olhares mais apurados, pois, a dinâmica da relação com a cidade-gêmea de Puerto Quijarro (BO) faz com que exista, entre as cidades, um grande potencial de integração econômica e cultural. (BRASIL, 2014)

As cidades de fronteira, Corumbá (BR) e Puerto Quijarro (BO), em sua relação assumem um

[...] fator de vizinhança, e de identificação com “o outro”, faz com que se criem especificidades de uso do espaço. A lógica espacial se dá de maneira integrada, e a cidade vizinha é utilizada, em maior ou menor grau, como espaço complementar (COELHO; REIS, 2011, p. 6).

Para entender historicamente como essas cidades-gêmeas se desenvolveram e como se deu seu crescimento, buscou-se verificar os elementos e características incorporados de maneira positiva a implantação e o planejamento urbano de ambas as cidades.

No interesse da povoação dos lugares mais distantes no Brasil, no século XVIII as urbanizações foram incentivadas pelo Reino como desejo de ratificar a posse lusitana nos imensos espaços vazios dos territórios cobiçados por vários países, principalmente depois da assinatura do Tratado de Madri de 1750 (LEMOS, 2016).

Processo de formação das cidades

Como já afirmado, Corumbá foi uma cidade planejada estrategicamente ainda no período colonial, fundada no final do século XVIII (1778), sob a forma de uma fortificação militar atendendo ao plano estratégico do Estado português de assegurar a posse de terras até então pertencentes à Coroa Espanhola. Ao mesmo tempo,

constitui-se em um suporte militar para garantir a defesa da fronteira da colônia lusitana na capitania de Mato Grosso contra as invasões castelhanas (LEITE, 1978).

Para Freyre (1978) o fundador de Corumbá, Luiz d'Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, foi um administrador, político e homem de armas, e um dos mais realizadores entre todos os governadores que Portugal encarregou de desbravar terras, levantar povoações, estabelecer lavouras e guarnecer fronteiras. Entretanto, suas ações foram cercadas de mistérios e não alcançaram ressonância para não provocar reações aos espanhóis, então competidores dos portugueses tanto nas Américas quanto na Europa.

Assim, Corumbá surge para guarnecer fronteiras e no pós-guerra, quando de seu planejamento, esse se dá a partir das ideias que já se discutiam na Europa sobre organização de cidades, isto é, a partir de um conhecimento já desenvolvido a respeito de ordenamento territorial para combater os graves problemas e convulsões sociais que afetavam as cidades europeias. As diferenças de classe estavam muito visíveis nas cidades europeias do século XVIII e conforme Hobsbawm (2010, p. 201) “o crescente descontentamento dos pobres – especialmente dos pobres das cidades – era visível em toda a Europa ocidental”.

O descontentamento da população associado ao desenvolvimento urbano caótico resultou nas revoluções sociais. Somente as cidades cuja fundação remontava aos períodos romanos pareciam seguir um planejamento e para Sennet (2008), a natureza fragmentada da esfera pública refletia na topografia da cidade sua própria debilidade e desinteresse.

[...] nessas circunstâncias, em que poderia estar fundamentada a ordem pública? De fato, aos olhos dos habitantes das cidades, e apesar de alguns distúrbios ocasionais, era impressionante que o desenvolvimento capitalista nunca tenha sido contestado por uma revolução (SENNET, 2008, p. 325).

O reordenamento das cidades, a começar por Londres, que antes de Paris e de forma mais organizada que Nova York, alocava classes homogêneas em espaços separados, de tal modo que “[...] a renovação urbana empurrou a pobreza, concentrando-a em lugares mais distantes” (SENNET, 2008, p. 324).

Assim, a emergência de planejamento urbano se dá a partir das revoluções em espaços urbanos e as cidades planejadas surgem com a intenção de facilitar a livre circulação das multidões. Sennet (2008) associa ainda o planejamento das

idades com as novas descobertas da medicina, isto é a medida que a medicina avança seu conhecimento sobre a anatomia do corpo humano, isso se reproduz no planejamento e desenho das cidades, com suas vias arteriais, seus sistemas de oxigenação, pulsação e respiração.

A revolução de Harvey favoreceu mudanças de expectativas e planos urbanísticos em todo o mundo. Suas descobertas sobre a circulação do sangue e a respiração levaram a novas ideias a respeito da saúde pública. No iluminismo do século XVIII, elas começaram a ser aplicadas aos centros urbanos, construtores e reformadores passaram a dar maior ênfase a tudo que facilitasse a liberdade do trânsito das pessoas e seu consumo de oxigênio, imaginando uma cidade de artérias e veias contínuas, por meio das quais os habitantes pudessem se transportar tais quais hemácias e leucócitos no plasma saudável. A revolução médica parecia ter operado a troca de moralidade por saúde; e os engenheiros sociais, estabelecido a identidade entre saúde e locomoção/circulação. Estava criado o novo arquétipo da cidade humana (SENNET, 2008, p. 263).

É a partir dessas concepções da civilização ocidental que a atual povoação de Corumbá surge, como cidade planejada pelo engenheiro militar Raimundo Delamare, no pós-guerra, em 1875 (LEITE, 1978).

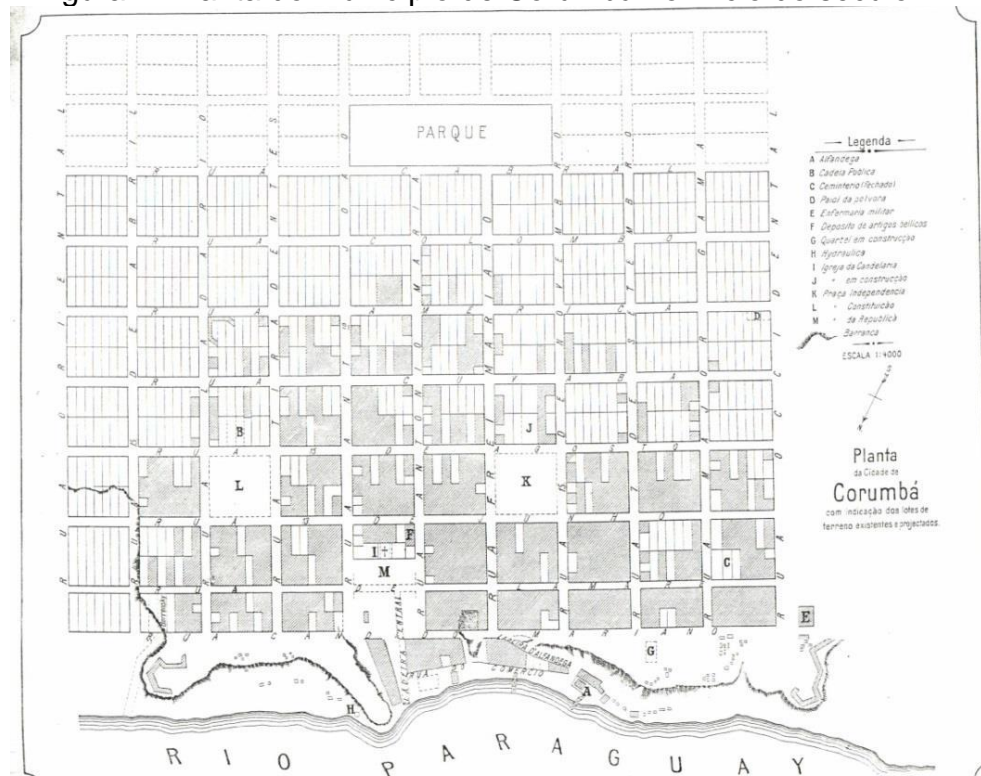
Todos esses povoados já tinham previamente definido seu traçado das ruas em xadrez, tendo como centro o terreiro, ou adro da igreja, que se constituía sempre na construção inicial. Tal desenho de ruas se cruzando regularmente em ângulo reto teve origem nas determinações renascentistas endossadas pelo rei Filipe de Espanha, que durante sessenta anos, de 1580 a 1640, exerceram seu domínio sobre Portugal (LEMOS, 2016, p.31).

Após a guerra, a cidade foi reconstruída planejadamente, através do desenho 'malha de xadrez' (Figura 1) e a partir de então, até os dias atuais, a cidade mantém o mesmo modelo cartesiano na sua malha viária, porém em bairros mais novos as dimensões de quadras, lotes, ruas e alamedas em escalas mais reduzidas.

As ruas – com 22 metros de largura – uniformemente distribuídas, jardins e praças regulares, as avenidas retilíneas, tudo forma perfeito conjunto de linhas quadriláteras sem alteração de nível ou projeção, salvo na parte em que a cidade se liga ao cais e ao porto. Lembra de perto um tabuleiro de xadrez ou de dama, com diferença apenas na cor que aqui se transporta entre o branco calcário do solo e o verde sereno de palmeiras e arvoredos (LEITE, 1978, p. 30).

As imagens a seguir, retratam a evolução urbana da cidade de Corumbá desde o início do século XIX até o fim do século XX. Como se pode observar na figura 2, a cidade se localiza na parte baixa, frente ao rio, se desenvolvendo a partir do Porto Comercial, observando-se uma mancha de ocupação no sentido da praça da Igreja Matriz, o largo da Candelária, atual praça da República.

Figura 1: Planta do Município de Corumbá no início do século XX.



Fonte: IHGMS. Álbum Gráfico do Estado de Mato Grosso Tomo III. Campo Grande, 2011.

Figura 2: ocupação urbana até 1810



Fonte: Prefeitura Municipal de Corumbá - Joelson Pereira, 2006

No início do século XX, a cidade começa o crescimento da parte a alta, ainda restrito onde atualmente localizam-se a Avenida General Rondon e a rua 13 de junho (Figura 3).

Figura 3: ocupação urbana até 1900



Fonte: Prefeitura Municipal de Corumbá - Joelson Pereira, 2006

Na figura 4, percebe-se a ocupação urbana já na parte alta da cidade e não apenas no Porto, chegando onde atualmente localiza-se a rua América, principal acesso, à época, à cidade de Ladário.

Figura 4: ocupação urbana até 1950



Fonte: Prefeitura Municipal de Corumbá- Joelson Pereira, 2006.

Na segunda metade do século XX, observa-se o crescimento da cidade no sentido da estação ferroviária (Figura 5), ou seja, no sentido contrário ao rio, modificando a forma de escoamento das mercadorias, deixando o porto obsoleto com o passar dos anos (LEMOS, 2016).

Figura 5: ocupação urbana até 1970



Fonte: Prefeitura Municipal de Corumbá - Joelson Pereira, 2006.

A ocupação urbana após a década de 1970, supera a função de simples entreposto comercial tendo consolidado outras atividades econômicas como pecuária e mineração, além de sediar unidades base das forças militares da marinha e do exército (LEITE, 1978).

Na década de 1970 ocorreu um boom da ordenação urbana no Brasil. Os órgãos do governo federal que tratavam do desenvolvimento das cidades adotaram discursos de zoneamento no ordenamento das cidades, iniciando um movimento no conceito de habitações populares, criando o BNH - Banco Nacional de Habitação. Implantavam-se programas de habitação voltados para as camadas economicamente vulneráveis da sociedade, idealizados pela primeira mulher urbanista do Brasil, Carmen Portinho, nascida em Corumbá (CPDOC s/d).

Como se pode observar na Figura 5, a cidade de Corumbá na década de 1970 ainda tem um ordenado desenvolvimento urbano. Todavia, a partir da década de 1990, percebe-se um crescimento rápido, que mesmo seguindo o modelo de malha urbana tipo xadrez, se descontrola, fazendo com que a administração local não consiga controlar esse movimento com eficácia (Figura 6).

Por sua vez, em Puerto Quijarro, ao observador que passa, não se identifica tal planejamento controlado. Parece não haver um zoneamento urbano. Visualmente se constata a concepção de vias e avenidas como eixos do desenvolvimento da área urbana, e ainda pode se supor a ausência do controle urbanístico, a exemplo das construções que crescem rapidamente nos últimos anos. Verifica-se nesse crescimento, prédios na área central em avenida comercial, construídos no

alinhamento do terreno, com ausência de recuos frontal ou lateral, estacionamentos ou mesmo a previsão da arborização urbana nessas calçadas.

Figura 6: ocupação urbana até 2000



Fonte: Prefeitura Municipal de Corumbá - Joelson Pereira, 2006.

Na imagem abaixo podemos perceber através do programa *Google Earth* a dinâmica de crescimento urbano das cidades de fronteira no que tange o período de 2004 a 2015 (Figura 7).

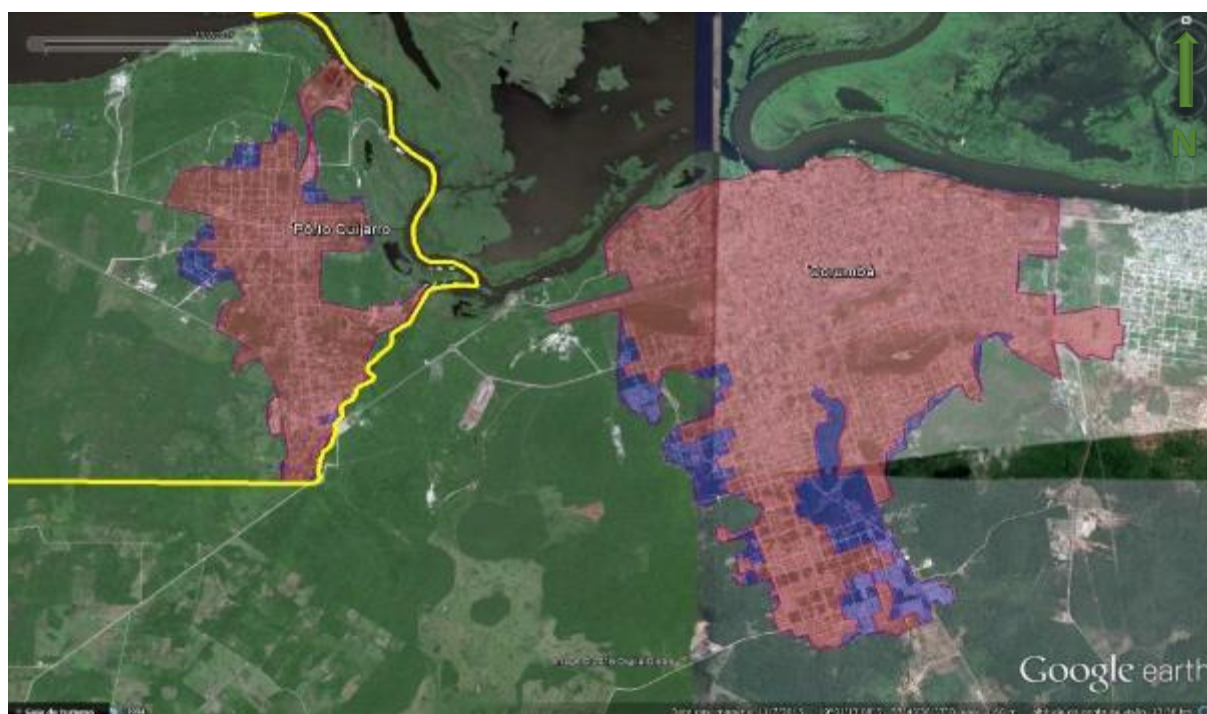
Em uma breve análise visual do crescimento e desenvolvimento urbano das cidades de Corumbá – à direita- e Puerto Quijarro- à esquerda, destacamos em vermelho a mancha urbana das duas cidades no ano de 2004 e em azul, a área realça a ampliação da área urbana consolidada até o ano de 2015.

Pode-se perceber no mapa: a ocupação urbana da cidade de Puerto Quijarro se desenvolve visivelmente beirando o limite de fronteira internacional (linha amarela da imagem). Percebe-se também, que a cidade boliviana se desenvolve muito próxima à fronteira.




Na cidade de Corumbá, a ocupação urbana está distante da fronteira aproximadamente 3,5 km. Instrumentos urbanísticos existentes atuam como impedimentos para que a cidade de Corumbá não cresça neste sentido, evitando

uma possível conurbação. Corumbá se desenvolve preenchendo vazios urbanos centrais e cresce no sentido sul, entre morrarias. O principal crescimento neste sentido foi provocado principalmente pela implantação de conjuntos habitacionais populares promovidos pelo governo municipal.

Figura 7- Imagem aérea de satélite das cidades de Puerto Quijarro e Corumbá



Fonte: Google Earth – acesso em: 28/01/2016.

-  Ocupação Urbana até 2004
-  Ocupação Urbana até 2015
-  Linha divisória de fronteira Bolívia/Brasil

Essa breve análise nos permite entender as diferenças e naturezas do desenvolvimento urbano dessas cidades. Isso nos subsidia, como elementos já consolidados, para a realização da pesquisa em prol da criação de possibilidades para melhoria nas políticas públicas na cidade de Corumbá (BR) e Puerto Quijarro (BO).

A observação empírica dos mapas cartográficos elaborados para presente pesquisa, levam-nos a buscar as ações que influenciaram tais diferenças no desenvolvimento das duas cidades para desvelar as causas que influenciaram essa forma de desenvolvimento. Pode-se apontar, por exemplo, as determinações das legislações voltadas para o tratamento das cidades de fronteira no Brasil. Parte-se da compreensão de que existe uma maleabilidade própria até pelas questões de segurança nas diretrizes para as cidades de fronteira, mas no lado da Bolívia ainda não foram localizadas essas diretrizes.

Na busca de compreender quais influências provocaram o perfil de desenvolvimento nessas cidades de fronteira, destaca-se que as diferenças se tornam mais marcantes devido ao fato de que no mesmo estado, a cidade de Ponta Porã, que faz fronteira com a paraguaia Pedro Juan Caballero, forma uma conurbação urbana economicamente permeável, que tende integrar e equiparar as duas cidades. Na fronteira com o Paraguai, pode-se verificar que o “[...] fator de vizinhança, e de identificação com “o outro”, faz com que se criem especificidades de uso do espaço. A lógica espacial se dá de maneira integrada, e a cidade vizinha é utilizada, em maior ou menor grau, como espaço complementar (COELHO; REIS, 2011, p. 6).

A análise comparativa do mapa cartográfico (Figura 7), evidencia a diferença do crescimento urbano das cidades gêmeas de Corumbá (BR) e Puerto Quijarro (BO), a fim de compor o escopo teórico do entendimento de identidade local das cidades e o material utilizado como possibilidade de acréscimo ao Plano Diretor da cidade de Corumbá.

A cartografia é definida, segundo Paula (2006), como uma técnica de um saber prático, baseado em um conhecimento científico. Essa técnica associada a análise documental contribui substancialmente para a análise do desenvolvimento que se busca aqui compreender.

Considerações finais

Compreende-se, portanto, que Corumbá surge como ponto estratégico da coroa portuguesa, como defesa, como porto e entreposto comercial fluvial. Nasce a partir do porto fluvial do rio Paraguai e, posteriormente com a ferrovia,

crece na direção sul. Com a rodovia, confirma seu crescimento nessa mesma direção, voltada para o próprio país.

Por sua vez, Puerto Quijarro nasce a partir da fronteira, crescendo com maior velocidade por volta dos anos 1970-1980, principalmente provocado pelo comércio de fronteira com o Brasil. Economicamente pareceria mais viável que ela expandisse a partir do porto fluvial comercial, mais próxima do Brasil, voltada para a linha de fronteira, provavelmente em função do comércio de produtos estrangeiros que oferece, despertando grande interesse dos brasileiros nos períodos de variação de câmbio.

À guisa de conclusão, pode-se dizer que a diferença no sentido do crescimento urbano das cidades de Corumbá, no Brasil e Puerto Quijarro, na Bolívia pode ser observada visualmente nos mapas analisados.

Referencias

BRASIL. Portaria nº 125, de 21 de março de 2014. Estabelece o conceito de cidades-gêmeas nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por estado que se enquadram nesta condição. **Diário Oficial da União. Brasília, DF, nº 56, ago. 2014.** Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/servlet/INPDFViewer?jornal=1&pagina=45&data=24/03/2014&captchafield=firistAccess>. Acesso em: 23 de janeiro de 2016.

COELHO, Karla Nunes Barros; REIS, Antônio Tarcísio da Luz. Espaços urbanos em cidades de fronteira: lógica espacial X lógica legal. In: **XV ENANPUR Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional** (trabalho apresentado). 2011. p. 1- 16. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/gpit/wp-content/uploads/2011/04/coelho-karla-espac3a7os-urbanos-em-cidades-de-fronteira.pdf>. Acesso em 23 de janeiro de 2016.

COELHO, Karla Nunes de Barros. O planejamento urbano regional e sua importância para as cidades de fronteira. In: **XV ENANPUR Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional** (trabalho apresentado). Desenvolvimento, Planejamento e Governança. 2013. p. 1-12. Disponível em: <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/4328/4198>. Acesso em 19 de janeiro de 2016.

CORUMBÁ. Lei Complementar nº 098/2006, de 09 de outubro de 2006. **Dispõem sobre a instituição do Plano Diretor do Município de Corumbá e dá outras providencias.** Disponível em

<http://www.corumba.ms.gov.br/site/contato/5/seinfra/40/lei-complemen tar- 098-2006-plano-diretor/23/>. Acesso em 23 de janeiro de 2016.

CPDOC **Dossiê Carmen Portinho.** Disponível em http://www.cpdoc.fgv.br/produção/dossies/jk/biografias/carmen_portinho. Acesso em 25 de setembro de 2017.

FREYRE, G. **Contribuição para uma sociologia da biografia: O exemplo de Luiz de Albuquerque, governador de Mato Grosso no fim do século XVIII.** Fundação Cultural de Mato Grosso, 1978.

GOOGLE. Google Earth. 2016. **Imagem área de fronteira Puerto Quijarro/BO e Corumbá/BR.** Acesso em: 28 de janeiro de 2016.

HOBBSAWM, E. J. **A era das revoluções 1789-1848.** Trad. Maria Tereza Teixeira e Marcos Penchel. Paz e Terra, São Paulo: 2010.

IHGMS. **Álbum Gráfico do Estado de Mato Grosso. Tomo III. Série Memória Sul-Matogrossense**, vol. XII. S. Cardoso AYALA & F. SIMON (org.). Campo Grande – MS; 2011. 319pp.

LEITE, Fernando. **Corumbá Histórica e Turística: 1178 – 1878.** Editora Primor, Rio de Janeiro: 1978.

LEMONS, Carlos A.C. **Como nasceram as cidades brasileiras.** Studio Nobel, São Paulo: 2016.

OLIVEIRA NETO, Antonio Firmino de; CRIVELLATI, Quelim Daiane. Entre a fronteira vivida e a fronteira percebida: os agentes públicos no espaço de fronteira internacional. In: **Revista do Centro de Educação e Letras da Unioeste**, Foz do Iguaçu, PR. v. 15, nº 2. 2013. p. 96-109. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao /article/view/8776/6928>. Acesso em: 20 de janeiro de 2016.

PAULA, Beatriz de Lima. **Proposta de uma representação cartográfica para cartas geotécnicas.** 123f. Dissertação (Mestrado em Geociência e Meio Ambiente), Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2006.

SENNET, R. **Carne e Pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental.** Trad. Marcos Aarão Reis. BestBolso, Rio de Janeiro: 2008.

APORTES A LOS ESTUDIOS DE FRONTERA A PARTIR DE LA VALORIZACIÓN INMOBILIARIA RECIENTE: EL CASO DEL NORTE GRANDE ARGENTINO

Aportes aos Estudos de Fronteira a Partir da Valorização Imobiliária Recente: o Caso do Grande Norte Argentino

Sergio Iván BRATICEVIC*

Resumen: En el presente trabajo se exhiben los resultados de diversos relevamientos realizados como parte de una investigación más amplia sobre el proceso de valorización inmobiliaria en el norte argentino, con el propósito de mostrar el alza reciente en los valores de la tierra. Entre los objetivos se plantea analizar la concurrencia de factores que propiciaron la suba de los precios, principalmente promovidos por la expansión de la frontera agropecuaria, las actividades turísticas y la especulación inmobiliaria. Como principal hipótesis, se postula la simultaneidad de elementos que empujaron la valorización inmobiliaria, impulsada por factores económicos e institucionales.

Palabras clave: valorización inmobiliaria; espacios de transición; frontera agropecuaria; actividades turísticas.

Resumo: Neste trabalho o autor apresenta os resultados de diferentes levantamentos feitos como parte de uma pesquisa mais ampla sobre o processo de valorização imobiliária no norte argentino, com o propósito de mostrar o aumento recente dos valores da terra. Entre os objetivos específicos, propõe-se analisar a simultaneidade dos fatores que ajudarão ao incremento dos preços, principalmente promovidos pela expansão da fronteira agropecuária, as atividades turísticas e a especulação imobiliária. Como principal hipótese, postula-se a simultaneidade dos elementos que puxam a valorização imobiliária, impulsada por fatores econômicos e institucionais.

Palavras-chave: valorização imobiliária; espaços de transição; fronteira agropecuária; atividades turísticas.

Introducción

Las disputas históricas por la apropiación del espacio en el Norte Grande Argentino han marcado las formas de distribución y usufructo territorial hasta el presente. En esta *formación social de fronteras* (TRINCHERO, 2000) los actores pertenecientes a los grupos sociales con mayor capacidad de decisión han logrado, históricamente, vehicular sus demandas a partir del control sobre los recursos, la producción y las diferentes agencias del Estado.

* Geógrafo y Doctor en Antropología. Lugar de Trabajo: Instituto Interdisciplinario Tilcara, Provincia de Jujuy. Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires. Correo electrónico: sergiobraticovic@gmail.com

Para los casos estudiados, existe una particular conformación socio-espacial donde las formas de articulación entre el Estado y los actores de la sociedad civil se desarrolla de manera específica en la formación social de fronteras, caracterizada en los últimos decenios por la relativa escasa integración socio-territorial, la baja productividad de la tierra, la exigua generación de empleo y la creciente migración rural-urbana.

Asimismo, conforme con el crecimiento económico experimentado durante el último quinquenio, tanto a nivel nacional como regional, el espacio norteño comienza a ser objeto de inversiones inmobiliarias y de un ostensible mejoramiento de la infraestructura existente. En efecto, este ámbito geográfico es visualizado como un lugar de mayor *fertilidad territorial* (DE MATTOS, 1997) a la hora de invertir debido a diversos factores de origen económico e institucional.

Por su parte, la inversión en infraestructura (camino, pasos fronterizos, tendido eléctrico, servicios de red, entre otros) impulsó un incremento en la calidad de vida, a la vez que estimuló crecientes condiciones de valorización del capital. De este modo, la progresiva *compresión espacio-temporal* (HARVEY, 1988) en el área estudiada facilitó la entrada de inversiones en materia inmobiliaria.

En este contexto, la heterogeneidad y fragmentación que se presentan en áreas urbanas y rurales muestran dos rasgos inherentes y constantes que se expresan a lo largo de la geografía histórica regional: el continuo proceso de inversión inmobiliaria –con la consecuente valorización rentística de la tierra y la expulsión de pequeños productores y pobladores urbanos no capitalizados- junto con el rol del Estado como promotor de diversas y contradictorias modalidades del desarrollo. Más particularmente, los procesos de transformación reciente del espacio rural-urbano pueden, de alguna manera, asemejarse a los observados en las grandes ciudades.

Ahora bien, el objetivo general de la presente investigación es analizar el proceso de valorización inmobiliaria desarrollado de manera reciente a lo largo de diversos espacios en el Norte Grande Argentino (específicamente en las provincias de Jujuy, Salta, Tucumán, Santiago del Estero, Formosa, Chaco y Misiones). Este fenómeno se sintetizó en la transformación del espacio regional en su conjunto. De este modo, se intentan identificar los factores que influyeron en la fragmentación

espacial en diversos espacios del país, así como en los cambios ocurridos en áreas de transición urbana-rurales.

Asimismo, se realiza una primera comparación entre unidades de análisis sumamente diferentes. En este sentido, se identificaron diversas situaciones a nivel de precios en ámbitos urbanos y rurales, donde las características espaciales son complejas y diversas entre sí, pero que encuentran similitudes en sus causas y consecuencias. En el apartado metodológico se explicará con mayor detalle este escenario. En síntesis, a lo largo de los relevamientos efectuados entre los años 2011-2016 se identificó una oferta ampliamente diversificada. Así, se visualizó una gran dispersión de precios al interior de las localidades urbanas, similar fenómeno – aunque más tenue – en áreas rurales. Finalmente, se comparan precios de la tierra (específicamente lotes sin construcciones visibles) en zonas rurales y semi-rurales a lo largo de las provincias mencionadas más arriba, en escala temporal. Del mismo modo, se realiza una reconstrucción de precios para los mismos años, pero en una escala espacial más reducida, en la Quebrada de Humahuaca (Provincia de Jujuy).

Hipótesis de trabajo y metodología

De acuerdo a lo expuesto hasta aquí, la hipótesis de trabajo se plantea a partir de diversos factores concurrentes que posibilitaron la valorización de la tierra en el espectro del Norte Grande Argentino, ya sea por factores de orden económico, social e institucional. Sus correspondientes derivados se tradujeron en especulación inmobiliaria, desarrollo de actividades turísticas, avance de la frontera agropecuaria, por mencionar los aspectos más relevantes.

De este modo, se puede afirmar que los factores institucionales podrían haber tenido una incidencia fundamental en disparar el proceso de valorización inmobiliaria, debido al fuerte incremento de la inversión (especialmente la pública). En efecto, la aplicación de programas de desarrollo e infraestructura desde las instituciones públicas hizo posible una mayor “compresión espacio-temporal” en la “formación social de fronteras” del norte argentino, con mejoras en el transporte y los servicios, proceso que propició también el aumento de los precios de la tierra.

Asimismo, a nivel privado, el crecimiento económico experimentado propició o facilitó la expansión de la frontera agropecuaria, principalmente de la soja. De manera inversa, dicho crecimiento también se sustentó en este avance. Finalmente,

el incremento de los valores de la tierra también redundó en una mayor especulación con los inmuebles, hecho que puede constatarse en los elevados precios que se observaron en los distintos relevamientos.

Por su parte, a nivel metodológico la aplicación del procedimiento comparativo considera a la comparación como un procedimiento sistemático y ordenado para examinar relaciones, semejanzas y diferencias entre dos o más objetos o fenómenos, con la intención de extraer determinadas conclusiones. Así, el objetivo primordial de la presente investigación es identificar esas continuidades y rupturas en escala espacio-temporal con el propósito de identificar regularidades que deben ser explicitadas mediante la interpretación de la diversidad, a través de la comprobación de las hipótesis explicativas planteadas más arriba (REYES, 2009).

El esquema de procedimiento de este análisis comparativo sigue ciertos presupuestos lógicos y metodológicos. En primer lugar, se comparan geográficamente procesos de valorización inmobiliaria, variando el nivel de abstracción, de acuerdo a donde se sitúa el análisis y la escala espacial. En segundo lugar, ante la multiplicidad de condiciones que influyen en la ocurrencia de los procesos analizados y la indeterminación sobre los efectos mutuos de esas condiciones, se consideran algunas condiciones causales como constantes (el continuo proceso de apreciación de los activos inmobiliarios y las condiciones que se generan desde los ámbitos institucionales) y otras como variables operativas (la forma de utilización de los factores tierra y capital en el espacio analizado), a las que se permite o se hace variar para ver su influencia en la variable dependiente o fenómeno que se quiere explicar (SARTORI, 1970; SMELSER, 1976).

La dimensión cuantitativa de los niveles de análisis o escalas se subordina a la magnitud de la superficie territorial, pero más aún a los aspectos históricos, estructurales y funcionales que los constituyen y diferencian los espacios en cuestión. Este postulado se articula con la heterogeneidad socio-espacial que se propone para el estudio del proceso de valorización inmobiliaria en el ámbito de la Quebrada, entendiendo a este fenómeno desde la perspectiva de un entramado de interdependencias entre los diferentes niveles de análisis y a partir del principio de interdependencia estructural entre las partes y la totalidad del universo geográfico, es decir, la “proporcionalidad” entre la parte y la totalidad de la que forma parte (DICIONE, 2004).

Asimismo, el *recorte espacial* es de múltiples escalas teniendo en cuenta que los procesos analizados pueden identificarse tanto a nivel local y regional. La elección de dos ámbitos rurales en el Norte Grande Argentino se establece a partir de la considerable apreciación de la tierra en estos lugares. Así, los dos frentes de expansión seleccionados están compuestos por distintos avances de fronteras agrarias en espacios específicos a los que usualmente se los denomina como Gran Chaco y el Alto Uruguay.

Para el primero de ellos, se analizan dos grandes frentes: el “Umbral al Chaco” y el “Chaco Central”. Se denomina “Umbral al Chaco” a la extensa franja que, de norte a sur, atraviesa el este de Jujuy, Salta y Tucumán, así como también el noroeste de Santiago del Estero. Dicha región se caracteriza por un régimen de lluvias estival de 600 a 1000 mm anuales, con aumento de precipitaciones hacia el oeste por razones orográficas y con predominio de cultivos de secano. Por su parte, el Chaco Central se circunscribe a la franja localizada entre los ríos Bermejo y Pilcomayo en el oeste de Formosa y Chaco y el este de Salta, en el sector más árido del Chaco (precipitaciones inferiores a 700 mm en toda el área).

En el segundo caso, el Alto Uruguay se identifica con la explotación reciente del tabaco *burley* y la expansión de las actividades turísticas. Históricamente, la necesidad de transportar la materia prima a los centros industriales generó una serie de uniones terrestres entre los obrajes y el Río Uruguay. Tal estructura productiva adquirió una característica regional y transnacional: la configuración socio-espacial del Oeste de Santa Catarina y del Noroeste de Río Grande do Sul en Brasil repite los mismos patrones y elementos de la economía extractiva misionera, la organización de las relaciones laborales y espaciales, las técnicas y el transporte. Respecto a su inserción dependiente a los mercados nacionales, hasta mediados de siglo XX, se repiten las mismas características a una y otra orilla del Río Uruguay.

Por otra parte, en el caso de áreas urbanas y peri-urbanas, se seleccionó el espacio de la Quebrada de Humahuaca, haciendo especial énfasis en la localidad de Tilcara. Para este territorio, es importante tener en cuenta la declaratoria de Patrimonio de la Humanidad a partir del año 2003. De este modo, se genera un mercado libre de tierras orientado a la inversión hotelera para el turismo de alta gama. Actualmente, se puede aseverar que existe una distorsión de precios, debido a la constitución de un mercado signado por las expectativas de las compras de

actores extra-locales, que no se dan tan a menudo. El inicio de la distorsión se dio con la declaración de patrimonio, hecho que produjo un fuerte desarrollo de infraestructura hotelera y de hospedaje en general (cabañas, posadas). Al compás de la declaración de patrimonio en 2003 y el *boom* turístico que esta situación originó, no hay que olvidar la devaluación de 2002, hecho que impactó positivamente sobre los precios relativos en dólares (con una notable tendencia a la baja, haciendo posibles las transacciones para quienes poseían ahorro en esta moneda).

Particularmente, las localidades de Tilcara y Maimará dependen del mercado interno y local, mientras que Purmamarca se encuentra más vinculada al mercado internacional. Por esta razón, en las dos primeras localidades se ha registrado un estacionamiento de los precios en dólares desde hace unos años, producto de la saturación de hoteles y la merma del turismo interno. Por primera vez, se ven posadas y hoteles en venta, en muchas ocasiones con precios poco razonables y de difícil realización en el mercado, fenómeno que muestra el potente efecto que poseen las expectativas sobre los bienes inmuebles. Dentro de la Quebrada, las localidades de Uquía, Huacalera y Humahuaca poseen una lógica diferente con respecto a las mencionadas más arriba, en especial las áreas periurbanas de chacras colonizadas por finqueros bolivianos con gran capacidad de ahorro (a partir del trabajo familiar con altos niveles de autoexplotación).

A nivel económico, es substancial marcar un dato: a finales de 2015 se produjo la devaluación del tipo de cambio en alrededor de un 45%, fenómeno que impactó en el nivel general de los precios de la economía. Si bien dicha situación impactó de manera particular en el mercado de tierras, no se trata de una correlación directa, como puede observarse en otros mercados (por ejemplo, el de los alimentos de primera necesidad). No obstante, existe una relación entre el proceso devaluatorio y el mercado inmobiliario local. En este sentido, quienes poseían dólares *cash* frente a las posiciones en pesos se vieron beneficiados por esta variación. Adicionalmente, hasta aquel momento existía una brecha considerable entre tipo de cambio oficial y el paraleo ("*blue*") –alrededor de un 45% (\$9,8 *versus* \$14,4)- que se validó con la devaluación de mediados de diciembre de 2015.

Como es sabido, se desarrolla un traslado inflacionario a partir de una devaluación que se identifica en los precios después de un lapso relativamente corto

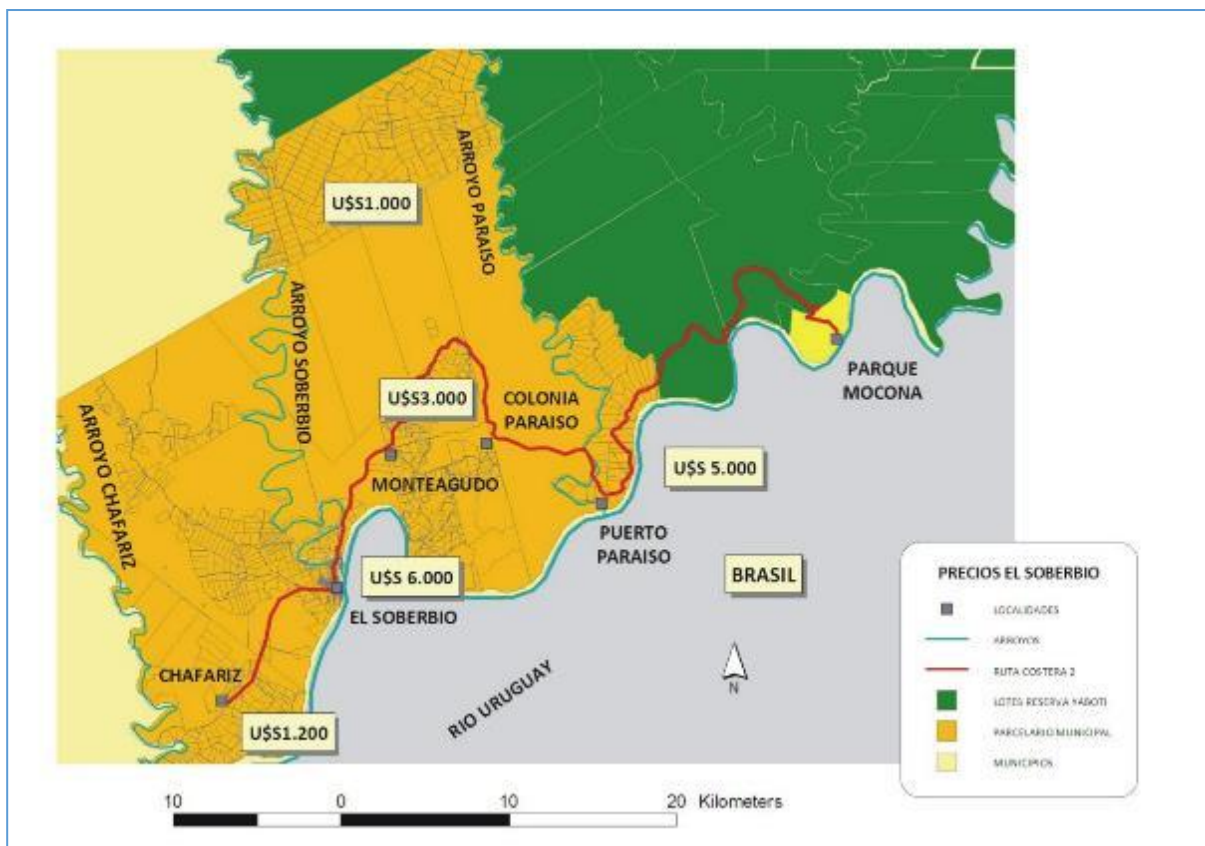
de tiempo (en este caso en los meses subsiguientes, reportando niveles de inflación mensual de hasta un 7% y un incremento anual del 40%). Para el caso del mercado de tierras, esta traslación puede darse de manera más o menos correlativa, aunque se trata de un proceso difícil de registrar a nivel micro. De todos modos, el traslado de la devaluación a los precios se produce como en la mayoría de los mercados de la economía. A su vez, la identificación de los inmuebles como “reserva de valor” en un contexto de alta inflación podría tener injerencia en el alza de los precios.

Una aproximación al nivel de precios en áreas rurales

En primer término, se muestran los resultados actualizados al año 2016 de las zonas rurales y peri-urbanas analizadas durante la tesis de doctorado para la gran “formación social de fronteras” del norte argentino (BRATICEVIC, 2012). En aquel momento se describieron los valores de venta de la tierra entre los años 2009 y 2011. En el Mapa 1 se pueden identificar diferentes áreas en el municipio de El Soberbio (nordeste de la provincia de Misiones en el límite con Brasil) donde se realizó un levantamiento *in situ* en el año 2011. Así, se obtuvo una zonificación de acuerdo a los valores registrados, proceso por el cual también se identificó un diferencial de conectividad física (caminos y transporte), provisión de servicios y pendiente del terreno (ventajas de localización en general). No obstante, no se encontraron diferencias substanciales en cuanto a la posesión de la tierra, manejada mayormente a través de compra-venta de boletos.

Por su parte, en el Cuadro 1 se muestra la evolución de precios en el ámbito rural en distintas zonas del norte del país. Asimismo, pueden observarse las características del suelo a partir del nivel de precipitaciones (esto, en relación al potencial avance de la frontera agropecuaria). En efecto, este proceso empuja la valorización inmobiliaria en las diferentes áreas estudiadas, especialmente por el precio de la soja (aunque también intervienen otros factores más específicos espacialmente, como el desarrollo turístico). En este sentido, la “fertilidad territorial” abarca no sólo las condiciones edafológicas y climáticas, sino también a las mejores condiciones en materia de transporte y servicios. Así, el crecimiento de la “compresión espacio-temporal” en estas áreas se corresponde con mayores valores de la tierra.

Mapa 1. Oferta de terrenos. Precios en dólares. Áreas periurbanas y rurales del Municipio de El Soberbio. Año 2011.



Fuente: elaboración propia en base a relevamientos en campo.

Cuadro 1. Evolución de los precios de la tierra por zona. Región del Norte Grande Argentino. Años 2011-2016.

Localización		Características		Precios 2011	Precios 2016	Variación Precios
Zona	Provincias	Lluvias Anuales (mm)	Usos del Suelo	U\$S/ha	U\$S/ha	% Aproximado
Umbral al Chaco	Jujuy, Salta, Tucumán y Santiago del Estero	600-1000	Soja	3.000	4.000	33
Chaco Central	Salta y Formosa	500-600	Ganadería Extensiva	300	400	33
Chaco Santiagueño	Santiago del Estero	600-800	Soja y Ganadería	2.400	3.000	25
Domo Central Chaqueño	Chaco	600-1000	Soja y Algodón	3.000	3.600	20
Alto Uruguay Colonias Tabacaleras	Misiones	1400-2000	Tabaco Burley	1.200	1.500	25

Alto Uruguay Zonas Reforestación	Misiones	1400-2000	Pino <i>elliotti</i> y Eucaliptus	2.000	2.400	20
Alto Uruguay Corredor Turístico	Misiones	1400-2000	Turismo	4.000	5.000	25

Fuente: elaboración propia en base a relevamientos en campo.

Como puede verse en el cuadro más arriba, la evolución ascendente de los precios oscila alrededor de un 25% en dólares (entre 20% y 33%) de acuerdo al caso durante un lapso de cinco años (2011-2016). Este aumento de los precios se debe a diversos factores, tales como la valorización de la tierra por la expansión de la frontera agraria, o bien, áreas no explotadas que pasaron a ser ganaderas gracias al corrimiento de la frontera del cultivo de la soja.

El notable crecimiento de la producción sojera se tradujo en el incremento de la productividad y en la expansión territorial del cultivo, especialmente durante los últimos veinticinco años. Esto se tradujo en una zafra anual de 58,8 millones de toneladas, una superficie cosechada de 19,5 millones de hectáreas con un rendimiento de tres toneladas por hectárea para la cosecha 2015-16 (MINISTERIO DE AGROINDUSTRIA, 2011).

Para arribar a estos números fue necesario extender la frontera de la soja hacia áreas que no se empleaban para este cultivo. El norte argentino fue parte de esa transformación productiva que tuvo sus primeras manifestaciones en los años setenta, proceso que terminó de consolidarse durante los últimos dos decenios. A medida que la soja fue avanzando, otros usos del suelo fueron desplazados. De este modo, el proceso de *sojización* apartó a los típicos cultivos de girasol, trigo y maíz (aunque este último observó un repunte durante las últimas campañas debido a la quita de las retenciones). De todos modos, el aporte de la soja al total nacional representa en la actualidad alrededor de un 50% de la cosecha.

Por su parte, el avance del cultivo produjo un doble proceso de migración del ganado vacuno. En primer lugar, se extendió desde la pampa húmeda hacia áreas marginales y más áridas del país, como las regiones analizadas. En segundo término, al interior de estas zonas también hubo desplazamientos por el avance de la oleaginosa. Gran cantidad del *stock* vacuno migró hacia provincias como Chaco, Formosa, Salta y Santiago del Estero y, dentro de estas provincias, hacia las zonas

más áridas. Asimismo, la *oleaginización* del norte argentino, a través de la intensificación del cultivo de soja con el consecuente desplazamiento de la ganadería, se materializó gracias a condiciones más propicias para la exportación de *commodities*, conformación de consorcios agroexportadores, puesta en producción de tierras poco rentables, desregulación del sector granario, ventajas fiscales, innovaciones tecnológicas y el aprovechamiento de un ciclo más húmedo.

Los valores de la tierra en zonas urbanas

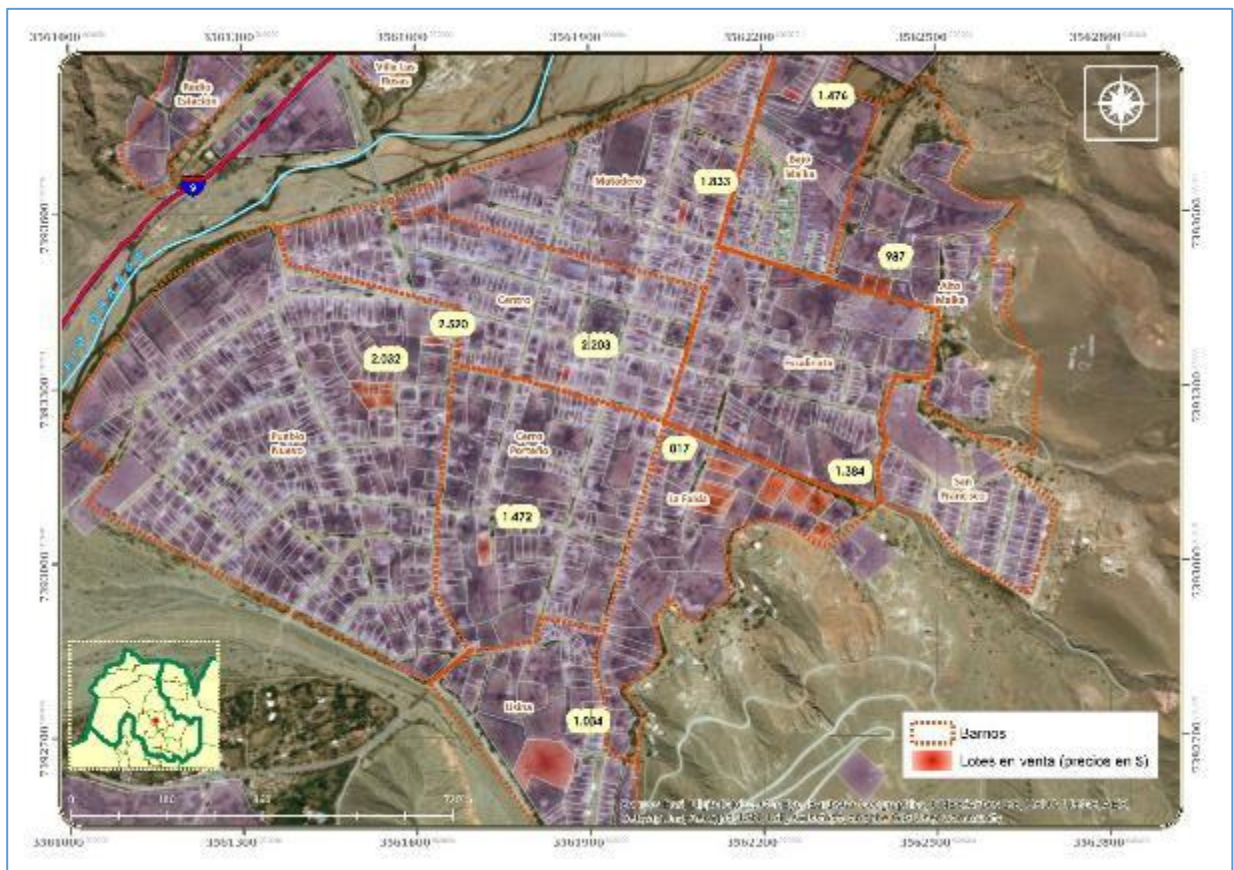
Para el caso de las localidades de la Quebrada de Humahuaca, durante el año 2016 se realizó un primer relevamiento “en campo” con el propósito de tomar una muestra de la situación de los precios de la tierra. En cuanto a la oferta de terrenos, se detectaron unos 93.352 metros cuadrados a lo largo del espacio quebradeño. Para el caso específico de la localidad de Tilcara, se identificó una gran oferta de lotes (alrededor de 30) con un tamaño promedio del 858 m² y un valor de \$1,487 por metro cuadrado (alrededor de USD 96, si se toma un tipo de cambio a \$15,5). Por su parte, la totalidad de la oferta ascendía a más de 24,015 m², con un espectro de terrenos que alcanzan los 2.000 m², hasta lotes más pequeños con una superficie promedio de 300 m².

Al momento del relevamiento, se identificaron tres loteos pertenecientes a la misma cantidad de inmobiliarias, que son las más importantes en la zona. Con excepción de tres terrenos de dueños directos, toda la oferta restante se repartía entre estos tres agentes. Es de destacar la influencia que poseen estos actores en la determinación de los precios, empujándolos al alza, pese a que muchas unidades permanecen en venta sin poder realizarse en el mercado debido a los elevados valores.

Por su parte, se pudieron identificar gran cantidad de propiedades –por fuera del mercado formal de compra y venta- que se encontraban bajo proceso de prescripción adquisitiva, situación que muestra la elevada precariedad para conformar un mercado formal de tierras de mayor alcance. Si bien en Tilcara se puede encontrar una oferta substancial de terrenos, la gran mayoría con escritura, en el resto de la Quebrada esto se vuelve más complicado, especialmente en las localidades rurales (como en las afueras de Purmamarca, Huacalera, Villa El Perchel y Uquía). En este contexto, se conforma un mercado de compra venta de tierras

dentro de las propiedades fiscales que se maneja sin escritura. Como sustitución de este documento público, en las transacciones se utilizan el boleto de compra venta, el permiso de ocupación y las mejoras.

Mapa 2. Oferta de terrenos. Precios en pesos. Localidad de Tilcara. Año 2016.



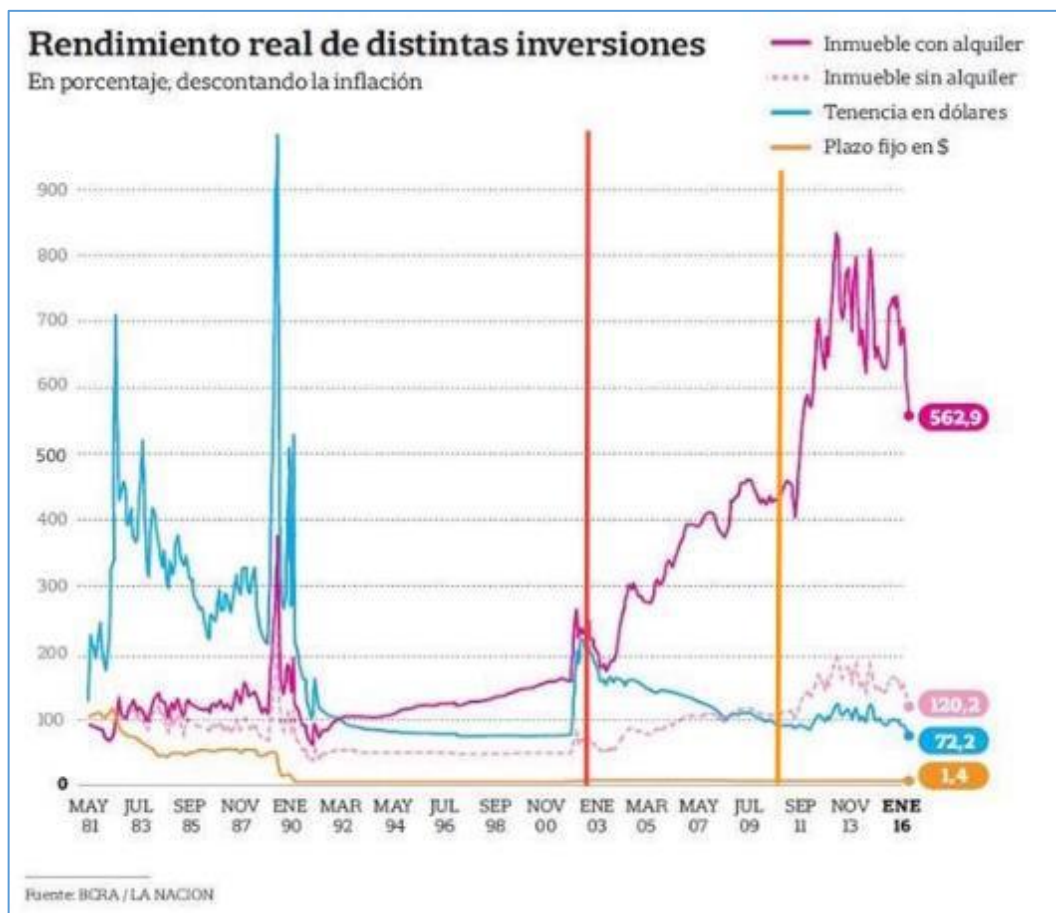
Fuente: elaboración propia en base a relevamiento en campo.

Estimativamente, si se comparan los precios actuales con los del año 2004 (transcurrido apenas un año de la declaratoria de patrimonio en la Quebrada de Humahuaca) los valores se multiplicaron siete veces en la moneda extranjera de referencia (USD 12 contra USD 84). Por su parte, si se normaliza la serie teniendo en cuenta la emisión monetaria de la FED y la inflación de los Estados Unidos con base 100 para 2004 (siendo en promedio 130 para 2016) el precio actual descendería a USD 70, multiplicándose casi por seis (WESTEGG, 2017). Del mismo modo, si se analizan específicamente los valores para el año 2011, en el caso de Tilcara, los terrenos registraban un precio promedio de USD 48, siendo aproximadamente el doble en dólares en apenas cuatro años.

Mercado de tierras y especulación

Como se verificó a lo largo de diversas entrevistas, los agentes inmobiliarios indican que algunas adquisiciones se dirigen a la esfera especulativa, esperando un alza aún mayor en los precios, o una devaluación del tipo de cambio. De todos modos, parece ser que el mercado local estaría tocando su techo con respecto a los precios en dólares de las propiedades. Esto puede identificarse en el bajo nivel de transaccionalidad durante el año 2017, ya que muchas de las propiedades consultadas continuaban a la venta. De la misma manera, se identifica un fuerte factor subjetivo en los valores de las tierras del mercado local y regional. En otras palabras, se observan precios en la oferta algo desmedidos, razón por la cual no se realizan en el mercado.

Gráfico 1. Comparación entre inversiones financieras e inmuebles (2016).



Fuente: Blanco (2016).

En el Gráfico 1 se muestran los rendimientos de diferentes inversiones desde 1981 hasta la actualidad, con especial énfasis en los años 2003 (postconvertibilidad)

y 2011 (fecha de referencia del presente estudio). Si bien durante los primeros años el ahorro en “dólar billete” superaba a la tenencia de inmuebles bajo alquiler, a partir de 2008 esto esta relación se invirtió. Asimismo, los inmuebles con alquiler se registraron bastante por encima con respecto al resto de las inversiones en ese lapso. Por último, y muy por debajo, se ubicaron los plazos fijos en moneda local.

Apuntes al final

El analizado proceso de valorización inmobiliaria plantea diversas limitaciones y desafíos. En primer lugar, se identifican diferentes restricciones a partir del fenómeno actual de incremento de los precios de la tierra, a saber: avance de las actividades de servicios sobre las productivas (con escaso impacto en materia de empleo), migración desde zonas rurales hacia localidades urbanas (con las consecuentes externalidades negativas que esta situación conlleva) y la proliferación de la especulación inmobiliaria. En segundo término, y de acuerdo a la orientación de la presente investigación, se considera substancial realizar un aporte al diagnóstico de los precios inmobiliarios rurales y de localidades menores, aspecto escasamente investigado en el ámbito académico.

En efecto, esta pesquisa se orienta a iniciar y profundizar un tipo de estudio que habitualmente se realiza en ámbitos urbanos, donde existe una variada oferta de inmuebles que puede ser registrada y sistematizada. No obstante, el principal desafío metodológico es replicar estos esquemas en áreas zonas rurales y urbanas de pequeña escala, donde el tamaño de la muestra es menor y resulta sumamente complicado calcular valores promedio de la tierra.

Específicamente, en el presente trabajo se analizaron niveles de precios de la tierra, a lo largo del tiempo, con el propósito de dar muestra de los distintos procesos que actúan sobre la determinación actual de los valores inmobiliarios. Si bien se trata de una primera aproximación, que forma parte de una investigación más amplia, se puede inferir que los factores de mercado, así como lo de orden institucional, han traccionado al alza los valores inmobiliarios durante los últimos quince años, haciendo eje en el período 2011-2016.

Por último, la construcción y el mejoramiento de la infraestructura regional propiciada por el Estado Nacional fue generando condiciones óptimas para el

avance de actividades tales como la producción agropecuaria y los servicios turísticos. Del mismo modo, esto permitió la conformación de un mercado de tierras con mayor oferta, a partir de la entrada de nuevas tierras antes improductivas. Todo esto redundó en una notable transformación del espacio local y regional, especialmente en áreas rurales y de borde.

Referencias

BLANCO, J. Ni tasa ni dólar: sólo los ladrillos resistieron los cambios de modelo. **Diario La Nación**, Buenos Aires: 2 de agosto, 2016. P. 10.

BRATICEVIC, S. **Expansión reciente de la frontera productiva en la Región NEA y su relación con la acumulación por desposesión. Los casos del Chaco Central y el Alto Uruguay**. Buenos Aires: Tesis de Doctorado, Facultad de Filosofía y Letras, UBA, 2012.

DE MATTOS, C. Dinámica económica globalizada y transformación metropolitana: hacia un planeta de archipiélagos urbanos. **VI Encuentro de Geógrafos de América Latina**. Buenos Aires, 1997.

DI CIONE, V. **Universos, niveles, campos y escalas de investigación**. El Palomar: Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2004.

HARVEY, D. **La condición de la posmodernidad**. Buenos Aires: Editorial Amorrortou, 1998.

MINISTERIO DE AGROINDUSTRIA. **Sistema estadístico integrado**. Disponible en: <https://datos.magyp.gob.ar/reportes.php?reporte=Estimaciones> Acceso el 10 de Septiembre de 2017.

REYES, R. **Diccionario crítico de ciencias sociales**. Terminología científico-social. México: Editorial Plaza y Valdés, 2009.

SARTORI, G. Concept Misformation in Comparative Politics. **American Political Science Review**, número 64, volume 4, P. 1033-1053, 1970.

SMELSER, N. **Comparative Methods in the Social Sciences**. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall, 1976.

TRINCHERO, H. **Los dominios del demonio**. Buenos Aires: EUDEBA, 2000.

WESTEGG. **The inflation Calculator**. Disponible en: <https://westegg.com/inflation/> Acceso el 10 de Septiembre de 2017.

BOLSAS FAKE: O CONSUMO DE BOLSAS DE MARCA FALSIFICADA EM TERRITÓRIOS FRONTEIRIÇOS

Fake Handbags: The Consumption of Fake Brand Handbags in Frontier Territories

Fernando de Souza DA SILVA*

Anderson Luis do ESPÍRITO SANTO**

Rosa de Barros Ferreira de ALMEIDA**

Resumo: A falsificação pode ser compreendida como a replicação de um determinado produto sem o consentimento do fabricante original. Neste artigo buscou-se identificar quais as motivações e os atributos responsáveis por influenciar as consumidoras da cidade de Corumbá/MS, à decisão de comprar produtos falsificados, neste caso representado pelas bolsas de marcas de luxo. A partir de uma abordagem qualitativa, pela finalidade exploratória e descritiva, evidenciou-se que o preço mais acessível é um dos atrativos, mas não o principal. A fronteira estimula o comércio de bolsas *fake* devido à proximidade e a facilidade de acesso (entrar e sair) da Bolívia.

Palavras-chave: Bolsas *fake*; marcas de luxo; falsificação; mobilidades; fronteira.

Abstract: Counterfeiting can be understood as the replication of a product without the consent of the original manufacturer. This study aimed to identify the motivations and attributes responsible for influencing the consumers of the city of Corumbá / MS, the decision to buy counterfeit goods, in this case represented by the luxury brands handbags. From a qualitative approach, by exploratory and descriptive purpose, it was evidenced that the most affordable price is one of the attractions, but not the main one. The border stimulates the trade of fake handbags due to proximity and ease of access (In and out) of Bolivia

Keywords: Fake handbags; luxury brands; counterfeiting; mobilities; frontier.

Introdução

Em essência, uma marca identifica a empresa ou o fabricante e, sua identidade, são seus valores, a sua cultura e a sua responsabilidade. As empresas, principalmente do mercado de luxo, focam seus esforços para que suas marcas se tornem exclusivas e sejam prestigiadas. Nesse contexto, surgem as marcas de luxo

* Bacharel em Administração pela UFMS-Campus do Pantanal. E-mail: fernandosilva_brandao@hotmail.com

** Professores do Curso de Administração da UFMS-Campus do Pantanal. Mestres em Estudos Fronteiriços. E-mails: anderson_adm_@hotmail.com; rbf_almeida@hotmail.com

falsificadas que são mais baratas, de qualidade duvidosa, mas exibindo o nome original da marca, seu logotipo e seu design.

“O mercado de luxo é um dos setores que mais se fortalece no mundo, apresentando um padrão de crescimento de 30% a 35% ao ano desde 2000” (STREHLAU, 2008, p.17). Bull (2015) apresenta que em tempos atuais apesar da queda de confiança do consumidor brasileiro em relação à economia o mercado de luxo ainda consegue manter, em 2015, sua constante evolução dos últimos anos.

Dessa forma, para compreender o mercado de luxo é necessário conceituar o que é o próprio luxo. Strehlau (2008) utiliza-se do composto mercadológico para definir luxo e afirma que este se refere a algo de alta qualidade, proveniente de uma marca forte, preço alto, de comunicação seletiva ressaltando a imagem, distribuição seletiva ou exclusiva, mas que não pode ser um diferencial competitivo por muito tempo, uma vez que o que é considerado luxo hoje, poderá não sê-lo amanhã. A autora apresenta ainda que no segmento do luxo todo investimento tem objetivo definido: alimentar a imagem glamourosa da marca.

No que tange à falsificação, conforme exposto por Baize (1999)¹, apesar de não possuir uma definição central, pode ser entendida como uma reprodução que vai além da imitação, ao envolver considerável proximidade com o artigo original. Produzir, comercializar e consumir produtos falsificados é crime, portanto trata-se de uma infração à lei.

Dentro desse mundo de produtos de luxo temos as chamadas bolsas de luxo. Este artigo vai retratar especificamente as bolsas de marcas de luxo falsificadas, ou, como a maioria das consumidoras prefere chamar, as bolsas “*fake*”². De acordo com a pesquisa de Norum e Cuno (2011), as bolsas de marca são os produtos de luxo mais falsificados e comprados no âmbito internacional. Conforme os resultados da pesquisa de Bacha e Strehlau (2013) as bolsas de marcas falsificadas mais compradas são a Louis Vuitton com 45%, seguida por Prada (32%) e Gucci (26%).

A cidade de Corumbá/MS (Brasil), local onde foi realizada esta pesquisa, faz divisa com a Bolívia e neste território fronteiriço, baseado em Espírito Santo (2015), a comercialização de produtos falsificados ocorre de forma intensa dos dois lados da fronteira. É claro que o consumo de produtos falsificados não ocorre apenas nas cidades fronteiriças. Os grandes centros também apresentam esse tipo de

MEF. Programa de Pós-graduação em Estudos Fronteiriços. VI Seminário de Estudos Fronteiriços: Onde as fronteiras se encontram... Anais... Corumbá: UFMS, 2017. (2 a 4 de outubro de 2017).

comercialização e, ainda, as consumidoras podem adquirir a bolsa (mesmo morando em Corumbá) por negociações e pagamentos efetuados pela internet e com a entrega realizada pelos Correios.

Destaca-se, que na cidade de Puerto Quijarro (pertencente à Bolívia) é possível encontrar centros comerciais que revendem marcas de luxo originais e que esses mesmos centros não são encontrados na cidade de Corumbá/MS. Nestes centros comerciais são encontrados produtos originais a preços bem mais convidativos que os mesmos produtos comercializados no Brasil, em razão de alguns fatores como as diferenças tributárias e econômica. Baseado nisso esta pesquisa apresenta as seguintes questões norteadoras: Quais são as motivações que levam as consumidoras ao consumo de produtos falsificados, especificamente, as bolsas de marca de luxo? A fronteira estimula esse tipo de comércio? Onde essas consumidoras compram a bolsa de luxo? Qual é a marca de bolsa falsificada mais procurada pelas mulheres? Quais os valores que essas consumidoras atribuem a uma bolsa falsificada?

Esta pesquisa tem como objetivo geral identificar quais as motivações e os atributos responsáveis por influenciar as consumidoras da cidade de Corumbá/MS, à decisão de comprar produtos falsificados, neste caso representado pelas bolsas de marca de luxo. Os objetivos específicos buscam: 1) caracterizar o perfil socioeconômico das consumidoras; 2) identificar quais as marcas de bolsas *fake* são as mais procuradas; 3) identificar o local em que as entrevistadas adquirem as bolsas *fake* e se a fronteira estimula a este tipo de comércio; 4) apresentar as motivações e as percepções das compradoras de réplicas da bolsa de marca de luxo; e 5) compreender que atributos das réplicas das bolsas de marca de luxo estão associados aos valores individuais das entrevistadas.

Referente aos procedimentos metodológicos, esta pesquisa se configura como uma abordagem qualitativa pela finalidade exploratória e descritiva. Utilizou-se como estratégia de investigação a triangulação das fontes proposta por Paiva et. al. (2011). Deste modo, a triangulação metodológica envolveu três tipos de levantamentos de dados: 1) a pesquisa bibliográfica e as pesquisas realizadas; 2) entrevistas semiestruturadas e 3) observação informal. A análise da pesquisa deu-se através das técnicas de análise de conteúdo. A escolha desses procedimentos ocorreu devido ao objetivo da pesquisa, bem como ao objeto estudado.

Foram entrevistadas (face a face) 17 mulheres na própria cidade. Estas foram selecionadas através de uma amostra não probabilística por conveniência. No levantamento dessa população foi utilizado à técnica do tipo bola de neve (quando uma pessoa indica outra para ser entrevistada até que os novos entrevistados passam a repetir os conteúdos já obtidos em entrevistas anteriores, atingindo-se o ponto de saturação). As entrevistadas foram selecionadas por meio de uma pergunta filtro: Você possui uma bolsa *fake*?

Todas tiveram total liberdade para falar, sendo as respostas imediatamente transpostas para as folhas de anotação. Os depoimentos sobre assuntos específicos foram mantidos bem próximos da fala original, corrigindo apenas os tempos verbais e expressões equivocadas da língua portuguesa. Teve-se a preocupação de manter o sigilo das entrevistadas de modo que serão representadas, neste artigo, como E.1 (para o Entrevistada 1; E.2, E.3, e sucessivamente para as demais entrevistadas). Com relação às fotos apresentadas no decorrer deste artigo, todas foram autorizadas pelas lojas que comercializam as bolsas *fake* em Puerto Quijarro. Os proprietários gostaram da pesquisa e autorizaram que estes pesquisadores tirassem fotos. Entretanto, pediram para não aparecerem nas fotos nem terem suas identidades reveladas.

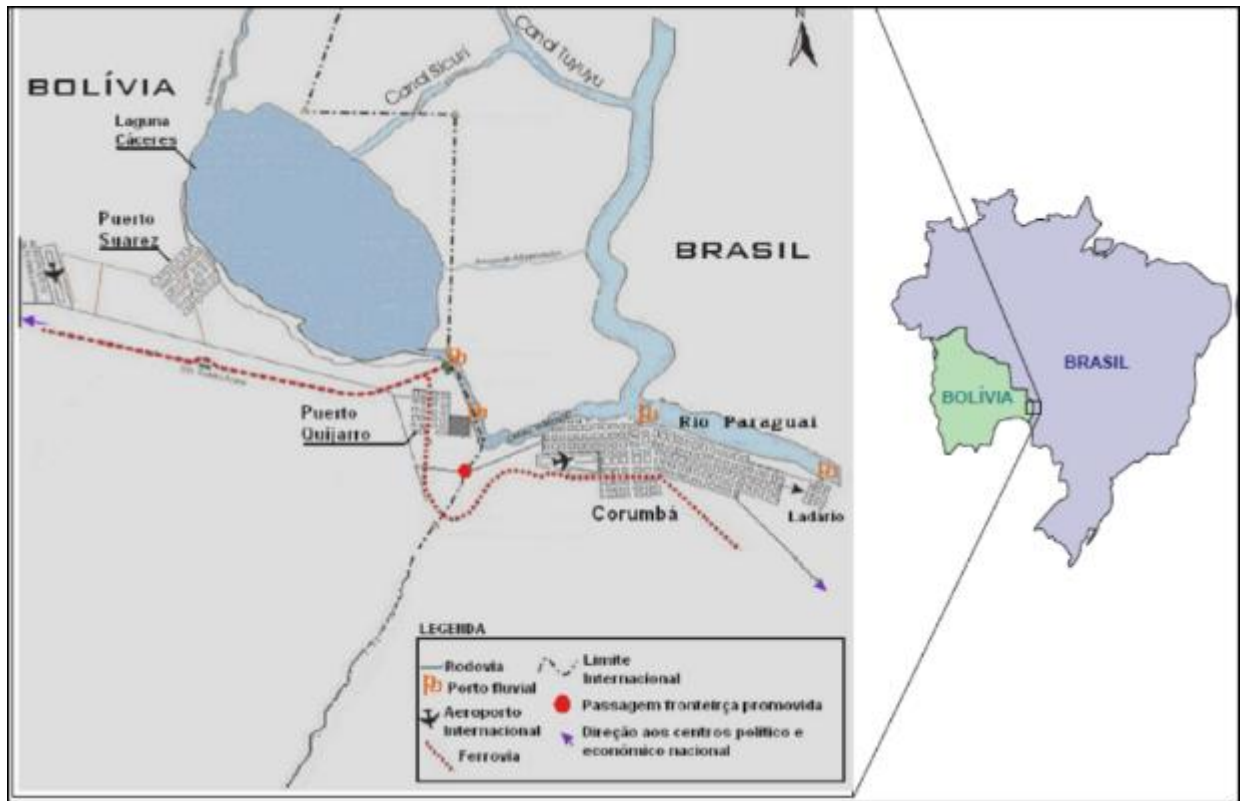
Para entender o local da pesquisa

Historicamente, Corumbá sempre teve suas atividades ligadas ao comércio, até pela função portuária que exerceu durante muitos anos. De acordo com Espírito Santo (2015) em outras regiões do Brasil, o crescimento e a expansão das cidades surgiram com um importante papel militar defensivo, mas também, de trânsito comercial (portos e exploração mineral). O que caracteriza e muito o surgimento do fluxo comercial entre Corumbá e Puerto Quijarro.

Esta pesquisa foi realizada na cidade de Corumbá - Mato Grosso do Sul (figura 1). De acordo com o IBGE (2015) Corumbá localiza-se a 444 km de distância da capital Campo Grande, tem limite territorial com duas cidades bolivianas (Puerto Suarez e Puerto Quijarro), possui uma área territorial de 64.960,863km² sendo o décimo primeiro maior município em extensão territorial do Brasil e, atualmente, tem

uma população estimada em 108.656 habitantes, fato que a torna a terceira maior cidade do estado em termos populacionais.

Figura 1: Território Fronteiriço – Brasil-Bolívia



Fonte: SOUZA, 2010, p.23.

Um resumo que pode caracterizar este território fronteiriço vem das palavras de Espírito Santo (2015), quando o autor destaca as inúmeras assimetrias socioeconômicas e os fluxos territoriais que caracterizam a fronteira Brasil-Bolívia. “Trata-se de um território que apresenta intensas relações de trocas e fluidez das mobilidades humanas pelas passagens de fronteira [...] são compartilhados, guardadas as racionalidades individuais, diversos espaços de manifestações coletivas” (ESPÍRITO SANTO, 2015, p.14).

As descontinuidades instituídas, o ir e vir do fronteiriço; destaca as reproduções advindas das mobilidades. Costa (2013) apresenta que as descontinuidades estão frequentemente em tensão com as continuidades elaboradas por transversalidades anteriormente existentes ou produzidas a partir dessa configuração espacial. Tal afirmação é refletida nas mobilidades entre território e fronteira que, segundo Benedetti (2011, p.34, tradução nossa) indica:

MEF. Programa de Pós-graduação em Estudos Fronteiriços. VI Seminário de Estudos Fronteiriços: Onde as fronteiras se encontram... Anais... Corumbá: UFMS, 2017. (2 a 4 de outubro de 2017).

A fronteira é aquela que está à frente do território e, assim, deve ser pensada como uma construção social, um processo aberto e contingente, uma realidade que está permanentemente passando por práticas materiais e culturais da sociedade (García Álvarez 2006). O limite político internacional é o esboço do espaço definido pelo centro de poder, [...] mas o limite não impede a entrada ou a saída. É para isso que é a fronteira.

Baseado nisso e, focando no comércio fronteiriço, tem-se que o comércio, legal ou ilegal, é um dos principais propósitos que incentiva as mobilidades existentes nas regiões fronteiriças, tal qual exposto pelo próprio Benedetti (2011). Assim, conforme serão apresentadas nas páginas seguintes, nesta fronteira as entrevistadas fazem a travessia, de um lado para o outro, formando a fluidez das mobilidades humanas pelas passagens de fronteira.

A vida nos territórios fronteiriços possui uma dinâmica própria, que em muitos sentidos desafia a ordem e, até mesmo, o dogma da soberania. Sobre essa dinâmica Nogueira (2007) indica três maneiras de se ver a fronteira: a fronteira controlada (vista pelo Estado e alimentada pelo controle de quem entra e sai – presença militar/segurança no território); a fronteira percebida (própria da sociedade do interior e motivada pela ideologia do Estado-Nação) e a fronteira vivida, conceituada como o tipo de fronteira que apresenta mais significado para a sociedade que vive na fronteira, pois reflete e remete aos seus cotidianos.

Assim sendo, a fronteira vivida é a forma escolhida para ser tratada neste artigo, não por interpretá-la como a única e absolutamente correta, mas, baseado em Espírito Santo (2015), por acreditar que quando se analisa o cotidiano e o uso que os moradores de um determinado território fronteiriço fazem do seu lugar de residência, há de se considerar a noção de “vivência” (fronteira vivida) e a identidade com o território. Essa noção de vivência é muito importante para poder compreender os fluxos existentes no comércio fronteiriço, principalmente, no que diz respeito à legalidade e ilegalidade.

Nesta fronteira o rigor da legalidade, diariamente, é subvertido. Espírito Santo (2015) apresenta que os moradores deste território fronteiriço não têm essa preocupação e fazem do comércio com a Bolívia uma extensão do comércio corumbaense e, o fator preço, os torna altamente atrativos. Ainda segundo o autor:

Da mesma forma, nota-se a presença de bolivianos comprando produtos brasileiros, o que se faz ajustar essa reciprocidade em relação a trocas econômicas locais. A fronteira é um local que permite variados convívios de grupos de imigrantes, impulsionados por diferentes motivos, em momentos

históricos particulares, com interesses também particulares. A fronteira é palco de união e crescimento mútuo. Todavia também é palco de legalidades e ilegalidades. (ESPÍRITO SANTO, 2015, p.47).

Em relação ao comércio de produtos falsificados, Da Silva et. al. (2013) apresentam que há um aumento expressivo no número de mulheres que possuem essa tendência consumista por produtos falsificados, mesmo tendo o conhecimento de que estão adquirindo um produto eticamente ilegal e de qualidade inferior.

De acordo com a Receita Federal (2013) só no início de 2013 foram apreendidas mais de 65 toneladas de mercadorias falsificadas. Essa apreensão só nas Alfândegas dos Portos da 7ª Região Fiscal que abrange os estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Dentre as mercadorias apreendidas foram encontrados produtos como agasalhos esportivos, óculos de sol, bolsas, tênis, relógios, entre outros objetos, todos ostentando marcas de destaque no mercado da moda. Das 65 toneladas, 25 toneladas foram apreendidas no porto de Itaguaí/RJ, onde foram encontradas marcas de renome internacional como Swatch, Carrera, Armani, Tommy Hilfiger, Diesel, Empório Armani, Louis Vuitton e Hugo Boss.

Em Corumbá/MS não foram encontrados dados específicos de produtos de luxo, contudo, segundo o Jornal Online Correio do Estado (2014) a Receita Federal apreendeu em outubro de 2014 mais de 12 toneladas de produtos em Corumbá. Assim, devido ao crescimento vertiginoso que a falsificação vem apresentando, nos últimos anos, surge a necessidade de buscar um entendimento maior sobre as motivações que levam a intenção pela compra de falsificados, neste caso representado, pela aquisição de réplicas de bolsas de marca de luxo.

Portanto, o que é legal ou ilegal em uma fronteira vivida? Entende-se que a questão legalidade X ilegalidade, na visão do fronteiriço, leva à seguinte conclusão, evidenciada por Costa e Oliveira (2014), ao afirmarem que o fato das pessoas não considerar ilegais algumas práticas, não quer dizer que elas não o sejam; em outras palavras, a distinção entre o legal e o ilegal existe na prática, exerce efeitos sociais e está materializada em códigos e leis. Destarte o interesse principal deste trabalho – o consumo de bolsas *fake* - é o de compreender se a fronteira estimula esse tipo de comércio, bem como, compreender os motivos que levam as mulheres a adquirir este tipo de produto.

O poder e a influência da marca no mundo da moda

A marca tem o poder de contextualizar quem a usa dentro de uma esfera socioeconômica e ideológica, onde desperta desejos, transmite a ideia de atualização e poder de aquisição dentro de uma sociedade complexa e competitiva.

A *American Marketing Association* (AMA) define marca como “um nome, desenho, símbolo ou qualquer outra característica que identifica a mercadoria ou o serviço de um vendedor de maneira distinta da de outros vendedores” (AMA, 2004, p.12). Dessa forma entende-se que as marcas são valiosas para as empresas e, apesar de serem ativos intangíveis, fazem parte do patrimônio das corporações.

Baseado em Juggessur (2011), compreende-se que um dos grandes diferenciais do produto de luxo está na imagem de exclusividade da marca e sua identidade, cujo design traz geralmente a assinatura do seu criador. O autor complementa ao afirmar que na compra da bolsa, as mulheres, intencionalmente, estão interessadas pelo nome da marca, detalhe que para muitos é a alma da bolsa, a expectativa é que a logo seja visível. Portanto, baseado em Juggessur (2011), compreende-se que essa integração, entre a imagem da marca de luxo e seu fundador, pode ser observada nas bolsas, por exemplo, da marca *Louis Vuitton*.

Silva (2012) expõe que com mais de 150 anos de história a *Louis Vuitton* é uma das marcas de maior valor agregado de um nicho voltado para poucos. Segundo a autora o consumo de *Louis Vuitton* no Brasil apresenta particularidades em relação a outros países do mundo. O Brasil é o único país que parcela suas vendas no cartão de crédito, facilitando assim, ainda mais a sua aquisição.

Baseado nos autores supracitados compreende-se que a exteriorização dos sinais da marca faz parte do luxo e para conferirem identidade, elas devem vir expostas e serem reconhecidas sobre quem as usam. É natural que os consumidores sejam capazes de identificar personalidades diferentes em cada uma das marcas que conhecem, associando-as a perfis diversos.

A influência da marca no mundo da moda refere-se à síntese da mensagem que a marca quer enviar ao mercado e, por isso, deve ser distinta, especial e inconfundível. As grandes marcas ambicionam a continuidade e o que não está sujeito a sair de moda, enquanto o consumidor procura bens que escapam à impermanência e a tudo que é descartável. Para chegar ao equilíbrio é preciso

entender o comportamento e as motivações dos consumidores para utilização da melhor estratégia de marca.

Focando no consumo de bolsas de marca, tem-se, segundo Norum e Cuno (2011), que são os produtos de luxo mais falsificados e comprados. São artefatos que apoiam a sinalização do capital econômico e cultural dos consumidores, ou seja, as bolsas transmitem suas funções no que se refere a objeto de desejo, status, luxo e glamour. Uma das explicações do comportamento de compra dos indivíduos é que o consumo ajuda a definir a identidade do consumidor. Segundo Maia (2013) o ato de carregar uma bolsa de luxo é uma experiência muitas vezes indescritível e que pode ultrapassar o simples valor utilitário de transportar seus pertences, alcançando-se a gratificação e a ostentação.

De forma empírica, pode-se afirmar que há uma percepção de que as mulheres são apaixonadas por bolsas, independentemente da idade, elas optam por escolhas que refletem seus gostos. As bolsas de marca de luxo, em especial, são muito populares entre as amantes da moda e a compra desses artigos ostenta riqueza, pois são símbolos de autogratificação por um trabalho duro. Desse modo, Juggessur (2011) diz que as mulheres valorizam suas bolsas de luxo assim como os homens o fazem com seus carros.

Quanto à falsificação, Bacha e Strehlau (2013, p.43) discorre que “o Brasil está em quarto lugar no ranking de países que mais comercializam produtos piratas, logo atrás da China, da Rússia e da Índia”. Baize (1999), afirma que a falsificação, apesar de não possuir uma definição central, pode ser entendida como uma reprodução que vai além da imitação, ao envolver considerável proximidade com o artigo original.

Através de uma observação assistemática, em uma simples caminhada pela cidade de Corumbá, é possível encontrar produtos falsificados sendo comercializados. Espírito Santo (2015) cita que na cidade há muito comércio de roupas e acessórios oriundos de descaminhos ou sacoleiros. Esses produtos são veem de São Paulo, Goiás em sua grande maioria, ou da cidade de Santa Cruz de La Sierra (Bolívia).

Dessa forma, nos territórios fronteiriços, observa-se o elucidado por Costa e Oliveira (2014) chamado de “esquema”, uma atividade presente em todo território

fronteiriço do Brasil. Os autores definem esquema não como algum sinônimo de crime organizado, ou máfia, mas sim, com a mesma lógica dos negócios capitalistas, onde os atores agem como empreendedores de uma unidade de negócio recebedora de lucro, como componente de inovação para superar as incertezas do mercado.

Isso quer dizer que, em muitas ocasiões, nem todos os indivíduos integrantes se conhecem, mas todos compartilham de operações secretas, ou de parte do segredo. “Nem todo esquema é uma máfia, mas toda máfia necessariamente tem seus esquemas” (COSTA e OLIVEIRA, 2014, p.213).

No que tange aos fatores que influenciam no comportamento de compra, Kotler e Armstrong (2012) destacam que este comportamento é influenciado por fatores culturais, sociais, pessoais e psicológicos. Referente aos estímulos Kotler e Keller (2012) afirmam que os estímulos de marketing associados a outros estímulos do ambiente, influenciam as pessoas no processo de decisão de compra, o qual está fortemente relacionado às características do comprador. Desta forma, o consumidor é influenciado pelo conhecimento, diferentes hábitos, opiniões ou crenças, estilo de vida e também pelos estímulos de marketing que fazem parte da tomada de decisão que, segundo Kotler e Keller (2012), são definidos como produto, preço, praça e promoção. Essas referências servem de suporte para o conhecimento de cultura, valores, crenças e desejos, tudo aquilo que influencia o processo de decisão de compra.

Resultados e discussões

Após a apresentação da pesquisa bibliográfica e das pesquisas realizadas sobre o objeto de estudo deste artigo, realizar-se-á a apresentação dos resultados encontrados obtidos através da entrevista/observação informal. A entrevista iniciava com o seguinte questionamento (filtro): *Você possui uma bolsa fake?*

Como se tratava de uma pergunta filtro, todas as mulheres que foram entrevistadas possuíam uma ou mais bolsas *fake*, podendo assim, participar da pesquisa. Destarte, em alguns momentos, uma amiga foi indicando a outra, realizando assim, o efeito desejado da bola de neve. As entrevistas foram

encerradas a partir do momento que as entrevistadas foram repetindo as respostas anteriormente ditas. Assim, atingiu-se o ponto de saturação desta pesquisa.

No primeiro momento foi evidenciado o perfil socioeconômico das entrevistadas. Com relação à faixa etária predominante entre as respondentes foram de 25 a 29 anos e de 35 a 39 anos, representando 47% do total das entrevistadas. 18% afirmaram estar na faixa de 20 e 24 anos, o que representou 18% da amostra.

Referente ao nível de escolaridade o que mais se evidenciou foram as consumidoras que possuem ensino superior completo, representando 82% das entrevistadas. Em contrapartida, as que estão buscando o ensino superior, somaram 12%. Do total das mulheres entrevistadas, apenas 6% possuem o ensino médio completo. Já com relação ao estado civil, 41% disseram ser solteiras; na mesma proporção em que 41% afirmaram estarem casadas. 12% das entrevistadas informaram que são divorciadas e 6% informaram que possui união estável.

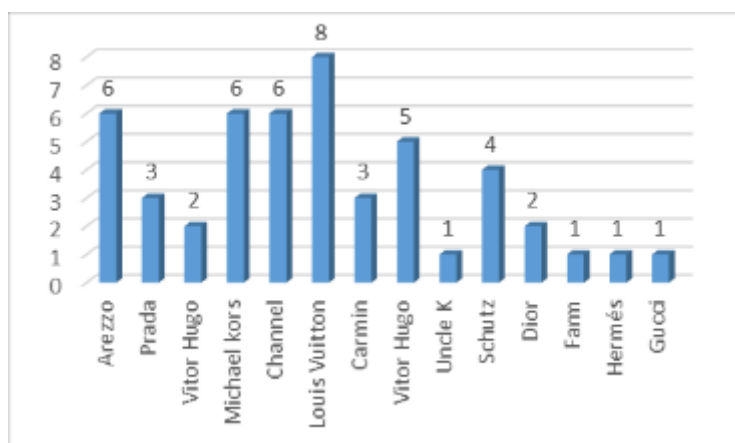
Para analisar a classe social das entrevistadas foram utilizados os critérios definidos pelo IBGE³. Isso foi preciso, visto que, a pesquisa queria entender as motivações que levavam consumidoras, que “possuem rendas” a comprar bolsas originais, a adquirirem bolsas *fake*. Assim, foi identificado que a maior parte das consumidoras pertencem à classe C (52%), ou seja, possuem renda de R\$3.152,01 a R\$7.880,00. Depois vieram as entrevistadas que pertencem as classes B (24% - R\$7.880,01 a R\$15.760,00); D (18% - R\$1.576,01 a R\$3.152,00) e A (6% - R\$15.760,01 ou mais).

Fazendo uma análise de todos os dados do perfil socioeconômico conclui-se que todas possuem renda para adquirir, ao mínimo, uma bolsa original. A escolha da classe social dessa amostra teve como propósito minimizar a influência do preço na decisão pela compra de bolsas *fake*. Os resultados desta etapa mostram que as entrevistadas possuem nível de escolaridade elevado, que poderiam adquirir bolsas originais (visto que no Brasil ainda é possível parcelar no cartão de crédito), entretanto, ainda assim, optam por modelos falsificados.

Alusivo às marcas mais procuradas e o local de aquisição o gráfico 1 apresenta as marcas de bolsas *fake* mais desejadas entre as entrevistadas e, este gráfico, chama a atenção pois, durante as entrevistas, foi observado que a maior parte das bolsas *fake* desejadas pelas consumidoras já estavam elencadas no

roteiro de entrevistas. Contudo, outras marcas foram sendo citadas pelas entrevistadas (durante as entrevistas), como foi o caso da bolsa Michael Kors.

Gráfico 1: Marcas mais desejadas.



Fonte: Resultado da Pesquisa.

Dentre as marcas de bolsas *fake* mais desejadas, a marca Louis Vuitton se destacou como a mais procurada dentre todas as entrevistadas, com 16% da preferência. Este dado pode ser corroborado com a pesquisa de Bacha e Strehlau (2013), onde os autores também identificaram que a marca falsificada mais comprada foi às bolsas da Louis Vuitton. Observa-se que apesar do grande volume de vendas, ainda há consumidoras que possuem o desejo em obter um modelo (dentre os inúmeros modelos existentes) de bolsa *fake* dessa marca.

Após a bolsa da marca Louis Vuitton, as marcas mais citadas foram Chanel e Arezzo, com 12% cada da preferência das consumidoras. A Michael Kors, que não estava no roteiro da entrevista, teve uma boa citação durante as entrevistas. Segundo as consumidoras esta marca atualmente possui uma alta popularidade.

Sobre o destaque feito à marca Michael Kors, foi observado, conforme apresentado na figura 2, que nas lojas de Puerto Quijarro-Bolívia esta marca, junto com a Louis Vuitton são as mais presentes. Também aparecem muitas bolsas da marca Prada e Gucci, contudo estas duas últimas possuem baixa similaridade com os produtos originais, logo são produtos evitados, por este perfil de consumidoras, conforme relatado pelas entrevistadas.

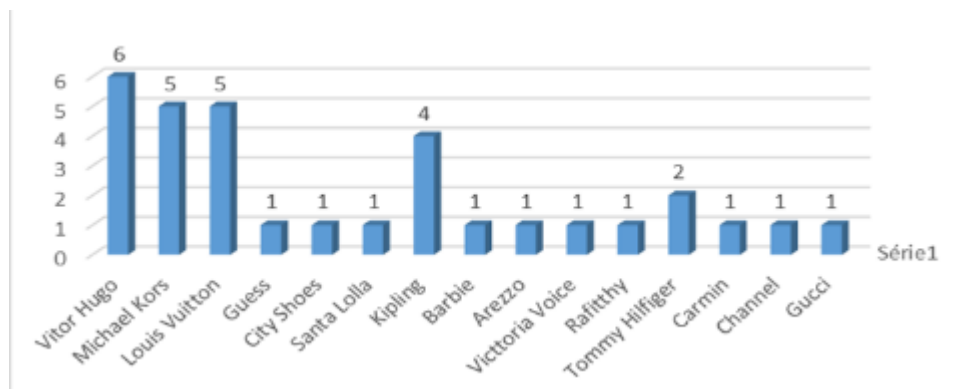
Figura 2: Lojas comercializando bolsas *fake* em Puerto Quijarro-Bolívia.



Fonte: Elaboração dos Autores.

Vale destacar que os dados acima representam as bolsas mais desejadas. Quando questionadas sobre: “quais as marcas de bolsa *fake* você realmente tem?” a marca Vitor Hugo foi a mais citada com 19%, seguida da marca Louis Vuitton e a Michael Kors, ambas com 16%, conforme pode ser analisado no gráfico 2.

Gráfico 2: Marcas que possuem.



Fonte: Resultado da Pesquisa.

Conforme observado nos gráficos 1 e 2, a marca Louis Vuitton foi a mais desejada e a marca que as consumidoras realmente possuem. A respeito disso, Da Silva et al. (2013), destaca que a marca Louis Vuitton possui um perfil de cliente mais exibicionista e que há uma intensa obsessão feminina frente à marca Louis Vuitton, o que justifica o fato de ser a marca mais vulnerável à falsificação.

Foi observado que 19% das entrevistadas também possuem essa inclinação para a marca Louis Vuitton. Outro destaque desse gráfico 2 refere-se à marca Kipling que também não estava no roteiro de entrevista, contudo foi muito citada pelas entrevistadas. Destarte, na cidade de Puerto Quijarro, recentemente foi aberta uma loja exclusiva com bolsas originais da marca Kipling, uma das possíveis justificativas para que esta marca já esteja sendo adquirida (*fake*) pelas entrevistadas.

Em relação ao local onde as bolsas *fake* foram compradas, 50% das entrevistadas relataram que adquiriram sua bolsa *fake* na Bolívia. As demais entrevistadas relataram que adquiriram em São Paulo (15%); através de sacoleiros (10%); em lojas de Corumbá (10%); e 5% relatou que adquiriram ou nas feiras livre de Corumbá; ou em Campo Grande ou pela internet.

Baseado nos dados supracitados vale a pena destacar que, quando as entrevistadas relatam que compram suas bolsas *fake* de sacoleiros, foi identificado que estes são pessoas que vão até a fronteira de Ponta Porã (MS-Brasil) com Pedro Juan Caballero (Paraguai), localizado a 612km da cidade de Corumbá adquirir diversos tipos de produtos e voltam para comercializar em Corumbá. Lá a efervescência e o consumo de produtos falsificados e originais são bem maiores que na fronteira de Corumbá/Brasil com a Bolívia, e, conforme relatado pelas próprias entrevistadas, possui modelos de bolsa *fake* em maior quantidade e qualidade. Isso mostra que esta pesquisa, futuramente, poderia ser dirigida para aquela região a fim de se atingir os mesmos objetivos desta.

Ao entrevistar as consumidoras, a fim de entender se a proximidade com a Bolívia estimula a aquisição dessas bolsas *fake*, verificou-se que esse território possui atrativos, como a diversidade de bolsas e a praticidade de aquisição, diferente de outras localidades supracitadas, o que estimula o aumento das mobilidades fronteiriças.

Quando indagadas se a proximidade com a Bolívia estimula, ou não, a aquisição de bolsas *fake*, E.4. relata que “pelo que eu saiba, só lá tem todas as bolsas *fake* [...] eu e as minhas amigas só compramos lá”. Outras entrevistadas destacaram que a proximidade estimula sim a aquisição, pelo fato da diferenciação e, até pela vantagem de poder manusear o produto físico antes da compra, conforme destacou E.5.

Estimula. Quem quer comprar já tomou sua decisão, já escolheu o seu produto, cores, modelo [...]. Em Corumbá tem bolsas *fake*, mas não é igual [...] a proximidade com a Bolívia ajuda o cliente a pegar na bolsa né? E analisar melhor que na internet. As bolsas daqui [Bolívia] são tão boas que, nas férias, eu levo para São Paulo para as minhas irmãs e primas. (E.5)

A fala de E.5 vai ao encontro aos estudos de Kotler e Armstrong (2012) sobre os fatores que influenciam os desejos e comportamento de compra dos consumidores, onde observa-se, principalmente, a influência dos papéis sociais e status. Para E.5. a proximidade e a facilidade de acesso (entrar e sair) da Bolívia é benéfico, “porque permite o fácil deslocamento e uma análise do produto antes da aquisição das bolsas *fake*” (E.5). Aqui temos o exposto por Nogueira (2007) ao apresentar o conceito de fronteira porosa que pode ser compreendida como uma fronteira existente entre as populações que mais aproxima do que afasta, pois, a porosidade de uma fronteira se refere à permissividade e ao controle exercido na transposição do limite.

Quando a entrevistada (E.5) fala em “*quem quer comprar já tomou a sua decisão*”, remete-nos aos estudos de Kotler e Keller (2012), que evidenciam o estímulo e a resposta durante a decisão de compra. Segundo os autores, a decisão de compra é influenciada pelo conhecimento, diferentes hábitos, opiniões ou crenças, o estilo de vida, bem como, a qualidade e oferta do produto, o preço convidativo e a localização (o ir e vir da fronteira).

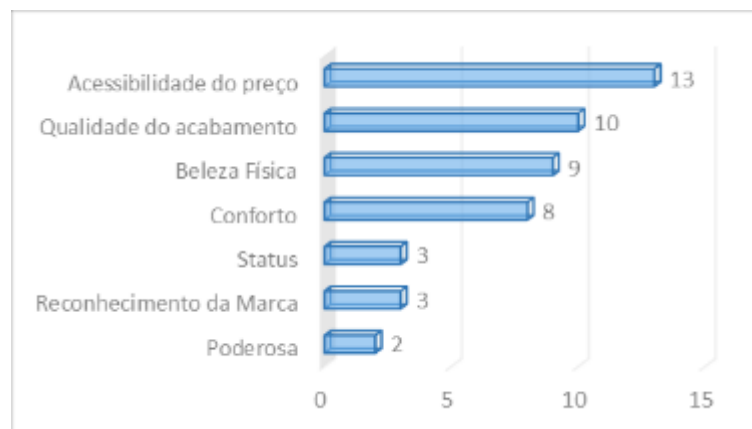
Baseado nos dados apresentados compreende-se que a fronteira Brasil-Bolívia apresenta mobilidades em dupla direção e intensa porosidade. As entrevistadas se deslocam para o lado boliviano com o principal intuito de fazer compras. Assim, conclui-se que a fronteira é percebida como vivida, tal qual o conceito de Nogueira (2007) e também com o sentido de passagem (o ir e vir para realizar compras). Isso pode ser exemplificado na fala de E.13 ao afirmar: “o ir para lá [Bolívia] é uma maneira de adquirirmos e transportarmos os produtos entre os países [...] de um lado para o outro”.

Quando questionadas “caso a Bolívia não fosse tão próxima a elas, ainda sim, comprariam bolsas em outros lugares?” 88% das entrevistadas afirmaram que sim, fato esse exaltado por E.2 ao afirmar que “aí sim compraria na internet ou em São Paulo”. Já E.8 relatou que “sim, contudo, teria maior dificuldade de acesso ao produto o que faria com que buscasse o produto com menos frequência”.

Os dados obtidos e as falas das entrevistadas confirmam que as lojas localizadas em Puerto Quijarro-Bolívia são a primeira opção de compra das consumidoras residentes em Corumbá. Enquanto 12% optariam pela compra em outras localidades.

Referentes aos atributos das réplicas das bolsas de marca de luxo, que estão associados aos valores individuais das entrevistadas foi, primeiramente, questionado: “quais são os atributos valorizados na bolsa *fake*?”.

Gráfico 3: Atributos.



Fonte: Resultado da Pesquisa.

De acordo com o gráfico 3, o principal atributo é a acessibilidade do preço, ficando com 27% da preferência das consumidoras. Outros dados indicam que o principal atributo é: 21% acabamento; 19% em beleza física; 17% no conforto; 6% em reconhecimento da marca; 6% no status e 4% em poderosa.

Essa informação vai ao encontro aos estudos de Wee et al. (1995) onde foi evidenciado que, apesar do preço ser relevante na decisão pela compra de um falsificado, há outros elementos que impulsionam esse comportamento de compra.

Quanto aos valores que as entrevistadas acreditam que são transmitidos por uma bolsa *fake*, a maior parte das entrevistadas (33%) indicaram o item “possuir bom gosto”, conforme apresentado no gráfico 4:

Gráfico 4: Valores.



Fonte: Resultado da Pesquisa.

Ainda de acordo com o gráfico 4, 19% das entrevistadas buscam, ao adquirir uma bolsa *fake*, sentir-se bem cuidada; 16% a sensação de pertencimento (estar antenada a moda). 16% relataram que se sente poderosa, já que “a bolsa manifesta um acabamento no visual de uma mulher” (E.1). 8% tem o sentimento de sentir-se única e 8% disseram que aumenta a sua autoestima.

Consoante a Wee et al. (1995), os resultados mostram que é possível identificar que o consumo de bolsas *fake*, na cidade de Corumbá/MS, é um meio para as entrevistadas alcançarem o sucesso, felicidade e bem-estar. As consumidoras ainda foram questionadas sobre as consequências desejadas ao usar uma bolsa *fake* e 36% das respostas foram em praticidade; 18% em sentir-se satisfeita; 13% em versatilidade; 13% em sentir-se na moda; 13% em durabilidade; 5% em chamar a atenção e 2% em sentir-se segura. Esses resultados balizam os anteriores, justificando os valores e os atributos apontados pelas consumidoras na cidade de Corumbá/MS.

Quando questionadas “sobre a motivação principal que as fizeram decidir por uma bolsa *fake*”, 11 entrevistadas destacaram o fator “preço”; 02 foram mais específicas e disseram que a tributação de uma bolsa original é muito elevada o que encarece o produto. Assim, como os modelos *fake* são muito próximos das bolsas originais, optam por comprar mais de uma bolsa *fake*. Outras 12 entrevistadas

relataram a questão da proximidade com a Bolívia (manusear o produto) e a beleza das bolsas *fake*, comparada aos originais (similaridade); enquanto 02 responderam que sentem satisfação e motivação por usarem as bolsas de marcas desejadas (status).

Como evidenciado, o preço é a motivação principal que estimula as consumidoras a decidir por uma bolsa *fake*. Nada obstante, o preço mais acessível não é o único motivador de compra. É inegável que ele desempenha certa atração nas mulheres que participaram desta pesquisa, mas essa atração não é por falta de dinheiro, já que foi demonstrado que todas têm condições de adquirir uma bolsa original. Na realidade, ele age como um facilitador, pois permite que as mulheres comprem mais de uma bolsa em um intervalo de tempo menor.

Quando questionadas “se consideram a falsificação um crime”, dez entrevistadas responderam que sim, cinco disseram que não e duas ficaram em dúvida. Pode-se tomar como base a resposta positiva da E.2: “Sim. Complicado né? Sei que é [ilegal] mas, quando somos consumidores, não nos vemos como criminosos”. Sobre isso, Costa e Oliveira (2014) apresentam que, nesta fronteira, o rigor da legalidade, diariamente, é subvertido e, o fato de as pessoas não considerarem ilegais algumas práticas, não quer dizer que elas não o sejam. Dessa forma, baseado em Costa e Oliveira e nas entrevistas realizadas, compreende-se que os significados atribuídos ao falso é que se trata de algo vantajoso, que é ilegal, mas não é crime, desde que seus prejuízos não impactem a vida cotidiana das consumidoras, estando em uma realidade distinta.

Ao serem questionadas sobre “o consumo de bolsas *fake* proporcionam a mesma experiência de consumo de bolsas originais”, 65% das entrevistadas responderam que não enquanto 35% disseram que sim. Nessa questão, tem-se a resposta negativa de E.12 que citou: “Não. Totalmente diferente, tanto pela qualidade, confiabilidade e durabilidade”. Evidencia-se que o sucesso das marcas, de acordo com Aaker e Joachimsthaler (2002), está relacionado à criação da imagem e da personalidade, encorajando a percepção do consumidor de que os atributos a que se aspira estão fortemente associados à marca. Esses atributos podem ser objetivos e reais (tais como qualidade ou relação custo/benefício) ou emocionais e abstratos (como status, juventude, etc.).

Em contrapartida a resposta de E.12, teve uma resposta positiva de E.1. que citou: “Sim. Se você deseja o objeto e quer fazer parte de um grupo específico de pessoas que tem essas bolsas como sinal de status social, a experiência é a mesma”. Fica evidente, baseado em Aaker e Joachimsthaler (2002), que dependendo dos atributos que o consumidor tiver associado à marca, ele terá uma percepção diferenciada a respeito da mesma.

Considerações finais

A partir dos dados coletados nesta pesquisa, compreende-se que na fronteira Brasil-Bolívia a comercialização de produtos falsificados ocorre de forma intensa dos dois lados da fronteira. Nesta “fronteira vivida”, o rigor da legalidade, diariamente, é subvertido o que proporciona as mobilidades das entrevistadas, que atravessam a fronteira para comprar as bolsas *fakes* em Puerto Quijarro.

Neste território, a fronteira estimula o comércio de bolsas *fake* devido à proximidade e a facilidade de acesso (entrar e sair) da Bolívia. A partir das falas das consumidoras entende-se que a questão legalidade X ilegalidade existe neste território fronteiriço e que as mesmas não consideram ilegal o fato de adquirir uma bolsa falsificada na Bolívia. Contudo, esta aquisição é ilegal perante a lei. Em outras palavras, a distinção entre o legal e o ilegal existe na prática, exerce efeitos sociais e está materializada em códigos e leis, no entanto, não vem sendo aplicado na prática. Dessa forma, percebe-se que os significados atribuídos ao falso é que se trata de algo vantajoso, que é ilegal, mas não é crime, desde que seus prejuízos não impactem a vida cotidiana das consumidoras, estando em uma realidade distinta.

Ao carregar uma bolsa de luxo, as entrevistadas sentem uma experiência indescritível, que vai além de um simples objeto/suporte que serve para carregar seus pertences. As bolsas de luxo proporcionam status, pertencimento, a gratificação e a ostentação. Compreende-se, através das entrevistas, que o conjunto de valores responsáveis por influenciar e motivar as consumidoras de bolsas *fake*, é formado pelos atributos que estas bolsas proporcionam, associados aos valores individuais das entrevistadas. Nada obstante, é importante destacar que, mesmo sendo *fake*, observou-se que as bolsas permitem que suas proprietárias se sintam com o status e o prestígio conferidos normalmente pelas bolsas originais.

Referências

AAKER, David A; JOACHIMSTHALER, Erich. **Como construir marcas líderes**. São Paulo: Futura, 2002.

AMA - American Marketing Association. **Definição de marca**. Disponível em: <http://www.marketingpower.com/mg-dictionary.php?SearchFor=brand&Searched=1>. Acesso em: 07 de mar. de 2016.

BACHA; M. de L.; STREHLAU; S. Proposta de segmentação para usuárias de bolsas de marcas de luxo falsificadas. **Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing, Opinião e Mídia**. v.11, n.1, p.42-46, fev. 2013.

BAIZE, D. De la contrefaçon à l'imitation. **Revue Française de Gestion**. v.1, n.124, p. 76-81, feb. 1999.

BENEDETTI, Alejandro. 2011. Lugares de frontera y movilidad comerciales en el sur sudamericano: una aproximación multiescalar. In COSTA et. al. **Fronteiras em foco**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2011, p.33-55. (Séries Fronteiras).

BULL, Patrícia. **Mercado de luxo não sente a crise e segue em expansão**. Disponível em: <<http://brasileconomico.ig.com.br/brasil/economia/2015-04-22/mercado-de-luxo-nao-sente-a-crise-e-segue-em-expansao.html>>. Acesso em: 01 de jan. de 2016.

COSTA, E. A. 2013. Mobilidade e fronteira: as territorialidades dos jovens de Corumbá, Brasil. **Revista Transporte y Territorio**. nº9, 2ºsem.2013, Buenos Aires, Instituto de Geografía "Dr. Romualdo Ardisson" - Filo:UBA, p.65-86.

COSTA, G.V.L.; OLIVEIRA, Giovanni França. Esquemas de fronteira em Corumbá (MS): Negócios além do legal e do ilegal. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**. vol.7, n.2, p.207-332, abr/maio/jun. 2014.

DA SILVA et. al. **Motivações para a Compra de Réplica de Bolsas Louis Vuitton**. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/5496135-Motivacoes-para-a-compra-de-replica-de-bolsas-lv.html>> Acesso em: 20 de jun. de 2015.

ESPIRITO SANTO, A. L. **A comercialização de produtos agrícolas em Corumbá-MS**: propostas para o fortalecimento da agricultura familiar e da feira livre. (Dissertação de Mestrado). UFMS. Mestrado em Estudos Fronteiriços, Corumbá, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **População estimada em 2015**. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/232FD>>. Acesso em: 20 de jun. de 2015.

JORNAL ONLINE CORREIO DO ESTADO. **Receita Federal apreende mais de 12 toneladas de contrabando**. <<http://www.correiodoestado.com.br/cidades/corumba/receita-federal-apreende-mais-de-12-toneladas-de-contrabando/230899/>> Acesso em: 12 de ago. de 2016.

JUGGESSUR, J. **Luxury Designer Handbag or Counterfeit**: an investigation into the antecedents influencing women's purchasing behavior of luxury designer and counterfeit brands. (Doctoral Thesis). Brunel University. Doctor in Philosophy, London, 2011.

KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. **Princípios de Marketing**. 12^a ed. São Paulo: Pearson, 2012.

KOTLER, P.; KELLER, K. L. **Administração de Marketing**. 14^a ed. São Paulo: Pearson, 2012.

MAIA, P. K. dos S. **O significado do Falsificado**: estudo do comportamento da consumidora de bolsas. (Monografia de Graduação). Universidade de Brasília, 2013.

NORUM, P. S.; CUNO, A. Analysis of the demand for counterfeit goods. **Journal of Fashion Marketing and Management**. v.15, n.1, p.27-40, jan.2011.

PAIVA, F. G. J.; et al. Validade e Confiabilidade na Pesquisa Qualitativa em Administração. **Revista de Ciências da Administração**. v.13, n.31, p.190-209, set/dez 2011.

RECEITA FEDERAL. **Receita apreende mais de 65 toneladas de produtos falsificados nas alfândegas dos portos de RJ e ES**. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/AutomaticoSRFSinot/2013/01/04/2013_01_.html> Acesso em: 10 de abr. de 2016.

SILVA, L. S. **Desmitificação do Luxo**: um estudo sobre as motivações de compra de réplicas. 2012. (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica. Mestrado em Administração, Rio de Janeiro, 2012.

SOUZA, Sildia de Lima. **As Hortaliças de Origens Boliviana Ofertadas nas Feiras Livres de Corumbá**: Aspectos Transfronteiriços. 56 fls. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços). Campus do Pantanal, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Corumbá: 2010.

STREHLAU, Suzane. **Marketing do luxo**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

WEE, Chow-Hou, et al. Non-price determinants of intention to purchase counterfeit goods. **International Marketing review**. v.12, n.6, p.19-46, 1995.

Notas de Fim

¹ Todas as referências utilizadas neste artigo em inglês, francês e espanhol foram traduzidas pelos autores.

² *Fake* significa “falso” em inglês. Com o avanço das redes sociais é um termo que, nos últimos anos, vem sendo muito usado na internet para ocultar a identidade real de um usuário e, ou, fazer referência à réplica de produtos originais que são comercializados ou, simplesmente, exibidos nas redes sociais.

³ Critério por Faixas de Salário-Mínimo (IBGE). Salário mínimo em 2016: R\$880,00. Disponível em: <http://salariominimo2016.blog.br/> Acesso em: 10 dez. de 2016.

CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA: O CASO DE CORUMBÁ – MS

Professional Training on the Brazil-Bolivia Border: The Case of Corumbá – MS

Wanderson da Silva BATISTA*

Resumo: O objetivo deste artigo é relacionar a capacitação profissional como alternativa para a promoção do desenvolvimento econômico da região fronteira, especificamente Brasil-Bolívia (Corumbá – MS). Utilizou-se pesquisa bibliográfica e técnica de pesquisador-observador, buscando definir a rede trabalho-capacitação-desenvolvimento para apontar alternativas que pudessem contribuir para implementação de ações voltadas ao desenvolvimento regional. Ao final deste estudo, verificou-se que o investimento em qualificação profissional, através de parcerias contribui para a formalização do trabalho executado na clandestinidade, promovendo alternativas para o desenvolvimento econômico da região. Oportunamente o estudo de viabilidade para atender a demanda se faz necessário.

Palavras-chave: fronteira; capacitação profissional; desenvolvimento econômico.

Abstract: The objective of this article is to relate professional training as an alternative to promote the economic development of the border region, specifically Brazil - Bolivia (Corumbá - MS). The methodology used a bibliographical research and a researcher-observer technique, seeking to define the work-capacity-development network to identify alternatives that could contribute to the implementation of actions aimed at regional development. At the end of this study, it was verified that the investment in professional qualification, through partnerships contributes to the formalization of the work carried out in the underground, promoting alternatives for the economic development of the region. In due course, the feasibility study to meet demand is necessary.

Key Words: frontier; professional training; economic development.

Introdução

Pensar a capacitação profissional implica em analisar os fatores, que justifiquem a necessidade desse processo. A escassez de mão-de-obra qualificada impacta diretamente o setor produtivo, o que pode ser observado pela quantidade de retrabalho, perda de produção e pouca eficiência da força laboral nos locais em que há falta de programas que capacitem o trabalhador.

* Especialista em Psicopedagogia, Licenciado em Matemática, Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul – Campus Corumbá, Diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul – Campus Corumbá. E-mail: wanderson.batista@ifms.edu.br

MEF. Programa de Pós-graduação em Estudos Fronteiriços. VI Seminário de Estudos Fronteiriços: Onde as fronteiras se encontram... Anais... Corumbá: UFMS, 2017. (2 a 4 de outubro de 2017).

O fenômeno da globalização caracterizado pela conexão simultânea entre pessoas, grupos sociais e governos, proporciona concomitantemente impactos culturais, econômicos e sociais em toda a sociedade. A comunicação sincrônica entre empresas e setores produtivos, demanda a necessidade do constante aprimoramento dos modos de produção. Sendo inevitável definir que fenômeno da globalização é intimamente responsável pela necessidade de qualificação de mão-de-obra, caracterizado pelo teor revolucionário de alteração das concepções produtivas do capitalismo. Trata-se de um movimento que gera um conceito de mercado global, não mais vinculado a uma região limitada e com suas particularidades. Para sobreviver no processo as economias precisam se adaptar a necessidade de consumo do mercado global. Isso não significa ruptura com os mecanismos existentes até então, e sim um aprofundamento contínuo das relações de mercado atualmente vigentes.

O presente artigo visa analisar a característica do mercado de trabalho na fronteira Brasil – Bolívia, especificamente na região compreendida entre Corumbá – MS e Puerto Quijarro, com vistas a propor a implementação de cursos de qualificação profissional que atenda a este mercado. Em relação à fronteira Brasil-Bolívia, objeto desse estudo, a capacitação profissional não é um ato equânime entre os países envolvidos, cada qual dentro de suas competências, atribuições legais e características construirá as especificidades de maior necessidade para a capacitação profissional da população local. Importante destacar não se tratar de um mecanismo finalizado, mas em constante atividade. Como destaca IANNI (1996, p. 21):

... a história do capitalismo se confunde com história da mundialização, fenômeno de larga duração, com fases de expansão e retração, ruptura e reorientação. Que se inicia com o movimento mercantilista e movimenta-se em uma expansão planetária do modo de produção capitalista. A dinâmica imposta pela nova estrutura, consequência da competitividade globalizante, requer modernização do mercado de trabalho.

A ideia precípua de trabalho é relacionada a subsistência, onde famílias desenvolviam as atividades voltadas única e exclusivamente para a manutenção das mínimas condições de sobrevivência. Na linha sucessória, pode-se apontar a agricultura como marco inicial das relações trabalhistas entre famílias distintas. A posse da terra orientada para a produção de sustentação, criou a figura do

proprietário, e, conseqüentemente, gerou a situação de troca de mercadorias produzidas em excesso.

Posses, disputas e guerras por determinados territórios começam a traçar as relações de poder, em seguida, definem as relações entre proprietários e servidores, culminando nesse momento com as primeiras relações de emprego. Onde o detentor do poder, usa da força para garantir a execução das ações necessárias para a manutenção da fonte de renda.

Este trabalho visa apontar a necessidade da qualificação profissional como alternativa para o desenvolvimento econômico de uma localidade, precisamente, a região fronteira entre Corumbá-MS (Brasil) e Puerto Quijarro (Bolívia). Desenvolvimento este que se traduz no aumento da produtividade local, que pode ser acompanhado pelo acúmulo de recursos financeiros e melhoria dos processos técnicos de produção. Com embasamento teórico da ciência geográfica, que norteará a compreensão de formação do espaço fronteiro, bem como a evolução das relações econômicas e sociais resultantes do processo de globalização. Outrossim as relações humanas serão respaldadas pela análise de autores da Sociologia, Filosofia e Antropologia. Santos (2001, 2008, 2010), Almeida (2012), Borba (2013) serão os autores que nortearam as discussões apresentadas neste trabalho.

A construção do território fronteiro

Visualizar a fronteira apenas como limite pré-definido entre duas os mais Nações, omite informações essenciais para a compreensão da formação deste espaço, com características peculiares, relacionadas a ocupação humana e conseqüente transformação imposta pela modificação do ambiente. Como bem destaca Sena (2012) ao afirmar que a ideia de territorialização está relacionada a transformação de um determinado espaço em território, e o que nem sempre está relacionado aos limites históricos definidos, pois é preciso considerar que a ocupação e movimentação humana realizada na formação do território fronteiro segue uma dinâmica diferenciada. Influenciada por diversos fatores, sejam eles, sociais, econômicos ou culturais.

Pesquisas revelam as diferentes definições de território oriundas das observações de renomados estudiosos da área. Sintetizando as diversas linhas de pensamento relacionadas. Segundo Le Berre (1999 apud ALMEIDA, 1992, p. 104):

... que o território possui uma dupla filiação, a clássica proveniente do domínio jurídico, centrado no limite geográfico, definido, estático, e a mais moderna resultante da aproximação da Geografia com a Antropologia, a Filosofia e a Sociologia.

Esse contexto que remete ao espaço em transformação para definir território, ou seja, a localidade modificada pela ação humana, com suas crenças, necessidades e particularidades.

Dessa maneira, pensar território significa pensar no espaço em transformação, resultado da interação do indivíduo com o ambiente, que incorpora a característica do habitante, com particularidades culturais, econômicas e sociais – uma identidade delimitada.

Percebe-se o delineamento de identidade territorial é o que acaba por definir a fronteira. Fronteira esta, na maioria das vezes, distinta da fronteira jurídica, determinada por limites geográficos e políticos. Fronteira real e fria apresentada com limites entre países, demarcação de propriedade territorial. O dinamismo dessa ocupação, efetivada pela ação humana, é o que caracteriza a definição de homens-fronteira, papel exercido pelo ser humano que viaja de acordo com as suas necessidades, pelos continentes, definindo nestes locais, modo de agir e conviver particulares que acabam por caracterizar a região. É o homem que conduz o dinamismo de sua fronteira. No espaço em que vai construindo o território, com características específicas, vai se construindo a fronteira, que muitas vezes perpassa os limites territoriais previamente definidos por condições históricas e políticas. Esse processo pode ser definido como processo de fronteirização, responsável pela integração territorial.

Que desenvolve baseada em três variáveis, a saber, localização geográfica, proximidade urbana e nível de contato. A localização geográfica aponta que a ocupação territorial mais próxima da linha divisória entre países, permite a aproximação entre os povos, promovendo o contato que irá caracterizar a região, com traçados da mescla entre os povos que estiverem ocupando o espaço. Já na variável proximidade urbana, pode-se entender que as características ficam bem definidas quanto mais próximo o indivíduo estiver da realidade urbana. O homem-

fronteira ao definir o seu limite humano, apresenta característica de sua formação, que ficam evidentes quanto maior for a proximidade do ambiente habitado. E por último o nível de contato, que é mantido entre a população do território fronteiriço e vai definindo particularidades da população.

Convém destacar que esta identidade territorial está intrinsecamente vinculada a uma relação de poder. Para que uma característica seja aceita como base de uma comunidade, se faz necessário que haja o poder exercido por quem de direito. Sendo assim, a construção do território depende de uma relação de poder esta, só existe se há trabalho e, conseqüentemente emprego. Pois através do trabalho, que permite a existência da relação de oferta e procura, haverá a figura do detentor de poder, aquele que oferta o trabalho e do empregado que oferece a mão-de-obra.

Entretanto, percebe-se que no século XIX, Brasil e Bolívia não conseguiam povoar, conhecer e muito menos controlar suas áreas fronteiriças (SENA, 2012). A identidade territorial ainda não estava definida, os povos habitantes daquela região não se reconheciam como brasileiros ou bolivianos. E os Estados não tinham o poder para gerenciar determinada situação. A característica local começa a ser definida pela ocupação do espaço. Este “poder” começava a ser exercido pelo homem que ocupava a região (homem-fronteira) e, através das relações ali estabelecidas, passou a criar as condições necessárias para definir a região.

Relações estas baseadas nas necessidades e demandas dos grupos que passaram a ocupar o espaço. Inicialmente, como meio de subsistência, os habitantes da região fronteiriça, mantém uma relação de comércio pautada em produções artesanais. A ocupação da região de fronteira Corumbá – Puerto Quijarro, regiões afastadas dos centros urbanos de ambos os países, é motivada pelo acesso a rede de serviços acessíveis nos dois municípios. As pessoas são atraídas pela menor distância entre as fronteiras, que permite usufruírem de serviços nos setores de comércio, saúde e educação com certa agilidade em se comparando com os serviços prestados nos centros urbanos dos respectivos países. Como o movimento de globalização a região assume característica de corredor de exportação de ambos os países. Processo que modifica a relação transfronteiriça de comercialização. Onde surgem produtos diversificados com valores comerciais praticados segundo a tributação local. A oferta e procura, antes pautada em produtos do artesanato local, agora concorre com produtos solicitados pelo mercado global. Dentre as

necessidades apontadas, especificamente na região objeto deste estudo, vinculam-se a produtos eletroeletrônicos. Produtos estes, originários do continente asiático, que comumente chegam a região a preços mais acessíveis.

No entanto, a comercialização deste tipo de mercadoria, exige, em contrapartida, que haja localmente assistência técnica disponível para atender a tal particularidade. E neste sentido, ocorre a atração de pessoas para a fronteira que, tenham conhecimento prático da manutenção desses equipamentos e começam a atuar no setor. Detentores do saber prático e, na maioria das vezes, desprovidos de certificação e qualificação técnica, estes profissionais ficam vulneráveis às oscilações de mercado, e as ofertas de empregadores que os contratam sem os devidos encargos. O que os leva a realizar os trabalhos na ilegalidade em ambos os lados da fronteira.

É neste cenário que se enquadra a proposta deste trabalho, apresentar a viabilidade de capacitação profissional para que ocorra o desenvolvimento humano e consequente desenvolvimento econômico da região.

Qualificação profissional o caminho para o desenvolvimento?

Pensar em desenvolvimento regional significa apontar diretrizes a serem seguidas pela comunidade que promovam o crescimento econômico e social da região. A princípio o gestor público precisa conhecer a realidade local e criar estratégias que envolvam os habitantes na promoção do bem-estar social. Onde todos os setores devem ser atendidos, educação, saúde, lazer, entre outros.

No tocante ao desenvolvimento econômico é essencial o cuidado com o setor de geração de empregos. E para isso, é necessário que as políticas públicas entendam o comportamento do mercado de trabalho, verificando quais as necessidades regionais, o potencial produtivo da região, os índices de emprego e desemprego, a escolaridade daquela população, fatores que analisados em conjunto poderão indicar os rumos a serem seguidos pelo gestor no intuito de promover o desenvolvimento regional.

O intuito deste artigo é apresentar a qualificação profissional como uma ação que contribuirá para o desenvolvimento regional da fronteira Brasil-Bolívia. MOMM (2004), destaca que a busca de qualificação profissional deve

estar alinhada com a oferta de cursos de qualificação que atendam às necessidades dos trabalhadores e estejam vinculados a políticas públicas que garantam a absorção desta mão- de- obra.

Entendendo-se que na região de fronteira, objeto de estudo deste artigo, existe a prática de determinados serviços sem a devida organização. Organização esta, relacionada a uma linha de produção para a prestação de serviço, com o traçado da demanda local, infraestrutura, encargos de instalação e manutenção, além de treinamento técnico específico para otimizar o serviço, promovendo a geração de renda. Situação gerada em decorrência da falta de orientação aos profissionais. Visualiza-se aqui uma alternativa, a qualificação profissional para estes trabalhadores através da oferta de cursos técnicos profissionalizantes. Cursos estes que se caracterizam pela de curta duração e rápido preparo técnico.

Contando com academias situadas na região que já possuem experiência neste tipo de oferta, em particular, o Instituto Federal de Ciência, Tecnologia e Educação. Instituição que na sua dinâmica funcional atua oferecendo, dentre outros, cursos de curta duração mediante solicitações dos órgãos públicos locais. Na cidade de Corumbá foi instalado em 2011 o Instituto Federal de Ciência, Tecnologia e Educação e desde então, atua na qualificação profissional e preparação de mão de obra para atender o mercado brasileiro e boliviano.

A trajetória do ensino técnico no Brasil

A Educação Profissional e Tecnológica tem como mola propulsora a implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IF. Com a publicação da Lei nº 11 892 de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação, Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Destes há aqueles oriundos de modificações estruturais ocorridas nas Escolas Técnicas Federais, e outros na sua grande maioria, criados com uma ideologia inovadora voltada para o setor de Tecnologia.

Concebidos em uma estrutura que contempla Ensino Médio Integrado, Ensino Superior com graduações e licenciaturas, podendo oferecer especialização, mestrado profissional e doutorado.

Os 38 Institutos Federais espalhados pelo país, permitem ao jovem brasileiro acesso a educação técnica e profissional de qualidade, promovendo o desenvolvimento local através da análise da demanda regional e consequente oferta de cursos que atendam a essa necessidade. O que constitui um dos pilares da missão dessa Instituição, a intervenção na realidade local com intuito de promover o desenvolvimento regional. Como destaca o inciso 1, parágrafo 1, do capítulo I do Estatuto do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul:

O Instituto Federal é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi e descentralizada, especializada na oferta educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica, nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

Tem como uma de suas finalidades - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais. Permitindo uma formação que não seja somente teórica, mas que faça a junção entre o saber acadêmico e a prática profissional. Fazendo com que o profissional egresso desta Academia consiga atuar de maneira que promova a transformação da realidade local - contribuindo desta forma para o desenvolvimento regional.

Neste contexto é preciso que haja um estudo das particularidades territoriais, como potencial de desenvolvimento, relações de trabalho, potencial ambiental, rede de escoamento entre outros, para que se possa ofertar cursos que vão ao encontro das necessidades locais.

Na fronteira Brasil-Bolívia, não existe um marco regulatório único para tratar destas relações transfronteiras. Percebe-se uma rotina de trabalhadores ilegais envolvidos em atividades de baixa qualificação. O que favorece o uso abusivo de mão-de-obra praticado por autoridades e empresários ambos os lados da fronteira. Fica então evidente a necessidade de criação de políticas de qualificação técnica e profissional que possa garantir aos trabalhadores da região de fronteira acesso ao emprego. Permitindo desta forma, que o trabalhador da região de fronteira tenha atue sob as mesmas condições proporcionada aos profissionais de outras regiões. Gerando mão-de-obra qualificada que colaborará para o desenvolvimento local.

Com isso, esta pesquisa procura fornecer subsídios que para sustentem a ampliação da atuação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no

que se refere a formação de mão-de-obra qualificada para atender às necessidades locais. A Instituição que já atua na implementação de cursos profissionalizantes na região, precisa aumentar a sua área de abrangência, de modo a capacitar jovens estudantes para atender as demandas de fronteira.

Atualmente o Instituto Federal se encontra em fase ampliação da oferta de cursos de curta duração que atendem as solicitações dos gestores locais. Podemos citar Cursos na área de Manutenção e Suporte de Computadores, Desenvolvimento Web, Solda, Higiene e Segurança do Trabalho, Espanhol e Inglês, Agente Cultural entre outros. Que atendem a solicitação de entidades como a Prefeitura Municipal de Corumbá (Secretarias de Educação, Turismo e Meio Ambiente), Prefeitura de Ladário, Marinha do Brasil, Polícia Militar, Moinho Cultural.

Os cursos de curta duração, denominados cursos FIC (Formação Inicial e Continuada - FIC) se justificam a partir de informações do pelo fato de que, segundo o IBGE de que, a população estimada para o município de Corumbá é de cerca de 109 mil habitantes. Fazendo fronteira com a Bolívia, e uma conurbação com a cidade de Ladário e também com as cidades bolivianas de Puerto Quijarro e Puerto Suarez. Tal característica faz com que o contingente urbano se eleve para cerca de 150 mil pessoas, dos quais muitos bolivianos cruzam a fronteira para estudar e trabalhar no Brasil. Da mesma forma, que jovens brasileiros atravessam a fronteira em busca de trabalho e estudos.

Entendendo a noção de fronteira para além do espaço geográfico, ressalta-se a importância de uma proposta de qualificação que possa atender ambos os países, com vistas a promoção do desenvolvimento econômico e social da região fronteiriça.

É preciso estudar qual a demanda local das cidades fronteiriças Corumbá e Porto Quijarro, elaborar termos de cooperação mútua internacional entre os países envolvidos para estabelecer a formas de ingresso do aluno e como os modelos de acordos vigentes em outras fronteiras do país estão elaborados. Para que se possa implementar um projeto que atenda as reais necessidades da região, no que se refere a formação de mão-de-obra qualificada.

Considerações finais

Este artigo apresentou resultados de uma pesquisa cujo intuito era de apontar a necessidade de qualificação da mão-de-obra disponível na região fronteira como contribuição ao desenvolvimento econômico local. Entendendo-se que as inúmeras transformações decorrentes do processo de globalização exigem que o profissional adquira habilidades para se enquadrar em um mercado cada vez mais competitivo. Outrossim, vislumbra-se a necessidade de iniciativas público-privadas para capacitar estes profissionais com políticas de capacitação profissional e treinamento empresarial.

O estudo permitiu identificar que uma diretriz viável a ser seguida será a atuação das academias presentes na região, que podem oferecer capacitação aos profissionais de ambos os países situados na faixa de fronteira Brasil-Bolívia. Especificamente o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia que já possui experiência na oferta de cursos de qualificação profissional de curta duração. Com atuação no país na oferta de cursos de acordo com a demanda local.

Desta forma, ao final deste estudo, fica delineado um caminho a ser percorrido para contribuir com o desenvolvimento local, no que tange a qualificação de pessoal. Investimento em cursos de curta duração, permitindo que o trabalhador da fronteira que já atua na clandestinidade possa oferecer serviço regularizado, e contribuir para o desenvolvimento da região.

Referências

- ALBUQUERQUE, J. L. C. **A dinâmica das Fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai.** São Paulo. Annablume. 2010.
- ALMEIDA, M. G. Mesa Redonda Território e Identidade. **IV Simpósio Nacional sobre Espaço e Cultura**, 27 de outubro de 2004. NEPEC – UERJ.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Programa escolas bilíngues de fronteira.** Brasília, 2008.
- FONT, J. N. ; RUFÍ, J. V. **Geopolítica, identidade e globalização.** São Paulo. Annablume. 2006.
- HARTOG, F. **Memórias de Ulisses: narrativas sobre a fronteira na Grécia antiga.** Belo Horizonte. Editora UFMG, 2004.
- IFMS. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul. **Estatuto.** Campo Grande, 2008.

LE BERRE, M. Territoires. In: BAILLY, A. FERRAS, R. PUMAIN, D.(dir). **Encyclopédie de Géographie**. Paris: Economica, 1999, pp. 617- 638.

MOMM, L. **Mercado de trabalho**: oferta e Demanda de oportunidades via internet, uma nova tendência. Estudo de caso no banco nacional de empregos – BNE. Florianópolis. 2004.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização*. São Paulo. Record. 2001.

SINGER, P. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativa. São Paulo. Contexto. 1999.

DINÂMICAS SOCIOAMBIENTAIS NA FAIXA DE FRONTEIRA DO ESTADO DO PARÁ: O CASO DO MUNICÍPIO DE ALMEIRIM

Social and Environmental Dynamics in the Border Strip of the State of Pará: the Case of the Municipality of Almeirim

Andréa dos Santos COELHO*

Marcia Nazaré Rodrigues BARROS**

José Roberto Pereira DAMASCENO***

Resumo: A implantação do Projeto Jari no Vale do Jari, onde se localiza o município de Almeirim, foi responsável pela alteração do padrão de organização local, originando diversos problemas socioambientais. Esse trabalho objetiva contribuir para o entendimento da atual dinâmica municipal, através de informações sobre o uso da terra e ordenamento do território. Como resultados observamos que dentro da base produtiva, a mineração é a atividade mais importante para a economia municipal; os conflitos fundiários se acirraram com a exploração madeireira, em área de floresta nativa pelo Grupo Jari e as áreas protegidas sofrem com a pressão sobre seus recursos naturais.

Palavras-chave: Faixa de fronteira, Uso da terra, Ordenamento do território.

Abstract: The implantation of the Jari Project in the Jari Valley, where is located the municipality of Almeirim, was the main responsible for the change in the local organization pattern, causing several socio-environmental problems. This work aims to contribute to the understanding of the current municipal dynamics, through information on land use and land use planning. As results, they observe that within the productive base mining is the more important activity for the municipal economy; Land conflicts escalated with logging in the native forest area by the Jari Group; protected areas suffer from pressure on their natural resources.

Key words: Border Strip, Land Use, Land Use Planning

Introdução

* Graduação em Geografia, Mestre em Ciências Ambientais. Atualmente é especialista em geoprocessamento e desenvolve suas atividades no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE/Centro Regional da Amazônia. E-mail andrea_geoambiente@hotmail.com

** Engenheira Florestal, mestre em Ciências Florestais Atua como especialista em geoprocessamento pleno pela Fundação de Ciência, aplicações e tecnologias espaciais no Projeto de Monitoramento de Uso e Cobertura da Terra na Amazônia Legal executado no Centro Regional da Amazônia - projeto TerraClass. E-mail nmbarros@hotmail.com

*** Possui especialização em Gestão Estratégica; Especialização em Gestão Estratégica e Defesa Social; Especialização em Defesa Social e Cidadania pelo Instituto de Ensino de Segurança do Pará (IESP); Bacharel em Direito; Graduação Tecnológica em processamento de dados. E-mail roberto.pmil@gmail.com

A intervenção do governo federal na Amazônia a partir de meados do século XX foi responsável pela redefinição da configuração geopolítica, econômica e social da região, estimulada pela necessidade de incorporá-la ao projeto desenvolvimentista implantado no país pelo regime militar. Por outro lado, existiam também questões ligadas a soberania nacional ameaçada pela presença de “vazios demográficos”, o que fundamentou a elaboração de um Plano de Desenvolvimento orientado para garantir a segurança das fronteiras através do seu povoamento e, assim, reduzir tensões locais e eliminar as influências “além fronteiras” (MELLO, 2006; BECKER, 2015).

A integração física da região aos centros econômicos dinâmicos do país se deu com o início da abertura de eixos rodoviários, a partir da década de 1950, o que permitiu a intensificação da penetração de frentes pioneiras na Amazônia, agora não mais formadas apenas por contingentes humanos oriundos da região nordeste, mas também de São Paulo e dos estados do Sul, o que deu origem a núcleos urbanos ao longo das estradas que passaram a cortar a densa floresta amazônica alterando o padrão de organização da vida das populações locais que, até então, se dava em função dos rios. Já nessa década, surgem os primeiros grandes projetos agrominerais no Pará e atual estado do Amapá (CARDOSO & MULLER, 2008; MELLO, 2006; GONÇALVES, 2001).

É dentro desse contexto que se encontra o município de Almeirim, um dos cinco municípios que fazem parte da Faixa de Fronteira do estado do Pará, que se originou às margens do Rio Amazonas – aspecto responsável pela ocupação, forma de reprodução das populações locais, circulação e controle dos recursos contidos no território com base em uma economia eminentemente extrativista.

O município passou por profundas transformações em decorrência da reorganização do espaço amazônico, agora incorporado à dinâmica capitalista, intensamente internacionalizado e descolado dos aspectos culturais e ecológicos regionais. Essa transformação se materializou com a instalação do Projeto Jari, que se constituía em um complexo agroindustrial com destaque para a produção de celulose em larga escala, cultivo de arroz, criação de gado e exploração mineral de caulim e bauxita (GONÇALVES, 2001; CAMARGO, 2015).

A implantação desse projeto desencadeou deslocamento de populações, desmatamento, proibição de atividades extrativistas em áreas historicamente de uso de comunidades, crescimento desordenado das áreas urbanas, etc., questões que

não foram sanadas até o presente momento, o que torna a condição desse município de fronteira ainda mais delicada no que se refere ao desenvolvimento local.

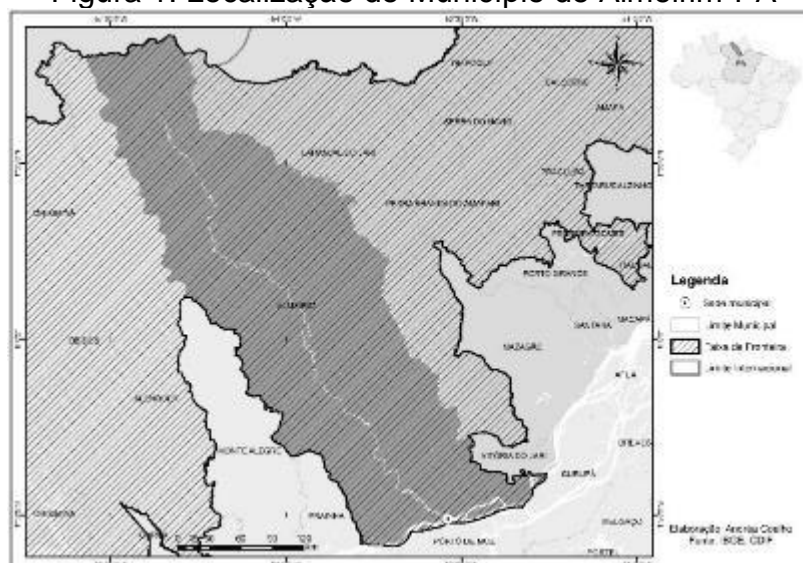
Recentemente, o município se viu envolvido na polêmica relacionada a extinção da Reserva Nacional do Cobre e Associados (RENCA), que foi criada em 1984 com a justificativa de que era necessário resguardar a soberania nacional frente aos interesses de multinacionais motivados pelo potencial mineral da região. Teme-se que a extinção da Reserva abra espaço para a implantação de Projetos que aumentem a pressão sobre os recursos naturais, ameacem as áreas protegidas da região, assim como as populações locais.

Assim, esse trabalho objetiva contribuir para o entendimento da dinâmica socioambiental do município de Almeirim, a partir da implantação do Projeto Jari, através de informações sobre o uso da terra e ordenamento do território.

Metodologia de trabalho

De acordo com a “Nova Base Territorial para o Programa Faixa de Fronteira, 2005”, o município de Almeirim no estado do Pará está situado no Arco Norte, sub-região Oiapoque - Tumucumaque, às margens do Rio Amazonas, com extensão territorial de 72.954,8 km² (8º maior em extensão na Amazônia Legal), e faz fronteira internacional com o Suriname (Figura 1).

Figura 1: Localização do Município de Almeirim-PA



Fonte: Coelho, et. al, 2017

No entanto, vale ressaltar que o município não possui integração com o país fronteiro, seja em decorrência da distância entre a linha de fronteira e as áreas povoadas do município, com a sede municipal a 550 km dessa linha, distância recoberta por áreas protegidas e de difícil acesso; seja pelo fato de que não há povoamento na área em questão. Esse tipo de interação transfronteiriça é classificada pelo Ministério da Integração (2010) como “Zona Tampão”.

A origem do município está relacionada à criação da Aldeia Paru pelos frades capuchos de Santo Antônio com a contribuição de grupos indígenas como os Aparaí, Waiãpi e Wayana. Tendo prosperado, foi construído um forte objetivando defender o território localizado na margem esquerda do Rio Amazonas, denominado forte do Paru, fato que contribuiu para o desenvolvimento da Aldeia (CAMARGO, 2015). Em 1758, foi elevado à categoria de Vila; em 1890, readquiriu categoria de Vila e também de município. Porém, em 1930 o então município foi extinto, sendo seu território anexado ao de Monte Alegre, desmembrado deste e reinstalado no mesmo ano (IBGE, 2016; AMORIM et. al, 2010).

Na elaboração deste trabalho foi feita a avaliação do uso e cobertura da terra utilizando dados vetoriais de uso e cobertura da terra do projeto TerraClass³⁷ (2016), referentes ao uso de 2014. A metodologia original do projeto apresenta 12 classes (Área Não Observada, Agricultura Anual, Área Urbana, Mineração, Mosaico de Ocupação, Outros, Pasto com Solo Exposto, Pasto Limpo, Pasto Sujo, Regeneração com Pasto, Vegetação Secundária, Desmatamento do Ano), no entanto, neste artigo o total dessas classes foram utilizadas somente para o cálculo do desmatamento, e analisadas apenas as classes Floresta, Pastagem (correspondente a um agrupamento das quatro classes originais de pasto), Vegetação Secundária, Mosaico de Ocupações, Reflorestamento e Mineração, em razão da relevância dessas classes no contexto do desmatamento no município.

Como subsídio às discussões sobre a mineração, foram utilizados dados de direitos minerários e do limite da Reserva Nacional do Cobre e Associados (RENCA), oriundos do Departamento Nacional de Pesquisas Minerárias (DNPM, 2017).

³⁷ Qualificação do desflorestamento da Amazônia legal, tendo por base as áreas desflorestadas mapeadas e publicadas pelo Projeto PRODES (Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite).

Sobre o ordenamento do território, os dados de unidades de conservação (UC), utilizados, são do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); limites de cadastros ambientais do [Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural](#) (SISCAR) e dados de terras indígenas (TI) da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

O banco de dados geográfico foi construído na plataforma ArcInfo 10.1, utilizando o Sistema de Coordenadas Geográficas Lat/Long, projeção SIRGAS 2000.

Também foi realizado levantamento bibliográfico com base em documentos oficiais; literatura científica, a partir da compilação de trabalhos publicados em revistas científicas, livros e sites especializados.

Almeirim no contexto dos grandes projetos da Amazônia

Segundo Gonçalves (2001), a política de intervenção na Amazônia pelos governos militares possuía cunho fundamentalmente geopolítico e se ancorava em dois instrumentos básicos: atrair capitais para investir na região e, para tanto, buscou meios para realizar as obras de infraestrutura necessárias para viabilizar o projeto de desenvolvimento, e atrair mão de obra que pudesse ocupar o “vazio demográfico” na região.

Posterior à realização das obras de infraestrutura nas áreas de comunicação, transporte e energia, que foram o foco até 1974, foi criado o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia), que previa a criação de "polos de desenvolvimento na Amazônia brasileira", com destaque para a produção mineral (MELLO, 2006).

No entanto, três grandes projetos já se materializavam na Calha Norte do estado do Pará desde a década de 1950: o projeto de exploração de manganês no atual estado do Amapá, realizado pela Empresa Sociedade Indústria e Comércio de Minérios Ltda. (ICOMI), instalado em 1954; o Projeto Trombetas de exploração de bauxita pela Empresa Mineração Rio do Norte S.A, constituída em 1967, no município de Oriximiná; e O Projeto Jari, do empresário americano Daniel Ludwig, implantado em 1967 no Vale do Rio Jari, onde se localiza Almeirim (GONÇALVES, 2001; MONTEIRO, 2005).

As atividades relacionadas ao Projeto Jari tiveram início a partir da aquisição da Empresa de Comércio e Navegação Jari Ltda., detentora de extensas propriedades na Amazônia, que passou por uma reestruturação dando origem à

holding Jari Florestal e Agropecuária Ltda., sendo formada por várias empresas de Ludwig na região. Esse complexo era gerenciado pela norte-americana *Universe Tankship Inc.*, que por sua vez passou a ser subordinada ao *Ludwig Institute for Cancer Research*, entidade de direito privado com sede na Suíça, a partir de 1979 (GREISSING, 2011).

Tratava-se de um complexo agroindustrial em que se produziria celulose em larga escala, voltado principalmente para a exportação; cultivo de arroz; criação de gado e exploração mineral de caulim e bauxita e, para tanto, uma rede de infraestruturas foi montada, que incluía ferrovias, rodovias, porto e vilas residências como o núcleo urbano de Monte Dourado. O Projeto foi idealizado para se tornar o maior produtor de arroz e celulose do mundo, e servir de modelo para o aproveitamento da Amazônia (CAMARGO, 2015).

A instalação do Projeto Jari atende ao chamamento do governo brasileiro, dentro do contexto da Operação Amazônia que objetivava ocupar, desenvolver e integrar a região à economia nacional, através de investimentos que se somassem ao capital nacional (CAMARGO, 2015).

O tamanho da área ocupada pelo Projeto Jari sempre foi incerto, pois as propriedades adquiridas pela holding não possuíam bases claramente legais que permitisse dimensioná-la. Até onde se sabe, o empresário conseguiu comprovar sua propriedade sobre cerca de um milhão e seiscentos mil hectares de terra, entre títulos de propriedade plena, títulos de aforamento e títulos de posse legitimáveis, no entanto, a área requerida por ele se estenderia por cerca de três milhões de hectares (GREISSING, 2011).

Não foram poucas as polêmicas que envolveram o Projeto, já desde a década de 1970, seja pelo favorecimento do poder público em benefício do Projeto, denúncias de más condições de trabalho na área do empreendimento, derrubada de grandes extensões de floresta nativa para o plantio de monocultivos, e a mais relevante delas, e que se refere à regularização fundiária da propriedade. Sobre isso, Camargo (2016, p.331) nos aponta que

Em resumo, podemos afirmar que há ilegalidades nos documentos de propriedade apresentados pela Jari Celulose, Papel e Embalagens S/A (a partir daqui, referida apenas como Jari), empresa que compõe o Grupo Orsa e que atualmente reivindica a propriedade do latifúndio.

O conflito estabelecido entre a empresa e o poder público levou à promoção de contestações da titularidade das terras, requeridas pelo empresário Daniel

Ludwig, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Grupo Executivo do Baixo Amazonas (Gebam), esse último subordinado ao Conselho de Segurança Nacional, que culminou com a proposta do Almirante Gama e Silva de que o governo federal reduzisse em 50% a área do Projeto.

Em razão das relações estremecidas com o governo brasileiro, consequente falta de apoio para ações de expansão do Projeto e os constantes déficits operacionais, já que as atividades lucrativas da empresa reduzidas à extração de caulim, ao cultivo de arroz e à produção de celulose apresentavam rendimentos inferiores aos que haviam sido inicialmente previstos, incompatíveis com os altos custos envolvidos na montagem e manutenção da infraestrutura construída, em 1980, Ludwig anunciou que estava considerando a possibilidade de parar as atividades do Projeto.

A saída para superar a crise em que o Projeto se encontrava foi repassar a empresa para um grupo de empresários nacionais, em que o líder desse grupo era o presidente da Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração (Caemi), Augusto Trajano de Azevedo Antunes. No entanto, em 1982 é anunciada a participação do Banco do Brasil no grupo de empresas, proposta justificada pelo governo brasileiro que dizia se tratar de “um projeto de boa qualidade e de grande futuro” (ANTUNES, 2013).

A partir de então, o governo passa a fazer parte do controle acionário preferencial, e precisou arcar com o custo de 180 milhões de dólares para garantir a viabilidade do empreendimento, a maior cota-parte entre os agentes econômicos envolvidos. Em 2000, com dívidas de 414 milhões de dólares, a empresa foi adquirida pelo Grupo Orsa, um conglomerado paulista do setor de papel e celulose, pela soma simbólica de 1 dólar, passando a se chamar Grupo Jari (CAMARGO, 2016).

Resultados

O município de Almeirim conta atualmente com uma população de 33.614 habitantes, em que 59,39% está concentrada na zona urbana (Figura 2) e 40,61 na zona rural, e sua densidade demográfica é de 0,46, concentradas principalmente nos distritos de Almeirim, Arumanduba e Monte Dourado (Censo, 2010).

Figura 2: Área urbana da Cidade de Almeirim



Fonte: 27ª CIPMF Almeirim – PA/PM/PA

No que se refere à realidade social do município, diretamente ligada às formas de uso da terra e ocupação humana, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) evoluiu positivamente entre os anos de 1991 quando era de 0,395; 0,526 em 2000 e 0,642 em 2010, índice considerado de médio desenvolvimento (IDH-M entre 0,600 e 0,699), o que o faz ocupar a 3254ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros (PNUD, 2013; IBGE, 2010).

O valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes na zona rural é de R\$ 170,00, enquanto que nos que estão na zona urbana é de R\$ 400,00, o que contribui para que 38,30% da população esteja na linha de pobreza, situação em que o indivíduo dispõe de até R\$ 140,00/mês para se manter, e 20,47% na linha da extrema pobreza, quando o valor é de até R\$ 70,00/mês. As médias nacionais para esses indicadores são de 15,20% de pobres e 6,62% de extremamente pobres (PNUD, 2013).

O quadro de vulnerabilidade social em que vive a população de Almeirim desencadeia outro problema, comum aos municípios amazônicos, que é o elevado índice de violência traduzido em homicídios e lesões corporais de natureza grave por conta do uso de armas brancas; homicídios envolvendo disputa por áreas de exploração de castanha; aumento na quantidade de roubos e furtos, geralmente cometidos por menores; tráfico de drogas e porte ilegal de arma de fogo (Figura 3) (NASCIMENTO, 2017).

Figura 3: Autuações policiais no Município de Almeirim



Fonte: 27ª CIPMF Almeirim – PA/PM/PA

Esse quadro é agravado pela dificuldade de acesso à grande parte do município, em razão da sua extensão territorial; pelo fato de que parte da população rural habita áreas isoladas ao longo da sua emaranhada rede hidrográfica (Figura 4); pelo pequeno efetivo policial; pelas ausências de servidor administrativo; Centro de Perícia Científica, Instituto Médico Legal; Corpo de Bombeiros Militar e DETRAN na Sede do Município; e de Serviço de Inteligência da Polícia Militar (NASCIMENTO, 2017).

Figura 4: Ação policial por via fluvial

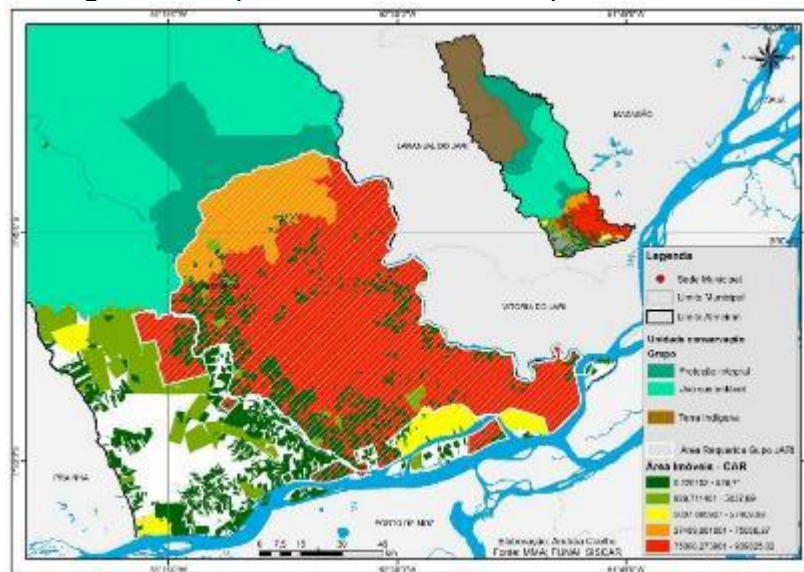


Fonte: 27ª CIPMF Almeirim – PA/PM/PA

Parte da violência vivenciada no município de Almeirim é oriunda dos conflitos fundiários herdados da implantação do Projeto Jari, e que envolve cerca de 10 mil agricultores e 98 comunidades tradicionais presentes na área requerida pelo Grupo (MPE, 2013).

A denominada Gleba Jari, em nome da Jari Celulose, Papel e Embalagens S/A., cadastrada em um único imóvel no sistema declaratório do Cadastro Ambiental Rural (SISCAR), abrange uma área de 9.047 km², o que equivale a 12,47% do território municipal e 60% (15.000 km²) dele fora de áreas protegidas (UC e TI) (Figura 5).

Figura 5: Mapa fundiário do município de Almeirim



Fonte: Coelho, et al., 2017

Apesar da aparente situação regular do imóvel no órgão ambiental, o mesmo não se aplica a questão fundiária. Segundo Camargo (2016, p.333)

[...] a área reivindicada pela Jari é composta de mais de uma centena de matrículas que tiveram origem nos mais diferentes tipos de documentos, que vão desde propriedades registradas a aforamentos, passando por títulos de posse e até os referidos registros Torrens. Além disso, entre esses diferentes tipos há os regularizados, os legitimáveis e os que apresentam vícios que põem em dúvida sua legalidade.

O grande número de sobreposições de Cadastros Ambientais Rurais (CAR) na área reivindicada pela empresa também indica o grau de complexidade que envolve o caso.

No mais, além dos conflitos gerados diretamente em razão da questão fundiária, há os conflitos relacionados com as comunidades em função da exploração florestal realizada pelo Grupo ORSA, na área em que a empresa entende ser reserva legal de floresta, mas que se sobrepõe às áreas em que comunidades locais vivem, inviabilizando o livre acesso aos recursos naturais necessários à subsistência das famílias de agricultores e extrativistas, conforme Ofício nº 238 do MPE (2014).

Muitos dos conflitos entre a empresa e as comunidades envolvendo o uso da terra tiveram início no passado quando muitas áreas de castanhais, de onde vinha parte da subsistência das comunidades, foram desmatadas para dar lugar a monocultura do eucalipto. Na atualidade, as atividades do Grupo Jari se voltaram para áreas de floresta nativa, através da exploração seletiva de madeira, o que

gerou ainda mais disputas entre os atores envolvidos, agravado pela política da empresa de usar segurança privada armada, impedindo a permanência de agricultores nas áreas em disputa (FARIAS & CARVALHO, 2017).

Uso e cobertura da terra

A base da economia de Almeirim é majoritariamente industrial, como se vê pela distribuição dos setores que compõem o Produto Interno Bruto do município. Assim, considerando o valor adicionado bruto a preços correntes, o setor Industrial (indústria de celulose e transformação), representava 30% do PIB municipal em 2014, que era de 540.060 milhões de Reais.

Em seguida destaca-se o setor da administração, saúde e educação públicas e seguridade social, com valor adicionado de 22%. A agropecuária respondia por 15% do PIB do município. Embora a participação de base agrícola seja menos significativa no PIB, a produção agropecuária é importante para a subsistência das populações rurais do município.

Essa distribuição dos setores que compõem o PIB pode ser identificada nos tipos de uso da terra identificados no mapeamento do Projeto TerraClass, em uma área de 72.915,40 km² (Tabela 01).

Tabela 1. Uso e Cobertura da Terra no Município de Almeirim - 2014

Classes	Área (Km ²)
Área Urbana	11,30
Desflorestamento 2014	10,00
Floresta	67.378
Mineração	4,06
Mosaico de ocupações	74,05
Pastagens	529,34
Reflorestamento	566,56
Vegetação secundária	494,03
Outras classes	3.847,80
Total Geral	72.915,40

Fonte: adaptado de TerraClass, 2016

A classe Floresta é a mais expressiva com área de 67.378 km², o que equivale a 92,41 % do território, sendo 79,10 % distribuída em 33.718 km² de área recoberta por unidades de conservação e 23.708 km² por terras indígenas. Essa classe de cobertura está relacionada à uma das principais atividades econômicas da região, o extrativismo vegetal, em que são explorados a madeira em tora e produção

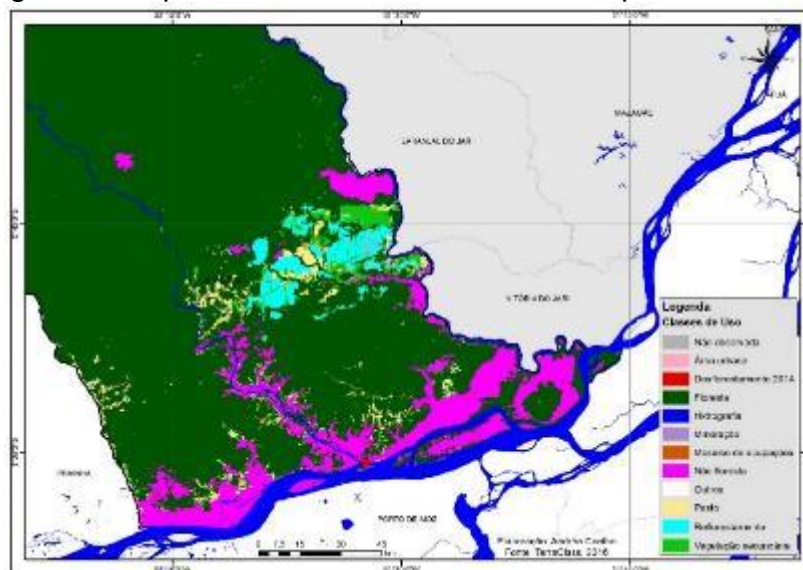
de lenha, borracha (*Hevea brasiliensis*) e da castanha-do-pará (*Bertholettia excelsa*), no entanto, a rentabilidade do setor é baixa, o que demonstra o baixo valor atribuído aos produtos da floresta em pé (MIN, 2010).

A classe “Outras classes”, refere-se às classes “Não floresta” (grupos vegetacionais não florestais), Hidrografia e Área não observada, e equivale a 3.847,80 km², 5,28% da área do município.

Segundo dados do Projeto, até o ano de 2014 foram desmatados 1.689,59 km², o que equivale a 2,31 % do território municipal, e as classes de uso da terra mapeados segue a seguinte distribuição (figura 6).

A classe reflorestamento refere-se a área plantada de eucalipto para a indústria de celulose dos grupos Orsa Florestal e Jarí Celulose, e ocupa uma área de 566,56 km², o que equivale a 33,54% do total desmatado analisado.

Figura 6: Mapa de uso e cobertura do município de Almeirim



Fonte: Coelho, et al., 2017

As pastagens ocupavam 529,34 km² da área desmatada no município, o que representa 31,33% do total desmatado até 2014. O destaque é para o rebanho bubalino, 5º maior do estado, com 30.248 cabeças (IBGE, 2015).

A vegetação secundária, que abrange áreas onde após corte raso houve regeneração da vegetação com espécies arbóreas e arbustivas, podendo estar associadas às áreas de agricultura perene com espécies nativas e/ou exóticas ou silvicultura, equivale a 494,03 km² do município, 29,24% do total desmatado sendo 85,75 km² em áreas protegidas (ALMEIDA et al., 2016).

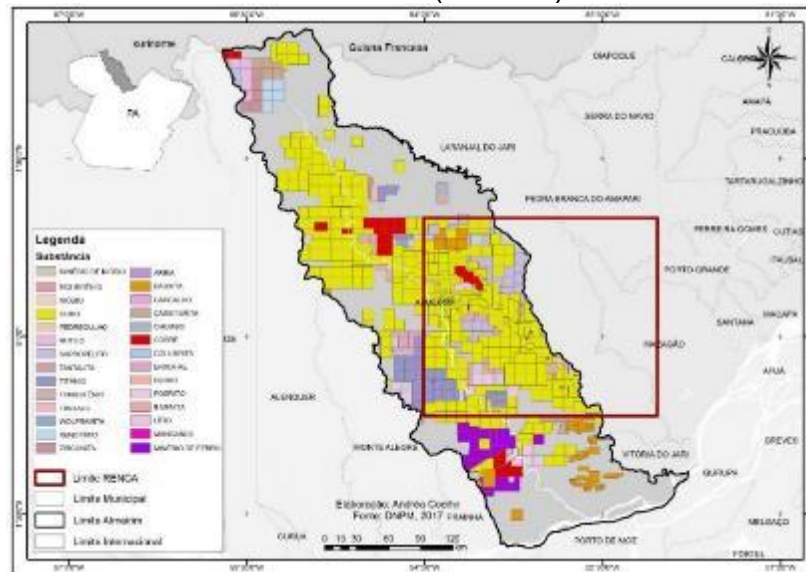
O mosaico de ocupações recobre 74,05 km² de áreas representadas por uma associação de diversas modalidades de uso da terra bem como agricultura familiar, realizada de forma conjugada ao subsistema de pastagens, mais especificamente representando as comunidades rurais e assentamentos, que realizam atividades de subsistência (TerraClass, 2013).

A classe mineração ocupa 4,06 km² de áreas desmatadas dentro de unidades de conservação, 1,67 km² na área de Proteção integral REBIO Maicuru e 2,38 na área de uso sustentável Floresta estadual do Paru. Essa classe, apesar de não ter grande expressão espacial no mapa de uso e cobertura, é a atividade mais relevante para a economia do município, como indica a composição do PIB.

A atividade minerária em Almeirim teve início em 1977, no contexto do Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia), e refere-se à exploração de Caulim através da Caulim da Amazônia - Cadam. Sobre a operação do empreendimento, a lavra é realizada no Morro do Felipe localizado na margem esquerda do Rio Jari, no Município de Laranjal do Jari (AP); e na Vila de Munguba, no município de Almeirim, encontram-se o porto para escoamento da produção e uma fábrica de beneficiamento do minério (MONTEIRO, 2005).

Almeirim possui grande potencial mineral o que pode ser atestado pela quantidade de direitos minerários (DM) administrados pelo Departamento Nacional de Pesquisas Minerais (DNPM, 2017). São 861 DM, sendo os mais antigos de 1971, e envolvem 90 empresas. As substâncias pesquisadas são principalmente o ouro, ferro, bauxita, manganês, cobre, tungstênio, titânio, fosfato, cassiterita, enxofre (Figura 7). Destes, 534 DM fazem parte da Reserva Nacional do Cobre e Associados (RENCA), foco de polêmica em razão da sua extinção através do Decreto nº 9.142, de 22 de agosto de 2017.

Figura 7: Direitos Minerários no Município de Almeirim, com Destaque para a Reserva Nacional do Cobre e Associados (RENCA)



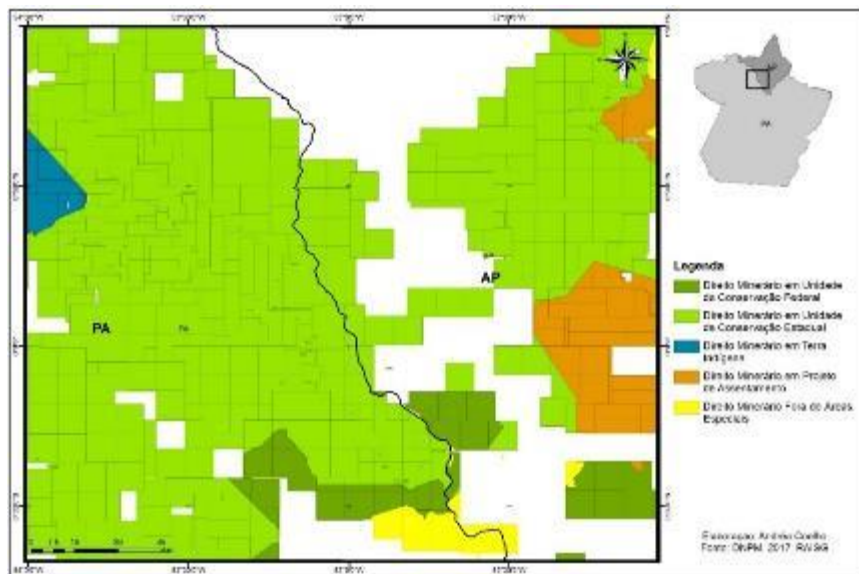
Fonte: Coelho et al, 2017

A RENCA é uma área de 46.450 km², criada pelo Decreto N^o 89.404, de 24 de fevereiro de 1984, que se localiza entre os paralelos 01^o00'00" de latitude norte e 00^o40'00" de latitude sul, e os meridianos 052^o02'00" e 054^o18'00" de longitude oeste, que abrange parte do município de Almeirim e de municípios do estado do Amapá.

A criação da RENCA foi motivada pelo cenário vigente à época, em que havia uma busca por minerais estratégicos, cuja produção exigiria salvaguardas para a soberania nacional, fato agravado pela possibilidade de desabastecimento de minerais, em escala mundial, o que levou à adoção de políticas dessa natureza (MME, 2017), além da questão geopolítica, considerando sua localização geográfica na Faixa de Fronteira, o que torna a questão da segurança fundamental para assegurar a soberania nacional (SCHERMA, 2015).

A principal questão levantada pelos que questionam o fim da Reserva refere-se ao fato de que os direitos minerários coincidiriam com áreas protegidas, como unidades de conservação e terras indígenas, o que de fato ocorre como demonstra a figura abaixo (Figura 8), em que é possível perceber que a maioria recai sobre unidades de conservação estaduais e, os demais, se distribuem por unidades de conservação federais, terras indígenas e projetos de assentamento.

Figura 8: Distribuição dos Direitos Minerais em Áreas Especiais na Reserva Nacional do Cobre e Associados



Fonte: Coelho et al, 2017

Com a repercussão negativa em torno da extinção da Reserva, o Governo reedita o Decreto que a extinguiu através do Decreto Nº 9.147, de 28 de agosto de 2017, a fim de deixar clara a posição de não liberar mineração dentro de áreas protegidas. Porém, analisando a figura 6, é possível perceber que os DM fora das áreas especiais se localizam ao sul da RENCA, muito próximos às UCs federais ou recaem sobre os Projetos de Assentamento Perimetral, Munguba, Pedra Branca e PA Agroextrativista Maracá, no estado do Amapá; fatos que não excluem os possíveis impactos ambientais e fundiários na região.

No mais, há um ponto importante a ser considerado, que é o fato da Reserva abranger partes de municípios que estão na Faixa de Fronteira da Amazônia Legal: Almeirim, Laranjal do Jari e Pedra Branca do Amapari no estado do Amapá, o que aumenta a complexidade da abertura da área para exploração mineral, haja vista que, toda e qualquer atividade econômica na FF requerer critérios e normas específicas, principalmente em se tratando de atividades envolvendo empresas multinacionais (BORBA,2013).

Ordenamento do território

O século XXI desponta com o grande desafio de conseguir elaborar e implementar um modelo de desenvolvimento para a Amazônia que dê conta de conciliar crescimento econômico, qualidade de vida e conservação do patrimônio

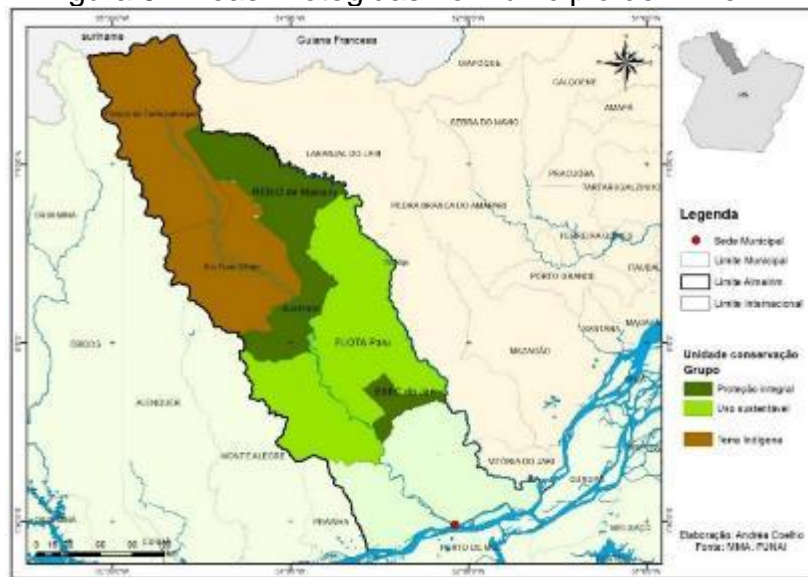
natural da região, considerando a sua importância estratégica para o Brasil e para o mundo em termos de regulação do clima e diversidade biológica, mas também pela oportunidade econômica que inclui os produtos florestais madeireiros e não madeireiros, grande potencial hidrelétrico e mineral (VERISSIMO et al, 2011).

Uma importante ação para se alcançar esse fim é o ordenamento do território através da criação de Áreas Protegidas como Unidades de Conservação, Terras Indígenas e Terras Quilombolas, instrumentos de contenção do avanço do desmatamento e a conseqüente ameaça à integridade e manutenção dos ecossistemas.

O município de Almeirim possui um exuberante patrimônio natural, que se encontra inteiramente dentro da Área de Endemismo Guiana, expresso no alto índice de biodiversidade e número de espécies endêmicas em suas reservas florestais (PERES et al., 2013) e, a exemplo dos demais municípios que fazem parte da Faixa de Fronteira do estado, possui grande parte do seu território recoberto por unidades de conservação e terras indígenas, que somam 57.949 km² de áreas protegidas, o que equivale a 79% da sua extensão territorial. Essas áreas protegidas (Figura 9).

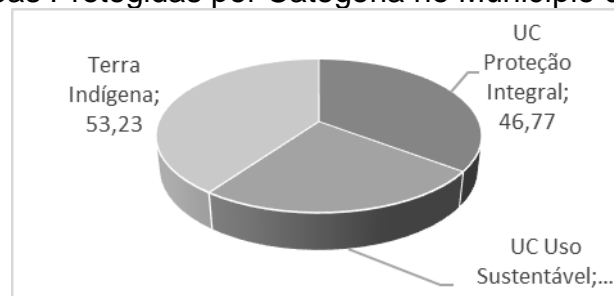
Essas áreas protegidas (AP) fazem parte do maior bloco contínuo de florestas tropicais protegidos do planeta, incluindo todas as AP da calha norte do Pará, as dos estados do Amazonas e Amapá, e da Guiana. São duas terras indígenas, TI Parque do Tumucumaque, que recobre integralmente o limite de fronteira entre Almeirim e o Suriname, e a TI Rio Paru D'Este, que juntas ocupam 23.843 km²; e quatro unidades de conservação, Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, Estação Ecológica do Jari e Reserva Biológica de Maicuru – da categoria Proteção Integral – e a Floresta Estadual do Paru, da categoria Uso sustentável, que ocupam 34.119 km² (Gráfico 1).

Figura 9: Áreas Protegidas no Município de Almeirim



Fonte: Coelho, et al, 2017

Gráfico 1: Áreas Protegidas por Categoria no Município de Almeirim (%)



Fonte: MMA; FUNAI

No entanto, a criação dessas APs na FF da Amazônia Legal desencadeia debates acalorados entre os que defendem esse tipo de ação, pautados na importância delas para a preservação da biodiversidade local e manutenção dos direitos de reprodução dos modos de vida das populações tradicionais e indígenas; os grupos ligados ao setor produtivo, que se sentem prejudicados pelo fato de que elas restringiriam o acesso à terra; e os responsáveis pela segurança das fronteiras, que acreditam que a presença dessas áreas torna a fronteira vulnerável e coloca em risco a soberania nacional (BORBA, 2013; ROMERO & LEITE, 210).

Apesar do grande mosaico de áreas protegidas na FF do município, os problemas envolvendo tráfico de animais, biopirataria, mineração ilegal (garimpo), contrabando de pedras e gemas – tanto dos países vizinhos em direção ao Brasil como o inverso – e o desmatamento, que já alcança uma área de 88 km² dentro das UCs, demonstram que algumas das graves ameaças encontradas nessa região,

estão atreladas a crimes ambientais decorrentes da exploração dos recursos naturais, mas também é comum o tráfico de drogas (BRASIL, 2004).

Portanto, melhorar a gestão dessas áreas protegidas, através da presença mais eficiente e constante dos órgãos ambientais e de segurança, é fundamental para garantir a integridade do patrimônio natural, assim como amenizará a ocorrência de ilícitos na região, que em função das características físicas e do ordenamento do território, se refletem com mais intensidade nas áreas urbanas do município, localizadas ao longo dos rios, que funcionam como “estradas” e conectores naturais entre as áreas de exploração ilegal e o mercado consumidor.

Considerações finais

O município de Almeirim, integrante da Faixa de Fronteira do estado do Pará, passou por profundas transformações do ponto de vista da organização do seu espaço a partir da implantação do Projeto Jari, que se traduziu em deslocamento de populações, desmatamento, conflitos entre a empresa e populações tradicionais e crescimento desordenado das áreas urbanas.

O Município possui 38,30% da população vivendo na linha da pobreza o que contrasta com a riqueza de seus ecossistemas florestais distribuídos em terras indígenas e unidades de conservação que recobrem 79% do território municipal. Essa vulnerabilidade social contribui para que o município conviva com índices de violência, especialmente em suas áreas urbanas, agravados pela insuficiência dos serviços públicos ofertados, além da dificuldade de acesso às áreas mais remotas do município.

Os conflitos fundiários tem sido um dos grandes desafios naquela região e envolvem o Grupo Jari – que reclama a propriedade de uma área de 9 mil quilômetros quadrados, equivalente a 60% do território municipal fora das áreas protegidas - e cerca de 10 mil agricultores e 98 comunidades. Esses conflitos se agravaram ainda mais quando a empresa passou a explorar madeira em áreas de floresta nativa e impediu o acesso das populações locais a essas áreas.

No que se refere à economia de Almeirim, a atividade minerária possui pouca expressão espacial no mapa de uso da terra, no entanto, é a mais importante da sua base econômica, e recentemente tem sido foco de discussões em virtude da extinção da Reserva Nacional do Cobre e Associados (RENCA) – área com grande

potencial mineral, principalmente de ouro –, pois possibilitaria a implantação de projetos com potencial para aumentar a pressão sobre os recursos naturais e estimular novos conflitos envolvendo as populações locais.

O ordenamento do território municipal resultou em 57.949 km² de áreas protegidas entre terras indígenas e unidades de conservação que, no entanto, não são suficientes para impedir o tráfico de animais, biopirataria e a mineração ilegal, o que demonstra a baixa capacidade de gestão nessas áreas, resultado da insuficiência da presença dos órgãos ambientais e de segurança na região.

O Município exemplifica a complexidade da Faixa de Fronteira da Amazônia Legal que, em decorrência das suas peculiaridades físicas, econômicas e culturais apresenta-se como um grande desafio no contexto geopolítico do país, embora esse desafio não se refira unicamente a questões de segurança nacional, mas principalmente o de garantir a conservação do seu patrimônio natural aliado ao desenvolvimento social das populações que nela vivem.

Referências

ALMEIDA, et al. High spatial resolution land use and land cover mapping of the Brazilian Legal Amazon in 2008 using Landsat-5/TM and MODIS data. **ACTA AMAZÔNICA**. Vol. 46(3) 2016: 291 – 302.

AMORIM, P. et. al. Diagnóstico Econômico-Ambiental do município de Almeirim, Pará. Instituto Florestal Tropical (IFT) e Instituto De Manejo E Certificação Florestal E Agrícola (IMAFLOA). Belém, 2010.

ANTUNES, A. **O minerador humanista**. Revista Ecológico. Belo Horizonte – MG, 2013.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Rio de Janeiro, PNUD, IPEA, Fundação João Pinheiro, 2013. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/home/>>. Acesso em: 06 set. 2017.

BECKER, B. K. Espaço e Desenvolvimento Desigual: uma percepção da década de 1970. In: VIEIRA, I. C. G. **As Amazônias: ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica**. v.1. 1ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2015. 520 p.

BORBA, W. **Fronteiras e Faixa de Fronteira: Expansionismo, Limites e Defesa**. História, Rio Grande, v. 4, n. 2: 59-78, 2013.

Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Disponível em: <<http://sigmine.dnpm.gov.br/webmap/>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

Instituto Chico Mendes de Biodiversidade da Amazônia. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/idadesdeconservacao/biomas-brasileiros>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/servicos/geoprocessamento>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). **TerraClass 2013**. Disponível em: <http://www.inpe.br/cra/projetos_pesquisas/dados_terraclass.php>. Acesso em 10 set. 2017.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Histórico do Município de Almeirim/PA**. 2016. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=150050&search=para_almeirim|infograficos;-historico/>. Acesso em: 02 ago. 2017.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=264529>>. Acesso em: 2 fev. 2016.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Produção Pecuária Municipal, 2015**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3939>>. Acesso em: 17 set. 2017.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. **Bases para uma Proposta de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira**. Brasília, DF, 2010.

BRASIL. Decreto nº 89.404, de 24 de fevereiro de 1984. Constitui Reserva Nacional de cobre e seus associados a área que menciona, no Estado do Pará e no Território Federal do Amapá, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF - Seção 1 - 28/2/1984, Página 2929

_____. Decreto nº 9.142, de 22 de agosto de 2017. Extingue a Reserva Nacional de Cobre e seus associados, constituída pelo Decreto nº 89.404, de 24 de fevereiro de 1984, localizada nos Estados do Pará e do Amapá. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF - Seção 1 – 23/08/2017, Página 13

_____. [Decreto Nº 9.147, de 28 de agosto de 2017](#). Revoga o Decreto nº 9.142, de 22 de agosto de 2017, que extinguiu a Reserva Nacional do Cobre e Seus Associados - Renca e extingue a Reserva Nacional do Cobre e Seus Associados - Renca para regulamentar a exploração mineral apenas na área onde não haja sobreposição com unidades de conservação, terras indígenas e faixa de fronteira. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF - Seção 1 – 28/08/2017, Página 1.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Sistema de Cadastro Ambiental Rural-SICAR. Disponível em: <<http://www.car.gov.br/publico/municipios/downloads>>. Acesso em: 10 set.2017

BRASIL. MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. Departamento Nacional de Produção Mineral. Disponível em: <<http://sigmine.dnpm.gov.br/webmap/>>. Acesso em: 10 set.2017.

BRASIL. Gabinete de Segurança Institucional; Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais. **SEMINÁRIO FAIXA DE FRONTEIRA: novos paradigmas**. Brasília, 2004. 108 p.

CAMARGO, M. L. G. da. **O Latifúndio do Projeto Jari e e Propriedade da Terra na Amazônia Brasileira**. 2015. 236 p. Tese (Doutorado em Geografia – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas). Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, São Paulo.

CAMARGO, M. M. **A certificação do latifúndio: considerações acerca do registro Torrens como blindagem da propriedade privada no caso das terras concentradas pelo Projeto Jari**. Geosp – Espaço e Tempo [online], v. 20, n. 2, p. 331, 333. 2016.

CARDOSO, F. H; MÜLLER, G. **Amazônia Expansão do Capitalismo** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 23 jun 2017.

FARIAS, M. C. F; CARVALHO, L. G. “Sou coletivo”: apontamentos preliminares sobre essa noção em um contexto de disputa territorial. In: V Encontro Nacional de Antropologia do Direito, V., 2017. São Paulo. Disponível em: <<http://www.enadir2017.sinteseeventos.com.br/arquivo/downloadpublic2?q=YTToyOntzOjY6InBhcmFtcyl7czozNDoiYToxOntzOjEwOiJjRjF9BUiFVSVZPIjtzOjM6IjIwNyI7fSI7czoxOiJoljtzOjMyOjI4OTJmMDA3ODBiOTg2NmE4ZGY1NjY3Yjg2NTA1M2M5NSI7fQ%3D%3D>>. Acesso em: 18 set. 2017.

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

GREISSING, Anna. **A Região do Jari, do Extrativismo ao Agronegócio: as contradições do desenvolvimento econômico na Amazônia florestal no exemplo do Projeto Jari**. Revista de Estudos Universitários da Universidade de Sorocaba, 2011, 36 (3), p.20-37.

MELLO, N. A. de. **Políticas territoriais na Amazônia**. 1ª Ed. São Paulo: AnnaBlume, 2006.

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. Procedimento administrativo n.1/2013. Belém: 2013. MONTEIRO, M. A. Mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. Estud. av. vol.19 no.53 São Paulo Jan./Apr. 2005.

NASCIMENTO, E. S. Almeirim no Contexto da Segurança Pública. 2017. Cap. Sub Cmt da 27ª CIPMF – PM/PA.

PARÁ. Ofício n. 238. Belém, PA: Ministério Público do Estado do Pará. Promotoria de Justiça de Santarém, 2014. Disponível em: <[file:///C:/Users/andrea.coelho/Desktop/Of%C3%ADcio_Analise_Sysflor_MPPA%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/andrea.coelho/Desktop/Of%C3%ADcio_Analise_Sysflor_MPPA%20(1).pdf)>. Acesso em: 14 set.2017.

ROMERO, E. C. O; LEITE, V. L. M. Terras indígenas: usufruto exclusivo e proteção do meio ambiente. Tellus, ano 10, n. 18, p. 139-160, jan./jun. 2010 Campo Grande – MS. Disponível em: <<http://tellus.ucdb.br/index.php/tellus/article/viewFile/203/235>>. Acesso em: 11 set.2017.

SCHERMA, M, A. **As Políticas Brasileiras para a Faixa de Fronteira: Um Olhar Partir das Relações Internacionais**. 2015. 272 p. Tese (Doutorado em Relações Internacionais – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas). Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Campinas, São Paulo.

VERISSIMO, A. et. al. **Áreas Protegidas na Amazônia Brasileira: avanços e desafios**. Imazon. Belém; Instituto Socioambiental. São Paulo, 2011.

DISPUTAS TERRITORIAIS E A FORMAÇÃO SÓCIOECONÔMICA DA REGIÃO FRONTEIRIÇA DO PAMPA GAÚCHO

*Disputas Territoriales y la Formación Socioeconómica de la Región Frontería del
Pampa Gaúcho*

Deivid Ilecki FORGIARINI*

Paulo CASSANEGO JR**

Resumo: A presente pesquisa debruça-se sobre a história das disputas territoriais entre Brasil e Uruguai e suas respectivas metrópoles coloniais, com destaque aos séculos XVIII e XIX com o objetivo de compreender a formação econômica da região do Pampa e Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul e norte do Uruguai. A metodologia usada foi de análise documental e bibliográfica de materiais brasileiros e uruguaios. A partir desse olhar histórico, analisa-se a formação socioeconômica da região, com atenção especial para a estruturação fundiária, no momento da dotação de terras por parte das Coroas Portuguesa e Espanhola.

Palavras-chave: Disputas territoriais, Fronteira, Pampa gaúcho, Estrutura Fundiária e Social.

Resumen: Esta investigación se centra en la historia de las disputas territoriales entre Brasil y Uruguay y sus respectivos poderes coloniales, especialmente los siglos XVIII y XIX. Desde esta mirada histórica, analiza la formación socioeconómica de la región, con especial atención a la estructura agraria en el momento de la asignación de tierras por las coronas portuguesa y española.

Palabras Clave: Disputas territoriales, frontera, pampa gaucho, estructura agraria y estructura social.

Introdução

O resgate histórico mostra-se uma importante ferramenta na busca pelo entendimento da dinâmica econômica da região da fronteira do Pampa Gaúcho (região que hoje corresponde a região do pampa e fronteira oeste do Rio Grande do Sul e o norte do Uruguai). Dessa forma, este trabalho busca estudar a formação socioeconômica da região a partir do olhar histórico e compreender melhor as ressonâncias dessa formação na conjuntura social da região. Como metodologia

* Bacharel em Administração e em Relações Internacionais, Mestre em Desenvolvimento Regional, Doutorando em Administração, Pesquisador do Núcleo de Pesquisa da ESCOOP – Faculdade de Tecnologia do Cooperativismo. Email: deividforgiarini@gmail.com.

** Bacharel, Mestre e Doutor em Administração, Professor da Universidade Federal do Pampa – Campus Santana do Livramento. Email: Paulo.cass@gmail.com.

para alcançar esse objetivo, o presente estudo apresenta uma pesquisa documental e bibliográfica, utilizando materiais de produção acadêmica, tanto brasileiros quanto uruguaios.

As Disputas Territoriais Entre Portugal e Espanha na Região do Pampa Gaúcho

Para entender as disputas territoriais entre Espanha e Portugal no continente americano, é necessário analisar fatos pertinentes a essas duas Metrôpoles. Um desses fatos, o mercantilismo, foi mais do que um sistema econômico e pode ser conceituado como:

... ideias e práticas econômicas, que durante três séculos, estiveram ligadas ao processo de transição do feudalismo ao capitalismo, e mais particularmente; aos problemas dos Estados Modernos, absolutistas, e à expansão comercial e colonial europeia (FALCON, 1994, p. 17).

O movimento de Portugal e Espanha nas grandes navegações deu-se pela necessidade de se descobrirem novas rotas para a busca de especiarias no Oriente, uma vez que a rota do Mar Vermelho já era dominada por mercadores italianos. Portugal já detinha um relativo conhecimento do mapa africano, pois já havia circundado a África, dobrando o Cabo da Boa Esperança em 1488 (PINTOS, 2008). Quanto à Espanha, ao tentar a circum-navegação, com o objetivo de encontrar uma nova rota de acesso às especiarias do oriente, encontrou as Américas (PACHECO & SANGUINETTI, 1985).

Em 1493, foi lançada a Bula do Papa Alexandre VI, tratando das divisões do mundo além-mar entre Portugal e Espanha, mas foi em 1494, com o Tratado de Tordesilhas, que a presença desses dois países ficou consolidada. Esse ato mostrou, desde o início destas relações de definições de territórios, a influência da igreja católica (PACHECO & SANGUINETTI, 1985).

O Tratado de Tordesilhas foi uma das primeiras vitórias da diplomacia portuguesa, que conseguiu avançar a linha divisória 300 léguas a oeste, dando possessões onde hoje é território do Brasil (PINTOS, 1990). Contudo, essa divisão carecia de um limite físico, já que o conhecimento do território era pequeno e os mapas eram facilmente alterados, abrindo espaço para contestações. Para Pintos (2008), logo depois da conquista do Brasil em 1500, Portugal percebeu a importância da Bacia do Prata e da ligação entre o litoral e o centro do território sul-

americano, especialmente depois das expedições de 1530. Mas, em 1580, a União Ibérica (que uniu, pela sucessão dinástica, Portugal e Espanha) consubstanciou-se mais pela absorção de Portugal do que, de fato, pela união entre as duas coroas. Assim, os portugueses pouco agiram nas terras brasileiras até a separação, em 1640.

Em 1676, a Igreja Católica criou o bispado do Rio de Janeiro, cujo limite territorial era o Rio da Prata (PINTOS, 2008). Apesar desse ato não ser legalmente reconhecido, considerando a influência histórica da Igreja nas relações entre Portugal e Espanha, essa postura já indicava a influência portuguesa nos territórios onde, hoje, encontra-se o Uruguai. Destaca-se, ainda, que, após o fim da União Ibérica (1640), os espanhóis desistiram dos Sete Povos das Missões³⁸, devido aos inúmeros ataques dos bandeirantes, deixando o gado solto que, com o passar do tempo, reproduziu-se livremente, resultando em um rebanho xucro vultoso, assim sendo denominado “Vacaria del Mar”, o que se tornaria uma das bases econômicas pela disputa do solo gaúcho (PESAVENTO, 1985).

Com o abandono espanhol – acreditando ser o Rio da Prata o limite geográfico de suas possessões na América – Portugal, em 1679, adentrou territórios espanhóis e, em janeiro de 1680, começou a construção da fortificação da Colônia de Sacramento, palco de disputas entre Portugal e Espanha (PINTOS, 2008). O Rio da Prata era uma via de acesso ao centro do território sul-americano. Portugal buscava maiores quantidades de metais preciosos, uma vez que vinha perdendo terras na Ásia para as novas potências marítimas e estava sofrendo com um grande dote dado para o casamento entre Catarina de Bragança e Carlos II da Inglaterra. A Espanha encontrava-se em situação desfavorável, o Tratado “de las Americas” com a Inglaterra já demonstrava a supremacia inglesa nas terras de domínio ibérico, limitando as ações espanholas (PINTOS, 2008).

³⁸ Os Setes Povos das Missões surgiram após a criação da Companhia de Jesus (1540) pelo Jesuíta Inácio de Loyola, para onde os jesuítas vieram em 1549, com a missão de catequizar os índios, disseminando a doutrina católica (PADILHA P. R. P.; TRENTIN, I. C. L., 2003).

A Colônia de Sacramento não esteve por muito tempo nas mãos dos Portugueses, logo voltou ao domínio espanhol³⁹. Com interesse de buscar uma forma pacífica de solução das controvérsias, em 1715, foi firmado o Tratado de Utrecht⁴⁰, também sem resultado. Porém, nesse tratado, incluiu-se a cláusula: “a Coroa portuguesa poderia propor a troca da Colônia por qualquer compensação territorial” e , dessa forma, a Colônia passa a ser definitivamente território de Portugal (RIO BRANCO, 2010 p. 23 e 24). A Espanha reagiu a esta troca, propondo a discussão da posse da Colônia de Sacramento, o que possibilita um ambiente para um novo acordo.

O Tratado de Madrid (1750) e o Uti possidetis

Alexandre de Gusmão foi o primeiro grande nome da diplomacia brasileira (RIO BRANCO, 2010). Por ter tido a oportunidade de receber uma educação diferenciada e a amizade do Rei D. João V, ascendeu na Coroa Portuguesa até ser nomeado Conselheiro de Capa e Espada e Ministro do Conselho Ultramarino (entre 1746 e 1749). Nesse Ministério, decidiu colonizar os territórios hoje conhecidos como Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, enviando quatro mil casais (a maioria advindos da Ilha de Açores, Portugal) para essas regiões (RIO BRANCO, 2010).

Durante a primeira metade do século XVIII, D. João V entendia que a resolução dos problemas de fronteiras do Brasil era o ponto central da política externa portuguesa, e oito foram os diplomatas, ao longo desses anos, designados para isso, sem obterem sucesso. Todos defendiam a teoria segundo a qual a Colônia de Sacramento e as terras ao seu redor deveriam ser de Portugal (RIO BRANCO, 2010), tendo o Rio da Prata como limite geográfico (PACHECO & SANGUINETTI, 1985).

³⁹ Em 1701, foi firmado o Tratado de Mútua Aliança, determinando o fim imediato dos litígios na América - as metrópoles tinham problemas maiores na Europa e, mesmo que as terras tivessem a sua devida importância, a paz na América era melhor para as metrópoles - (PINTOS, 2008; 1990).

⁴⁰ Os Tratados de Utrecht foram firmados na cidade de Utrecht, nos Países Baixos (1713-1715) e puseram fim à Guerra da sucessão espanhola (1701–1714), na qual entraram em conflito interesses de várias potências europeias. O trono da Espanha era pretendido por Filipe d'Anjou, neto do rei francês Luís XIV, e por Carlos, da casa da Áustria. As negociações abriram-se em janeiro de 1712, mas só efetivaram-se em abril de 1713, quando foram assinados os principais acordos, dos quais o último é de 1714. Em 1713, foi reconhecida a soberania de Portugal sobre as terras da América Portuguesa, compreendidas entre os rios Amazonas e Oiapoque. Em 1715, acordou-se com a restituição aos portugueses da Colônia de Sacramento.

Alexandre de Gusmão, a partir dessas premissas, inovou na ação diplomática, propondo a cedência da Colônia de Sacramento para a Espanha (RIO BRANCO, 2010). Como ele estava ciente de tudo o que ocorria em território brasileiro, utilizou o Tratado de Tordesilhas contra a Coroa Espanhola. Assim, as bases para o Tratado de Madrid foram feitas com base em argumentos tanto de Portugal quanto da Espanha, mas o conhecimento português sobre a América foi decisivo para a construção do referido acordo, como pode ser visto no quadro 01:

QUADRO 01: Tratado de Madrid (1750) - Argumento entre as Metrópoles

ARGUMENTOS DE PORTUGAL	ARGUMENTOS DA ESPANHA
a) Necessidade de um tratado geral de limites e, assim, necessidade de parar com os ajustes pontuais e sucessivos como queria a Espanha;	a) Partia-se do pressuposto de que as Filipinas eram da Espanha pelo Tratado de Tordesilhas (hoje se sabe que não);
b) Esse tratado, para ser feito, deveria ter como base o esquecimento do Tratado de Tordesilhas (1494), o qual ambos os impérios desrespeitaram, Portugal na América e Espanha na Ásia;	b) O maior problema da Colônia de Sacramento era ser um ponto de contrabando e de apropriação dos metais oriundos do Peru;
c) Incluir-se-ia o princípio do “ <i>uti possidetis</i> ”;	c) Sugeria-se a troca da Colônia de Sacramento por outros territórios.
d) As fronteiras deveriam ser delimitadas geograficamente;	
e) Colônia de Sacramento e territórios próximos do lado leste do Rio da Prata eram portugueses;	
f) Poder-se-ia admitir trocas equilibradas de território, como já afirmava o Tratado de Utrecht.	

Fonte: Adaptado de Góes, 1991, p. 111 e 112. Elaboração própria.

O Tratado de Madrid foi uma obra da diplomacia que marcou o seu tempo e toda a história da diplomacia do mundo, porque:

[...] foi o tratado de Madri que legalizou a posse do sul e do oeste brasileiros e da imensa área amazônica, regiões situadas à esquerda da linha de Tordesilhas. Como dividiu um continente, fato sem precedente e sem consequente no Direito Internacional, ao fixar os limites estava também estabelecendo as lindes terrestres de todos os vizinhos do Brasil [...]. (GOES 191 p.102)

Para isso, Alexandre de Gusmão propôs uma troca equilibrada - cederia a Colônia de Sacramento para a Espanha, esquecer-se-ia do Tratado de Tordesilhas e Portugal ficaria com as terras ao norte, ao oeste e ao sul do Brasil, todas “sem valor” (pelo menos naquele momento). Além disso, os Sete Povos das Missões passariam ao domínio português e os Jesuítas lá instalados iriam para o lado oeste do Rio Uruguai, estabelecendo-se, assim, a inserção do conceito do Uti Possidetis no direito público, o que, até então, era da esfera do direito civil. Em outras palavras, a demarcação das terras dar-se-ia pelo uso e colonização destas, o que ocasionou,

definitivamente, a possessão portuguesa sobre o Rio Grande do Sul. Assim, Portugal passou a deter o meio jurídico para expandir seus domínios.

Conflitos Luso-Hispânicos dos Séculos XVIII e XIX e a Criação do Vice-Reinado do Prata

Mesmo para os portugueses, o Tratado de Madrid (1750) não foi bem entendido, tamanha a relevância da Colônia de Sacramento. Segundo Rio Branco (2010, p.32-33), tão logo o tratado foi anunciado, de imediato foi combatido pelo Brig^o. Vasconcellos (governador de Colônia de Sacramento de 1735 a 1737) e pelo Marquês de Pombal, que substituiu Alexandre de Gusmão e assumiu a diplomacia portuguesa após o falecimento de Dom João V em 1750, o que acabou gerando conflitos na América. Com isso, em 1763, foi assinado o Tratado “Pacto da Família” e a Colônia de Sacramento voltou para as posses de Portugal (PINTOS, 1990).

Carlos III decidiu, então, refrear o impulso português de domínio nas terras hispânicas na América, criando, em 1776, o Vice Reinado do Prata. Segundo Pacheco & Sanguinetti (1985), existiam inúmeros motivos para esta desaceleração dos domínios, desde a expansão portuguesa no continente americano adentro até a crescente presença inglesa (que atacou as Ilhas Malvinas e a Patagônia). Os autores evidenciam que, antes do século XVIII, a base econômica do sistema mundial estava nos fluxos do Mercantilismo (especialmente na detenção de metais preciosos). Durante o século XVIII, esses fluxos complexificaram-se com o comércio ascendente, tendo como uma das consequências a mudança do núcleo do império espanhol na América da Costa Pacífica (onde havia mais metais preciosos) para a Costa Atlântica (onde o comércio se desenvolvia mais).

Por esse motivo, em 1777, foi firmado o Tratado de Santo Ildefonso, quando a Espanha estava fortalecida em suas negociações, conseguindo recuperar boa parte de seus territórios (tais como os Sete Povos das Missões e a Colônia de Sacramento). O Tratado de Santo Ildefonso foi o último grande tratado entre as metrópoles portuguesa e espanhola sobre as fronteiras na região sul-americana (PACHECO & SANGUINETTI, 1985; BARRIOS, 2008; PESAVENTO, 1985). Não obstante, Portugal voltou a atacar o Vice-Reinado do Prata, com base no Tratado de Madrid (1750) para recuperar os Sete Povos das Missões e as demais áreas. Em

1812, Portugal envia um representante para Buenos Aires e é celebrado um armistício entre Portugal e Espanha (PINTOS, 1990).

Em 1810, a Argentina começou o seu processo de independência (pelo movimento das Províncias Unidas do Prata e pela ação do governo de Buenos Aires, que se sentia sucessora do Vice-Reinado) e empenhou-se nas guerras ao norte para manter seu território sob seu domínio. Buenos Aires acreditava que detinha os direitos sobre os territórios que iam desde o litoral do Atlântico até os Andes - território boliviano hoje (ABELLA 2008).

Abella (2008) evidencia que o governo de Buenos Aires optou pelo pragmatismo e não atacou o exército português que fora chamado pelas elites de Montevideu (os quais estavam sitiados por José Gervásio Artigas⁴¹ em 1811). Em 1812, o Armistício foi assinado, abrindo caminho para a dominação portuguesa na Banda Oriental e enfraquecendo o General Artigas, que começava a ter grande prestígio nas Províncias Unidas do Prata.

Domínio Português na Província Cisplatina (1817/1828)

O General Artigas sabia das movimentações portuguesas na região e isso era motivo de certa preocupação:

Los portugueses se nos cerca con movimientos que no pueden menos que excitar nuestro cuidado. Ya sea interés de aquella corte, ya esfuerzos se los emigrados, ya intriga de Bs. Aires, lo cierto es que vienen. (CARTA DE ARTIGAS A M BARREYRO. PURIFICACIÓN, 11 de enero de 1816, apud, PACHECO & SANGUINETTI 1985, p. 365)

Nesse período histórico, o Vice-Reinado do Prata buscava a sua independência frente à Espanha, justificando ser o verdadeiro sucessor no controle dessas terras, desde o atual Peru até o fim da Patagônia (ABELLA, 2008). Para alcançar esse objetivo, Buenos Aires entrou em várias frentes de batalha, tendo

⁴¹ General Artigas foi um líder oriental nato. A sua formação nas forças militares espanholas e as sucessivas vitórias contra os ingleses, portugueses, mamelucos e bandidos em geral no pampa *gaucho* fizeram com que gozasse de enorme prestígio. Foi um dos grandes Generais que apoiou a independência do Vice-Reinado do Prata da Espanha. Depois que Montevideu, subserviente à Espanha, conseguiu apoio de Portugal, Buenos Aires, envolta em várias frentes de batalha, negociou um armistício e reconheceu as terras orientais como terras da Coroa Espanhola. Gral. Artigas e povo oriental não aceitavam mais viver os desmandos espanhóis e criaram um dos grandes momentos da história Uruguaia: o Êxodo do Povo Oriental, quando milhares de pessoas seguiram o Gral. Artigas em seu exílio no Paraguai (ABELLA, 2008 e NAHUM, 2008).

como aliados a Inglaterra e o General Artigas no flanco oriental. Artigas comandava o lado oriental do Rio da Prata, a Banda Oriental. Sob seu comando estavam a atual República Oriental do Uruguai, parte do atual Rio Grande do Sul e a atual região de Misiones, na Argentina.

Em 1811, o General Artigas negociou com o governo de Buenos Aires e fechou acordo para apoio à ofensiva a Montevideu e, em maio seguinte, venceu a Batalha das Pedras, sitiando a cidade (ABELLA, 2008). As autoridades espanholas de Montevideu solicitaram o apoio ao império português, que enviou, em auxílio, o exército de pacificação. O governo de Buenos Aires estava submerso entre muitas frentes de batalha e não se sentia apto a mais esta, com o exército português (ABELLA, 2008). Mesmo assim, Artigas insistiu em manter o cerco a Montevideu, porém sem o apoio portenho.

Pacheco & Sanguinetti (1985) versam que o governo do Gral. Lecor⁴² foi, desde a invasão em 1817 até 1820, um período de conflitos militares para garantir o domínio português. General Lecor, para garantir o apoio, distribuiu terras entre aqueles que o ajudaram a manter a região sob seu domínio. Já tendo a perspectiva da independência do Brasil, ele convocou, em 1821, um congresso para decidir como ficaria a situação da Província Cisplatina. Nesse congresso, foi decidida a incorporação da Província Cisplatina ao Reino Unido de Brasil, Portugal e Algarves. Ainda segundo Pacheco & Sanguinetti (1985), a independência brasileira trouxe reflexos para a província, que ficou em disputa entre Brasil e Portugal, causando instabilidade à região. Nahum (2008) elucida que, em 1823, houve uma tentativa dos povos orientais de conquistar a independência uruguaia, a qual foi subjugada.

Em 1824, o Gral. Lecor reassumiu o poder sob o domínio brasileiro. Muitos militares se exilaram em Buenos Aires, criando as condições necessárias para a concentração de tropas que, em 1825, invadiram a Banda Oriental. Essa invasão,

⁴² Gral. Lecor (1764 – 1836) Foi um dos grandes militares portugueses na luta contra a França Napoleônica no início do século XIX. Após a queda de Napoleão em 1815, Lecor e sua divisão são enviados para o Brasil. Logo em seguida, essa divisão é enviada para conquistar o Uruguai. Após a conquista, o Gral. Lecor teve habilidade para governar e manter sob o domínio português e, logo em seguida, sob o domínio brasileiro (ao qual Lecor mostrou mais simpatia e ganhou prestígio ao ser nomeado Visconde por D. Pedro I). Utilizou-se da tática de apoiar as elites locais, dando privilégios e distribuindo grandes extensões de terras no interior do Uruguai e na atual fronteira com o Brasil (ABELLA 2008; PACHECO & SANGUINETTI, 1985).

conforme Nahum (2008), foi feita pelos “33 Orientales” - assim denominados pelo fato de serem 33 generais com suas tropas, que invadiram o lado oriental do Rio da Prata, sob domínio brasileiro – os quais tiveram importantes vitórias. O governo brasileiro, ao temer perder novas terras, aceitou a sugestão inglesa de mediação e tornou a Banda Oriental um Estado independente de ambos os países, Argentina e Brasil; e tal ideia ganhou força interna, sendo que a maioria dos orientais “no eran ni serian jamás argentinos ni brasileños” (NAHUM, 2008 p. 17). Assim, criou-se o Uruguai.

Revolução Farroupilha (1835/1845)

Torronteguy (1994) traz uma perspectiva diferente a respeito da Revolução Farroupilha. Ele constrói o ambiente que a possibilitou, afirmando que, após a independência do Uruguai (1828), o governo imperial brasileiro “esqueceu” a província de São Pedro e que, além do arrocho fiscal e da interferência direta na exportação do charque produzido nessa província, aquele governo ainda se apropriou de reservas monetárias, que foram transferidas para São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina, a títulos de empréstimos que nunca foram devolvidos (TORRONTÉGUY, 1994).

Torronteguy (1994) afirma que a província foi colocada sob Lei Marcial, mesmo após a guerra de independência do Uruguai, não havendo justificativa para tal ato e os portugueses que se mantiveram na região foram hostilizados por estarem ligados ao poder central. Os proprietários dos saladeros uruguaios e argentinos eram os rivais econômicos dos charqueadores da província de São Pedro, que decidiram pela guerra contra o império para garantir acesso de seus produtos aos mercados do centro do Brasil.

Assim, a Revolução constituiu-se pelos interesses econômicos das grandes elites sulinas, que sentiam que o governo brasileiro atrapalhava seus negócios com os mercados externos, sobretudo com os Estados Unidos, e não os protegia da produção de charque uruguaio e argentino. Logo, os não-proprietários – considerados inferiores na escala social nessa época – eram recrutados, independente da sua vontade, para servirem aos interesses dos grandes proprietários, “[...] ser um desafeto de um estancieiro significava correr risco de vida” (TORRONTÉGUY, 1994, p. 57).

Verschoore (2000) afirma que a história do Estado do Rio Grande do Sul reforça-se com a independência do Brasil e com a instalação dos governos provinciais. Contudo, a forte centralização do império brasileiro e a pouca margem de manobra para essas províncias logo causaram insatisfação. O autor ainda afirma que as relações do Governo Central com o Rio Grande do Sul, ao qual se refere como “marginamente distante e economicamente periférico (VERSCHOORE, 2000 p. 83)”, depreciaram-se de forma rápida. Para Piccolo (1979, p. 97), a Revolução Farroupilha “(...) traduziu fundamentalmente um espírito federativo e a reação de uma província periférica, dependente, sem participação no poder decisório ao nível nacional”.

Torronteguy (IB.) elucida que a Revolução Farroupilha teve um caráter interno e fortaleceu a diferenciação entre as regiões: Campanha (marcada pelos estancieiros), Litoral e Lagunar (portugueses quase sempre fiéis ao poder central) e a região serrana (de vegetação fechada, com escassa população).

O fim da Revolução Farroupilha foi marcado por um grande ganho para as elites locais. Os estancieiros do Rio Grande do Sul beneficiaram-se de favores do governo central brasileiro e escolheram (ainda antes do fim da Revolução Farroupilha) o então Barão de Caxias como governador da província (este estava ligado aos interesses do governo central brasileiro para expandir os negócios na região platina). O Brasil interferiu no Uruguai após o fim da Revolução, para acabar com a guerra civil daquele país. Com o apoio brasileiro, Urquiza venceu a grande batalha em 1851, derrubando o partido Blanco e colocando no poder o partido Colorado (TORRONTÉGUY 1994, PACHECO & SANGUINETTI, 1985, NAHUM 2008). Este apoio brasileiro foi crucial para consolidação do poder dos estancieiros, como é visto a seguir.

Consolidação do Poder dos Estancieiros (1851/1909)

A República Oriental do Uruguai, desde a sua independência em 1828 até 1851, viveu um período turbulento, culminando com a Grande Guerra de 1839 a 1851 (PACHECO & SANGUINETTI, 1996). O Uruguai não obteve, de imediato, o reconhecimento da independência da Espanha, que exigia indenizações para tal. O Brasil, por outro lado, exigia o cumprimento do Tratado de 1828, o qual fixava o Rio

Quaraí como limite natural da fronteira, o que, para o Uruguai, seria uma grande perda de território.

Nahum (2008, p. 26) relata que as terras orientais estavam divididas entre Blancos e Colorados, os primeiros mais ligados à Argentina e os Colorados ligados à ideia de projeto nacional, mais independentes. Contudo, o Brasil interferia nessas relações pela questão dos limites e Inglaterra e França por quererem expandir seu domínio político, o que culminou na mencionada Grande Guerra, dividida em duas etapas: 1839 a 1843 e 1843 a 1851. Apenas em 1851, os Colorados fizeram uma grande aliança com o governador de Entre Rios e o Brasil, na chamada Tríplice Aliança, que, em outubro de 1851, conseguiu pacificar o Uruguai, assumindo o poder. No entanto, essa pacificação custou caro ao Uruguai, conforme Pacheco e Sanguinetti (1996):

El tratado de Alianza establecía que habría una alianza perpetua entre los dos Estados [...] Brasil se comprometía a ayudar de inmediato al gobierno legal y prorrogar el auxilio siempre que lo pidiera el gobierno nacional.

El tratado de Límites, el más lesivo de todos, establecía el río Cuareim como línea fronteriza con Brasil. [...] si en 1828 Brasil había perdido las Misiones de hecho, ahora las recuperaba de derecho.

El tratado de Comercio y Navegación, mantenía por diez años la exención de derecho de consumo que tenía la carne salada y los demás productos ganaderos importados en Río Grande por la frontera, y el Estado oriental abolía el que cobraba por la exportación del ganado en pie para el Brasil. Además se declaraba la navegación del río Uruguay y sus afluentes común para ambos los países [...]

El tratado de prestación de Socorro estipulaba que el Brasil otorgaría un préstamo de 60.000 patacones mensuales a la República Oriental con seis por ciento de interés [...]. (PACHECO E SANGUINETTI, 1996, p. 82)

Este tratado deu a tônica da força brasileira frente ao novo Estado Oriental. Apesar de ter contribuído para que o novo Estado tenha alcançado o seu objetivo, o Brasil soube utilizar-se muito bem da situação e atender aos seus interesses internos. Em 1855, um novo conflito instalou-se entre os partidos, resultando em um frágil domínio Blanco.

Em 1863, o Partido Colorado viu a possibilidade de dar um golpe para assumir o poder, tendo o apoio indireto argentino e um apoio direto brasileiro (ABELLA, 2008). Essa intenção do Partido Colorado foi interpretada pelo governo paraguaio como um ato belicista e este declarou guerra ao Brasil em 1864, solicitando autorização à Argentina para passar pela região de Misiones. O governo argentino negou esse pedido e, frente a essa negação, o Paraguai também declarou guerra à Argentina. Nahum (2008) afirma que o governo do Partido Blanco estava

coleccionando inimigos. Além do Brasil e da Argentina, a Igreja Católica também estava se opondo a este governo. Assim, o governo Blanco buscou apoio em outro Estado menor, o Paraguai, para fazer um contraponto. Em meio ao conflito e com aliados fortes (Brasil, Argentina e a Igreja Católica), o Partido Colorado assumiu o poder em 1865. Assim que os colorados assumiram o poder, a Tríplice Aliança se consolida e o Uruguai entra em guerra com o Paraguai (ABELLA, 2008). Floresceu, assim, a economia de guerra e os grandes estancieiros uruguaios para abastecer a batalha (ABELLA, 2008 e PACHECO & SANGUINETTI, 1996).

Após os imbrólios das disputas territoriais, houve o cercamento dos campos no Rio Grande do Sul. Desde 1850, esse cercamento já deveria ter ocorrido e a Lei de Terras, promulgada em 1850, já confirmava as estâncias que tinham sido doadas⁴³. Porém, foi apenas a partir da década de 1870 que a Lei de Terras foi aplicada, quando a cerca começou a cruzar os campos do Pampa de uma forma “legal”. Entretanto,

[...] a não delimitação territorial de suas terras foi uma prática corrente e esteve relacionada à maneira pela qual os fazendeiros se consideravam *senhores e possuidores*. Tanto antes como depois da Lei de Terras, os limites territoriais continuaram a ser o que sempre haviam sido: **definidos segundo os interesses do fazendeiro, nada tendo a ver com limites precisos e inquestionáveis**.

Os fazendeiros haviam construído uma sociedade na qual o limite das terras estava intimamente ligado à criação e recriação de uma rede de relações pessoais (MOTTA, 1996, p. 299, **grifo nosso**)

O que se pode notar, nesse sentido, é que, mesmo com as cercas e taipas surgindo, ainda era o poder do estancieiro que determinava o foco da interação social. Segundo Garcia (2005), foi a partir da década de 1870 que se iniciou o processo de cercamento, consolidando-se apenas em 1880. Tal processo acabou sacramentando as divisões das terras do lado brasileiro, o que não foi diferente no lado uruguaio, no governo do então presidente Cel. Lorenzo Latorre, que ainda fez várias reformas garantindo a propriedade privada, com amplo apoio dos estancieiros (NAHUM, 2008).

⁴³Lei de Terras, Art. 4º Serão revalidadas as sesmarias, ou outras concessões do Governo Geral ou Provincial, que se acharem cultivadas, ou com princípios de cultura, e morada habitual do respectivo sesmeiro ou concessionário, ou do quem os represente, embora não tenha sido cumprida qualquer das outras condições, com que foram concedidas (Lei Nº 601, Artº 4, de 18 de Setembro de 1850).

Paralelo à gradativa definição da situação dos campos e à confirmação dos grandes estancieiros como os grandes proprietários, por direito ou por posse, em um sistema jurídico viciado, Garcia (2005) afirma que se abriu a possibilidade para que, apenas em 1909, por meio do Tratado de Retificações de Limites, Brasil e Uruguai confirmassem o que fora decidido em 1851, agora em termos não tão custosos ao Uruguai, permitindo o uso em conjunto dos limites hidrográficos em forma de condomínio da Lagoa Mirim e do Rio Jaguarão, antes sob domínio brasileiro (NAHUM, 2008).

Interesses Econômicos das Metrôpoles e a Formação Socioeconômica da Província de São Pedro (Século XVIII a Meados do Século XIX)

Logo no início do século XVIII, descobriu-se a importância do Rio da Prata como uma rota até o centro do continente americano (PINTOS, 2008). Nahum (2008, p.5) afirma: “No tiene, en cambio, accidentes geográficos que lo separen de Brasil, lo que explica la permanente influencia de éste en la evolución histórica uruguaya y los estrechos contactos entre poblaciones que estuvieron sólo separadas jurídicamente por límites imprecisos”

Nahum (2008) segue afirmando que, por muito tempo, essas terras foram terras de ninguém e que, lentamente, elas começaram a ter valor por “minas de carne e couro”, já no século XVIII. Todavia, logo, a região platina ganhou destaque pela característica natural portuária, o que desencadeou, mais tarde, a guerra dos portos entre Buenos Aires e Montevideú, despertando, assim, o interesse português, que desejava uma divisão geográfica entre as Américas portuguesa e espanhola (TORRONTÉGUY, 1994). O Império Português tinha interesse em participar do tráfico das mercadorias escoadas pelo Rio da Prata, pois, assim, uniria São Paulo e Rio de Janeiro, sem passar antes em outros centros.

Vacaria del Mar e Integração Nacional

O espaço geográfico que hoje é conhecido como Pampa Gaúcho e o país vizinho do Brasil, Uruguai, durante o período de XVII e XIX, era conhecido como Vacaria del Mar. Foi nesse local que, em meados do século XVII, iniciou-se a “preia ao gado xucro”, atividade que consistia em procurar o gado e dele extrair-se apenas

o couro, couro este que era exportado à Europa através de Buenos Aires ou da Colônia de Sacramento. A carne, proveniente desses animais, era consumida no local e apenas o necessário para a subsistência, o restante era deixado no campo para apodrecer, pois ainda não possuía valor econômico (PESAVENTO, 1980). Este rico ativo econômico fez com que, gradativamente, esta região fosse disputada e, como apresentado anteriormente, a mesma foi “trocando de mãos” entre portugueses e espanhóis entre várias guerras e tratados, o que dificilmente trouxe paz a tal região.

Durante a fase do tropeirismo, o gado era conduzido em regime extrativista pelo sul e levado a pé até as chapadas do centro do Brasil. A base econômica para esse sistema agrário era o tropeio de gado, para o corte, e de muares, para o transporte de carga na região das minas. Assim ia surgindo um mercado interno no Brasil. Com o surgimento desse mercado, o gado do Sul do país ganhou notoriedade como alimento para as populações engajadas na atividade mercantil da Coroa. Dessa forma, o Rio Grande do Sul colocou-se como uma economia subsidiária para a economia central de exportação, guiada pela Metrópole⁴⁴.

O tropeiro, na época, era um tipo social por excelência, possuía habilidades tanto para o manejo do gado quanto para a guerra. Havia também escravos e homens livres que os acompanhavam. O negócio do gado estava tomando grandes proporções, levando à redução significativa do rebanho, sendo necessária a reposição dos animais. Juntamente a isso, a mineração do ouro e diamantes estava entrando em decadência, retraindo a procura por animais naquela região. Formava-se um momento de instabilidade e possível crise para a pecuária gaúcha e, nele, apareciam dois novos produtos como oportunidades para o Estado: o charque e o trigo. Com eles, uma reconfiguração econômica e territorial passou a existir. A

⁴⁴ Deffonteines (1938) fala que, nessa época, quando a circulação para o transporte de mantimentos foi a própria criadora de aglomerações, que deu origem a povoados e cidades, pelo caminho dos tropeiros: “Os viajantes antigos descrevem o incessante desfilar das tropas de burros e de mulas ao longo das pistas ou os carros de bois com rodas chiadoras puxados por cinco a dez juntas de bois. [...] Transportavam-se para os portos, metais preciosos e alguns produtos oriundos da agricultura: café, cachaça, açúcar; trazia-se para o interior sal, alimentos, farinha. Em peso, isto representava pequenas quantidades, mas os meios de transporte rudimentares, unicamente por tração animal, faziam do tropeiro um personagem típico; era um dos horizontes de trabalho mais difundidos” (DEFFONTEINES, 1938, p. 124-125).

produção passou a ser especializada em poucos produtos e objetivava, novamente, o mercado interno brasileiro.

Além disso, no início do século XVIII, começou a distribuição de sesmarias na região da Campanha. Assim, estava-se definindo a posse da terra e do gado, com o estabelecimento das estâncias no extremo Sul do Brasil.

Charqueadas⁴⁵ e Saladeros⁴⁶

Nahum (2008) afirma que foram poucos homens com dinheiro suficiente que adquiriram junto à corte ou apenas ocuparam imensas quantidades de terras, onde começaram a amansar o gado e aplicar as técnicas primitivas de controle desse gado. Também Torrenteguy (1994, p. 56) afirma que o gado foi dominado e as “correrias pelo gado xucro” terminaram.

Com esta nova configuração na região, consolidou-se uma economia sustentada na produção do charque, que era destinada, principalmente, à alimentação de escravos. Logo, o charque tornou-se um negócio rentável, conferindo um novo valor para a carne, que foi ligado a um mercado interno relativamente estável. Assim, ocorreu uma grande ascensão econômica de pecuaristas-latifundiários da Metade Sul do Estado, formando uma elite política de caráter regionalista, militar e conservadora (HEIDRICH, 2000).

Estava enraizada no Pampa Gaúcho a estrutura fundiária organizada em torno dos latifúndios, possuindo pecuária extensiva de bovinos, ovinos e equinos como principal matriz produtiva. A prosperidade auferida pelo charque proporcionou aos charqueadores a aquisição de escravos, assim, diversos cativos negros desembarcados no Prata foram trazidos para a região e tornaram-se a base da mão de obra das charqueadas rio-grandenses. Criava-se, de tal modo, uma organização social baseada em senhores de terra, gado, charqueadas e escravos, de relações autoritárias e violentas (PESAVENTO, 1980)⁴⁷.

⁴⁵ Propriedade em que se beneficiava a carne, salgando-a, para que pudesse ser comercializada.

⁴⁶ Nome dado as charqueadas no Uruguai.

⁴⁷ Nahum (2008) afirma que o Uruguai, em 1830, tinha sua economia baseada na produção de couro e “*carne salada*” (o mesmo que o charque) e que: “El país dependía de un solo tipo de productos (los MEF. Programa de Pós-graduação em Estudos Fronteiriços. VI Seminário de Estudos Fronteiriços: Onde as fronteiras se encontram... Anais... Corumbá: UFMS, 2017. (2 a 4 de outubro de 2017).

Após a conquista do Uruguai, no início do século XIX, o Rio Grande do Sul teve uma nova fronteira entre os rios Ibicuí e Quaraí. Nessa mesma época, foram concedidas as sesmarias na região, permitindo a intensificação das ligações econômicas com o Prata. Contudo, em 1828, com a independência do Uruguai, o Rio Grande do Sul perdeu o controle sobre a Cisplatina, significando a perda do gado uruguaio, que deixa de ser conduzido para as charqueadas brasileiras.

Logo depois, em meados da década de 1830, começou a concorrência entre o charque platino e o charque gaúcho pelo mercado brasileiro. O charque uruguaio, que já estava sendo produzido de maneira mecanizada, no modelo de produção capitalista, conseguiu melhores preços e uma melhor colocação no mercado. Essa eficiência produtiva uruguaia foi o prenúncio da decadência do sistema produtivo das charqueadas sulinas, que já se apresentava atrasado, com baixos índices produtivos, sem inovações e com presença maçante do uso da violência na produção.

A seguir, em 1850, com a extinção do tráfico negreiro por meio da Lei Eusébio de Queiroz, o charque gaúcho foi profundamente abalado, pois não contava com a possibilidade de aquisição de nova mão de obra escrava (do outro lado do Oceano Atlântico) e, ainda, sofrendo com a transferência de boa parte da massa de escravos, valorizados pela escassez, para a região central do país (que possuía mais recursos para garantir sua aquisição). Os escravos foram empregados nos cafezais, que iniciavam o seu ciclo de acumulação, e as charqueadas, então, entraram na “crise dos braços”. Juntamente a isso, o processo que começou com a Lei de Terras (1850) terminou com a concessão de sesmarias, fazendo com que a terra, antes gratuita, passasse a ter valor de mercado. Assim, a posse da terra passou a fazer parte dos custos de produção. Com a escassez de terra e de mão de obra, as charqueadas gaúchas entraram em decadência e só se recuperaram após a Revolução Farroupilha, pois a ligação da elite gaúcha com os objetivos do império fez com que as negociações após a grande guerra uruguaia tivessem os termos

derivados de la ganadería) y pocos compradores (Inglaterra, com \$ 700.000; Brasil, com \$ 400.000). **Desde su origen, entonces, fue monoprodutor y dependiente** (NAHUM, 2008, p.19 **grifo do autor**)”.

favoráveis aos interesses da elite do Rio Grande do Sul, fazendo as charqueadas voltarem a ser lucrativas.

De uma forma geral, podem-se se dividir os interesses econômicos dessas metrópoles em dois momentos: A) até o fim do século XVII – momento voltado, sobretudo, à rota mercantil que a bacia do Rio da Prata oferecia, valorizado pelo fato dos metais preciosos poderem ser escoados por essa região, desembocando no oceano Atlântico, voltado à Europa. O tráfico de mercadorias era intenso e os limites nunca foram muito bem demarcados. Portugal sempre desejou levar suas fronteiras até as margens do Rio da Prata, tendo, assim, um limite geográfico entre os territórios das duas metrópoles. Isso possibilitou a ação dos bandeirantes, que invadiram, saquearam e escravizaram os índios da região. O gado começou a ser introduzido e a bacia do Rio da Prata ganhou ainda mais importância, por ser um meio de levar os produtos até o centro do território hoje brasileiro, sem os custos de passagem nos portos; e B) séculos XVIII e XIX – cerne desta pesquisa, quando o gado assumiu a importância por seu couro e charque, na base alimentar de toda uma economia escravocrata que, no Brasil, vai durar até quase o fim do século XIX.

No fim, as disputas de duas elites locais mais ou menos conectadas com suas metrópoles foi o fator que definiu a circunstância de que as pessoas deveriam estar aos seus serviços ou serem consideradas criminosas. O campo foi dividido: dentro das sesmarias, a legalidade; fora delas, a criminalidade - El gaucho. Assim, uma sociedade foi gerenciada, criando duas classes bem definidas: os proprietários e os não-proprietários de terras e de gado.

A Evolução da Estrutura Fundiária

Com advento do *Uti possidetis* no Direito Internacional, era necessário colonizar as terras para dominá-las, assim a estratégia da Coroa Portuguesa para garantir as posses dessa região foi distribuir, entre militares e os mais “próximos” da Coroa, lotes de Sesmarias⁴⁸, na ordem de 13.000 ha de terras devolutas.

⁴⁸ Sesmarias são grandes porções de terras na ordem de no mínimo 3 léguas (129 km²) (GOULART, 1985 p.79) Complementa-se com: "*Rooted in large grants to military leaders and favored families, this inequality (distribution of land) may have persisted because of limited scale economies in raising cattle on the pampas.*" (ENGERMAN; SOKOLOFF, 1997, p.16)

Para conquistar la buena voluntad de los orientales, conociendo el desaliento provocado por la guerra y convenientemente aconsejado por Nicolás Herrera, Lecor ofreció amnistía a todos aquellos que desertaran de las fuerzas patriotas, brindó militares la oportunidad de servir con su propia graduación en el ejército portugués, fomento el comercio a través del puerto de Montevideo **y distribuyó tierras**, empleos y honores. (PACHECO E SANGUINETTI, 1985, p. 400-401 **grifo nosso**)

A volta ao domínio espanhol permitiu que o gado do Pampa uruguaio fosse conduzido para charqueadas uruguaias, trazendo ainda mais prosperidade para a região. Contudo, na virada do século (1801), os portugueses assumiram o controle dos Sete Povos das Missões e avançaram com sua política de doação de Sesmarias. A conturbada história da região permitiu que o rebanho uruguaio fosse conduzido até as charqueadas gaúchas. No entanto, em 1828, a independência oficial do Uruguai rompeu o fluxo de gado uruguaio para as estâncias gaúchas. Esse rompimento e a taxaço ao charque sul-rio-grandense, maior dentro do Estado brasileiro, comparado ao uruguaio e argentino, fez com que, em 1835, estourasse a Revolução Farroupilha (PESAVENTO, 1985).

Nestes imbróglis pela conquista do espaço, o Pampa foi povoado pela Coroa Portuguesa para demonstrar a atenção que esta dava à região. Tal povoação iniciou-se com a fundação do município de Bagé em 1812, depois com a fundação de São Gabriel em 1815, pari passu à distribuição das Sesmarias para os militares.

Em relação às reduções do Tape, cabe aprofundar que, segundo Torronteguy (1994), essas foram construídas entre 1626 e 1638 e, na sequência, foram destruídas, sendo que, apenas em 1682, os espanhóis voltaram à margem oriental do rio Uruguai, fundando os Sete Povos das Missões. Os portugueses estavam atentos a essas movimentações hispânicas:

Para fazer frente às tropas espanholas invasoras, criou núcleos de povoamento português em Mostardas, Estreito, Santo Amaro, Taquari, Santo Antônio da Patrulha, Cachoeira e Conceição do Arroio. Ele distribuiu sistematicamente **sesmarias para oficiais** portugueses. Esse fato reforçou o costume de ter na estância de gado um proprietário que fosse um **chefe militar e local**. (TORRONTÉGUY, 1994, pag. 28, **grifo nosso**)

Nesse sistema, havia uma relação direta entre o governo e os grandes estancieiros, representados pelo legislativo desde os primórdios da divisão da região. Logo, o governo mostrava a sua fidelidade aos grandes proprietários. Este sistema de distribuição de Sesmarias e a criação destes “chefes militares e locais” trouxeram vitórias aos portugueses:

Militares de Rio Pardo (...) partiram em 1801 e derrotaram a guarda espanhola de São Martinho na subida da serra que dá acesso ao planalto, iniciando a ocupação portuguesa nas missões; depois, toda a região da depressão central até a fronteira ocidental, rio Uruguai, foi distribuída em **sesmarias**, pelos portugueses. Esses novos limites fronteiriços foram ciosamente patrulhados pelos estancieiros com seus peões-soldados (TORRONTEGUY,1994, pag. 32, **grifo nosso**)

Com essas vitórias, os estancieiros consolidaram seus poderes:

Os oficiais-proprietários controlavam não só a produção agropastoril, mas a população local de agregados, posteiros, adventícios, serviçais e escravos. **Constituíram o poder, na expressão mais significativa da palavra.** (TORRONTEGUY,1994, pag. 29, **grifo nosso**)

Este ambiente de guerra permitia confisco para as requisições militares, pois era preciso manter os exércitos. O governo, que mantinha relação próxima com os grandes proprietários e chefes militares, proporcionava os confiscos, o que fez com que muitos empobrecessem e, sem terem outra opção, acabassem buscando abrigo nas grandes estâncias, servindo como charqueadores e posteiros. Assim, a estância como centro social começou a crescer, o que também fez crescer o poder dos grandes proprietários, segundo Torronteguy (1994).

Entretanto, as inúmeras vitórias trouxeram um sentimento de grandeza e os grandes proprietários foram inteligentes em suas relações com os peões de suas instâncias. Ao cumprimentá-los pelas suas façanhas, a recompensa ficava em um efêmero prestígio social, que não era revertido em propriedades, que não era uma mudança social de fato: "As epopeias das lutas guerreiras do pretérito construíram mais do que um povo, construíram o poder dos grandes proprietários" (TORRONTEGUY,1994, pag. 48-49, grifo nosso)

O autor apresenta evidências do fato de o gaúcho ser um ser errante, tropeiro, que cuidava de um gado que andava solto. Um ser que, através das disputas entre as metrópoles e do advento das dotações de sesmarias (advento, para usar o termo do autor), assim como do alambrado que foi cortando as terras do Rio Grande do Sul, propiciou a formação de dois mundos: o mundo dos grandes proprietários e o mundo dos peões, que ficaram de fora destas sesmarias - o mundo dos não-proprietários (TORRONTEGUY,1994, p.56). Essas terras foram distribuídas em pagamentos aos oficiais e, assim, Portugal conseguiu ter avanços em territórios que, originalmente, não lhe pertenciam.

Com o passar dos anos, para que se mantivesse o controle das terras em uma espécie de “lobby” entre os proprietários e o governo, é lançada a Lei das Terras:

LEI Nº 601, DE 18 DE SETEMBRO DE 1850.

Dispõe sobre as terras devolutas do Império.

Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais. Bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara.

D. Pedro II, por Graça de Deus e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos Subditos, que a Assembléa Geral Decretou, e Nós queremos a Lei seguinte:

Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra. (Lei Nº 601, Artº 1, de 18 de Setembro de 1850)

A Lei de Terras mostrou a força dos grandes proprietários no país. Força que já havia sido demonstrada anteriormente na Revolução Farroupilha. Segundo Torronteguy (1994), o motivo dessa revolução foi muito mais uma questão interna do Rio Grande do Sul do que externa. Não seria mais uma revolução do período regencial brasileiro, essa revolução foi a revolução dos grandes proprietários que, ao perderem a “Banda Oriental” em 1828, perderam matéria prima e, como se isso não fosse suficiente, ainda perderam o subsídio ao charque produzido e o charque produzido com mão de obra livre (mais barata que a mão de obra escrava, pois era contratada apenas para o verão, e a escrava teria que ser sustentada todo o ano, fazendo com que os charqueadores tivessem que criar atividades extras para o inverno, mas que não davam o mesmo lucro).

As guerras e revoluções deram identidade a esta cultura. Os peões que aqui trabalhavam e batalhavam tinham como recompensa seu prestígio social efêmero, que, ao não ser transformado em propriedades, também tinha como missão manter bem clara a divisão de classes sociais. A Revolução Farroupilha não foi diferente, mesmo que, teoricamente, não houvesse uma vitória, a vitória (que era uma maior integração com o Brasil e melhor acesso ao charque dos grandes proprietários aos mercados do centro do país) aconteceu e isso fez crescer a força dos grandes proprietários. Pode-se pensar que, nessa época, havia algumas áreas bem demarcadas no Rio Grande do Sul. Segundo Torronteguy (1994), a região litorânea e lagunar seguia fiel aos “portugueses” (ao Brasil central); enquanto a campanha

estava nas mãos dos grandes proprietários; e a serra, caracterizada por ser uma região de difícil acesso, de mata fechada e região indígena. Essas vitórias só aumentaram o poder dos latifundiários e o abismo de diferença social entre os proprietários e não-proprietários de terras.

Ser gaúcho, nessas características, tornou-se crime. Essa narrativa encontra-se no lado oriental também. Pacheco & Sanguinetti (1985) caracterizam o gaúcho como “un peligro y un obstáculo para el progreso del país.” (1985, p. 189). Seguem ainda afirmando que “el gaúcho” é um sem lei, sem Deus. Para esses escritores, o motivo do surgimento desse tipo de pessoa, deu-se, principalmente, por falta de opções para o desenvolvimento econômico, causado pela Coroa Espanhola, não sobrando a estes outra opção senão o crime, o roubo.

Torronteguy (1994) destaca, ainda, o romantismo da construção do tradicionalismo gaúcho, que criou qualidades que o gaúcho necessariamente não tinha e, assim, riscou o tom pejorativo da alcunha de gaúcho. Essa análise poderia ainda se dar, como mais uma forma de pagamento da dívida com este tipo de trabalhador que deu tudo o que tinha em nome de seus “patrões” (assim como o patrão do Centro de Tradições Gaúchas) e nada receberam, além de muitas palmas ou um cargo de confiança. A não mobilidade de classes era ponto pacífico, não se tocava.

A elite local sul-rio-grandense estava voltada para as questões internas da província. Foram inúmeros os motivos que levaram a isso: o não pagamento dos confiscos cisplatinos, a monarquia (que interferia na escolha dos representantes políticos locais) e o descaso do centro do país, alguns dos motivos que aumentaram o isolamento da província de São Pedro do Sul (TORRONTGUY,1994).

Isolada e com os valores e crenças bem arraigados, a Campanha Gaúcha foi forjada na divisão de classes, dos que possuíam terras e dos que não possuíam, e ratifica-se isso, por exemplo, na carta constitutiva do Partido Republicano Rio Grandense, fundado em 1882, que afirmava, “que não se quer o progresso sem ordem” (OSÓRIO, 1992, p. 17). Mesmo depois da Guerra do Paraguai, da instalação da República, as disputas internas ficaram evidentes na revolta federalista. Os grandes proprietários “não gostaram” de um governo que “se metia onde não era chamado”. E, assim, mudou-se a estrutura do governo, mas ainda se mantinha a

divisão de classes. Mesmo com os republicanos, não houve, de imediato, a outorga do título de cidadão para o peão, afinal isso seria ter direito a voto. Além disso, colocá-lo no mesmo nível do governo foi impossível em função do estado de guerra e das disputas internas. Manteve-se, assim, o poder dos estancieiros. Mesmo do lado uruguaio, a situação não foi diferente. Desde o Gral. Lecor, as terras foram divididas entre os nobres e dadas, como recompensas, aos militares.

Considerações Finais

As análises dos dados do Rio Grande do Sul, ao serem cruzados dados sociais e dados da estrutura fundiária, indicam que aquelas regiões que formaram a Vacaria del Mar, palco das disputas territoriais que já haviam começado no século XVI, mas que tiveram destaque nos séculos XVIII e XIX, sobretudo até o ano de 1851 (ano do tratado definitivo dos marcos de fronteiras entre Brasil e Uruguai), são as regiões que apresentam maiores problemas sociais. A segunda metade do século XIX foi marcada pelo esforço das elites locais, tanto gaúchas quanto gauchas, para a manutenção do status quo, resultantes dos imbrólios pelas conquistas dos territórios.

Esses conflitos eram fruto da ambição portuguesa de ter um marco fronteiriço geográfico natural, o Rio da Prata, que também daria acesso ao interior da América. Paralelo a isso, a subvalorização espanhola, que tinha suas atenções voltadas para a mineração de metais preciosos na Bolívia e no Peru, só acabou valorizando mais a região a partir da construção da Colônia de Sacramento, por parte de Portugal, às margens do referido Rio, o que acabou sendo fonte de contrabando de metais preciosos. Isso era algo que a Espanha não aceitava.

A utilização do *Uti possidetis* no direito internacional público intensificou a corrida pela divisão e colonização das terras nessa região. Portugal foi muito eficiente neste processo e avançou significativamente em suas possessões anteriores ao Tratado de Madrid (1750). Todavia, as elites sabiam que dependiam da força de trabalho para levar adiante seus objetivos. El gaucho, que vivia de arrebanhar gado xucro, vivendo a cavalo, na liberdade do Pampa Gaúcho, era uma moeda valorizada para ambas as elites, por suas habilidades com o gado, bem como para servir de braços para os conflitos entre as elites, para definir de quem

seria essa região, que passou séculos sem ter um marco definitivo. Para El gaúcho restava “se abrigar” dentro de uma destas propriedades, destas sesmarias, ou estar contra a lei/estar contra as elites.

Para consolidar a apropriação da terra, na segunda metade do século XIX, foi criada a Lei de Terras (1850) e os cercamentos dos campos (1870-1890). A elite assim estava formada, com a propriedade da terra e com a propriedade da mão de obra (que valorizou após a proibição do tráfico negreiro em 1850). Ambas as elites foram ardilosas para a manutenção de seus status quo. Uma justa remuneração para essa massa de mão de obra, ora peão, ora soldado, seria o pagamento em terras. No entanto, a elite criou outra moeda de pagamento: o efêmero prestígio social.

Enfim, a estrutura social da região também foi desenhada por disputas territoriais exógenas, uma herança que segregou politicamente a cultura gaúcha em três países diferentes (Brasil, Uruguai e Argentina) e produziu elites, que continuaram os conflitos até o estabelecimento definitivo do alcance de poder de cada uma delas. Ao povo desta região restou apenas acatar o que lhe era imposto.

É inegável que ainda hoje há ressonâncias advindas das disputas territoriais nesta região. Seus problemas sociais em evidência deixam claro essa situação. Almeja-se que as antigas disputas territoriais, que cortaram o Pampa, que criaram e consolidaram elites, que trouxeram cercas, que dividiram politicamente povos tão próximos culturalmente, sejam superadas e que a diversidade, que o encontro entre os diferentes (tão semelhantes) seja o diferencial em busca do desenvolvimento em favor do povo que lá vive. Que a integração seja propulsora do desenvolvimento e que, de forma verdadeira, e não demagoga, possamos afirmar: “sirvam nossas façanhas de modelo à toda terra!”.

Referências

ABELLA, Gonzallo. **Historia Diferente del Uruguay**. Montevideo: Betum San, 2008.

BENTANCOR ROSÉS, Gladys T. **El espacio cotidiano fronterizo a traves de las estrategias de vida de uruguayos y brasileños en Rivera-Livramento**. 2002. 205 f. Dissertação (Mestrado). Universidad de la República, Montevideu, 2002.

BETANCOR, Gladys Teresa. **As fronteiras num contexto de mudanças: a vida cotidiana das cidades-gêmeas Rivera (Uruguai) e Sant’Ana do Livramento (Brasil)**. Ateliê Geográfico, v. 2, n. 3, Goiânia, maio 2008.

BRASIL. Decreto-lei Nº 601, Artº 1, de 18 de Setembro de 1850. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm> Acesso em setembro de 2013.

DEFFONTAINES, Pierre. **Como se constitui a rede de cidades no Brasil**. In.: Boletim Geográfico. Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, n. 15. 1938

DIEHL, A.A.; TATIM, D.C. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004

FALCON, Francisco. **Mercantilismo e transição**. 15ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1994.

GARCIA, Graciela Bonassa. **O domínio da Terra: Conflitos e Estrutura Agrária na Campanha Rio-Grandense Oitocentista**. 2005. 195f. Dissertação (Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul) UFRGS. Porto Alegre. Disponível em:<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/11393/000613729.pdf?sequence=1>> [Acesso em setembro de 2013](#)

GOES, Synesio Sampaio. **Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas: Aspectos da descoberta do continente, da penetração do território brasileiro exte-Tordesilhas e do estabelecimento das fronteiras da Amazônia**. Brasília: IPRI, 1991

GOULART, J. S. **A formação do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. **Além do latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 2006**. Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm>> Acesso em setembro de 2013.

INE. Instituto Nacional de Estatística. **Atlas Sociodemográfico y de la Desigualdad del Uruguay (2013)**. Disponível em:<http://www.ine.gub.uy/biblioteca/Atlas_Sociodemografico/Atlas_fasciculo_1_NBI_versionrevisada.pdf> Acesso em setembro de 2013.

LEAL, A. E. M.; Souza, C. E. G.. **Construindo o conhecimento pela pesquisa: orientação básica para elaboração de trabalhos científicos**. Santa Maria: Sociedade Vicente Pallotti, 2006.

NAHUM, Benjamín. **Breve historia del Uruguay independiente**. Montevideo: Banda Oriental, 2008.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

MEF. Programa de Pós-graduação em Estudos Fronteiriços. VI Seminário de Estudos Fronteiriços: Onde as fronteiras se encontram... Anais... Corumbá: UFMS, 2017. (2 a 4 de outubro de 2017).

OSÓRIO, Joaquim Luis. **Partidos Políticos no Rio Grande do Sul**: período republicano. Porto Alegre: Assembléia Legislativa, 1992, p. 17.

PACHECO, M. Schurmann; SANGUINETTI, M. L. Coolighan. **Historia del Uruguay**. Tomo 1 - Época Indígena, Hispânica y Libertadora. Montevideo: Monteverde, 1985.

PADILHA P. R. P.; TRENTIN, I. C. L. **Reconstituição Sócio-Econômica da Região das Missões / RS**. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/100461.pdf>> Acesso em: 03/07/2013.

PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. **A política rio-grandense no Império**. In: Rs: Economia e política. Por Guilhermino César e outros. Org. José Hildebrando Dacanal e Sergius Gonzaga. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

PINTOS, Aníbal Barrios. **Historia de los Pueblos Orientales**. Tomo II. Del Fin de la Guerra Grande al Novecientos. Montevideo, Ediciones de la Banda Oriental, 2008

PINTOS, Anibal Barrios. **Rivera: Una história diferente**. Tomo II. Montevideo: Ministerio de Educacion y Cultura, 1990.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Cível. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Acordo para permissão de residência, estudo e trabalho a nacionais fronteiriços brasileiros e uruguaios**. Brasília, 2004. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5105.htm> Acesso em: Fevereiro 2013.

PUCCI, A. S. **O Estatuto da Fronteira Brasil-Uruguaí**. Brasília: FUNAG, 2010.

RIBEIRO, Claudio Marques. **Estudo do modo de vida dos pecuaristas familiares da região da campanha do Rio Grande do Sul**. 2009. 300 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

RIO BRANCO, Miguel Paranhos. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de 1750/Miguel Paranhos Rio Branco; A tormentosa nomeação do jovem Rio Branco para o Itamaraty/Vasco Mariz**. Brasileira: FUNAG, 2010.

SÁNCHEZ, Andrea Quadrelli. **A FRONTEIRA INEVITÁVEL**: Um estudo sobre as cidades de fronteira de Rivera (Uruguai) e Santana do Livramento (Brasil) a partir de uma perspectiva antropológica. 2002. 209 f. Tese (Programa de Pós Graduação em Antropologia Social) – UFRGS, Porto Alegre.

SCHÄFFER, Neiva Otero. **Urbanização na Fronteira**: expansão de Sant'Ana do Livramento/RS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1993.

TERRA, Lygia; ARAUJO, Regina; GUIMARÃES, Raul Borges. **Conexões: Estudos de geografia do Brasil**. São Paulo: Moderna, 2009, p.19

TORRES, J. E. H. **A pecuária familiar uma realidade pouco conhecida**: estudo de caso sobre a caracterização e análise sócio-econômica da pecuária familiar no município de Sant´ana do Livramento/RS. 2001. 176 f. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

TORRONTEGUY, T. **As Origens da Pobreza no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

VERSCHOORE F., Jorge Renato de Souza. **Metade Sul**: uma Análise das Políticas Públicas para o Desenvolvimento Regional no Rio Grande do Sul. 2000. 170 f. Dissertação (3º) - Curso de Administração, Departamento de Escola de Administração da UFRGS, UFRGS, Porto Alegre, 2000. Disponível em:<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/2381/000273280.pdf?sequenc e=1>>. Acesso em: 02 jun. 2013

LEGISLAÇÃO TRABALHISTA APLICÁVEL AO FRONTEIRIÇO BRASIL-BOLÍVIA *The Labor Legislation Applicable to the Neighboring Brazil-Bolivia*

Fernando Lara Rocha de ALMEIDA*

Tchoya Gardenal Fina do NASCIMENTO**

Resumo: O Brasil é um dos países que mais recebe imigrantes. Através de métodos exploratórios e explicativos, quanto ao fim; e métodos bibliográficos e documentais, quanto ao meio, este estudo foi desenvolvido. O objetivo é analisar quais são os direitos trabalhistas do fronteiriço brasileiro e boliviano no outro lado da fronteira. Conclui-se que o fronteiriço possui garantia de tratamento igualitário na perspectiva trabalhista perante os nacionais dos dois países; que o Poder Judiciário trabalhista brasileiro tem aplicado os Princípios da Proteção e da Primazia da realidade nas suas decisões, garantindo os direitos trabalhistas aos fronteiriços, inclusive àqueles que não estão legalizados.

Palavras-Chave: Fronteiriço; Migração; Trabalhador; Direitos trabalhistas.

Abstract: Brazil is one of the countries that receive more immigrants. This study was designed with exploratory and explanatory methods, in terms of purpose; and bibliographical and documental methods, in terms of means. The main goal of this project is studying and analyzing the rights of the Bolivians and Brazilians on the other side of the border. One may conclude that there is legal guarantee of equal treatment for these workers, on the labor perspective, in comparison to the citizens from both countries, that the Labor Judiciary has applied the Protection and Primacy Principles of reality on its decisions. Ensuring, this way, the labor rights for the frontier workers, even those who have not been legalized.

Key words: Frontier; Migration; Worker.

Introdução

O debate sobre imigrantes, na maioria dos casos, ocorre apenas em âmbito interno e tem como objetivo discutir políticas nacionais. Desta forma, o estrangeiro ou fronteiriço é sempre visto como um “problema”. Oliveira (2006) afirma que: “Pouco se fala de políticas migratórias no panorama internacional, a não ser quando se referem a planos de segurança na fronteira”.

* Bacharel em Direito pela UFMS – Campus do Pantanal. Email: fernando.almeida@ufms.br

** Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Bauru-SP; Docente na UFMS – Campus do Pantanal; Mestre e Doutoranda em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional pela UNIDERP. Email: tchoya@terra.com.br

Entretanto, esta discussão deve ser ampla, pois as consequências da migração vão além da segurança, atingindo também setores sociais, políticos e econômicos.

Nesse contexto, o processo migratório de trabalhadores tem especial relevância no que diz respeito aos seus direitos de migração e os decorrentes pela relação de trabalho.

Muitas vezes o migrante, até pela sua situação de vulnerabilidade, acaba sendo utilizado como mão-de-obra barata para a construção civil, indústria têxtil, serviços domésticos e agricultura, sendo presa fácil para os trabalhos indesejáveis, perigosos e difíceis. Em alguns casos esses trabalhadores são colocados em condições análogas a escravo.

A importância do presente tema fundamenta-se na conjuntura da realidade migratória que se observa em várias fronteiras do mundo e do nosso país. A migração internacional decorre de vários motivos, dentre eles: pobreza, conflitos armados, opressão política, desequilíbrios demográficos, ausência de participação em processos políticos e muitos outros. Estes fatores levam milhares de pessoas a deixarem seu país de origem na procura de vida melhor em países mais desenvolvidos, pacíficos e democráticos.

O Brasil se destaca na América Latina como um dos países que mais recebe imigrante. Vários são os motivos para isso, entre eles estão a sua situação econômica, política e social perante seus vizinhos e o acesso fácil devido a sua extensão territorial (o Brasil faz fronteira com 11 dos 13 países da América do Sul).

Entretanto, o nosso país não tem dado a devida atenção para este fato. O que aumenta a importância e justifica a realização de trabalhos que buscam evidenciar a realidade dos migrantes, neste caso a legislação trabalhista aplicável aos trabalhadores fronteiriços.

Esta pesquisa adotou os métodos exploratórios e explicativos, quanto ao seu fim; e métodos bibliográficos e documentais, quanto ao seu meio (Vergara, 1998)

Assim, o presente estudo objetiva demonstrar e analisar quais são os direitos do boliviano fronteiriço que trabalha no Brasil e do brasileiro fronteiriço que trabalha na Bolívia; bem como fazer uma comparação da legislação trabalhista do Brasil e da Bolívia.

Para tanto, serão analisados os aspectos jurídicos e sociais que envolvem o trabalhador fronteiriço sob a ótica do princípio da Dignidade da Pessoa Humana, da Proteção e da Primazia da Realidade, os quais devem permear toda relação de trabalho, independentemente se o trabalhador é um nacional, estrangeiro ou fronteiriço.

E para atingir os objetivos deste trabalho será abordada a situação jurídica do fronteiriço, analisando as Legislações, Tratados Internacionais e Acordos Bilaterais que tratam de seus direitos trabalhistas, traçando-se um comparativo entre os direitos trabalhistas brasileiro e o boliviano, visando a elucidação e fiel aplicação das normas.

Antes de adentrar especificamente no assunto objeto da pesquisa, apresentase, a seguir, embasamento teórico sobre o Direito do Trabalho, Fronteira e o Trabalhador fronteiriço.

Direito do Trabalho no Mundo e no Brasil

Sobre a gênese do Direito do Trabalho, afirma Delgado (2014, p. 67):

O Direito do Trabalho surge no século XIX, na Europa, em um mundo marcado pela desigualdade econômica e social, fenômeno que tornou necessária a intervenção do Estado por meio de uma legislação predominantemente imperativa, de força cogente, insuscetível de renúncia pelas partes. Paralelamente a esses condicionamentos impostos pelo legislador, o rol de normas dispositivas existentes é reduzido, atenuando-se a autonomia de vontade das partes.

Importante ressaltar que a consolidação do Direito do Trabalho foi um processo que teve início no século XIX e foi sedimentado no início do século XX. O início da intervenção do Estado nas relações do trabalho foi tímido, por meio de leis esparsas que buscavam proporcionar melhores condições de trabalho e vida ao trabalhador (SAEGUSA, 2008, p. 23).

O Direito do Trabalho no Brasil foi pensado e criado para proteger o trabalhador. Há necessidade, entretanto, de diferenciarmos o trabalhador em sentido amplo e o trabalhador com vínculo empregatício. A CLT e boa parte das normas trabalhistas são voltadas apenas à proteção dos direitos do empregado, por isso a importância de diferenciá-los dos trabalhadores autônomos, eventuais, estagiários, etc.

De acordo com o art. 3º da CLT: “Considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário”.

Todavia, tamanha a importância da regulação da relação de trabalho que a Constituição Federal dedica cinco artigos, do 7º ao 11, para destacar os direitos dos trabalhadores.

Observa-se que a Carta Magna prevê que os trabalhadores no Brasil têm direito a: indenização compensatória nos casos de demissão arbitrária ou sem justa causa; Seguro-desemprego; Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; Salário-mínimo fixado em lei e nacionalmente unificado; irredutibilidade do salário; décimo terceiro salário; remuneração do trabalho noturno superior à do diurno; proteção do salário; participação nos lucros; salário-família; jornada de trabalho não superior a 8 horas diárias e nem a 44 horas semanais; jornada de 6 horas diárias para turnos ininterruptos de revezamento; hora-extra em no mínimo 50% a mais que a hora normal; repouso semanal remunerado; gozo de férias remuneradas anuais; licença-maternidade; proteção ao mercado de trabalho da mulher; aviso-prévio proporcional ao tempo de serviço; adicional para a execução de atividades penosas, insalubres e perigosas; aposentadoria; proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos; liberdade sindical; e greve.

Em legislações infraconstitucionais verifica-se ainda que, em nosso país, o empregado tem direito a: estabilidade no emprego para gestantes, dirigente sindical, representante de CIPA e empregado acidentado; intervalos inter e intrajornada de trabalho; e licença-paternidade.

Trabalhador Fronteiriço e Fronteira

A migração de trabalhadores é um fenômeno social do mundo globalizado, com implicações nos direitos trabalhistas e previdenciários e garantias fundamentais internacionalmente reconhecidas. É fenômeno antigo que adquiriu maior relevância a partir da experiência europeia, onde o processo de integração é o exemplo mais avançado hodiernamente e o trabalhador migrante, seja fronteiriço ou não, possui

igualdade de tratamento e de direitos em relação aos nacionais de qualquer país integrante da União Europeia (SANTOS & FARINA, 2011, p. 222).

A Organização das Nações Unidas, após a Convenção para a Proteção dos Trabalhadores Migratórios e seus familiares, definiu trabalhador fronteiriço como sendo todo trabalhador migrante que conserve sua residência habitual no país vizinho ao que trabalha e para onde retorna a cada dia ou uma vez por semana.

No ordenamento pátrio, a definição de trabalhador fronteiriço está prevista no art. 215 do Estatuto do Estrangeiro – Lei 6.815/1980 – que diz que é o natural de país limítrofe, que tenha domicílio em cidade contígua ao território nacional, conferindo-lhe direito de exercer trabalho remunerado e a estudar no Brasil.

O termo Fronteira, segundo Foucher (1991, p. 38-39), está relacionado às “estruturas espaciais elementares, de forma linear, que correspondem, ao invólucro contínuo de um conjunto espacial, mais especificamente, de um Estado-Nação”.

A palavra fronteira é um substantivo derivado da palavra *front*, ou frente, demonstrando, assim, a sua origem militar, pois no período medieval era utilizada para designar aqueles que estavam na vanguarda das tropas combatentes (FOUCHER, 1991, p. 39).

Para compreender melhor o conceito de trabalhador fronteiriço é preciso visualizar a região de fronteira como um local no qual as populações compartilham o mesmo espaço - vale dizer - usufruem das facilidades de ambos os lados da fronteira. Ambiente cujo tratamento deve ser o mais integrado possível, diferenciado das outras regiões dos próprios países vizinhos, uma vez que possuem necessidades mútuas, comuns e criam um universo próprio, decorrente da intensa circulação de pessoas e serviços.

Tradicionalmente afastadas do poder central e de seus benefícios sociais, carentes de oferta de emprego e da rede de serviços dos grandes centros, é natural que haja um estreitamento das relações entre as populações fronteiriças, em busca de soluções comuns para seus problemas.

Neste sentido, oportuno trazer à colação o pensamento de Lopes (2009 apud FARINA & SANTOS, 2011, p. 225), para quem "a fronteira é um verdadeiro laboratório de integração regional, pois é justamente nela que a integração ocorre na

prática, onde ocorre o compartilhamento de diferentes culturas". Para aquela autora, a população da região fronteira (de ambos os lados da fronteira):

Não deveria ser tratada de maneira desigual e o processo de integração deveria ser facilitado porque estão compartilhando o mesmo ambiente e são aproximados por necessidades comuns. Consequentemente, colaborar com o vizinho próximo na busca de soluções de todos os tipos tem mais lógica do que esperar soluções de autoridades distantes (LOPES, 2009 apud FARINA & SANTOS, 2011, p. 225).

Ribeiro (2002), em artigo intitulado *Zonas de Fronteira na atualidade: uma discussão*, diz que:

A tendência atual de relaxamento tanto das barreiras fiscais impostas ao comércio internacional como do controle sobre o fluxo de pessoas, sobretudo nos países engajados na formação de blocos econômicos regionais, está provocando uma valorização crescente da cooperação transfronteira como forma de adaptação dos atores nacionais e subnacionais a transnacionalização da economia.

Esta interação ocorre não apenas em países que formam blocos econômicos, mas também em cidades distantes dos centros econômicos internos, porém com uma cidade-gêmea no país limítrofe, configurando uma zona de comunicação e troca. Nesse sentido, Ganster *et al* (1997, p. 376) afirmam que “as regiões de fronteira constituem pontes entre nações, ajudando a eliminar as barreiras físicas e psicológicas para tornar mais abrangentes as formas de cooperação internacional”.

Nos últimos anos, tem-se percebido maior sensibilidade dos governantes para esta realidade singular, uma vez que leis e políticas públicas estão sendo efetivadas para as regiões de fronteira do Brasil, entretanto ainda há muito o que se concretizar.

No interior dos Estados-Nacionais podem ser denominados de territórios especiais as Zonas Francas, as Zonas de Livre Comércio, os Centros Financeiros “Offshore” e as Zonas de Processamento de Exportação, na medida em que são espaços circunscritos submetidos a regimes jurídicos de exceção, estando neles suspensas ou alteradas as normas preexistentes no restante do país (MACHADO, 1996).

Direito do Trabalho na Bolívia

As principais normas relacionadas ao Direito do Trabalho estão previstas na Constituição Política do Estado Plurinacional e na Lei Geral do Trabalho - Decreto Supremo de 24 de Maio de 1939.

MEF. Programa de Pós-graduação em Estudos Fronteiriços. VI Seminário de Estudos Fronteiriços: Onde as fronteiras se encontram... Anais... Corumbá: UFMS, 2017. (2 a 4 de outubro de 2017).

Em várias leis trabalhistas existem princípios que devem ser respeitados, como o Princípio do Estado Protetor, o Princípio da condição mais favorável para o trabalhador, o *in dubio pro operário*, o Princípio da igualdade de tratamento, o Princípio da continuidade do emprego e o Princípio da Primazia da Realidade (ANTEZANA DE GUZMAN, 2012).

Apesar de, constantemente, decretos e leis favorecerem os trabalhadores, na realidade a resolução de conflitos de trabalho é complicada: requer investimento de dinheiro, processos demorados e dificuldades para o trabalhador resolver ou encontrar respostas para suas demandas (ANTEZANA DE GUZMAN, 2012).

Ao analisar a legislação trabalhista da Bolívia, verifica-se certa similaridade entre os direitos adquiridos pelos trabalhadores bolivianos e brasileiros. Na Bolívia também há Aviso-prévio, Férias, Salário-mínimo, 13º Salário, Proteção ao trabalho da Mulher e Infantil, Estabilidade em caso de acidente de trabalho, Licença-maternidade, Greve, Aposentadoria e um instituto semelhante ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, denominado Seguro de Vida. Diferentemente do Brasil, não há na Bolívia o Seguro-desemprego e o direito de Greve é vedado para os servidores públicos.

O salário-mínimo tem o valor atual praticamente equivalente ao do Brasil; a Jornada de trabalho semanal é de 48 horas para homens e 40 horas para mulheres; a Licença-maternidade é de 40 dias antes do parto e 40 depois do parto; a Licença-paternidade são 3 dias; as mulheres e os menores de 18 anos não podem trabalhar à noite, exceto na área de saúde e serviços domésticos; as Férias são de 30 dias apenas para aqueles que têm mais de 10 anos de contribuição.

O trabalhador boliviano que presta serviço nas regiões de fronteira do país faz jus a um adicional de 20% sobre o salário-mínimo.

Direitos Trabalhistas assegurados aos estrangeiros e o Acordo Brasil-Bolívia *Legislação Internacional*

Apesar da OIT – Organização Internacional do Trabalho ter sido criada em 1919 e de sua importância para o reconhecimento internacional e defesa de direitos trabalhistas e do direito de migração dos trabalhadores, foi somente após o advento da Segunda Guerra Mundial - que provocou enorme fluxo migratório entre dezenas

de países - que o direito de migração e o direito ao trabalho, como fundamento da dignidade humana, adquiriram prioridade no cenário político-internacional, especialmente com a ONU (Organização das Nações Unidas) e a Declaração dos Direitos Humanos em 1948 (SANTOS & FARINA, 2011, p. 221).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos consagra o trabalho como direito inalienável e essencial à dignidade do ser humano (art. XXIII). Entre os direitos e garantias previstas na Declaração supracitada, algumas possuem conexão com o tema deste trabalho, são eles: de migração, ao trabalho, à seguridade social, a não discriminação por nacionalidade, ao trabalho em condições justas e favoráveis, à remuneração justa e satisfatória, à proteção contra o desemprego, à organização sindical, à liberdade de locomoção, à educação, à saúde, à dignidade, e à invalidez.

Assim, a Declaração Universal de Direitos Humanos tornou-se uma referência de valores éticos universais, os quais passaram a orientar as políticas públicas e legislações de vários Estados. Basta observar a Carta Magna brasileira que se verifica a presença de vários direitos e garantias inspirados na Declaração de 1948.

Em 1925, foi aprovada, pela 7ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho (Genebra), a Convenção nº 19, que entrou em vigor no plano internacional em 8.9.26. Ela foi promulgada no ordenamento jurídico brasileiro pelo Decreto n. 41.721, de 25.6.57, e entrou em vigor no dia 25 de abril de 1958. Ela assegura aos estrangeiros que sofrerem acidentes de trabalho o mesmo tratamento que é dado aos nacionais em matéria de indenização (art. I), sem nenhuma condição de residência no país (art. II). Dessa forma, o trabalhador fronteiriço está protegido por esta convenção.

Em 1949, foi aprovada, na 32ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho (Genebra), a Convenção nº 97, que entrou em vigor no plano internacional em 22.1.52. Ela foi promulgada no ordenamento pátrio pelo Decreto nº 58.819, de 14.7.66, e entrou em vigor em 18 de junho de 1966. Ela prevê a igualdade de direitos trabalhistas ao imigrante legal nos países signatários. Entretanto, esta convenção exclui os fronteiriços dos direitos garantidos por ela.

Destaca-se que a política interna do nosso país assegura a igualdade de tratamento entre os nacionais e estrangeiros nas questões trabalhistas e de previdência social.

Legislação Nacional

A Constituição Federal/1988 prevê em seu art. 1º que a República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito, tendo como Fundamentos: a soberania; a *cidadania*; a *dignidade da pessoa humana*; os *valores sociais do trabalho* e da livre iniciativa.

Em seu art. 3º estão os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: *construir uma sociedade livre, justa e solidária*; garantir o desenvolvimento nacional; *erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais*; *promover o bem de todos*, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

No art. 4º temos os princípios da República Federativa nas relações internacionais, entre eles está que o Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

Já o art. 5º, inciso XIII, da Constituição Federal assegura a liberdade do exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer. Trata-se do chamado Princípio da liberdade de trabalho, o qual não é totalmente incondicionado ou ilimitado, como se verifica na parte final do referido dispositivo constitucional.

O art. 6º da Constituição da República, por sua vez, assegura, como direito social, de ordem fundamental, o *direito ao trabalho*.

O art. 8º, *caput* e incisos I e V, da Constituição Federal assegura o *princípio da liberdade sindical*, embora o texto constitucional estabeleça certas restrições ao referido princípio. Tanto é assim que o art. 8º, inciso II, prevê o *princípio da unicidade sindical*, ao vedar a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial.

O inciso I do art. 7º da Constituição fundamenta-se no *princípio da proteção da despedida arbitrária ou sem justa causa*, bem como remonta ao princípio da continuidade da relação de emprego.

O caput do art. 5º alberga os brasileiros e os estrangeiros residentes no país, entretanto, o entendimento do STF tem sido no sentido de abarcar todos aqueles que estiverem em território nacional, independentemente de serem residentes ou não (HC 94.016, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 16.9.2008, Segunda Turma, DJE de 27.2.2009 e HC 94.404, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 18.11.2008, Segunda Turma, DJE de 18.6.2010.) Decisão acertada e justa, pois, se assim não fosse, um trabalhador estrangeiro sem residência ou em situação irregular poderia trabalhar sem ter seus direitos trabalhistas assegurados.

O trabalhador estrangeiro pode exercer qualquer trabalho, profissão e ofício, tendo os requisitos legais, nos termos do art. 5º, XIII. Inclusive os cargos que são providos por concurso público, nos termos do art. 37, I. Exceto os cargos privativos de brasileiros natos previstos no art. 12, §3º.

Ao analisar a legislação nacional, constata-se que a Carta Magna e o Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815/80) definem a situação jurídica do estrangeiro no país. Para isto, foi criado o Conselho Nacional de Imigração, que é regulamentado pelo Decreto 86.715/81. Verificam-se também outras normas esparsas sobre o ingresso no Brasil para trabalhadores em situações específicas.

Sobre a atuação do trabalhador estrangeiro, Nascimento (2016, p. 130) pontua que:

É critério vigente a proibição de livre circulação em alguns casos e a admissão do estrangeiro para alguns tipos de empregos: a) cargos, empregos e funções públicas reservadas aos nacionais; b) atividades consideradas contrárias ao interesse nacional; c) pesquisa e a lavra de recursos minerais, prospecção, exploração e aproveitamento das jazidas, minas e demais recursos minerais e dos potenciais de energia hidráulica, salvo autorização do Ministério a que estiver afeta a questão.

O Estatuto do Estrangeiro prevê no art. 4º as hipóteses de concessão de visto e a correspondente classificação de ingresso: Trânsito, Turista, Temporário, Permanente, Cortesia, Oficial e Diplomático.

No art. 21, o referido Estatuto, regulamenta e dá uma situação diferenciada ao Fronteiriço, que é aquele situado defronte à fronteira do país. É o natural de país limítrofe — fronteiriço —, domiciliado em cidade contígua ao território brasileiro,

respeitados os interesses da segurança nacional, poder-se-á permitir a entrada nos municípios fronteiriços a seu respectivo país, desde que apresente prova de identidade. Vale destacar que o fronteiriço para exercer atividade remunerada deverá obter documento especial e carteira de trabalho e previdência social (art. 21, § 1o).

No art. 7º, o Estatuto do Estrangeiro estabelece as situações que o visto não será concedido: I — menor de dezoito anos, desacompanhado do responsável legal ou sem a sua autorização expressa; II — considerado nocivo à ordem pública ou aos interesses nacionais; III — anteriormente expulso do país, salvo se a expulsão tiver sido revogada; IV — condenado ou processado em outro país por crime doloso passível de extradição; V — que não satisfaça as condições de saúde estabelecidas pelo Ministério da Saúde do país de ingresso, disposições já previstas pela nossa lei.

A Consolidação das Leis Trabalhistas não possui normas relativas ao Fronteiriço. Ela apenas faz referência ao Estrangeiro. E como este é gênero e aquele espécie, as normas também devem ser aplicadas ao fronteiriço.

No art. 17, a CLT determina que não se aplica ao estrangeiro a obtenção da Carteira de Trabalho e Previdência Social mediante declarações verbais de duas testemunhas. O estrangeiro deverá apresentar obrigatoriamente o documento de identidade ou o Visto de Imigração.

A Consolidação das Leis do Trabalho, nos arts. 352 e seguintes, estabelecem reserva de mercado com a denominada lei dos dois terços, ao instituir uma proporcionalidade de empregados brasileiros nas empresas nacionais, segundo o princípio da nacionalização do trabalho (FARINA & SANTOS, 2011, p. 233).

E no art. 359, a referida Lei determina que toda empresa deve anotar no registro de empregado os dados referentes à nacionalidade.

Acordo entre Brasil e Bolívia

Por meio do Decreto 6.737, de 12 de janeiro de 2009, foi promulgado o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais

Fronteiriços Brasileiros e Bolivianos, celebrado em Santa Cruz da Serra, em 8 de julho de 2004.

O Acordo alberga os cidadãos fronteiriços e apenas nas cidades limítrofes dos dois países (art. III.3), não tendo respaldo jurídico das suas garantias se não estiver nas cidades estabelecidas por ele. As cidades determinadas são: Brasiléia (BR) a Cobija (BO); Guajará-Mirim (BR) a Guayeramirim (BO); Cáceres (BR) a San Matías (BO); e Corumbá (BR) a Puerto Suarez (BO). Esta lista poderá ser ampliada pelas partes, entretanto só poderá atingir as localidades numa faixa de 20 quilômetros da fronteira.

Em seu art. I, o Decreto traz as situações que serão concedidas a Permissão de Residência, Estudo e Trabalho. Vale destacar que o art. I.1.b relata que será concedida Permissão para o exercício do trabalho, ofício ou profissão com as consequentes obrigações e direitos previdenciários deles decorrentes. O art. I.2 estabelece que os direitos atingem também os aposentados e pensionistas. E no art. I.3, regulamenta que a qualidade de fronteiriço poderá ser inicialmente outorgada por 5 (cinco) anos, prorrogável por igual período, findo o qual poderá ser concedida por prazo indeterminado, e valerá, em qualquer caso, exclusivamente, nos limites da localidade para a qual foi concedida.

O art. II trata do Documento Especial Fronteiriço, o qual poderá ser fornecido para aqueles que solicitarem a Permissão conforme as situações do art. I. Na segunda parte, art. II.2, é ressaltado que a posse do DEF não dispensa o uso dos documentos de identidade já estabelecidos em outros acordos vigentes entre as Partes.

O art. III traz a relação de documentos exigidos para a obtenção do Documento Especial Fronteiriço, os órgãos que são responsáveis pela sua emissão e quem não poderá obter o DEF. O Departamento de Polícia Federal do Brasil e o Serviço Nacional de Migração da Bolívia são os órgãos responsáveis pela emissão e concessão do documento especial de fronteiriço (art.III.1). Para a sua obtenção o fronteiriço não poderá ter sofrido condenação criminal ou não estar respondendo a processo penal nas Partes ou em terceiro Estado (art. III.5) e apresentar os seguintes documentos: passaporte ou outro documento de identidade válido admitido pelas Partes em outros acordos vigentes; comprovante de residência em

alguma das localidades previstas no Anexo deste Acordo; documento relativo a processos penais e antecedentes criminais nos locais de residência nos últimos 5 (cinco) anos; duas fotografias tamanho 3x4, coloridas e recentes; e comprovante de pagamento da taxa respectiva (art. III.4). No caso de menores, o pedido será formalizado por meio dos tutores ou representante legal e com o conhecimento das autoridades competentes (art. III.7).

A qualidade de fronteiroço será cancelada se ocorridas as hipóteses previstas no art. IV.1, são elas: perda da condição de nacional de uma das Partes; condenação penal em qualquer das Partes ou em terceiro Estado; fraude ou utilização de documentos falsos para sua concessão; obtenção de outro status migratório; ou tentativa de exercer os direitos previstos neste Acordo fora dos limites territoriais supracitados.

O art. V relata que este Acordo não modifica direitos e obrigações estabelecidas por outros acordos e tratadas vigentes.

Por outro lado, Nascimento (2016, p.131) assevera que o objetivo dos Acordos Bilaterais ou Multilaterais é:

[...] a harmonização das legislações e não a uniformização destas, objetivo considerado de difícil consecução diante da soberania de cada país e das suas peculiaridades, o que não impede a formação de um arcabouço jurídico comum [...]

É clara a intenção deste Acordo em possibilitar melhores condições para os fronteiroços dos dois países. Em que pese a previsão de aquisição da Carteira de Trabalho e Previdência Social pelos fronteiroços no Estatuto do Estrangeiro, o Decreto amplia a relação e reconhece os laços entre as duas nações.

Entretanto, Félix & Peixoto (2016, p. 85) ressaltam que:

[...] em que pese a assinatura e vigência do mencionado acordo bilateral, bem como a instituição do documento especial de fronteiroço, sua efetividade restou obstada em virtude da ausência de divulgação para aqueles que necessitam deste documento, bem como ainda teve sua eficácia reduzida em virtude de relações culturais existentes na região que configuram certo preconceito e discriminação com a população fronteiroça, em especial em face dos bolivianos residentes em território nacional (Corumbá).

Tutela Jurisdicional do Fronteiroço

Por fim, apesar da similaridade entre os princípios, direitos e garantias entre o ordenamento jurídico trabalhista do Brasil e da Bolívia, fica a dúvida: quem e em qual situação será aplicado o ordenamento jurídico brasileiro ou boliviano. Tratando-

se de fronteiroço que prestar serviço em outro país, estamos diante do instituto da jurisdição e não de competência. Dessa forma, mister faz necessário entender melhor o seu conceito.

Cintra, Grinover e Dinamarco (2004, p. 230) conceituam jurisdição:

Como poder, função e atividade. Ela é poder porque é manifestação do poder estatal, o qual outorga ao Estado Juiz o poder de substituir os litigantes e impor a eles a decisão por ele tomada. É função uma vez que denota atribuição aos órgãos estatais de dirimir os conflitos intersubjetivos com justiça, por meio do processo. E, por fim, é atividade uma vez que ao juiz é atribuído o poder de ação, por meio de atos processuais, em nome do Estado.

De acordo com Wambier (2003, p. 91), jurisdição é “a função do Estado, decorrente de sua soberania, de resolver os conflitos, na medida em que eles sejam apresentados, em lugar daqueles que no conflito estão envolvidos, através da aplicação de uma solução contida no sistema jurídico”.

Na Jurisprudência e na Doutrina é pacífico o entendimento da aplicação da lei do local de execução da prestação do serviço (Princípio da *Lex Loci Executionis* ou Princípio da Territorialidade do Direito Internacional). Como podemos observar na Súmula 207 do TST - CONFLITOS DE LEIS TRABALHISTAS NO ESPAÇO. PRINCÍPIO DA *LEX LOCI EXECUTIONIS*. A relação jurídica trabalhista é regida pelas leis vigentes no país da prestação de serviço e não por aquelas do local da contratação.

No mesmo sentido, temos o caput do art. 651 da CLT que determina que a ação trabalhista deva ser proposta no local de prestação de serviços. Assim, em regra, o fronteiroço brasileiro ao prestar serviço na Bolívia deve ingressar com a ação naquele país.

Porém, o §2º do art. 651 da CLT traz uma exceção. Ele autoriza referida ação nos casos em que o empregado seja brasileiro e não haja convenção internacional – o que não há – dispondo em contrário, a justiça brasileira apreciará os dissídios ocorridos em agência ou filial no estrangeiro.

E no §3º do art. 651 encontra-se outra exceção ao Princípio *Lex loci executionis*. Há a proteção ao empregado prestador de serviço para um empregador que realiza atividades fora do lugar do contrato. Assim aquele tem a faculdade de propor a reclamação no foro da celebração do contrato ou no foro da prestação dos serviços.

Em face de suas peculiaridades, como o livre trânsito na fronteira, entre um e outro país e o forte entrelaçamento das atividades empresariais, caso seja aplicada tão somente a lei do local da execução ou prestação dos serviços, em toda e qualquer circunstância, poderá ensejar prejuízos e situações típicas de injustiça social aos trabalhadores fronteiriços (FARINA & SANTOS, 2011, p. 243).

Observa-se que o trabalhador fronteiriço possui um amparo legal diferenciado pelas legislações internacionais e pelo ordenamento jurídico brasileiro. Assim, deve ser flexibilizado o Princípio da Territorialidade e do Local da prestação do serviço, haja vista que a sua aplicação de maneira indiferente resultará em prejuízos para este trabalhador, tais como a dificuldade de acesso ao Judiciário (por questões de compreensão do idioma, deslocamento e financeiras), dificuldade de apresentar provas testemunhais (pelos mesmos motivos) e até mesmo a diminuição do mercado de trabalho.

Farina & Santos (2011, p. 243) afirmam que:

Tratando-se de tema controverso e ainda não pacífico em nossos Pretórios, até que tenhamos uma normatização igualitária para reger tais conflitos, recomendamos que o julgamento leve em consideração não apenas o local da execução dos serviços, como também os demais princípios trabalhistas, entre eles o da Proteção, bem como a teoria do conglobamento, pelo fato de a região fronteiriça se postar como elemento diferenciador do universo das relações laborais.

Para melhor compreensão da questão, a casuística será dividida em Fronteiriço brasileiro e Fronteiriço boliviano.

Em que pese o mundo fático apresentar mais situações, o trabalhador fronteiriço brasileiro, de uma maneira geral, presta serviços na Bolívia em três situações: para empregador brasileiro, para empregador estrangeiro ou para empregador estrangeiro de mesmo grupo econômico de empresa brasileira.

Na primeira situação - em que o trabalhador brasileiro labora para empregador brasileiro, mas o local da execução do serviço se dá na Bolívia - o trabalhador poderá ajuizar a ação trabalhista no Brasil e seu contrato de trabalho será regido pelas leis trabalhistas brasileiras. Para isto, ele invocará o art. 651, §2º e o art. 12 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Lei 12.376/2010).

Nesse sentido, o Tribunal Regional do Trabalho de Mato Grosso do Sul- TRT 24ª Região, em uma situação semelhante à estudada, ao julgar um caso envolvendo um trabalhador fronteiriço no Paraguai, adotou o seguinte entendimento:

MEF. Programa de Pós-graduação em Estudos Fronteiriços. VI Seminário de Estudos Fronteiriços: Onde as fronteiras se encontram... Anais... Corumbá: UFMS, 2017. (2 a 4 de outubro de 2017).

Quanto à legislação aplicável ao caso em análise deve ser observada a lei brasileira, já que as partes são brasileiras, com domicílio no Brasil, e o simples fato do obreiro ter executado seus serviços no estabelecimento sediado no Paraguai, não é suficiente para atrair a aplicação da legislação estrangeira (Processo TRT-MS-ROPS-00116-2002-066-24-00-0).

Na segunda hipótese - em que o trabalhador brasileiro trabalha para empregador boliviano e executa seu ofício na Bolívia - a ação deverá ser proposta na Bolívia, aplicando-se a legislação trabalhista boliviana (local em que se deu a contratação e a execução do serviço) em atendimento ao art. 9º da LINDB e ao art. 651, caput, da CLT.

E para as situações previstas como terceira hipótese (labor para empregador estrangeiro de mesmo grupo econômico de empresa brasileira), o trabalhador fronteiriço poderá ajuizar a ação em território brasileiro, com base no art. 651, §2º da CLT e art. 12 da LINDB. Até porque, para o Direito do Trabalho não importa a titularidade da empresa e sim se há uma unidade de controle econômico administrativo entre as empresas.

Com relação à tutela do trabalhador brasileiro, a atuação da jurisprudência brasileira tem grande preocupação em resguardar seus direitos, devido às conjunturas socioeconômicas e jurídicas desfavoráveis a que é submetido ao sair do Brasil. Isso sem contar as perdas na vida social e familiar desse empregado (FELIX, SILVA & MARANHÃO, 2005).

Para o trabalhador fronteiriço boliviano será adotada a mesma estrutura explicativa: laborar para empregador brasileiro e laborar para empregador estrangeiro.

Na primeira hipótese, se o trabalhador boliviano trabalhar no Brasil para empregador brasileiro, o fronteiriço boliviano poderá ajuizar ação trabalhista no Brasil invocando a obediência ao art. 651, caput e o Decreto 6737/2009. Com isso, o trabalhador boliviano estará amparado pela legislação trabalhista brasileira, independentemente de estar legalizado.

Obviamente que é recomendável a sua legalização e a emissão do Documento Especial Fronteiriço (DEF). Entretanto, há julgado garantindo o amparo da legislação brasileira com efeitos “*ex nunc*” para aqueles que não estão legalizados e sem o DEF (TRT-MS-RO-00519-2000-777-24-005).

Em situações de o trabalhador fronteiriço boliviano prestar ou executar o seu serviço no Brasil para empregador boliviano, fica comprometida a aplicação da legislação trabalhista brasileira, haja vista que a empresa não tem sede no país, o que dificultará a sua execução.

Considerações Finais

Após analisar as normas pertinentes ao trabalhador fronteiriço, em especial a legislação aplicada ao trabalhador da região estudada, percebe-se que este obreiro possui garantia legal de tratamento igualitário na perspectiva trabalhista perante os nacionais dos dois países.

O Decreto 6.737/09 ampliou os direitos aos fronteiriços do local sob questão, uma vez que o Estatuto do Estrangeiro não prevê direito de residência e estudos para essa espécie de Migrantes.

O Documento Especial Fronteiriço - o qual foi consolidado pelo Decreto 6.737/2009 - é um grande passo na efetivação dos Direitos Humanos, uma vez estabelece ao fronteiriço, além do direito da aplicação do Direito do Trabalho e Previdenciário do país em que estiver, por meio da retirada da Carteira de Trabalho e Previdência Social, o direito de residência e matrícula aos seus dependentes, dando segurança ao trabalhador e sua família.

O Poder Judiciário trabalhista brasileiro tem sido sensível à situação vulnerável do fronteiriço e tem aplicado os Princípios da Proteção e da Primazia da realidade nas suas decisões, relativizando a teoria da *lex loci executionis*, garantindo, assim, os direitos trabalhistas mesmo àqueles que não estão legalizados.

O trabalhador fronteiriço possui um amparo legal diferenciado pelas legislações internacionais e pelo ordenamento jurídico brasileiro. Assim, tem-se flexibilizado o Princípio da Territorialidade e do Local da prestação do serviço, haja vista que a sua aplicação de maneira indiferente resultará em perdas de direitos garantidos pela Constituição Federal e Convenções Internacionais.

Entretanto, não é através de Leis que um problema social é resolvido. Assim, para atingir de fato os objetivos propostos no Acordo entre o Brasil e a Bolívia, que é de integração das populações fronteiriças e a aplicação dos direitos humanos para

estes trabalhadores que muitas vezes são vulneráveis e marginalizados, fazem-se necessárias políticas públicas por parte dos dois países e em âmbito Nacional, Estadual e Municipal.

Referências

ANCEL, Marc. Utilidade e métodos do Direito Comparado. Porto Alegre : S. A. Fabris, 1980.

ANTEZANA DE GUZMAN, Patricia. Historia del Derecho Laboral. Fides Et Ratio, La Paz, v. 5, n. 5, abr. 2012 .

BARROS, Alice Monteiro de. *Curso de Direito do Trabalho*. 5ª ed. São Paulo: LTr, 2009.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Brasília, 2017.

_____. Decreto 6737, de 12 de Janeiro de 2009. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Brasília, 2017.

_____. Decreto-Lei 5.452, de 1º de Maio de 1943 – Consolidação das Leis Trabalhistas. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Brasília, 2017.

CAVALCANTI, Ligia Maria de Godoy Batista. *A Flexibilização do Direito do Trabalho no Brasil: Desregulação ou Regulação Anética do Mercado?*. São Paulo: LTR. 2008.

CINTRA, Antônio Araújo, GRINOVER, Ada Pelegrini, DINAMARCO, Cândido Rangel. *Teoria Geral do Processo*. Malheiros, 2004.

DELGADO, Mauricio Godinho. *Curso de Direito do Trabalho*. 13º ed. São Paulo: LTr, 2014.

FÉLIX, Ynes da Silva e PEIXOTO, Emini Silva. *A Eficácia da Norma que instituiu o documento especial Fronteira Brasil - Bolívia*. In: *Fronteira dos Direitos Humanos. Direitos Humanos nas fronteiras*. ed. UFMS, 2016.

_____, SILVA, Luana Gatass; MARANHÃO, João Guilherme F. *Direitos Trabalhistas aplicáveis ao trabalhador da fronteira*. In: *Território sem Limites: Estudos sobre fronteiras*. Campo Grande-MS. ed. UFMS, 2005.

FOUCHER, M. (1991): *Fronts et Frontières – un tour du monde géopolitique*. Paris, Fayard, (orig.1988).

GANSTER, P.; SWEEDLER, A.; SCOTT, J.; DIETER-EBERWEIN, W. (Ed.) (1997): *Border and Border Regions*. In: Europe and North America. San Diego, IRSC/SDSU Press.

MACHADO, Lia Osorio. (1996): *O Comércio Ilícito de Drogas e a Geografia da Integração Financeira: Uma Simbiose?* in Castro, I. et al (org.), *Brasil: Questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil. Disponível em: <http://www.retis.igeo.ufrj.br/wp-content/uploads/1996-O-com%C3%A9rcio-il%C3%ADcito-de-drogas-e-a-geografia-da-integra%C3%A7%C3%A3o-financeira-uma-simbiose-LOM.pdf>. Acesso em 17 mar 2017.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Direito Contemporâneo do Trabalho*. 1º ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

OLIVEIRA, Márcia Maria de. *A mobilidade humana na tríplice fronteira: Peru, Brasil e Colômbia*. 2006, vol. 20, n. 57, p. 183-196. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000200014. Acesso em 16 mar 2017.

RIBEIRO, Leticia Parente. 2002. *Zonas de fronteira na atualidade: uma discussão*. *Terra Limitanea: Atlas da Fronteira Continental do Brasil*. Rio de Janeiro: Grupo RETIS/CNPq/UFRJ. Disponível em: <http://www.retis.igeo.ufrj.br/producao/artigos/zonas-de-fronteira-na-atualidade-uma-discuss%C3%A3o/#.WMvgU9LysdV>. Acesso em 17 mar 2017.

SAEGUSA, Claudia Zaneti. *A flexibilização e os princípios de direito individual e coletivo do trabalho*. São Paulo: LTr, 2008.

SANTOS, Enoque Ribeiro dos e FARINA, Bernardo Cunha. A igualdade jurídica do trabalhador fronteiriço. *Revista do Ministério Público*, nº41, 2011.

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 2º ed. Editora Atlas, 1998.

WAMBIER, Luiz Rodrigues. *Curso Avançado de Processo Civil*. v. 1. São Paulo: RT, 2003.

MERCADO DE TRABALHO NA ZONA DE FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA: A MOBILIDADE DE TRABALHADORES BOLIVIANOS PARA O BRASIL
Labor Market In The Brazil-Bolivia Frontier Zone: The Mobility Of Bolivian Workers To Brazil

Pedro Aguiar Tinoco do AMARAL*

Resumo: A mobilidade do trabalhador é fenômeno crescente nos dias atuais, e dentro da zona de fronteira ele ganha contornos específicos. A pesquisa vai analisar a situação de fronteira e como a mobilidade do trabalhador vai afetar o mercado de trabalho inserido na Zona de Fronteira Brasil-Bolívia. Para isso foram coletados dados da migração do trabalhador boliviano em relação a entrada e inserção no mercado de trabalho e levantou-se também o marco regulatório do Brasil em relação a entrada dos trabalhadores migrantes. Os resultados mostraram que os bolivianos entraram em grande quantidade no Brasil nos últimos anos.

Palavras-chave: Zona de fronteira; Mobilidade do trabalhador; Mercado de trabalho.

Abstract: The mobility of the worker is an increasing phenomenon in the present day, and within of the Border Zone it gains specific contours. The research will analyze the border situation and how the mobility of the worker will affect the labor market inserted in the Brazil-Bolivia Border Zone and data were collected on the migration of the Bolivian worker in relation to entry and insertion in the labor market, with emphasis on the type of work he performs at the destination. In addition, the laws of Brazil regarding the entry of migrant workers was also collected. The results showed that Bolivians have entered large numbers in Brazil in recent years.

Key-words: Border zone; Worker mobility; Labor market.

Introdução

A relativa mobilidade geográfica do capital em contraste com a do trabalho garante ao primeiro um grande poder de barganha. Assim, a ameaça constante de transferência de atividades produtivas é um importante instrumento na mesa de negociação de salários, benefícios e contratos com empregados. Por outro lado, onde não é possível realocar as atividades em busca de trabalhadores de baixo custo, é comum recrutar o trabalho migrante, legal ou ilegal. Dentro dessa perspectiva a zona de fronteira surge como um espaço em que vai tornar mais visíveis esses fenômenos, motivados pelas diferenças entre os lados, sejam elas

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação e Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisador no Grupo Retis/UFRJ. E-mail: pedro_aguiar7@hotmail.com

políticas ou econômicas. A partir desse contraste entre os dois lados que se vai criar uma dinâmica para um mercado de trabalho na Zona de Fronteira, onde de um lado se terá uma maior oferta de empregos e do outro uma pressão demográfica e busca por melhores condições trabalhistas (mais direitos) e de salário (HOUSE, 1980).

O fenômeno das relações entre migração e trabalho num contexto de fronteira possui, portanto, um caráter diferenciado por conta da proximidade dos territórios, com diferentes leis, economias, culturas e atividades de trabalho. Dentro da Zona de Fronteira do Brasil com a Bolívia o fenômeno adquire um contexto particular, por conta dos países terem estabelecido uma série de acordos bilaterais para as atividades laborais realizadas no âmbito dos dois países, sendo exercidas por migrantes ou por trabalhadores pendulares. No caso do Brasil o que se tem observado nos últimos anos é um interesse geopolítico em uma possível integração do mercado sul-americano e uma conectividade com os países vizinhos, como parte de uma estratégia para a expansão do seu mercado. Essas mudanças políticas podem ser um dos elementos que contribuíram para a intensificação da migração entre os países. Em relação à Bolívia, existe já um histórico de migração da sua população. Nos últimos anos houve um crescimento da emigração, o que pode ser decorrente dos problemas socioeconômicos locais e a situação que enfrentava a política nos anos 1990, sendo muitos atraídos para o Brasil em busca de um panorama diferente (SOUCHAUD, 2010; MERÇON, 2015).

Visto esses elementos se estabeleceu como objetivo principal analisar a evolução saída de trabalhadores da Bolívia para a entrada no mercado de trabalho do Brasil, observando os efeitos dentro da zona de fronteira e as implicações nas diversas escalas. Como objetivos específicos vai se buscar (i) analisar o movimento de saída de trabalhadores da Bolívia; (ii) verificar os locais de entrada desses migrantes e onde eles se inserem dentro da região de fronteira e de forma geral no território brasileiro; e (iii) entender como as políticas adotadas pelas leis que regem a mobilidade do trabalhador podem influenciar nesses aspectos.

Como recorte temporal para ser investigado, o período de 2000 a 2014 aparece com maior relevância, por abranger justamente um recorte recente do fenômeno a ser analisado e o período de crescimento da imigração boliviana para o Brasil. Outro fator importante para a análise que está presente dentro desse recorte é a mudança de perspectiva geopolítica da América do Sul, a partir de uma visão

integradora, que surge nos anos 1990, como a criação dos blocos econômicos, como o MERCOSUL, cujo Brasil é um dos fundadores e a Bolívia como associada e em processo de adesão.

O recorte se encontra limitado por essa forma também devido a disponibilidade de dados secundários. Os dados utilizados foram recolhidos a partir dos bancos de dados do Censo Demográfico da Bolívia, no INE, e do Brasil, no IBGE. Foram utilizados também dados de trabalho do Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS), do MTE. Além disso, utilizou-se uma leitura atualizada das leis e diretrizes com relação aos termos *migração*, *mobilidade* e *trabalho* do Portal da Legislação do Brasil.

Emigração Boliviana

Um dos fenômenos que vai ter efeitos importantes dentro do mercado de trabalho é a migração da população, sendo grande parte trabalhadores em busca de inserção no mercado de trabalho. A emigração de bolivianos é de grande importância para os países de destino, devido ao grande número de trabalhadores que entram no território, aumentando assim a oferta de trabalhadores, e muitas vezes movimentando o comércio e a economia local. Essa emigração se deu de maneira mais intensa a partir dos anos 1990, decorrente das diversas crises políticas e econômicas no país. Segundo Bandeira (2002), uma das hipóteses para explicar esse fenômeno é de que a partir de 1985 as escolhas políticas do país, como a adoção do sistema de livre mercado e um modelo neoliberal de governar, resultou em uma deterioração das condições de vida dos trabalhadores, principalmente os do campo, com 80% deles reduzidos à condição de miséria.

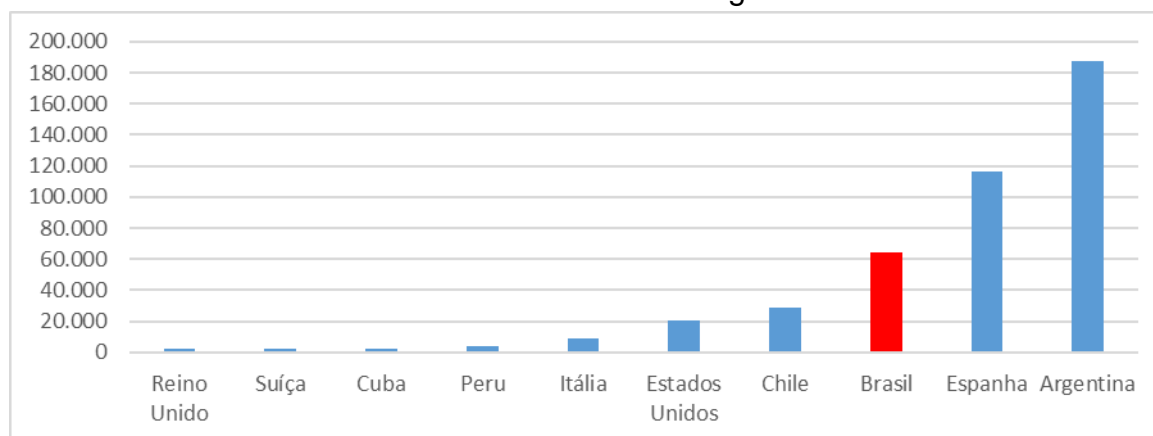
A conjuntura do momento apontava para mudanças nas formas de trocas entre países. Com o fim da Guerra Fria o que procede é um contexto de globalização e busca por interação, com a criação de blocos econômicos, com maior abertura para os fluxos econômicos e populacionais. Na América do Sul o MERCOSUL surge em 1991, como forma de buscar a interação regional entre os países e para maior facilidade de migração entre os países.

Apesar de inicialmente a Bolívia não ter sido um país membro ou associado do bloco, se encontrava próxima aos demais países fundadores e membros, o que

indicava uma visão para expandir seu papel no contexto sul-americano. Este fato, aliado à queda brusca na condição de vida do povo boliviano, fez com que muitos trabalhadores fossem buscar alternativas de trabalho em outros países. O destino de muitos deles foi, e continua sendo, os países vizinhos, devido a facilidade gerada pela proximidade e a pela nova política de integração.

O que se observa, a partir do gráfico 1, é que a maioria desses emigrantes se desloca para países fronteiriços como Brasil, Chile e, principalmente, Argentina. A proximidade geográfica contribui para que esses sejam os principais deslocamentos migratórios, seja por conta dos fatores políticos, como o acordo MERCOSUL ou acordos bilaterais, seja pelas dificuldades econômicas encontradas pelos emigrantes, dificultando deslocamentos mais longínquos. Outro país que se destaca como destino dos bolivianos é a Espanha, que apesar de não ter a proximidade geográfica, possui uma proximidade linguística e o histórico do colonialismo como um fator de proximidade cultural para o deslocamento migratório.

Gráfico 1- País de destino dos bolivianos emigrantes até o ano de 2012



Org.: AMARAL, P.A.T. (2016). Fonte: Censo demográfico 2012 – INE.

A Argentina é ainda o principal destino dos bolivianos devido não somente à proximidade geográfica e as diferenças socioeconômicas dos países, como também ao fator linguístico. Segundo Grimson (2006) o deslocamento de muitos bolivianos para a Argentina ocorre principalmente na década de 1990, porém, em um primeiro momento, encontrou diversas barreiras a partir de leis protecionistas em relação à entrada de imigrantes e a sua inserção no mercado de trabalho. A solução, segundo

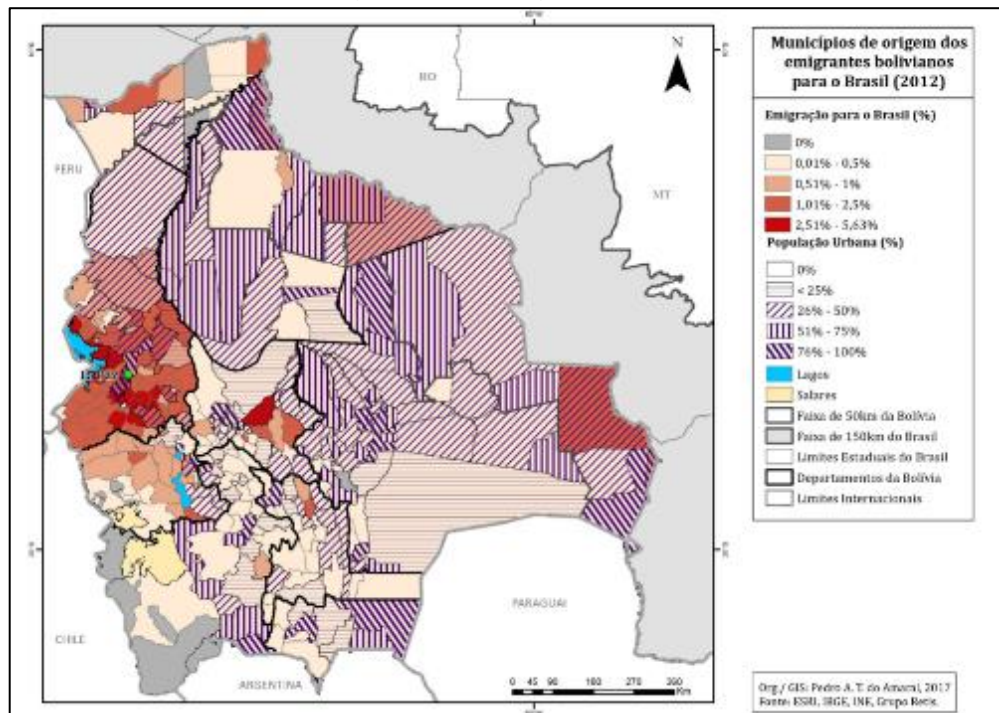
Benencia (2006), encontrada por esses imigrantes foi a de se alocar no trabalho agrícola, que se tornou esvaziado a partir do êxodo rural na Argentina. Com o tempo a Argentina passou a incorporar a mão de obra de imigrantes bolivianos no campo, como forma de sustentar sua economia agrícola e a alimentação interna.

Imigração para o Brasil

O Brasil aparece, por sua vez, como o terceiro maior receptor dos imigrantes bolivianos. Como apontado por Baeninger (2012), o país se insere nessa situação a partir da atual intensificação das migrações intra-regionais, fomentadas pela permeabilidade das fronteiras sul-americanas no contexto de integração econômica regional, tornando frequente a migração do tipo transfronteiriça. Esse tipo de fluxo migratório mais recente tornou o Brasil o quarto maior estoque de imigrantes com origem em países da América Latina (BAENINGER, 2012).

Segundo os dados, apresentados no Mapa 1, esses bolivianos saem de diversos municípios do país em busca de melhores condições no território brasileiro. É interessante notar que as maiores concentrações de emigrantes saem dos departamentos de La Paz e Cochabamba, região em que está a cordilheira dos Andes, e porção do país mais distante do Brasil. Outro elemento a ser destacado é o grande volume de emigrantes em municípios de baixa urbanização, ou rurais, o que pode estar relacionado ao fato, exposto aqui anteriormente, de que a população rural do país vive em condições mais precárias. Na Zona de Fronteira existe um volume menor de emigrantes para o Brasil, mas dois fatores podem estar ligados a isso: o primeiro é que a população desses municípios é menor do que a de outras regiões do país, portanto o volume de emigrantes é menor; e o segundo é que muitas vezes o indivíduo não faz migração por conta da proximidade, realizando apenas fluxos pendulares de ida e volta ao país. Em comparativo dentro da Zona de Fronteira o maior volume está no segmento sul, próximo ao Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, mas é uma região que também pode ser utilizada como rota para São Paulo, sendo assim apenas um espaço de passagem.

Mapa 1 – Município de origem dos emigrantes bolivianos para o Brasil (2012)



Outro fenômeno que pode ser apontado é a presença de espaços mais urbanizados na Zona de Fronteira com o Brasil. A intensa troca de fluxos comerciais e a saída da população do campo em direção ao Brasil servem como atrativo para se deslocar para as cidades próximas ao lado brasileiro, gerando a formação e expansão de centros urbanos nestas localidades fronteiriças, em especial nas cidades gêmeas⁴⁹.

Ao mesmo tempo em que ocorreu o processo de integração regional houveram também as mudanças no Brasil que proporcionaram o ‘boom’ migratório. Durante os anos 1990 ocorreu a consolidação econômica, depois do período de instabilidade monetária e financeira, e política, com o processo de redemocratização do final dos anos 1980. Isto acaba por colocar o Brasil com o papel de potência dentro da América do Sul, justificando assim a grande atratividade para a migração transfronteiriça (SOARES et al., 2015). Segundo Souchaud (2010), a busca dos

⁴⁹ As cidades gêmeas dentro da Zona de Fronteira Brasil-Bolívia são: Cobija (BOL)/Brasiléia(BRA)/Epitaciolândia (BRA); Guayaramerín (BOL)/Guajará-Mirim (BRA); e Puerto Suarez (BOL)/Corumbá (BRA).

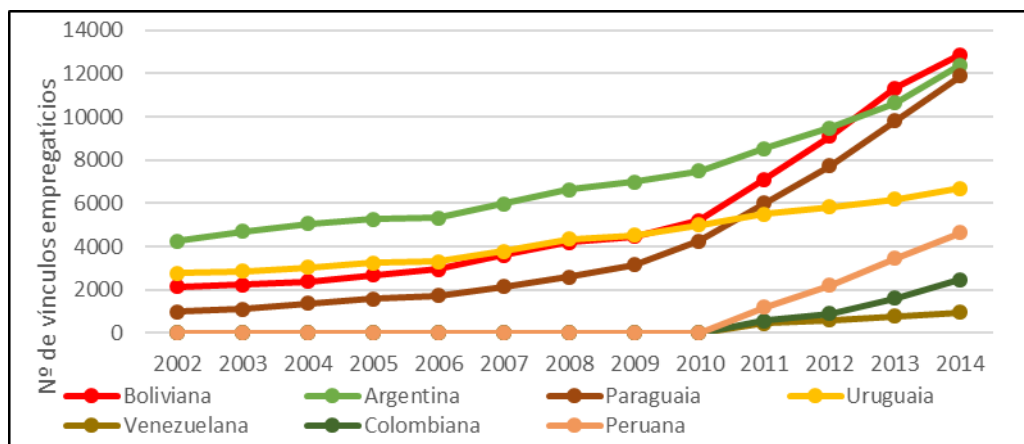
bolivianos pelo Brasil se intensifica justamente durante o período de crescimento brasileiro.

Um dos objetivos destes imigrantes é a busca por oportunidades de trabalho, renda e condições sociais oferecidas por um outro Estado, consideradas melhores do que no país de origem. Por conta disso é importante a inserção do imigrante no mercado de trabalho brasileiro. Para a sua fixação e maior estabilidade há uma busca pelo mercado de trabalho formal, que poderá garantir mais diretos, estabilidade e melhor renda.

A relevância do mercado de trabalho formal para o emigrante estrangeiro é demonstrada no gráfico 2, em que se apresenta a nacionalidade dos trabalhadores formais no período de 2002 a 2014, considerando apenas os países fronteiriços, com o intuito de mostrar o papel dessa migração regional recente. A partir dele é possível observar a presença cada vez maior dos trabalhadores bolivianos. Até o ano de 2009 os trabalhadores formais bolivianos estavam no terceiro lugar no comparativo com os demais países, atrás de Argentina e Uruguai (o que pelo pode ser justificado também pela menor presença de imigrantes bolivianos nesse momento, segundo o comparativo do Censo de 2000 e 2010 visto no Quadro 1). A partir de 2010 é que há um crescimento mais intenso do número de trabalhadores formais bolivianos, representando em 2013 e 2014, no Brasil, o maior número de trabalhadores formais estrangeiros vindos dos países fronteiriços. Esse crescimento pode ser explicado pelas mudanças ocorridas não só pelo fator de integração gerado pelos blocos, como pelas mudanças legislativas favorecendo a entrada dos imigrantes no mercado formal, como será visto posteriormente.

Em relação à distribuição espacial dos imigrantes bolivianos no mercado formal brasileiro, como se pode observar no Mapa 2, há uma presença de trabalhadores em quase todos os estados do Brasil, a maior parte nas capitais. A principal concentração dos bolivianos é no estado de São Paulo, em especial na capital paulista, onde se tem uma maior densidade econômica. Esse deslocamento para São Paulo ocorre justamente após uma entrada pela fronteira, onde os trabalhadores bolivianos primeiro se estabelecem, e com um crescimento econômico e com a ajuda das suas redes sociais posteriormente conseguem ir para São Paulo (TASSI et. al. 2012; SOARES et. al., 2015).

Gráfico 2 - Nacionalidade dos trabalhadores formais de origem de países vizinhos ao Brasil (2002-2014)



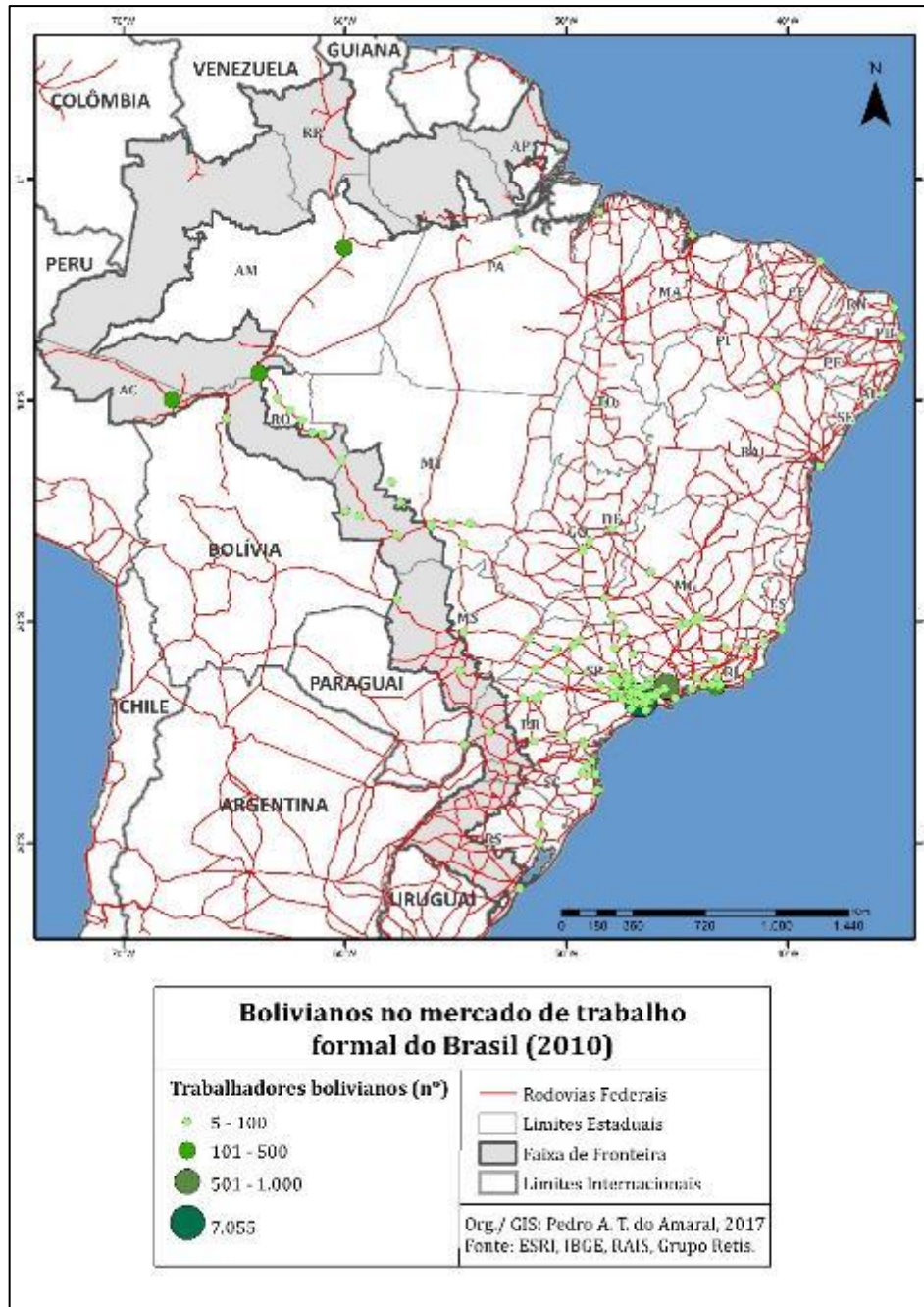
Org.: AMARAL, P.A.T. (2016). Fonte: RAIS (2002-2014) – MTE

Embora o número de trabalhadores formais de origem boliviana atuando em São Paulo salte aos olhos é importante destacar a grande densidade de pontos ao longo da Zona de Fronteira, com destaque para o segmento Brasil-Bolívia. As principais cidades próximas da fronteira com a Bolívia e que recebem esses trabalhadores se localizam, principalmente, em Rondônia, no sudoeste do Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul. Dessas cidades pode se destacar o volume de trabalhadores bolivianos em Corumbá (MS) e Guajará-Mirim (RO), cidades gêmeas na fronteira do Brasil, o que gera um grande aporte desses trabalhadores. Outras cidades que aparecem no mapa 2 são Rio Branco (AC), Porto Velho (RO) e Campo Grande (MS), capitais dos seus respectivos estados, sendo assim locais de grande atração de trabalhadores. Além dessas, as outras cidades que aparecem próximas à fronteira estão ao longo das rodovias federais BR-364 e a BR-262. Essas cidades são atrativas por terem o fator da conectividade, ou seja, tem uma dinâmica econômica maior, tendo maiores ofertas de trabalho, como também podem fazer parte do deslocamento, já que essas rodovias são rotas para chegar no estado de São Paulo.

Dentro do contexto da cidade esses trabalhadores bolivianos buscam pelas mais diversas formas de trabalho para gerar sua renda. Porém, como mostra o Quadro 1, apesar de ter aumentado consideravelmente o número de trabalhadores

formais, segundo o dado do RAIS, ainda há uma grande maioria de bolivianos imigrantes trabalhando no mercado informal, segundo o Censo Demográfico de 2010.

Mapa 2 - Bolivianos no mercado de trabalho formal do Brasil (2010)



Em quase todas as cidades em que há uma grande quantidade desses imigrantes a maioria está no mercado informal, como por exemplo em São Paulo, onde a principal concentração desses trabalhadores (aproximadamente 85%) está

no mercado informal. Isso acontece a despeito do que ocorre nas cidades analisadas, pois o padrão apresentado é de uma maioria de trabalhadores formais. No comparativo com o total de trabalhadores dessas cidades a maioria possui um mercado de trabalho mais formal do que informal, o que mostra a condição marginalizada de grande parte dos trabalhadores bolivianos.

Quadro 1 - Trabalhadores bolivianos X Trabalhadores totais nas principais cidades de destino dos bolivianos¹ (2010)

		Bolivianos				Total			
		Formal	(%)	Informal	(%)	Formal	(%)	Informal	(%)
Guajará-Mirim²	RO	160	27%	442	73%	7.113	47%	8.064	53%
Corumbá²	MS	89	20%	352	80%	22.449	51%	21.166	49%
<i>Porto Velho²</i>	RO	142	35%	267	65%	122.685	61%	76.812	39%
<i>Epitaciolândia²</i>	AC	56	37%	97	63%	1.731	30%	3.954	70%
<i>Costa Marques²</i>	RO	16	13%	111	87%	1.581	29%	3.925	71%
<i>Rio Branco²</i>	AC	43	39%	68	61%	77.519	56%	59.745	44%
<i>Cáceres²</i>	MT	20	19%	86	81%	17.935	50%	18.286	50%
<i>São Paulo</i>	SP	2.495	16%	13.306	84%	3.592.581	65%	1.953.886	35%
<i>Guarulhos</i>	SP	48	3%	1.346	97%	369.704	65%	197.105	35%
<i>Rio De Janeiro</i>	RJ	215	57%	165	43%	1.897.499	65%	1.022.834	35%
<i>Carapicuíba</i>	SP	45	14%	272	86%	114.663	70%	50.222	30%
<i>Osasco</i>	SP	36	15%	211	85%	217.982	69%	99.808	31%
<i>Campo Grande</i>	MS	16	9%	169	91%	238.148	59%	166.231	41%
<i>Itaquaquecetuba</i>	SP	23	15%	129	85%	81.255	61%	52.364	39%
<i>Ribeirão Preto</i>	SP	145	100%	0	0%	212.847	66%	110.982	34%
<i>Manaus</i>	AM	38	29%	92	71%	433.996	58%	312.526	42%
<i>Americana</i>	SP	0	0%	125	100%	75.069	67%	37.395	33%
<i>Cuiabá</i>	MT	92	91%	9	9%	170.369	61%	110.495	39%

¹Consideradas apenas as cidades com pelo menos 100 trabalhadores

²Dentro da Faixa de Fronteira. Em negrito as cidades gêmeas

Org.: AMARAL, P.A.T. (2016). Fonte: Censo Demográfico 2010 – IBGE

O Marco Legal da regulação do trabalho e migrações

Parte-se nesse trabalho da premissa de que o marco legal e as políticas governamentais produzem efeito sobre os fluxos e as condições de trabalho do imigrante. Visto isso, será revisado aqui as mudanças nas leis e acordos dos últimos anos na relação do Brasil com a Bolívia para a mobilidade do trabalhador e as relações entre os países.

A integração entre os países tem intensificado o uso da mão de obra do lado vizinho, prestação de serviços e arrecadação municipal, dando um impulso econômico na região (OLIVEIRA, 2010). Além disso, a entrada massiva de imigrantes, com muitos deles de forma irregular, gera um mercado informal nas cidades. Por conta disso existe um esforço político para promover mudanças nas leis e estabelecer acordos para o trabalho do imigrante.

Segundo Patarra et. al. (2013), as modificações na legislação brasileira, no que tange à imigração, especialmente a de bolivianos, passam a ocorrer a partir da intensificação da imigração desse país de modo indocumentado, agravada pelo fato de que o estatuto do estrangeiro, que vigorava desde 1980, só abranger os empreendedores e a mão de obra especializada.

A Lei 6.915/1980, ou lei dos estrangeiros, além de servir apenas para uma pequena parcela de trabalhadores, apresenta contradições em relação ao que é acordado internacionalmente pelos direitos humanos e do trabalho, que desde 1969, através da convenção da OIT determinou de que os estrangeiros devem ser tratados de forma igual (PATARRA et. al., 2013). As mudanças feitas pela Lei 6.964/1981, pouco altera o seu conteúdo, mantendo seu caráter autoritário e mostrando um viés nacionalista desenvolvimentista ao afirmar que:

A imigração objetivará, primordialmente, propiciar mão-de-obra especializada aos vários setores da economia nacional, visando à Política Nacional de Desenvolvimento em todos os aspectos e, em especial, ao aumento da produtividade, à assimilação de tecnologia e à captação de recursos para setores específicos. (Lei 6.964/1981).

Isso mostra que a intenção do governo da época, ainda no período militar, era do desenvolvimento econômico a partir da mão de obra especializada, rejeitando o trabalhador estrangeiro de baixa qualificação, como é comum em muitos países.

Com o retorno do estado democrático brasileiro, a partir do novo regime se coloca um olhar voltado para o desenvolvimento econômico, e que esse poderia vir através da integração econômica e social com os países da América Latina. Essa visão política é atrelada ao, já enfatizado aqui, contexto de desenvolvimento através da relação intra-bloco, o que gerou maior entrada de imigrantes na década de 1990. Em relação aos direitos do imigrante, a constituição de 1988 estabelece que todos devem ser tratados de forma igualitária, porém restringe o acesso dos estrangeiros

ao direito de votar, aos direitos de trabalho público, universitário e de julgamento igualitário.

A partir de 2006 começaram a surgir as primeiras iniciativas para provocar mudanças na lei, com um intuito de atender a população imigrante, sendo inclusive objeto de Consulta Pública (PATARRA, et. al. 2013). Apenas em 2009 surgiu o então projeto de Lei 5.655, que visava a alteração do projeto central para as migrações alterando seu texto para:

A aplicação desta Lei deverá nortear-se pela política nacional de migração, garantia dos direitos humanos, interesses nacionais, sócio-econômicos e culturais, preservação das instituições democráticas e fortalecimento das relações internacionais. (Lei 5.655/2009).

Essa alteração mostra um viés mais voltado para uma integração internacional, e de garantia de direitos para a população estrangeira, sem ferir os interesses do Estado brasileiro.

A lei que regula a migração tem passado por modificações recentes. Durante abril de 2017 o projeto de lei (que estava em tramite desde 2013) que altera o estatuto do estrangeiro foi aprovado em sessão do Senado, e em maio foi aprovada pela Câmara, faltando apenas a aprovação do presidente para a sanção. A chamada Lei de Migração tem como diretriz:

Dispõe sobre os direitos e deveres do migrante e regula a entrada e estada de estrangeiros no Brasil, revogando, em parte, o Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815/80). Regula os tipos de visto necessários para ingresso de estrangeiros no país. Estabelece os casos e os procedimentos de repatriação, deportação e expulsão. Dispõe sobre a naturalização, suas condições e espécies e os casos de perda de nacionalidade. Trata da situação do emigrante brasileiro no exterior (PLS 288/2013).

Dentro deste projeto se destaca o texto que define os residentes fronteiriços, como uma categoria própria, que seria “pessoa nacional de país limítrofe ou apátrida que conserva a sua residência habitual em município fronteiriço de país vizinho” (PLS 288/2013). Além disso, um dos princípios da nova lei visa a integração e desenvolvimento das regiões de fronteira e articulação de políticas públicas regionais capazes de garantir efetividade aos direitos do residente fronteiriço.

Em relação ao trabalho para os migrantes (incluindo os imigrantes e os residentes fronteiriços) ocorreram debates sobre como seria a abertura do mercado. Além disso, o projeto inclui anistia para os imigrantes e residentes fronteiriços irregulares que entraram no país até junho de 2016, e que requeiram a regularização

até um ano após a lei entrar em vigor. Dessa forma, o que se observa é que as mudanças discutidas nesse projeto de lei, de forma geral, provocariam mudanças para a região de fronteira e para o mercado de trabalho inserido.

Esse programa político voltado para a integração dos países e abertura para o trabalhador estrangeiro é algo presente nos últimos anos, o que pode ser visto pelas medidas adotadas pelo Brasil em relação à formação de um bloco econômico. Isso começa a ser visto a partir da concepção e criação do MERCOSUL, em 1991. Com a criação do bloco há um fortalecimento das relações interestatais na América do Sul, em especial no cone sul, facilitando o trânsito comercial e de imigrantes entre os países membros. No caso da Bolívia, se torna um país associado em 1996, facilitando as relações com os demais países, incluindo aí o Brasil. Dentro dos acordos estabelecidos pelo âmbito do MERCOSUL se destacam, com um papel fundamental no marco regulatório para a migração e o trabalho, os decretos legislativos de residência para os nacionais dos Estados partes, em 2004 e 2005, e para a regularização migratória interna de cidadãos dos países do MERCOSUL, de 2005 (PATARRA, et al., 2013).

Além da contribuição do bloco do MERCOSUL para a integração entre os países, um outro fator que facilitou a entrada de imigrantes no estado brasileiro foram os acordos bilaterais. Havia um grande número de imigrantes bolivianos entrando no Brasil, sendo muitos destes fora dos padrões legais. Esse grande número de irregulares, frente a legislação do Brasil, impulsionou um dos acordos bilaterais entre Brasil e Bolívia feito em 2005. Esse acordo regularizou parte dos migrantes, facilitando a entrada, e permanência, estendendo os prazos para retiradas de visto e a necessidade deles. Isso tornou possível que alguns desses imigrantes pudessem entrar no mercado de trabalho formal.

Dentre as decisões políticas que tiveram grande importância para a questão migratória no Brasil, uma que teve um papel fundamental na inserção dos imigrantes no mercado de trabalho foi a Lei da Anistia Migratória de 2009 (Lei 11.961/2009). Essa lei teve papel fundamental para regularizar a situação de todos imigrantes que entraram de forma indocumentada até o ano de 2009. Com a medida houve um impacto econômico e social no país. Do ponto de vista social pode se ver através da frase colocada pelo então presidente Lula de que “a questão da migração irregular tem aspectos humanitários e não pode ser confundida com criminalidade”,

havia ali uma vontade de garantir direitos aos até então irregulares. Porém, pode ser visto também uma perspectiva econômica de tentar inserir esse grande número de imigrantes irregulares dentro do mercado de trabalho formal no país, saindo do mercado informal, gerando assim renda e arrecadação aos municípios que receberam esses imigrantes. A contribuição dessa regularização pode ser vista nos dados apresentados na evolução do número de imigrantes no mercado de trabalho formal, pois foi a partir do ano de 2010 que houve um grande crescimento dos trabalhadores formais estrangeiros, em especial dos bolivianos.

Considerações Finais

Através do levantamento feito ao longo deste trabalho foi possível observar como a migração é um fenômeno multifacetado com diversos elementos que compõem o todo. A partir do seu crescimento advindo dos avanços tecnológicos que facilitaram os modos de transporte e comunicação, os tornando mais rápidos e eficiente, e consolidando as redes sociais, fundamentais para a consolidação das migrações.

A emigração de bolivianos é um fenômeno recorrente, mas ainda mais presente devido à crise política e econômica no país. O Brasil surgiu então como um dos principais locais para realizar a emigração. Muitos dos emigrantes saíram das áreas mais rurais da Bolívia, o que pode ser decorrente da situação precária na qual essas localidades se encontravam após a crise. O que se pode observar também é que parte desses emigrantes saíram da própria Zona de Fronteira, em especial de municípios limítrofes ao Brasil.

Do lado brasileiro os bolivianos foram o grupo de estrangeiros que mais cresceu no país, tendo nos últimos anos se tornado o principal fornecedor de mão de obra para o trabalho formal dentro os países fronteiriços ao Brasil. Esses imigrantes buscaram muitos dos municípios de fronteira, em especial aqueles de maior densidade econômica e populacional, como é o caso de Rio Branco (AC) e Porto Velho (RO). O que se destaca também é um grande deslocamento para o litoral sudeste do Brasil, área *core* do país, em especial para São Paulo, maior centro econômico.

Foi observado também que, apesar de muitos dos imigrantes bolivianos estarem inseridos no mercado de trabalho formal, a maioria deles está exercendo trabalho informal. Se faz necessário destacar ainda que os dados não são capazes de apresentar a totalidade dos trabalhadores, em especial no mercado informal pois muitos não declaram essa situação, muitos estão em situação indocumentada e ainda existem aqueles que realizam atividades de trabalho pendular, o que significa que ainda moram na Bolívia e não são registrados pelos dados do Censo Demográfico do IBGE.

Por fim, a partir das modificações das leis, assim como o estreitamento dos laços políticos dos países sul-americanos, com a criação do MERCOSUL, visou-se criar um mercado econômico integrado. Isso pode proporcionar uma maior entrada de bolivianos no mercado de trabalho brasileiro, ainda mais após a anistia de 2009. Porém ainda é difícil afirmar que exista verdadeiramente um mercado integrado, visto que os bolivianos ainda se inserem em mercado de trabalho informal, e possuem dificuldades de adquirir os vistos para trabalho, devido ao seu alto custo. Dessa forma, muitas das leis ainda estão apenas no papel, e com dificuldades de se passar para a prática, dando melhores condições de trabalho para os imigrantes bolivianos.

Referências

BAENINGER, R. O Brasil na rota das migrações latino-americanas. In: **Imigração Boliviana no Brasil**. 1ed. Campinas, SP: NEPO-UNICAMP, 2012, v. 1, p. 9-18.

BANDEIRA, L. A. M. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. **Revista brasileira de política internacional**, v. 45, n. 2, p. 135-146, 2002.

BAPTISTA, R.; VILAR, I. **Projeto da nova Lei de Migração segue para sanção presidencial**. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/04/18/projeto-da-nova-lei-de-migracao-segue-para-sancao-presidencial>>. Acesso em: 15 de maio de 2017.

BRASIL. **Lei n. 6.815, de 19 de agosto de 1980**. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. Brasília. 1980.

_____. **Lei n. 6.964, de 9 de dezembro de 1981**. Altera disposições da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que "define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração, e dá outras providências"., de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências. Brasília. 1981.

MEF. Programa de Pós-graduação em Estudos Fronteiriços. VI Seminário de Estudos Fronteiriços: Onde as fronteiras se encontram... Anais... Corumbá: UFMS, 2017. (2 a 4 de outubro de 2017).

_____. Ministério da Integração Nacional. **Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.

_____. **Lei n.11.961, de 2 de julho de 2009**. Dispõe sobre a residência provisória para o estrangeiro em situação irregular no território nacional e dá outras providências. Brasília. 2009.

_____. **Lei n.5.655, de 20 de julho de 2009**. Dispõe sobre os direitos e os deveres do migrante e do visitante, regula a sua entrada e estada no País e estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas para o emigrante. Brasília. 2009

_____. **Projeto de Lei do Senado nº 288, de 2013**. Dispõe sobre o ingresso, permanência e saída de estrangeiros no território nacional, o instituto da naturalização, as medidas compulsórias, transforma o Conselho Nacional de Imigração em Conselho Nacional de Migração, define infrações e dá outras providências. Brasília. 2017

BRASIL; BOLÍVIA. Secretaria-geral das Relações Exteriores. **Acordo sobre regularização migratória**. Brasília: Ministério de Relações Exteriores, 2005. Disponível em: <http://www3.mte.gov.br/trab_estrang/acordo.pdf>.

HOUSE, J. W. The Frontier Zone: A Conceptual Problem for Policy Makers. In: **International Political Science Review**. Vol. 1, págs. 456-477, 1980.

MACHADO, L. O. Limites, Fronteiras e Redes. In: STROHAECKER, T. M. et al. (org.). **Fronteiras e Espaço Global**. AGB – Porto Alegre, Porto Alegre, 1998, p.41-49.

MERÇON, M.. Imigrantes bolivianos no trabalho escravo contemporâneo: análise do caso Zara a partir das RPGS. In: **VI Jornada Internacional de Políticas Públicas**, 2013, São Luis. VI Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luis: UFMA, 2013. p. 34-44.

MOURA, R.; CARDOSO, N. A. . Mobilidade transfronteiriça: o ir e vir na fronteira do possível. In: SILVA, E.F.; GEDIEL, J.A.P.; TRAUZYNSKI, S.C. (Org.). **Direitos Humanos e políticas públicas**. 1ed. Curitiba: Universidade Positivo, 2014, v. 1, p. 263-280.

PATARRA, N. et al. Políticas públicas e migração internacional no Brasil. In: CHIARELLO, L. M. (Org.) **Las políticas públicas sobre migraciones y la sociedad civil en América Latina: los casos de Argentina, Brasil, Colombia y México**. Scalabrini International Migration Network: New York, 2013.

SOARES, W.; LOBO, C.; MATOS R. **Mobilidade espacial dos imigrantes estrangeiros no Brasil - 1991/2010**. REMHU - Revista Interdisciplinar Mobilidade Humana, Brasília, Ano XXIII, n. 44, p. 191-205, jan./jun. 2015.

SOUCHAUD, S. A imigração boliviana em São Paulo. **Deslocamentos e reconstruções da experiência migrante**, p. 267-290, 2010.

STEIMAN, R.; MACHADO, L. O. Limites e Fronteiras Internacionais: uma discussão histórico-geográfica. **Terra Limitanea: Atlas da Fronteira Continental do Brasil**. Rio de Janeiro: Grupo RETIS / CNPq / UFRJ. 2002.

STEIMAN, R. **Brasil e América do Sul: Questões Institucionais de Fronteira**. Terra Limitanea: Atlas da Fronteira Continental do Brasil. Rio de Janeiro: Grupo RETIS / CNPq / UFRJ. 2002.

TASSI, N. A. et al. El desborde económico popular en Bolivia: Comerciantes aymaras en el mundo global. **Nueva Sociedad**. Nº. 241, 2012.

ZARATE MAX, C. **Desenvolvimento das economias locais de fronteira: as dissimetrias, as possibilidades de cooperação econômica e o papel das proximidades organizacionais**. Observatorio Iberoamericano del Desarrollo Local y la Economía Social (OIDLES) 2 (5). 2008.

MÍDIA LOCAL DE FRONTEIRA NO EXTREMO SUL BRASILEIRO: O AGRONEGÓCIO COMO NOTÍCIA

Medios Locales de Frontera en el Extremo sur Brasileño: el Agronegocio como Noticia

Thaís LEOBETH*

Karla Maria MÜLLER**

Resumo: O presente artigo apresenta as primeiras impressões de uma pesquisa voltada à investigação de questões relacionadas à mídia local e as fronteiras nacionais, com enfoque especial à abordagem do agronegócio. O estudo dedica-se a dois jornais impressos locais, sendo um de Santana do Livramento, fronteira do Brasil com o Uruguai, e o outro de Uruguaiana, fronteira brasileira com a Argentina. Trabalha-se com a perspectiva das fronteiras nacionais como zonas de interação e a mídia a partir da teoria da Construção Social da Realidade. A perspectiva metodológica é orientada pelo Estudo de Caso, com aplicação da Análise de Conteúdo.

Palavras-chave: Mídia local; Fronteira; Brasil, Uruguai e Argentina; Agronegócio.

Resumen: El presente artículo presenta las primeras impresiones de una investigación orientada a la investigación de cuestiones relacionadas con los medios locales y las fronteras nacionales, con un enfoque especial al abordaje del agronegocio. El estudio se dedica a dos periódicos impresos locales, siendo un Santana do Livramento, frontera de Brasil con Uruguay, y el otro de Uruguaiana, frontera brasileña con Argentina. Se trabaja con la perspectiva de las fronteras nacionales como zonas de interacción y los medios de comunicación a partir de la teoría de la construcción social de la realidad. La perspectiva metodológica está orientada por el Estudio de caso, con aplicación del Análisis de Contenido.

Palabras clave: Medios locales; Frontera; Brasil, Uruguay y Argentina; Agronegocio.

Introdução

Em todo o mundo as fronteiras nacionais adquirem duplo sentido. Ao mesmo tempo em que sinalizam o território pertencente ao Estado, são também espaços onde diferentes formas de vida se encontram e, em alguns casos, se mesclam, formando uma condição existencial peculiar que não pertence tão somente a uma ou

* Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação (PPGCOM) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Jornalista. E-mail: thais.leobeth@gmail.com.

** Dra. em Ciências da Comunicação, Mestre em Comunicação, Relações Públicas, Jornalista e Publicitária. Professora pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação (PPGCOM) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: kmmuller@ufrgs.br.

a outra nacionalidade. A vasta extensão do limite geopolítico entre o Brasil e dez países da América do Sul é permeada por variadas conjunturas sociais e ambientais. Trata-se de diversidade de relações entre os habitantes locais, que foi se delineando ao longo da construção histórica das nações, com seus processos de colonização e independência, e que na atualidade influenciam as integrações.

Um elemento fundamental na interação permanente que ocorre nessas zonas de fronteira é a mídia local. Fomentadora das dinâmicas que permeiam o cotidiano dos fronteiriços, traz fatos, a cultura, interesses econômicos, religiosos e políticos. Esses aspectos têm sido revelados por pesquisas do campo da Comunicação, que evidenciam as riquezas culturais, peculiaridades e a importância da mídia local.

Ao articular formas simbólicas específicas, a mídia cria sistemas de representação capazes de concretizar ideologias de modo a auxiliar na manutenção da vida na fronteira (MÜLLER, 2006). Os dispositivos midiáticos, a seleção dos fatos e das fontes, bem como a abordagem trazida no texto jornalístico, possuem significações que estão inter-relacionadas com a comunidade. Conforme afirmam os pesquisadores Müller e Oliveira (2004, p. 09): “Mais do que um reproduzidor do que se passa no mundo, os meios de comunicação assumem, cada vez mais, o papel de sujeitos, inserindo-se como agente, participando ativamente dos rumos que tomam a sociedade”. A mídia não apenas reproduz, também participa, pois é um elemento social e em sua função, seleciona, interpreta e gera ressignificações ao público que, em algum grau, o assimila, e as mobiliza nas concepções que constrói acerca dos fatos.

O presente texto traz as primeiras impressões de uma pesquisa dedicada à investigação acerca da mídia local e das fronteiras nacionais, destacando um assunto que envolve aspectos econômicos e culturais do extremo sul do Brasil, que é o agronegócio. Atualmente, todo tipo de atividade agropecuária de alguma forma passa pelo sistema econômico do agronegócio, cuja definição, conforme Araújo (2007), compreende o conjunto de operações e transações envolvidas desde a fabricação dos insumos agropecuários, de produção, até o processamento, distribuição e consumo dos produtos “in natura” ou industrializados. O agronegócio é contemporâneo, no entanto, a sua base, a agropecuária, é desenvolvida na região fronteira desde o período de disputas pela formação dos limites estatais. O mesmo

ocorre com os países vizinhos, e, nesse sentido, o interesse pela investigação acerca da abordagem dessa temática na mídia de fronteira fundamenta-se também na importância que o mesmo possui para o Uruguai e para a Argentina e nos pontos estratégicos que simbolizam Santana do Livramento e Uruguiana.

As conexões sociais, políticas, econômicas e de infraestrutura representados por essas cidades constituem caminhos para as relações entre os países no que tange ao agronegócio. Nesse sentido, traz-se para reflexão a ligação dessa temática com práticas econômicas e culturais compartilhadas com as nações vizinhas a partir das comunidades formadoras das regiões fronteiriças do Rio Grande do Sul (Brasil) com Uruguai e Argentina, visto que o agronegócio é também uma realidade da porção fronteira desses países, bem como das respectivas economias nacionais.

Conforme Bencke (et al, 2016), a formação desses aspectos está relacionada ao Bioma Pampa, ecossistema campestre que abrange todo o Uruguai, o centro-leste da Argentina, o extremo sudoeste do Paraguai e o extremo sul do Brasil, precisamente, a metade sul do Rio Grande do Sul. O autor destaca que além de espaço natural, com paisagem, vegetação e biodiversidade típicas, o “Pampa é o berço do povo gaúcho, cuja cultura e tradições foram construídas sobre os campos nativos de um território de fronteira flutuante e em íntima associação com a atividade econômica mais antiga da região: a criação extensiva de gado” (BENCKE et al, 2016, p. 19). A menção à cultura trazida no presente texto parte da concepção descritiva elencada por Thompson (2013, p. 173), compreendida como o “conjunto de crenças, costumes, ideias e valores, bem como os artefatos, objetos e instrumentos materiais, que são adquiridos pelos indivíduos enquanto membros de um grupo ou sociedade”. A relação com o campo e com a produção pecuária e agrícola, além da economia, são componentes de um modo de vida, da formação histórica das regiões onde foram estabelecidas as fronteiras nacionais aqui tratadas e dos seus habitantes.

Realizado com o objetivo de identificar aspectos da mídia impressa local e da abordagem do agronegócio na fronteira enquanto assunto compartilhado pelos três países, o presente texto traz as primeiras impressões coletadas em uma pesquisa exploratória com *corpus* de textos publicados nos dias de realização da 39ª edição da Exposição Internacional de Animais, Máquinas, Implementos e Produtos Agropecuários (Expointer), em 2016, evento que recebe participantes dos referidos

países vizinhos. A pesquisa desenvolve-se por meio da perspectiva do Estudo de Caso (YIN, 2015) e aplicação de Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011), conforme será explicitado a seguir.

Aspectos metodológicos

A perspectiva metodológica da pesquisa orientada-se pelo Estudo de Caso. Conforme Yin (2015, p. 18), trata-se de “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo (o “caso”) em profundidade e em seu contexto de mundo real especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto puderem não ser claramente evidentes”. O estudo de caso caracteriza-se por preservar o caráter unitário do fenômeno pesquisado, assim, cada um dos pontos de interação entre povos fronteiriços representa peculiaridades. Embora sejam similares ao conjunto maior de fronteira a qual pertencem, a análise de cada lugar revela distinções entre eles, o que faz dos municípios pesquisados, e, especialmente, as zonas urbanas destes, cenários únicos. Nesse sentido, a mídia impressa local é também única. Embora pertença ao grupo de jornais interioranos e fronteiriços, há características que estão exclusivamente vinculadas ao seu público, que é o mesmo que distingue as comunidades umas das outras.

O presente estudo caracteriza-se especialmente por ser uma pesquisa Exploratória, pois esta “tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema” (GIL, 2002, p. 41). O autor explica que visa ao aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Trata-se, portanto, do movimento realizado para a elaboração das primeiras impressões da pesquisa aqui exposta. Para exploração do *corpus* trabalhou-se com Análise de Conteúdo, visto que esta objetiva “a manipulação de mensagens (conteúdo e manipulação desse conteúdo) para evidenciar indicadores que permitem inferir sobre outra realidade que não a da mensagem” (BARDIN, 2011, p. 52). Na construção da análise exploratória foram realizadas as etapas de organização da análise, codificação e categorização das mensagens.

A fundamentação teórica, bem como a construção da proposta, está embasada na pesquisa Bibliográfica. Segundo Prodanov e Freitas (2013), para tal, utiliza-se de material já elaborado, como livros e artigos científicos, resultando na composição do referencial teórico e em alguns casos pode ser também o objetivo

principal de um projeto. O suporte para a abordagem das fronteiras nacionais aqui trabalhadas fundamenta-se especialmente nos estudos de Müller (2006, 2015) e Chappini (2004, 2011). A abordagem sobre a mídia tem como suporte teórico Berger e Luckmann (2013) e Alsina (2009), com a perspectiva da teoria da Construção Social da Realidade, e os estudos de Dornelles (2013) para os jornais impressos locais, interioranos e fronteiriços.

Tem-se como casos, constituindo-se os objetos empíricos da pesquisa, os jornais *A Plateia*, de Santana do Livramento, município gaúcho localizado na fronteira com o Uruguai, e *Cidade*, periódico produzido em Uruguaiana, na fronteira com a Argentina. Os resultados aqui apresentados pertencem a um *corpus* de textos dos jornais correspondentes aos dias da 39ª Exposição Internacional de Animais, Máquinas, Implementos e Produtos Agropecuários (Expointer), realizada de 27 de agosto a 03 de setembro de 2016, no Parque de Exposições Assis Brasil, em Esteio/RS. A Expointer é considerada a maior feira a céu aberto da América Latina e conta com a participação de produtores e empresários do RS, de outros estados do Brasil, do Uruguai e da Argentina, entre outros países. Embora seja realizada na região metropolitana de Porto Alegre, a temática está diretamente relacionada com as regiões de fronteiras nacionais do estado.

Fundado em 1937, o jornal *A Plateia* é um dos segmentos de comunicação da empresa familiar Grupo A Plateia. Circula com periodicidade considerada diária, embora sejam quatro edições individuais (terça à sexta-feira) e uma edição para sábado, domingo e segunda-feira. É impresso com tiragem de 4 mil exemplares e possui 2,8 mil assinaturas. Caracteriza-se como único jornal bilíngue do país por editar uma versão em espanhol dedicada especialmente aos assinantes do município uruguaio de *Rivera*. A busca pela abordagem da temática do agronegócio no jornal *A Plateia* revelou 18 textos noticiosos, distribuídos em 7 edições contempladas a partir do recorte temporal estabelecido. A quantidade de exemplares que compõem essa amostra está condicionada a periodicidade do jornal, que à época possuía uma edição condensada, válida para sábados e domingos.

O jornal *Cidade* tem um histórico mais recente, com início das atividades em 1991, mas é o periódico com maior tempo de circulação em Uruguaiana. É uma empresa jornalística com infraestrutura de pequeno porte. Circula com periodicidade tri-semanal (terça e quinta-feira, e sábado). A tiragem atual é de 5 mil exemplares,

com 4.062 assinaturas. Do jornal *Cidade* foram contempladas 4 edições, nas quais foram identificados 24 textos relacionados à temática do agronegócio.

Abordar as fronteiras nacionais da região do Brasil, bem como os municípios sede dos jornais, requer contextualização da formação histórica desses lugares e do que representam enquanto zonas fronteiriças.

Fronteiras do extremo sul brasileiro

A fronteira do Brasil com o Uruguai é conhecida como um dos melhores exemplos do mundo de convivência fraterna entre as populações vizinhas. O historiador Gunter Axt (2012) entende que essa zona vive o que chama de luminosa interculturalidade, pois as batalhas cederam à paz, à convivência e ao intercâmbio, representados por uma linha, uma rua, que mais integra que separa. Na fronteira com a Argentina, o rio Uruguai é o demarcador dos limites estatais. Nessa zona fronteiriça, as pontes internacionais são os principais pontos de ligação física entre os países. Rivalidades históricas e talvez a própria separação natural refletem a relação um pouco menos harmoniosa entre brasileiros e argentinos. No entanto, não são impedimentos para a interação permanente que ocorre especialmente nas zonas urbanas das cidades. Müller (2006) destaca alguns elementos que unem os três povos pampeanos:

Favorecidos pela região platina, vínculos culturais aproximam as comunidades das cidades da fronteira do Brasil com o Uruguai e a Argentina. Hábitos como beber chimarrão e comer churrasco, fortemente cultivados pela população fronteiriça, estão entre os aspectos culturais que se transformaram em amarras de união e interação, sendo reforçados pelas músicas e danças gauchescas e pelos laços de família, que nas idas e vindas entre um país e outro, criaram-se e intensificaram-se. Por sua vez, atividades econômicas se desenvolvem de modo similar em ambos os lados, favorecidas pela região de livre comércio ou pelas condições de clima e relevo que definem a produção e a economia locais (MÜLLER, 2006, p. 223).

As cidades de Santana do Livramento e Uruguaiana representam dois importantes pontos de integração entre os países e especialmente entre as populações fronteiriças, estabelecidos com a superação dos conflitos históricos. Pensando na temática do agronegócio, trata-se de lugares estratégicos para as relações do âmbito econômico, escoamento de produções e também integração cultural com práticas que envolvem a produção agropecuária e costumes do gaúcho pampeano.

Informações históricas remontam a 1814 o início do povoamento que deu origem ao município de Santana do Livramento, que se localiza a 493 km da capital do Estado, Porto Alegre, e a 510 km da capital uruguaia, Montevideu. Em termos de município, ocupa o segundo lugar em extensão territorial no RS, com 6.941,61 km². Em 2010, a população era de 82.424 habitantes. O cotidiano fronteiriço estabelecido em Santana do Livramento é conhecido como “Fronteira da paz”, “a mais irmã de todas as fronteiras”, “portão de entrada para o Rio Grande do Sul” e “coração do Cone Sul”, pois é conurbada com a cidade uruguaia de Rivera, com quem compartilha características que lhes configuram como ambiente único. Na descrição de Lucena (2012, p. 157): “separadas apenas por um grande parque e uma avenida, os intercâmbios sociais, culturais e comerciais fluem, naturalmente, como se as duas cidades se fundissem formando um único povo, e uma localidade fronteiriça”. O lugar citado pela autora trata-se da chamada Praça Internacional, única de caráter binacional do mundo, símbolo da convivência local, cuja inauguração ocorreu em 1943, durante a Segunda Guerra Mundial (LUCENA, 2012).

Em termos de economia, Santana do Livramento historicamente teve como base a pecuária extensiva, com predomínio de grandes latifúndios voltados para a bovinocultura e a ovinocultura. A industrialização de carne, iniciada em 1904, quando dois uruguaios instalaram a primeira charqueada no município, foi a abertura para o apogeu econômico santanense, que se solidificou com a chegada da companhia Armour, de Chicago, em 1917 (LUCENA, 2012). Na década de 1990, com o fechamento do Frigorífico, acelerou-se uma crise econômica. Nesse contexto, os cenários locais rural e urbano iniciaram um processo de transformação. Nas últimas décadas, especialmente a partir de 1970, a agricultura ganhou significativo espaço na economia local, com o plantio de arroz, trigo, uva e milho. Mais recentemente, a soja passou a competir com outras culturas na região. A fruticultura representa hoje um dos pontos fortes de produção, especialmente com a vitivinicultura. Destaca-se ainda a produção apícola e a olivocultura, o mais recente investimento local. Em termos pecuários, o gado leiteiro foi ampliado, e soma-se ao potencial genético bovino. A criação de equinos, principalmente crioulos, também está presente. Retomando a importância que teve com os lanifícios na metade do século passado, o rebanho atual de ovinos, em maior quantidade, de corte, confere à Santana do Livramento a condição de maior produtor brasileiro. Atualmente, a

vocação comercial da fronteira, que incide mais diretamente no morador de Livramento e *Rivera*, volta-se para o sistema de *freeshops*, cuja instalação se consolidou como atividade unidirecional. Criados na década de 1980, esses estabelecimentos comerciais caracterizam-se pela isenção de impostos, e exercem função especial como atrativo turístico na fronteira.

A relação dos uruguaianenses com o município argentino de Paso de Los Libres também se pauta, em grande parte, por aspectos comerciais. O principal elemento caracterizador do limite estatal em Uruguaiana é o rio Uruguai, superado a partir da Ponte Internacional, inaugurada em outubro de 1945, ligando as zonas urbanas das duas cidades. Uruguaiana foi fundada como distrito em 29 de maio de 1846 e elevada à categoria de cidade em 06 de abril de 1874. Localiza-se a 631 km de Porto Alegre e 677 km de Buenos Aires, capital Argentina. Possui território de 5.716 km², sendo também um dos mais extensos. Em 2010, a população era de 125.435 habitantes. A cidade é o principal acesso de turistas argentinos ao Brasil e um dos mais importantes acessos rodoviários aos países do Cone Sul. Uruguaiana abriga um dos maiores Portos Secos da América Latina, com 167.000 m² de extensão, 12.000 m² em armazéns, e capacidade para 600 veículos. Conforme dados da Fundação de Economia e Estatística (2015), o município ocupa o primeiro lugar no ranking do Rio Grande do Sul na produção de arroz, com 84.519 hectares plantados, destacando-se também em nível nacional. A produção local de bovinos e equinos constitui também dois destacados elementos do setor agropecuário de Uruguaiana e do Rio Grande do Sul.

A relação entre brasileiros e argentinos é considerada menos amistosa em comparação com uruguaianos. A dinâmica de trânsito de pessoas, bens e transportes através de sistema aduaneiro por vezes provoca tensionamentos. A presença do Porto Seco em Uruguaiana é um dos motivadores de conflitos em função do intenso fluxo de cargas que cruzam diariamente a fronteira. Questões sanitárias envolvendo especialmente a pecuária também se constitui como tensionador das relações entre as cidades. A rivalidade no futebol é uma marca que extrapola a região de fronteira e abrange Brasil e Argentina de modo geral. No entanto, essa fronteira também é marcada pelo intercâmbio de produtos e pela interação entre os sujeitos. Raddatz (2009, p. 43) descreve que “quando o câmbio está favorável para uma, é a outra que migra em busca de facilidades e economia na hora da compra. E nesse ir e vir vão

se estabelecendo identidades e aproximações da ordem social-cultural”. Assim, a economia exerce papel importante na peculiaridade cotidiana da fronteira.

Müller (2006) destaca que em ambas as fronteiras, as semelhanças e as diferenças são acionadas conforme a necessidade. O que difere é a intensidade das relações e as questões geradoras de conflito, em função das distinções socioculturais, que também estão presentes nessas comunidades. Geograficamente distantes dos grandes centros urbanos, como é o caso do extremo sul do Brasil, os fronteiriços constroem sua identidade marcando o pertencimento a esse lugar compartilhado com habitantes dos países vizinhos. Trata-se de um espaço que se constrói e se consolida tendo como base uma natureza dinâmica. Nesse sentido, Müller e Oliveira (2004) explicam que o fronteiriço age conforme a realidade se apresenta. Ao observarem esses contextos, os autores ressaltam que os movimentos estimulados pela globalização evidenciam que não há limites para o trânsito de pessoas, de mercadorias, de bens materiais e simbólicos, o que demonstra que as fronteiras, mais do que geopolíticas, são imaginárias. Um elemento importante na construção desse contexto e articulador do cotidiano fronteiriço são os meios de comunicação dedicados especialmente ao suprimento da informação em nível de acontecimentos locais.

Mídia local fronteiriça

À luz da teoria da construção social da realidade de Berger e Luckmann (2013), a prática jornalística é um dos elementos cotidianos que se estabeleceu enquanto ação e função institucional, o que se constitui resultado de um processo social e intersubjetivamente construído. Nesse sentido, adquiriu papel legitimado para a geração de construções da realidade entendidas como publicamente relevantes, traduzidas no interior dos aparatos midiáticos. A construção social da realidade por parte da mídia é um processo de produção, circulação e reconhecimento. Portanto, é imprescindível que se considere a interação com o público (ALSINA, 2009).

A mídia dedicada ao âmbito local objetiva corresponder às necessidades e às expectativas do público compreendido na delimitação geográfica do município. Assim, o recorte territorial é o primeiro fator de influência do que é notícia

(DORNELLES, 2013). É a capacidade de conhecimento e contato direto com os habitantes e com o que se passa e interessa no cotidiano que dá o caráter dessa mídia, cuja configuração é encontrada nos meios de comunicação locais dos municípios de fronteira nacional no extremo sul brasileiro. Mas, nesses espaços, noticiar o local implica também atender a pautas que tratam de fatos que mesmo situados distante da fronteira terão suas consequências nela refletidas. Assim, as escalas de informação adquirem um sentido específico, pois o global, o nacional, o regional e o local são constantes. É importante destacar ainda o fator internacional que rotineiramente está imbricado na vida dos sujeitos fronteiriços, pois é o caráter limitador dos estados-nação que orienta esses espaços. Portanto, a mídia local de fronteira necessita estar atenta às demandas do público, especialmente ao que interfere diretamente no cotidiano e no modo de vida que o identifica.

Dessa forma, o agronegócio constitui pauta indispensável à mídia local, pois se caracteriza como elemento da economia e da cultura dessas regiões de fronteira. Para Alsina (2009, p. 115), “o acontecimento é um fenômeno social e [...] está determinado histórica e culturalmente”. Ou seja, estão conectados a movimentos culturais, atrelados à realidade historicamente construída. Portanto, as pautas atuais são consequência dos elementos que se destacaram na formação das comunidades.

Resultados

A partir da compreensão dessas fronteiras nacionais como zonas de interação e da atuação da mídia como elemento de formação social da realidade, buscou-se a análise de textos relacionados ao agronegócio publicados nos periódicos *A Platéia* e *Cidade*, nos municípios de Santana do Livramento e Uruguiana, respectivamente. Trabalhou-se com um *corpus* das edições dos jornais que circularam no período de 27 de agosto a 4 de setembro de 2016, o que corresponde aos dias de realização da 39ª edição da Exposição Internacional de Animais, Máquinas, Implementos e Produtos Agropecuários (Expointer), em 2016. A análise foi guiada pelo objetivo de identificar aspectos da mídia impressa local e da abordagem do agronegócio enquanto temática peculiar aos três países no período de realização da feira, que tem como enfoque seu caráter internacional e recebe

participantes do Uruguai e da Argentina. É importante apontar que o presente texto trata de uma pesquisa exploratória realizada para coleta das primeiras impressões acerca da abordagem dessa temática pelos jornais.

O jornal *A Platéia* apresentou o uso do termo Rural para a editoria dedicada à cobertura de fatos relacionados ao agronegócio. No jornal *Cidade* foi encontrada a editoria Agronegócio. Esse dado pode estar relacionado a um posicionamento diferenciado entre os municípios. Ou seja, é possível que os uruguaianenses se percebam mais integrados ao elo produtivo e à dimensão do agronegócio, enquanto que para os santanenses a questão agropecuária pode ainda estar mais vinculada à dicotomia urbano e rural, campo e cidade. Quanto à maneira como o jornal *Cidade* situa seu município de origem no que tange a sua característica fronteira, o mesmo não associou Uruguiana à fronteira, ou seja, não se dedicou a agregar esse aspecto a sua identificação. Já em *A Platéia* encontrou-se de forma recorrente a ênfase de Santana do Livramento como fronteira. Essa característica apresentada pelos jornais pode ser lida em conjunto com a configuração geográfica e histórica das fronteiras, no qual se reconhece a existência de relações mais amistosas entre brasileiros e uruguaios e menor com argentinos. O periódico *Cidade*, com menos edições semanais, apresentou maior quantidade de fatos relacionados ao agronegócio no período selecionado, enquanto o jornal *A Platéia*, com sete edições contempladas, possuía 18. No entanto, a quantidade de textos de cada periódico que constituiu o *corpus* não é compreendida aqui como um item de valoração, pois no *Cidade*, por exemplo, predominou o formato jornalístico de notas, que são textos pequenos, enquanto que no jornal *A Platéia* foram notícias, ou seja, textos mais amplos.

Em termos de assunto, o caráter econômico foi predominante. Embora os textos abordassem em sua maioria premiações, eventos - Expoiner, eventos sediados pela feira e outros locais - e tecnologias, todas as abordagens voltadas a elementos do agronegócio são de cunho econômico. Ou seja, mesmo quando se tratava de concursos realizados tanto no âmbito da feira como outro de pauta local, os resultados objetivavam o interesse comercial. Isso demonstra o quanto práticas agropecuárias das regiões fronteiriças pesquisadas estão relacionadas à economia e compõem o cenário do agronegócio.

O âmbito local foi o elemento mais valorizado pelos jornais, que, mesmo trazendo o caráter internacional da feira, transformaram em acontecimento noticioso fatos de ligação direta com seus respectivos municípios. Nos poucos textos nos quais não se mencionou a feira, também o caráter da relação com o local ganhou destaque. Nenhum dos textos apresentou a internacionalidade relacionada ao âmbito da fronteira e abordagem voltada à importância do agronegócio como elemento regional. A menção ao Uruguai foi encontrada em alguns textos do jornal *A Platéia*, que a partir das notícias exemplificou diálogos para o desenvolvimento da fronteira discutidos no âmbito da Expointer entre autoridades brasileiras e representantes de instituições de *Rivera*. No jornal *Cidade* foi encontrada menção ao Uruguai e à Argentina em um texto que apresentava cabanhas campeãs em competições de bovinos de corte.

No contexto de realização da Expointer, o conteúdo dos jornais apontou interesses dos voltados a fatos demonstrativos do potencial dos seus municípios, ou dos seus criadores e empresários, num espaço importante de representação do agronegócio. Não foram encontradas abordagens do agronegócio relacionadas a aspectos culturais da região fronteiriça. O que se verificou foi a presença de alguns elementos nas imagens ilustrativas da maioria dos textos relacionados à Expointer, nas quais as pessoas estavam vestidas com trajes típicos do gaúcho. A presença desses aspectos demonstra a proximidade que há entre aspectos do modo de vida que caracteriza o gaúcho com práticas agropecuárias. A relação desse sujeito com o campo, com os animais típicos da criação pecuária do extremo sul do Brasil mostra que há um entrelaçamento entre economia e aspectos culturais. No entanto, no período analisado não se encontrou textos dedicados a essa relação, que também está presente no Uruguai e na Argentina. Em se tratando da questão cultural, como se trata de um estudo exploratório, cabe dar continuidade à pesquisa, buscando dados que permitam a complementação da caracterização encontrada e a verificação do quanto os aspectos trazidos são recorrentes.

Considerações

O conteúdo encontrado nos jornais demonstrou que a mídia impressa local mantém o perfil de dedicação aos fatos que interessam ao público que ela se propõe

a atender, ou seja, ao âmbito do município. No caso do jornal *A Platéia*, de Santana do Livramento, esse caráter contempla também o município uruguaio de *Rivera*, aspecto peculiar dessa fronteira. Considera-se que o modo como o agronegócio é noticiado diz respeito à postura dos meios de comunicação e à identificação do leitor com a temática. Pela perspectiva de que há interação entre os meios de comunicação e a comunidade para o qual se destinam, acredita-se que os jornais refletem os sentimentos vivenciados pela população em relação à temática. A manutenção desses periódicos, embora possuam períodos de circulação distintos, demonstra a importância que os mesmos possuem para o público local.

Consideramos que cabe a ampliação da pesquisa na compreensão das relações estabelecidas entre o Brasil, principalmente por meio do Rio Grande do Sul, com o Uruguai e a Argentina, buscando dimensionar a participação da mídia na elaboração social da realidade que envolve essas nações enquanto países que compartilham espaços fronteiriços, economia e aspectos culturais. Os dados revelados nesta primeira leitura exploratória abrem espaço para a busca de respostas e reflexão acerca de questões especiais como a ausência de textos com enfoque na participação dos países vizinhos, já que estes se encontram estreitamente ligados. Em síntese, as publicações do período analisado evidenciaram o comprometimento dos jornais com os fatos de interesse local, visto que o agronegócio é um tema de interesse nesses municípios, no entanto, sem dedicar especial importância à participação dos países vizinhos na feira e aos aspectos que os tornam semelhantes. É pertinente buscar até que ponto o passado tem influenciado na atualidade e o modo como a mídia articula essa relação.

Referências

ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Trad. Jacob A. Pierce. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

ARAÚJO, Massilon J. **Fundamentos de Agronegócios**. Edição revista, ampliada e atualizada. São Paulo: Atlas S.A., 2007.

AXT, Gunter. Prefácio: Iluminando Divisas. In: GARCIA, Fernando Cacciatore. **Fronteira Iluminada**. História do povoamento, conquista e limites do Rio Grande do Sul a partir do Tratado de Tordesilhas (1420-1920). Porto Alegre: Sulina, 2012.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Trad. Augusto Pinheiro e Luis Antero Reto. 5 ed. São Paulo: Edições 70, 2011.

MEF. Programa de Pós-graduação em Estudos Fronteiriços. VI Seminário de Estudos Fronteiriços: Onde as fronteiras se encontram... Anais... Corumbá: UFMS, 2017. (2 a 4 de outubro de 2017).

BENCKE, Glayson Ariel; CHOMENKO, Luiza; SANT'ANA, Danilo Menezes. O que é o Pampa? In: CHOMENKO, Luiza; BENCKE, Glayson Ariel (Orgs). **Nosso Pampa Desconhecido**. Porto Alegre: Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, 2016. Disponível em: <http://www.fzb.rs.gov.br/upload/20160429181829nosso_pampa_desconhecido.pdf>. Acesso em: 20 de março de 2017.

BERGER, Peter L; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. 35 ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

CHIAPPINI, Ligia; HAUCK, David. Limites e Lugares. As fronteiras da integração. In: CHIAPPINI, Ligia; HAUCK, Jan-David; TIMM, Liana (Org). **Fronteiras da Integração: dimensões culturais do Mercosul/Fronteras de la Integración: las dimensiones culturales del Mercosur**. Porto Alegre: Território das Artes, 2011.

CHIAPPINI, Ligia; MARTINS, Maria Helena; PESAVENTO, Sandra Jatthy (Orgs). **Pampa e Cultura: de Fierro a Netto**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Instituto Estadual do Livro, 2004.

DORNELLES, Beatriz. O futuro do jornalismo em cidades do interior. In: ASSIS, Francisco de. (Org). **Imprensa do interior: conceitos e contextos**. Chapecó: Argos, 2013.

FUNDAÇÃO de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/>>. Acesso em: 15 de junho de 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Cidades. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=43&search=rio-grande-do-sul>. Acesso em: 20 de agosto de 2017.

LUCENA, Marta Gomes. **A Condição Social Fronteiriça Brasil-Uruguaiana no Mercosul**. Pelotas: Editora da Universidade Federal de Pelotas, 2012.

MÜLLER, Karla M.; OLIVEIRA, Tito C. M. de. Comunicação, cultura(s) e identidade(s) fronteiriças. In: **Anais I Enecult**. 2004. Acesso em: <<http://www.cult.ufba.br/index.html>>. Acesso em: 04 de agosto de 2015.

MÜLLER, Karla Maria. Mídia e cultura fronteiriça nos espaços de Livramento-Rivera e Uruguaiana-Libres. In: MARTINS, Maria Helena; CHIAPPINI, Ligia. (Orgs). **Cone Sul: fluxos, representações e percepções**. São Paulo: Hucitec, 2006.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RADDATZ, Vera Lucia Spacil. **Rádio de fronteira: da cultura local ao espaço global**. Tese de Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Trad. Pedrinho A. Guareschi, Carmen Grisci, Jefferson Bernardes, Marcos de O. Muller, Rosana Nora, P. Valerio Maya. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso**. Planejamento e Métodos. Trad. Cristhian Matheus Herrera. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

O ARRANJO TERRITORIAL E SUA INFLUÊNCIA NAS RELAÇÕES DE CONTROLE ESTABELECIDAS NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA COM OLHAR ESPECIAL NA CIDADE DE CORUMBÁ-MS

El Arreglo Territorial y su Influencia en las Relaciones de Control Establecidas en la Frontera Brasil-Bolivia con una Mirada Especial en la Ciudad de Corumbá-MS

Éder Damião Goes KUKIEL*

Resumo: Este artigo procura analisar como o arranjo territorial influencia a maneira como o Estado realiza vigilância e controle em um espaço fronteiriço. As cidades de Corumbá-MS e Puerto Quijarro-SC, na fronteira Brasil-Bolívia conformam o espaço geográfico de análise. Este trabalho decorreu de reflexões teóricas e pesquisa de campo. Observou-se que o controle imposto pelo Estado interfere na vida, na liberdade individual da população fronteiriça que faz parte dessa díade.

Palavras-Chave: Fronteira, Controle, Brasil, Bolívia.

Resumen: Este artículo busca analizar cómo el arreglo territorial tiene influencia en la manera como el Estado realiza su vigilancia y control dentro de uno espacio fronterizo. Las ciudades de Corumbá-MS y Puerto Quijarro-SC, en la frontera Brasil-Bolivia conforman el espacio geográfico de análisis. Este trabajo se desarrolló de reflexiones teóricas y de investigación de campo. Fue posible observar como ese control impuesto por el Estado puede inferir en la vida, la libertad individual de la población fronteriza que hace parte de esa dupla realidad.

Palabras-Clave: Frontera, Control, Brasil, Bolivia.

Introdução

O propósito desse artigo é analisar como o arranjo territorial influencia na forma como o Estado realiza seu controle dentro de uma área de fronteira, com especial olhar na fronteira Brasil/Bolívia entre os municípios de Corumbá, no estado de Mato Grosso do Sul e Arroyo Concepción, Puerto Quijarro, na província de German Bush, departamento de Santa Cruz, Bolívia. Empiricamente se percebe que existem barreiras impostas pelo Estado com o objetivo de vigiar e controlar o fluxo de pessoas e mercadorias que circulam por esse espaço fronteiriço. Este trabalho

* Graduado em Geografia e Mestre pelo programa de Estudos Fronteiriços. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus Pantanal. (kukielgeografia@gmail.com).

tem como foco a fronteira em seus aspectos alfandegários e controle de passagem de pessoas, não analisando aspectos relacionados à segurança militar.

Metodologicamente esse trabalho originou-se das reflexões advindas da disciplina “Multiplicidade Territorial e Fronteiras” do curso de doutorado da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), e de pesquisas de campo já realizadas no período da dissertação no mestrado em Estudos Fronteiriços, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus do Pantanal (UFMS/CPAN), onde se analisou o efeito fronteira no setor da construção civil na cidade de Corumbá-MS.

Para esse trabalho utilizou-se elementos observados nas pesquisas de campo, como tipo e quantitativos de estabelecimentos da construção civil nas áreas urbanas de Corumbá e de Puerto Quijarro. Nesse sentido, adotou-se conversas dirigidas com gerentes e funcionários dessas lojas para saber quem eram os principais consumidores de produtos do local e se os brasileiros compravam muito ali e como transportavam a mercadoria adquirida.

Para estimar esse efeito fronteira na construção civil, foram realizadas entrevistas e conversas informais com um total de vinte e uma pessoas, dentre consumidores, lojistas, pedreiros, mestre de obras de ambos os lados dessa diáde fronteira, Auditores Fiscais da Receita Federal, onde se tornou possível conhecer os sujeitos da construção civil e a dinâmica territorial relacionada a essa atividade que ocorre nessa fronteira Brasil-Bolívia.

Fronteira e Controle

A fronteira surge como forma do Estado demarcar seu território, e estabelecer até onde vai sua jurisdição e suas prerrogativa de controle. A partir da Europa medieval, com a difusão da ideia de propriedade privada, que o conceito de fronteira como limite surge, com a demarcação dos reinos, permitindo assim sua melhor organização e gestão do seu território (FOUCHER, 1991; MARTIN, 1997).

A prerrogativa de controle é um elemento fundamental para o surgimento das fronteiras, pois se trata do ato de separar soberanias, ou mesmo estabelecer elementos de diferenciação entre “nós” e “eles”. Para Foucher (1991), fronteira está ligado ao sentimento de pertencimento, de formação de identidades. Outra questão

ressaltada por Foucher (2009), é o papel do Estado como administrador dessa soberania delimitada, através de seus elementos de controle. Moura (2000), salienta que, a fronteira reflete o exercício da dominação ou mesmo da autoridade, para dar segurança e proteção aos territórios de sua soberania.

Para Foucault (1993), não existe poder no singular, mas muitos poderes ou formas de dominação, se apresentam sempre sobre influência local ou mesmo regional, possuem uma dinâmica própria de funcionamento e são formas heterogêneas de poder. Com isso é possível perceber que as relações de poder dentro de uma fronteira não se estabelecem em uma via única, como de cima para baixo ou vice e versa, ela emana em diversas escalas e situações.

Essas relações políticas que de modo geral é administrada por variados tipos de autoridades, dependendo da extensão de tal território. Raffestin (1993) lembra que sem partições o poder não tem referência e estrutura, dessa forma não será capaz de manter sua atuação de forma permanente.

Poder que pode estar relacionado com a capacidade de se estabelecer controle sobre os fluxos que permeiam essa fronteira. Cataia (2007) relaciona o exercício do poder ao ato de manipular a oposição entre continuidade e descontinuidade.

Esse controle pode se manifestar de várias formas, dentre elas as leis, que são regras estabelecidas que regulam a forma de atuação da sociedade dentro de um Estado. Cataia (2007) lembra que no Brasil, municípios também produzem leis, e com isso sofrem ação de grupos que pretendem ter acesso a esse instrumento de poder. Cigolini (1999), sugere que as criações dos municípios constituiriam, assim, uma prática espacial viabilizadora de um projeto social que está relacionado ao controle do território, de forma principal em áreas de fronteira.

As fronteiras são espaços de ação de vários sujeitos (políticos, sociais, econômicos etc.) lugar de encontro de pessoas e circulação de mercadorias, onde através desse contato, expressam suas territorialidades. Para Benedetti (2011), a fronteira representa um importante elemento de organização territorial, onde o Estado estabelece suas leis, sua política e a sua capacidade de gestão. Para Machado (2006), ela pode ser entendida como lugar de interação e de conflitos, lugar de possibilidades que engloba realidades diversas.

As barreiras são expressões das relações de poder dos Estados nacionais, que são usadas como instrumento de controle e intervenção nessas zonas de fronteira. A fronteira é um espaço de circulação de fluxos, tanto de pessoas como de serviços e capitais, um lugar de encontros e trocas, de efusão social, onde novas identidades territoriais acabam por se formar, apesar dos impedimentos e dos constrangimentos que nelas se fazem presentes.

Para Steiman e Machado (2002, p.11), mesmo que esta se apresente de forma disfuncionalizada, não demonstrando efeito no cotidiano vivido, a fronteira acaba por ressaltar as diferenças legais, acentuando a identidade territorial por meio da separação entre o “nacional” e o “não nacional”, através do seu impedimento jurídico, político e ideológico.

Para Turner (1961), as fronteiras são locais de nascimento de territórios e identidades. No espaço fronteiriço entre Brasil-Bolívia existem elementos que dificultam uma maior interação entre seus territórios, em especial ligados aos limites impostos pelo Estado. De acordo com Moreira (2006) torna-se possível classificar quatro tipos de interações que ocorrem entre as populações de espaços de fronteira: a) as que decorrem das relações naturais de vizinhança, que se expressam pela cooperação transfronteiriça, b) de aproveitamento unilateral de oportunidades, onde por questões cambiais ou tributárias um dos lados acaba por levar vantagem nesse comércio fronteiriço c) de estabelecimento de uma verdadeira cultura de cooperação, onde ocorre plena cooperação e mobilidade de pessoas e mercadorias d) as interações que derivam de uma pseudo-cooperação transfronteiriça, onde existe uma falsa ou mesmo uma unilateral cooperação fronteiriça.

Nesse sentido, os fluxos se tornam cada vez mais intensos, amplificando a complexidade das territorialidades que atuam nessa área, especialmente aquelas ligadas a atividades econômicas, surgindo novos sujeitos sociais, que por vezes interferem na gestão territorial do espaço fronteiriço.

Souza e Aranha Silva (2011, p. 3) indicam que: “A fluidez territorial é a qualidade do movimento associada à infraestrutura” e “a porosidade territorial é a qualidade da regulação do movimento”. Pensando nas afirmativas, a fluidez e a porosidade são indissociáveis e estão diretamente relacionadas aos fixos e aos fluxos ou ao sistema de objetos e ações (SOUZA; ARANHA SILVA, 2011). Arroyo (2001) considera a fluidez e a porosidade como atributos do território fundamentais

para a integração e o pressuposto de uma maior coesão entre as populações de espaços fronteiriços.

Outro elemento dinamizador de fluxo de pessoas e mercadorias é a assimetria econômica presente nessa díade fronteiriça. De acordo com Bentancor (1995), essas assimetrias setoriais provocam a formação de estruturas produtivas que se utilizam dessas diferenças para o seu benefício, em razão das vantagens que elas proporcionam.

Em relação à fronteira Brasil-Bolívia, entre os municípios de Corumbá e Puerto Quijarro existe uma assimetria econômica que propicia trocas constantes entre esses dois povos, através do comércio. São culturas distintas que convivem nessa interseção fronteiriça, num exercício de aproximação, inter-relação e distinção (Costa, 2012).

As assimetrias econômicas são importantes elementos de produção dessa mobilidade transfronteiriça, que possibilitam aumento dos fluxos de pessoas em busca de oportunidades e trabalho. Steiman (2002) descreve que a alta mobilidade de trabalhadores na fronteira Estados Unidos e México está relacionada ao momento político, econômico e cambial de cada país, trazendo grande instabilidade nesses fluxos. No caso da fronteira entre Corumbá e Puerto Quijarro de acordo com Kukiél (2015), existe um fluxo diário de trabalhadores da construção civil que atravessam essa fronteira, tanto brasileiros indo trabalhar na Bolívia, como bolivianos vindo trabalhar no Brasil. Não havendo imposições a essa passagem pelas instituições responsáveis pelo controle localizados nesse espaço fronteiriço.

Oliveira (2009) indica que a fronteira Brasil-Bolívia é acentuadamente assimétrica. De fato, se percebe, de forma empírica, marcantes diferenças entre: as economias, a cultura, a infraestrutura, a organização dos serviços públicos e os preços dos produtos. Isso permite conjecturar que boa parte dos fluxos fronteiriços, nesse caso, se dá pelas oportunidades geradas num e noutro lado da fronteira.

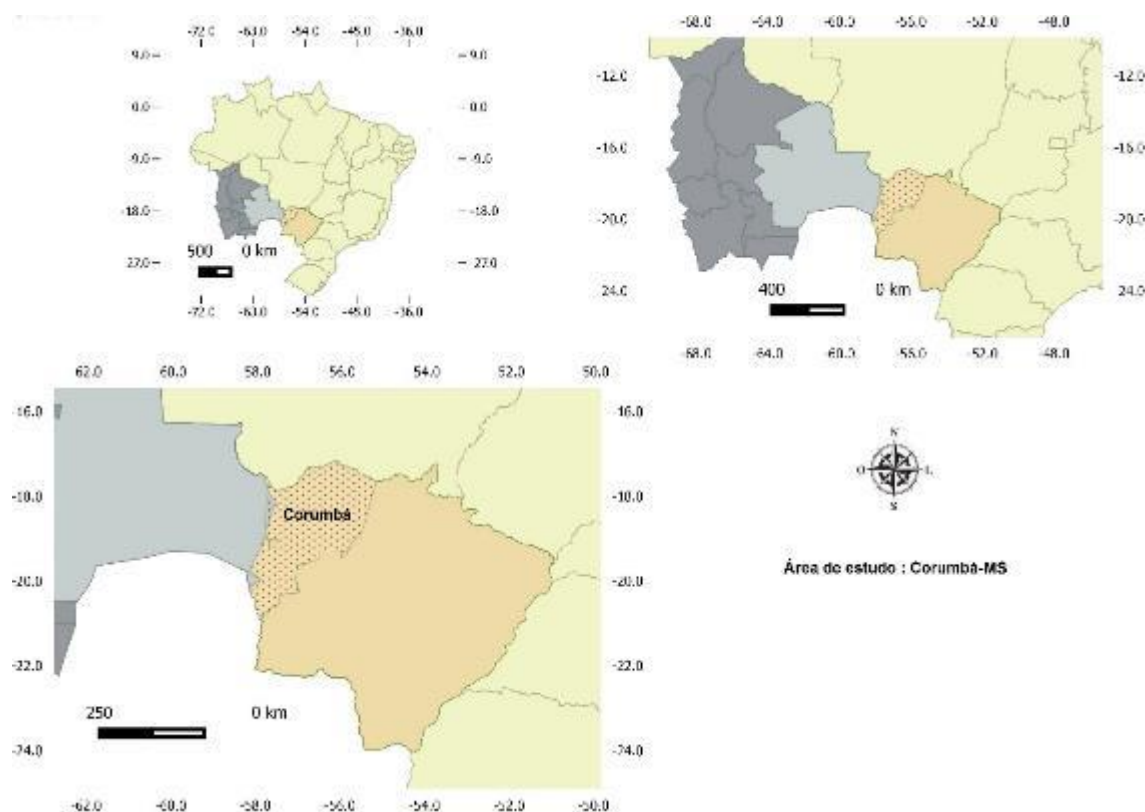
Observa-se, também, em conformidade com Costa (2012), que essa proximidade geográfica, aliada às características urbanas de Corumbá e as relações, históricas construídas, entre brasileiros e bolivianos no local, permitiu forte dinâmica social e econômica nessa fronteira. O Estado tem seu papel de soberano,

onde através de suas instituições de vigilância (Polícia Federal, Receitas Federal, etc.), estabelecem seu controle dentro desse espaço fronteiriço.

Fronteira Brasil/Bolívia e as relações de controle estabelecidas pelo Estado.

O espaço geográfico em questão, a fronteira Brasil-Bolívia, é formado por quantos territórios forem às motivações de estudo e escala de análises. Neste caso, os territórios foram analisados na escala dos municípios Corumbá, do lado brasileiro e das seções municipais Puerto Quijarro e seu distrito Arroyo Concepción, do lado boliviano. O foco principal centrou-se no município de Corumbá, e as instituições de controle ali presentes (Figura 01).

Figura 1 – Localização da área de estudo



Autor: KUKIEL, E.D.G. (2017).

Corumbá é o maior município do Estado de Mato Grosso do Sul em área territorial, com 64.964,90 km² além de ocupar 60% da área do Pantanal sul-mato-grossense (SEBRAE, 2010). A cidade está situada à margem direita do rio Paraguai. A margem oposta constitui-se de uma extensão de terras baixas, cujas águas, nas

cheias regulares do rio, atingem níveis de até cinco metros, dificultando a expansão urbana nessa direção (SOUZA, 2003, p. 01).

Corumbá faz limites com os municípios de Sonora, Coxim, Rio Verde de Mato Grosso, Miranda, Porto Murtinho e Ladário, no Mato Grosso do Sul; Barão de Melgaço, Cáceres e Poconé, no Estado de Mato Grosso. Também faz limites com a parte leste da República da Bolívia, a área urbana de Corumbá é ligada com as cidades bolivianas de Puerto Suarez, Puerto Aguirre e Puerto Quijarro. O município conta, além da sede, com os distritos de Albuquerque, Amolar, Forte Coimbra, Nhecolândia, Paiaguás e Porto Esperança. Estas extensas áreas de terras são pouco povoadas, voltadas para atividade da pecuária e pesca.

Outra característica a ser destacada é o fato de fazer fronteira com a Bolívia, e uma importante rota para a exportação e importação de produtos para esse país, tendo como principais caminhos para o transporte a BR 262, juntamente com o rio Paraguai.

A pauta boliviana de exportação para o Brasil inclui o gás natural através do gasoduto Bolívia/Brasil e a soja produzida no Departamento de Santa Cruz que fazem caminho pelo município de Corumbá para adentrar o Brasil, (SILVA, 2012). Outro ponto importante a ser destacado é o uso dos meios fluviais (hidrovia Paraná-Paraguai) para escoar as exportações bolivianas a outros países, além do Brasil. Utiliza-se, entre outros, o Puerto Aguirre e a navegação fluvial, como uma saída desse país para acesso ao oceano Atlântico.

Em relação ao transporte rodoviário, a presença do Estado na fronteira Brasil-Bolívia, para fiscalizar e regulamentar, se faz através do Porto Seco ou Estação Aduaneira Interior (EADI) da AGESA AS (Armazéns, Gerais, Alfandegados, Mato Grosso do Sul). Essa empresa presta serviços para a Receita Federal, sendo responsável por fazer os trâmites alfandegários (SILVA, 2012).

A presença do Estado se faz para estabelecer um controle tanto no fluxo de pessoas como de mercadorias, de forma principal nos veículos que saem da Bolívia em direção ao Brasil. Também pessoas que passam por essa fronteira passando por algum tipo de revista ou mesmo responder a questões relacionadas com o transporte de algum tipo de produto. Como forma de escapar desse controle muitos comerciantes fazem uso de estradas vicinais, conhecidas como cabriteiras, que de acordo com Sabatel (2013, p. 63) são definidas como estradas de livre acesso entre

Brasil e Bolívia localizadas em Assentamentos Rurais, cujo nome se deve às péssimas condições apresentadas, na fala dos assentados: “só cabrito consegue passar”. Essa dificuldade não é mais a mesma, porém o nome permanece até hoje.

A característica que facilita esse controle estabelecido pelo Estado nessa fronteira Brasil/Bolívia é a forma do seu arranjo territorial se apresenta, de acordo com Benedetti (2011), tem como característica, uma conurbação fronteiriça, ou mesmo uma semi-conurbação como aponta Machado (2009). Onde para se ter acesso ao lado boliviano da fronteira, os veículos e pessoas fazem uso de forma principal, avenida Ramão Gomes, onde o Estado instalou suas instituições de controle como a Polícia e Receita Federal (Figura 02).

Figura: 02 – Receita Federal Localizada na Rodovia Ramão Gomes.



Autor: KUKIEL, E.D.G. (2017).

Porém existem elementos que o diferenciam, uma ponte, elementos que descontinuum, ajudam e facilitam o controle, por parte do Estado que tem a prerrogativa do poder e estabelecer domínio nessa fronteira. Existem também a presença de territórios tampões; como uma área destinada a atividade militares, um cemitério, um terreno que pertence ao Aeroporto local, o parque Marina Gataz, e um terreno que pertence a Policia Florestal.

Esses espaços citados tem a função de território tampão, que no caso dessa fronteira entre Brasil e Bolívia tem a função de impedir a formação de uma conurbação plena entre as cidades de Corumbá e Puerto Quijarro. Com isso a MEF. Programa de Pós-graduação em Estudos Fronteiriços. VI Seminário de Estudos Fronteiriços: Onde as fronteiras se encontram... Anais... Corumbá: UFMS, 2017. (2 a 4 de outubro de 2017).

existiria uma dificuldade para o Estado em estabelecer sua vigilância e controle nesse espaço fronteiriço.

Essa característica corrobora para a realização desse controle, quando comparamos com fronteiras conurbadas com um arranjo territorial diferenciado das analisadas entre Corumbá e Puerto Quijarro, observa-se sua influência na realização desse domínio fronteiriço. Como exemplo a fronteira entre Ponta Porã que fica do lado brasileiro e Pedro Juan Caballero lado paraguaio, apresenta como característica ser uma conurbação fronteiriça plena, onde os fluxos e mobilidades se realizam sem essa gerência absoluta que o Estado tenta estabelecer em áreas de fronteira.

A fronteira entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, demonstra um alto grau de complementaridade entre duas cidades, que possuem assimetrias econômicas e grande mobilidade de pessoas e mercadorias entre a população fronteiriça. Esse arranjo territorial permite que o acesso a serviços seja feito sem interferência do Estado. Como exemplo as compras feitas por paraguaios nos mercados brasileiros. Ou a compra de gás de cozinha, que através de ligação de telefone de um morador de Ponta Porã para uma empresa revendedora de gás localizada em Pedro Juan Caballero, esse produto será entregue sem maior interferência do Estado para o cliente brasileiro em seu domicílio no Brasil.

Outro caso que apresenta uma complementaridade entre cidades fronteiriças é entre as cidades de Leticia (Colômbia), e Tabatinga (Brasil), onde diversos serviços ocorrem entre essas dois locais sem um controle por parte do Estado. De acordo com Steiman (2002), Tabatinga, por exemplo, usufrui quando necessário dos serviços prestados pelo corpo de bombeiros de Letícia, que ela mesma não possui. Enquanto o combustível usado por Leticia é comprado em Tabatinga. Bem como o Hospital de guarnição em Tabatinga, que é utilizado tanto por colombianos como por peruanos. Outro exemplo usado por Steiman (2002) é o transporte coletivo que circula em ambas as cidades aceitando tanto dinheiro brasileiro como colombiano, graças a um acordo entre essas localidades fronteiriças, abastecendo por exemplo onde o combustível tiver o menor valor.

Além a via terrestre, outro meio utilizado são as duas centrais portuárias situadas nas margens do Canal do Tamengo, no lado fronteiriço boliviano, responsáveis pelo embarque e desembarque de mercadorias. A Central Aguirre possui três terminais: um destinado a grãos, outro a combustíveis e um terceiro para

contêineres. Este terminal funciona como posto aduaneiro e os produtos que ali chegam são, geralmente, designados ao Departamento de Santa Cruz (SILVA, 2012). O Porto da Gravel S.A. é destinado ao embarque e desembarque de grãos e combustíveis (Figura 03). Na atualidade é controlada pela PDVSA, empresa venezuelana que pretende investir no aumento da capacidade importação de combustíveis com a construção de mais cinco tanques, somando-se aos dos três já existentes (SILVA, 2012).

Figura 03 – Portos na fronteira Brasil (Corumbá e Ladário) – Bolívia (Puerto Quijarro e Puerto Suarez)



Fonte: Silva (2012, p. 72).

Os produtos mais vendidos do Brasil para a Bolívia são bens de capital, como equipamentos para indústria e para agricultura, bens de consumo como produtos de linha branca e alimentos. Já na pauta de produtos bolivianos que são exportados para o Brasil estão: o feijão, o borato de potássio, as madeiras e o gás natural, principal produto exportado através do gasoduto Brasil-Bolívia (SILVA, 2012).

Em relação a fluxo de trabalhadores, como observado por Kukiel (2015), em Corumbá existem funcionários da construção civil bolivianos que são trazidos pela empreiteira para qual prestavam serviços para o lado brasileiro da fronteira para

trabalharem. Nesse caso, vinham em veículos de transporte coletivo, de placa brasileira para não serem parados pela fiscalização na fronteira. Dessa forma, era possível driblar a ausência de permissão especial para trabalhar no Brasil, bem como a fiscalização de transporte de pessoas, pois os serviços de táxi boliviano são restritos até a aduana brasileira.

De acordo com Kukiel (2015), trabalhadores do setor da construção civil da cidade de Corumbá também realizavam suas atividades em Arroyo Concepción, sendo transportados em vans bolivianas (Figura 04). Período diário de trabalho de oito horas de atividades, com pausa de duas horas para o almoço, nunca tiveram qualquer tipo de fiscalização por parte de órgãos do Estado boliviano durante seu transporte, por vezes, foram parados pela Receita Federal brasileira para averiguar se traziam algum produto não permitido. Portanto, foram fiscalizadas possíveis irregularidades de mercadorias, não de pessoas. Assim como apontada por Moura (2000), a existência de uma racionalidade na abordagem e nas pessoas que são revistas nessa passagem da diáde fronteira. Onde pessoas e produtos podem ou não ser permitida sua passagem em função de um interesse por trás dessa racionalidade existente.

Figura 04 – Vans bolivianas utilizadas para transporte de trabalhadores



Autor: KUKIEL, E.D.G. (2015).

Outro elemento usado como forma de controle são as barreiras que existem na BR 262, que realizam revistas em veículos de pequeno e grande porte, conforme

passam por essas barreiras. Nessas revistas realizadas, busca-se produtos cujo seu comércio e transporte não são permitidos dentro do território brasileiro. Ou caso sejam permitidos que não estejam em quantidades permitidas conforme estabelecidos pela Receita Federal.

De forma geral existe uma racionalidade na escolha dos veículos abordados, ou mesmo nas revistas que são comuns nos ônibus de passageiros que tem essa fronteira como ponto de partida ou mesmo passam por ela. De acordo com Costa (2011), essa forma de abordagem acaba por trazer constrangimento a esses fronteiriços, que pelo fato de morar nessa díade o torna um possível contraventor na visão do Estado, passível de levar esses produtos não permitidos pela legislação brasileira.

Torna-se necessário novas formas de abordagens que apesar de existirem apreensões de drogas, existe um constrangimento nos questionamentos feitos pelos policiais para com as pessoas que são abordadas. Sendo necessário novas formas de se realizar essa revista sem que isso limite a liberdade individual dessa população fronteiriça ou mesmo de alguma pessoa que esteja de passagem por essa fronteira, (COSTA, 2011).

Essa vigilância se torna perceptível no fluxo comercial entre as cidades fronteiriças de Corumbá e Puerto Quijarro. Apesar da assimetria econômica presente que dinamizaria esses fluxos, a presença das instituições e a sua atuação acaba por inibir essa maior troca comercial.

Um exemplo que pode ser utilizado são as feiras livres presentes na cidade de Corumbá-MS, durante todos os dias da semana, sendo cada dia realizada em um bairro diferente do município. Durante uma pesquisa de campo realizada por alunos do sexto semestre de Geografia da UFMS Campus do pantanal no ano de 2016 na disciplina de Geografia da Fronteira, junto aos comerciantes bolivianos que ofertam seus produtos nessas feiras livres, com o objetivo de se conhecer a origem dos hortifrúteis ofertados.

Quando entrevistados feirantes bolivianos em relação as dificuldades de se trazer esses produtos para serem vendidos na cidade de Corumbá, além da questão das dificuldades de se atravessar seus produtos pelas barreiras impostas pelo Estado, outra questão relatada é a dificuldade de se atravessar alimentos que estejam com seus preços elevados no Brasil, por questão de problemas na safra do

produto ou outro impedimento. Um exemplo citado foi o feijão, no período que esse produto estava com preços elevados no Brasil, de acordo com alguns feirantes bolivianos que ofertavam esse produto que era produzido em seu país, ocorreu um aumento na vigilância e foram impedidos de transportarem essa mercadoria para serem vendidos nas feiras livre no município de Corumbá.

O mesmo ocorreu com o tomate, quando seu preço se elevou no Brasil, quase que de forma automática aconteceu aumento do seu controle, onde os feirantes bolivianos foram impedidos ou mesmo inibidos a trazer esse produto para ser ofertado nas feiras locais.

Além desses produtos citados nessa pesquisa, de acordo com Kukiel (2015), mercadorias relacionadas a construção civil, também são impedidos de serem transportadas quando compradas nas lojas bolivianas. Apesar de terem preços inferiores aos praticados no Brasil, o controle imposto pelo Estado brasileiro, acaba por inibir as oportunidades que essa fronteira possibilitaria a essa população fronteiriça.

Considerações Finais.

O arranjo territorial da fronteira acaba por ser um fator importante na forma como o Estado impõem sua soberania dentro do espaço fronteiriço, fazendo uso de seus limites como meio para instituir seu controle. No caso da fronteira entre Brasil e Bolívia, em especial entre Corumbá e Puerto Quijarro, torna-se mais efetiva pelo fato de grande parte dos fluxos de pessoas e mercadorias fazerem uso da rodovia Ramão Gomes. Com isso facilitando a realização desse controle, pois nessa rodovia onde se localizam as instituições responsáveis por essa vigilância, como Polícia e Receita Federal, Anvisa dentre outras.

Porém esse controle estabelecido nessa fronteira acaba por provocar constrangimentos para a população fronteiriça, que por vezes tem sua liberdade individual e de poder de escolha inibido por esse controle estabelecido pelo Estado Nacional nesse espaço fronteiriço. Com isso acaba por dificultar um maior aproveitamento das oportunidades que uma fronteira pode propiciar, por esse controle estabelecido pelo Estado.

Referências

ARROYO, Miguel G. **Ofício de Mestre, Imagens e auto imagens**. 3ª ed. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2001.

BENTANCOR, G. T. Frontera e Integración. In: BENTANCOR, G. T (Org.). **Práticas de Integração nas Fronteiras: temas para o Mercosul**. Porto Alegre: UFRGS, 1995.

BENEDETTI, Alejandro. Lugares de frontera y movilidades comerciales en el sur sudamericano: una aproximación multiescalar. COSTA, E.A.; COSTA, G.V.L.; OLIVEIRA, M.A.M. **Fronteiras em foco**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2011. p. 33-55.

CIGOLINI, A.A. A fragmentação do território em unidades político-administrativas: análise da criação de municípios no Estado do Paraná. **Dissertação de mestrado apresentada à UFSC**, Florianópolis, 1999.

COSTA, Edgar Aparecido da. Mexe com o que? Vai pra onde? Constrangimentos de ser fronteiriço. COSTA, E.A., COSTA, G.V.L.; OLIVEIRA, M.A.M. (Orgs.). **Fronteiras em foco**. Ed. UFMS, Campo Grande, 2011. p. 131-170.

COSTA, Edgar Aparecido da. Ordenamento territorial em áreas de fronteira. In: COSTA, E.A; OLIVEIRA, M.A.M. **Seminário de estudos fronteiriços**. Campo Grande: Editora UFMS, 2009. p. 61-78.

COSTA, Edgar Aparecido. "Os bolivianos em Corumbá-MS: construção cultural multitemporal e multidimensional na fronteira". **Cadernos de estudos culturais**, v.4, n.7, p.17-33, 2012.

DELEUZE, G. Controle e devir. In: _____. **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DUARTE, A. Biopolítica e resistência: o legado de Michel Foucault. In: VEIGANETO, A. RAGO, M. (ORGs.). **Figuras de Foucault**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 45-56

CATAIA, Márcio. A relevância das fronteiras no período atual: unificação técnica e compartimentação política dos territórios. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2007, vol. XI, núm. 245 (21). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24521.htm>> [ISSN: 1138-9788]

FOUCAULT, M. Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: **Martins Fontes**, 2008.

FOUCAULT, M. Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: **Martins Fontes**, 2008b. (páginas 397-430).

FOUCAULT, Michel. Las redes del poder. **Buenos Aires**: Editorial Almagesto, 1993.

FOUCHER, Michel. Fronts e Frontières. **Un Tour du Monde Géopolitique**. Paris: Fayard, 1991

FOUCHER, M. Introdução: a arte dos limites. In: _____. **Obsessão por fronteiras**. São Paulo: Radical Livros, 2009.

HAESBAERT, R. Sociedades biopolíticas de in-segurança e des-controle dos território. In: OLIVEIRA, M. et al. (Org.). **O Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas**. Rio de Janeiro: Lamparina, Faperj e ANPEGE. 2008.

HAESBAERT, R. MONDARDO, M. Transterritorialidade e antropofagia: territorialidades de trânsito numa perspectiva brasileiro-latino-americana. **GEOgraphia**, n. 24, 2010.

HISSA, C. E. V. **A mobilidade das fronteiras: inserções da Geografia na crise da modernidade**. Belo Horizonte: Ed. Da UFMG, 2006.

KUKIEL, É. D. G. **O efeito da fronteira no setor da construção civil da cidade de Corumbá-MS**. Dissertação de Mestrado (Estud os Fronteiriços). – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul-Campus do Pantanal, Corumbá-MS, 2015.

MACHADO, Lia Osório. Limites, Fronteiras e Redes in: T.M. Strohaecker et al. (org.). **Fronteiras e Espaço Global**, AGB-Porto Alegre, Porto Alegre, 1998, p.41-49.

MACHADO, L.O. Estado, territorialidade, redes. Cidades gêmeas na zona de fronteira sul-americana. Em: M.L. Silveira (Org.). **Continente em chamás. Globalização e território na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 285-284.

MARTIN, André Roberto. **Fronteiras e Nações**. São Paulo: Contexto, 1997.

MONDARDO, M. O direito ao território tradicional Guarani-Kaiowá em Mato Grosso do Sul: in-segurança, biopolítica e Estado de exceção. **Boletim Dataluta**. São Paulo, Unesp, NERA, 2013.

MOURA, Rosa. Fronteiras invisíveis: o território e seus limites. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano V, nº 9, pp. 85-101, jul./dez., 2000

OLIVEIRA, T.C.M. Os elos da integração: o exemplo da fronteira Brasil-Bolívia. In: OLIVEIRA, M.A.M.; COSTA, E.A. (Org.). **Seminário de estudos fronteiriços**. 1.ed. Campo Grande: Editora da UFMS, 2009.p. 25-44.

RAFFESTIN, Claude. **Por Uma Geografia do Poder**. Ática. São Paulo. 1993.

SABATEL, Vania de Oliveira. **Re lações entre comunidades rurais na fronteira Brasil-Bolívia**. (Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Estudos Fronteiriços) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal, 2013.

SEBRAE. Mato Grosso do Sul Sem Fronteiras. **Características e interações territoriais Bolívia, Brasil e Paraguai**. 1ª edição Campo Grande: Mato Grosso do Sul Editora Visão, 2010.

SILVA, Luis Paulo Batista da. **A geografia das cidades gêmeas de Corumbá (Brasil) e Porto Suárez (Bolívia):** interações espaciais na zona de fronteira Brasil – Bolívia – 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, Rio de Janeiro, 2012.

SOUZA, João Carlos de. Tensões da modernidade de Corumbá. **ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História:** João Pessoa, 2003.

SOUZA, Edson Belo Clemente de; ARANHA-SILVA, Edima. O ordenamento territorial como instrumento para viabilizar a cooperação transfronteiriça: estudos de caso na fronteira Brasil-Paraguai. **V Seminário Internacional da América Platina.** Dezembro, 2011.

STEIMAN, R. Zona de Fronteira e Cidades Gêmeas: uma tipologia das interações fronteiriças. **Taller Internacional Espacios Urbanos y Sociedades Fronterizas en la Amazonia. Leticia, Colombia:** Universidad Nacional de Colombia, p.154-166, 2010.

STEIMAN, Rebeca. **A geografia das cidades de fronteira:** um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia). Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

VIRÍLIO, Paul. Estratégia da decepção. São Paulo: **Estação Liberdade**, 2000.

TELLES, V. da S. A cidade nas fronteiras do legal e ilegal. Belo Horizonte, MG: **Argumentvm**, 2000.

TURNER, F. **Frontier and section.** New Jersey, Prentice-Hall, Inc. Englewood Cliffs, 1961.

INTEGRAÇÃO E CONFLITO NA VISÃO DE JORNALISTAS DA FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI

Integration and Conflict in the View of Journalists from Brazil and Paraguay Border

Gesiel Rocha de ARAÚJO*

Resumo: O jornalismo é um instrumento a serviço da integração das comunidades das regiões de fronteira, que pode promover a tensão e o conflito entre os povos dos dois lados, dependendo de como são veiculadas na mídia local as notícias sobre essa complexa relação. Verificar esta hipótese foi o objetivo do levantamento que fundamenta este artigo, compreendendo a visão de jornalistas que atuam na fronteira entre o Brasil (Ponta Porã) e o Paraguai (Pedro Juan Caballero) sobre o impacto de seu trabalho nas relações entre as comunidades das duas cidades. Para isso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com esses profissionais.

Palavras-chave: Jornalistas, fronteira, Brasil-Paraguai, integração, conflito.

Abstract: Journalism is a tool for the integration of communities in the border regions, which can also promote tension and conflict between peoples on both sides, depending on how the news about this complex relationship are reported by the local media. To verify such hypothesis was the aim of the brief survey that supports this article, seeking to understand the view of journalists working on the border between Brazil (Ponta Porã) and Paraguay (Pedro Juan Caballero) on how their work affects relationships between the communities of both cities. For such aim, semi-structured interviews were conducted with those professionals.

Key words: Journalists, border, Brazil-Paraguay, integration, conflict.

Introdução

Concebida historicamente como instrumento de limite, mas também compreendida mais recentemente como um ambiente de continuidade (WEBER, 2014), a fronteira é um espaço territorial caracterizado pela manifestação de múltiplos e complexos elementos sociais e culturais: pelo menos dois Estados-nações, sistemas políticos e jurídicos distintos, dois ou mais povos, duas ou mais línguas ocupando o mesmo espaço geográfico e geopolítico. Como terreno de complexidades e ambivalências, a fronteira promove a interseção do dia a dia das pessoas que a habitam, caracterizando-se como uma zona de convivência diferenciada.

* Mestrando em Comunicação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS); pós-graduado em Comunicação Institucional pela Universidade Anhanguera-Uniderp; graduado em Comunicação Social – Jornalismo pela UFMS; e-mail: gesiel.pro@gmail.com.

Apesar de os adventos da globalização da economia e da mundialização da cultura (ORTIZ, 1994) terem contribuído substancialmente para a difusão do clichê “um mundo sem fronteiras” na atualidade – em virtude de inúmeras iniciativas pela integração das nações (União Europeia, Mercosul, etc.), bem como de uma maior facilidade que as pessoas têm hoje para cruzá-las a trabalho ou turismo –, as fronteiras seguem demarcando territórios e representando um instrumento de contenção do outro. Para alguns estudiosos, inclusive, elas continuam sendo inevitáveis, como Foucher (2009, p. 22): “Não há identidade sem fronteiras. A ordem política moderna implica o reconhecimento, pelos outros, de fronteiras de Estado demarcadas, com base territorial e soberana”.

Quase sempre distantes dos centros de poder dos países, os cidadãos fronteiriços precisam propor e estabelecer seus próprios mecanismos para atender demandas locais e resolver problemas sociais urgentes. Essa realidade ora pode evoluir para a cooperação entre as comunidades envolvidas, ora para o conflito, como aponta Soares (2011, p. 27):

De uma forma abrangente, o sentido de fronteira representa um quadro mais complexo onde, em um espaço demarcado, se misturam questões econômicas, sociais, políticas, históricas, ambientais, urbanísticas e também comunicacionais. Essa situação é particularmente rica no Brasil, país que possui um dos maiores ambientes fronteiriços do planeta.

Exemplos dessa complexidade ocorrem nas mais variadas áreas da vida social, política e cultural fronteiriça. Para citar alguns, pode-se observar duas secretarias municipais de Educação de cidades de fronteira firmando um convênio para que alunos de suas escolas públicas estudem do outro lado; ou ainda, na mesma localidade, uma disputa sobre as responsabilidades de desenvolver ações de combate ao mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue. Ambas as questões, no entanto, costumam ser abordadas institucionalmente no âmbito da própria fronteira, à margem de eventuais diretrizes dos centros de poder dos países envolvidos.

Nesse contexto, os meios de Comunicação podem exercer um importante papel, oferecendo a plataforma por meio da qual os atores da fronteira se manifestam e discutem publicamente temas de interesse comum. Como destaca Soares (2011, p. 12), “a circulação de informações possibilita trocas sociais importantes e essenciais nas cidades localizadas em regiões de fronteira. É o caso, por exemplo, das televisões e dos telejornais existentes em cidades gêmeas

fronteiriças”. Ou ainda, conforme Ota (2015, p. 198), “o espírito de integração, próprio da comunidade fronteiriça [...] é reproduzido também pela mídia radiofônica, demonstrando que os programas emitidos pelas rádios binacionais passam a compor a vida cotidiana das comunidades”.

Avançando do conceito de fronteiras geopolíticas para as fronteiras culturais (LEENHARDT, 2002), este artigo é resultado de um breve levantamento realizado com jornalistas fronteiriços atuantes nas cidades gêmeas de Ponta Porã (localizada ao sul do Estado de Mato Grosso do Sul, no Brasil) e Pedro Juan Caballero (capital do Departamento de Amambay, no Paraguai). Por meio de entrevistas semiestruturadas, o objetivo central do estudo foi conhecer, de forma amostral e preliminar, a opinião desses profissionais sobre a atividade jornalística em uma região fronteiriça e a importância que eles atribuem ao próprio trabalho para a integração e o conflito entre as duas comunidades.

Ao optar-se pelos termos integração e conflito, não se pretendeu adotar a contraposição dos discursos e práticas e, muito menos, a dicotomia valorativa entre ambos os conceitos (ALBUQUERQUE, 2010). Buscou-se, no entanto, discutir se a Comunicação, no sentido amplo, e o Jornalismo em particular, podem contribuir para a construção de pontes entre os povos dos dois lados. Considerou-se que este último é a atividade profissional responsável pela produção e veiculação da notícia, elemento que, de acordo com Zurita (2004), pode contribuir para a paz ou a guerra, a integração ou o conflito nos ambientes fronteiriços. Hipoteticamente, pode ajudar os povos a superar traumas ou reforçar estereótipos, preconceitos e mágoas históricas, dependendo da abordagem adotada sobre tais conceitos.

Tal complexidade manifesta-se também no âmbito das instituições locais, na medida que iniciativas e políticas públicas podem ser elaboradas e executadas pelas instituições visando à cooperação descentralizada, também entendida como paradiplomacia (DIAS, 2010). Nesse aspecto, como veículo para conteúdos jornalísticos, a mídia fronteiriça apresenta potencial para desempenhar um papel de destaque na formação da opinião pública dos dois lados (MCCOMBS-SHAW, 1972). A mesma premissa pode ser verificada no que diz respeito à possibilidade de conflito, dependendo da postura adotada pelos veículos de Comunicação e pelos jornalistas.

A escolha das cidades gêmeas de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero teve como critério o fato de se tratar da região mais expressiva da fronteira Brasil-Paraguai no Mato Grosso do Sul, países com histórico de conflito armado (Guerra do Paraguai, 1864-1870) e forte relação de cooperação e conflito construída no período pós-guerra. Ambas totalizam uma população estimada de mais de 205 mil habitantes (IBGE, 2017; DGEEC, 2015). Além disso, essas cidades têm “suas fronteiras terrestres demarcadas por linhas imaginárias, não existindo nenhum acidente físico que as separe. Unem-se formando um mesmo aglomerado urbano que permite a livre circulação de pessoas sem qualquer obstáculo físico” (SOARES, 2011, p. 12).

Integração e conflito

De acordo com Raddatz (2015), no ambiente de fronteira, a identidade é um elemento híbrido e está mais associada ao sentimento de pertença a determinados ambientes culturais do que às relações de cidadania formal dos indivíduos fronteiriços. Assim, a identidade não estaria exclusivamente vinculada ao documento que comprova a origem dessas pessoas, mas sim à sua bagagem cultural. Sobre isso, a autora (ibidem, p. 208) afirma que “as identidades fronteiriças estão no âmbito das fronteiras culturais, porque são os inúmeros traços e feições que vão se desenhando no jeito de ser fronteiriço, na imbricação entre nós e os outros”.

Tais relações nem sempre são advindas da ideia de território, mas decorrentes de fatores culturais, como os modos de viver, as oportunidades encontradas, a língua, as afinidades, os gostos e as possíveis sensibilidades que isso desperta em relação ao sentimento de cidadania. (RADDATZ, 2015, p. 205-206).

Dessa forma, não se pode falar de fronteira geopolítica sem considerar as fronteiras culturais, que, ainda de acordo com Raddatz (2015, p. 207), são a manifestação concreta da primeira, “com todas as ambiguidades oriundas de suas práticas no tempo e no espaço”. Neste sentido, Müller (2000, p. 8) observa que os espaços fronteiriços trazem suas peculiaridades num mundo globalizado e conservam relevância e características únicas: “Constituem-se como um espaço regional, cuja cultura é forjada por elementos específicos, comuns a determinados grupos, estabelecendo assim a ‘diferença’, as peculiaridades locais, eliminando ou borrando os limites oficiais, geopolíticos”.

Com a noção de que se tem na fronteira um ambiente marcado pela mescla cultural e de identidade, adota-se o entendimento de que ela se configura como um espaço onde ocorrem, na prática, os fenômenos da integração e do conflito. Na opinião de Souza e Oliveira (2014, p. 76), no caso específico da fronteira do Brasil com o Paraguai, os limites culturais suplantam os limites políticos e, assim,

A fronteira projeta-se como um espaço de trocas e integração social, uma zona de contato. É um espaço também de ambiguidade por existirem conflitos gerados pelas diferenças culturais, mas também por possuírem uma conexão cultural, como por exemplo, o espaço “brasiguai”. Brasileiros e descendentes que vivem nos departamentos [...] como os de Amambay e Canindeyú, continuam se comunicando em português em seu próprio ambiente e seus filhos são matriculados nas escolas locais, o que torna obrigatório aprender o espanhol e, em convívio com os paraguaios, familiarizam-se com algumas palavras em Guarani.

Na mesma direção, Bento (2013, p. 15) lembra que, nas cidades conurbadas de fronteira, como é o caso de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, “a linha-limite é atravessada cotidianamente pelos cidadãos dos dois Estados que ali vivem, sendo de fato cidades-laboratório de integração por esses deslocamentos binacionais recíprocos, diários, de ida e volta”. Tal ponto de vista reforça a hipótese de que, em tais regiões, a integração entre comunidades ocorre nas relações práticas e cotidianas, à margem dos circuitos oficiais e instrucionais e, principalmente, dos centros de poder dos países.

A busca por iniciativas integradoras que se observa no cotidiano das regiões de fronteira também tem avançado significativamente enquanto projeto dos Estados-nações envolvidos e como objeto de estudos, debates e ações institucionais. Para Bento (2013, p. 9), a integração regional sul-americana já é um fato concreto protagonizado tanto por civis quanto por militares, podendo ser classificada como integração de vértice (governos) e integração de base (comunidades): “A integração precisa ser qualificada e ampliada, é projeto, mas já é, também, realidade, sobretudo, entre os povos fronteiriços que vivem cotidianamente a integração de fato nas cidades gêmeas e conurbadas das fronteiras sul-americanas”.

Esse complexo cenário fronteiriço, marcado por tentativas e ensaios de integração tanto de vértice quanto de base, pode assumir contornos paradoxalmente conflituosos, permitindo afirmar que um elemento está intrinsecamente vinculado ao outro, como aponta Machado (2002, p. 8): “No sentido mais geral, a noção de fronteira internacional como *lugar* de integração, de comunicação, de encontro, de

conflito, advém do *a priori*, de que estamos na presença de sistemas territoriais diferentes e de nacionalidades distintas”. Dessa forma, Albuquerque (2010, p. 583) entende que

Os conflitos geram formas de integração [...] e explicitam tensões contemporâneas e passadas nas relações entre brasileiros e paraguaios. Por outro lado, a integração é um campo de forças, um movimento diferenciador de aproximação e distância entre os diversos agentes e instituições envolvidas nas relações diplomáticas, militares, econômicas, políticas, sociais e culturais entre os dois países.

Este mesmo autor (*ibidem*, p. 589) acredita que esses elementos promovem, ao mesmo tempo, uma “disputa e uma confluência de nacionalidades”, configurando “novas frentes de expansão capitalista e migrações fronteiriças produtoras de identidades, alteridades, diferenças, hibridismos, conflito e integração”. Percepção semelhante é demonstrada por Souza e Oliveira (2014, p. 86) quando afirmam que as zonas fronteiriças sul-americanas estão atualmente em “intenso processo de aproximação, em que, evidentemente, afloram muitos conflitos, revelando as modificações advindas de um novo comportamento de uma sociedade, cada vez mais, informatizada e globalizada”.

Nesse ambiente de complexidade e ambiguidade, retorna-se à Comunicação como o conjunto de técnicas, práticas e atividades que apreendem e representam uma fração dessa “interação transfronteiriça que se constrói também sobre o cultural, mais especificamente sobre as semelhanças entre padrões de conduta, valores, idiomas, enfim, no entorno simbólico entre os dois lados da fronteira” (RUIZ, 1996, apud SOARES, 2011, p. 154-155). Trata-se, portanto, de uma retroalimentação entre Comunicação e fronteira que mantém o fluxo essencial de informações para a dinâmica da construção das fronteiras culturais. A esse respeito, Raddatz (2015, p. 202) observa que

o jornal, a revista, o cinema, o rádio, a televisão e a internet ativam sentidos e constroem concepções sobre a fronteira que vão influir de alguma maneira sobre a bagagem que já se carrega sobre ela, podendo despertar novas sensações, alterar pontos de vista e criar expectativas a respeito do que se pode encontrar ao adentrar em outro país, por exemplo.

Müller et al. (2010, p. 117) têm ponto de vista semelhante ao explicar que

a mídia interage com os processos sociais de demolição e reestruturação e ao mesmo tempo promove e absorve mudanças. Acompanha e participa do esvaziamento e da composição de novas formas de convivência, onde a lógica da negociação permeia a constituição das culturas.

Ao adotar-se tal abordagem sobre a mídia, é razoável considerar o ponto de vista de Zurita (2004, p. 77-78, tradução nossa) a respeito do Jornalismo nas regiões de fronteira:

Hoje, o jornalismo é um instrumento ao serviço da integração entre as nações. Ele acrescenta entre os Estados esferas de diálogo e cooperação mútuos e incentiva a promoção da paz e da solidariedade, abordando problemas sociais, especialmente conflitos de fronteira e todos os tipos de antagonismos.

Jornalistas de fronteira

Na busca pela compreensão de algumas singularidades do contexto no qual se encontra inserido o jornalista fronteiriço, buscou-se obter, por meio das entrevistas semiestruturadas realizadas no final de 2015, um breve panorama sobre as condições de trabalho desses profissionais, tanto com relação à estrutura oferecida pelos veículos de Comunicação quanto ao ambiente físico em que trabalham. Não obstante a grande divergência nas opiniões, destacam-se aspectos como a falta de estrutura de locomoção (veículos motorizados) e a considerável exposição a situações de risco. Além disso, é fácil perceber que, para sobreviver na atividade, os jornalistas precisam trabalhar para várias empresas.

Para Eder Rubens da Silva, então com 42 anos, brasileiro, repórter correspondente do jornal O Progresso (Dourados-MS) e presidente do Clube de Imprensa de Ponta Porã, as condições são normais, as mesmas de outras regiões do Brasil, apresentando as mesmas dificuldades e facilidades. Pedro Zadyr Mascarenhas Robaldo Júnior, então com 39 anos, brasileiro, jornalista proprietário do site Chefrontera.com, afirma: “Só falo por mim. As condições são boas e com expectativa de melhora”. Por outro lado, para Ronald Diaz, na ocasião com 30 anos, paraguaio, repórter da Radio Sin Fronteras 98.5 FM e dos sites Amambaydigital.com e Poranews.com, as condições não são tão adequadas. “Muitos meios de Comunicação expõem muito os funcionários sem ao menos dar-lhes condições de se locomover de um lado ao outro em coberturas fora da cidade, por exemplo”, diz.

Há profissionais, no entanto, que apontam outros aspectos, como a diferença entre os veículos e a questão salarial, como é o caso de Nivalcir Pereira de Almeida, na época com 48 anos, brasileiro, assessor de imprensa da Câmara Municipal de Ponta Porã:

Logisticamente [as condições] são muito precárias. Somente a TV Morena possui um veículo motorizado à disposição dos jornalistas para fazer a cobertura. Nem as outras TVs possuem esse tipo de apoio. No geral, os baixos salários também tornam a vida do jornalista em Ponta Porã muito difícil. Não seguimos nem os pisos salariais acordados pelas convenções de classe. Por outro lado, a fronteira é uma fonte inesgotável de matérias, não faltam pautas. Tem muito, muito assunto mesmo!

Na opinião do radialista Giovani Cezar dos Santos, então com 49 anos, brasileiro, que atua nas rádios Nova FM 96,7 e Fronteira AM 670, as condições do Jornalismo na fronteira não diferem muito do que é praticado em outras cidades do interior, no entanto,

... nunca se vê os veículos de Comunicação dando suporte 100% para que se desenvolva o trabalho como tem que ser feito e temos que fazê-lo com nossos próprios meios. Por esse motivo, aqui somos conhecidos mais como 'o jornalista... e o radialista...' do que propriamente como profissionais de alguma empresa de Comunicação. Quando o jornalista quer falar a verdade nua e crua, sofre as consequências, mas isso não é uma particularidade de Ponta Porã e nem especificadamente da fronteira, é uma realidade que vemos em todos os lugares.

Também buscou-se saber se a língua do outro lado representa uma dificuldade ao trabalho do jornalista fronteiriço. Com exceção de situações pontuais no início de carreira de alguns profissionais, percebe-se que o domínio das duas línguas (português e espanhol e, em alguns casos, o guarani) é uma ferramenta indispensável ao trabalho do jornalista, tanto quanto a técnica da profissão. “Na fronteira, você deve dominar os três idiomas e escrever pelo menos em dois”, enfatiza Lourenso Vera (Leo Veras), na ocasião com 48 anos, brasileiro que atua dos dois lados da fronteira nos sites Poranews.com, Pontaporadigital.com, Conectanews.com e Chefronteira.com.

A repórter e fotógrafa Fatima Raquel Valdez Velazquez, então com 26 anos e quatro anos de profissão, paraguaia, que trabalha para o site Amambay570.com.py e a rádio Amambay 570 AM, além das páginas La Voz de Amambay I e La Voz de Amambay II na rede social Facebook, afirma: “No começo do meu trabalho, a questão da língua foi muito complicada, pois eu não falava nada de português e era muito difícil na hora de fazer as pautas. Hoje já não tenho esse problema”. É o que expressa também Nivalcir Pereira, na época com 26 anos de profissão: “Antigamente, o acesso a notícias e a leitura de jornais paraguaios eram bem restritos. Hoje, o contato com a língua estrangeira e a leitura de notícias do Paraguai facilitam muito o entendimento”.

Ainda no âmbito da contextualização, buscou-se verificar a frequência com que os jornalistas entrevistados costumam visitar e noticiar o outro lado e identificar os assuntos mais comuns relacionados à fronteira. Também neste caso, as respostas foram bastante variadas, indicando situações opostas. Eder Rubens, por exemplo, afirma que visita e noticia o outro lado regularmente, pois não é possível “dissociar um município do outro, que se integram de forma harmoniosa social e culturalmente”. Já Giovani Cezar reconhece que vai muito pouco ao lado paraguaio a trabalho, no máximo duas vezes por mês, mas “no meu canal, transmitido das 11h30 às 12h30, pelo menos uma notícia do Paraguai por dia”.

O caso de Nivalcir Pereira é outro, com destaque para as novas ferramentas introduzidas no modo de fazer Jornalismo:

A trabalho, vou muito pouco [ao outro lado], pois hoje em dia, com a internet, com os grupos de WhatsApp e redes sociais em geral, a troca de informações entre os jornalistas dos dois lados da fronteira flui melhor. No jornal em que trabalho pela manhã, fazemos matérias locais mesmo, sem precisar ir ao Paraguai. Buscamos informações por ligações telefônicas, redes sociais.

Quanto aos assuntos mais comuns relacionados à fronteira, as respostas mais comuns dadas pelos profissionais relacionam-se principalmente aos temas policiais e à criminalidade, como homicídios, execuções, assaltos, narcotráfico/tráfico de drogas e até mesmo reconhecimento de cadáveres. Temas mais amenos, como trânsito, economia (alta do dólar, alta de combustíveis), política (eleições, serviços públicos) e cultura vêm em segundo plano. “Mas a imprensa da fronteira, de uma forma geral, tem buscado noticiar as coisas boas, pois cremos que podemos formar cidadãos comprometidos com boas causas”, enfatiza Eder Rubens.

No que diz respeito ao objeto central deste levantamento, não houve opinião contrária entre os profissionais entrevistados quanto ao papel preponderante exercido pelo Jornalismo fronteiriço na integração e no conflito entre os povos das duas cidades, variando apenas a intensidade e o peso que cada profissional atribui aos dois conceitos. Na avaliação de Eder Rubens, o Jornalismo tem ajudado a retratar a integração entre esses povos nos últimos anos, “que seria impossível em outros países do mundo, após um conflito armado entre os dois países vizinhos [Guerra do Paraguai], que deixou marcas visíveis. A nova geração [de jornalistas] busca a integração, fortalecendo a tolerância”.

Muitos são os exemplos de situações, geralmente cotidianas, em que o Jornalismo contribui para a integração, conforme destaca Giovani Cezar: “Como Ponta Porã é uma rota para turistas que vão ao Paraguai em busca do ecoturismo, procuro fornecer informações sobre como eles devem proceder para seguir uma viagem tranquila, e sobre a qualidade do combustível de cada lado”. Leo Veras enfatiza que, ao divulgar os acontecimentos cotidianos da fronteira, o Jornalismo possibilita à população conhecer “situações em que um familiar pode estar enfrentando problemas com a Justiça no Brasil ou no Paraguai”. E Ronald Diaz avalia que a integração se manifesta quando mídia local retrata as frequentes festas e atividades culturais que envolvem as duas comunidades.

Neste sentido, Pedro Zadyr relata um fato que considera relevante para o tema:

No ano passado [2014], vivíamos uma onda de assaltos e furtos nunca presenciados antes. Por meio do [site] Che Fronteira, unimos as pessoas no movimento denominado “Ponta Porã de Joelhos” e fomos às ruas, brasileiros e paraguaios. Disso resultou um grupo, existente até hoje, chamado “Defensores da Fronteira”, que naquela época pressionou o então candidato ao governo do Estado a se comprometer em ampliar a segurança pública em Ponta Porã. Pressionamos as autoridades paraguaias também e há até hoje um controle bem mais rígido dos dois lados por parte dos órgãos de segurança pública.

Nivalcir Pereira acrescenta:

Quando trabalhei na TV, vi que a programação do Brasil atraía muito os paraguaios, mesmo sendo transmitida em português, pois eles entendem bem a nossa língua. O paraguaio tem a necessidade diária de saber das notícias por meio da imprensa brasileira, até mesmo por não ter TV aberta do lado de lá.

O mesmo raciocínio foi observado nas respostas relacionadas ao conflito, embora, na visão dos profissionais entrevistados, esse conceito esteja mais relacionado ao resultado da criminalidade retratada na fronteira do que propriamente à relação cultural ou social entre as comunidades. Fatima Raquel e Ronald Diaz utilizam as mesmas palavras para dizer que as situações que mais provocam conflitos com o outro lado são matérias e fotos publicadas sobre homicídios, provavelmente devido ao impacto provocado pelas imagens – divulgadas em sites e jornais de forma clara, em ângulos próximos e frontais.

Ronald Diaz lembra que notícias em tempo real sobre blitzes nas rodovias provocam muitas situações embaraçosas aos dois lados. Nivalcir Pereira acrescenta que um fato corriqueiro também provoca reações adversas nos paraguaios, quando

noticiado pelos veículos locais: “Quando há operação policial e os militares brasileiros entram em território paraguaio, isso causa conflitos, inclusive com as autoridades, que reclamam que não são avisadas sobre a perseguição”. Leo Veras complementa com a avaliação de que o oposto também ocorre, devido “à falta de preparo policial do outro lado da fronteira [Paraguai]”.

Para Pedro Zadyr, as “notícias sobre conflitos e todos os tipos de crimes são volumosas e sazonais” e, assim, “o Jornalismo na fronteira cria uma espécie de curiosidade e necessidade imediata de ver quem morreu ou foi preso”. Ele avalia, no entanto, que as notícias relacionadas à integração interessam muito mais, conforme mostram os mecanismos de medição de acessos de seu site. Ainda assim, entende que essa dualidade depende da vontade do jornalista em fomentar a paz ou o conflito, e relata uma experiência própria:

O povo paraguaio é patriota ao extremo e não tolera nenhum tipo de provocação em relação a seu país. Muitas vezes, colocamos uma palavra que é mal compreendida e gera muita repercussão. Aconteceu comigo numa matéria em que critiquei a forma como eles dirigem no nosso trânsito. A repercussão foi tão negativa que acabei tirando [o conteúdo] do ar para preservar o site.

Giovani Cezar também relata uma experiência própria neste sentido:

Aqui na região há um posto de combustível brasileiro, construído na saída de Ponta Porã, a 200 metros do Shopping China [maior estabelecimento comercial das duas cidades, situado na linha divisória, do lado paraguaio] em funcionamento há muito tempo. A administração do shopping expandiu seus negócios e construiu um posto dentro do seu próprio estacionamento, com preços muito mais baixos. A pedido do empresário, dono do posto de combustível brasileiro, o entrevistamos aqui na rádio em meados de 2013 e o assunto foi, basicamente, a concorrência desleal. Durante dois dias de entrevistas, estiveram presentes outros empresários e também representantes da Associação Comercial e da Fecomércio. Convidamos várias vezes o dono do Shopping China para dar seu ponto de vista como direito de resposta, mas ele nunca veio. Isso gerou um grande conflito e o resultado foi um desgaste de relacionamento entre o estabelecimento e a emissora, além de um grande prejuízo financeiro, pois [o shopping] cancelou os contratos de mídia e até hoje não voltou a anunciar conosco. Por outro lado, os empresários brasileiros, inclusive de outros segmentos, sentiram-se aliviados com as entrevistas, por tratarmos insistentemente de um assunto que é um problema para o comércio brasileiro em Ponta Porã.

Na opinião de Eder Rubens, no entanto, as duas questões dependem muito de como atua o profissional de Comunicação quanto aos temas tratados, podendo servir de motivador para o conflito ou a integração. Para completar sua avaliação, ele recorre ao aspecto histórico: “É visível que ainda existe uma resistência do país vizinho com relação ao Brasil, por conta de uma rusga histórica. É preciso ter

cautela e conhecer bem a história da aproximação entre esses dois países, que é um exemplo de superação e tolerância”.

Reflexão

As opiniões e fatos concretos relatados pelos sete jornalistas fronteiriços entrevistados permitem assumir, ainda que muito preliminar e particularmente, que a mídia tem participação relevante nos múltiplos fatores presentes na região abordada, com conotações políticas, econômicas, religiosas, sociais, etc. (MÜLLER et al., 2010). Pode-se argumentar que essa participação se dá em qualquer região. No entanto, na fronteira ela ganha outros contornos porque, como afirmado inicialmente, a mídia está inserida num contexto de expressiva complexidade, marcado pela relação de duas ou mais culturas e identidades que não só se caracterizam pela diferença e pelo contraste (BARTH, 2000), mas são marcadas profundamente por um conflito de proporções continentais – caso do Brasil e do Paraguai. Sobre essas peculiaridades, Soares (2011, p. 51) observa:

O fazer jornalismo em uma região de fronteira possui certas características que, de alguma forma, o diferencia de outras regiões. Não chega a ser diferente no formato, mas na forma de entender o vizinho próximo. Nas necessidades fronteiriças há uma dualidade que não se dá em outros lugares. Na fronteira, o interesse informativo de um lado e de outro pode se chocar. Há de se ter uma visão ampla a respeito dos dois lados para que a informação tenha valor para as duas sociedades.

A partir das respostas obtidas, torna-se evidente o expressivo interesse das duas comunidades pelas notícias locais, de um lado e de outro, o que se pode afirmar a partir da constatação do grande número de jornalistas atuantes em Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, bem como do número significativo de veículos de Comunicação estabelecidos naquela zona fronteiriça. Como lembrou Nivalcir Pereira “a fronteira é uma fonte inesgotável de matérias, não faltam pautas”. A fronteira, assim, vale-se da Comunicação, e do Jornalismo em particular, como elemento essencial para sua própria existência.

Como sinalizam Müller et al. (2010, p. 124), “a mídia da fronteira funciona como a representação concreta das relações que se estabelecem na sociedade, a partir dos interesses e desejos desta, decorrentes das crises, conflitos e necessidades que se criam no dia a dia de vizinhança”. Este posicionamento reforça a hipótese de que os conflitos geram formas de integração (ALBUQUERQUE, 2010),

e que o Jornalismo fronteiriço é promotor de conflitos, mas também trabalha para discuti-los como potenciais fontes de integração. A partir deste ponto de vista, o conflito não poderia ser entendido somente por seu lado negativo, mas como um fenômeno essencial à mudança e à melhora de uma dada condição social.

Não há na verdade uma contradição e sim um direcionamento no sentido da existência de uma interligação entre o global e o local. É possível que em alguns casos a mídia local represente o “símbolo da resistência” no sentido de espelhar e ajudar a reproduzir hábitos e costumes, comportamentos peculiares de cada região, em contraponto ao que é trazido do “mundo externo” pela mídia de massa. (MÜLLER, 2000, p. 5).

Definida por Raddatz (2015, p. 209) como “zona de impacto” e “ao mesmo tempo lugar de integração e espaço de tensão”, assim a fronteira se manifesta na visão dos jornalistas entrevistados que, de modo geral, percebem, entendem e expressam o impacto de seu trabalho, e da mídia fronteiriça, na integração e no conflito entre os povos das duas cidades, dos dois países. Muitas vezes, a integração é mencionada de forma ‘natural’ pelo profissional, como sendo um fenômeno entranhando no cotidiano fronteiriço. Da mesma forma, o conflito pode ser entendido como manifestação da criminalidade presente na região, e não como um aspecto de fundo cultural. De todo modo, a partir dos depoimentos, pode-se assumir que os dois termos compõem a essência da mídia fronteiriça.

Considerações finais

Com o breve levantamento realizado, não se pretendeu chegar a uma conclusão acerca de um tema tão vasto, que, como reconhecem os pesquisadores consultados, ainda carece de estudos aprofundados. Buscou-se conhecer um pouco do ponto de vista desses profissionais que atuam numa região que impressiona pelas dificuldades apresentadas, pelos riscos envolvidos e, também, pela riqueza de matéria-prima para a atividade jornalística. A conclusão que se pode arriscar, portanto, é que o Jornalismo irriga a vida na fronteira, independentemente da discussão sobre isso também ocorrer ou não em regiões não fronteiriças.

Também se faz necessário um estudo aprofundado e uma amostragem maior para demonstrar com mais assertividade o verdadeiro impacto do trabalho dos jornalistas sobre aspectos mais abrangentes, como a integração e o conflito entre Estados-nações, do ponto de vista institucional e diplomático. De todo modo, a integração e o conflito se materializam no cotidiano da fronteira, na e pela pauta

jornalística, alimentando-se mutuamente e, juntos, movendo as duas comunidades para a superação de resquícios dos conflitos de grandes proporções do passado.

O Jornalismo integra os povos porque, como afirma Raddatz (2015, p. 212), o jornalista é uma espécie de mediador entre as duas culturas e “tem facilidade de circulação em quaisquer dos ambientes [...] e pode contribuir para uma articulação das questões que dizem respeito ao seu campo de atuação porque é um conhecedor da realidade e de seus melindres”. Concorde-se com a tese de Soares (2011, p. 154-156) de que o Jornalismo de fronteira “promove ações de proximidade e de conectividade entre as duas sociedades fronteiriças” e “realça valores identitários locais”, criando concretas “possibilidades de diálogo entre as duas comunidades”, porque é por essência dirigido “às populações das duas cidades”.

Referências

ALBUQUERQUE, J. L. C. Conflito e integração nas fronteiras dos “brasiguaios”. **Caderno CRH**. Salvador, v. 23, n. 60, p. 579-590. 2010. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/3476/347632182009/>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. Conflito e integração nas fronteiras dos “brasiguaios”. **Caderno CRH**. Salvador, v. 23, n. 60, p. 579-590. 2010.

BARTH, Fredrik. **O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Tradução de John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

BENTO, F. R. **Cidades de Fronteira e Integração Sul-Americana**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

DGEEC – Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos. **PARAGUAY: proyección de la población por sexo y edad, según distrito, 2000-2025**. 2015. On-line. Disponível em: <<http://www.dgeec.gov.py/Publicaciones/Biblioteca/proyeccion%20nacional/Proyeccion%20Distrital.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2017.

DIAS, R. Um tema emergente em Relações Internacionais: a paradiplomacia nas cidades e municípios. **Revista Âmbito Jurídico**. Rio Grande, v. 13, n. 79, p. 1-15, 2010.

FOUCHER, M. **Obsessão por Fronteiras**. Tradução de Cecília Lopes. São Paulo: Radical Livros, 2009.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil 500 anos: território brasileiro e povoamento**. 2017. On-line. Disponível em: <<http://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/construcao-do-territorio/territorio-legalizado-os-tratados.html>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

MEF. Programa de Pós-graduação em Estudos Fronteiriços. VI Seminário de Estudos Fronteiriços: Onde as fronteiras se encontram... Anais... Corumbá: UFMS, 2017. (2 a 4 de outubro de 2017).

LEENHARDT, J. Fronteiras, fronteiras culturais e globalização. In: MARTINS, Maria Helena (Org.). **Fronteiras culturais: Brasil-Uruguaí-Argentina**. Cotia: Ateliê Editorial, 2002. p. 27-34.

MACHADO, L. O. **Sistemas, fronteiras e território**. Rio de Janeiro: Grupo Retis/UFRJ, 2002.

MCCOMBS, M. E.; SHAW, D. L. The Agenda-Setting Function of Mass Media. In: **Public Opinion Quarterly**, v. 36, p. 176-187, 1972.

MÜLLER, K. M. et al. Comunicação e Integração Latino-Americana: a participação da mídia local na construção da cultura e da identidade fronteiriça. **Revista Fronteiras – estudos midiáticos**, v. 12, n. 2, p. 116-125, 2010.

MÜLLER, K. M. **Processos midiáticos em comunidades fronteiriças**: o papel da mídia local impressa. In: Congresso Latinoamericano de Ciencias de la Comunicación, 5, 2000. **Anais...** Santiago do Chile, 2000.

ORTIZ, R. **Mundialização e Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

OTA, D. C. Radiojornalismo na Fronteira: Especificidades na Produção e Disseminação do Conteúdo Jornalístico. In: RADDATZ, V. L. S.; MULLER, K. M. (Org.). **Comunicação, Cultura e Fronteiras**. Ijuí: Unijuí, 2015. p. 181-200.

RADDATZ, V. L. S. Fronteiras culturais: o papel do rádio fronteiriço. In: RADDATZ, V. L. S.; MÜLLER, K. M. (Org.). **Comunicação, Cultura e Fronteiras**. Ijuí: Unijuí, 2015. p. 201-218.

SOARES, M. V. C. **Televisão Fronteiriça**: TV e telejornalismo na fronteira do Brasil e Paraguai. Campo Grande: Editora UFMS, 2011.

SOUZA, R. C. M.; OLIVEIRA, A. R. F. As cidades fronteiriças na América do Sul: polêmicas e conflitos com o centro oeste brasileiro. **Revista Tamoios**, v. 10, n. 1, p. 67-87, 2014.

WEBER, A. F. Como os meios de comunicação integram e separam nações: um olhar sobre a história da imprensa fronteiriça na Bacia do Rio da Prata. **Revista Brasileira de História da Mídia**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 105-113. 2014.

ZURITA, R. W. P. **Aproximación al Concepto de Periodismo Transfronterizo**. Piura: UDEP, 2014.

PROTEGER, ADMINISTRAR E CONTROLAR: INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E AUTORIDADES NA FRONTEIRA DO IMPÉRIO COM A BOLÍVIA

Proteger, Administrar y Controlar: Instituciones Públicas y Autoridades en la Frontera del Imperio con Bolivia

Divino Marcos de SENA*

Resumo: Depois da Guerra do Paraguai contra a Tríplice Aliança (1864-1870), o governo brasileiro mostrou interesse em estar mais presente no sul de Mato Grosso. Existiram iniciativas de autoridades provinciais e centrais para promover a defesa, manter o controle, a fiscalização e a organização da região. Assim, este artigo contempla tais ações ao enfatizar a importância e a participação de instituições públicas e autoridades especialmente na área de fronteira com a Bolívia.

Palavras-chave: Brasil Império, Administração pública, Mato Grosso.

Resumen: Después de la Guerra de Paraguay contra la Triple Alianza (1864-1870), el gobierno brasileño mostró interés en estar más presente en el sur de Mato Grosso. Existieron iniciativas de autoridades provinciales y centrales para promover la defensa, mantener el control, la supervisión y la organización de la región. Así, este artículo presenta tales acciones al enfatizar la importancia y la participación de instituciones públicas y autoridades sobre todo en el área de frontera con Bolivia.

Palabras clave: Brasil Imperio, Administración pública, Mato Grosso.

Introdução

Antes de 1870, a navegação no rio Paraguai via estuário do Prata era instável e dependente das relações diplomáticas entre o Brasil as repúblicas de língua espanhola. Anterior à Guerra do Paraguai contra a Tríplice Aliança, a navegação proporcionou um aumento da população de Corumbá e uma incipiente dinamização comercial. Produtos exportados e importados pela província de Mato Grosso passavam por Corumbá, ao ponto de os presidentes de província, maiores autoridades do executivo em Mato Grosso, a mencionarem como o seu empório comercial (RPP. Herculano Ferreira Penna, 03/05/1862⁵⁰). Foram transformações

* Doutor em História. Professor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/*Campus* do Pantanal. E-mail: divinosena@yahoo.com.br

⁵⁰ Para fins de citação, as seguintes siglas serão utilizadas ao longo deste texto: RPP = Relatório de Presidente de Província; RVPP = Relatório de Vice-Presidente de Província; FPP = Fala do Presidente de Província. Após a sigla aparecerá o nome do presidente ou vice-presidente de província e a data do relatório ou fala apresentada à Assembleia Legislativa Provincial. Os relatórios e MEF. Programa de Pós-graduação em Estudos Fronteiriços. VI Seminário de Estudos Fronteiriços: Onde as fronteiras se encontram... Anais... Corumbá: UFMS, 2017. (2 a 4 de outubro de 2017).

significativas se comparadas com o período anterior à navegação a vapor. O tempo de viagem com o litoral brasileiro e a região platina foi reduzido, e as embarcações a vapor em nada se comparavam com as canoas e os batelões que até então serviam como o único meio de transporte e comunicação nas vias fluviais em viagens para fora da província (CORRÊA, 1981; SENA, 2012).

É inegável a importância que a navegação a vapor pelo rio Paraguai trouxe para a fronteira do Brasil com a Bolívia. Se, por décadas, aquela parte do território não tinha recebido muita atenção do governo central e provincial, o quadro começou a mudar, gradativamente, com as possibilidades que a navegação proporcionaria à província de Mato Grosso e ao Império. Em menos de uma década Corumbá, como único porto alfandegário da província, recebeu nacionais e estrangeiros, algumas instituições,⁵¹ investimentos comerciais, embarcações e mercadorias que até então eram pouco frequentes ou inexistentes nas suas terras. Tais mudanças foram percebidas e ganharam destaque nos discursos de políticos, cronistas e viajantes (BOSSI, 2008; MOUTINHO, 1869).

Essas características foram interrompidas com o início da Guerra do Paraguai contra a Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) entre 1864 a 1870, com o bloqueio realizado pelos paraguaios no rio Paraguai e a invasão de Corumbá pelas tropas de Solano Lopez em princípio de 1865. Somente após a sua retomada pelas tropas imperiais, em 13 junho de 1867, e com o fim da Guerra, Corumbá voltaria a receber pessoas, investimentos e transformações que deram seus primeiros sinais antes de 1865.⁵²

É consenso na historiografia que a Guerra do Paraguai contra a Tríplice Aliança foi um marco divisório e significativo para a expansão da ocupação não indígena em parte do sul da província de Mato Grosso. Derrotado, o país governado por Solano Lopez não podia mais bloquear a navegação a vapor no rio Paraguai, que era a principal via que ligava Mato Grosso à área platina, ao oceano Atlântico e ao litoral brasileiro.

A recuperação e (re)organização da região se deu quando os obstáculos impostos pelo Paraguai foram superados. As atividades comerciais, extrativas e agropecuárias da província ganharam um melhoramento se comparadas com o período anterior. A reabertura da navegação no rio Paraguai dinamizou as localidades próximas a ele e aquelas situadas às margens de seus afluentes. Por essas vias foram importadas parte do que era consumido na província e exportados, modestamente, alguns de seus gêneros que tinham aceitação no mercado externo, tais como a ipecacuanha (poaia), extrato de carne, erva mate, e couro de gado

falas aparecem nas Referências da seguinte forma: Relatórios de Presidentes e Vice-Presidentes da Província de Mato Grosso de 1850 a 1888.

⁵¹ A sede do Comando da Fronteira de Albuquerque e sua guarnição foram transferidas para Corumbá que, do mesmo modo, recebeu duas unidades de artilharia (o 2º Batalhão de Artilharia a Pé e o Corpo de Artilharia de Mato Grosso) e uma instituição de arrecadação fiscal (MELLO, 1966).

⁵² Sobre a Guerra do Paraguai, conferir Doratioto (2002). Sobre a invasão e presença Paraguaia em Mato Grosso e, especificamente, em Corumbá, ver Esselin (2011) e Garcia (2001).

vacum e de animais silvestres.⁵³ Essas transformações conviveram com os problemas que a província ainda possuía, para citar apenas alguns: surtos epidêmicos, deficiência das rendas públicas, precariedade das vias de comunicações entre localidades de seu interior, principalmente naquelas onde as embarcações a vapor não aportavam ou que as vias terrestres eram precárias.

Depois da Guerra, as autoridades imperiais e provinciais sentiram a necessidade de (re)organizar e recuperar a área que havia sido ocupada pelos paraguaios. Parte da população tinha refugiado para Cuiabá ou outros pontos da província, mas boa parcela caiu sob o domínio paraguaio. Era preciso estimular o retorno de seus antigos moradores e a vinda de novos indivíduos e investimentos para que Corumbá voltasse a assumir a incipiente importância que vivenciou alguns anos antes da Guerra.

Em 1869, já existiam pessoas que retornaram ou passaram a povoá-la, mas esse movimento não correspondia aos anseios das autoridades provinciais. Tentando minimizar os efeitos da Guerra, o presidente da província, Barão de Melgaço, em 20 de setembro de 1869, por exemplo, propôs à Assembleia Legislativa Provincial que unisse a freguesia de Albuquerque à de Corumbá, com sede nessa última localidade. Alegou que Albuquerque sofreria mais dificuldade em ser repovoada, tendo em vista que anterior à invasão paraguaia ela sofreu com a desmembração da freguesia de Corumbá, com a qual não pôde rivalizar, por existir nesta última um porto habilitado para o comércio nacional e estrangeiro (RPP. Barão de Melgaço, 20/9/1869).

Essas sugestões foram acatadas pelos deputados provinciais, e apoiadas pela Diocese da província. No mesmo ano, o presidente de província sugeriu à Assembleia Legislativa que, em decorrências das calamidades que sofreram durante a Guerra, as freguesias de Miranda, Corumbá e Albuquerque ficassem isentas, pelo menos em 1870, dos tributos de décima de prédios, imposto sobre o gado para o consumo e sobre a carne seca, que eram destinados ao cofre provincial (RPP. Barão de Melgaço, 20/9/1869).

⁵³ Existe uma extensa bibliografia sobre as primeiras transformações econômicas e sociais em Mato Grosso do século XIX advindas com a reabertura da navegação no rio Paraguai, dentre as quais indico: Corrêa (2005), (1981), (1999), Volpato (1993), Garcia (2001), Souza (2008), Queiroz (2007) e Reynaldo (2007).

Incentivos também vieram da administração central que liberou o porto corumbaense para o ingresso de embarcações nacionais e estrangeiras. Subindo o rio Paraguai depois de Corumbá, ficou permitido apenas o trânsito de embarcações brasileiras. Em 15 de julho de 1869, por Decreto Imperial N. 4.388, foi concedida por dois anos a isenção dos impostos das mercadorias que seriam importadas pela província e as exportações dos gêneros de produção nacional, como forma de favorecer o comércio local, a navegação fluvial e os portos da província, entre eles o de Corumbá que era habilitado para o comércio nacional e estrangeiro. Esta disposição foi prorrogada por mais seis anos, que findaria no dia 30 de junho de 1877 (BRAZIL, 1869; BRAZIL, 1871a; BRAZIL, 1874).

Corumbá era apontada pelas autoridades provinciais como uma localidade que serviria para regularizar a distribuição de mercadorias para outras partes da província. Sua posição estratégica permitiu a formação de um centro populacional, de abastecimento, de comercialização e de integração entre Mato Grosso e os portos platinos e do litoral brasileiro.

Todavia, o processo de (re)construção de Corumbá foi lento e contou, além de incentivos fiscais, com a (re)instalação e participação de algumas instituições que passaram a organizar os serviços públicos nas suas respectivas alçadas. Nesse sentido, este artigo tem por objetivo discorrer sobre o processo de (re)organização administrativa na fronteira do Império com a Bolívia durante as duas décadas seguintes à Guerra do Paraguai contra a Tríplice Aliança. A (re)organização dessa fronteira ocorreu juntamente com a redefinição da área da província, com criação de municípios, freguesias, distritos, comarcas, (re)instalação de instituições, nomeação de empregados públicos, divisão de competência etc.

A leitura de bibliografia sobre a região demonstrou a carência de produções que abordam a participação de instituições e autoridades na (re)organização do território. Para alcançar os objetivos mencionados, foram consultados principalmente os seguintes conjuntos documentais: relatórios de presidentes e vice-presidentes de província; fontes que compõem o acervo da Câmara Municipal de Corumbá e periódicos editados nesta última localidade no final do Império.

Instituições e empregados do Império na fronteira com a Bolívia (1869-1889)

Nos anos 1870, o Brasil tinha recém-saído de uma Guerra que, entre outras questões, estava em jogo a disputa por territórios (DORATIOTO, 2002; MENEZES, 2012). As fronteiras do Império e, particularmente, da província de Mato Grosso não estavam totalmente definidas. Os limites com os países vizinhos (Paraguai e Bolívia) eram incertos (XAVIER, 2006), e internamente ocorriam divergências de limites de Mato Grosso com as províncias de Goiás, Pará e Amazonas.⁵⁴

A posição histórica de Corumbá como ponto habitacional em fronteira geopolítica – num primeiro momento como parte das possessões da América portuguesa limitando com a espanhola e, posteriormente, entre o Império e as Repúblicas vizinhas – propiciou a presença frequente de militares na região. Era preciso garantir seus limites, ainda que com reduzido número de militares. Foi dessa forma que no final de 1868, depois da retomada e da epidemia de Varíola que atingiu a província, uma guarnição militar foi enviada pelo governo da província para estacionar em Corumbá.

Em 1871, Corumbá contava com o 2º Batalhão de Artilharia a pé, que era uma força de linha do Exército composta por 578 praças, contingente que, segundo as autoridades, não era suficiente “para a guarnição das fronteiras, prisões, quartéis, destacamentos, diligências e outros serviços igualmente importantes”. Esta situação se apresentava em outras localidades de Mato Grosso. Deficitário também eram os quartéis da província, como especificou o presidente provincial: “Pode-se dizer, sem medo de errar, que não existem quartéis propriamente ditos em nenhum ponto desta província, essencialmente militar. A casa que na Capital, convencionalmente chama-se quartel, não merece semelhante denominação”. Em Corumbá, a situação era mais desfavorável, pois os galpões onde estavam os militares tinham sido incendiados. Esses e outros fatores contribuíram para que o presidente da província mandasse confeccionar plantas, planos e orçamentos que foram enviados ao Governo Imperial para a construção de dois quartéis em Cuiabá e um em vilas e povoados de área de fronteira, como Vila Maria, Corumbá, Albuquerque e Coimbra (RPP. Francisco José Cardozo Junior, 20/8/1871).

⁵⁴ As questões de limites da província com os países vizinhos só se resolveriam no final da década com acordos e demarcações (RPP. Francisco José Cardozo Junior, 20/8/1871; RPP. João José Pedrosa, 1/11/1878).

As instituições militares foram uma das primeiras a serem instaladas em Corumbá logo depois da Guerra. Assegurar e defender o território era necessário para atrair e estimular a permanência de pessoas e de investimentos. Além do 2º Batalhão de Artilharia a pé, o município recebeu o Arsenal de Marinha,⁵⁵ a reinstalação da Capitania dos Portos (1873) e a Guarda Nacional.

A Guarda Nacional foi criada em 1831 no país, como força auxiliar e sob o princípio de que a defesa da Nação era da responsabilidade de todos. Formada por cidadãos não profissionais na arte militar, os guardas nacionais como soldados amadores eram primeiramente cidadãos e depois soldados (CASTRO, 1979). Seu programa de ação estava concentrado na defesa da Constituição, a Liberdade, a Independência e a Integridade do Império; como mantenedora da obediência às leis, conservando e restabelecendo a ordem e a tranquilidade pública, como auxílio ao Exército de linha na defesa das fronteiras e litoral. Os guardas nacionais seriam os guardiões da integridade nacional. O serviço destes era prestado gratuitamente à nação, portanto, não remunerado e o cidadão-soldado deveria comprar e conservar seu uniforme.

Nacional na sua amplitude e campo de ação, a organização da Guarda era por municípios, visto que visava à sustentação da ordem interna, da tranquilidade pública tanto dentro como fora do município, mas de preferência no distrito onde os membros tinham domicílio.⁵⁶

Em Mato Grosso, os trabalhos de organização da Guarda Nacional tiveram início em dezembro de 1831, ou seja, alguns meses após a promulgação da lei que criou a instituição no país. Diante da insuficiência da força pública (polícia, tropas de linha, marinheiros etc.) para garantir a ordem interna e a guarnição da extensa fronteira de Mato Grosso com as Repúblicas vizinhas, a Guarda Nacional fez parte da segurança da cadeia, no serviço de destacamento, policiamento e do sossego público, nas bandeiras contra grupos indígenas resistentes ao processo de dominação e na destruição de quilombos e arrancamento de escravos (SILVA, 2011).

⁵⁵ O Arsenal de Marinha foi instalado em Ladário (no momento vinculado a Corumbá). Atualmente, Ladário é município independente. Sobre a instalação do Arsenal de Marinha, conferir Mello (2009).

⁵⁶ Para saber mais sobre a Guarda Nacional, consultar Uricoechea (1978) e Castro (1979).

A Guarda Nacional em Corumbá estava composta, em 1876, por uma Companhia Avulsa com mais de quinhentos militares (FPP. Hermes Ernesto da Fonseca, 3/5/1877). Alguns anos depois, com a reorganização da Guarda Nacional da província, a de Corumbá passou a integrar (com Miranda e Santa Anna do Paranaíba) um dos Comandos Superiores da Guarda Nacional, o único no sul de Mato Grosso até o final do Império.

Além disso, Corumbá era sede do distrito militar da Fronteira do Baixo Paraguai. A província estava dividida em quatro distritos militares: Distrito militar de Vila Maria, Miranda, Mato Grosso e da Fronteira do Baixo Paraguai. O limite deste último e sua área de atuação eram nas fronteiras com a Bolívia e o Paraguai. O Distrito era responsável pelo Depósito de Artigos Bélicos e pelas fortificações que existiam em Corumbá, dentre os quais estavam o Forte Junqueira, o 13 de Junho, São Francisco e o Duque de Caxias, além de outros destacamentos e do Forte de Coimbra (RPP. Joaquim Galdino Pimentel, 12/7/1886). Esse rol de instituições militares em Corumbá resultou na presença de militares provenientes de outras partes do Brasil e do território mato-grossense.

Nos primórdios dos anos 1870, negociantes, prestadores de serviços e embarcações estiveram presentes e aportaram em Corumbá. O movimento comercial proporcionou a reinstalação da Alfândega em 1872,⁵⁷ que ficou responsável, nesse primeiro momento, pela arrecadação dos direitos da armazenagem e expediente de capatazias, pela cobrança das rendas internas e pelos trabalhos de coletorias gerais, como matrícula especial dos escravos e dos filhos livres de mulher escrava e o lançamento do imposto pessoal, de indústrias e profissões. Nos seus primeiros anos, ela funcionou com limitado número de empregados e em edifício particular, mas existiram intenções das autoridades provinciais e gerais em conseguir verbas para aquisição ou construção de prédio próprio (RPP. Francisco José Cardozo Junior, 4/10/1872; RMF. Visconde do Rio Branco (José Maria da Silva Paranhos), 8/5/1872).

⁵⁷ A Alfândega esteve ligada à primeira fase da navegação fluvial e da posição de Corumbá no circuito comercial. Entre janeiro de 1865 e fevereiro de 1872 os trabalhos dessa instituição ficaram interrompidos em virtude da invasão paraguaia.

O ministro da fazenda, José Maria da Silva Paranhos, relatou aos deputados gerais que o comércio de importação e exportação no porto de Corumbá crescia sensivelmente como resultado das boas relações com as repúblicas vizinhas e pelas isenções de direito às mercadorias que por ele transitavam. Segundo essa autoridade, a Alfândega tinha sido reaberta para prover as necessidades do comércio, principalmente o de trânsito com a Bolívia, que não possuía um armazém para depósito dos seus gêneros, nem dos agentes fiscais necessários à guarda e fiscalização destes (RMF, Visconde do Rio Branco (José Maria da Silva Paranhos), 8/5/1872).

A Alfândega era uma instituição fazendária administrada por funcionários nomeados pelo governo geral e subordinada ao Ministério da Fazenda. Na capital da província de Mato Grosso existia a Tesouraria de Fazenda, administrada por um chefe nomeado a nível nacional. A ela estava vinculada a Alfândega de Corumbá, que também possuía seu inspetor, autoridade responsável pela instituição, que era auxiliado por outros funcionários, como o 1º e 2º escriturários e o oficial de descarga. Pela Alfândega eram pagos os vencimentos de diversos empregados civis, bem como de grande parte da força naval e do Exército.

Até aqui é permissível afirmar que diferentes iniciativas, ainda que modestas, foram tomadas para (re)organizar e (re)construir o que foi interrompido e destruído pela invasão paraguaia. A utilização do recurso (re), entre parênteses, serve para expressar que ocorreu uma reconstrução de parte do que foi perdido, mas, para além disso, o pós-Guerra do Paraguai contra a Tríplice Aliança foi um momento de novidades nos aparelhos administrativos que não chegaram a ser efetivados no período anterior. Uma nova organização provincial foi criada para atender às transformações que ocorriam na parte sul da província. Corumbá, em menos de duas décadas, ganhou destaque, recebeu uma câmara municipal, passou a ser sede de comarca, foi elevada à categoria de cidade (1878) e ampliou a presença de instituições e funções públicas ocupadas por indivíduos das elites locais e de outras especialidades que foram nomeados e transferidos para servirem na região.

Para Carvalho (2012), a criação de instituições, nomeação de indivíduos das elites locais e a circulação de empregados públicos possuíam, entre outros fatores, um compromisso comum com o fortalecimento e ampliação da atuação do Estado. No sul de Mato Grosso esse compromisso ficou evidente depois de 1869.

Os municípios de Corumbá e Miranda, atingidos pela Guerra, foram restaurados pela Lei Provincial N. 7 de 7 de outubro de 1871 que determinou a nomeação de autoridades civis (MATO GROSSO, 1871). Após essa restauração suas freguesias tornaram-se independentes de Cuiabá e uma nova organização administrativa provincial foi implantada paulatinamente.

Em observância a esta lei, e para que realmente ocorresse a instalação da Vila de Santa Cruz de Corumbá, o presidente de província, Francisco José Cardozo Junior, determinou que se procedesse a qualificação dos respectivos votantes. Em 22 de dezembro de 1871, terminaram os trabalhos da junta de qualificação. Com o rol de 499 qualificados para o escrutínio, em 14 de maio de 1872 foi realizada a primeira eleição para vereadores e juízes de paz de Corumbá.

Em 17 de agosto, foi instalada a vila e a sua municipalidade. Para o ato foram convocados os vereadores eleitos, que na ocasião foram empossados, e publicou-se edital com o auto de instalação. Depois da reunião de instalação, foi convocada para o dia 20 de agosto outra sessão para proceder a nomeação dos empregados da municipalidade (Ofício do presidente de província Francisco José Cardozo Júnior ao vereador mais votado da Câmara Municipal de Corumbá, 10 de julho de 1872; RPP. Francisco José Cardozo Junior, 4/10/1872).

A Câmara Municipal passou a ser o órgão responsável pela administração de Corumbá. No período imperial, não existia o executivo municipal como hoje conhecemos representado pela prefeitura, com o prefeito e funcionários.

Às câmaras competiam, conforme a Lei de 1º de outubro de 1828, os governos econômico e policial, isto é, deliberar, prover, elaborar e agir de forma efetiva em prol dos interesses municipais, além de advertir e proibir, portanto, aconselhar e orientar as populações propensas a cometerem atos considerados, pelo Estado e pelas elites, como irregulares, inconvenientes, imorais etc. Portanto, à Câmara de Corumbá competia a administração e fiscalização dos espaços, das populações e atividades existentes no município (SENA, 2017).

Quanto aos juízes de paz, estes também possuíam atribuições significativas para o funcionamento do município. Eram eleitos localmente, cada um dos quatro juízes serviria no período de um ano, conforme o número de votos obtidos nas eleições.

Nas duas últimas décadas do Império, os juízes de paz possuíam, dentre outras, as seguintes atribuições: impor penas disciplinares aos seus subalternos; eram encarregados pela direção dos assentos, notas e averbações do registro civil em cada juizado de paz, orientando o escrivão respectivo nesses trabalhos e tirar dúvidas e decidir administrativamente quanto aos livros de registro do juízo; presidir a junta paroquial responsável pelo recrutamento para o Exército e Armada; atuar nas listas de qualificação de votantes e nos escrutínios; tomar conhecimento das novas pessoas que habitassem o distrito; processar e julgar as infrações de posturas municipais com apelações, no efeito suspensivo, para os juízes de direito; pôr em custódia os bêbados, por vícios, turbulentos, e meretrizes escandalosas que perturbasse o sossego público; obrigar a assinar termos de segurança e bem viver, não podendo, porém julgar as infrações de tais termos; evitar as rixas, procurando conciliar as partes; fazer que não houvesse vadios, nem mendigos, obrigando-os a viver de trabalho honesto; informar aos respectivos agentes estrangeiros sobre a prisão correcional dos súditos das suas respectivas nações (PESSOA, 1899).

O município de Corumbá achava-se restaurado e nas condições de ser independente definitivamente do município da capital. Como a sua Câmara estava instalada e em execução, e os juízes de paz eleitos, já era possível a Vila dar conta da administração do seu termo (área do município). Foi alegando esses itens que o presidente da província, em Ato N^o 3 de 16 de janeiro de 1873, declarou o município efetivamente instalado e separado de Cuiabá.

A revisão da qualificação aprovada pelo juiz de direito da comarca da Capital (Cuiabá) confirmou existir número suficiente de cidadãos aptos para legalmente comporem o Conselho de Jurados⁵⁸, e o presidente de província criou o foro civil no município de Corumbá. Na mesma data, 16 de janeiro de 1873, ele subdividiu o termo da jurisdição do juiz municipal da vila de Corumbá em três distritos

⁵⁸ O Conselho de Jurados era formado por alistamento e estava integrado ao judiciário com a finalidade de atuar no julgamento de crimes. Nos anos 1870, para ser jurado era necessário ter condições para ser eleitor, saber ler e escrever, e possuir renda anual, por bens de raiz ou emprego público de 400\$000 réis nos Termos das cidades do Rio de Janeiro, Bahia, Recife e São Luiz do Maranhã, 300\$000 nos Termos das outras cidades, e 200\$000 em todos os demais Termos. Quando o rendimento proviesse de comércio ou indústria, deveria ter o dobro desses valores. Estavam proibidos de serem incluídos na lista os senadores, deputados, conselheiros, ministro do Estado, bispos, magistrados, oficiais de justiça, juízes eclesiásticos, vigários, presidentes e secretários dos governos provinciais, comandantes das armas e dos corpos de 1^o Linha (Art. 224. BRAZIL, 1842).

especiais⁵⁹: 1º Distrito – Compreendia a Vila de Santa Cruz de Corumbá e todo o território do respectivo município situado à margem direita do rio Paraguai; 2º Distrito – Compreendia todo o território que no município formava a recém-criada freguesia de Herculânia (atual Coxim-MS); 3º Distrito – Correspondente ao território situado à margem esquerda do rio Paraguai e não compreendido nos limites a freguesia de Herculânia. Para cada um desses distritos foram nomeados os suplentes do juiz municipal e de órfãos da Vila para atuarem durante quatro anos. Os suplentes entrariam em exercício do cargo no dia 15 de fevereiro de 1873 e deveriam prestar juramento junto à Câmara Municipal ou ao juiz de direito da Comarca até 14 de fevereiro.⁶⁰

A nomeação do Juiz Municipal, que seria o responsável por todo o termo, era de competência do Ministério da Justiça (sancionado pelo Imperador), cabendo apenas ao presidente de província a nomeação de seus suplentes. Pelo Decreto Imperial nº 5.360, de 23 de julho de 1873, foi criado o lugar de juiz municipal e de órfãos no termo de Corumbá (BRAZIL, 1873b).

Em princípios dos anos 1870, Corumbá ficou independente, portanto desmembrado de Cuiabá, e passou a compor, com Santa Anna do Paranaíba e Miranda, a 3ª Comarca. Em 1872, a província possuía 3 comarcas, mas alguns anos depois, esse número elevou para cinco, sendo duas delas na sua parte meridional. Em 1880, eram seis comarcas criadas e instaladas, com a metade no sul da província (FPP. Hermes Ernesto da Fonseca, 3/5/1877; RPP. João José Pedrosa, 1/10/1879).

Cada uma dessas comarcas estava formada por um ou mais termos. Em 1872, Corumbá fazia parte da comarca da capital e no ano seguinte ela passou a integrar a de Santa Anna do Paranaíba e ser sede da residência do juiz de direito e do promotor. No relatório apresentado à Assembleia Provincial, em 1873, o presidente de província, general José de Miranda da Silva Reis, apontou as dificuldades para a “boa administração da justiça”, prejudicada pelas distâncias e

⁵⁹ O distrito era uma divisão formada por no mínimo setenta e cinco casas habitadas e possuía uma subdelegacia de polícia subordinada à delegacia de polícia do município, instalada na sede deste.

⁶⁰ Conferir: *Ato da Presidência da Província N. 3 de 16 de janeiro de 1873.* (ACMC); *Ato da Presidência da Província N. 4 de 16 de janeiro de 1873.* (ACMC); RPP. José de Miranda da Silva Reis, 3/5/1873.

péssimas condições das rotas de comunicação que ligavam os diferentes pontos, o que obstaculizava a reunião do Conselho de Jurados em Santa Anna do Paranaíba. Para ele, era indispensável subdividir as extensas comarcas para a criação de outras, mas apontou os gastos que os cofres públicos auferiam com essas criações, visto que Mato Grosso não era a única província com dificuldades na administração do judiciário. Sua sugestão era a de que a comarca de Santa Anna do Paranaíba fosse repartida em duas, uma compreenderia os “extensos municípios de Corumbá e de Miranda, aquele como sabeis, fronteiro com a República da Bolívia, e ambos com a do Paraguai”, e a outra seria composta pelo “muito extenso território que, no extremo da província confronta com esta última República e com as nossas províncias do Paraná, S. Paulo, Minas Gerais e Goiás”, área que constituía o termo de Santa Anna do Paranaíba.

Nessa passagem José de Miranda da Silva Reis expôs a extensão territorial dos municípios de Corumbá, Santa Anna do Paranaíba e Miranda, que compreendiam quase a totalidade da área que hoje forma o estado de Mato Grosso do Sul. Vastidão onde não raras vezes vivenciou as ineficácias da fiscalização e da administração pública, que davam margens a abusos de proprietários e autoridades, ação de bandos armados, descaminhos, contrabandos, prejuízos na coleta de impostos, ineficácia do aparelho judiciário e da polícia etc. (Relatórios de Presidentes de Província 1850-1889; CORRÊA, 2005). Diante desse quadro, podemos supor que suas sugestões não decorreram apenas dos problemas enfrentados pelo judiciário da comarca ou pela extensão territorial, mas, também, por reivindicações de moradores e autoridades, e da necessidade sentida pelo executivo provincial para garantir a almejada “ordem pública” e “prosperidade”.

Ademais, Corumbá, Miranda e Santa Anna do Paranaíba estavam passando por momentos de transformações nas suas atividades comerciais, com incipiente dinamização e articulação com outras áreas. Corumbá, como já frisado, experimentava investimentos favorecidos pela rota de navegação na Bacia Platina (composta pelos rios Paraná, Paraguai, Uruguai e seus afluentes), da qual Miranda também foi beneficiada; e Santa Anna do Paranaíba tornava-se importante ponto de articulação e de comércio entre Mato Grosso, São Paulo e Minas Gerais.

A fundação de fazendas e de Santa Anna do Paranaíba no planalto sul, na primeira metade do século XIX, tiveram valor fundamental para o processo de

ocupação e dinamização daquela parte da província que teve por sustentáculo a pequena agricultura e a exportação de gado magro em pé, quando Mato Grosso começou a colocar no mercado interno este último produto que foi frequente na pauta do comércio interprovincial (LUCÍDIO, 1993). Com esse quadro não é difícil imaginar que as elites locais e autoridades provinciais comessem a reivindicar a instalação de instituições, criação de municípios, distritos e freguesias, delegacias, subdelegacias, comarcas etc., como foi apontado no relatório do presidente de 1873 e conforme vinha ocorrendo desde o fim da Guerra do Paraguai contra a Tríplice Aliança.

Quanto a Corumbá, a sua importância no cenário regional passou a ser tamanha que o presidente de província não titubeou em – depois de criar as instâncias judiciárias (Foro Civil) em janeiro de 1873 na vila, como citado – defini-la, por Ato de 21 de janeiro de 1873, como local de residência do juiz de direito e do promotor público da comarca que até então era em Santa Anna do Paranaíba (RPP. José de Miranda da Silva Reis, 3/5/1873).

A transferência realizada pelo presidente José de Miranda da Silva Reis, foi respaldada pelo Decreto Imperial nº 4.824 de 22 de novembro de 1871 que regulou as alterações da legislação judiciária. O Art. 85 permitiu ao presidente de província, com aprovação do Governo Imperial, designar a principal vila ou cidade da comarca e pela importância de foro como o local de residência dos juizes de direito e promotores (BRAZIL, 1871b). A importância desse ato era considerável, visto que o local de residência dessas autoridades acabava sendo a sede de comarca, pois, como geralmente não existiam prédios públicos destinados especificamente ao judiciário, os despachos, audiências e tribunal do júri ocorriam na residência dos magistrados, em casa particular destinada a isso, nas dependências da Câmara Municipal ou de outra repartição pública ou religiosa. Transferir a residência do juiz de direito e promotor era o mesmo que transferir a sede da comarca. Assim, os serviços dessa instituição judiciária de primeira instância passariam a ocorrer em Corumbá.

Além da transferência de residência do juiz e promotor, uma nova reordenação judiciária ocorreu alguns meses depois. As orientações presidenciais em dividir a comarca de Santa Anna do Paranaíba foram atendidas pelos deputados provinciais alguns dias após a sua fala à Assembleia em 3 maio de 1873. Por Lei

Provincial Nº 1 de 21 do mesmo mês e ano, foi alterada a divisão judiciária que elevou para quatro as comarcas da província com redistribuição dos termos que as integrariam. A nova comarca foi a de Santa Cruz de Corumbá, com sede em Corumbá, seu único termo, e a Comarca de Santa Anna do Paranaíba voltou a ser na vila do mesmo nome. O Decreto Nº 5.333, de 10 de julho de 1873, declarou ser de primeira entrância a Comarca de Santa Cruz de Corumbá e, em 19 de fevereiro de 1874, o seu juiz de direito, Dr. Alfredo José Vieira, assumiu o cargo para o qual tinha sido nomeado, data em que ficou instalada a referida Comarca (RPP. José de Miranda da Silva Reis, 3/5/1874; BRAZIL, 1873a).

Nos anos 1870, competia ao juiz municipal (que deveria ter formação jurídica e também ocupava os cargos de juiz de órfãos e juiz comercial) preparar todos os feitos cíveis que cabiam ao julgamento do juiz de direito; julgar as infrações dos termos de segurança e bem viver que as autoridades policíacas ou os juizes de paz tivessem obrigado a assinar; processar e julgar causas cíveis entre os valores de cem a quinhentos mil réis, com apelação para os juizes de direito; publicar e executar as sentenças cíveis; julgar crimes de contravenções das posturas das câmaras municipais e mais processos policíacos, por um mandato de quatro anos.

Os suplentes dos juizes municipais, em número de três depois de 1871, eram nomeados pelo presidente de província, não precisavam de formação jurídica e não recebiam soldo. Para ser juiz municipal substituto era necessário que o indivíduo fosse cidadão notável na localidade, inteligente e de boa conduta. Além de substituírem o juiz municipal no seu impedimento, os juizes substitutos deveriam cooperar no preparo dos processos crimes a cargo do titular até o momento da pronúncia e julgamento (PESSOA, 1899).

Como autoridade máxima do judiciário da comarca, competia ao juiz de direito (que deveria ter formação jurídica), entre outras atribuições: exercer a jurisdição de primeira instância e atuar nos julgamentos de todas as causas cíveis na respectiva comarca; formar culpa aos empregados públicos não privilegiados⁶¹, nos crimes de

⁶¹ Eram privilegiados os conselheiros e ministros de Estados, os presidentes das províncias, desembargadores e juizes de direitos, os empregados no corpo diplomático, os comandantes e empregados militares e os eclesiásticos pelo que toca à imposição de penas espirituais, decretadas pelos Cânones recebidos.

responsabilidade, e julgá-los definitivamente; proceder ou mandar proceder ex-offício algum processo crime em que tivesse lugar a acusação por parte da Justiça para sanar qualquer nulidade ou para mais amplo conhecimento da verdade e circunstância que pudessem influir no julgamento; julgar as suspeições postas aos juízes inferiores; presidir a revisão e sorteio dos jurados; presidir o conselho de jurados; conhecer e atuar nos processos que lhe fossem sujeitos por via do recurso ou da apelação, interpostos dos juízes municipais; julgar infrações dos termos de segurança e bem viver e, por apelação, o julgamento das infrações de posturas municipais; processar e julgar os crimes de contrabando fora de flagrante delito; conceder fianças e atuar nas mesas eleitorais para deputados gerais e membros da assembleia legislativa provincial (PESSOA, 1899).

As precariedades do funcionamento do judiciário na província de Mato Grosso, que ainda não foi tema específico de pesquisa, foram sentidas por outras instituições públicas. De todo modo, o governo procurou criar aparelhagem administrativa e nomear indivíduos para a organização, normatização e fiscalização na recém-restaurada Corumbá. Arranjos administrativos foram construídos e redefinidos para dar conta das transformações e necessidades que o sul da província experienciou depois de 1870.

Essas ações se enquadram no que Michel Foucault chamou de “governamentalidade” que, entre outras coisas, corresponde a uma série de instituições, de procedimentos, de análises e reflexões, com “cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança”. A governamentalidade é também a tendência de um tipo de poder, que se pode chamar de governo, e “levou ao desenvolvimento de uma série de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes” (FOUCAULT, 2009, p. 291-292).

O Estado com as suas táticas, ao mesmo tempo em que criou instituições no sul da província, definiu as competências de seus representantes que estariam no exercício do poder e responsáveis por suas respectivas áreas de atuação. O objetivo era gerir a população que se avultava, com o máximo de informações e interferência sobre ela. Os agentes do Estado teriam papel importante nesse processo.

No movimento citadino, com a chegada e saída de embarcações e de carros de bois (dos ambientes rurais), e na realização de diferentes tarefas que pertenciam ao cotidiano de Corumbá, pessoas de variadas características físicas, procedentes de outros municípios de Mato Grosso, de outras províncias e países se relacionavam com maior ou menor intensidade, cada qual com suas formas de expressar, jeitos de falar, comportamentos, gostos e mecanismos para garantir os meios para a sobrevivência. Numa vila/cidade⁶² deficitária de vários serviços urbanos e com multiplicidade de práticas e intenções, surgiram contendas, conflitos e disputas entre seus moradores.

O aumento populacional e da circulação de pessoas trouxe consigo outros problemas relacionados ao saneamento, à infraestrutura, organização, saúde e segurança (JORNAL *O Corumbaense*; JORNAL *O Iniciador*; Livro *Cópias de relatórios da Câmara*; Livros *das correspondências da Câmara*). Diante dessa situação, o Estado via-se necessitado de empreender medidas para reprimir os infratores e manter a “ordem” com a ação policial.

De maneira geral, a polícia nos anos 1870 tinha por competência vigiar, reprimir, quantificar, manter a ordem e a segurança, investigar crimes e coletar informações (MACHADO FILHO, 2003). Anterior à Guerra, essa instituição estava presente em Corumbá na subdelegacia de polícia, que foi reinstalada depois do conflito. Após a efetiva instalação do município e da criação do seu foro civil, foi criada, por Ato do Presidente da Província de 23 de janeiro de 1873, a Delegacia de Polícia (RPP. José de Miranda da Silva Reis, 3/5/1873).

Em princípio dos anos 1870, a ampliação da polícia ocorreu principalmente na parte sul da província, em áreas que foram atingidas diretamente pela invasão paraguaia e que estavam recebendo (i)migrantes (Relatórios de Presidentes e Vice-Presidentes da Província de Mato Grosso de 1850 a 1888).

As autoridades nas suas áreas de atuação, além de procurarem promover a organização, o funcionamento da máquina estatal e a “tranquilidade pública”, forneciam informações em forma de relatórios ao executivo provincial que depois

⁶² Essa forma de denominação “vila/cidade” foi adotada para destacar que analiso um período em que Corumbá era vila e depois foi elevada à categoria de cidade.

repassava ao legislativo da província. Os relatórios de presidente de província são repletos de dados, alguns imprecisos, fornecidos por diferentes autoridades, com quadros numéricos/estatísticos que procuravam levantar o máximo de informações sobre sua população para melhor promover ações que visavam disciplinar espaços e corpos.⁶³ Disciplina esta que seria uma das portas para o ingresso da província à chamada “civilização”, que perpassou o imaginário da época e esteve presente nas representações das elites brasileiras do século XIX.

A redefinição e ampliação de aparelhos institucionais no sul da província de Mato Grosso estiveram ligadas a esses objetivos. Depois de 1870, o Estado almejava estar mais presente nessa área que parcialmente tinha recentemente ficado sob a dominação estrangeira. Por isso a (re)implantação de quartéis, alfândega, municipalidades, judiciário, polícia, além de tantas outras instituições.

A partir do que explanei até aqui, fica perceptível o interesse estatal em mostrar-se mais presente no sul de Mato Grosso. Se anterior à Guerra eram poucas as instituições públicas, depois da reabertura da navegação no rio Paraguai essa situação começou a mudar. A projeção de Corumbá no cenário provincial fez dela o principal núcleo urbano naquela parte da província e, ao mesmo tempo, ocorreram propostas/iniciativas para promover a sua defesa, manter o controle, a fiscalização e implantar o (re)ordenamento do seu território. Outras instituições também se fizeram presentes.

Em Mato Grosso existiam as coletorias, que poderiam ser de dois tipos: 1) coletorias de rendas gerais, 2) coletorias de rendas provinciais. As coletorias gerais estavam nos termos, que em Corumbá, como já frisado, era realizado pela Alfândega. As coletorias gerais eram incumbidas, grosso modo, pela arrecadação dos impostos gerais, fiscalização e pagamento dos empregados gerais.

⁶³ Cabe ressaltar a importância da estatística nesse processo. Ela revela que “a população tem uma regularidade própria: número de mortos, de doentes, regularidade de acidentes, etc.; a estatística revela também que a população tem características próprias e que seus fenômenos são irreduzíveis aos da família: as grandes epidemias, a mortalidade endêmica, a espiral do trabalho e da riqueza, etc.; revela finalmente que através de seus deslocamentos, de sua atividade, a população produz efeitos econômicos específicos. Permitindo quantificar os fenômenos próprios à população [...]” (FOUCAULT, 2009, p. 290).

Já as coletorias provinciais estavam vinculadas à Tesouraria Provincial, que era uma instituição fazendária, situada em Cuiabá, responsável pela administração das receitas e despesas provinciais. As coletorias e agências fiscais provinciais tinham por função acautelar e tornar efetiva, quando possível, a cobrança das rendas provinciais em diversos pontos da província e fiscalizar os interesses da fazenda provincial (RPP. José de Miranda da Silva Reis, 3/5/1874). Os coletores deveriam apresentar relatórios à Tesouraria Provincial com os balanços das receitas e despesas, com especificação de cada imposto cobrado e o que era recolhido.

As coletorias e agências fiscais serviriam para recolher fundos destinados aos cofres provinciais e para aumentar os empecilhos e evitar ações ilegais de comercialização. Portanto, mais uma forma do Estado manter o controle sobre o território e as práticas da população.

A Coletoria Provincial de Corumbá foi instalada nos primeiros anos após a retomada da Vila. Em 1875, os seguintes artigos comercializados na Vila passaram pela taxaço provincial: aguardente, açúcar, arroz com casca, arroz pilado, café, carne seca, cal, couro, farinha de mandioca, farinha de milho, feijão, fumo, graxa, gado, milho, pelos de animais, rapadura, toucinho etc. (FPP. Hermes Ernesto da Fonseca, 3/5/1876). Os indivíduos que comercializavam esses gêneros estavam sujeitos ao pagamento de impostos provinciais que seriam recolhidos pelo coletor (empregado nomeado pela Presidência da Província, com provável indicação do chefe da Tesouraria Provincial). Essa repartição pagava os vencimentos dos professores de escola pública primária de Corumbá e de outros empregados que seriam liquidados pelos cofres provinciais. Aos olhos das autoridades provinciais, a Coletoria de Corumbá era a coletoria subalterna que mais aumento apresentava na arrecadação das rendas.

O movimento populacional, comercial e a importância que Corumbá assumiu no contexto provincial, direcionaram a ela outras instituições com atribuições que estiveram ligadas às necessidades e mudanças na região. Além das instituições aqui apresentadas, nas duas últimas décadas do Império ou em alguns anos daquele período, Corumbá contou com uma Agência dos Correios, Cadeia Pública, com a Junta de Classificação de Escravos, Sociedade Abolicionista Corumbaense, Maçonarias, Igreja, Junta Municipal de Qualificação, Agência de Colonização, Irmandade de Nossa Senhora da Candelária, Irmandade do Glorioso São Benedito,

Inspetoria Pública Paroquial (responsável pela instrução na paróquia, com inspetor nomeado pela Presidência da Província), Escola Pública Primária, Cartório, Cemitério, Hospital dos Coléricos, Hospital de São João Batista (Ladário – funcionou apenas em 1876), Hospital de Caridade de São Vicente de Paula, Enfermaria Militar e Delegacia de Higiene.

A presença de estrangeiros pôde ser representada pelos consulados que existiam, dentre os quais estavam: da República do Paraguai, da Bolívia, da Argentina, da República Oriental do Uruguai, de Portugal e da Itália. Como Corumbá era uma das portas de ingresso na província, para fiscalizar e registrar o movimento de entrada e a saída de estrangeiros existia a Polícia do Porto, que pertencia à Secretaria de Polícia da Província e ficava a cargo de um amanuense.

Algumas dessas instituições não possuíam mais que o seu representante e alguns artigos para o expediente, logo, nem todas estavam providas de sede com funcionários e os serviços, grosso modo, ocorriam na residência dos respectivos representantes. Nas fontes consultadas ficou visível que, apesar de instaladas, os primeiros momentos de funcionamento de muitas das instituições mencionadas foram permeados por problemas relacionados à escassez de recursos, de infraestrutura, de materiais e de pessoal, por exemplo.

As deficiências nas instituições e serviços públicos foram comuns durante o Império. Os problemas perpassavam desde instituições centrais até as existentes em cidades, vilas e freguesias próximas ou mais distantes da Corte. Para Uricoechea (1978), esses foram alguns dos obstáculos que dificultaram a criação de um estado burocrático moderno. A ampliação dos aparelhos de controle do Estado, nem sempre vinha acompanhada de condições para a realização de um serviço público almejado e definido na legislação existente.

Considerações finais

A presença e participação de instituições e de seus representantes e empregados na fronteira do Império com a Bolívia evidenciam a divisão e organização dos serviços públicos e reforçam a ideia de gradativa dinamização do sul da província de Mato Grosso, com especial destaque para Corumbá. A (re)instalação de instituições e a nomeação de empregados públicos configuraram-

se como estratégias do Estado em se fazer mais presente em áreas que ainda não estavam com as suas fronteiras totalmente delimitadas ou que tinham recentemente passado pelo processo de demarcação.

Apesar do caráter deficitário que muitas das instituições (re)instaladas apresentaram nos seus primeiros momentos de funcionamento e que nem sempre atendiam às necessidades do serviço público, elas simbolizaram as intenções do Estado em estar mais presente naquela parte do Império após Guerra do Paraguai contra Tríplice Aliança. O sul de Mato Grosso passou por operações estratégicas, demarcatórias, políticas, administrativas, militares e fiscais do Estado. Assegurar, normatizar e controlar o território e a população era um dos seus objetivos.

Para compreender se tais objetivos foram atingidos em maior ou menor intensidade, serão necessárias análises mais detalhadas sobre cada um dos serviços e instituições existentes na região. A maioria das instituições mencionadas não foi tema específico de pesquisa. Ressalto a importância de estudá-las, pois cada uma possuía funções, empregados, rotina, especificidades na forma como atuavam na província e nas suas diferentes espacialidades, como em Corumbá, por exemplo.

Referências

Ato da Presidência da Província N. 3 e N. 4 de 16 de janeiro de 1873. Caixa s/n. Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá (ACMC). Corumbá-MS.

BOSSI, Bartolomé. *Viagem pitoresca pelos rios Paraná, Paraguai, São Lourenço, Cuiabá e o Arinos, tributário do grande Amazonas.* Tradução de Maria do Rosário de Fátima Gomes Godinho. Brasília: Ed. Senado Federal, 2008.

BRAZIL. Decreto N. 4.388, de 15 de julho de 1869. *Collecção das Leis do Império do Brazil – 1869*, v. 1, parte 2, p. 328.

BRAZIL. Decreto N. 4.707, de 31 de março de 1871. *Collecção das Leis do Império do Brazil – 1871*, v. 1, parte 2, 1871a, p. 158.

BRAZIL. *Decreto N. 4.824 de 22 de novembro de 1871.* Regula a execução da Lei n. 2033 de 24/9/1871, que alterou diferentes disposições da Legislação Judiciária. 1871b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dim/dim4824.htm. Acesso em: julho de 2015.

BRAZIL. Decreto N. 5.333, de 10 de julho de 1873. Declara a entrância da Comarca de Santa Cruz do Corumbá, na província de Mato Grosso. *Collecção das Leis do Império do Brazil - 1873*, v. 1, parte 2, 1873a, p. 477.

BRAZIL. Decreto n. 5.360, de 23 de julho de 1873. Créa o lugar de juiz municipal e de órfãos no Termo de Corumbá, na província de Mato Grosso. *Collecção das Leis do Império do Brazil - 1873*, v. 2, 1873b, p. 560.

BRAZIL. Decreto N. 5.626, de 4 de maio de 1874. *Collecção das Leis do Império do Brazil - 1874*, v. 1, parte 2, p. 593.

BRAZIL. *Regulamento Nº 120, de 31 de janeiro de 1842*. Regula a execução da parte policial e criminal da Lei n. 261 de 3 de dezembro de 1841. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Regulamentos/R120.htm. Acesso em: Dezembro de 2014.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CASTRO, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

CORRÊA, Lucia Salsa. *Corumbá: um núcleo comercial na fronteira de Mato Grosso 1870-1920*, SLED, 1981.

CORRÊA, Lúcia Salsa. *História e Fronteira: O Sul de Mato Grosso 1870-1920*. Campo Grande: UCDB, 1999.

CORRÊA, Valmir Batista. *Fronteira Oeste*. 2. ed. Campo Grande: Ed. UNIDERP, 2005.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

ESSELIN, Paulo Marcos. *A pecuária bovina no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do pantanal sul-mato-grossense (1830-1910)*. Dourados: Ed. UFGD, 2011.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009.

GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. *Mato Grosso (1850-1889): Uma província na fronteira do Império*. 2001. 142 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica). UNICAMP, Campinas.

JORNAL *O Corumbaense*, 1881 e 1889. Centro de Documentação Regional da UFGD (CDR), Dourados-MS (Microfilme).

JORNAL *O Iniciador*, 1879-1886. Arquivo da Biblioteca Nacional (ABN). Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso: Jan. 2013.

Livro Cópias de relatórios da Câmara [...]. 1875 a 1888. Caixa s/n. Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá (ACMC). Corumbá-MS.

Livro da Correspondência da Câmara (1872-1889). Caixas s/nº. Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá (ACMC). Corumbá-MS.

LUCÍDIO, João Antônio Botelho. *Nos confins do Império um deserto de homens povoado por bois: a ocupação do Planalto Sul Mato Grosso, 1830-1870*. 1993. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, Niterói.

MACHADO FILHO, Oswaldo. *Ilegalismos e jogos de poder: um crime célebre em Cuiabá (1872) e suas verdades jurídicas (1840-1880)*. 2003. 447 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas.

MATO GROSSO. Lei Provincial N. 7 de 7 de outubro de 1871. In: *Offícios dirigidos a Camara. Corumbá, 1872*. Caixa s/n. Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá (ACMC). Corumbá-MS.

MELLO, Raul Silveira de. *Corumbá, Albuquerque e Ladário*. Rio de Janeiro: Editora do Exército, 1966.

MELLO, Saulo Alvaro de. *O Arsenal da Marinha em Mato Grosso*. 2009. 340 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

MENEZES, Alfredo da Mota. *A Guerra é nossa: a Inglaterra não provocou a Guerra do Paraguai*. São Paulo: Contexto, 2012.

MOUTINHO, Joaquim Ferreira. *Notícia sobre a província de Matto Grosso*. São Paulo: Typographia de Henrique Schoroeder, 1869.

Ofício do presidente de província, Francisco José Cardozo Júnior, ao vereador mais votado da Câmara Municipal de Corumbá, 10 de julho de 1872. In: *Offícios dirigidos a Camara. Corumbá, 1872*, Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá (ACMC).

PESSOA, Conselheiro Vicente Alves de Paula. *Código do Processo Criminal de Primeira Instância do Brazil [...] Com todas as reformas que lhes seguiram, até hoje [...]*. Rio de Janeiro: Livreiro-Editor Jacintho Ribeiro dos Santos, 1899.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Revisitando um velho modelo: contribuições para um debate ainda atual sobre a história econômica de Mato Grosso/Mato Grosso do Sul. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 87, p. 171-201, 2007.

Relatórios de Presidentes e Vice-Presidentes da Província de Mato Grosso de 1850 a 1888. Disponíveis em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincia>. Acesso em: Janeiro de 2014.

REYNALDO, Ney Iared. Comércio e navegação no rio Paraguai (1870-1940). In: *XI Jornadas Interescuelas*. Universidade de Tucumán, San Miguel de Tucumán - Argentina, 2007, p. 1-47. Disponível em: <http://cdsa.academica.org/000-108/81.pdf>. Acesso em: Agosto de 2014.

RMF (Relatório do Ministro da Fazenda apresentado à Assembleia Geral Legislativa. Visconde do Rio Branco) José Maria da Silva Paranhos, 8 de maio de 1872. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1872.

SENA, Divino Marcos de. Corumbá anterior à Guerra do Paraguai: espaço e população. In: MELO, Wilson Ferreira de [et. al]. (Org.). *Caminhos do Câmpus do Pantanal - UFMS*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2012, pp. 15-32.

SENA, Divino Marcos de. *Entre articulações e conveniências na Câmara Municipal de Corumbá: Relações de poder, laços sociais e atuação política no final do Império*. 2017. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS.

SILVA, Jonh Érick Augusto. *A Guarda Nacional na fronteira Oeste do Império do Brasil (1850-1864)*. 2011. 180 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais/UFMT, Cuiabá-MT.

SOUZA, João Carlos de. *Sertão Cosmopolita: Tensões da modernidade de Corumbá (1872-1918)*. São Paulo: Alameda, 2008.

URICOECHEA, Fernando. *O minotauro imperial: a burocratização do estado patrimonial brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro – São Paulo: Difel, 1978.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850/1888*. Cuiabá: Marco Zero, 1993.

XAVIER, Lidia de Oliveira. *Fronteira Oeste Brasileira: entre o contraste e a integração*. 2006. 242 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília.

A INFLUÊNCIA DA CHEIA NA COMUNIDADE DA BARRA DO SÃO LOURENÇO PANTANAL SUL-MATO-GROSSENSE

The Influence of the Full in the Community of the Bar of São Lourenço Pantanal Sul-Mato-grossense

Tayrine Pinho de Lima FONSECA*

Aguinaldo SILVA**

Beatriz Lima de PAULA SILVA***

Resumo: As inundações periódicas anuais são ocasionadas com a baixa declividade associada às chuvas periódicas na cabeceira do rio dificultando o escoamento das águas. O elemento primordial que retarda o escoamento das águas superficiais é a geomorfologia local na região do Amolar. Nas proximidades da região do Amolar instalou-se a Comunidade da Barra do São Lourenço. Por tal motivo, o objetivo do trabalho é avaliar como o processo de inundação influencia na região da Barra São Lourenço, na região de fronteira Brasil-Bolívia a partir do uso da geotecnologia e verificação á campo.

Palavras-chave: Geotecnologia, Inundação, Pantanal, Fronteira.

Abstract. Annual periodic flooding is caused by the low slope associated with periodic rainfall at the head of the river, making it difficult to dispose of the water. The primary element that delays the flow of surface water is local geomorphology in the Amolar region. In the vicinity of the Amolar region, the Community of Barra do São Lourenço was established. For this reason, the objective of this work is to evaluate how the flooding process influences the region of Barra São Lourenço, in the region of Brazil-Bolivia border from the use of geotechnology and field verification.

Key-words: Geotechnology, Flood, Pantanal, Frontier.

Introdução

O Pantanal está localizado no centro da América do Sul abrangendo os países Bolívia e Paraguai é considerado um ambiente de constantes transformações, refletindo um cenário controlado pelo regime de chuvas. Conforme, Silva & Abdon (1998) o Pantanal é a maior planície contínua de alagamento de

* Mestranda em Estudos Fronteiriços pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Email tayrine.fonseca@hotmail.com

** Doutor em Geociências e Meio Ambiente pela Universidade Estadual Paulista - Rio Claro, Docente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Email aguinald_silva@yahoo.com.br

*** Doutora em Geociências e Meio Ambiente pelo Instituto de Geociências e Ciências Exatas - UNESP - Rio Claro, Docente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Email beatrizpaula@yahoo.com.br

águas interiores ocupando aproximadamente 138,138 km², compreendendo 16 municípios brasileiros, distribuídos no Estado de Mato Grosso 48,865 km² e 89,318 km² no Estado de Mato Grosso do Sul.

O ciclo de chuvas em toda a Bacia do Alto Paraguai (BAP) condiciona o pulso anual de inundação, principalmente durante os meses de setembro-janeiro no Norte do Pantanal e novembro-março na porção sul (MOURÃO, 2002). De acordo com Resende (2004) pulso de inundação “é uma forma científica de se falar do processo anual de enchente e seca que ocorre a cada ano no Pantanal” visto que, periodicamente as planícies são acopladas e desacopladas do rio principal (JUNK & WANTZEN, 2004).

As inundações periódicas anuais são ocasionadas com a baixa declividade associada às chuvas periódicas na cabeceira do rio, interligada com a litologias sedimentares recentes, dificultando o escoamento das águas (MOURÃO, 2002). Entretanto, o elemento primordial que retarda o escoamento das águas superficiais é a geomorfologia local, formando o controle geológico da região do Amolar (RESENDE, 2004). Conforme, a autora citada anteriormente, a região do Amolar

Tem grande concentração de lagoas e/ou “baías” no anteparo formado pelo alinhamento serra do Amolar que funciona como uma barragem natural ao escoamento das águas de superfície, formando-se no local uma das zonas mais alagadas do Pantanal, constituindo uma das áreas mais piscosas da região.

Com a variedade piscosas na região tornou-se atrativo para população ribeirinha qual instalou nas proximidades da região do Amolar denominando como Comunidade da Barra do São Lourenço. A denominação da comunidade ribeirinha tem o nome de um afluente do rio Cuiabá, entretanto, sua localização é a margem esquerda do rio Paraguai, logo abaixo da confluência com rio Cuiabá (SIQUEIRA, 2015).

No Pantanal encontram-se diversas comunidades ribeirinhas, todavia é enfatizado nesse estudo, a comunidade da Barra do São Lourenço (BSL) que localiza-se nas proximidades do limite internacional Brasil – Bolívia. E conforme Steiman (2002), as fronteiras-limite têm diversas classificações e peculiaridades, entretanto, as mais conhecidas são fronteiras-limite: naturais e artificiais.

Segundo Andersen (2008, pg. 1), as “fronteiras-limite naturais são originadas por meio das linhas demarcatórias a partir dos acidentes naturais”. E de acordo com

Kedleston (1907, pg. 26), as “fronteiras artificiais, pelo que se entende esses limites-linha, não dependem de características naturais da superfície terrestre para a sua seleção, foram artificialmente ou arbitrariamente criados pelo homem”.

A comunidade da Barra do São Lourenço localizada nas proximidades do limite internacional, segundo Zanatta (2010) originou-se em uma propriedade particular denominada Acurizal, contudo, em 1996 a propriedade foi vendida a Fundação de Apoio à Vida nos Trópicos – ECOTRÓPICA, tornando Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) com legado de conservação e preservação dos recursos naturais dos ecossistemas tropicais brasileiro. Diante da circunstância, houve a solicitação de retirada do povoado da área de RPPN ocasionando uma nova re-organização socioespacial, assim o povoado apropriou-se do espaço a margem esquerda do rio Paraguai.

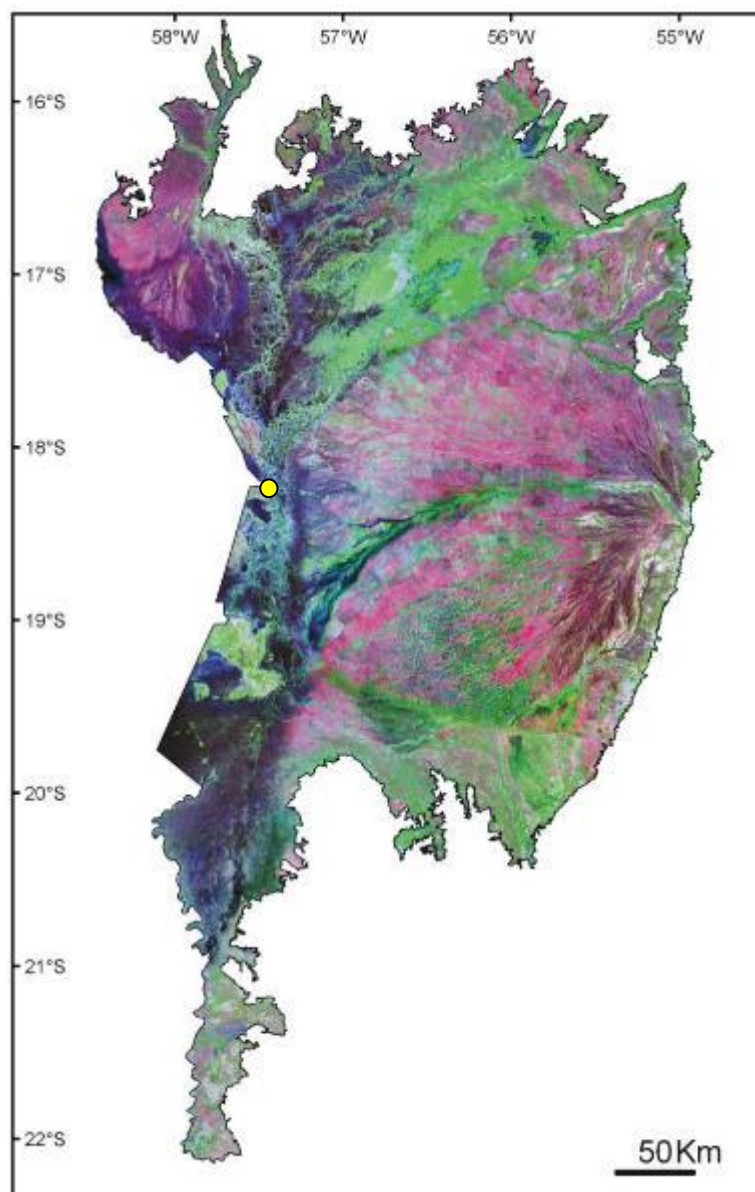
Sendo assim, o objetivo da pesquisa é analisar as consequências da inundação na região da Barra do São Lourenço, no Pantanal, com o auxílio de imagens de satélite e fotografias aéreas oblíquas dos períodos de cheias.

Material e métodos

A extensa área da planície pantaneira possui períodos de inundações diferenciados devido às características do relevo, solo e vegetação, de acordo com Silva & Abdon (1998), as variações de inundações do pantanal subdividem em 11 subregiões. A área de estudo encontra-se na subregião do Pantanal do Paraguai, na margem esquerda do rio Paraguai abaixo da confluência com o rio Cuiabá (**Figura 1**). Conforme Siqueira (2015) residem aproximadamente 23 famílias na região tendo seu modo de vida regido pelo o ir e vir das águas do rio Paraguai.

A subregião do Pantanal do Paraguai, onde localiza-se a comunidade da Barra do São Lourenço, corresponde a 5,9% da planície, em uma área de 8.147 km², a Oeste é fronteira Brasil/Bolívia e as morrarias Castelo e Amolar (SILVA & ABDON, 1998). A limitação da Serra do Amolar na planície pantaneira forma o gargalo Paraguai – Amolar, isto é, barreiras naturais que controlam o fluxo das águas norte – sul, moldando o atraso do pulso de inundação (ASSINE et al., 2015), esse controle natural, sendo um fator primordial para a permanência das águas na região do Amolar por um longo período.

Figura 1 – Imagem de satélite do Pantanal Sul Mato-Grossense, com destaque na imagem a comunidade da Barra do São Lourenço (amarelo)



Fonte: Mosaico NASA Geocover Sirgas (2000).

O estudo utilizou-se da imagem de satélite LandSat-8 adquirida no site U.S. Geological Survey (USGS) do período de junho e outubro de 2014. A determinação do período é resultante devido o pico da cheia do rio Paraguai ser em junho de 2014. Possibilitando compreender e analisar as vulnerabilidades e a adaptação dos moradores em período de cheia.

O banco de dados geográficos foi criado no sistema de projeção Universal Transversa de Mercator (UTM), datum WGS-84, Órbita 227, Ponto 072. As imagens

LandSat-8 foram processadas com técnicas de sensoriamento remoto no software de Sistema de Informação Geográfica (SIG) SPRING versão 5.3.

Para a determinação das classes temáticas das imagens, primeiramente foi realizada a composição coloridas das bandas (B4, G5, R6) e posteriormente a segmentação que de acordo com a definição do INPE encontrada na literatura do SPRING consiste na “divisão da imagem em regiões que devem corresponder às áreas de interesse. Regiões é o conjunto de "pixels" contíguos, que se espalham bidirecionalmente e que apresentam uniformidade”. O procedimento da segmentação constou os valores de 20 de similaridade e 50 área (pixels). Foi desenvolvido também, trabalho de campo durante o período úmido e seco para levantamento de informações complementares.

Resultados e discussão

Nas coordenadas geográficas, latitude 17°54'38" e longitude 57°27'32" à margem esquerda do Rio Paraguai encontra-se a comunidade da Barra do São Lourenço assentada em um dique marginal. Os diques marginais são pequenas elevações que se estende paralelamente às margens dos rios proporcionam espaço para acomodação de pessoas, o que favorece a facilidade para adquirir alimento para subsistência a partir da pesca artesanal e a rica qualidade do solo, tornando-se uma área atrativa para formação do povoamento ribeirinho. Segundo Pinheiro (2012, p. 3), conceitua ribeirinho

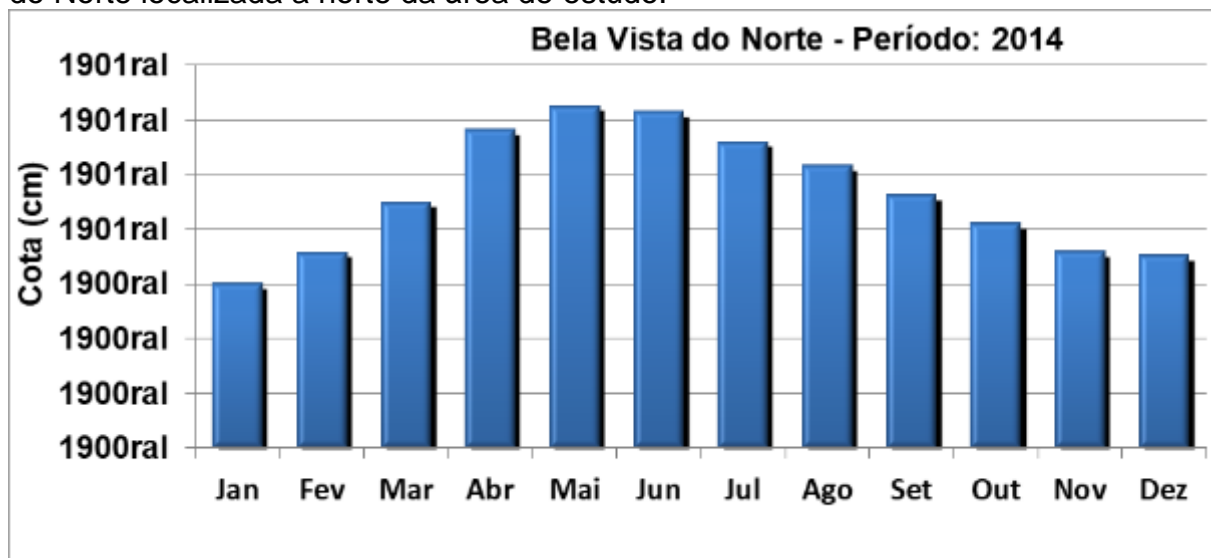
Como caboclos que vivem às margens dos rios do qual tiram o seu principal sustento por meio da pesca artesanal. Cultivando pequenas roças, como a mandioca, a banana e as leguminosas para o consumo próprio e, não raramente, extraem vegetais da selva como o palmito.

Como, o modo de vida das comunidades ribeirinhas é movido ao ir e vir das águas do rio Paraguai, proporciona costumes e saberes adaptados a localidade. Entretanto, mesmo adaptados ao ciclo sazonal da cheia e seca no Pantanal, os ribeirinhos vêm sofrendo impactos negativos das cheias.

De acordo Ramos (2005, pg. 71) “as cheias são fenômenos hidrológicos extremos devidos à dinâmica fluvial, isto é, existe uma cheia sempre que o rio transborda em relação ao seu leito ordinário”.

Ao longo do rio Paraguai e Cuiabá, existem diversas réguas para o monitoramento hidrológico e desta forma, prevenir o impacto da cheia. À norte da área de estudo localiza a régua de Bela Vista do Norte, que é utilizada pela comunidade para monitoramento da cheia (**Figura 2**).

Figura 2 – Vazão Média Diária do Rio Paraguai registrada na estação de Bela Vista do Norte localizada a norte da área de estudo.



Fonte: Serviço de Sinalização Náutica do Oeste.

Conforme, análise da **Figura 2** nota-se que o pico da cheia na região ocorre após a estação chuvosa, fato resultante da chegada das águas da cabeceira do rio Paraguai e afluentes. O ano de 2014 foi considerado um período de grande cheia na região, que conforme Galdino & Clarke (1995, pg. 72), considera “cheia quando o nível máximo anual (pico de cheia) é igual ou superior 4,00 metros (ou 400 cm) e grandes enchentes com cotas iguais ou superiores a 5,50 metros (ou 550 cm)”.

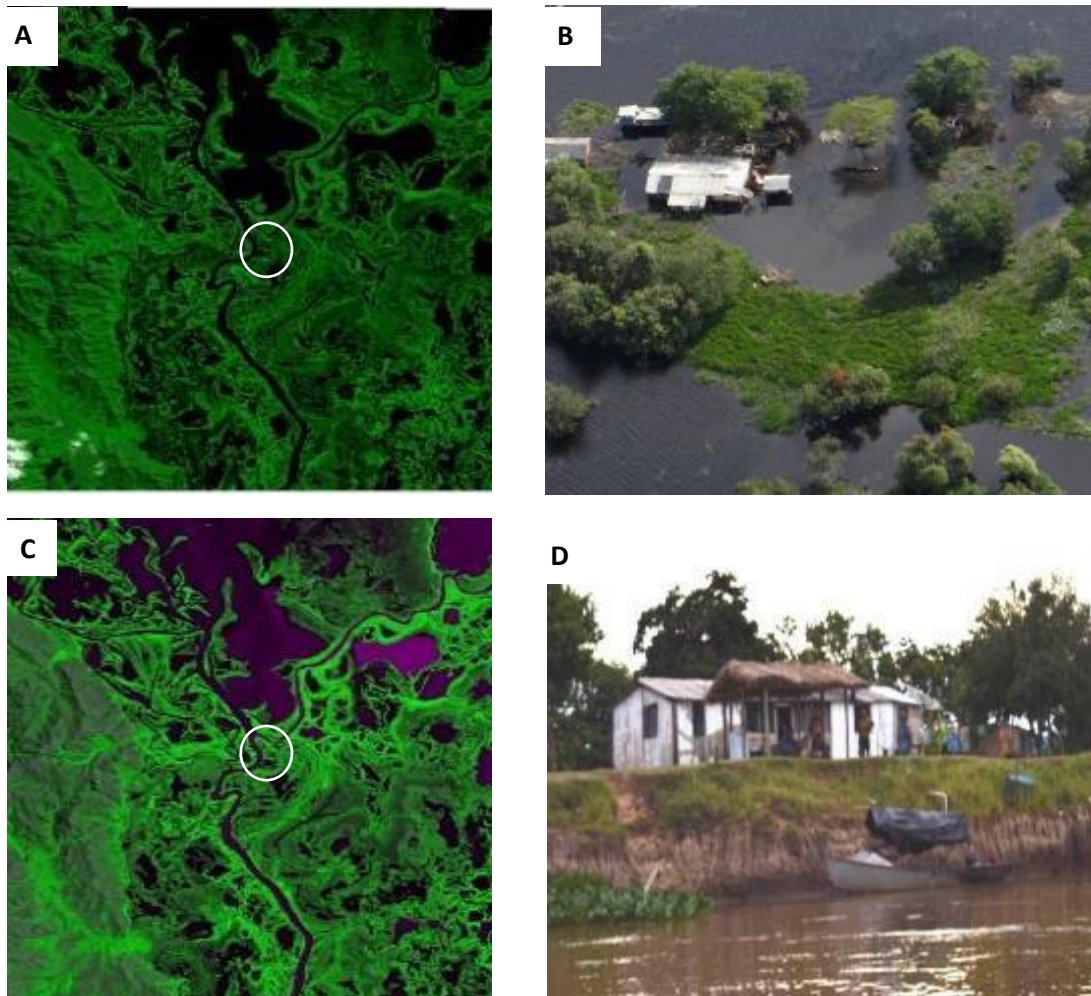
Analisando o gráfico é possível observar que o rio Paraguai atingiu uma cota máxima de 630 cm no mês de maio, permanecendo com a cota acima de 600 cm no mês de junho. Vale destacar que entre o mês de julho e agosto, o rio Paraguai manteve cota de 590 cm e 500 cm respectivamente, o que contribuiu para a vulnerabilidade da comunidade.

Conforme Deschamps (2004, pg.18), a vulnerabilidade é “a probabilidade de o indivíduo (ou grupo) ser afetado negativamente por um evento natural/ambiental, ou contaminado via elemento da natureza”, isto é, vulnerabilidade é a exposição aos

riscos, associada à capacidade das pessoas e/ou lugares lidarem com estes riscos e se adaptarem às novas circunstâncias que se impõem.

Na **Figura 3** retrata a comparação do período úmido e seco em 2014 na comunidade da BSL.

Figura 3 – Comparação das imagens de satélites e visitas a campo de 2014.



Na **Figura 3A** representa o período úmido com destaque (círculo branco) a localização da comunidade, imagem datada em 24 de junho de 2014, já na **Figura 3B** retrata parte da comunidade da Barra do São Lourenço durante período úmido com data de 11 de julho de 2014. E para representar o período seco é a **Figura 3C** sendo uma imagem de satélite datada em 14 de outubro de 2014 já, a **Figura 3D** representa imagem aérea do dia 14 de dezembro de 2014 retratando um período seco.

Na **Figura 3** é possível observar o contraste na região entre o período úmido e seco. No período da imagem de satélite (A) e o registro feito durante o trabalho de campo (B) o rio Paraguai apresentava na régua de Bela Vista do Norte uma cota de 608 cm e 572 cm respectivamente. Em relação ao período seco (C) é possível observar que a região apresenta uma grande área úmida, porém devido a comunidade por estar localizada em dique marginal não é afetada como verificado no trabalho de campo (D). De acordo com registros da régua de Bela Vista de Norte, o rio Paraguai apresentava cota de 411 cm (C) e 350 cm (D).

Não foi possível obter imagem do mês de dezembro de 2014 da comunidade em decorrência da grande cobertura de nuvem, desta forma foi utilizada a imagem do mês 10/2014 período de estiagem na região. Durante o sobrevôo na região da Serra do Amolar realizado no dia 11 de julho de 2014 foi possível registrar a dimensão da cheia na comunidade da Barra do São Lourenço (**Figura 4**).

Figura 4 – Na figura em destaque (vermelho) a comunidade da Barra do São Lourenço durante a cheia de 2014.



Fonte: B.L.P.S, 2014.

Através do sobrevôo observa-se a dimensão da inundação que compreende quilômetros de área inundada. A intensidade da inundação na área da comunidade é devido à mesma ser atingida pela cheia do rio Paraguai como também pelas águas do rio Cuiabá que atinge a parte de trás da comunidade (**Figura 5A e 5B**).

Figura 5 – Impacto da inundação na área da unidade escolar.



Fonte: ECOA, 2014.

O processo acelerado e intenso da cheia na localidade é devido a onda de inundação advinda do rio Paraguai que atinge a parte frontal da escola e da comunidade (**Figura 5A**) já a parte posterior da escola onde encontra-se o campo de futebol é atingida pelas águas que advém do rio Cuiabá (**Figura 5B**), por tal motivo, o processo de inundação é acelerado e longo, fato resultante da interferência do gargalo Paraguai - Amolar qual favorece a concentração das águas de inundação na localidade.

Na **Figura 5C** representa a cheia de maio de 2014 nota-se que área da unidade escolar encontra-se ilhada, ocasionando a suspensão das atividades escolares. Já na **Figura 5D** representa a cheia de maio de 2017 a área não encontrava-se inundada devido a cheia do respectivo ano ocorrer tardiamente, mas comparando as imagens **5C** e **5D** pode analisar que a cheia tem grande influência na região. Nota-se que a unidade escolar é de palafitas e mesmo assim foi impactada, conclui-se que os impactos sobre a comunidade são ainda mais intensos visto que a maioria das moradias ribeirinhas não são de palafitas deixando-os em estado de calamidade.

Perante a calamidade e visando a sobrevivência, os ribeirinhos desenvolvem algumas alternativas ou adaptações em suas moradias, tais como: a utilização de passarela que consiste em madeiras justapostas formando um corredor permitindo a locomoção das pessoas. Outra adaptação é o uso de jirau consiste em um assoalho rudimentar com objetivo de elevar produtos ou equipamentos de uso doméstico.

Além dos impactos sociais ocasionados pela inundação, ocorre também o impacto físico geográfico que é caracterizado quando a comunidade tem seu território atingido pela erosão marginal colocando em risco as moradias e a escola da Barra do São Lourenço.

Nas proximidades da comunidade da Barra do São Lourenço, a dinâmica do sistema fluvial ocorre de forma acentuada, a partir da intensidade da erosão marginal. Um dos motivos que aceleram o processo de erosão marginal na localidade é devido a comunidade estar assentada na margem côncava do rio Paraguai, e que conforme Chistofolletti (1981) é onde predomina o contínuo trabalho de escavação e com maior velocidade. Outro motivo que intensifica a ação erosiva nas margens é a constante atividade pesqueira e turística, a qual gera movimentação de embarcações ocasionando inúmeras ondas que atinge o barranco (dique) onde encontra-se a comunidade.

É notório, o avanço da erosão marginal nas proximidades da unidade escolar por tal motivo, houve uma consulta prévia no dia 08 de agosto de 2017 com o Ministério Público Federal (MPF) juntamente com a comunidade visando analisar uma proposta sobre a mudança de localização da escola municipal visto que a

mesma é afetada a cada grande cheia e colocando em risco à saúde de alunos e professores (ECOIA, 2006).

Outra vulnerabilidade social analisada, é que durante o período de inundação algumas famílias buscam refúgios em áreas mais altas ou até mesmo abandonam suas moradias e se deslocam para Corumbá. Apesar da comunidade estar próxima a serra do Amolar, muitas áreas não podem ser ocupadas durante a cheia por serem Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), contudo desde do ano de 2013 tornou-se público que a comunidade da Barra do São Lourenço pode utilizar uma área localizada dentro da RPPN, sendo denominada como Aterro do Socorro, entretanto a mesma pode ser utilizada apenas em período de inundação.

Já a migração das famílias para a área urbana de Corumbá compreende apenas na época da cheia, sendo que a maioria dos indivíduos voltam para região da barra do São Lourenço no período de vazante.

Como a cheia do ano de 2014 é considerada atípica devido o nível do rio estar além do normal, interferindo na vida ribeirinha e em suas atividades domésticas e econômicas tais como; a coleta de isca, caranguejo e cultivo de arroz. São diagnosticados demais impactos sociais e econômicos como a perda de animais de estimação, gado e às vezes, até mesmo perda de produtos eletrônicos, visto que parte das moradias não são de palafitas, favorecendo que as águas adentrem nas moradias.

Nota-se, outra consequência da cheia possuindo característica de impacto social e químico sendo denominada decoada (dequada) que é considerada como “deterioração natural da qualidade físico-química dos corpos d’água do Pantanal” (CALHEIROS e OLIVEIRA, 2005, pg. 2). A alteração do ph dos corpos d’água ocasiona a mortandade dos peixes, representando “um problema de ordem econômica para os ribeirinhos, uma vez que está diretamente ligada às atividades de pesca profissional” (CALHEIROS et al., 1999, pg. 535).

É importante mencionar que o fenômeno da decoada causa impacto social às comunidades ribeirinhas. Devido à subsistência advir do recurso hídrico, porém no período da decoada, o consumo da água torna-se comprometido visto que a população utiliza água vinda diretamente do rio Paraguai (sem tratamento) e com alteração limnológicas torna inviável o consumo da mesma.

Considerações finais

A utilização de geoprocessamento é ideal para o mapeamento nas regiões de difícil acesso no Pantanal, contribuindo com informações para a gestão pública. Com essas ferramentas, é possível que o gestor público consiga monitorar por meio de cotas das réguas instaladas, simular e mapear até onde a cheia possa atingir. Dessa forma, auxilia, por exemplo, que a Defesa Civil do município se apropria de algumas informações e possa atuar com a redução dos riscos e consequências que a cheia ocasiona nas comunidades ribeirinhas.

Com o auxílio das geotecnologias, é possível entender a dinâmica do rio Paraguai, podendo ser criado um sistema de alerta para minimizar os impactos negativos para as comunidades ribeirinhas e também para as fazendas e cidades localizadas nas proximidades de rios, por isso, a confirmação com os trabalhos de campo é de fundamental importância.

Seria interessante que o poder público, com o uso das geotecnologias e também a fiscalização nos locais, criasse um sistema de alerta com o monitoramento do ciclo das cheias a partir da régua localizada em Bela Vista Norte e também instalar novas réguas no rio Cuiabá. Além disso, o gestor do município poderia investir em construção de casas de palafitas para minimizar os custos com o atendimento e assistência quando a cheia atinge a comunidade da Barra do São Lourenço.

Referências

ANDERSEN, S.M. **Dificuldades na Gestão Ambiental em Áreas de Fronteira: Investigando a Origem dos Conflitos**. In: IV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade - ANPPAS, 2008, Brasília. IV Encontro da ANPPAS, 2008. Pg 1 – 19.

ASSINE, M.L.; MACEDO, H.A.; STEVAUX, J.C.; BERGIER, I.; PADOVANI, C.R.; SILVA, A. **Avulsive Rivers in the Hydrology of the Pantanal Wetland**. In: BERGIER, Ivan. ASSINE, Mario L. (Orgs.) Dynamics of Pantanal wetland in South América. New York: Springer, 2015, p.83-110.

CALHEIROS, D. F.; SEIDL, A.; FERREIRA, C. J. **Conhecimento empírico de uma comunidade ribeirinha do rio Paraguai sobre o fenômeno natural de mortandade de peixes no Pantanal.** IN: Simpósio sobre Recursos Naturais e Sócio-econômicos do Pantanal, 1996, Corumbá/MS. Manejo e Conservação. **Anais...** Corumbá: EMBRAPA Pantanal, 1999. 535p.

CALHEIROS, Débora Fernandes.; OLIVEIRA, Márcia Divina de. **Ocorrência do fenômeno natural “dequada” no Pantanal.** Corumbá/MS. Embrapa Pantanal. 2005. Pg. 1-2. Disponível em: <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/CPAP/56628/1/FOL47.pdf>. Acesso: 08.08.2017.

CHRISTOFOLETTI, A. **Geomorfologia fluvial.** Volume I– O canal fluvial. São Paulo: Edgard Blücher, 1981.

DESCHAMPS, M.V. **Vulnerabilidade socioambiental na Região Metropolitana de Curitiba.** Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

ECO.A. Escolas do Pantanal precisam de reformas. **Publicado em 27 de outubro de 2006.** Disponível em: <http://riosvivos.org.br/a/Noticia/Escolas+do+Pantanal+precisam+de+reformas/9800>. Acesso: 18.07.2017

ECO.A. **Plano, Mitigação e Adaptação a Impactos de Eventos Climáticos Extremos no Pantanal.** Convenio MJ/SDE/FDD nº0084/2011. Flipsnack, 2014.

GALDINO, S.; CLARKE, R.T. **Levantamento e estatística descritiva dos níveis hidrométricos do rio Paraguai em Ladário, MS – Pantanal.** Corumbá: EMBRAPA-CPAP, 1995. 72p. (EMBRAPA-CPAP. Documentos, 14).

JUNK, W. J & WANTZEN, K.M 2004. **The flood pulse concept: New aspects approaches and applications – an update.** In: Proceeding of the Second Internacional Symposium on the Management of Large Rivers for Fisheries, Food and Agriculture Organizat, v. 2, p. 65-77.

KEDLESTON, Lord Curzon of. **Frontiers.** In the sheldonian theatre OXFORD. 1907. Pg. 23-30.

MOURÃO, Guilherme, et al. **"O Pantanal mato-grossense."** Os sites e o Programa Brasileiro de Pesquisas Ecológicas de Longa Duração. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil (in Portuguese)(2002): 29-49.

PINHEIRO, T. T. **Um modo de produção no espaço do ribeirinho:** Um estudo do Distrito de Nazaré/RO. In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. UFU, Uberlândia, MG: 2012.

RAMOS, Catarina. Programa de Hidrogeografia. **Linha de Investigação em Dinâmica Litoral e Fluvial - DILIF - 3** Centro de Estudos Geográficos Universidade de Lisboa – 2005.

RESENDE, Emiko Kawakami de. **Os controles geológicos e os pulsos de inundação no Pantanal**. ADM – Artigo de Divulgação na Mídia, Embrapa Pantanal, Corumbá-MS, n. 63, p.1-2. maio. 2004

SILVA, J. S. V. & ABDON, M. M. **Delimitação do Pantanal brasileiro e suas subregiões**. Pesquisa Agropecuária Brasileira, Brasília, v. 33, n. Especial, p. 1703-1711, 1998.

SIQUEIRA, André Luiz. **Conflitos socioambientais em comunidades tradicionais de fronteira: o caso da comunidade da Barra do São Lourenço no Pantanal sul**. Dissertação do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Estudos Fronteiriços da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Campus do Pantanal. Corumbá, 2015.

SPRING. **Manual do SPRING: Tutorial de Geoprocessamento - Segmentação de Imagens**. Disponível em: <http://www.dpi.inpe.br/spring/portugues/tutorial/segmentacao.html>. Acesso em: 12 agosto 2016.

STEIMAN, Rebeca. **A geografia das cidades de fronteira: um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia)**. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Rio de Janeiro / PPGG, 2002.

ZANATTA, Silvia Cristina Santana. **Comunidade ribeirinha Barra de São Lourenço: um estudo heurístico sobre desenvolvimento local como projeto endógeno e comunitário**. Dissertação: mestrado em desenvolvimento local – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2010.

O TURISMO NA ESTRADA PARQUE PANTANAL, CORUMBÁ, BRASIL

El turismo en la Ruta del Parque Pantanal, Corumbá, Brasil

Ronan Xavier MACHADO*

Edgar Aparecido da COSTA**

Sergio Iván BRATICEVIC***

Resumo: O turismo, juntamente com a pecuária, mineração e comércio, é uma das principais atividades econômicas do município de Corumbá, na fronteira Brasil-Bolívia. O objetivo deste trabalho foi discutir as principais características do turismo na Estrada Parque Pantanal, que é associado ao turismo de contemplação da natureza. Para subsidiar as reflexões foram utilizadas as informações do Observatório do Turismo do Pantanal. Percebeu-se que os turistas estrangeiros são maioria entre os visitantes desse destino, bem como a existência de impactos diferenciados em relação a outras áreas.

Palavras-chave: fronteira, turismo, Pantanal.

Resumen: El turismo, junto con la pecuaria, la extracción minera y el comercio, es una de las principales actividades económicas del municipio de Corumbá, en la frontera entre Brasil y Bolivia. El objetivo del presente trabajo es discutir las características de esta actividad en la Ruta del Parque Pantanal, que se encuentra asociada al turismo de contemplación de la naturaleza. Para alcanzar estas reflexiones fueron utilizados los datos del Observatorio de Turismo del Pantanal. De este modo, se pudo percibir que los turistas extranjeros representan más de la mitad de los visitantes del mencionado destino, observándose impactos diferenciales con respecto a otras áreas.

Palabras clave: frontera, turismo, Pantanal.

Introdução

Corumbá, município do Estado de Mato Grosso do Sul, cuja fundação remete ao século XVIII, possui extensão territorial de 64.962.854 km² e população de 103.703 habitantes, de acordo com o último censo. Atualmente, estima-se que 109.294 pessoas residam em Corumbá, cidade que se destaca tanto pela

* Economista, especialista em auditoria e perícia contábil. Mestrando em Estudos Fronteiriços. Professor titular na Faculdade Salesiana de Santa Teresa. E-mail ronanxm@hotmail.com.

** Geógrafo, doutor em Geografia, professor associado do Programa de Pós-graduação em Estudos Fronteiriços e do curso de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail edgarac10@gmail.com

*** Geógrafo, doutor em Antropologia, professor do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia e Letras, Universidade de Buenos Aires. Pesquisador do CONICET, Argentina. E-mail: sergiobraticevic@gmail.com

representatividade histórica resultante das ocupações militares durante a guerra do Paraguai, 1864-1870, bem como por suas riquezas, que vão das minerais às naturais, sendo esta última de relevância substancial, haja vista que 60% do seu território refere-se ao Pantanal (IBGE, 2016).

Com atividade turística presente e, conforme identificado por Mariani *et al* (2014), potencial em diversos segmentos como a pesca, ecoturismo e turismo cultural, ainda apresenta uma peculiaridade estratégica, acentuada pela sua localização geográfica, referente às fronteiras com o município de Ladário, do lado brasileiro, e ainda com a Bolívia, pelo município de Puerto Quijarro. Corumbá e Ladário, distantes a mais de 200 km do município brasileiro mais próximo (Miranda-MS), podem ser acessados a menos de 10 km pela Bolívia, o que torna essa a fronteira internacional de grande proximidade e oportunidades, visto que conta com uma conurbação de, aproximadamente, 160 mil habitantes (COSTA, 2013, p. 66).

O turismo no espaço fronteiro entre Corumbá-BR e Puerto Quijarro-BO não se limita ao segmento de compras, principalmente quando se considera a riqueza natural do Pantanal de Corumbá e seus atrativos, que oportunizam o desenvolvimento de outros segmentos. Conforme Moretti (2000, p. 17):

A partir da “decadência da pecuária”, mas não como um processo de causalidade, tem início o desenvolvimento da atividade turística no Pantanal em sua forma empresarial, ou seja, a partir da década de 70, de forma incipiente, começam a ser organizados os chamados “pacotes turísticos” no Pantanal, formando-se pequenos grupos para desenvolvimento desta atividade na região (pescaria, contemplação e ponto de passagem para turistas que se dirigiam a outros países da América Latina – Bolívia, Peru e Chile – utilizando-se da ferrovia Noroeste Brasil).

Esse movimento turístico, iniciado no século passado, permanece e ganha novas leituras, pois a fronteira deixa de ser utilizada somente pelos turistas de compras e passa a se configurar também como atrativo para turistas de lazer que visitam Corumbá anualmente.

Esses visitantes comumente consomem o Pantanal nos empreendimentos localizados no meio rural, principalmente na Estrada Parque Pantanal, associando a eles o contexto de turismo rural, ou ainda melhor, turismo no meio rural (PAIXÃO, 2006, p. 140).

Assim, o objetivo deste trabalho é discutir as principais características do turismo na Estrada Parque Pantanal, no município de Corumbá. Para tanto, foram

utilizadas pesquisas bibliográficas e documentais (informações do Observatório do Turismo do Pantanal, que disponibiliza o perfil do visitante que demanda os atrativos da Estrada Parque Pantanal).

O artigo foi organizado em três partes. Inicialmente, buscou-se traçar um breve panorama geral do turismo como atividade econômica, com foco em seus números. Em seguida, procurou-se apresentar alguns elementos da demanda turística da fronteira Brasil-Bolívia e, por fim, a discussão do turismo, propriamente dito, na Estrada Parque.

Panorama atual do turismo

A economia e suas relações evoluem constantemente por conta das variáveis que fazem parte dela. Conforme Araújo (2005, p. 18), “as variáveis econômicas são medidas referenciais adotadas por um sistema econômico [...] objetivando o acompanhamento de cada setor da economia ou crescimento econômico global”.

Os agentes econômicos são instrumentos na estrutura de mercado e, entre eles, estão os segmentos, os quais se referem à diferenciação do mercado pelos ofertantes, visando atender à procura **de um bem ou serviço** que os consumidores desejam adquirir. Como apontam Pereira, Martins e Carmo (2012, p. 3) a segmentação ocorre quando há “visualização de que a demanda poderia ser quebrada em diversas demandas”.

Pelo olhar da economia, a demanda, representada pelos consumidores, é motivada por vários aspectos, mas, principalmente, são determinadas por algumas variáveis comuns, como preço do bem ou serviço, preço do bem substituto ou concorrente, preço do bem complementar, quando for o caso, a renda do consumidor e o gosto ou hábito do demandante. Este último é o de maior desafio para quem oferta produtos e serviços, visto que, de certa forma, não possui controle pelo ofertante (VASCONCELLOS, 2004).

Para que os ofertantes possam obter ganhos frente à demanda, precisam lançar mão de inúmeros mecanismos de mercado como promoções e descontos. Ainda para isso, uma decisão tática sucede ao levantamento de informações que subsidiam a tomada de decisão.

No turismo, entre tantos segmentos existentes no mercado, a necessidade de obtenção de informações para auxiliar na tomada de decisão é ainda maior, uma vez que esse setor se destaca pelo caráter de inovação, relacionado à necessidade de adaptação constante ao perfil dos consumidores. Nota-se isso pelos grandes avanços em pesquisas realizadas por órgãos oficiais, objetivando alimentar o banco de dados, promovendo suporte à tomada de decisão dos envolvidos no segmento, como aponta Borges (2016), ao expressar os trabalhos realizados pela Organização Mundial do Turismo - OMT, ou ainda pelo próprio Ministério do Turismo brasileiro, que oferece uma plataforma atualizada específica de estudos e pesquisas do turismo⁶⁴.

A OMT aponta como o turismo vem se destacando e crescendo, pela intensa diversificação à qual está atrelada como segmento de mercado, levando ao crescimento econômico, entre os quais que mais desponta entre os setores no mundo, com participação de 10% no PIB mundial (OMT, 2016).

Outros dados disponibilizados pela OMT (2016), que expressam a realidade do turismo, posicionam o setor com um dos mais importantes do mundo, correspondendo a 1 em cada 11 empregos, 30% das exportações em serviços e 7% do comércio internacional. Ainda menciona que o volume de negócios do turismo, já supera as exportações de petróleo e automóveis.

Em 2015, o turismo foi a terceira maior categoria de exportação em valores comercializados, superada apenas pelos combustíveis e produtos químicos, respondendo por 7% das exportações mundiais de bens e serviços (OMT, 2016). As receitas do turismo internacional aumentaram de US\$ 495 bilhões em 2000 para US\$ 1260 bilhões em 2015, decorrente do grande volume de pessoas que viajaram no respectivo ano. O continente europeu liderou o ranking no número de visitantes, foram 608 milhões em 2015, seguido da Ásia e do Pacífico que juntos receberam 279 milhões. Em terceiro lugar, está o continente americano, que recebeu 193 milhões de turistas, seguido da África com 53 milhões e do Oriente Médio, com o mesmo quantitativo, aproximadamente. Juntos, foram 1186 bilhões de pessoas (OMT, 2016).

⁶⁴ O Ministério do Turismo do Brasil disponibiliza uma plataforma *on line* com estudos e pesquisas do turismo, nomeada de dados e fatos. Ver mais em <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/>.

A América do Sul recebeu 30,8 milhões de turistas, o que representou 2,6% dos turistas visitaram as Américas. Em relação à receita gerada, em 2015 foram cerca de US\$ 25,6 bilhões, dado curioso, pois, em 2014, a América do Sul recebeu 29,1 milhões de pessoas, o que significa que houve um crescimento de 5,8% entre os anos. Contudo, a receita gerada pelo turismo em 2014 foi de US\$ 25,7 bilhões, ou seja, em 2015, mesmo recebendo um maior número de turistas, a receita gerada foi 0,4% menor que 2014 (OMT, 2016).

Nos países da América do Sul, Paraguai, Colômbia, Chile, Peru e Uruguai obtiveram crescimento no recebimento de turistas internacionais. Contudo, Brasil e Argentina, os dois principais países em acolhida de turistas, apresentaram queda no período apresentado (OMT, 2016).

O Brasil recebeu mais de 6,3 milhões de turistas em 2015, 2% menos que no ano de 2014, quando registraram mais de 6,4 milhões de turistas no país (BRASIL, 2016). Tal resultado pode ser visto como positivo, quando consideramos que no ano de 2014 o país sediou a copa do mundo, um grande evento alavancador de fluxo turístico, que levou o país a superar a marca de 6 milhões de visitantes, nunca antes registrada, e que foi mantida em 2015 (BRASIL, 2015).

O Estado de Mato Grosso do Sul, que recebeu cerca de 62 mil turistas estrangeiros em 2014, apresentou uma redução de 8,7% em 2015, registrando a entrada de 56.601 visitantes de outros países (BRASIL, 2016).

Já o município de Corumbá no ano de 2014, estimou cerca de 29.392 visitantes estrangeiros, com crescimento de 39,5% em 2015, quando a estimativa foi de mais de 41 mil estrangeiros (CORUMBA, 2016).

A expressão do turismo, em números, como relatado, segue uma vertente contemporânea que o entende como sendo uma atividade econômica, proveniente e intensificada pelo fenômeno da globalização. Tal ocorrência, que é refletida na interação cultural das pessoas além das fronteiras físicas dos países, promove e estimula o turismo, tanto pelo viés da oferta, representada pelas empresas privadas que investem nos diversos segmentos existentes e também pela iniciativa pública que, muitas vezes, fica a cargo da adequação na infraestrutura necessária, quanto pela demanda, que exige e suscita o turismo a se reinventar constantemente, para

preservar e despertar o interesse da experiência oferecida nos atrativos (SEVERO; AUGUSTO, 2007).

Retomando o caráter de inovação, relacionado a segmentação de mercado, o turismo apresenta uma diversidade de opções para seu desenvolvimento, para cada qual deve-se considerar o potencial turístico de cada espaço, para, posteriormente, considerar sua exploração.

O turismo já se consolidou enquanto importante atividade econômica, principalmente pelos produtos e serviços que são acionados por ele. Para tanto, o processo evolutivo do turismo caminha para a segmentação, como efeito da sofisticação do mesmo “em que, entendida por suas parcelas, o mercado turístico potencial possa ser atingido por suas necessidades específicas” (ALLIS, 2008, p. 6).

Inicialmente, considerando o fracionamento de mercado, Kotler (2009, p. 279) apresenta contribuições importantes em sua obra referentes a alguns critérios para definição de um segmento, que “consiste em um grande grupo que é identificado a partir de suas preferências, poder de compra, localização geográfica, atitudes de compra e hábitos de compra similares”. O autor versa, também, sobre a captação de oferta que a segmentação acarreta, beneficiando a demanda, já que “os segmentos são grandes e atraem vários concorrentes”.

No que tange, ainda, aos segmentos que o turismo pode apresentar, Ansarah e Netto (2010) discorrem sobre quão recente é essa abordagem no turismo brasileiro. Somente na última década do século passado, passaram-se a discutir as frações de mercado do turismo na grade curricular dos profissionais da área. Um contraponto, se considerarmos que em 1950 já se discutia a temática da segmentação turística em âmbito mundial.

Ansarah (1999), em sua obra que trata especificamente sobre a segmentação do mercado turístico, apresenta oito divisões: turismo de negócios; turismo de incentivos, referente aos promovidos pelas organização como premiação para os colaboradores, resumidamente; turismo de eventos; os parques temáticos, este com uma demanda bastante específica; turismo religioso; turismo no espaço rural;

turismo para *single*, ou seja, para os que viajam sozinho e buscam experiências que incluem a socialização durante o percurso e; o turismo GLS⁶⁵.

Já com relação à segmentação pelo Ministério do Turismo, no ano de 2014, foi apresentado o documento intitulado Marcos Conceituais, reunindo os segmentos turísticos desenvolvidos no país. Em uma relação com maiores especificidades, o documento destaca doze tipos: turismo social, cultural, ecoturismo, esporte, rural, sol e praia, náutico, negócios e eventos, aventura, estudos e intercâmbio, saúde e o turismo de pesca. Contudo, como já mencionado anteriormente, o turismo está em constante inovação e, até mesmo, em adaptação, quando se consideram as preferências e potenciais da demanda.

Com efeito, a alternância no turismo pode ser entendida como uma verdadeira adequação entre os agentes envolvidos, oferta e demanda, basta observar o atendimento dos interesses comuns entre eles. Guimarães (2006), discute a evolução do setor que, mesmo sendo contemporâneo, apresenta atualizações constantes decorrentes do influente processo capitalista. Em suas palavras:

Isso significa que o turismo, assim como outros fenômenos estudados pelas Ciências Humanas, tem sido analisado como tendo um “antes” e um “depois”, ou seja, o turismo aparece como fenômeno da modernidade associado à industrialização e à produção em massa, mas passa, na contemporaneidade, a sofrer modificações, como reflexo das mudanças no processo produtivo capitalista mais global (2006, p. 2).

Guimarães (2006) ainda apresenta considerações importantes que auxiliam no entendimento do processo evolutivo do turismo, visto, por exemplo, na crescente segmentação deste. Em sua análise acerca de Bauman⁶⁶, a autora destaca o comportamento humano no consumo do lugar, onde o turista busca uma experiência e quando esta se esgota, parte em busca de outra que lhe remeta ao mesmo sentimento de saciedade.

Nesse sentido, podemos compreender o movimento da segmentação do turismo, tendo em vista a constante necessidade de aprimorar as suas especificidades e adaptá-las ao consumo dos turistas.

⁶⁵ Termo utilizado para especificar gays, lésbicas e simpatizantes.

⁶⁶ BAUMAN, Zygmunt. O mal-estar da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

MEF. Programa de Pós-graduação em Estudos Fronteiriços. VI Seminário de Estudos Fronteiriços: Onde as fronteiras se encontram... Anais... Corumbá: UFMS, 2017. (2 a 4 de outubro de 2017).

Breve caracterização da economia e do turismo em Corumbá

O município de Corumbá está localizado no extremo oeste do país e do Estado de Mato Grosso do Sul, apresentando algumas peculiaridades, como possuir, dentro da sua extensão territorial de cerca de 65 mil km², o município de Ladário, fundado em 1778, tal qual Corumbá, mas só fora reconhecido enquanto município em 1950.

Outro fato de grande importância está na fronteira internacional do Brasil com a Bolívia, materializada por um portão de acesso no limite transfronteiriço de Corumbá com Puerto Quijarro, por onde transitam, diariamente, residentes de ambos os lados, além de grandes quantidades de produtos, lícitos ou não, destinados ao consumo local ou para o comércio exterior (COSTA, 2013).

Nesse recorte territorial onde estão as cidades de Corumbá, Ladário, Puerto Quijarro e Puerto Suárez, vivem e transitam cerca de 170 mil habitantes, dados que apontam uma dinâmica intensa vívida na fronteira (OLIVEIRA; ESSELIN, 2015).

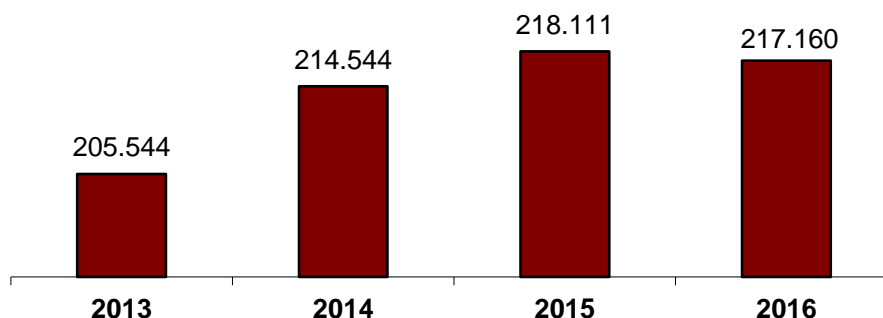
Na dimensão econômica, o município possui pontos fortes nos três setores. Na pecuária, por exemplo, conta com o segundo maior rebanho bovino do país, com mais de 1,7 milhão de cabeças de gado (VIEGAS, 2016). Na indústria, o município conta com grandes companhias, como na indústria extrativa mineral e na transformação, as quais somadas garantiram mais de 458 milhões em exportações no ano de 2013, mais de 90% do total exportado no referido ano. No setor terciário, representa mais de 50% do produto interno bruto do município, com mais de 26.400 admissões entre 2007 e 2015, o que representa 57,54% do total de admissões em todos os setores no período mencionado (CORUMBA, 2014).

Inserido no setor terciário, o turismo vem ganhando destaque na economia do município, ainda que a atividade tivesse seu início em meados da década de 1970 por meio do turismo de pesca, mas somente em 2013 passou a ser reconhecida e monitorada pelo poder público municipal, com a criação do Observatório do Turismo, que identificou e mensurou as modalidades de turismo existentes.

Os documentos divulgados pelo observatório baseiam-se em pesquisas de campo por meio de questionários realizados com turistas e empresários, cujos dados proporcionaram a elaboração de análises da demanda e oferta turísticas.

Entre os anos de 2013 e 2016, os documentos referenciais do turismo⁶⁷ apresentaram o volume de visitantes recebidos no município (gráfico 1).

Gráfico 1 – Fluxo de turistas em Corumbá, Mato Grosso do Sul, Brasil.



Fonte: Elaboração própria com dados do Documento Referencial do Turismo, 2016.

Como disposto no gráfico, o fluxo de turistas no município passa de 200 mil ao ano, com destaque em 2015, com mais de 218 mil visitantes e mais de 217 mil no ano seguinte. Contudo, ressalta-se os diversos interesses entre os visitantes, em que, no ano de 2016, mais de 75% apontaram o lazer como principal finalidade de viagem, 5,7% à negócios, 8,9% para visitar amigos e parentes, e pouco mais de 7% referem-se aos eventos da cidade, como Carnaval, Arraial do Banho de São João e Festival América do Sul (CORUMBA, 2016).

Contudo, sendo o lazer a maior motivação, o documento destaca as preferências inseridas na modalidade, como o turismo de pesca, ecoturismo, apreciação de paisagem, entre outros, que representam mais de 162 mil turistas no último ano.

O turismo de fronteira, propriamente dito, que acontece com frequência por meio de visitantes que possuem o único intuito de realizar compras no país vizinho e, muitas vezes, não realizam nem pernoite na cidade, não está contemplado em nenhum dos documentos do observatório. Entretanto, os documentos destacam o que chamamos de turismo na fronteira, pois ressalta a incidência dos turistas no

⁶⁷ Os Documentos Referenciais do Turismo de Corumbá divulgaram a totalidade do setor turístico, com relação ao quantitativo de visitantes, perfil, hábitos e outras variáveis. Ver mais em <http://corumba.travel/#/downloads>

país vizinho, para compras esporádicas ou mesmo para conhecer o espaço, nomeado como um passeio turístico pelo observatório, que, nos quatro anos de monitoramento, apontaram a presença de 310.217 turistas, uma média de 77.554 turistas por ano, que consumaram a transfronteirização (CORUMBA, 2016).

Ainda que os números sejam de grande importância e representatividade, chamamos a atenção para os que utilizam o portão internacional na fronteira, como acesso ao Brasil ou à Bolívia, entre os quais foram identificados pelo observatório os visitantes adeptos ao ecoturismo, 24,8% dos turistas de lazer, o que representa mais de 40 mil turistas.

O ecoturismo é realizado em Corumbá, em maior parte, na Estrada Parque Pantanal Sul, onde o perfil dos turistas e demais variáveis são analisados no documento referencial, cujo tópico é chamado de demanda turística internacional. Sobre este, serão evidenciados alguns aspectos relevantes, a seguir.

Os turistas da Estrada Parque

A Estrada Parque do Pantanal (Figura 1) é um passeio turístico oferecido aos visitantes que gostam de contemplar a natureza e a biodiversidade existente no Pantanal Sul. É considerada uma área de especial interesse turístico no Estado de Mato Grosso do Sul, conforme aponta o Instituto de Meio Ambiente do Estado – IMASUL:

A Estrada Parque Pantanal é uma Área de Especial Interesse Turístico (AEIT) criada pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul em março de 1993. Compreende trechos da MS-184 e da MS-228, municípios de Miranda, Corumbá e Ladário, e tem área de cerca de 6.800 hectares, dos quais 85% no município de Corumbá (IMASUL, 20??).

Figura 1 – Mapa turístico de acesso e localização da Estrada Parque Pantanal



Fonte: Corumbá (20??).

Entre as singularidades da Estrada Parque ganha destaque o quantitativo de pontes de madeira que, nos quase 120 km de extensão da estrada, garantem o trânsito sobre rios, afluentes e vazantes do Pantanal.

São 116 quilômetros de estrada de terra passando por 74 pontes de madeira. Neste trecho é possível desfrutar de paisagens bem diferentes: de serras e campos, de corixos ao Rio Paraguai, além das áreas de inundação sempre repletas de animais da fauna pantaneira [...] (IMASUL, 20??)

Originalmente, a Estrada Parque Pantanal foi uma trilha desbravada pelo Marechal Candido Rondon no final do século XIX, visando o acesso terrestre ao município. Constituída sobre aterros, o trecho busca garantir o acesso mesmo em épocas de cheia, o que frequentemente não é verificado. Isso porque, durante as

cheias, muitos pontos ficam totalmente cobertos pelas águas e impossibilitam o tráfego de veículos, restando somente o acesso fluvial (CORUMBA, 20??).

O percurso, na maior parte do ano, pode ser realizado com qualquer tipo de veículo inclusive por veículos baixos. Somente na época das cheias, enquanto ainda houver a possibilidade do trânsito terrestre, deve-se percorrê-lo com veículos com tração nas quatro rodas.

A Estrada Parque possui um uso constante (além do ecoturismo) ligado à pecuária do Pantanal, pois serve como forma de ligação para o fluxo de bovinos. Antigamente, a movimentação dos bovinos era realizada por meio das comitivas, contudo muitas propriedades deixaram essa prática (principalmente para distâncias maiores) e passaram a utilizar o transporte por caminhões. Tal feito impacta diretamente o cenário natural, na vida da população de algumas colônias na beira estrada, bem como o turismo, visto que o deslocamento dos caminhões boiadeiros afugenta os animais e desgastam as pontes de madeira em seu percurso, além da grande quantidade de poeira que levanta, obstaculizando a observação da fauna e flora (SORIANO, 2006).

Como fora mencionado anteriormente, a demanda turística internacional de Corumbá possui um tópico exclusivo nos documentos referenciais do turismo do município, elaborados desde 2014, que oferecem dados relativos aos turistas que visitam a Estrada Parque Pantanal, os quais lhes são peculiares, como aborda o documento em sua primeira edição:

O fluxo de turistas que acessam o Brasil através de Corumbá possui um perfil característico que difere dos turistas nacionais, inclusive por seus interesses. Tal afirmação se dá pelo quantitativo de estrangeiros que demandam as belezas do pantanal de Corumbá na Estrada Parque Pantanal Sul, onde a presença deste visitante é muito superior ao de brasileiros, para desenvolvimento do ecoturismo (CORUMBA, 2015, p. 42).

No triênio 2013-2015, 81.429 turistas afirmaram ter realizado o passeio turístico na Estrada Parque Pantanal (CORUMBA, 2016, p. 25), o que representa quase 13% do total do fluxo turístico dos períodos somados, demonstrando o apelo e interesse turístico deste atrativo.

Convém ressaltar que o atrativo está em ascensão entre os turistas, posto que, só no ano de 2016, foram identificadas mais de 52 mil visitas, entre nacionais e estrangeiros, sendo este passeio o terceiro mais demandado entre os visitantes,

ficando abaixo do passeio de barco, opção de 44,4% dos turistas e do *city tour*⁶⁸, realizado por 34,1% (CORUMBA, 2015).

O fluxo de turistas estrangeiros apresentou crescimento no período monitorado pelo órgão que destacou algumas variáveis que influenciaram o resultado:

O município de Corumbá recebe anualmente milhares de turistas de todas as regiões do Brasil e do mundo, como já verificamos em anos anteriores através do monitoramento do Observatório do Turismo. Em 2016 as projeções do fluxo turístico internacional foram muito otimistas, haja vista à proporção que o Pantanal obteve ao longo destes 3 últimos anos, noticiado em meios de comunicação nacionais e internacionais, além do momento econômico que favorece a entrada de estrangeiros (CORUMBA, 2016, p. 36).

Ainda que o atrativo seja aberto à visitação, sem que haja cobrança para a maior parte do acesso⁶⁹, nas pousadas ao longo da estrada é mais comum encontrar estrangeiros do que brasileiros, sendo que, no último ano, mais da metade do fluxo total de visitantes foi referente aos dos oriundos de outros países (CORUMBA, 2015).

Conclusões

Sobre o turismo na Estrada Parque Pantanal é possível concluir que a maioria dos turistas que a visitam é estrangeira. A estrada passou a ter aumentado o trânsito de caminhões boiadeiros gerando alguns impactos socioeconômicos para a população circunvizinha e para o turismo, por elevar a dificuldade de contemplação de animais ao longo da pista. A estrada é transitável praticamente o ano todo, sem asfalto e razoavelmente bem conservada. Vislumbra-se a necessidade de um plano de manejo efetivo para uso do turismo sustentado.

Referências

⁶⁸ Termo utilizado para referir-se aos que realizam passeio pela cidade, em praças, museus, pontos turísticos urbanos, etc.

⁶⁹ Há uma única cobrança no trajeto, para o uso da balsa na região do Porto da Manga, onde a estrada encontra o rio Paraguai. Maiores informações e imagens, serão abordadas no capítulo 4 deste trabalho.

ALLIS, T. Considerações sobre turismo de compras nas fronteiras brasileiras O caso de Pacaraima (RR) e Santa Elena de Uairén (Venezuela). **Anais...** V SEMINTUR–Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL, p.1-15, 2008.

ANSARAH, Marília G. dos Reis. **Turismo: segmentação de mercado**. São Paulo: Futura, 1999.

ANSARAH, M. G. R.; NETTO, A. P. A Segmentação dos Mercados como Objeto de Estudo do Turismo. **Anais...**Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, SP, Brasil. 2010.

ARAÚJO, A. M. P. **O estudo de variáveis econômicas e o impacto no comportamento de medida contábil de desempenho (LL) e medida de valor (EVA): um estudo empírico**. 2005. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

BORGES, Marta Poggi. **7 Tendências para quem deseja empreender no setor do turismo**: Empreendedores devem apostar em novas tecnologias, como o mobile e vídeos, e serviços compartilhados. 03 de mar. de 2016. Disponível em: <<http://revistapegn.globo.com/Banco-de-ideias/Diversao-e-turismo/noticia/2016/03/7-tendencias-para-quem-deseja-empreender-no-setor-de-turismo.html>>. Acesso em: 16 mar. 2017.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Anuário Estatístico do Turismo**. 2016. Disponível em: <<http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/2016-02-04-11-53-05.html>>. Acesso em: 28 mar. 2017.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Marcos Conceituais**. 2015. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2017.

CORUMBÁ. Fundação de Turismo do Pantanal. **Documento Referencial do Turismo de Corumbá 2014**. Observatório do Turismo do Pantanal. Corumbá, 2014. p.86. Acesso em: 15 jan. 2016. Disponível em <www.corumba.travel/#/downloads>.

CORUMBÁ. Fundação de Turismo do Pantanal. **Documento Referencial do Turismo de Corumbá 2015**. Observatório do Turismo do Pantanal. Corumbá, 2015. p.55. Acesso em: 23 fev. 2017. Disponível em <www.corumba.travel/#/downloads>.

CORUMBÁ. Portal do Turismo. **Estrada Parque**. Disponível em: <http://corumba.travel/#/ag/estrada_parque>. Acesso em 16 jun 2017.

CORUMBÁ. Fundação de Turismo do Pantanal. **Documento Referencial do Turismo de Corumbá 2016**. Observatório do Turismo do Pantanal. Corumbá, 2016. p.58. Acesso em: 23 fev. 2017. Disponível em <www.corumba.travel/#/downloads>.

COSTA, E. A. Mobilidade e fronteira: as territorialidades dos jovens de Corumbá, Brasil. **Revista Transporte y Territorio**, n.9, p. 65-86, 2013.

GUIMARÃES, V. M. O turismo moderno e o turismo pós-moderno: considerações teóricas. **Anais...** IV SEMINTUR–Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL, p.1-12, 2006.

MEF. Programa de Pós-graduação em Estudos Fronteiriços. VI Seminário de Estudos Fronteiriços: Onde as fronteiras se encontram... **Anais...** Corumbá: UFMS, 2017. (2 a 4 de outubro de 2017).

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

MATO GROSSO DO SUL. Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul. **Estrada Parque Pantanal**. Disponível em: <<http://www.imasul.ms.gov.br/estrada-parque-do-pantanal/>>. Acesso em: 16 jun 2017.

MARIANI, M. A. P. *et al.* **Identificação das variáveis -chave para a promoção do desenvolvimento local por meio da atividade turística no município de Corumbá/ MS/ Brasil: uma aplicação da Análise de SWOT**. Espanha, v.12, n.1, janeiro de 2014. Disponível em <<http://www.pasosonline.org/es/articulos/664>>. Acesso em: 31 ago. 2016.

MORETTI, E. C. **Pantanal, paraíso visível e real oculto – O espaço local e o global**. 2000. Tese. Rio Claro/SP: Instituto de Geociências e Ciências Exatas/Universidade Estadual Paulista, 2000.

KOTLER, P. **Marketing para o século XXI: como criar, conquistar e dominar mercados**. São Paulo: Ediouro. 2009.

OLIVEIRA, T. C. M.; ESSELIN, P. M. Localizando as condições pretéritas e as relações correntes na complexa fronteira Brasil-Bolívia. **Geosul**. Florianópolis, v. 30, n. 60, p. 125-164, 2015.

OMT. Organização Mundial do Turismo. **El turismo: um fenómeno económico y social**. Disponível em: <<http://www2.unwto.org/es/content/por-que-el-turismo>>. Acesso em 28 mar. 2017.

PAIXÃO, R. O. **Globalização, turismo de fronteira, identidade e planejamento da região internacional de Corumbá, MS**. 2006. Tese - Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas-Universidade de São Paulo. São Paulo. 2006.

PEREIRA, V. S; MARTINS, V. F; CARMO, C. R. S. Diferenciação de Produto e Segmentação de Mercado: Casados com Separação Total de Bens? In: Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 36., 2012, Rio de Janeiro. **Anais Eletrônicos...** Rio de Janeiro: EnANPAD, 2012. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2012_MKT429.pdf> Acesso em: 8 abr. 2017.

SOARES, S; AUGUSTO, L. Turismo e globalização: algumas perspectivas. **Revista Ibero Americana de Estratégia**. São Paulo, v. 6, n. 1, p. 63-70, 2007.

SORIANO, A. J. S. **Estrada-parque: proposta para uma definição**. 2006. Tese - Programa de Pós-Graduação em Geografia - Instituto de Geociências e Ciências Exatas Campus de Rio Claro - Universidade Estadual Paulista. Rio Claro. 2006.

VASCONCELLOS, M. A. S. **Economia: micro e macro**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

VIEGAS, Anderson. **MS tem duas cidades entre as cinco com maior rebanho bovino do país**. 04 out 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mato-grosso-do->

MEF. Programa de Pós-graduação em Estudos Fronteiriços. VI Seminário de Estudos Fronteiriços: Onde as fronteiras se encontram... Anais... Corumbá: UFMS, 2017. (2 a 4 de outubro de 2017).

[sul/noticia/2016/10/ms-tem-duas-cidades-entre-cinco-com-maior-rebanho-bovino-do-pais.html](http://www.ufms.br/sul/noticia/2016/10/ms-tem-duas-cidades-entre-cinco-com-maior-rebanho-bovino-do-pais.html)>. Acesso em: 22 jul 2017.



VI SEF

2017 Corumbá, MS Brasil
Outubro 2-4

Anais do sexto
Seminário de Estudos
Fronteiriços

Direitos Reservados © 2017

Programa de Pós-Graduação em
Estudos Fronteiriços

Campus do Pantanal - CPAN
Universidade Federal de Mato
Grosso do Sul- UFMS

www.sef.ufms.br